UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Artes e Letras

O Género e a Comunicação Social
A Opinião Escrita e Radiofónica

ANEXOS

Marlene da Conceição Vasques Loureiro

Tese para obtenção do Grau de Doutor em
Ciências da Comunicação
(3º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor José Esteves Rei
Coorientadores: Prof.ª Doutora Anabela Gradim
e Prof. Doutor Gonçalo Fernandes

Covilhã, 2012

Índice

Capítulo 1 1
Introdução.....1
Capítulo 2 7
1. Comunicação na sociedade atual e o género 7
2. Diferenças comunicativas e o género 10
2.1. Diferenças biológicas entre homens e mulheres – o sexo..... 10
2.2. Diferenças socioculturais entre homens e mulheres: a questão do género 16
2.2.1. O género como desenvolvimento psicossocial 16
2.2.2. O género como constructo social e cultural 20
2.2.3. Aprender a linguagem de acordo com o género 27
2.2.4. Viver o género 29
2.3. O género e as diferenças comunicativas..... 32
2.3.1. Origens do tema 32
2.3.2. Os primeiros estudos de género na linguagem e o feminismo..... 41
2.3.3. O feminismo e a linguagem..... 43
2.4. Sexismo na linguagem..... 45
2.4.1. Origens do sexismo..... 45
2.4.2. O género na gramática 55
2.4.3. A linguagem do homem 58
2.4.4. A linguagem da mulher..... 61
2.5. Ideias correntes sobre as diferenças comunicativas entre homens e mulheres 69
2.6. Os estudos da sociolinguística e o género 74
2.7. O género investigado no domínio da competência comunicativa – etnografia da comunicação 79
2.8. Linguagem do poder (homem) vs linguagem sem poder (mulher) 96
2.9. Consequências das diferenças comunicativas de género 101
2.10. Mudanças: a linguagem "politicamente correta" ou linguagem inclusiva 109
2.11. Síntese 114
3. Estudos sobre o género na linguagem em português europeu 116
3.1. Ideias tradicionais sobre o género na linguagem.....116
3.2. O género e as diferenças entre homens e mulheres.....122
3.3. Estudos sociolinguísticos e de comunicação e o género 123
3.4. Em busca de uma linguagem inclusiva 125
Capítulo 3 127
1. O género e as diferenças comunicativas em português europeu.....127

1.1. Metodologia: técnicas e métodos de investigação 129
1.2. *Corpus* de análise 132
2. Análise de textos de opinião publicados nos *media* portugueses 134
2.1. *Corpus* e metodologia 134
2.2. Análise dos textos 135
2.2.1. Textos de opinião de 2009 135
2.2.2. Textos de opinião de 1999 152
2.2.3. Textos de opinião de 1989 167
2.2.4. Textos de opinião de 1979 181
2.2.5. Análise global final 197
3. Análise de progamas de rádio 212
3.1. *Corpus* e metodologia 212
3.2. Análise dos programas de rádio 213
Capítulo 4 229
1. Considerações comparativas finais 229
2. Conclusões 235
Referências bibliográficas 243

Anexos

Textos de opinião e transcrição dos programas de rádio 273
1. Textos de opinião de 2009 275
1.1. Femininos 275
1.2. Masculinos 297
2. Textos de opinião de 1999 318
2.1. Femininos 318
2.2. Masculinos 338
3. Textos de opinião de 1989 361
3.1. Femininos 361
3.2. Masculinos 387
4. Textos de opinião de 1979 409
4.1. Femininos 409
4.2. Masculinos 437
5. Transcrição dos programas de rádio 487
5.1. Com intervenientes femininos 487
5.2. Com interveninentes masculinos 502

Anexos

Textos de opinião e transcrição dos programas de rádio

1. Textos de opinião de 2009

1.1. Femininos

Sigamos o robalo
8:00 Segunda-feira, 3 de Agosto de 2009

Férias portuguesas metem sempre muitos peixes grelhados no carvão. E muito açúcar.

Não sigamos o cherne e sim o robalo. Nem gosto muito de cherne. Consideremos o robalo. Inauguramos as férias com um jantar. Pode ser um robalo, mais do que um, vários, pode ser uma anchova gigantesca, podem ser douradas ou umas postas de corvina, podem ser uns humildes sargos ou besugos. O Atlântico, aqui ao lado, batendo nas escarpas onde os apanhadores de percebes arriscam a vida, providencia. E providencia os percebes, já que falamos deles. Nunca vi percebes em lado nenhum a não ser aqui e no norte de Espanha, onde o Atlântico é igual, bravio e dado a ventos e tormentas. Bate uma nortada forte que arrepia a areia e a pele e ninguém se importa. Porque vamos continuar a seguir o robalo durante uns dias. Férias. Férias portuguesas metem sempre muitos peixes grelhados no carvão, muitos percebes, muitas amêijoas, muitos mexilhões, muitos bulhões patos. E muito açúcar. Bolos de alfarroba, de figo e de amêndoa. E medronhos.

Nas mesas do lado, no terraço pendurado sobre o oceano que está hoje da cor do lápis-lazúli (uma imagem que fica sempre bem), estrangeiros vários dos países a norte seguem o cherne (na Europa, o cherne tem os seus clientes fixos) e o robalo e aspiram os coentros enquanto enrolam a língua para dizer a palavra amêijoa. Ou amêndoa. É pior do que dizer Camões. E, por grosso, entre o Camões e os chernes (ok, ok, concedamos o cherne) e os robalos, mais o Eça e o Pessoa, temos aqui o melhor de Portugal. Em vez do demitido Pinho vender o Cristiano Ronaldo e a Mariza ou o Siza, o que devia era ter vendido os robalos e os percebes e a "saladinha de tomate e alface" com azeite alentejano e orégãos. Por qualquer razão que me escapa, não há empregado ou dono de restaurante que não fale por diminutivos, a saladinha, o pãozinho, a sardinhinha, a manteiguinha, o robalinho, o pratinho, a cervejinha. E, evidentemente, a facturinha. E o copinho de medronho, por conta da casa.

Falando de facturinha, neste paraíso onde me encontro a devorar robalinhos e robalões (se foi Deus o inventor do robalo ao sal, então Deus é perfeito), nada merece um diminutivo. Nada. Nem o famoso cherne, e não me refiro ao cherne do poeta O'Neill (haveria que incluí-lo no melhor de Portugal) e sim ao outro, o europeu. O terraço sobre a falésia, o luar sobre o mar, a mancha branca da Via Láctea, o cheiro da urze e da maresia, os peixes, as lulinhas (lá vem o diminutivo), as ostras, o pão alentejano, o queijo, os pêssegos e, de um modo geral, a vida e a comida, sobretudo a comida, são tão excelentes que nos perguntamos como pode um país tão perfeito numas coisas ser tão imperfeito noutras. E esqueci-me do vinho branco gelado e do vinho tinto, sendo que a cerveja portuguesa também merece um popular estalo de boca. Apregoemos que a nouvelle cuisine é um disparate e que nada bate um robalo (ou mesmo um cherne) grelhado numa noite de estrelas, com o rumor das ondas e o grito das gaivotas (como deixar as gaivotas de fora deste idílio?).

Existe aqui um caminho de terra batida que serpenteia junto ao mar. O caminho corre a charneca e vai dar a um rio. Do outro lado do rio existe uma praia selvagem onde os surfistas radicais se exercitam. Para chegar à praia é preciso atravessar o rio, às vezes com a água alta. Quem quiser praias desertas tem de ter um barco ou o estômago para atravessar rios. A primeira vez que vim para a praia (ainda não sabia da existência dos chernes e robalos locais) enganei-me nas direcções e fui dar ao rio. Atravessei o rio a nado e achei que era um bocado radical, esta coisa de ter de atravessar o rio todos os dias para ir para a praia. Percebi (de percebes) ao chegar à praia que me tinha enganado na praia. Era dia de nortada e só se via um solitário navegador, velejando na prancha. Voltei para trás e, encharcada, resolvi ir almoçar e depois descobrir a outra praia. Foi um dos primeiros robalos, acho, para o qual tinha mais estômago do que para atravessar rios de água verde com animais lá dentro.

Quando descemos as escarpas, onde a rocha está gasta pela erosão, vemos os pescadores, que têm um pequeno porto onde remendam redes e falam do tempo e das

correntes. Dizem que no tempo em que havia peixe até os sargos morriam de velhos (e sabe Deus como os sargos são humildes). Agora, não chegam a crescer. O meu amigo ecologista conta estas histórias a rir, mas sabemos que um dia tudo isto vai desaparecer. O percebe, o sargo, o robalo e mesmo o cherne. A Europa diz que nós comemos peixe a mais, embora por Bruxelas e Estrasburgo apreciem o dito. A única notícia interessante das férias está escrita a giz numa ardósia: Hoje Há Percebes. Sigamo-los. Por enquanto. A facturinha virá no fim.

Alves, Clara Ferreira (2009): "Sigamos o robalo". In: *Expresso*, 3 de agosto de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?sid=ex.sections/23495&num=10&page=5&npages= (consultado a 29 de maio de 2010).

TGV - Teimosia à Grande Vitesse

Confesso que começo a ficar cansada com a areia que este Governo insiste em nos atirar para os olhos. Despudoradamente. José Sócrates veio ontem dizer ao país que o Governo "não está fechado a nada" e está "a olhar para todos os concursos [de obras públicas] que ainda estão a decorrer com o objectivo de os analisar um a um".

Mas o primeiro-ministro esqueceu-se de um pequeno pormenor: hoje, às 10.30 horas, o ministro das Obras Públicas assina o contrato de concessão do troço de alta velocidade Poceirão- -Caia. É só um troço, dirão. Não, é um troço que implica a ligação em TGV de Lisboa a Madrid, o que, por sua vez, implica a construção da terceira travessia sobre o Tejo e, já agora, um novo aeroporto em Lisboa - aquele que, conforme o JN ontem explicou, vai ser parcialmente pago com as receitas das restantes infra-estruturas aeroportuárias do país, e cujas bases da concessão já foram aprovadas.

E, depois, temos António Mendonça, com um igual grande sentido de oportunidade. À iniciativa de um grupo de antigos ministros das Finanças - que, imagine-se o atrevimento, vieram a público contestar os grandes investimentos públicos - o governante veio esclarecer que aqueles "tiveram o seu tempo". Mas, enquanto navegava na página oficial do Ministério das Obras Públicas na Internet (cujo principal destaque, ontem, era a assinatura do protocolo com o Rock in Rio...), deparei-me com o seguinte discurso: "Num momento em que a recuperação da crise económica começa a dar os primeiros sinais, a criação a curto prazo de uma frente de trabalho, como a que irá agora nascer [promulgação das Bases de Concessão de Alta Velocidade Poceirão- -Caia], será factor da mais alta importância". A prosa data de 13 de Abril de 2010. É caso para dizer que o sr. ministro teve o seu tempo.

Posto isto, fazemos uma volta de 360 graus. O Governo vai deixar de fazer meia auto-estrada, a do Centro. Depois de tudo e todos alertarem para a necessidade de repensar os referidos investimentos. Até Vítor Constâncio, que os partidos sempre acusaram de ser o avalista deste Executivo. Em mês mariano, e de vinda do Papa a Portugal, peçamos, pois, um milagre.

P.S. Gostava eu que as paredes falassem para saber qual o pensamento, não oficial, de Teixeira dos Santos.

Amorim, Joana (2009): "TGV - Teimosia à Grande Vitesse". In: *Jornal de Notícias*, 8 de maio de 2009. Disponível em http://jn.sapo.pt (consultado a 25 de maio de 2010).

Dia sim
Dia não
Sexta-feira, *3*

Foi ontem e foi uma sonata tocada pela luz do meio-dia, o azul do rio, as palavras ditas pêlos filhos e, depois, as palavras dela. E ali mesmo, no miradouro da Graça, a placa desenhada por Gonçalo Ribeiro Telles e um busto (António Duarte) esguio como também era Sophia.

Não foi preciso enfeitar mais a manhã, tudo estava ali nesta quase íntima evocação da poetisa Sophia de Mello Breyner Andersen, cerzido pela inconfundível simplicidade de que são feitas as coisas essenciais.

Mas, como tantas vezes acontece, houve uma vontade que encenou esta evocação e, não por acaso, uma vontade conjugada no feminino. A de Manuela Júdice, vereadora da Câmara de Lisboa que prontamente acolheu a sugestão de Maria Sousa Tavares de que Lisboa tivesse em si algo de sua mãe Sophia, em nome de Sophia, em homenagem a Sophia.

E que melhor que aquele miradouro, a dois passos da Travessa das Mónicas, onde a poetisa viveu, debruçado sobre a cidade e o Tejo e agora já baptizado com o seu nome?

Sábado, 4

Adivinha-se a solidão. E percebe-se que só ela pôde produzir este tremor de terra de índice devastador na escala dos abalos políticos: o primeiro-ministro perdeu o pé, o Governo está irreconhecível, o PS apavorado. Mas José Sócrates semeou estas tempestades, uma a uma. Acantonando-se em si mesmo, decidindo sozinho, mandando sozinho, tudo centralizando em si. Foram exclusivamente dele os louros na época dos louros - embora o País de Sócrates fosse uma sonorizada ficção e escrevi isto aqui mil vezes -, mas o vento rondou. Sopra hoje rigoroso Inverno por ali.

Quem duvida que, há meses, o desastrado incidente parlamentar de Pinho teria tido desfecho bem diferente? Que o pulso e o fôlego do primeiro-ministro teriam sido mais do que suficientes para lhe diminuir os efeitos, reduzindo-os a zero? Agora já não, faltou-lhe o fôlego, justamente.

Agora, exausto e aflito, ora se inspira no PSD, ora o copia, ora altera regras eleitorais com o campeonato das legislativas em curso, ora investe em iniciativas fora de prazo, como esta da "internacionalização da economia portuguesa" (?) e amanhã surgirão mais. Mesmo que em cima da meta eleitoral, mesmo que não sirvam para nada.

E já agora, sobre Pinho, que mal conheço: cruzei-me muito pouco com ele, não achava graça às suas graças, entrevistei-o apenas uma vez na SIC Notícias. Mas a sua evidente falta de senso e de "queda" politicamente levou, nos últimos quatro anos e meio, a incluí-lo na minha privativa lista de remodeláveis. O ex-titular da Economia deixa uma assinatura impressiva no sector da energia, em particular nas renováveis. Com Pinho, há um balanço entre o bom e o mau. Na Agricultura, por exemplo, não há. Na Administração Interna, também não e na Justiça, nem falar. Por isso é bom não confundir as coisas. Nem as pessoas.

Domingo, *5*

Para quem "espera pelo Verão como por outra vida", como Ruy Belo esperava e eu sempre espero, este Julho é um insulto. Usei hoje o chapéu-de-chuva, odiado símbolo da odiosa estação que é o Inverno, e não verei o Atlântico da Foz do Arelho, meu pulmão sobressalente. Mas, talvez por isso, a quietude inesperada deste domingo sem a excitação do iodo e a festa do sol levou-me ao meu vagar preferido, mexer em livros, arrumar papéis, vasculhar estantes e gavetas.

E por isso veio-me ao caminho o livro -magnífico e já aqui celebrado - sobre o pintor Nuno Barreto, que se despediu agora de nós. Prematuramente, morre-se sempre antes de tempo e que tenho andado eu a fazer senão a lidar com a morte desta maneira indecente? Conheci o Nuno em Macau, revi-o em Lisboa, envolvi-me com a sua pintura. E fui-me consolando com o livro *(Galeria Imaginária*, edição da Fundação Oriente, coordenação de Fernando A. Baptista Pereira), do qual escorre o humor ora subtil ora ácido do pintor, transcrito por um pincel que olhava o mundo sem qualquer espécie de ilusão sobre nada. Mas, agora, pergunto eu: com tanto "agente cultural", directores de museus, curadores e comissários, tanta galeria e "centros de cultura" e "produtores culturais", não ocorrerá a ninguém dar-nos a ver, de uma vez por todas, a pintura, inteira e completa, do Nuno Barreto?

Segunda-feira, 6

Revi (Manuel Alegre há dias, na evocação de Sophia de Mello Breyner. E como poderia ele, companheiro de tanto com ela partilhado, amigo da casa e amigo fraterno de cada um dos filhos, ter faltado?

Mas na Graça encontrei apenas o poeta e, por isso, procurei hoje o político. Que anda a pensar o político, que quer ele hoje? Dizer que sim a Sócrates, por exemplo, e tomar lugar nas listas de candidatos do PS ? "Não." Para aí "não se inclina". E como se haveria de "inclinar", se não houve até agora "nenhum sinal" que o fizesse mudar de

inclinação? "Se nada mudou, porque hei-de mudar eu?" E, além disso, Alegre "não está sozinho", com ele estão muitos e isso traz responsabilidade. Mesmo que, aos olhos de alguns deles, Alegre tenha o melhor de dois mundos: um pé fora, um pé dentro.

E o "não" de hoje é... definitivo? "Não costumo dar o dito por não dito." E as Presidenciais, ficarão elas em xeque com esta quase certa recusa ao secretário-geral do PS ? "De momento", não pensa nisso. Da outra vez houve um "sinal", uma "revelação", e "quem escreve ou ama a poesia pode perceber isto". Uma "revelação" muito mais que "vontade" ou "desejo". Desta vez "ainda nada disso ocorreu". Ainda não ?

Avillez, Maria João (2009): "Dia sim dia não". In: *Sábado*, 9 de julho de 2009, p. 121.

Amor em tempos de Farmville

Nas últimas semanas tenho escutado muitas confidências de mulheres que encontram nas redes sociais a emoção e o desafio perdidos na rotina das suas relações.

Algumas, chamam-lhe amores platónicos ou, de forma envergonhada, simples amigos a quem confidenciam os aborrecimentos do dia-a-dia - alguém que aparentemente está sempre demasiado disponível. Outras tantas, referem-nos como alguém que, como elas, estão presos à rotina e à falta de brilho próprio das relações cansadas… E entre uma vaca ordenhada e um campo cultivado trocam sentimentos que, escondidos atrás de um monitor, ganham vida própria fantasiando um cenário quase perfeito, secreto e idealizado.

Contam-mo excitadas, poderosas por receberem atenção do outro lado, por se sentirem importantes, por voltarem a sentir-se vivas, capazes de desejar e de ser desejadas… dizem que não passa disso, da necessidade de se sentirem vivas.

Os relacionamentos virtuais são uma realidade, apesar de muitos acharem que não são uma forma de traição porque não se concretizam no corpo… (guardo para cada leitor o seu significado.)

Mas porque há sempre o outro lado, apesar da excitação, estas mulheres choram copiosamente de culpa, ou vivem aterrorizadas pelo medo de serem descobertas.

Instala-se a desconfiança, começa o "bisbilhotanço" dos perfis. Existem casos de parceiros que criam falsas identidades virtuais na tentativa de perceber o interesse das companheiras, que guardam registos de todas as suas visitas virtuais, que as obrigam a terminar com pessoas adicionadas e, num extremo, há os que num acesso de ciúmes destroem computadores e iniciam perseguições.

Porque é cada vez mais um problema dos casais, a insegurança causada pelas redes sociais, promete levar muitos às consultas.

Antes de se perderem em acusações, não será melhor e mais saudável perceber o que pode mesmo causar esta necessidade de ser escutado e o que motivou o vazio que se instalou e que precisa ser preenchido?...

É melhor reflectirmos sobre isto porque, afinal, o João pode mesmo ter entrado lá na quinta para regar as plantas… e depois?!

Beliz, Vânia (2009): "Amor em tempos de Farmville" In: *Sábado*. Disponível em http://www.sabado.pt (consultado a 17 de abril de 2010).

Kimba

Era ao domingo à tarde. Não sei que idade tinha, mas creio que 5 ou 6, talvez menos. Não perdíamos um episódio, eu e o meu primo. Se um de nós estava em casa e o outro na rua quando ia começar, o que estava em casa ia à rua e gritava, muito alto, como quem chamava um cão:

Kiiiiiiiimbáááááá. Quando nenhum de nós estava, era a minha mãe ou a minha tia que vinham à janela gritar por nós. Mas não gritavam da mesma maneira. Era mais: "Meninos, o Kimba." Se estivéssemos longe, na vinha ou no pomar das pereiras, com os cães em explorações e aventuras, podíamos nem ouvir.

Aquele "Kiiiimmmbáááá" sim,era fantástico, épico, empolgante. Fazia parte do ritual, como o tropel pela casa fora, corredor adentro, até à sala, frente à TV. Nunca mais

nenhum desenho animado como aquele, o primeiro de que me lembro e, sei-o agora, o primeiro feito no Japão, em 1965 (e de tantos que ainda vi na infância e pré-adolescência). Era a história de um leãozinho branco que sabia falar com as |pessoas e queria conciliar os animais da selva com os humanos. Kimba era uma espécie de obreiro de um processo de paz, um negociador e um diplomata a lutar contra os maus instintos e as vontades de poder (personificados pelo leão velho mau e zarolho que o queria matar e ficar rei da selva), de grandes olhos azuis e voz meiga, branco de neve e irresistível. Amávamos o Kimba com paixão e desvelo e quando a série acabou (não me recordo minimamente como, mas estou certa de que bem) chorámos baba e ranho pela injustiça.

Toda a vida. - até hoje, confesso, mesmo se há muito deixei de ver desenhos animados - esperei que a RTP repusesse o Kimba. Nunca sucedeu. Passou a insuportável Heidi, o tonto do Vicky, o deplorável Marco (e as suas canções inenarráveis que ainda hoje nos deliciam de tão ridículas) e mais quinhentas *anime* (nome japonês dos filmes de animação), mas o leãozinho nunca voltou. Há poucos dias, depois de uma conversa no Twitter sobre a série, uma amiga enviou-me o genérico original da versão americana de 1966, a que passou em Portugal. As imagens do leãozinho a correr pela selva e a savana com os seus amigos ainda mantém o sortilégio de me mesmerizar - como quando ao fim daquela correria escada acima e corredor fora me mandava para o chão e ficava muito quieta, quase sustendo a respiração, a ver o episódio, para no fim repetir, como sempre "oh, acabou".

Acabou, pois. Pode ter voltado a passar sem eu dar por isso, claro - em 1994 foi feita uma nova dobragem da versão americana - e posso talvez comprar o DVD, lançado em 2005 e *best seller* nos EUA, da série de 1966. Posso até ver a nova série, iniciada o mês passado no Japão, na Fuji TV, ou a anterior nova versão, de 1989. Ou posso ir ver o Rei Leão e, como tantos outros - houve um protesto em massa de fãs e dezenas de artigos nos jornais, além de um abaixo-assinado de mais de mil autores de *manga* e anime japoneses a exigir à Disney que admitisse plágio - reconhecer o meu Kimba na história. Mas melhor nunca mais sequer tentar ver o *Kimba* além dos breves momentos de um genérico. Como Os Pequenos Vagabundos ou o *Lagardère* (cujo genérico elegante e básico encontrei também no YouTube), as minhas outras duas melhores recordações de infância da TV, o *Kimba* deve ser deixado como está, onde está. Há lugares onde, mesmo que existam ainda, é impossível regressar.

Cância, Fernanda (2009): "Kimba". In: *Notícias Magazine*, 22 de fevereiro de 2009, p. 16.

Ano novo, esperança nova?

Um ano depois, e como testemunho que fica, partilho a minha apreensão. Com o país, com a falta de futuro que lhe vejo e com o estado de alma colectivo.

Podemos entreter-nos com a espuma dos dias e podemos até fingir que ela nos basta. Mas, quando a lucidez importa e se pede à inteligência que não abdique dela, chega uma hora em que a verdade se impõe. E, então, desencantadamente, confrontamo-nos com uma realidade dura e sombria.

O ar português é, hoje, doentio. A política não convoca e não motiva. A economia estiola, sem rumo, confiança ou horizontes. A sociedade ressente-se, cada vez mais tensa e desigual.

Na rua, o clima é estranho e dúplice. No fundo de cada um, sente-se a inquietação. Nada transmite alegria ou esperança. Há medo do amanhã e do que ele pode trazer de pior. Ninguém está seguro. A vida interiorizou um desconhecido sentido de precariedade. Mas, paralelamente, insensível ao sofrimento e à dificuldade de tantos, a cultura dominante incensa a frivolidade. Com o solícito apoio dos media, apela ao consumo, à festa, ao prazer, ao imediato, à exibição, ao novo-riquismo. É quase um convite desesperado a que se faça e gaste enquanto há... Como é também sinal de um tempo novo, em que o egoísmo se revela eficaz garantia de imunidade aos males alheios.

Tal como está, Portugal não inspira e não agrega. Muitos dos melhores saíram. Muitos dos melhores saem. Novos e menos novos. A maior parte não conseguiu e não consegue voltar. Falta trabalho, faltam oportunidades, falta espaço. Falta, sobretudo, liderança capaz de mobilizar no sentido da construção colectiva do país.

Paulatinamente, perante uma generalizada passividade, tudo se degradou. No espaço público, a encenação desalojou a qualidade. E a exigência moral entrou em crise. Causas, valores e princípios perderam adeptos em nome de um hedonismo radicado na indiferença, na ligeireza e na facilidade.

Só a mudança nos devolverá o futuro. Mas uma mudança real, efectiva, transformadora. É preciso assumir rupturas. Não se edifica solidamente em cima de falsas pontes ou uniões. Precisamos de protagonistas sérios e consistentes. Gente que seja exemplo e referência. Precisamos de elevar padrões e de recuperar ambição. Precisamos de um novo discurso e de uma nova visão. Precisamos de novos métodos. Precisamos de sentido de missão e da experiência generosa do serviço. Precisamos de quem sinta o apelo profundo da história. Precisamos de puxar pelo Portugal bom que aí está, ávido de melhor.

2010 pode bem ser o ano em que Portugal ficará a conhecer aquele que há-de ser o seu próximo primeiro-ministro. E é por isso que, na perspectiva da mudança que urge, será tão importante sindicar atentamente essa escolha.

Bom ano!

Galvão, Sofia (2009): " Ano novo, esperança nova?. In: *Expresso*. Disponível em www.expresso.pt (consultado a 19 de maio de 2010).

Artigo de opinião de Ana Jorge, Ministra da Saúde, jornal Metro - 06/03/2009.

Assinala-se, no próximo domingo, um dia importante: o Dia Internacional da Mulher. Um dia para fazer perdurar na memória colectiva o longo caminho percorrido para as conquistas de direitos e deveres, conquistas de dignidade e respeito.

Como toda a gente, sou, em simultâneo, várias "Anãs". A Filha, a Mãe, a Avó, a Amiga, a Pediatra e, por agora, a Ministra... Nestas, e em todas as outras Anas, sou, sobretudo, MULHER. Sabe-me bem acreditar que este género, que me calhou em nascimento, me confere uma dupla sensibilidade que tento, diariamente, colocar ao serviço das funções e responsabilidades que vou assumindo.

Enquanto Ministra, tenho visitado centenas de instituições de saúde. Tenho conhecido pessoas que, por via da doença que as afecta, estão em situação de fragilidade e, de uma forma absolutamente despojada, se colocam nas nossas mãos. A minha condição de MULHER tem-me ajudado a gerir o turbilhão de sentimentos – tantas vezes contraditórios – que estas situações de sofrimento e desespero geram. Permite-me assumir que, apesar de ser Ministra, não tenho certezas absolutas sobre muitas coisas e, por isso, permite-me a humildade de pedir conselhos e de ouvir várias opiniões, e com elas melhorar o meu desempenho enquanto política ao serviço da Nação.

Mas, sobretudo, a minha condição de MULHER permite-me chegar a casa ao fim do dia e passar o dia em revista. Se foi produtivo, não me inibo de partilhar os sucessos com familiares e amigos. Mas é também neles que procuro conforto e energia, se me sinto frustrada e desgastada. Porque ser MULHER ensinou-me que os dias maus também chegam ao fim e que, invariavelmente, pela madrugada, o Sol volta a nascer.

Aliás, esta é a convicção mais forte de todas as MULHERES… e as MULHERES MINISTRAS não são diferentes.

Jorge, Ana (2009): "Artigo de opinião de Ana Jorge". In: *Jornal Metro*, 6 de março de 2009. Internet. Disponível em http://www.readmetro.com/editions.php?lang=en (consultado a 12 de abril de 2010).

A língua da justiça…

Num país com o tamanho e a economia do nosso, em que não há nenhum grande negócio que não tenha a bênção do Estado e do Governo em funções, para que são necessárias escutas para confirmar esta realidade?

A semana começou como acabou: com mais uma enorme trapalhada da justiça portuguesa. Além da crónica lentidão, da eterna burocracia e das guerrilhas inqualificáveis entre os sectores da investigação, há uma falta de objectividade e de

transparência inadmissíveis, escondida quase sempre sob o manto infinito e assustador em que se transformou a lei do segredo de justiça. Se sábado o procurador-geral da República, Pinto Monteiro, tivesse confirmado com um simples "sim, foram enviadas certidões extraídas do processo 'Face Oculta' para o Supremo Tribunal de Justiça, órgão a quem compete verificar a legalidade das escutas de um dos envolvidos, o primeiro-ministro", em vez de um linguajar jurídico que nada dizia e levantava todas as leituras e suspeições possíveis, onde é que se quebrava a lei? Se Pinto Monteiro tivesse acrescentado que ainda não existiam decisões sobre as ditas certidões porque se aguardavam novos dados da investigação, em vez de entrar num jogo de pingue-pongue inacreditável com o presidente do Supremo, Noronha do Nascimento, onde é que se quebrava a lei? Se Noronha do Nascimento tivesse respondido que já tinha deliberado sobre as certidões e que o resultado tinha de ser divulgado pelo PGR, em vez de criticar os "bochechos" e as atitudes da Procuradoria, onde é que se quebrava lei? Assim vai a justiça nacional: desacreditada pelo que faz, pelo que não faz e também pelo diz e pelo que não diz. Triste espectáculo este.

E os seus 'timings'?

Mas, para além de todas as dúvidas jurídicas que estão por responder - muitas derivadas da má qualidade das leis -, a justiça é uma vez mais suspeita de ter timings e aliados, de não cumprir a separação de poderes. E o que era um processo claro de corrupção transformou-se em mais um caso de chicana política. Vejam-se as datas conhecidas das certidões sobre as escutas entre Armando Vara e José Sócrates: o PGR reuniu-se em Maio e Junho com o director do DCIAP de Aveiro e foi informado sobre a investigação; as certidões chegaram ao PGR no dia 3 de Julho; foram enviadas para apreciação do Supremo a 23 de Julho; o Supremo respondeu a 3 de Setembro; a existência destas certidões e da investigação em curso foi conhecida entre 1 e 9 de Novembro. Pelo meio, o PSD ganhou as europeias, o Presidente da República e o primeiro-ministro enredaram-se no maior caso de desconfiança de que há memória na democracia nacional, o PS perdeu a maioria absoluta nas legislativas e recuperou câmaras nas autárquicas. Perguntas: se se soubesse que este processo estava em marcha e se já se conhecessem deliberações, fossem elas quais fossem, os vários resultados eleitorais teriam sido os mesmos para qualquer um dos dois maiores partidos nacionais?; estaremos apenas a falar de um problema de incapacidade judicial? As dúvidas instalaram-se de vez e será muito difícil à justiça livrar-se das suspeitas em que se enredou. O que significa que pode estar definitivamente condenada no pior dos tribunais: o da opinião pública. Por culpa própria.

A autoridade tem-se não se exibe

O caso Real Madrid-Ronaldo-FPF é o espelho do actual estado de espírito da selecção portuguesa antes dos jogos decisivos do play-off com a Bósnia: existe a necessidade absoluta de dar uma imagem de autoridade onde ela não existe. Obrigar o Real Madrid a deixar Ronaldo viajar a Lisboa por três horas, para o recambiar com a carta de alforria que confirmava a lesão que todos conheciam, é ridículo. Mas Carlos Queiroz, esquecendo a visita de cortesia e sensibilização (que Scolari não deixou passar do átrio do hotel), enquanto treinava Ronaldo no Manchester, quis mostrar que é ele quem manda - ao poderoso clube espanhol, ao País e ao mundo. Ora esse é o grande problema que fez com que Portugal chegasse até aqui com a presença no Mundial em risco: a autoridade, tal como o poder, tem-se. Não se exerce e muito menos se exibe.

As opções de Guterres

Desde que saiu do Governo em 2001 que o nome de António Guterres saltou para a praça pública como futuro presidenciável, sempre sob o silêncio do próprio sobre essa matéria. A lista da Forbes sobre as personalidades mais influentes do mundo, divulgada esta quinta-feira, que coloca o alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados na 64.ª posição dos todo-poderosos mundiais, explica porquê. Dificilmente Guterres quererá trocar o seu actual cargo (ou outro semelhante) e o estatuto ganho internacionalmente, pelo de presidente da cada vez mais pantanosa República Portuguesa, como se vê pelas últimas notícias. Guterres é o único português de uma lista da qual não consta Durão Barroso, o presidente da Comissão Europeia, quanto mais Cavaco Silva, o Presidente português. Assim, a ONU ou outro grande organismo internacional queira e Guterres continuará a trabalhar no oásis da Suíça, atento aos grandes problemas do mundo e com a Forbes atenta a si.

Duas notas finais

Há cinco anos que o PSD trabalha para fazer cair este Governo, em vez de se apresentar como uma alternativa, com um rumo claro e opcional. A continuar assim não consegue nem um nem outro objetivo.

Martins, Filomena (2009): " A língua da justiça". In: *Diário de Notícias*, 14 de novembro de 2009. Internet. Disponível em http://dn.sapo.pt (consultado a 14 de julho de 2010).

A palavra

Na política portuguesa, todos estão reféns de todos. E é isso que coloca agora na moda uma palavra quase desconhecida: ingovernabilidade. O PSD, ainda sem líder garantido para o futuro e profundamente dividido, estica a corda e aposta tudo para voltar a ser uma alternativa credível: aprova a maioria dos seus projectos e deixa a responsabilidade governativa apenas para as grandes medidas; a restante oposição faz o que tem de fazer no Parlamento: contravapor ao Governo, retirando vantagens das votações conseguidas nas últimas eleições; o PS, conhecedor das fragilidades do principal adversário, vive da ameaça: parece mesmo disponível a atirar a toalha ao chão e avançar para eleições antecipadas porque sabe que existe aí a possibilidade de recuperar a maioria; José Sócrates, que além de gerir o Governo tem de gerir as presidenciais, entra num jogo duplo: como tem Alegre na rua a condicionar-lhe as opções sob os protestos de Soares, tenta trazer já Cavaco para a guerra a reboque da crise parlamentar; Cavaco, que sabe que apoiar o PS pode retirar--lhe os apoios da direita numa recandidatura e colocar-se ao lado do PSD o fará perder os votos à esquerda, demora uma semana a pesar as palavras e acaba simplesmente por colocar água na fervura: aconselha Sócrates a seguir os exemplos do seu Governo de minoria. Ou seja, o País continua na mesma. Ingovernável. E, um dia destes, insustentável.

Terça-feira

O nível

"Lá está você, histérico, como habitual", "deixe-se das suas histerias", "tenha juizinho"; "Você é um palhaço" e "você vende-se a qualquer preço". Entre o mercado do Bolhão e a Assembleia da República, a diferença parece já ser muito pequena, a julgar pelos insultos que marcaram o Parlamento nos últimos dias. Perante os exemplos transcritos no início - uns dirigidos por José Sócrates a Paulo Portas, os outros trocados entre os deputados do PS e do PSD Ricardo Gonçalves e Maria José Nogueira Pinto -, não se estranha pois que o grande problema das escutas a Armando Vara que envolvem o primeiro-ministro seja a linguagem e a forma de tratar altas figuras da hierarquia do Estado. Assunto judicialmente irrelevante - como decidiram as instâncias que devem ser respeitadas num Estado de direito - e do foro estritamente privado. Mas, mesmo desconhecidas, não deixam de qualificar quem é acusado de as proferir: mesmo achando ter razão, há níveis a que os detentores de cargos de relevo nunca devem descer, seja no Parlamento, seja ao telefone com amigos. O País vive assim, como se o resto não bastasse, sob um problema grave de valores. Onde todos parecem ter perdido as estribeiras.

Quarta-feira

O lamento

Volto a repetir o que já escrevi várias vezes: o programa Magalhães é uma das melhores medidas tomadas por José Sócrates enquanto primeiro-ministro. É, por isso, ainda mais lamentável que esteja envolvido na série de suspeitas que levam agora o PSD a requerer uma comissão de investigação - com toda a legitimidade e numa iniciativa que se aplaude em democracia, esperando-se que seja aplicada também ao "Face Oculta". E se não existem dúvidas (só mesmo para Pacheco Pereira) de que permitir que milhares de crianças possam iniciar-se nas novas tecnologias, sendo que muitas delas nunca o conseguiriam sem este apoio governamental, é excelente para a sua formação e para a qualificação dos futuros quadros do País, também não podem ficar dúvidas dos custos orçamentais e da transparência económica e empresarial do projecto. Os fins não podem justificar os meios. Mais lamentável ainda: será que não há um Governo que consiga desenvolver uma boa acção sem a envolver numa trapalhada?

Quinta-feira

As explicações

Armando Vara tem contra si uma grande maioria da opinião pública. E tem a seu favor os eventuais erros da investigação e da justiça. Na entrevista à RTP1, tentou tirar partido de uma e de outra situação. Saiu-lhe muito mal a vitimização de que ninguém lhe perdoa ter nascido no interior (Vinhais) e ter crescido a pulso. Saiu-se bem nos ataques que fez ao Ministério Público, cuja falta de fundamento em algumas acusações já obrigou o juiz a deixar cair um dos crimes. Mas nem Vara é já a vítima inocente de mais um processo judicial mal conduzido, nem a investigação voltou, de forma clara e absoluta, a meter de novo a pata na poça. Falta saber muito sobre o processo "Face Oculta" e as relações entre Manuel Godinho e Armando Vara. E a forma como o vice-presidente do BCP se move no meio dos negócios, apresentando amigos a amigos em almoços com empresários pouco recomendáveis, não sendo crime, é ética e moralmente questionável. Seja como for, Vara saiu-se bem nas primeiras justificações públicas: está instalada a figura da dúvida razoável sobre a sua culpa no caso dos dez mil euros e isso é meio caminho para se ganhar um processo jurídico.

NOTA

Aquela de que devia ser a cimeira decisiva para o futuro do planeta está, também ela, enredada em suspeitas. O Climagate, caso nascido de mails roubados da mais importante instituição britânica que estuda as alterações climáticas, trouxe para o centro do debate as dúvidas científicas sobre a verdade do aquecimento global. Só que está toda a gente mais preocupada em descobrir os ladrões dos documentos do que em confirmar se é verdade o que eles contêm. Lá fora, como cá, a discussão nunca se faz sobre o essencial, mas sim sobre o acessório. E o resto entrega-se ao destino.

Martins, Filomena (2009): "A palavra". In: *Diário de Notícias*, 12 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http://dn.sapo.pt/inicio/opiniao/interior.aspx?content_id=1445381&seccao=Filomena%20Martins&tag=Opini%E3o%20-%20Em%20Foco (consultado em 14 de julho de 2010).

DOIDA OU SANTA?

"Estou no começo do meu desespero e só vejo dois caminhos: ou viro doida ou santa".

São versos de Adélia Prado, retirados do poema A Serenata. Narra a inquietude de uma mulher que imagina que mais cedo ou mais tarde um homem virá arrebatá-la, logo ela que está envelhecendo e está tomada pela indecisão - não sabe como receber um novo amor não dispondo mais de juventude. E encerra: "De que modo vou abrir a janela, se não for doida? Como a fecharei, se não for santa?"

Adélia é uma poeta danada de boa. E perspicaz. Como pode uma mulher buscar uma definição exata para si mesma, estando em plena meia-idade, depois de já ter trilhado uma longa estrada onde encontrou alegrias e desilusões, e tendo ainda mais estrada pela frente? Se ela tiver coragem de passar por mais alegrias e desilusões - e a gente sabe como as desilusões devastam - terá que ser meio doida. Se preferir se abster de emoções fortes e apaziguar seu coração, então a santidade é a opção. Eu nem preciso dizer o que penso sobre isso, preciso?

Mas vamos lá. Pra começo de conversa, não acredito que haja uma única mulher no mundo que seja santa.. Os marmanjos devem estar de cabelo em pé: como assim, e a minha mãe??? Nem ela, caríssimos, nem ela.

Existe mulher cansada, que é outra coisa. Ela deu tanto azar em suas relações que desanimou. Ela ficou tão sem dinheiro de uns tempos pra cá que deixou de ter vaidade. Ela perdeu tanto a fé em dias melhores que passou a se contentar com dias medíocres. Guardou sua loucura em alguma gaveta e nem lembra mais.

Santa mesmo, só Nossa Senhora, mas cá entre nós, não é uma doideira o modo como ela engravidou? (não se escandalize, não me mande e-mails, estou brin-can-do).

Toda mulher é doida. Impossível não ser. A gente nasce com um dispositivo interno que nos informa desde cedo que, sem amor, a vida não vale a pena ser vivida, e dá-lhe usar nosso poder de sedução para encontrar 'the big one', aquele que será inteligente, másculo, se importará com nossos sentimentos e não nos deixará na mão jamais. Uma tarefa que dá para ocupar uma vida, não é mesmo? Mas, além disso, temos que ser independentes, bonitas, ter filhos e fingir de vez em quando que somos santas, ajuizadas,

responsáveis, e que nunca, mas nunca, pensaremos em jogar tudo pro alto e embarcar num navio-pirata comandado pelo Johnny Depp, ou então virar uma cafetina, sei lá, diga aí uma fantasia secreta, sua imaginação deve ser melhor que a minha.

Eu só conheço mulher louca. Pense em qualquer uma que você conhece e me diga se ela não tem ao menos três dessas qualificações: exagerada,dramática, verborrágica, maníaca, fantasiosa, apaixonada, delirante.Pois então. Também é louca. E fascina a todos.

Todas as mulheres estão dispostas a abrir a janela, não importa a idade que tenham. Nossa insanidade tem nome: chama-se Vontade de Viver até a Última Gota. Só as cansadas é que se recusam a levantar da cadeira para ver quem está chamando lá fora. E santa, fica combinado, não existe. Uma mulher que só reze, que tenha desistido dos prazeres da inquietude, que não deseja mais nada? Você vai concordar comigo: só sendo louca de pedra.

Medeiros, Marta (2009): "Doida ou Santa". In: *Jornal de Notícias*, 4 de março de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt (consultado em 10 de maio de 2010).

O ataque dos respeitáveis

Fui católica durante tempo suficiente para saber que o catolicismo, quando genuíno, não distingue as pessoas segundo "estatutos", sejam eles de "respeitabilidade"ou de outra coisa. Pelo menos não foi essa a mensagem de Cristo, que nos recomendava a simplicidade e a compaixão, que perguntava se algum de nós tinha o direito de atirar uma pedra a quem quer que fosse, e que nos aconselhava a olhar para a trave que tapa os nossos próprios olhos em vez de nos arrogarmos o direito de tirar argueiros dos olhos alheios. Por isso estranhei estas palavras de Maria José Nogueira Pinto, no Diário de Notícias (19.2): " Na busca de um estatuto de respeitabilidade, os homossexuais exigem um símbolo suficientemente forte para afastar os fantasmas da diferença, da discriminação implícita, de uma situação apenas consentida, do medo da homofobia, da suposição do desprezo, da condescendência hipócrita". Na minha candura, pensava eu que, hoje, e no mundo ocidental, as pessoas casavam por amor ou, na pior das hipóteses, na esperança (ingénua, mas bonita) de que o compromisso assumido as ajudasse a manter vivo esse amor – e tenho pena desses seres, se é que eles existem, que casam para adquirir "um estatuto de respeitabilidade". Pobre estatuto. Tristes existências.

Os homossexuais portugueses que sonham com o casamento (conheço vários, alguns deles até já casados pela lei de outros países), desejam-no pelas mesmíssimas razões que os heterosexuais: antes de mais, porque se amam e querem celebrar publicamente um compromisso de vida em comum. Além disso, querem assumir os deveres e direitos que o casamento concede – e são importantes, esses deveres e direitos, designadamente no que se refere a propriedades, assistência na doença ou heranças. Todos sabemos de casos de famílias que desprezaram e abandonaram um dos seus filhos (ou filhas) por causa da sua homossexualidade, e que, depois de morto o pecador, aparecem para lhe ficar com todas as posses – enquanto a pessoa que com ele partilhou a vida, os problemas do quotidiano e a doença fica espoliada de tudo, a começar pela casa que era morada do casal. É isto humano? É isto admissível, no século XXI? É isto cristão?

Aos veladores das aparências mais modernaços, preocupa-os sobretudo a palavra. A contaminação a que a palavra "casamento"seria sujeita, pelas "anormais"práticas sexuais das pessoas que se apaixonam por pessoas do mesmo sexo. Que D. José Saraiva Martins diga que as relações sexuais destas pessoas não são "normais"parece-me, embora tonto, normal. Um dos problemas da Igreja Católica é que os seus sacerdotes são supostos professar a mais absoluta ignorância em matéria de sexo – o que os torna naturalmente desabilitados para se pronunciarem sobre esse tema central da natureza humana. Eu, graças a Deus, não sei o que é "sexo normal". Lastimo, aliás, a excessiva "normalização"do sexo, que o deserotiza, transformando-o numa maratona entediante, em vez de um fulgurante caminho para os mistérios do conhecimento e do prazer. Se Deus quisesse que fôssemos asexuados e deserotizados não nos teria feito nascer, a todos, do acto sexual. E se Deus entendesse que o sexo serve apenas a reprodução não nos teria criado com sentimentos e com um sentido erótico da vida (que se prende com o

conhecimento da morte e que nos distingue dos restantes animais). Isto, claro, para quem acredita em Deus. Quem não acredita, limita-se a constatar a prodigiosa diversidade dos homens e das mulheres – e, no início do século XXI, tem obrigação de já não se incomodar com as decisões de cada um no que respeita à sua vida privada. Entretanto, convém relembrar aos católicos menos cristãos e mais preocupados com o culto das aparências do que com a verdade dos corações, que já existe um outro nome para o casamento católico: chama-se "matrimónio sagrado". Relembrar-lhes também que, na sociedade laica em que vivemos, não lhes assiste o direito de privar ninguém do direito a casar, civilmente, com quem entender. E explicar-lhes que as demagogias comparativas com a poligamia (já agora, porque não com a poliandria?) não colhem, pela simples razão de que não é esse o modelo da nossa civilização, que radica no direito à auto-determinação individual (vulgo, liberdade), o que implica equidade nas relações humanas. Não está provado (pelo contrário), que a poligamia nasça da livre escolha – que as mulheres em causa nunca tiveram. E isso faz toda a diferença.

Pedrosa, Inês (2009): "O ataque dos respeitáveis". In: *Expresso*, 28 de fevereiro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.expresso.pt (consultado a 1 de abril de 2010).

Um país de patrões
8:00 Quarta-feira, 28 de Outubro de 2009

O drama de Portugal é ter tantos patrões e tão poucos empresários.

Que ninguém me volte a dizer que gostaria de ler mas não pode porque os livros estão muito caros. Costumo responder com o endereço e o horário da biblioteca mais próxima - este país que gostamos de maldizer tem uma excelente rede de bibliotecas e de bibliotecários, que fazem milagres na promoção da leitura com meios muito diminutos. Mas a partir de agora a resposta é: deixem-se de desculpas, e comprem livros. Um livro custa, em média, 15 euros. Há belos clássicos a menos de 5 euros, em colecções de bolso. É caro? Não: os bilhetes mais baratinhos para o concerto dos U2, a 2 de Outubro de 2010, custavam 32 euros. Os mais caros, 260 euros - e havia 400 bilhetes a este preço. Venderam-se todos, 42 mil bilhetes, num só dia. A empresa promotora já conseguiu um espectáculo extra. Isto significa que a crise, afinal, não é assim tão fatal: ninguém passaria um mês sem comer para comprar um bilhete para um espectáculo, a um ano de distância. Comprar um bilhete para daqui a um ano é, ainda por cima, um acto de optimismo. O país aguenta-se.

Os dois milhões de portugueses que vivem na pobreza agradeceriam que os bilhetes fossem ainda mais caros, e que o lucro suplementar fosse distribuído pelos que nada têm. Os U2, que tanto gostam de amar o mundo, de lutar pela paz e não sei quê, apreciariam certamente a ideia. Está muito na moda, aliás, organizarem-se banquetes para ricos nos quais um ou dois euros por bico vão para os pobrezinhos. E fazer livros em que os autores oferecem os seus direitos aos necessitados, ajudando assim, também, os editores, que vendem o triplo, e não prescindem de lucro nenhum. Os autores aceitam por uma questão de 'imagem': como se sabe, ao contrário dos editores, que vivem no mundo terreno dos bens materiais, os autores, habitando o Olimpo da criação, alimentam-se exclusivamente de arte & imagem.

Entretanto, Francisco Van Zeller, presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), declarou luta ao segundo aumento progressivo do salário mínimo previsto no Acordo de Concertação Social, negociado com o Governo, que prevê que se atinjam os 500 euros em 2011. Em entrevista à Rádio Renascença, ao "Público" e à RTP, Van Zeller explicou que "os salários baixos são necessários para 25 por cento das nossas exportações". Sucede que o salário mínimo português já é um dos mais baixos da União Europeia, ao contrário dos preços - semelhantes aos dos países mais ricos - e dos salários mais altos, que chegam a ultrapassar os dos países nórdicos. Um dos sinais mais fortes de subdesenvolvimento de um país é o abismo entre os salários baixos e os salários de topo.

Salvar a nação agrilhoando à pobreza os já desfavorecidos, representa um escândalo social e é prova de boçal incompetência económica. O drama de Portugal é ter tantos patrões e tão poucos empresários. Diz Francisco Van Zeller: "Há muitas empresas que exportam e que dependem dos salários baixos". São igualmente baixos os salários dos administradores dessas empresas? Os lucros das exportações são reinvestidos nas

empresas ou gastam-se em bólides topo de gama e luxos para os patrões? O presidente da CIP invoca os exemplos de Marrocos, da Turquia e da China, que "fazem os mesmos produtos e com mão-de-obra mais barata".

Se tentarmos concorrer com a China, teremos de prescindir dessa frioleira chamada Direitos Humanos, para que os salários baixem ainda mais, a jornada de trabalho atinja as 14 ou 18 horas, e as crianças trabalhem como escravos. Então Portugal deixará de pertencer à União Europeia, e o melhor será emigrarmos para países onde se entenda que progresso é sinónimo de criação de bem-estar para todos, que o investimento na qualidade e na inovação é fundamental e que a escravatura não é admissível. Não sei como é possível sobreviver-se, em Portugal, com um salário mensal de 450 euros. Seria bom que os nossos empresários experimentassem. Talvez a frugalidade lhes aclarasse as ideias. Ouço dizer que não é possível baixar os salários de topo, porque as cabeças douradas que fazem o sucesso das empresas fugiriam para outros países.

As mesmas pessoas que assim pensam acham normal exigir entusiasmo e aumento de produtividade a trabalhadores barbaramente explorados. Claro que a produtividade precisa de incentivo - designadamente, de salários decentes. A crise tem as costas largas, e reverte sempre a favor dos mesmos.

Pedrosa, Inês (2009): "Um país de patrões". In: *Expresso*, 28 de outubro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.expresso.pt/gen.pl?sid=ex.sections/23492&num=10&page=4&npages= (consultado a 25 de maio de 2010).

Eleger é escolher

Teoricamente as Legislativas têm como objectivo ocupar as bancadas da Assembleia da República com ilustres representantes do povo mas, na prática, o que está agora em causa é escolher quem vai governar Portugal, se Ferreira Leite se Sócrates. Ora, tendo Sócrates governado durante mais de quatro anos, a decisão de o manter ou de o substituir depende do escrutínio de cada eleitor sobre o que ele foi e o que ele fez durante o seu mandato, bastando para tal um pequeno e fácil exercício de memória.

Recordo-me bem da sua primeira versão: enérgico, incansável, rápido na decisão, usando a autoridade com singular incorrecção política, parecendo saber sempre o que queria e para onde ia. Foi o tempo de um plano reformista ambicioso e necessário. Mas depressa se viu que o homem não tinha painel de bordo, arrancando em todas as frentes com medidas que abanaram, perturbaram e criaram resistências; optando por um governo unipessoal; atribuindo os atrasos e percalços aos defeitos nacionais e nunca a erros seus; mudando o excesso de voluntarismo em precipitação.

Na segunda fase as reformas ficam em banho-maria, a rua transforma-se no espaço de confronto político e social por excelência, com a megamanifestação dos professores e o gravíssimo incidente da ocupação de eixos rodoviários estratégicos pelos camionistas. Vimos então um novo Sócrates, atarantado, inseguro, incapaz de accionar os mecanismos do próprio Estado. Perdida a autoridade, socorreu-se de um autoritarismo crescente numa sucessão de atitudes persecutórias e abusos de autoridade.

A emergência da crise dá-lhe um novo fôlego, adiando indefinidamente a avaliação do seu desempenho e do grau de execução das suas políticas, abrindo-lhe o caminho da ficção - o Portugal do 2,2%, do aumento dos postos de trabalho, sem recessão à vista - abrilhantado por um cabaz de medidas anticrise para todos os gostos. Depois seguiu-se uma radicalização ideológica "quanto baste" para compensar os votos perdidos com o desgaste, a penalização das Europeias e uma fénix renascida para uma campanha de promessas que não poderão ser cumpridas, de demagogia barata, truques de segunda e sentimentalismos à la carte.

Afinal, que fez Sócrates por nós? O que mudou foi para melhor? Que confiança nos merece? Que sabemos nós das sucessivas trapalhadas, da licenciatura, do Freeport, da TVI, da possível coligação com o BE?

Do outro lado temos Manuela Ferreira Leite. Num país onde o exercício da política foi entregue a habilidosos vendedores de promessas, em que o sentido do serviço público se perdeu, em que preponderam os interesses pessoais, os estados de alma e os caprichos, alguém que é fiável e confiável, que vive habitualmente, que conhece o real e

o quotidiano, que não quer nada para si, que vem quando é difícil, que se apresenta exactamente como é, que junta princípios e competência para fazer, torna-se facilmente numa ameaça. Porque rompe com o paradigma, porque desarma, porque pode dizer que o rei vai nu.

Recordo-me como, desde o dia em que se candidatou à presidência do PSD, os habituais oráculos previram o pior: que não ganharia o congresso, que não conseguiria espaço para se constituir como alternativa, que só sabia de economia e finanças, que não tinha consciência social, que iria perder as europeias, que não tinha programa, que não tinha candidatos.

Pouco a pouco, indiferente a tudo isto, ela construiu uma alternativa, iniciou uma nova forma de fazer política, marcou os timings e foi pondo em cima da mesa os temas que fizeram a agenda política e, pela primeira vez, o PS sofreu uma oposição contundente, a derrota nas Europeias e perdeu a veleidade de fazer destas eleições uma passeata alegre.

A decisão que for tomada no dia 27 terá consequências decisivas para o que resta de Portugal e de todos nós. Um enorme risco ou uma derradeira oportunidade. É preciso escolher antes de votar.

Pinto, Maria José Nogueira (2009): "Eleger é escolher". In: *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 2009. Internet. Disponível em http://dn.sapo.pt (consultado a 14 de maio de 2010).

A 'coisificação' da criança

No recente estudo de opinião efectuado pela Eurosondagem, 45,5% dos inquiridos concordam com o casamento homossexual, contra 49,5%, que se opõem. Contudo, à pergunta "E com a adopção por casais homossexuais?", o resultado do "não" (68,4%) mais que triplica o do "sim" (21,8%).

Um número significativo dos inquiridos - embora não maioritário - concorda que a união de duas pessoas do mesmo sexo possa ser integrada na categoria de um casamento civil, porque, julgam eles, o contrário significaria uma discriminação. Não têm tempo, paciência ou liberdade de espírito para pegar na questão e pô-la no seu lugar certo, nem que seja por um mero exercício intelectual: não há discriminação quando se trata diferentemente o que é diferente, nem o que é diferente passa a ser igual através da alteração de alguns artigos do Código Civil. A única consequência será destituir de qualquer sentido o casamento civil, que, ao perder os seus pressupostos e objectivos, fica reduzido a um contrato subtraído à liberdade contratual das partes, por uma inexplicável ingerência do Estado. Porque se duas pessoas do mesmo sexo se podem casar não há razão para proibir o casamento a termo certo (5, 10, 20 anos) ou o casamento poligâmico (um homem e três mulheres, uma mulher e dois homens). Fazia mais sentido a devolução deste contrato às partes, hetero ou homossexuais, permitindo que cada um estabelecesse livremente o modelo da sua união.

Quanto à segunda pergunta, isto é, se concorda ou não que casais homossexuais adoptem crianças, quase metade dos que antes diziam "sim" ao casamento dizem, agora, "não" à adopção. É que enquanto o casamento só envolve os próprios, a adopção implica terceiros, crianças que não têm capacidade de exprimir a sua vontade e, por isso, precisam de quem as represente. Ora, sendo ao Estado que compete esta função, e sendo o Estado, ele próprio, o legislador, na prática as crianças ficam sem representante que defenda o seus superiores interesses. Aqui a situação complica-se e, à cautela, quem antes dizia sim passa a dizer não.

A ausência de debate permitiu que uns ocultem, e muitos desconheçam, um inexorável nexo de causalidade: o casamento dos homossexuais acarretará, automaticamente, o direito a adoptarem. Também aqui, basta um mero exercício intelectual. De facto, assentando a iniciativa legislativa no princípio da igualdade, uma vez esta estabelecida por lei, não poderá manter-se uma capitis diminutio em nome da diferença. Porque é ela - a diferença - que cria dúvidas quanto à adopção, dúvidas que terão de ser engolidas após a aprovação da lei sob pena de se estar a consagrar casamentos de primeira e casamentos de segunda, ao arrepio de todo o discurso oficial e, julgo mesmo - agora sim -, da Constituição.

É esta a verdadeira questão. Não estamos perante um mero exercício intelectual, nem no âmbito restrito da contenda política. É mais grave, é mais sério. As crianças adoptáveis são crianças privadas, por diversos motivos, dos seus pais biológicos. Vêm de famílias tão ausentes que se tornaram inexistentes e são entregues à tutela do Estado, a quem compete providenciar um novo projecto de vida que passa pela realização do direito de cada criança a ter um pai e uma mãe adoptivos, na falta dos biológicos. A tarefa é enorme e só quem nunca lidou com estas crianças, os seus percursos, as dúvidas e angústias na construção de um novo destino assente no respeito absoluto pelo melhor interesse de cada uma delas, pensa que uma promessa eleitoral transformada em lei pelo Parlamento, sem um maior escrutínio da sociedade, pode varrer todos os valores e princípios que enformam o sistema de protecção dos menores.

Esta lei pode ser a consagração da "coisificação" das crianças, a sua utilização como uma coisa, um adorno de uma mera simbologia. Uma irresponsabilidade atroz para a qual ninguém recebeu mandato

Pinto, Maria José Nogueira (2009): "A 'coisificação' da criança". In: *Diário de Notícias*, 12 de novembro de 2009. Internet. Disponível em http://dn.sapo.pt (consultado a 20 de maio de 2010).

Europeias: razões e paradoxos

As recentes eleições europeias suscitam, por diversas razões e paradoxos, uma reflexão que se quer profunda e continuada. Desde logo, porque paradoxalmente - e justamente num momento de crise propício para se discutir as melhores formas de prosseguir a construção europeia - na maioria dos estados-membros da União o debate interno sobre o presente e o futuro da Europa foi inexistente.

Depois por, nestas eleições, o mal-estar dos eleitores se ter traduzido, por um lado, numa acentuadíssima taxa de abstenção - que se em Portugal se situou nos 63%, na maioria dos países do Leste europeu se cifrou acima dos 70%, e em países como a Holanda e o Reino Unido superou os 60% - e, por outro, num aumento do número de votos em favor dos pequenos partidos, sobretudo ao extremo do espaço político.

Estes dois factos, diga-se, não surpreendem. Tradicionalmente, estas eleições são o momento de protesto escolhido pelos eleitores descontentes para se abster ou votar em partidos que em escrutínio nacional permanecem geralmente pouco significativos.

Mas talvez a razão principal para uma reflexão pós-europeias 2009 resida no facto de o voto europeu se ter dirigido expressivamente à Direita.

Ora, em momento de crise económica e social, a pergunta que naturalmente se coloca é: por que razão rumou a Europa tão à Direita?

Aqui importa responder que, a par de outros, uma das razões preponderantes terá sido, sem dúvida, a falta de união e também de orientação que acompanhou o Partido Socialista Europeu em vésperas de eleições. Tíbio e sem saber chegar aos eleitores, firmando-se como alternativa, a verdade é que o Partido Socialista Europeu contou - só para alguns de forma inesperada - com um poderoso adversário: a aliança de Direita europeia liderada por Merkel e Sarkozy. Procurando mobilizar especialmente alemães e franceses, mas dirigindo-se aos europeus, estes dirigentes da Direita defensora de um inequívoco liberalismo económico juntaram-se, uma semana antes das eleições, para publicamente apelar (paradoxalmente) a uma denominada "Europa forte que protege", isto é, de uma Europa que proteja a sua indústria da concorrência desleal e, consequentemente, o emprego em cada Estado. Sem surpresa, em conjuntura de crise este discurso de protecção da economia, do emprego e do interesse nacional obteve receptividade nestas europeias. Lá diz o ditado "a união faz a força" e, ao que parece, Merkel e Sarkozy têm união e mote político para os próximos tempos.

Rebelo, Glória (2009): "Europeias: razões e paradoxos". In: *Jornal de Notícias*, 13 de junho de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt (consultado a 25 de maio de 2010).

Campanha positiva

A pouco mais de um mês das eleições legislativas, o momento - é incontornável invocá-lo - é de globalização e, também, de crise internacional. Esta é sobretudo uma crise de confiança que é visível a diversos níveis da nossa sociedade, em especial na quebra acentuada do consumo e na retracção do investimento privado.

Mas, e dado que perante a retracção na procura, as empresas tendem a ajustar no emprego, esta crise começa a ser sobretudo visível pelo aumento do desemprego. De facto, se algumas empresas ajustam a sua actividade sem dispensar recursos humanos - recorrendo por exemplo, aos múltiplos instrumentos recentemente previstos no Código do Trabalho, como a adaptabilidade do tempo de trabalho - outras, invocando motivos como o fim de contratos de trabalho a termo ou os despedimentos colectivos por motivos de mercado, empurram inúmeros trabalhadores para o desemprego. Assim, mais do que consequências financeiras esta crise tem, acima de tudo, graves repercussões sociais. Por exemplo, o Eurostat estima que em Maio de 2009 o desemprego tenha atingido, nos 27 países da União Europeia, cerca de 21,462 milhões de pessoas, o que significa um aumento de 5,111 milhões face ao período homólogo de 2008. Sabemos que esta crise evidencia a necessidade de uma mudança ao nível da regulação do capitalismo, alterando comportamentos de longa data. Mudança ao nível da regulação efectiva, da supervisão dos mercados financeiros, cobrindo todos os actores e instrumentos, senão também da governance das grandes empresas.

Mas, neste contexto, não deixará de ser igualmente premente repensar a acção do poder político. De facto, sendo esta uma crise de confiança, exterioriza-se também no plano político. As recentes eleições europeias (em que pouco se discutiu o futuro da Europa) foram exemplo disso: a abstenção massiva dos eleitores - que nalguns países superou mesmo os 70% - demonstrou o visível descontentamento com as instituições políticas europeias. Neste sentido, o pior que poderia acontecer na campanha nacional para estas legislativas seria os partidos envolverem-se numa teia de fait divers políticos que muito pouco ou nada interessam ao cidadão comum, mais preocupado que está, naturalmente, com o seu poder de compra ou o seu emprego. Que se debata até às próximas eleições - amplamente e sem ambiguidades - as diversas propostas políticas, nomeadamente no âmbito da economia (expondo propostas concretas sobre como deve Portugal responder à crise e relançar a sua economia e como pode ser criado emprego) e, ainda, no âmbito da regulação do Trabalho e da Segurança Social, da política de Saúde, ou da Gestão Territorial será, pois, a natural expectativa dos portugueses. Em nome de uma cidadania mais esclarecida e, por conseguinte, mais motivada.

Rebelo, Glória (2009): "Campanha Positiva". In*: Jornal de Notícias*, 22 de agosto de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1341796&opiniao=Gl%F3ria%20Rebelo (consultado em 10 de maio de 2010).

Sociedade e saúde no século XXI

Neste século XXI – em que os europeus enfrentam uma inédita mudança devido quer à diminuição da taxa de natalidade, quer ao aumento da esperança média de vida – reflectir sobre a relação entre a sociedade e a saúde ganha crescente pertinência. Portugal, por exemplo, é um país envelhecido, podendo mesmo tornar-se a médio prazo – e a avaliar pelas estimativas da Comissão Europeia – um dos países mais envelhecidos da União Europeia. Para além de uma expectável diminuição da população portuguesa até 2050, espera-se que, a partir dessa data, Portugal registe uma das percentagens mais elevadas de idosos da União Europeia e uma das mais baixas de indivíduos com idades entre os 15 e os 64 anos.

Paradoxalmente, parece assistir-se no nosso país a uma quebra do pessoal médico que nos próximos anos se retirará para a reforma. Ora, neste contexto, a prioridade – quando se pensa no futuro da saúde em Portugal – não poderá deixar de passar por questionar se as novas gerações profissionais de saúde serão suficientes para assegurar os indispensáveis cuidados de saúde a uma população cada vez mais envelhecida. Num momento em que urge identificar áreas de criação de emprego em Portugal e que sabemos que repensar o acervo de valências de apoio à terceira idade – quer a acamados, quer a dependentes que obriguem a cuidados especiais – é um assunto que não pode ser

adiado, reforçar o número de profissionais de saúde (em especial ligados à geriatria e ao apoio a idosos) será, indubitavelmente, parte de uma resposta que a sociedade portuguesa exige e exigirá.

Por outro lado, a própria relação comunicacional entre sociedade e saúde obriga a uma mudança, devendo induzir a uma maior participação dos cidadãos. Desde logo, é preciso sensibilizar as pessoas para os benefícios da prevenção em saúde, nomeadamente através de campanhas públicas que promovam novas formas de relacionar cidadãos com a área da saúde e que incrementem a comunicação/informação aos utentes e clientes dos serviços médicos. Depois, será ainda imperioso assegurar maior "humanização" na assistência médica, quer a doentes internados quer aqueles que necessitem de apoio ao domicílio.

E só estas mudanças – que simultaneamente assegurem autonomia aos profissionais de saúde, mas ponham o utente à frente, uma vez que é o destinatário do seu esforço – podem fazer de Portugal um país moderno na área da saúde.

Rebelo, Glória (2009). "Sociedade e saúde no século XXI". In: *Jornal de Notícias*. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt (consultado a 30 de maio de 2010).

Emprego: o desafio da legislatura

Apresentado que está publicamente o Governo de José Sócrates, ministros e secretários de Estado preparam-se certamente para uma legislatura extraordinariamente exigente. Desde logo por um motivo. Em Portugal, tal como no resto da Europa, o desemprego aumenta, afectando um número crescente de cidadãos. Para os europeus, nem os primeiros sinais de retoma parecem permitir recuperar a confiança receando-se mesmo - no horizonte a 2010 - que os actuais níveis de desemprego se mantenham ou mesmo acentuem. A verdade é que, perante a crise, a grande maioria das empresas reagiu reduzindo custos, congelando ou limitando os aumentos de salários, adiando novas contratações ou mesmo despedindo.

De facto, numa Europa onde a Zona Euro registou em Agosto um défice comercial de 4 mil milhões de euros e com a cotação da moeda única a pesar fortemente sobre as economias exportadoras e com um crescimento médio fraquíssimo do PIB - comparando com as taxas de crescimentos dos países emergentes, como por exemplo a China, com um crescimento do PIB em 2009 que deverá ultrapassar os 8,5% - na ordem dos 0,75 % e 1% ao ano, a retoma económica (ainda que para a Zona Euro se estime que o PIB aumente 0,4% no terceiro trimestre, contrariando a anterior evolução negativa) poderá não chegar antes do início de 2011.

E se a economia internacional pode beneficiar de uma forte recuperação asiática - que contrasta com esta atonia europeia e mesmo com a recuperação norte-americana com um crescimento na ordem dos 1,5% - as perspectivas para a retoma económica na Europa apontam ainda muitas fragilidades, em especial no plano social.

De acordo com o Eurostat, para a Zona Euro estima-se que a taxa de desemprego (que atingiu em Agosto último os 9,6%, o seu nível mais elevado de há mais de dez anos) suba acima dos 11,5% no próximo ano. Além do mais, ao problema do desemprego junta-se o da pobreza. Segundo dados do Eurobarómetro, cerca de 16% dos europeus - ou seja, 80 milhões de europeus, sobretudo idosos, desempregados e trabalhadores precários - vivem em situação de marcada carência social, estando este fenómeno a crescer nalguns países, no qual se inclui Portugal. Existindo múltiplas causas explicativas para este facto, importará não ignorar que a crise internacional - que pressiona o actual mercado de trabalho, gerando mais desemprego - associada às existentes situações de precariedade laboral desencadeiam uma forte pressão salarial.

Ora, e considerando que o sucesso das políticas de emprego está muito dependente do êxito das políticas económicas, só uma acção executiva conduzida numa lógica de integração e de convergência de políticas ministeriais (integradas e articuladas entre si) e que seja capaz de implementar medidas que possibilitem a criação de emprego e a protecção do emprego sectorial (em especial na indústria), permitirá com sucesso responder a este desafio

Rebelo, Glória (2009): "Emprego: o desafio da legislatura". In: *Jornal de Notícias*, 31 de outubro de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1406036&opiniao=Gl%F3ria%20Rebelo (consultado a 14 de julho de 2010).

O perigo das sereias

O Governo corre o risco de chegar ao fim de 2010 num situação de extrema debilidade

5:31Quinta-feira, 3 de Dez de 2009

O partido do Governo fez uma campanha insuportavelmente optimista, pelo que teve de falaciosa, e só agora se deu conta da dificuldade de dar a volta ao texto. Em menos de um mês, a realidade impôs-se e teve que apresentar o orçamento rectificativo (travestido de "distributivo"), cuja urgência há muito tempo vinha negando por razões meramente eleitoralistas. E os números são demolidores: um pedido de endividamento adicional de 4,9 mil milhões de euros, um défice na casa dos 8% e uma dívida pública galopante que muitos economistas garantem ter já ultrapassado os 80% do PIB. Isto para não se falar dos últimos dados do desemprego - mais de 500 mil portugueses estão sem trabalho e, infelizmente, as perspectivas de o conseguirem no próximo ano são tudo menos animadoras.

As consequências desta situação que só as vozes de sereias amigas, mas irresponsáveis, ajudaram a mascarar, não vão tardar a reflectir-se, ainda mais, na vida dos cidadãos, das empresas e do Estado, como bem revelam as intenções das agências de rating divulgadas no final da semana passada, que prenunciam o aumento do preço do dinheiro, acarretando a subida dos juros. Aliás, mesmo que esta triste notícia não tivesse acontecido, o crescimento das taxas de juro, na zona euro, era já um dado inexorável face aos sinais de retoma económica. Se até agora, os juros baixos ainda permitiram, a quem tem emprego, dispor de algum rendimento para equilibrar contas e gastos, a alteração dos custos do dinheiro pode inverter esta situação e contribuir para o empobrecimento das famílias endividadas.

Ora, esta situação põe o Governo de pés e mãos atadas. Desgastado pela deterioração da situação económica e pelo processo Face Oculta - de onde se saem muito mal dois dos ministros mais prestigiados, respectivamente, Teixeira dos Santos e Vieira da Silva -, o Executivo tenderá a ter cada vez maiores dificuldades em responsabilizar as oposições pelas vicissitudes da governação, sobretudo quando levar ao Parlamento medidas que visem, de forma mais ou menos clara, o agravamento da carga fiscal. Como ainda agora aconteceu com a imposição do adiamento, por um ano, da entrada em vigor do Código Contributivo, ou o chumbo do Pagamento Especial por Conta. Por muito que alguns governantes barafustem contra a "deslealdade" ou o "populismo" dos partidos da oposição, deve ser muito complicado encontrar, fora do seu círculo, quem venha apoiar leis que aumentem os custos do trabalho ou potenciem as dificuldades das empresas, num momento de grave crise económica.

Por isso, das duas uma: ou o Governo arranja formas mais imaginativas e mais justas de conseguir receita, de preferência cortando na despesa e pondo a pagar quem efectivamente não paga ou tem carga fiscal reduzida; ou corre o risco de chegar ao fim do próximo ano numa situação de extrema debilidade e sem condições para vir a provocar a sua própria queda no momento oportuno, com vista à reeleição. As oposições, por seu lado, foram desta vez inteligentes nos chumbos legislativos, mas devem ser responsáveis e apresentar alternativas coerentes tendo em vista a superação da crise. Agravá-la, prometendo o céu, está visto, só conduz ao abismo.

Sampaio, Áurea (2009): "O perigo das sereias". In: *Visão*, 3 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.visão.pt (consultado a 10 de abril de 2010).

Posso vê-la?

- A senhora quem é? - pergunta a enfermeira.

- Sou uma amiga, uma velha amiga.

- Lamento, mas só os familiares estão autorizados a visitar os doentes.

- Diga-me então qualquer coisa, fico ali à espera sentada, se acontecer algo, diga-me, por favor!

Edith passa a noite na sala de espera do hospital e na manhã seguinte pede informações sobre a sua amiga. Tinha morrido, ninguém lhe dissera nada. Ninguém se dignara a dizer-lhe nada. Abby partira sem agarrar a sua mão, sem direito a um último beijo, sem direito a uma lágrima em conjunto.

Tudo o que tinham partilhado ao longo de 50 anos esfumou-se naquele momento de dor silenciosa. Ficara viúva e ninguém sabia. Nem ninguém o reconheceria.

O único familiar de Abby era um sobrinho a quem resolve telefonar a dar a notícia. Este aparece dias depois na moradia em que as duas viviam, leva com ele a mulher e a filha, e fala-lhe em vender a casa e de recolher os objectos mais valiosos, usando de uma linguagem que Edith não entende, mas que é obrigada a aceitar. Ficara sem Abby, guardara com ela as fotografias de cinco décadas, e prepara-se para a partida. De mãos vazias. Sem alma, sem coração. Sem nada. Antes, porém, vai ao jardim e, tal como Abby fazia todas as primaveras, coloca no ninho de madeira mais um pequeno pássaro que caíra no chão por ainda não saber voar.

Vanessa Redgrave interpreta magistralmente o papel de Edith e Marian Seldes o de Abby. O filme, feito para televisão, no ano 2000, chama-se If These Walls Could Talk2, mal traduzido para português como Desejo Proibido. Está dividido em três partes, a cena que aqui se descreve é passada nos anos 60, nos Estados Unidos, e é talvez a mais dura por reflectir uma realidade que ainda hoje sabemos existir.

O reconhecimento de que duas pessoas do mesmo sexo, dois seres humanos, podem amar-se e como tal usufruírem dos mesmos direitos que o Estado outorga a todos os cidadãos, deve de ir mais longe que a simples aprovação de uma lei. Tem de começar nas consciências de cada um, nas conversas em casa, nas escolas, na convivência.

Marguerite Yourcenar, uma das maiores escritoras do século passado, que nunca escondeu a sua homossexualidade, mas que também não a propagou aos quatro ventos, dizia que "há que desposar as palavras, pesá-las, explorar--lhes o sentido".

É esse o princípio que deve orientar uma sociedade saudável, livre e sem preconceitos. Comecemos então por medir a palavra casamento. Veremos que não custa assim tanto.

Vale, Maria de Lurdes (2009): " Posso vê-la?". In: *Diário de Notícias*, 10 de janeiro de 2009. Internet. Disponível em http://dn.sapo.pt/ (consultado a 15 de maio de 2010).

Depois logo se vê

Vivemos no país do logo-se-vê. Do pode-ser-que. Do em-princípio. Do se-tudo-correr-bem. A dificuldade que temos em tomar decisões já quase se tornou característica nacional. É qualquer coisa que deve estar nos genes.

Diante de qualquer problema dizer "é assim, é assim, pronto, vamos a isso" - é frase que os portugueses nem sabem como se pronuncia.

E essa capacidade de ser rápido e eficaz - tipo "o que tem de se fazer que se faça depressa"- reflecte-se nas coisas (aparentemente) banais do dia-a-dia. Por exemplo: já repararam na dificuldade que as pessoas têm em pôr fim a uma simples conversa telefónica?

"Adeus, adeus, beijinhos, sim, eu depois ligo, tá bem, adeus, sim, não me esqueço, sim, em princípio eu vou, beijinhos, então vá, pronto, tudo bem, adeus, adeus, beijinhos, vá, tá bem, sim....." - são capazes de ficar naquilo horas seguidas! Será tão difícil tomar a decisão de desligar depois de um honesto "então, adeus" ou qualquer outra variante do mesmo género? Uma amiga esteve quase um mês zangada comigo porque, segundo ela, eu lhe tinha desligado o telefone na cara, coisa que evidentemente ela não admitia a ninguém. Tudo porque eu pensava que receber três doses de "beijinhos, beijinhos" era mais do que suficiente para uma despedida calorosa q.b. Pelos vistos, não era. Nunca é.

Ontem, fui embalada ao telemóvel pelas palavras de despedida de uma vizinha o tempo todo que durou a viagem de metro da Baixa-Chiado a S. Sebastião. Sempre que eu me preparava para clicar, lá voltava ela "adeus, até um dia destes, se puder ligo, sim, adeusinho, boa tarde, adeus, adeus, obrigada, adeus".

Tomar decisões, nem que seja a banalidade de desligar um telefone, é trabalho demasiado hercúleo para os nossos pobres ombros. Por essas e por outras é que eu venho desde há muito tempo a divulgar por todos os meios ao meu alcance aquela extraordinária canção dos "Deolinda", chamada "Movimento Perpétuo Associativo" em que, depois de um incitamento revolucionário às

massas para que tome uma atitude ("agora sim, temos a força toda/ agora sim, há pernas para andar") lá vem, em contraponto, o desfiar de todos os habituais impedimentos desta terra do logo-se-vê: "agora não, que é hora do almoço", "agora não, que me dói a barriga", "agora não, porque joga o Benfica", "agora não, porque falta um impresso", "agora não, que há engarrafamento", etc., etc., etc.… Há sempre uma justificação para prolongar todos os "agora, não" do nosso fado.

Vieira, Alice (2009): " Depois logo se vê". In: *Jornal de Notícias*, 28 de março de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1183987&opiniao=Alice%20Vieira (consultado a 14 de julho de 2010).

A trabalheira

Já deve ser para aí a terceira vez que a oiço dizer a mesma coisa, mas não entendo. Longe de mim dar parte de fraca, a linguagem dos adolescentes muda todos os dias, eu já devia saber, e por isso continuo na conversa, e ela vai falando.

Ela, que ainda há tão pouco tempo se alimentava da "little Kitty", e do "meu pequeno poney", e dos livros da Miffy - e agora troca de t-shirts comigo, e entra nos meus segredos e eu nos dela. Ela que, num dia de crise (minha) me deu o sábio conselho de que "nenhum homem merece que se engorde por causa dele". Ela, em tantas coisas tão adulta, vai falando das amigas, da escola, do grupo de teatro, e da "seca" que foi ter de ler o Garrett.

Armo em avó pedagógica, lá saio em heróica defesa do Garrett, mas ela repete "uma seca" e, logo a seguir, a misteriosa palavra. Interjeição? Onomatopeia? Grunhido?

Pelo menos agora distingo os sons : "lol".

Entre duas frases, aquele estranho vocábulo: lol.

Não me contive: "Mas o que é que tu estás sempre a dizer?"

Ela olha para mim, sem entender, encolhe os ombros, "então, respondo ao que tu perguntaste", e eu "não, não é isso, é aquela palavra que tu disseste depois, mesmo no fim da frase", e ela faz um ar admiradíssimo, e lá repete "o quê? Lol? Ó avó, tu não me digas que não sabes o que quer dizer "lol"!

É evidente que sei, também não ando assim tão afastada dessas magníficas aquisições linguísticas que as novas tecnologias motivaram! Sei perfeitamente que "lol" é a sigla que corresponde à expressão "laugh out loudly", ou seja, a maneira de, em telemóvel e e-mail, se explicar às pessoas, que não nos vêem, que estamos a rir que nem uns doidos. O meu espanto é essa linguagem já ter passado à oralidade.

"Então"- proponho - " e se em vez de dizeres isso, tu te risses, muito simplesmente, não era bem melhor?"

Faz um ar espantadíssimo, como se eu lhe propusesse qualquer coisa do outro mundo e, com aquele ar condescendente que se deve ter para com quem ainda certamente privou de perto com os dinossauros, explica que agora todos falam assim, porque assim é muito mais fácil.

E remata: "ai avó, se tu soubesses a trabalheira que dá a gente rir…"

Rir dá trabalho?

Pelos vistos dá.

Pelos vistos agora já não é só a escola que dá trabalho, não são só os livros que é preciso ler que dão trabalho, não é só o Garrett que dá trabalho. Agora, até rir dá trabalho.

Olhámos uma para a outra, muito sérias ambas, mas de repente não houve "lol" que nos valesse, e desatámos as duas a rir, mas a rir mesmo, gargalhadas das boas, das genuínas.

Se calhar daquelas que dão mesmo uma grande trabalheira, mas que ainda nada conseguiu substituir.

Vieira, Alice (2009): " A trabalhadeira". In: *Jornal de Notícias*, 20 de junho de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1267560&opiniao=Alice%20Vieira (consultado em 1 de maio de 2010).

Livros para deitar fora

Confesso: não sou capaz de deitar livros fora. De resto, eu pertenço a uma geração que tem muita dificuldade em deitar fora seja o que for. Por isso os objectos vão-se acumulando e eu perguntando-me "o que é que faço a isto?" Já pensei em fazer uma trouxa e ir vendê-los para a Feira da Ladra, mas os meus horários não me permitem ficar lá uma data de horas à espera de ver aparecer multidões interessadas em galhardetes, quadros com o brazão de juntas de freguesia de terras que nem sei onde ficam, frascos de perfume há muito vazios, amostras de tecidos, restos de lãs que nem para quadrados de mantas de patchwork já servem, etc.

Mesmo assim, de vez em quando tapo a vista com a mão, encho-me de coragem, e reúno sacos a abarrotar de lixarada, e venho colocá-los à noite ao lado dos contentores, não vá passar alguém que ainda lhes descubra serventia. Mas livros é que não. Livros não sou mesmo capaz. O pior é que, para lá de receber muitos livros (os meus amigos pertencem quase todos ao ramo…), eu ainda sou uma compradora compulsiva! Compro livros porque são de autores de que eu gosto, ou porque li uma crítica que me entusiasmou, ou até - assumo… - porque têm capas que são um espanto… Mas às vezes, prometem muito e dão pouco. Então, periodicamente, encho caixotes de livros que vou enviando para bibliotecas ou escolas: livros que sei que nunca mais vou reler, livros que tenho em várias reedições, ou até livros de que eu, pessoalmente, até posso não gostar mas entendo que outros amem de paixão.

Mas não é desses que estou a falar: refiro-me àqueles que não mereceriam (se eu fosse capaz…) outro destino a não ser o lixo. Tão maus, ou tão inúteis, ou tão fora de prazo que não me passa pela cabeça dá-los nem ao meu pior inimigo. Nos primeiros tempos da revolução, quando, de repente, descobrimos que podíamos viajar para os países até então proibidos da Europa de Leste, era fatal: regressávamos todos de lá vergados ao peso de toneladas de volumes encadernados com todas as intervenções dos camaradas nos diversos órgãos de soberania dos seus países. E - requinte dos requintes! - muitos deles na língua original. Lembro-me de ter tido de comprar um saco só para nele enfiar os discursos do camarada Jivkov, que me ofereceram na minha primeira ida à Bulgária.Digam-me: o que é que eu lhes faço?

Contava o meu querido Alçada Baptista que uma das suas tias, ao ver-se confrontada com a pergunta de uma das criadas ("o que é que eu faço às listas velhas do telefone?") terá respondido: "dê a um pobrezinho."

Se calhar, vou seguir-lhe o exemplo. Tal como eu, ela também era de um tempo em que não se deitava nada fora.

Vieira, Alice (2009): "Livros para deitar fora". In: *Jornal de Notícias*, 9 de maio de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1226290&opiniao=Alice%20Vieira (consultado a 14 de julho de 2010).

O salvador da pátria

O sr. Luís Conceição guia o carro n.º 25 de uma cooperativa de táxis de Oeiras. Apanhou-me naquele descampado que é, à noite, a TVI, e quis logo saber se eu era figurante. Eu estava estafada, e não dei grande troco. Mas nem vale a pena falar, porque o sr. Luís Conceição só quer que o oiçam, e a tudo responde:

- Só conto ao Sócrates.

O sr. Luís Conceição, que diz já ter feito de tudo na vida, desde pertencer à Marinha Mercante que, segundo afirma, lhe está a dever milhares de contos, até andar pelas Américas, tem um plano infalível para pôr Portugal no primeiro lugar entre todos os países do Mundo, no que toca a bem-estar, emprego, saúde, cultura, tudo.

Claro que é um plano que, à partida, exige algum investimento mas, ele já fez as contas, estará completamente pago "dentro de 14 a 21 anos". Garante que é um plano facílimo, já completamente estruturado na sua cabeça - mas não cai na asneira de o divulgar. Ele quer, pura e simplesmente, enfrentar o primeiro-ministro na televisão. Mas também só divulga o plano depois de o nosso "primeiro" lhe passar uns milhõezitos para

as mãos ("olhe que é mais barato que esse TGV que não serve para nada!") De repente, vem-me à cabeça uma rábula de uma revista do Parque Mayer, em que a Dora Leal, fazendo de cigana à porta de uma barraca da Feira Popular, berrava: "Um escudo, um escudo, e a Dora diz tudo!" É claro que isso já foi há muitos anos, o custo de vida aumentou muito, a inflação é o que se sabe e, por isso, por um escudo já ninguém diz seja o que for.

Mas por alguns milhões, o sr. Luís Conceição dá a receita da felicidade. Já tentou a televisão, mas respondem-lhe que, se ele não escrever exactamente aquilo que pretende lá ir dizer, nada feito. E ele não vai nessa, tá quieto ó mau, ele revelava o plano e depois outros apropriavam-se dele, não? Garante que não quer enriquecer, mas apenas uma vida desafogada. O que não é muito para quem tem nas mãos o santo-e-senha da entrada para o paraíso.

Interlocutor só aceita um: José Sócrates.

E é bom que Sócrates se apresse. Primeiro, porque o país está numa crise que não aguenta mais. Segundo, porque se a resposta tardar, ele vai direitinho a Espanha oferecer ("oferecer" é, como já vimos, uma força de expressão) os seus serviços. Eu, se fosse ao eng.º Sócrates, apressava-me a mandar chamar o sr.Luís, antes que ele - mesmo sem TGV -desande para Espanha. Há alguns séculos houve um tipo que fez isso como pretexto para dar a volta ao Mundo - e ficou-nos sempre atravessado… Quando quiser, sr. primeiro-ministro, é só dizer, eu tenho todos os contactos. Até porque o sr. Luís prometeu fazer a minha felicidade se eu o ajudar a fazer a felicidade de toda a gente.

Vieira, Alice (2009): " O salvador da pátria". In: *Jornal de Notícias*, 19 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt (consultado em 1 de maio de 2010).

Crónica de Maria João Xavier sobre a Taça de Portugal feminina

Final da Taça de Portugal feminina deveria ser disputada no Jamor?

Final da Taça de Portugal de Futebol Feminino, porque não no Estádio Nacional?

Tem surgido alguma discussão relativamente à não realização da final da Taça de Portugal na vertente feminina, no Estádio Nacional. Nomeadamente nas situações em que se observa que este estádio é palco de vários acontecimentos desportivos (e ainda bem), mas continua a não "receber" a final da Taça de Portugal feminina.

Inicialmente, a opção de "levar" a final da segunda competição mais importante do futebol feminino para locais com menor expressão a nível, quer de clubes quer de número de praticantes, centrava-se na necessidade de imprimir novo dinamismo à causa. Era urgente promover o aumento do número de praticantes e de clubes inscritos. Adicionalmente, a este motivo junta-se um outro (que terá alguma lógica), a distância que os clubes finalistas teriam que percorrer. A opção passa, então, por encontrar um ponto médio dessa distância e esse será o local da final, mais quilómetro menos quilómetro. Pelo menos até informação contrária, este é o formato em vigor.

Com o passar dos anos, a disputa da final da Taça permaneceu longe do seu habitat natural e as vozes discordantes mantiveram-se inalteráveis. Infelizmente, esta opção de divulgar o futebol feminino não colheu grandes resultados práticos. O número de praticantes não sofreu um aumento significativo que legitime manter este formato. Equipas desistem (ainda que em contrapartida outras surjam), as atletas abdicam da prática devido a uma série de constrangimentos que não adianta, neste momento, dissecar, e o futebol feminino não desenvolveu estratégias que tenham como meta a melhoria contínua, como é comum falar-se na implementação de sistemas de gestão da qualidade.

A esperança é a última a morrer e deseja-se vivamente que o novo quadro competitivo permita vivenciar e cimentar novas experiências (aliás, como já o referi anteriormente). Ora, se estes factos são observáveis, podemos concluir que esta opção revelou ser pouco atractiva, especialmente para as atletas. Afinal, o sonho é disputar a final no palco tradicionalmente destinado a esse efeito. Esse sonho tem sido adiado ano após ano. Não obstante, acreditando no que diz António Gedeão, no poema Pedra Filosofal "o sonho comanda a vida".

A pergunta é simples. Será que após estes anos de experiência, não é possível ponderar a realização da final da Taça de Portugal feminina, no Estádio Nacional e, deste

modo, proporcionar um momento ímpar aos clubes, atletas, treinadores, dirigentes e adeptos? Alguém tem dúvidas que as equipas mobilizariam os seus adeptos até ao Vale do Jamor? Eu, pessoalmente, não tenho. Pode pensar-se que o estádio estaria "às moscas" dada a sua capacidade. Mas será que isso é o mais importante para quem tenha a fantástica oportunidade de jogar uma final no Estádio Nacional? Não será importante dar a essa oportunidade às atletas? Haverá impedimentos de ordem logística assim tão inultrapassáveis? Não sei, mas creio que quem organiza o jogo da final para um determinado local, organiza para o Estádio Nacional.

Vamos esperar para ver o que ocorre na próxima época relativamente à final da Taça. Provavelmente, nada, mas era uma excelente oportunidade para promover mais uma mudança e motivação adicional a todos os actores intervenientes nesta causa, juntamente com a reformulação dos quadros competitivos. Fica a sugestão a quem possa tornar este sonho realidade.

Xavier, Maria João (2009): "Final da Taça de Portugal de Futebol Feminino, porque não no Estádio Nacional? In: *Jornal de Odivelas*. Internet. Disponível em http://odivelas.wordpress.com (consultado a 28 de maio de 2010).

1.2. Masculinos

Os bons morrem cedo

A verdade contida no título "descobri-a", em 1954, num filme inglês, "The good die young". De que tratava? Era um grande filme? Já não me recordo... Mas nunca mais esqueci que, de facto, os bons morrem cedo. Se dúvidas tivesse, desapareceriam no momento em que, ao folhear o JN, deparei com a notícia de que o Nandinho tinha partido de repente, sem avisar, sem se despedir.

Porque o Fernando Mendes era, de facto, um tipo excepcionalmente bom. Com aquele rosto com o seu quê de menineiro, o seu ar de gaiato simpático, nunca o vi mal disposto, quezilento, maledicente. Tinha uma graça a propósito de tudo, um dito espirituoso amiúde, uma atitude optimista constante. Tinha opiniões, convicções, opções, mas era capaz de as defender de um modo que não beliscava nada nem ninguém.

Era tão acarinhado que não levava a mal que lhe chamassem Fernandinho, como fez o M. A. Pina, ou Nandinho, como faço eu agora. Quem sai aos seus não degenera e o Nandinho, membro do "clã" Martins Mendes, que fez e faz história no JN, saía ao pai António, no fino trato e na bonomia, e aos irmãos Frederico e Manuel Luís, no dedo para o jornalismo. Terá andado por outras secções, mas, tal como os irmãos, a "sua" secção foi sempre o Desporto. Ainda há meses organizava uma grande confraternização que reunisse a "velha guarda" e a legião dos eventualmente modestos mas preciosos colaboradores desportivos, que julgo serem uma classe em vias de extinção. Hoje uma saudade - e o Nandinho pouco depois entrava nessa bruma de saudade que, mais ou menos, a todos nos envolve a alma.

Mas não quero terminar de forma melancólica. Prefiro recordá-lo numa ocasião de imensa alegria. O momento: a noite do dia 25 de Abril de 1974. O local: a Redacção JN, onde estávamos desde as primeiras horas da manhã. Já de madrugada, ousámos um acto "revolucionário": "invadimos" a cantina, então deserta. E o Nandinho, saltando o balcão, demonstrou talento para trabalhar com a máquina do café. Estou a vê-lo, risonho, eufórico, sobressaindo na alegre confraternização, estendendo-nos as chávenas e gritando "Sai mais um! O café maravilha!".

Desculpa não ter aparecido "naquele" dia, mas, sabes, Nandinho, prefiro guardar dos amigos imagens de felicidade: como a da noite em que tomámos o primeiro café em liberdade.

Andrade, Sérgio (2009): "Os bons morrem cedo". In: *Jornal de Notícias*, 17 de novembro de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1422690&opiniao=S%E9rgio%20de%20Andrade (consultado em 14 de julho de 2010).

O que quer Cavaco?

O caso das alegadas escutas ou vigilância de São Bento a Belém não pode ser entendido e analisado à luz de todos os outros casos que marcam a campanha e impedem a discussão das ideias que cada partido tem para governar o país. É muito mais do que isso, reflecte o mal-estar que impera nas relações entre o gabinete de Cavaco e o gabinete de Sócrates e revela um comportamento da presidência que não seria expectável.

Cavaco Silva é um político que todos os portugueses conhecem e que sempre pautou a sua intervenção política, concordássemos ou discordássemos das suas opções, pelo que pensava ser o superior interesse da Nação. O que agora vemos nas suas intervenções públicas não bate certo com a ideia que temos dele.

Cavaco Silva foi líder do PSD, mas todos percebemos que nunca deu demasiada importância ao partido. Cavaco Silva foi primeiro-ministro e todos percebemos o seu incómodo com o que apelidou de "forças de bloqueio", onde se incluía o presidente Mário Soares.

Cavaco Silva é o presidente da República que foi eleito com a promessa de cooperar institucionalmente com o Governo e nos primeiros anos de convivência até se chegou a falar de namoro entre Belém e São Bento.

O que a notícia do "Diário de Notícias" de ontem revela é que a "encomenda" de Belém ao "Público" é muito anterior ao caso "Estatuto dos Açores", visto por toda a gente como o momento em que as boas relações entre as partes romperam.

O que a notícia do "Diário de Notícias" revela igualmente é que, se for tudo como nos foi dado a conhecer agora, a vigilância partiu de Belém ao organizar um dossiê sobre o assessor Rui Paulo que entregou a um jornalista do "Público".

Tudo isto é muito estranho mas tem pouca gravidade comparando com a suspeita que Belém lança sobre São Bento. Casa Civil da Presidência vigiada pelo gabinete de Sócrates é assunto a valer tanto como o "Watergate", merece denúncia frontal de Cavaco Silva e demissão em bloco do Governo.

Em que país pensa viver o presidente da República? Aceita que um caso desta gravidade se fique pelas meras insinuações ou aceita que um governo fique em funções se tiver cometido o crime de que é suspeito?

Pelo caminho que levam as relações entre Belém e São Bento, adivinhando-se que o resultado eleitoral vai aumentar a instabilidade política, não sobra muito espaço a Cavaco Silva para garantir a governabilidade do país. Mais ainda se o resultado das sondagens se confirmar nas urnas e o PS ganhar as eleições sem maioria.

Pelo caminho que isto leva, ao PS e ao seu líder só resta vencer a segunda volta das legislativas derrotando Cavaco Silva nas presidenciais. Manuel Alegre está pronto para fazer o caminho. Bloco e PCP já estão convencidos e, pelo caminho que isto leva, até o PS se vai convencer que Alegre é o homem certo para tirar Cavaco da presidência.

Os próximos dois anos serão de grande instabilidade política e o que nos vale é que a economia do país está mais dependente do que fizerem os empresários portugueses e os políticos estrangeiros do que o que fizerem os políticos portugueses. Ainda assim, valia a pena que todos olhassem para o superior interesse de Portugal.

Baldaia, Paulo (2009): " O que quer Cavaco". In: *Jornal de Negócios*, 19 de setembro de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1366173&opiniao=Paulo%20Baldaia (consultado a 14 de julho de 2010).

Pão e circo

Os que forem resistindo fora da capital não precisam de poder de compra para nada. Não lhes faltará paisagem para plantar couves e criar porcos.

1- Todos os países têm uma capital e todas as capitais são mais ricas do que as outras cidades. Mas entre algum desequilíbrio orçamental e o imperialismo financeiro vai uma diferença como a que separa Estocolmo de Luanda. E quando se olha para os últimos dados sobre o poder de compra em Portugal, percebe-se que estamos cada vez mais próximos do modelo despótico africano e cada vez mais distantes do modelo democrático europeu.

Lisboa não só mantém o primeiro lugar do indicador do poder de compra, como o reforçou, acumulando 235 pontos (a média nacional é de 100) e concentrando 11% do poder de compra total do país. Vai-se ao extremo oposto e temos Vinhais, concelho do Norte (onde haveria de estar o mais pobre?), com os seus 45 pontos. É só fazer de conta que em vez de pontos são pães e percebe-se melhor a diferença. Pior, nos últimos 16 lugares desta tabela estão 16 concelhos do interior Norte.

Já o escrevi e insisto: estamos próximos de ver aplicada, em sentido literal, a profecia segundo a qual "Portugal é Lisboa, o resto é paisagem". Sendo que os poucos que forem resistindo fora da capital não precisam de poder de compra para nada. Não lhes faltará paisagem para plantar couves e criar porcos. Em Vinhais, já é assim que se sobrevive.

2 - Os romanos inventaram a fórmula do pão e do circo. Nos tempos da República, a oligarquia assegurava a manutenção do poder com a distribuição de pão a baixo custo e com espectáculos gratuitos no Coliseu - o circo - de Roma. Garantiam barrigas saciadas e espíritos satisfeitos entre cidadãos das classes médias e baixas e, assim, uma certa tranquilidade da turba e estabilidade política. Sempre que esta dupla garantia falhava, o sangue corria.

Em Portugal, fora de Lisboa e sobretudo na Região Norte, o pão (poder de compra) escasseia. Sendo que, agora, também o circo ruma a Lisboa. Pelo menos o da Red Bull Air Race. O circo muda-se porque empresas com participação do Estado estão disponíveis para dar mais dinheiro, se a corrida trocar o Douro pelo Tejo. Luís Filipe Menezes e Rui Rio terão razões para ficar indignados, mas não surpreendidos. As empresas podem ter participação do Estado, mas são empresas, querem estar onde está o poder de compra. Em Lisboa.

3 - A nova governadora civil do Porto, Isabel Santos, não apreciou a minha última crónica. O tema, recorde-se, era a nomeação dos governadores civis. Que serviu para garantir cargos políticos a quem ficou sem nenhum. Não se pôs, nem se pretendeu pôr em causa as qualidades profissionais ou pessoais de Isabel Santos ou de qualquer dos outros citados. Pretendia-se, isso sim, questionar por que havemos todos de pagar salário, carro e motorista a 18 pessoas que ocupam aquilo que o povo designa como "tacho" e que os políticos, desde António Guterres, apelidam de "jobs for the boys". Isabel Santos fez bem em defender a sua honra, se se sentiu ofendida. Mas registei que não tenha sido capaz de uma palavra que fosse em defesa de um cargo tão "importante".

Barbosa, Rafael (2009): "Pão e Circo". In: *Jornal de Notícias*, 30 de novembro de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1434458&opiniao=Rafael%20Barbosa (consultado em 14 de julho de 2010).

Quem disse que já não existem causas?

A construção europeia nunca foi fácil. Mas tem sido sempre possível. E tem sempre valido a pena

5:27 Quinta-feira, 3 de Dez de 2009

O Tratado de Lisboa entrou em vigor na terça-feira, 1 de Dezembro, de 2009, cumprindo um percurso que poucos achavam possível. Mas foi. E foi uma das melhores coisas que nos podiam ter acontecido, a nós, portugueses, à generalidade dos europeus e, creio também, à generalidade dos povos de todas as outras nações, que terão na existência de uma União Europeia forte e activa a garantia de mais Justiça, mais solidariedade, mais respeito pelos direitos humanos e mais preocupação com a causa ambiental, a garantia de um melhor mundo.

Essa realidade única e dinâmica que dá pelo nome de União Europeia conseguiu ultrapassar mais uma difícil etapa da sua permanente "construção", insistindo teimosamente em afastar os obstáculos que lhe vão surgindo pela frente, assegurando ser capaz de conseguir reunir condições para se afirmar enquanto unidade política forte, embora assente num esquema inédito e extraordinário de partilha de poderes de soberania, e que, em cima de tudo isso, ainda consegue criar condições internas, políticas e administrativas, para se alargar, de forma sustentada, a um número crescente de membros.

Aprovado o Tratado de Lisboa com a última rectificação, a checa, todas as atenções se centraram nos nomes escolhidos para presidente do Conselho Europeu e para Alto-Representante para os Negócios Estrangeiros. A "sorte" acabou por sorrir ao belga Herman Van Rompuy e à britânica Catherine Ashton, respectivamente. Há que reconhecer que estes não são os nomes mais entusiasmantes do mundo. Não têm o carisma que nos assegure, à partida, grandes lideranças, nesta nova fase da União Europeia, da qual se espera maior afirmação e influência internacional. Mas há que dar tempo ao tempo. A História está tão cheia de gente carismática que cai em dois dias como de gente anónima que acaba a realizar grandes feitos. E, além do mais, não só para o mal mas também para o bem, a União Europeia é uma realidade demasiado complexa para ficar dependente de apenas duas figuras.

Com o Tratado de Lisboa, nasce um presidente nomeado para um mandato de dois anos e meio, no mínimo, em substituição das presidências rotativas de seis meses, e um Alto-Representante para os Negócios Estrangeiros com competências e organização reforçadas face à figura que existia antes. Vão ter de se encaixar num puzzle que inclui um Parlamento Europeu com mais poderes, um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, os diversos conselhos de ministros sectoriais, a Comissão Europeia, os parlamentos nacionais (também eles com mais poderes de fiscalização e de iniciativa) e os governos dos vários Estados-membros.

Alguém sabe como vai funcionar tudo isto? Não. Alguém sabe que conteúdos funcionais vão Rompuy e Ashton dar aos cargos que agora estreiam? Também não. Mas não será fácil. Nem para o sistema nem para os novos protagonistas.

Mas a verdade é que a construção europeia foi sempre assim. Uma causa difícil, paredes-meias com o surreal. Mas tem sido sempre possível. E tem sempre valido a pena.

A Cimeira das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas começa dentro de dias, em Copenhaga. O objectivo ideal é simples de enunciar: alcançar um acordo global que permita a sustentabilidade ambiental do planeta, substituindo, de forma mais eficiente, o Protocolo de Quioto, que termina em 2012. Mais difícil será concretizar um entendimento inequívoco, quantificado e calendarizado sobre todas as grandes medidas a tomar em termos de redução de emissões de gases com efeito de estufa, substituição de fontes energéticas fósseis por energias renováveis e toda uma série de inúmeras outras medidas que contribuam para diminuir o excesso de pressão sobre os recursos naturais do planeta, que perderam já a sua capacidade de auto-regeneração.

Este caminho também não é fácil. Colide com gigantescos interesses económicos e com objectivos de crescimento económico e social de numerosas nações, numa altura crítica do seu desenvolvimento - e algumas dessas nações são das maiores do planeta. Sobretudo, colide com realidades culturais, de todo o tipo, à escala global, a começar nas regras da produção e do comércio mundial e a terminar nos padrões de consumo dos cidadãos de todo o mundo desenvolvido - sendo certo que os muitos mais milhões de cidadãos do resto do mundo ou sonham já com esse modo de vida ou serão, um dia, encaminhados para lá.

De certa maneira, Copenhaga nunca deixará de ser um sonho. Porque é verdade que não sairá desta cimeira um acordo perfeito, irrepreensível, definitivo. Mas alguma coisa sairá, seguramente, da COP15. E será melhor que Quioto, porque irá, certamente, acrescentar ambição às metas já existentes, alargará o leque de objectivos a atingir e reforçará o conjunto de vontades, de lideranças, no combate ao aquecimento global.

Para bem de todos nós, é imperioso que Copenhaga seja melhor que Quioto. Por isso, e por acreditarmos que a pressão da opinião pública pode fazer a diferença, a VISÃO é parceira oficial da WWF Portugal, na campanha global Vota Planeta: Mostra de que lado estás! Vá ao nosso site e junte a sua voz a este apelo global dirigido aos líderes mundiais que vão estar reunidos em Copenhaga. Ao fim e ao cabo, não pedimos muito: queremos apenas medidas que nos garantam um planeta vivo, e onde possamos viver mais alguns milhões de anos. Custe o que custar.

Camacho, Pedro (2009): "Quem disse que já não existem causas". In: *Visão*, 3 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http: //aeiou.visão.pt (consultado a 6 de abril de 2010).

A vulgaridade exposta

A declaração de Cavaco Silva ao País sobre o chamado "caso das escutas" torna-o definitivamente mortal aos olhos de quem o julgava com dotes divinos

0:27 Quarta-feira, 30 de Set de 2009

Nunca percebi as razões para o endeusamento sustentado da figura de Cavaco. Nem, confesso, a especial deferência pelas supostas qualidades excepcionais do professor. De resto, basta olhar para o actual estado do PSD para perceber que o partido ainda paga o facto de algumas cabeças pensantes da social-democracia à portuguesa se terem anulado constantemente perante tão esfíngica figura ao longo de anos. Os resultados estão à vista.

Cavaco foi Primeiro-Ministro em anos de vacas gordas.

Mudou Portugal? Mudou. Tornamo-nos um País de patos bravos sem saber ler nem escrever. De horizonte e de futuro, os seus governos deixaram menos que zero. Mas o cavaquismo fez escola: um crescimento pensado a betão e asfalto, liberalismo sem freio e uma certa modernidade tecnocrática. E, já agora, um dos períodos de maior descrédito da política portuguesa. Os seus rapazes, aliás, ainda hoje fazem estragos. E não precisamos de ir mais longe do que o caso BPN.

Mas, vá lá saber-se porquê, o homem foi sempre tratado como se tivesse capacidades invulgares e um pensamento brilhante. À esquerda e à direita, o País elogiou-lhe méritos de monta e amiúde reviu-se naquele ar distante, quase sebastiânico. Os silêncios e vãs reflexões mereceram enternecedoras e laudatórias referências, na tentativa de lhe adivinhar uma

genialidade escondida. O PSD, de resto, ainda suspira pelo seu afecto e carícias e amua quando não os tem.

Muitos discursos lidos e ouvidos e confesso-me incapaz - defeito meu, certamente - de descobrir nas palavras do Presidente da República um desígnio, um sobressalto cívico ou um olhar verdadeiramente redentor sobre o País. Cavaco, Primeiro-Ministro e Presidente da República, é um esforçado português, mediano de qualidades, saberes e capacidades, sem virtude nem alento que nos livrem da morrinha.

Agora, a sua declaração ao País sobre o chamado "caso das escutas" torna-o definitivamente mortal aos olhos de quem o julgava com dotes divinos. Atira a pedra e esconde a mão. Lança novas interpretações e mistérios. Não confirma nem desmente coisa nenhuma, antes pelo contrário: junta ainda mais suspeitas às teses conspirativas e mais lama à chafurdice. Já tínhamos pântano, disfarçado de cinismo e hipocrisia institucional. Agora temos, com uma clareza meridional, a fractura exposta da nossa vulgaridade.

Carvalho, Miguel (2009): "A vulgaridade exposta" In: *Visão*, 30 de setembro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.visao.pt (consultado a 6 de abril de 2010).

Mudar também é connosco

Para os optimistas profissionais, o pessimismo é uma das bases fundadoras da individualidade portuguesa. Dizemos mal apenas para nos sentirmos bem, o escárnio é o nosso oxigénio. A culpa nunca é nossa, mas do sistema, do Estado, do Governo, dos políticos, da maldita economia, dos patrões sovinas, da meteorologia, da descolonização, da Igreja. A culpa é sempre dos outros. E quando, por algum motivo, se gera uma discussão a expensas de um determinado assunto (basicamente, os do costume: justiça, saúde, futebol, corrupção, criminalidade e, infelizmente com mais frequência, o desemprego) professamos invariavelmente a mesma doutrina: organize-se uma revolução, agitem-se as águas, mude-se tudo. Mas não o nosso comportamento. Isso nunca.

Um exemplo. O caso "Face Oculta" despertou novamente nos agentes judiciais o impulso de refundar o sistema, acordou o "bicho-papão" das leis anticorrupção que jazia adormecido no subconsciente de alguma classe política, demonstrou, à saciedade, que a Justiça não consegue, garantidamente, convencer-nos da sua independência face ao jugo político-partidário. A propósito de um caso muito concreto, expiaram-se todos os males da Nação. Porque é mais fácil sentar um país inteiro no banco dos réus do que apenas meia dúzia de proeminentes esquivos.

Ora, no céu deste novel escândalo nacional paira um fantasma chamado corrupção. E o que está na génese da corrupção? A falta de carácter, o chico-espertismo, o desenrascanço, o dê-lá-uma-ajudazinha-que-eu-depois-faço-por-não-me-esquecer-de-si; está, no fundo, uma marca social que nos distingue. A corrupção floresce porque começa nalgum lado. E nem sempre começa por cima.

Na verdade, geramos criaturas corruptas porque não queremos mudar. Pelo menos, uma parte considerável de nós. E quando ouvimos alguém, sobretudo alguém com responsabilidades, falar em mudar ouvimos sempre a mesma cantilena: urge repensar tudo e mais alguma coisa. E este raciocínio só não se torna mais perverso porque, na realidade, a vontade de mudar raramente passa disso.

Os portugueses têm de começar a perceber que têm de ser eles a tomar em mãos o seu próprio destino, de não cederem à tentação enraizada de delegar, ingenuamente, na arbitrariedade dos detentores do poder (em todas as suas formas) o futuro da nossa individualidade.

De nada nos vale andarmos sempre a lamentar que o país, com gente como esta, não vai a lado nenhum. Porque essa gente também somos nós. Mais a mais, não é sequer honesto alimentar o desejo constante de arrasar as regras se não fazemos, sequer, um esforço para as cumprir.

Carvalho, Pedro Ivo (2009): " Mudar também é connosco". In: *Jornal de Notícias*, 20 de novembro de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1425533&opiniao=Pedro%20Ivo%20Carvalho (consultado a 14 de julho de 2010).

O príncipe com complexo de Édipo torto

ESTOU bem colocado para falar do drama do príncipe Carlos. Era eu garoto, tentava entrar na cozinha onde se faziam os folhados de carne ou camarão e era logo corrido: "Já lá para fora!" Era a minha mãe. As mães agarram-se aos seus postos de trabalho. Agarram-se ao tacho como um deputado que não sabe fazer mais nada. Emprego, para elas, é sempre vitalício - as mães são filiadas na CGTP-Inter-sindical por natureza. Não até tão tarde, é certo, mas também conheci o drama do príncipe Carlos.

Acresce que eu e ele somos da mesma fornada. Somos do começozinho dos anos *Baby Boomers*, a explosão da filharada. 1948 - por cada Mahatma Gandhi morto (a 20 de Janeiro) foi uma cartada de futuros sexagenários a pedir chupeta ao longo do ano. Além dos dois já citados: Ximenes Belo, Cat Stevens, Sven-Goran Eriksson, Billy Crystal, todos 1948, como o primeiro Land-Rover. Mas, lá está, enquanto uns foram para cronistas, bispos, cantores do Alá, treinadores de futebol e apresentadores de Óscares, houve um que ficou à espera do emprego da mãe.

Charles Philip Arthur George de Mountbat-ten-Windsor - o nome oficial do nosso Carlos - foi tendo biscates ao longo da vida: príncipe de Gales, duque, da Cornualha, duque de Rothesay, conde de Carrick, conde de Chester, barão de Renfrew e (o meu preferido) Senhor das Ilhas. Tinha ele quatro anos e a mãe arranjou o emprego que se sabe. Desde essa altura, o Carlos ficou à espera de a substituir. Está bem, ela é rainha e o cargo traz, por contrato, outras mordomias: Supremo Governador da Igreja de Inglaterra, Duque da Normandia, Lord de Mann e, vou dizer em estrangeiro, porque me parece ainda mais formidável, Paramount Chief of Fiji. Eu seria capaz de fazer muita coisa para ser Paramount Chief of Fiji, mas nunca ficar 60 anos à espera.

Na verdade, o príncipe Carlos só está à de emprego. Tanto mais que ele se arrisca a esperar um bom bocado mais: a rainha Isabel só tem 82 anos. O só não é irónico: a mãe dela morreu há meses, aos 101.

O Carlos fez 60 anos na semana passada. A questão não é tanto a idade em si, mas continuar dependente. A 14, dia do seu aniversário, ao meio-dia, no Hyde Park, o King's Royal Horse Artillery fez soar 41 tiros de canhão em sua honra. Parece bom ao primeiro ouvido, não fosse o pequeno senão por trás da coisa: foi a mãe que deu autorização para o tiroteio. Não fosse ela, a Real Artilharia Montada continuaria muda. O leitor ponha-se no lugar do infeliz, é seu dia de festa, tem 60 anos, chega ao emprego e os seus colegas estão à volta do telefone, esperando que ele soe com a autorização da sua mãe: "Podem cantar o Parabéns a Você!" Toda vida nisto, é duro.

Ainda por cima, o príncipe Carlos é uma figura pública, todos lhe conhecem a ambição. É um freudiano arrevesado, não quer matar o pai, mas a mãe (só no sentido figurado, que ele é bom rapaz: ela reformar-se bastaria). Em vez do passamento, ele é obrigado a ouvir canções idiotas à sua custa. Na semana passada, Eric Idie, que foi dos Monty Python, pôs-se a cantar estas rimas cruéis: "If you're 60 years of age/ And your mum won't leave the stage" (mais ou menos: "Se tens 60 anos de idade/ E a tua mãezinha não sai da cidade"). A mãe não desampara a loja, não sai do palco - e Carlos à espreita da sua oportunidade.

Como eu disse, também tentei entrar na cozinha. Mas, tendo sido corrido, fui tentar a minha sorte noutro lado. Outro rapaz do nosso tempo, o Cat Stevens, o Gato Esteves, como nós lhe chamávamos por causa das suas canções abaixo de cão, vingou-se na mãe tornando-se fundamentalista islâmico. Todos nós resolvemos o nosso problema. O do príncipe Carlos é que ele passou a vida a treinar para ser a mãe. E continua na pista a aquecer, até que o chamem para entrar em jogo.

No ano em que nascemos, o Kim Il-sung fundou a república comunista da Coreia. Na constituição ficou escrito que ele era "O Presidente Eterno". E até ele, o Presidente Eterno, desamparou a loja dando uma oportunidade ao filho KimJong-il. Bemardino Soares, do PCP, é que deve estar orgulhoso por não estar sozinho. Há um aristocrata em Inglaterra que também pensa que a Coreia do Norte é um exemplo a seguir.

Ferreira, Fernandes (2009): "O príncipe com complexo de Édipo torto". In: *Notícias Sábado*. 19 de setembro de 2009, p. 4.

Autópsia de um tema

Nã há cronista que, pelo menos uma vez na vida, não tenha cedido à tentação de se desenvencilhar do compromisso semanal com recurso à mais comum das suas angústias periódicas: a da falta de tema para a crónica. Não posso jurar que também eu não tenha cedido a ela, em mais de vinte anos de escrita quase ininterrupta. Deve ter acontecido um par de vezes e tenho pelo menos a esperança de, mesmo nesses casos, ter conseguido honrar o juízo daquele crítico que disse das minhas crónicas que elas jamais eram indiferentes.

Mas não me lembro de ter elaborado sobre as razões pelas quais, tendo escolhido de impulso um tema, acabei por hesitar longamente não tanto sobre as potencialidades que ele encerra, mas sobre a sua própria dignidade enquanto matéria de escrita. Foi essa dúvida que me assaltou antes de começar a escrever este artigo. Porque, de raiva, quase com indignação, decidi que hoje havia de escrever sobre a desproporcionada, parola, rasteira e desmiolada euforia com que o país (é melhor dizer os média, que o país não se confunde com eles) acolheu a notícia de que Cristiano Ronaldo foi considerado pela FIFA o melhor jogador de futebol do mundo em 2008.

Eu também acho que Ronaldo é um dos melhores jogadores do mundo - embora tenha pena que o fabuloso Zlatan Ibrahimovic nunca apareça no topo das preferências mediáticas; eu acredito que Cristiano, apesar do vedetismo insuportável que começa a tingir-lhe a imagem pública, ainda pode ser melhor do que já é; que tudo isso, sobretudo se vertido em exibições à altura quando ao serviço da selecção portuguesa, pode constituir uma fonte de alegria para milhões de portugueses, porque o futebol tem esse raro condão de fazer com que indivíduos desavindos se sintam com vontade de gritar a uma só voz, em raros momentos de triunfo e glória.

Mas nada disto, a bem dizer, tem que ver com uma distinção efémera que é, naturalmente, muito positiva para o futebolista que a recebe, mas não acrescenta rigorosamente nada ao nível do futebol que se pratica no seu país de origem - e, por maioria de razão, em nada contribui para a felicidade dos seus compatriotas. A histeria mediática que envolveu a consagração de Cristiano Ronaldo não é apenas típica de um país sedento de vitórias: é sinal da incómoda persistência de um provincianismo que se alimenta do máximo denominador comum que é o futebol para criar ficções de sucesso colectivo onde apenas existem sinais de excelência individual. O prémio de Cristiano é "para todos os portugueses"? Até o próprio jogador se viu embaraçado para responder positivamente a esta estúpida pergunta. E o que pode o futebol português beneficiar com tal distinção? Nem o mais obscuro discurso pronunciado no "futebolês" hermético dos nossos comentadores conseguiu apurar um único saldo positivo desta operação de marketing. O que é bom para Cristiano é bom para Ronaldo - o que não quer dizer que seja bom para o país. Digamos que é indiferente.

A histeria roçou a obscenidade quando a televisão pública, por norma mais circunspecta no tratamento sensacionalista de temas de "interesse público" (seja lá isso o que for), resolveu dedicar uma emissão do seu principal programa de debates ao momentoso assunto. Eu gostaria de ter tido paciência (mas já me vai faltando tempo para ter paciência) para seguir, de princípio a fim, a memorável emissão. Mas, logo de início, a apresentadora pôs na sua moderação o mesmo empenho e fervor com que aborda regularmente os problemas da crise do sistema bancário ou das listas de espera nos hospitais; e isso chegou-me para perceber que a emissão só podia descambar no ridículo. Cabe a pergunta, de tão incerta resposta que a vertigem nos assalta, se a atribuição do Prémio Nobel a um físico português teria despertado na RTP uma tão alvoroçada paixão.

O tema, está bem de ver, podia ser abordado de cento e vinte maneiras, tantas quantas há para cozinhar o bacalhau. Mas, qualquer que seja o ângulo por que o encaremos, ele parece sempre insuficiente para justificar o alarido que despertou - intenso e efémero, para logo se extinguir. Não, não vale a pena escrever sobre ele.

Ferreira, António Mega (2009): " Autópsia de um tema". In: *Notícias Magazine*. 22 de fevereiro de 2009, p. 65.

A louca corrida das tartarugas até ao mar

O País está empatado. Tem uma crise económica, mas o PS já só governa para cumprir calendário. As sondagens (se ainda acreditamos nelas) mostram que o eleitorado está dividido entre dois partidos, sem maioria que valha e com hipóteses de coligação inviáveis. Surge uma pequena onda por uma afirmação dos poderes do Presidente da República, que possa entrar em cena se necessário. E tudo isto acontecerá lá para Setembro e Outubro, numa época em que Portugal estará, presume-se, sob forte contágio da gripe A.

Não é a teoria do caos, mas é para esta instabilidade - política, económica e social - que os carris estão apontados. Caso, portanto, para que quem manda no País esteja preocupado e focado. E o que andam os partidos políticos a fazer na antecipação das perguntas e na preparação das respostas? A tratar da vidinha deles: quem vai para as listas de deputados levadas a sufrágio.

É uma guerra em surdina, disputada em bicos dos pés e telefonemas para as "pessoas certas", para ver se renovam ou ganham a cadeira no hemiciclo. Ser deputado é a melhor profissão para quem não quer fazer nada e a pior para quem quer fazer muito. Pelo estatuto, pela obediência civil ao partido, pelas ajudas de custo, pela pensão de reforma.

A disputa dos políticos para o lugar de deputado é como a corrida das tartarugas até ao mar depois de o ovo quebrar. Milhares correm ao mesmo tempo, vão sendo comidas por caranguejos e gaivotas, algumas chegam ao mar e sobrevivem. Como elas, também os políticos correm desenfreadamente durante umas semanas para depois, conseguido o cargo, se meterem na casca e virarem *yes-men e of course-women* de quem os pôs à frente nas listas. Gente para quem lealdade é apenas e só fidelidade.

A crise de uns é, de facto, a oportunidade de outros. Em Setembro logo se vê como isto começa outra vez. Ou como isto acaba de vez.

Má sorte ter sido bancário

Na semana passada, numa conferência da Caixa, a plateia zurzia no director regional: porque continuam a lucrar e não descem os *spreads* às empresas? Dias depois, num encontro do BES, a funcionária desabafava: por que razão os jornais só falam do mal da banca e não realçam os níveis de produtividade de quem lá trabalha? Nessa tarde, um gestor do BPN contava: recebia insultos e ameaças.

Não é fácil explicar que os *spreads* cobrados às empresas subiram porque há menos crédito e porque os próprios bancos estão a pagar muito mais pelo dinheiro que lhes emprestam; nem que as taxas de rendibilidade estão em queda; nem que os accionistas continuam a exigir retomo. Mas é isso que os bancários que lidam com os clientes, no balcão ou ao telefone, têm de fazer todos os dias.

Eles estão no fim da cadeia alimentar, que tem o banqueiro no topo e vai descendo pela administração e quadros superiores. Em conjunto, este é um dos sectores económicos mais profissionais e evoluídos em Portugal (e, de facto, com elevados níveis de produtividade), mas é com eles que os clientes estão zangados. Em parte por razões incontroláveis, como a escassez de crédito do exterior; noutra parte por abusos nas relações com os clientes, forçadas por objectivos agressivos de vendas. É por isso que muitas pessoas se viram contra os banqueiros. Mas quando se viram quem vêem são os bancários.

Guerreiro, Pedro Santos (2009): "A louca corrida das tartarugas até ao mar". In: *Sábado*, 16 de julho de 2009, p. 81.

Caixas "mágicas" com alta definição

Conseguir ter milhares de músicas, fotografias e filmes numa pequena caixa ligada ao LCD da sala e ao sistema de som surround pareceu-me, há uns bons pares de anos, uma revolução. E das grandes.

Finalmente poderia ouvir as centenas de CD – ou, pelo menos, saber que tinha tudo num só sítio e à distância de um toque no controlo remoto – e ver as milhares de fotografias e de vídeos guardados pacientemente ao longo do tempo, primeiro em CD, depois em DVD, depois ainda no computador e, finalmente, em disco rígidos externos de grande capacidade e preço acessível.

O único entrave, nessa altura, a entrar nesse mundo digital concentrado, era o preço do leitor multimédia que me fazia sorrir de satisfação. Havia outros, é bem verdade, e o que eu desejava nem sequer era vendido nas lojas mas... havia lá fora e a Internet seria a mediadora entre o meu desejo alimentado durante meses até à coragem de carregar no botão do *site* para efectuar a compra.

Em 2006, o leitor DVico TViX M-4100SH era o céu na terra: tinha um disco rígido de 500GB, sintonizador de TV e, melhor ainda, lia todos os formatos de áudio e de vídeo existentes na altura, além de legendas. Eram muitos e o TViX era o leitor multimédia mais avançado do mundo – dizia a propaganda da marca e confirmavam os *geeks*. Além do som Dolby surround e da ligação por rede (para se ligar a um computador, ou mais) já tinha resolução Full HD de 1080p: um verdadeiro Rolls-Royce. Foi caro, caríssimo mesmo, mas... a qualidade, aliada à novidade, faz-se pagar.

Actualmente, a oferta e os avanços tecnológicos fizeram descer os preços dos leitores topo de gama para menos de metade e surgiram novos leitores onde reina a simplicidade. Funcionam na perfeição e lêem todos os formatos digitais sem se "engasgarem". Por norma não têm disco rígido, e para funcionar só precisam de ser ligados à TV, "encaixar" uma caneta USB ou ligar um disco rígido externo ao leitor e estão prontos para reproduzir tudo o que lá esteja gravado.

Os mais sofisticados, integram um disco rígido que pode ir aos 2 Terabytes, já têm conectividade sem fios para poderem ler (fazer o streaming) directamente os ficheiros guardados no computador e vídeos na Internet, como o bombástico Dvico TViX HD M-6631N.

Quem prefere a simplicidade, o Memup Mediagate HD e o ViewSonic WMP-30 são duas apostas seguríssimas e, além do mais, são ideais para levar no bolso quando se visitam amigos que ainda não se converteram à revolução dos leitores multimédia digitais.

Louro, Nuno Paixão (2009): " Caixas "Mágicas" com alta definição". In: *Sábado*. Internet. Disponível em http:// www.sabado.pt (consultado a 2 de abril de 2010).

Há vida para além dos 'gays'

Cavaco está-se nas tintas para os casamentos 'gay'. E...?

6:02 Quarta-feira, 23 de Dez de 2009

O Presidente da República fala pouco, quando rodeado de câmaras de televisão. Em geral, usa a terceira pessoa do singular. Parece o Jardel: "O Jardel, entrou, o Jardel marcou." "O Presidente da República não deve pronunciar-se sobre isto, o Presidente da República deve manter reserva sobre aquilo." E etc.... Desta vez, porém, disse qualquer coisa, sobre os casamentos gay, motivando uma intervenção desproporcionada de um deputado do PS. Com a sua proverbial sabedoria popular, o insuspeito Jerónimo de Sousa foi o primeiro a defender Cavaco. O secretário-geral do PCP disse que as palavras do Presidente poderiam ter sido proferidas "por qualquer de nós". É que, não bem nestes, mas noutros termos, o Chefe do Estado afivelou aquele seu esgar sorridente (em que os olhos nunca sorriem...) e declarou que se está nas tintas para o casamento gay. Ele poderia ter citado Jorge Sampaio quando, durante o consulado de Durão Barroso - com Manuela Ferreira Leite, nas Finanças -, o seu antecessor considerou haver "vida para além do défice". Cavaco tem razão: caso o PS não saiba, há vida para além dos casamentos gay. O que é que se espera de um Governo que, até agora, apresentou como única iniciativa legislativa este pacote (para além do Orçamento rectificativo)? E de um PS que, nas jornadas parlamentares, escolhe como prato forte a regionalização - tema que, a discutir-se, será apenas em 2011? Até agora, o Governo modificou a avaliação dos professores, adjudicou o primeiro troço do TGV e confirmou o aumento do salário mínimo. Mínimo, como os serviços mínimos de um Executivo que parece estar à espera de cair, em Agosto, para ver se é desta que recupera a maioria absoluta.

O problema é que, no seu tom sobranceiro, Cavaco quis dizer muito mais: que a polémica da legislação sobre o casamento entre pessoas do mesmo sexo se destina a desviar as atenções dos assuntos que preocupam os portugueses e, logo, que o preocupam a ele. (Aliás, Cavaco não se considera "um político", classe da qual insiste sempre em pôr-se de fora). O próprio comunicado dominical de Belém, que desmente "intrigas" a propósito do conflito entre o Presidente e o primeiro-ministro, utiliza a mesma expressão

sibilina: querem "desviar as atenções". Mas desviar as atenções de quê? Da má época do Sporting? Do aquecimento global? Do caso Face Oculta? Cavaco não diz.

Ora, esta "desvalorização" da agenda socialista picou o deputado Sérgio Sousa Pinto, que aproveitou para forçar um conflito institucional artificial. Pela sua voz, o PS acusa o PR de estar a "interferir na agenda partidária" e a "exorbitar a sua legitimidade". Ora, a verdade é que Cavaco, volta e meia, até tem a sua interferenciazinha. Mas não foi o PS, por António Vitorino, que lhe pediu que interviesse, perante o risco da ingovernabilidade? Que interferisse, portanto, no jogo partidário? Talvez alguns responsáveis socialistas devessem fazer como o PR: afinal, em boca fechada não entra mosca.

PS: O presidente do Supremo, Noronha do Nascimento, quer um "órgão com poderes disciplinares efectivos" sobre os jornalistas, composto por representantes da classe e - pasme-se! - outros da estrutura política do Estado (AR?, Governo?). Não sei que exemplos internacionais encontra o magistrado para fundamentar esta mentalidade controleira e policiesca. Nem se percebe a confissão implícita de impotência da Justiça para dirimir, em tribunais comuns, os conflitos que envolvam órgãos de Comunicação Social.

Luís, Filipe (2009): Há vida para além dos "gays". In: *Visão*, 23 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.pt (consultado a 6 de abril de 2010).

Os resultados estão à vista

A criação de novos espaços verdes públicos é uma das prioridades do nosso projecto para Gaia.

Durante anos ocupamo-nos de infra-estruturas essenciais e urgentes, como o saneamento básico (que hoje cobre todo o concelho), os arruamentos estruturantes e a habitação social. Chegou o tempo das preocupações se dirigirem para elevar o nível da qualidade ambiental de Gaia, e os espaços verdes urbanos são, para isso, fundamentais. Já demos passos significativos, com a criação dos Parques da Lavandeira e das Corgas, do alargamento do Jardim Soares dos Reis, dos espaços ajardinados da Beira-Rio ou do Litoral. Em preparação encontram-se uma série de outros espaços, alguns de grande dimensão, como é o caso dos parques do Vale de S. Paio, da Quinta Marques Gomes, da Vila d'Este e da Serra do Pilar.

Uma cidade não se pode imaginar nem construir sem parques e jardins, fundamentais para o lazer das populações, para o seu contacto com a natureza, para a regulação do micro-clima urbano, do ciclo da água e combate à poluição.

Por isso o novo PDM (Plano Director Municipal) de Gaia, já pronto, e cuja discussão pública terminou há dias*, consagra a Estrutura Ecológica Municipal, um vasto conjunto de espaços de importância fundamental para a sustentabilidade biofísica de Gaia.

E por isso, também, o Plano e Orçamento do Município e das suas empresas municipais para 2009 consagram avultadas verbas para as questões ambientais, da defesa das dunas ao estudo da erosão da costa, da educação ambiental aos espaços verdes e de conservação da natureza, da investigação sobre a biodiversidade urbana àrecuperação da fauna e flora.

E os resultados estão à vista: ainda em Dezembro passado a conceituada revista basca de entomologia *Heteropterus* dava a conhecer a descoberta de uma nova espécie de pirilampo, baptizado com o nome científico *Lampyrís ibérica*, apontando como um dos locais de ocorrência o Parque Biológico de Gaia.

É um simples insecto, é verdade, mas é um indicador claro da qualidade ambiental de Vila Nova de Gaia.

*** http://www.gaiurb.pt/revisaopdin.htm**

Menezes, Luís Filipe (2009): "Os resultados estão à vista". In: *Notícias Magazine*. 29 de março de 2009, p. 7.

Quebrar o enguiço

Numa troca retórica entre José Sócrates e Francisco Louçã, durante o debate do Programa do XVIII Governo, um dizia que, segundo a Comissão Europeia, Portugal estava a comportar-se melhor do que a média da União Europeia (UE) no ataque à crise e o outro retorquia que não, que era exactamente o contrário.

Feliz ou infelizmente, ambos têm meia razão. É que, quanto ao impacto negativo da recessão mundial, neste ano de 2009, no qual o tombo foi a pique, a CE prevê um recuo de 2,9% no PIB português, enquanto a quebra na UE deverá atingir 4%. Sendo este recuo maior do que o nosso - fraco consolo... - em termos de convergência real com a UE voltamos a subir um degrauzinho de +0,8% face ao PIB médio europeu.

Mas já para 2010 e 2011, a progressão prevista do crescimento económico em Portugal deverá ficar em 0,3% e 1,0%, respectivamente - abaixo dos valores estimados para a UE: 0,7% e 1,5% (e lá escorregamos, de novo, 0,63%...). E porquê? Por causa das nossas debilidades de fundo, carregadas há muitos e maus anos: baixo investimento no capital humano conduz a baixa produtividade e incapacidade para a aumentar; logo, baixa competitividade externa e evolução negativa dos termos de troca conduzem ao esmagamento das margens de lucro das empresas exportadoras; logo, mantém-se baixo o nível de poupança, quer das empresas não financeiras quer das famílias; logo, aumenta todos os anos a necessidade de financiamento externo, com acumulação de défices gémeos (o orçamental e o da balança de transacções correntes), e um endividamento líquido externo que já atinge um ano completo de produção no País de bens e serviços finais - vulgo, 100% do PIB.

É este o nosso destino fatal? Não, não é. Desde que se quebre este círculo vicioso, mobilizando os agentes económicos, grandes e pequenos, patrões e assalariados, para ganhos de produtividade bem maiores do que os 0,75% ao ano, estimados pela CE. Este é o tónico de que todos os centros de produção de bens e serviços em Portugal, estejam eles virados para o mercado interno ou externo, vitalmente precisam. Para além disto, que já de si é difícil e não pode ser evitado, cabe fazer escolhas de apostas prioritárias. O primeiro--ministro propôs duas: energia e exportações, para reduzir agressivamente o défice comercial. Veremos os resultados a quatro anos.

Metelo, António Perez (2009): "Quebrar o enguiço". In: *Diário de Notícias*, 6 de novembro de 2009. Internet. Disponível em http://www.dn.pt (consultado a 6 de abril de 2010).

Verdade e consequência

Por onde quer que passe, Manuela Ferreira Leite vem declarando a sua oposição ao projecto de alta velocidade ferroviária, o TGV. Argumenta que, não havendo recursos no país, não deve haver luxos. Comete dois erros. Um de análise, pois o TGV não é um luxo, é um lixo. O segundo, de omissão, pois não chega falar, é preciso agir. Se fala verdade e é contra o projecto, a líder do PSD deve ser consequente, utilizando os meios ao seu alcance para evitar a construção do investimento menos rentável e mais inútil de sempre da história de Portugal. E o instrumento democrático mais convincente e acessível é o referendo popular.

Para o promover, a presidente do PSD dispõe de todas as condições. Tem legitimidade institucional, através da vontade expressa do seu grupo parlamentar. Além de que, no plano político, o PSD teria aqui uma janela de oportunidade única, a perspectiva de uma vitória retumbante. A fazer fé em todos os estudos de opinião, os portugueses estão hoje maioritariamente fartos de megaprojectos. Com esta iniciativa, o PSD surgiria assim como intérprete da vontade popular.

Finalmente, no plano dos princípios, um referendo sobre o TGV - mas também sobre todos os grandes investimentos públicos - é um imperativo democrático. Projectos com efeitos orçamentais em três gerações não devem ser decididos por políticos clarividentes (?!) ou sequer por técnicos consagrados. Decisões cujas consequências se farão sentir por tempos que muito excedem o duma legislatura devem assentar na vontade esclarecida de todo um povo. E não na de um governo a prazo, assessorado por técnicos tendenciosos e dependentes de corporações directamente envolvidas nos negócios a que as decisões dão suporte.

Ferreira Leite tem, pois, o dever moral de avançar com o referendo. A credibilidade, que tanto proclama, obriga a uma convergência da sua acção com o seu

discurso político. Em nome dessa coerência, deve lutar pelo cancelamento do projecto. E mesmo se para tal tiver de contrariar alguns dos membros da sua Comissão Política, faces visíveis do bloco central de interesses, e cujos escritórios estão intimamente ligados aos grandes negócios do Estado.

Quanto a Sócrates, mais não lhe restará do que concordar com a consulta pública e acatar a vontade popular. Este primeiro-ministro é, afinal, o mesmo secretário-geral do PS cujo lema é justamente "o povo é quem mais ordena".

Morais, Paulo (2009): " Verdade e Consequência". In: *Jornal de Negócios*, 18 de março de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1172215&opiniao=Paulo%20Morais (consultado a 13 de julho de 2010).

Um homem na cidade

PRAÇA DOS RESTAURADORES, **três da tarde. Dentro de dois dias, os carros de Fórmula l tomarão conta desta avenida que agora tenho em frente. Há algo de deprimente nisso, sim. Lisboa está à venda. Parece a Islândia. Há uns fins-de-semana, passava-se numa praça - estava fechada com tapumes opacos, alugada para uma festa privada. Dentro de dois dias, tentar-se-á chegar ao Terreiro do Paço, e então será preciso apanhar a Rua da Escola Politécnica, o Príncipe Real, o Largo da Misericórdia, a Rua da Misericórdia, o Largo de Camões, a Rua do Alecrim, o Cais do Sodré e a Avenida Ribeira das Naus - uma hora e meia de trânsito e de ruas estreitinhas e de apitos e de automóveis estacionados em segunda fila e de zangas e de carros que se vão abaixo e de pancadaria entre taxistas e condutores de domingo. Isto a um fim-de-semana.**

É, porém, nesta avenida onde dentro de dois dias chegarão os carros de Fórmula l, há hoje sol. É um sol doentio, tórrido e gélido ao mesmo tempo, desconfortável se se o apanha e mais desconfortável dos anos - mas agora está todo aperaltado por causa dos bólides da Renault, coisa de que provavelmente mais nenhuma capital europeia poderá gabar-se também. Apetece ficar ali. Apetece ter vida de cigarra. Apetece ter cérebro de lombriga. Apetece ficar ali a guardar lugar, com uma daquelas cadeirinhas desdobráveis debaixo do braço - e apetece passar depois o fim-de-semana inteiro a vegetar em frente à Fórmula l, rom-rom-rom para cá e rom-rom-rom para lá, pião para aqui e pião para acolá, dois dias de acelerações e de gritos e de palmas e de "Ganda cena!", até ser segun-da-feira outra vez e chegar a hora de picar de novo o ponto na empresa.

Infelizmente para a Renault, preciso de ir à Loja do Cidadão. Relapso patológico, tenho os cartões quase todos por actualizar, os ajustes de contas quase todos por fazer e os passes de morador quase todos por pedir. A cada domingo olho para a agenda, a cada terça volto a olhar para ela e a cada quinta torno a decidir que é na semana seguinte que lá vou. Agora, porém, há crise. Um homem dá por si a querer fazer-se um homem. De forma que esqueço a Fórmula l e mergulho no meu calvário. Mãos postas, tom humilde, prolongada vénia - vou pedir informações a uma das senhoras do Registo Civil, aproveitando a pausa momentânea para a saída de um cidadão, o toque na campainha e a entrada do seguinte. E então vejo-me de súbito com o coração a saltar-me do peito, palpitante de alegria. Aqui não costuma haver sol nem Fórmula l. Aqui costuma haver uma humidade sôfrega, cheiro a suor, gritos e angústia. Aqui costuma haver imigrantes em delírio, funcionários esgotados, rostos contritos de parte a parte e lágrimas engolidas um pouco por todo o lado. E, contudo, aqui lia agora o Cartão do Cidadão. Devo ter sido o último português a saber que já se podia requisitá-lo em qualquer lado. Mas o facto é que não consigo resistir a partilhar convosco a minha alegria. Semelhante a um simples cartão de crédito (isto parece texto de brochura do Governo, não parece?), o Cartão do Cidadão é Bilhete de Identidade, Cartão de Contribuinte, Cartão de Segurança Social, Cartão de Utente, Cartão de Heitor e sei lá que mais cartões num só. O mais provável é que, se pedirmos com jeitinho, possa até ser Cartão da Medis, Cartão da Biblioteca Nacional e Cartão do Modelo/Continente - tudo junto numa banda magnética só. E eu vou tê-lo. Vou tê-lo e vou fazê-lo todo dê uma só vez. Falta apenas encontrar a vez. Neste dia de sol, são ainda três da tarde e já não há senhas para hoje, "devido à grande afluência de público". E, se vou à Segurança Social para ao menos adiantar trabalho com os pagamentos em falta, o mesmo: também não há senhas, "devido a problemas no sistema informático".

Mas desta vez há esperança nestes rostos. Acabaram-se as sete senhas em dia de Loja do Cidadão. Acabaram-se as sete filas, as sete fotografias, os sete pedidos de esclarecimento e as sete Colinas do Purgatório.

Regresso a casa. Hei-de lá voltar para o ano, provavelmente. Até então, é Fórmula l e mais nada. Há alegria neste rosto também: faltam só os nove Círculos do Inferno. Daqui ao Paraíso, é um tirinho. Que se lixe a crise. Rom-rom-rom.

Neto, Joel (2009): "Um homem na cidade". In: *Sábado*, 6 de junho de 2009, p. 66.

Uma década perdida

O País está para o futuro como o peru está para o Natal

6:04 Quarta-feira, 23 de Dez de 2009

Como definir a última década? Como definir a década do estertor final do guterrismo, da deprimente aventura Barroso/Santana Lopes, da perversa hegemonia socrática? Alguns, inspirados pelo espírito do Natal, gostarão de lembrar que, aqui e ali, existiram uns arremedos reformistas (primeiros meses dos executivos Barroso e Sócrates). Mas receio que seja boa vontade a mais. Apesar da santidade da quadra, só não vê quem não quer: a primeira década do século XXI português, se estatisticamente não marca ainda, em todos os indicadores, um verdadeiro retrocesso económico e social, passará provavelmente à história como a década do apodrecimento definitivo do regime herdado do 25 de Abril.

Por muito graves que sejam, não são a dívida pública, o défice orçamental nem o PIB per capita que, de per si, mais me preocupam. Preocupa-me, isso sim, a falência do modelo económico em que vivemos. Preocupa-me pensar que, na última década, baseámos todo o nosso desenvolvimento numa santíssima trindade formada pelo Estado (e a Europa), a Banca (e o crédito fácil) e as Obras Públicas. E preocupa-me ainda mais registar que a promiscuidade entre os poderes político e económico (que é uma consequência óbvia do modelo de desenvolvimento que escolhemos) ultrapassou novos limites, durante os últimos anos de maioria absoluta socialista.

Preocupa-me pensar que a última década é a década da degradação final do nosso sistema de Justiça. Preocupa-me pensar que os casos Casa Pia, Portucale, Moderna, Operação Furacão, Freeport (e poderia citar muitos mais), nos tiraram qualquer ilusão acerca da capacidade de se fazer justiça em Portugal, sempre que estão envolvidos interesses políticos ou económicos poderosos. E preocupa-me tanto mais quanto tenho para mim bem claro que uma sociedade que deixa de acreditar na justiça perde, a prazo, qualquer viabilidade, enquanto projecto político.

Preocupa-me pensar que a última década condenou à mediocridade mais uma geração de alunos portugueses. Por força das cedências contínuas às pressões corporativas, por força do poder tenebroso de um sistema kafkiano que se alimenta a si mesmo e por força da total ausência de uma cultura de exigência e de excelência.

Preocupa-me ter de admitir que o nosso sistema político-partidário possa ter perdido qualquer hipótese de regeneração. Não é uma questão ideológica nem de simpatia partidária. É a constatação de um facto simples: o PS e o PSD que, desde o 25 de Abril, formaram o sustentáculo maior do nosso sistema político, afastaram-se irremediavelmente da sociedade, deixaram degradar os seus quadros a um nível verdadeiramente deprimente, tornaram-se simples câmaras de ressonância de um bloco central de interesses que desacredita todo o nosso edifício democrático, perderam qualquer capacidade e vontade reformistas e deixaram, portanto, de protagonizar alternativas de regeneração sistémica. Mais uma vez, preocupa-me particularmente o facto de intuir que esta degeneração se agravou de sobremaneira nos últimos quatro a cinco anos. E que o caminho está aberto para propostas populistas e justicialistas.

Se não fosse o clima festivo apetecer-me-ia, de facto, dizer que o País está para o futuro como o peru está para o Natal. Assim como assim, fico-me por uma década perdida. Boas festas.

Norton, Pedro (2009): "O País está para o futuro como o peru está para o Natal". In: *Visão*, 23 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.visão.pt (consultado a 6 de abril de 2010).

O Natal na empresa do regime!

Será que desta vez o Ministério vai investigar e dizer alguma coisa? Ou será que, depois do já habitual desmentido da empresa do regime, os responsáveis vão continuar a assobiar para o ar?

Em Agosto, em conferência de imprensa no Porto, denunciámos situações inaceitáveis que estavam a ocorrer na "empresa do regime", a JP Sá Couto. Não me quero deter no que já na altura se dizia sobre a articulação desta empresa com o Governo, o financiamento da Fundação para as Comunicações Móveis, ou a falta de concurso público na mega encomenda do "Magalhães". Quero antes recordar que já em Agosto falámos dos 160 trabalhadores da "linha de montagem" do Magalhães, quase todos contratados a uma das empresas de aluguer de mão-de-obra que pululam neste país-oceano de precariedade. Na altura, esses trabalhadores totalmente precários recebiam cerca de cem euros a menos do que prevê o contrato colectivo das indústrias eléctricas.

Exigia-se que Sócrates - a quem a denúncia foi remetida -, até para não ser acusado de patrocinar ilegalidades e níveis escandalosos de precariedade, accionasse os competentes serviços de investigação do Ministério de Trabalho. Nada foi feito até hoje. Na altura, só a empresa reagiu, anunciando uma demanda judicial contra o autor destas linhas. Enquanto a empresa protesta, o que se entende, fica de fora o essencial e era objectivo da denúncia: fazer com que o Governo fosse verificar se a onda de precariedade na JP Sá Couto tinha justificação ética, económica e legal, se os trabalhadores estavam ou não a ser pagos abaixo do que deviam.

Quanto a esta parte, julgamos saber que os trabalhadores passaram a receber mais cem euros por mês. Já por isso valeu a pena a denúncia de Agosto. Quanto ao resto, tudo continua na mesma, melhor, tudo se tem agravado. Só neste mês de Dezembro, dito de maior solidariedade, o Natal chegou à J P Sá Couto sob a forma de desemprego para pelo menos mais 60 dos trabalhadores do Magalhães.

Será que desta vez o Ministério vai investigar e dizer alguma coisa? Ou será que, depois do já habitual desmentido da empresa do regime, os responsáveis vão continuar a assobiar para o ar?...

Novo, Honório (2009): "O Natal na empresa do regime". In: *Jornal de Notícias*, 21 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http://www.jn.sapo.pt (consultado a 30 de maio de 2010).

Hoje, toca a mim, amanhã, toca a ti

Lixo e sucata são, efectivamente, substâncias e respectivas palavras a que, parece, querer-se reduzir este país. São duas coisas com uma carga simbólica negativa muito forte. E não tenho dúvidas, ao retratar uma situação moral e social do país, sugerem maior perigo que a própria gripe A. Não quero desvalorizar todas as cautelas que têm sido seguidas pelas autoridades de saúde em relação ao HIN1, (não sei se com o mesmo rigor pela população). Socialmente, porém, os efeitos deste vírus que parece, de forma endócrina, inoculado em certas camadas da sociedade portuguesa, estão a ter danos perniciosos que não me parecem estar a receber iguais cuidados. E tal como no caso da gripe não ser ele o vírus, por si mesmo, causa de morte, mas pelo efeito conjugado que consegue encontrar nos pacientes debilitados ou com outras enfermidades, idêntica conclusão se pode extrair a propósito deste vírus social que é a corrupção.

Existe um estado de deplorável depressão em grandes camadas da população portuguesa. E não será apenas detectável nos dois milhões de cidadãos pobres, uma faixa, hoje, acumulada pelos seiscentos mil desempregados, pelos pensionistas de mesada paupérrima ou pelos usufruidores de um insatisfatório salário mínimo nacional. É igualmente depressivo (pelo menos para mim) ler ou ouvir o que vão dizendo deste país inteligências privilegiadas e personalidades de renome, que o "pintam" à beira do caos e da desgraça. No conjunto destes relatos de corrupção que surgem mediatizados, com enorme frequência, no espaço público, sem nunca vislumbrarmos, com igual nitidez a sua

exacta história e principalmente o seu fim, no espaço dos tribunais, como acção reparadora dos danos no corpo social, parece-me poder identificar um eixo comum: o financiamento aos Partidos. Não quer dizer que nesta trama não haja comissários e respectivas comissões. Mas este dealbar na opinião pública dos casos, com aquela periodicidade crónica de que "hoje, toca a mim, amanhã, toca a ti", particularmente e em relação aos partidos do arco do poder, (PS, PSD, CDS) encobrem porventura mais do que as individualidades denunciadas. Encobrem um "jogo duplo", uma quase inculpável cumplicidade, que não é por fim último (ou primário?) praticar a corrupção, mas o modo de conseguir uma subsistência de "máquinas" dispendiosas, necessárias à democracia - os Partidos - e para os quais ainda não foi possível em jogo aberto, dizer custam x, precisam de dinheiro.

Na última legislatura foi tentado um rápido "golpe de asa" na aprovação unânime de uma lei de financiamento dos Partidos. A unanimidade sem rebuços, da Direita à Esquerda, causou alguns engulhos e talvez até desconfiança em certos meios, sobretudo, pelas passivas posições do PCP e do BE. De alguma maneira, o Presidente da República ao devolver a lei ao Parlamento deitou a mão a normas que, de tanto serem concebidas à pressa, tinham aspectos bastante discutíveis. Mas continua de pé a necessidade de a AR se debruçar sobre esta questão para legislar regras totalmente transparentes e assumidas da necessidade de os Partidos colherem receitas e obterem financiamentos próprios sem subterfúgios.

Há muita sucata e lixo a limpar nestas novelas da corrupção à portuguesa.

Oliveira, Paquete de (2009): "Hoje, toca a mim, amanhã, toca a ti". In: *Jornal de Notícias*, 12 de novembro de 2009. Internet. Disponível em http://www.jn.sapo.pt (consultado a 28 de maio de 2010).

O vinho é branco, mas as uvas eram tintas

Em tese, uvas tintas dão vinho tinto. Mas é só em tese. No caso do champanhe, por exemplo, parte dos lotes vem da casta Pinot Noir. Ainda assim, um vinho branco feito com uvas tintas é, em Portugal, uma novidade. O vinho chama-se Invisível, é do Alentejo e foi criado na Ervideira pelo enólogo Nelson Rolo a partir da casta Aragonez. Chama-se Invisível porque, justamente, não se dá pelas uvas tintas e nunca tinha sido feito antes em Portugal.

O vinho é branco porque no processo de fermentação não entraram as películas das uvas, as únicas responsáveis pela cor do vinho. Só participou a polpa que, branca (na grande maioria das uvas tintas a polpa é branca), deu um vinho branco. A produção decorreu no dia 12 de Agosto, bem antes do nascer do sol, tendo a prensagem das uvas decorrido na vinha. O mosto foi depois transportado em camião frigorífico para a adega, onde fermentou a 15 graus.

Neste momento há perguntas que fazem sentido. A saber: Por que razão o produtor Duarte Leal da Costa decidiu fazer o vinho? Estamos perante um vinho radicalmente diferente? O que se deve fazer com o vinho? Por ordem, diremos que criação do vinho é um misto de brincadeira e coisa séria. Brincadeira, porque falamos de quantidades pequenas de produção, coisa séria porque o vinho revela domínio técnico, criatividade e capacidade da equipa da Ervideira em chamar a atenção do mercado para a marca.

Quanto ao vinho em si, em nada se diferencia de um vinho branco tradicional, revelando, neste caso, notas inicialmente perfumadas que se moderarão para a família das frutas de polpa branca (pêra verde). A boca realça estrutura, acidez e notas doces. E é esta doçura que se usará para responder à terceira pergunta. Trata-se de um vinho polivalente, mas muito indicado para comidas asiáticas. Cada garrafa custa entre €7,5 e €8.

Pacheco, Edgardo (2009): "O vinho é branco mas as uvas eram tintas". In: *Sábado*. Internet. Disponível em: http://www.sabado.pt/Cronicas/Premium/inivisivel.aspx (consultado a 20 de abril de 2010).

A floresta, a história e Aquilino "ambientalista"

Nos últimos anos, mercê dos fogos que têm vitimado o território nacional, o tema florestal adquiriu notoriedade socioeconómica e ecológica.

Ao contrário, a vertente histórica é frequentemente ignorada. Muitos desconhecem que a floresta portuguesa actual é o resultado de condicionamentos edafo-climáticos e acções antrópicas.

Como se sabe, a nossa espécie teve origem junto às florestas tropicais, os ecossistemas terrestres de maior biodiversidade. A nossa espécie, embora não silvícola, necessita dos alimentos (caça, peixe, frutos, rizomas, etc.), do combustível (lenha), das madeiras, do volume de oxigénio que a floresta produz, do seu papel na absorção do dióxido de carbono (poluente), do petróleo que originou, ete.

Pela leitura da obra literária de Aquilino Ribeiro deduz-se que tinha grande estima pelo meio rural e florestal e que conferia significado especial às árvores de porte ou idade invulgar, assumindo, em toda a sua obra, uma postura de intervenção.

Tal como se passou connosco, todas as espécies de plantas têm também a sua história evolutiva e Aquilino tinha razão quando afirmava que muitos a desconheciam: *"Têm sim. Nós é que não sabemos contá-la (...) A seiva ascende*, *estua*, *desce*, *remansa*, *para* remontar de novo e prosseguir na sua jornada vascular ano após ano, pelo tempo sem fim" *(O Homem da Nave)*.

Os romances de Aquilino descrevem, variadas vezes, a Natureza, considerando que é pelas árvores (ou pela floresta) que tudo começa: "Do pinhão, que um pé-de-vento arrancou ao dormitório da pinha-mãe, e da bolota, que a ave deixou cair no solo, repetido o acto mil vezes, gerou-se a floresta" (A Casa Grande de Romarigães).

Para ele, a floresta não é entendida apenas como um conjunto de árvores, mas sim como um ecossistema pleno de biodiversidade e sem a necessidade da intervenção humana para a semear e plantar: "Acudiram os pássaros, os insectos, os roedores de toda a ordem a povoá-la. No seu solo abrigado e gordo nasceram as ervas, cuja semente bóia nos céus ou espera à tez dos pousios a vez de germinar. De permeio desabrocham cardos, que são a flor da amargura, e a abrótea, a diabelha, oesfondílio, flores humildes, por isso mesmo troféus de vitória. Vieram os lobos, os javalis, os zagais com os gados, a infinita criação rusticana" (A Casa Grande de Romarigães).

Os castanheiros eram as suas árvores preferidas dele: "O castanheiro, escusado é dizê-lo, é longo, grande, enfático e copado como o nome.. Talvez o roble seja mais altaneiro, mas é menos pródigo" (O Homem da Nave); "Eu admirava os castanheiros, é certo que de admiração subconsciente, como aos paquidermes nos panoramas zoológicos (Cinco Fiéis de Gente); "Em meados de Outubro (...) era possível verem-se já, pêlos soutos, mulheres a apanharem castanhas debaixo da molinha e tiritando, engoiadas na capucha de burel. Os ouriços por essa altura arreganhavam, e nada mais bem-humorado que essa risada de sépia - as três castanhas da lei, não falando na folecha - que lançam de alto dos castanheiros ao passar-se por baixo deles" (Geografia Sentimental).

Apesar de Estrabão (58 a.C. - 21/25 d.C.) na sua Geografia (Livro III) nunca referir as castanhas, e de se atribuir aos Fenícios ou aos Romanos a introdução do castanheiro na Península Ibérica, dados relativos ao estudo de pólen fóssil revelaram a sua ocorrência em Portugal há mais de 8 mil anos (Van den Brink & Jansen, 1985). Além disso, Estrabão, nessa obra, refere-se apenas à área mediterrânica da Península, onde não havia castanheiros na floresta.

Depois de iniciado o cultivo, esta árvore adquiriu extrema relevância no país e a castanha desempenhou na alimentação o papel que assumiram depois a batata e o milho. A madeira era essencial para a construção de mobiliário, socas, gamelas, utensílios domésticos e agrícolas e as varas para a cestaria. As populações guardavam e conservavam a castanha para acompanhar e da castanha pilada moída faziam pão e bola sovada (falacha). Por isso, um castanheiro fornecedor de boa castanha nunca era derrubado. Assim, essas árvores atingiam idades e dimensões consideráveis, sendo mitificadas pelas populações.

Com a fruticultura, o povo sempre praticou um rendimento sustentável: por morte ou derrube de uma árvore de fruta, era plantada, pelo menos, uma outra para a substituir. Porém, este procedimento não era utilizado com as árvores florestais e isso notou Aquilino: "Fica a terra calva, a terra que não presta, a terra que a ninguém apetece (...) Semeá-la?... Os pinheiros levam trinta anos a fazer-se. Não vale a pena. Fica muito para lá do dia de hoje. O futuro não interessa" (Geografia Sentimental); "Derrubadas de

pinhais sobre derrubadas, sem cuidar de sementeio, com desdém absoluto pelas necessidades de amanhã" (Geografia Sentimental).

Paiva, Jorge de Queiroz (2009): "A floresta, a história e Aquilino "ambientalista"". In: *Notícias Sábado*, 19 de setembro de 2009, p. 63.

Câmara Municipal da Lâmpada Roxa

Al Capone daria um excelente candidato autárquico em Portugal, numa primeira fase apoiado por um partido e, quando desse muito nas vistas, como independente.

8:52 Quinta-feira, 8 de Out de 2009

O fenómeno mais interessante da política local é a atracção que os arguidos têm pelas autarquias. As autarquias estão para os arguidos como aquelas lâmpadas roxas dos restaurantes estão para as moscas. Sem pretender ser ofensivo para as moscas, a verdade é que o mecanismo é extremamente parecido. Só não é igual porque, ao passo que as moscas falecem quando tocam na lâmpada, os arguidos ganham nova vida assim que entram na Câmara Municipal.

Não sei se o leitor tem conhecimento disto, mas o termo autarquia provém de duas palavras gregas que são muito difíceis de pronunciar. Este é um primeiro ponto curioso. O segundo ponto é que essas palavras significam "comando de si mesmo", ou "governo de si mesmo". Na origem, esse significado indica que uma autarquia é o governo que determinada localidade exerce sobre si mesma. No entanto, alguns autarcas fazem uma interpretação ligeiramente diferente, mas que não pode deixar de se aceitar: na expressão "governo de si mesmo", aquele "si mesmo" é o autarca. É ele que, no sábio jargão dos taxistas, se governa. E assim se regista um ponto de contacto entre a etimologia grega e os modernos motoristas de táxi, ligação que sempre suspeitei que existia.

A candidatura autárquica é o equivalente, nos jogos de vídeo, às vidas infinitas. Não há estrago da vida pessoal do candidato que não possa ser resolvido com uma candidatura autárquica. Penas de prisão, desemprego na família, despesas com obras: não há mal que uma candidatura autárquica não adie ou resolva. Sobretudo devido ao prurido democrático que a maior parte dos eleitores tem em votar num autarca que não seja arguido. Se vivesse em Portugal, Al Capone nunca teria sido preso. Em princípio, seria presidente de Câmara. Os cidadãos não hesitariam em votar num homem que, sendo famoso, tinha, além disso, demonstrado saber criar emprego em várias áreas de negócio, com especial destaque para as tão apreciadas pequenas e médias empresas. Desde as cimenteiras até às agências funerárias, quase não há indústria que não tenha beneficiado das actividades de Al Capone. Não duvido de que daria um excelente candidato autárquico em Portugal, numa primeira fase apoiado por um partido e, quando desse muito nas vistas, como independente. A única reserva que coloco ao sucesso de Al Capone na política autárquica portuguesa é a consciência do conhecido gangster americano. Poderia dar-se o caso de Capone ficar inibido com tanta vigarice e desejar voltar para Chicago.

Pereira, Ricardo Araújo (2009): "Câmara Municipal da Lâmpada Roxa". In: *Visão*, 8 de outubro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.visão.pt (consultado a 28 de abril de 2010).

Reflexões sobre o comprimento do intestino

Dizem alguns estudiosos da evolução do homem à face da Terra que as modificações na alimentação a que fomos obrigados para subsistir acabaram por nos conduzir à condição de omnívoros e, com essa mudança de regime, ao encurtamento progressivo do aparelho digestivo, inicialmente concebido para tarefas adequadas ao consumo quase exclusivo de vegetais. Vai daí, a grande quantidade de energia consumida para manter em funcionamento um conjunto de órgãos sobredimensionado começou a sobrar e.com a ajuda da inteligência metabólica adquirida, foi desviada para desenvolver o sistema nervoso e particularmente as estruturas cerebrais. Isto é, o que nos sobrava da tripa foi

aproveitado para acrescentar ao miolo e tornar o homem ainda mais apto para enfrentar o meio ambiente, nem sempre favorável à permanência da espécie nos seus domínios.

Aceitando ou não a teoria, temos de admitir que a natureza, ameaçada pelo homem nos tempos que correm, não raramente lhe foi madrasta, embora nunca se tenha esquecido de que era mãe. Com essa duplicidade permitiu que o filho atingisse a idade adulta afeito aos perigos do ambiente adverso e com capacidade intelectual bastante para lhes sobreviver.

Acontece que, agora, o menino se assumiu prematuramente como sobredotado, explora a progenitora indefesa e parece ser mais rápido a destruir o património que herdaria por omnisciência evolutiva do que a mãe a conceber novas capacidades genéticas para o proteger de um descalabro definitivo que se anuncia para breve.

A luta promete ser acesa, mas, quando me dou conta de que, com maior ou menor dificuldade, o equilíbrio milenar se tem mantido, acredito que o planeta acabará por subsistir com ou sem a permanência da espécie que agora o agride trabalhando afincadamente para que a vida se torne quase impossível. Não sei se será, como dizem que foi no tempo dos grandes sáurios, uma gigantesca catástrofe provocada por cometa justiceiro vindo não se sabe de onde para pôr ordem nas coisas ou se poderá ser por novo, rápido e miraculoso encurtamento do tubo digestivo provocado pela ausência de indigestíveis na alimentação contemporânea tão ao gosto deste homem pouco sapiente que povoa o mundo e sonha povoar o universo.

Gosto que me pelo da segunda hipótese, mais, se fosse gene, além do cólon, alienava um rim, uma supra-renal e um pulmão para conseguir a massa encefálica necessária à sobrevivência da espécie. Afinal, para que precisamos de órgãos pares e de viver em promiscuidade com a flora intestinal? Se a poluição desaparecer, um pulmão é mais do que suficiente para oxigenar o sangue, há centenas de pessoas que nascem sem um rim e nem dão conta disso, sem uma supra-renal as reacções de agressão e defesa serão talvez menos intensas, permitindo uma vida mais tranquila e, sem bactérias viver no cólon, nem sequer emitiremos gases que, como é bem sabido, contribuem para aumentar o buraco no abençoado ozono que nos protege.

Por isso, mãe natureza, se retirar maquinaria do pescoço para baixo dá para entoiçar com proveito o inquilino que razoa lá de cima e a manobra nos pode trazer de volta o paraíso, o melhor é que comeces a colheita de órgãos sem demora.

Reis, Lima (2009): "Reflexões sobre o comprimento do intestino". In: *Notícias Magazine*, 22 de fevereiro de 2009, p. 65.

Saigão em Cabul?

Embora resulte tentadora a comparação, e todas as metáforas envolvidas, a guerra do Vietname e a campanha afegã são muito diferentes. O conflito asiático durou mais de 20 anos. As "operações de estabilização" no Afeganistão, e seus antecedentes, começaram no fim de 2001, se nos referirmos apenas à participação americana. E a ISAF, mandatada pela ONU, só cobre todo o país há cerca de três anos.

No Vietname, os EUA chegaram a ter mais de meio milhão de homens. No Afeganistão, mesmo depois da anunciada "onda" de Obama, disporão, no máximo, de 100 mil soldados.

No Afeganistão, os EUA lutam numa coligação de quase 50 países, incluindo todos os membros da NATO. No Vietname, as tropas americanas eram apenas apoiadas por contingentes da Austrália e da Nova Zelândia, e dos estados anticomunistas asiáticos da "linha da frente".

O Afeganistão foi, provadamente, a origem física, estrutural, organizacional, humana e material, do 11 de Setembro de 2001, o mais devastador ataque aos EUA, desde Pearl Harbour. Descontando as teorias da conspiração, esse é um facto, revelado sobretudo quando a "al-Qaeda" viu desmanteladas as suas bases, entre o fim do Outono de 2001 e a Primavera de 2002.

O Vietname do Norte, e as guerrilhas Vietcong do Sul, ameaçavam os frágeis aliados americanos de Saigão, mas não atacaram os EUA, nem na Ásia, nem na metrópole. O incidente do Golfo de Tonkin, usado pela administração democrata de Johnson, para escalar a guerra, foi uma farsa, ou, no mínimo, um mero pretexto.

Claro que era o período da "Guerra Fria": uma extensão ideológica do conceito de "inimigo" levava os teóricos a raciocinar que o "avanço do comunismo" iria fazer cair o Sul, depois o Laos, o Camboja, quiçá a Tailândia, e talvez todo o sudeste asiático, incluindo a península coreana. A seguir, poderia chegar-se ao subcontinente, com a perda da Índia e do Paquistão. O cancro expandir-se-ia então para a Australásia e para a Ásia insular, ameaçando Singapura e a Malásia, a Indonésia e, em última instância, o Japão. Os beneficiários seriam sobretudo os chineses, embora o conflito planetário se desse contra Moscovo. Esta equipava substancialmente, embora de forma discreta, o exército de Hanói. Mas não tinha a primeira vítima da "Guerra Fria" sido, precisamente, o missionário e agente secreto americano John Birch, morto pelos irregulares maoístas, na China sublevada?

Foi a "teoria dos dominós", enunciada por Eisenhower, em 1954. No Afeganistão, ergue-se, nalguns círculos, um novo princípio semelhante: se a coligação ocidental sair humilhada, o regime cai, os talibãs tomam o poder, o Paquistão radicaliza-se e é controlado pela "al-Qaeda". Toda a Ásia central será seduzida pelo fundamentalismo, ameaçando a Rússia e a China, o Irão e o Iraque, a Síria e a Turquia. E na Rússia, e na China, e na Índia, e sobretudo em Islamabad, existem armas nucleares prontas a ser usadas.

Ou seja: o jogo do risco será ganho por gente com sonhos apocalípticos.

No Vietname, os EUA estavam a combater duas guerras: uma contra-insurrecional, no Sul, outra semiconvencional, no Norte, com o uso massivo de bombardeiros estratégicos (100 B-52, no mínimo, foram perdidos), e pesadas baixas dos dois lados.

No Afeganistão, não há conflito convencional, e o movimento Talibã não tem estados amigos. Mas abriga-se na terra de ninguém das zonas tribais paquistanesas.

Rogeiro, Nuno (2009): "Saigão em Cabul". In: *Jornal de Notícias*, 4 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http://jn.sapo.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1438267&opiniao=Nuno%20Rogeiro (consultado em 14 de julho de 2010).

Eleições e governabilidade

Os ataques inflamados e injustos (a Sócrates) creio que vão acabar. O bom senso e o patriotismo assim exigem

8:35 Quinta-feira, 15 de Out de 2009

Votei em Lisboa e tive de partir para Paris, para uma reunião importante na UNESCO, cujo tema era "uma governação responsável dos Oceanos", tentando (com o Mário Ruivo e o secretário de Estado João Cravinho), promover, no quadro dos temas discutidos, o reforço da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, e sedear em Lisboa o seu Secretariado. Uma ambição, que vem de 1998, quando submetemos à ONU o relatório "O Oceano, nosso futuro", de que Mário Ruivo foi a alma. Na UNESCO o embaixador Carrilho, tem-nos ajudado imenso.

A noite eleitoral das autárquicas, vista de Paris, em casa do embaixador Ferro Rodrigues, foi longa e, por vezes, fastidiosa, dados os repetitivos comentários dos cronistas de serviço. Os resultados, contra o se esperava, deram ao PS uma nova vitória.

Alguns dirão - eu sei - que o PSD teve mais Câmaras do que o PS e, ligeiramente, mais votos, se contarmos com a ajuda do PP. Mas é preciso ter em conta donde vinha o PS, nas eleições anteriores, muito más para o PS, e da campanha da imprensa e sobretudo das televisões, que quase sem excepção foi dirigida contra o PS, e contra Sócrates em particular.

Realmente o PS ganhou em número de votos: 2.083.727, contra 1.269.927 do PSD, mais 537.053 repartidos entre o PSD e o PP. E ganhou em Câmaras, enquanto o PSD perdeu, embora ficasse ligeiramente com mais, por ter feito coligações com o PP. Entre outras, em Porto, Aveiro, Coimbra, Portalegre e Faro (onde ganhou por 130 votos). Ora, se Paulo Portas deitou foguetes e cantou vitória, foi por ter estado associado ao PSD, dado que sozinho só ganhou Ponte de Lima, a do famoso queijo. Vá lá saber-se, portanto, a quem pertencem os votos...

Outro resultado surpreendente foi o descalabro do Bloco de Esquerda, nas Autárquicas, depois da euforia das Europeias. Deitaram muitos foguetes antes de tempo. Com efeito, o Bloco mal passou a barreira dos dois dígitos, nas Europeias. E não chegou lá sequer nas Legislativas. Agora, nas Autárquicas, ficou com Salvaterra de Magos (que já tinha) e, mesmo

assim, graças, quem sabe, à paixão pelos toiros de morte da ilustre presidente - paixão, aliás, não partilhada pelo Bloco... Não conseguiu meter sequer um vereador em Lisboa nem no Porto, apesar de ambos os bloquistas que concorreram serem óptimos candidatos, como mostraram durante a campanha e nos debates em que participaram.

É caso para dar um modesto conselho ao Bloco: chegou a hora da autocrítica, como, aliás, Louçã, foi o primeiro a reconhecer. Na verdade, o autoconvencimento inflacionado em que caíram - em contraste com a modéstia e a segurança do PCP, que ganhou 28 câmaras - requer que o Bloco se modere.

Interrompido o processo eleitoral e indigitado o primeiro-ministro - o incontestável vencedor das eleições -, entramos numa nova fase, que desejo tranquila, uma vez que as eleições para as Presidenciais ainda vêm longe e o nosso país - não o esqueçamos - permanece em crise. Agora urge governar para continuar a resolver os problemas nacionais. Ora, para tanto, todos os partidos e os portugueses de boa vontade são necessários.

Põe-se a questão da governabilidade, que não me parece difícil de conseguir. Os ataques inflamados e injustos creio que vão acabar. O bom senso e o patriotismo assim exigem. Sócrates prometeu, uma vez indigitado, ter vontade de dialogar com os partidos e começar as negociações "com coração limpo, espírito aberto e mão estendida". Excelentes palavras! Seria óptimo que fosse correspondido pelos partidos - sobretudo os de Esquerda - no mesmo sentido. O passado, passou... Todos precisamos de iniciar vida nova, quando o Mundo e a própria Europa estão em acelerada mudança.

Sócrates aprendeu muito nos últimos quatro anos e com a crise global. Já o disse e repito. A prova foi dada nos debates em que participou - e ganhou-os todos -, na contenção com que se comportou, durante as campanhas em que participou e na mensagem que dirigiu aos portugueses após o acto da sua indigitação. Tenhamos esperança. Com a ajuda de todos "vamos conseguir". A necessidade e a esperança ajudam muito!

Soares, Mário (2009):"Eleições e governabilidade". In: *Visão*, 15 de outubro de 2009. Internet. Disponível em http://aeiou.visão.pt (consultado a 6 de abril de 2010).

Pela "pacificação" política

O País vive uma situação extraordinária: com problemas muito graves, aqueles a quem compete resolvê-los contribuem para agravá-los.

6:01 Quarta-feira, 23 de Dez de 2009

O País vive esta situação extraordinária: tendo problemas muito graves, aqueles a quem, em primeira mão, compete resolvê-los contribuem para agravá-los. Sobretudo criando, potenciando e aproveitando mal-entendidos, divergências, conflitos, em particular entre si, em vez de os (tentar) esclarecer, sanar, superar. O que se verifica a todos os níveis: não só entre partidos, o que, infelizmente, é menos anormal, mas entre polícias, magistraturas, serviços da administração pública, até órgãos de soberania!

Depois, os media encarregam-se, bem, de noticiar e comentar, como é seu direito e dever; ou, mal, de amplificar, com falta de rigor e/ou relevo excessivo; ou, pior ainda, de cair no sensacionalismo, se não quase na invenção.

Tudo isto contribui para inviabilizar um clima de confiança, a que se refere José Gil (pág. 28), que, de par com a "visão de Portugal", nos permita sair do buraco, como acredito possível. O que é especialmente lastimável quando implica Presidente da República, Governo ou primeiro-ministro, deputados.

Ora, nestes últimos dias, voltou a assistir-se a aflorações de tal estado de coisas, com Cavaco Silva a usar uma formulação que podia ser entendida como uma pequena "farpa", ao responder a uma pergunta sobre o casamento de homossexuais; mas que também podia não ter essa intenção, e de qualquer forma representou apenas a expressão de um ponto de vista, do qual boa parte dos portugueses partilha.

E com um vice-presidente do grupo parlamentar do PS a verberar o Presidente, sem justificação bastante e sem "necessidade" nenhuma.

Porquê e para quê?

De facto, além de ser contrário ao interesse do País, só uma para mim óbvia falta de clarividência política pode fazer com que Cavaco e Sócrates, o Governo ou PS, de qualquer forma se hostilizem. Porque, mesmo na estrita e estreita perspectiva de um interesse político imediato, isso é mau para todos. Sobretudo para o Presidente e o chefe

de Governo. Quem for ou parecer hostil, adverso, não compreensivo face ao(s) outro(s) é que fica a perder.

Só quem é cego não vê que o País precisa de uma pacificação política.

Além disso, não se compreende o que pretende o PS quando, por um lado, alguns seus dirigentes defendem que o Presidente deve "falar", subentendendo-se que para meter a Oposição na "ordem", no que toca, pelo menos, ao Orçamento; e, por outro, se queixam quando Cavaco diz o que não lhe agrada. Aliás, é um flagrante erro do PS dramatizar e apelar à intervenção do Presidente. Nem está em causa o regular funcionamento das instituições democráticas, nem até ao momento há nada que justifique uma sua intervenção pública sobre o que tem ocorrido no Parlamento. E quando se grita que há lobo quando (ainda?) não há...

O PSD oscila entre os queixumes e a barafunda. Desde as mais altas e respeitadas personalidades do partido até aos medíocres que só existem à sua sombra, todos estão de acordo quanto à gravidade da crise e à extensão dos danos. Segundo dois dos seus prestigiados fundadores, Eurico de Melo e F. Ribeiro da Silva, os "bons combates por ideias e projectos" estão a ser substituídos "por mesquinhos confrontos de clãs, que nem ao menos se distinguem ou se afirmam por alternativas políticas claras".

E aqui está o ponto essencial: pode haver um Congresso extraordinário, que agora está em pauta, mas de nada servirá se não houver uma definição e clarificação política inequívocas. Isto é: ou o PSD se assume mesmo, com todas as consequências, como o "partido social-democrata" que o seu nome diz ser, ou abjura a social-democracia, como na prática vem fazendo ao aceitar, inclusive, ser classificado como um partido de direita. Neste caso, até deve mudar de nome (voltar ao PPD inicial?), como vários partidos comunistas fizeram por esse mundo fora.

PS: O reeleito presidente do Supremo Tribunal de Justiça disse várias coisas interessantes no discurso de posse, que gostaria de sublinhar, embora não estando de acordo com algumas delas, em particular com as respeitantes ao jornalismo e a um seu eventual novo órgão "regulador".

Vasconcelos, José Carlos (2009): "Pela "pacificação" política". In: *Visão*, 23 de dezembro de 2009. Internet. Disponível em http:// aeiou.visão.pt (consultado a 6 de abril de 2010).

2. Textos de opinião de 1999

2.1. Femininos

O comboio do morango

Quem visita hoje Aranjuez pela Primavera, tem a agradável surpresa de se encontrar com uma pequena localidade onde os visitantes chegam só de passagem ou à procura de tranquilidade, onde fazem largos passeios a pé, pelos jardins ribeirinhos do rio, piqueniques ou simplesmente vêm comer os famosos e deliciosos "fresones" com natas (morangos pequeninos) ou os espargos trigueiros que nos servem em qualquer esplanada. Já à entrada da vila, para quem vem de Madrid pela estrada de Andaluzia, vemos alguns dos postos ambulantes onde se podem comer os morangos e outras frutas variadas, tomar um sumo ou provar alguns doces. O popular morango de Aranjuez, é um dos grandes atractivos da vila e são milhares os que se deslocam, desde Madrid, com os seus filhos, numa viagem nostálgica. Este percurso faz-se num comboio do século passado que faz recordar a linha férrea Madrid/Aranjuez, a segunda construída em Espanha. Chama-se mesmo "el tren de la fresa" e a viagem dura o tempo da época primitiva, pois é um comboio a vapor, com hospedeiras vestidas a rigor.

Desde a Ponte das Barcas, admiramos os canoístas a remar de cima para baixo nos oito quilómetros de rio Tejo permitidos para o efeito e vemos outras embarcações turísticas estacionadas no Embarcadoiro. Também podemos imaginar o rio cheio de gôndolas do século XVIII e XIX a transportarem as senhoras e os senhores que se dispunham a passar uma boa temporada de caça nos grandiosos Jardins do Príncipe. Estes antigos barcos, que hoje se podem ver no museu de faluas, navegavam desde o Palácio Real, muito perto do local onde nos encontramos, e subiam riu acima até ao Pavilhão Real construído para albergar os barcos em dias de caçarias.

A afluência de milhares de turistas torna-se visível a partir desta ponte, até à grande praça de Santo António. À esquerda, fica o centro da vila cujo aspecto é posterior ao rei Filipe I, já que representa a época da Ilustração espanhola, com ruas bem traçadas, arborizadas e palacetes de três alturas com decorações barrocas. Merece a pena passear por estas ruas e entender também que muitas destas casas, a maioria de construção posterior a 1750 (quando termina a proibição de construir de Filipe I), continuaram a ter a função de servir o palácio, como é o caso da Casa Mira el Rey, para os empregados que cuidavam das vacas ou das vivendas dos monarcas mais chegados à corte.

Se nos voltarmos para a direita, começamos a ver alguns dos projectos dos grandes arquitectos e engenheiros que rodearam Felipe I e que fizeram grandes obras em Espanha. É o caso da represa artificial que separa o Jardim de Parterre do Palácio Real e toda a engrenagem para alimentar fontes diversas como a de Hércules e Anteo, à nossa frente, ou ainda o próprio Palácio Real, majestoso, sóbrio e ao mesmo tempo delicado. Um desses artistas foi o projectista do palácio, Juan Bautista de Toledo. Outro, o seu discípulo Juan de Herrera que, por sua vez, foi discípulo de Miguel Angelo, em Itália. Juan Bautista tinha como objectivo dar-lhe um aspecto campestre com espaços abertos para os jardins. Juan de Herrera, autor também do Mosteiro do Escorial, e de obras em Lisboa, como do antigo Paço Real da Ribeira, retratado no quadro "Palácio Real e Terreiro do Paço" (exposto no Museu de Lisboa) e de algumas igrejas. Terminou a construção do Palácio Real de Aranjuez em 1577, dando-lhe um toque italiano ao estilo próprio do renascimento espanhol da época de Filipe I.

Aleixo, Helena (1999): "O comboio do morango". In: *Tempo livre* n.º 100: 16.

Voar em Linhares

O que, realmente, tem importância é que nem a chuva nem o excessivo vento do último dia conseguiram destruir a magia desta semana em Linhares da Beira. De 1 a 7 de Agosto, ninguém se afastou da bela aldeia histórica da Serra da Estrela. E não houve nada,

mesmo nada, que desmotivasse os pilotos inscritos na prova, nem as centenas de pessoas que ali se deslocaram para observar os fabulosos "quadros" desenhados no céu de Linhares pelos humanos voadores, nem o pessoal do INATEL, sempre disponível para garantir o saudável convívio desportivo, gastronómico e cultural que o afamado Open todos os anos proporciona.

"É sempre bom!" Foi uma semana de festa! No céu, foi como todos se sentiram, até no momento em que chegava a hora de dar por terminada a manga, actualizar as classificações com os resultados do dia, dobrar a asa e regressar à aldeia rapidamente. Não houve tempo a perder. Provar a típica comida serrana, dançar cardio funk no Castelo, dar um pulinho ao "Térmicas"- o novo bar de Linhares, conversar no café do *"Ti"* Mimoso, participar nos ateliers de máscaras, fantoches e marionetes, dar passeios de BTT jogar futebol, praticar equitação e caça simulada, assistir aos espectáculos de teatro foram só alguns dos prazeres que todos puderam desfrutar nesta 8ª edição do Open de Parapente.

"Todos os anos é bom." Comentava alguém, entre a descolagem e a aterragem, um trajecto que ninguém se cansa de percorrer várias vezes ao dia sempre na ânsia de aproveitar a melhor altura para sobrevoar a aldeia.

Foram 148 os parapentistas, de 11 países, que deram melhor de si. Até Andy Hediger, o primeiro piloto do Mundo a efectuar um looping *fez* questão de marcar presença. Houve tempo para realizar as etapas suficientes e dar por terminada a prova com o melhor nível técnico de sempre. Também não faltou oportunidade para voar livremente (categoria Lazer), altura em que o show surpreendeu não só os curiosos, como os maiores "craques". Houve magia, sim senhor!

E na última noite, mesmo depois da tempestade que acabou por estimular o convívio entre todos na tasquinha da aterragem, o encontro ficou marcado no Castelo, às 20 horas. Foi uma animada viagem "medieval". O concerto de Represas foi cancelado mas o fogo das tochas e os saltimbancos coloriram a velha fortaleza. A Corte recebeu os convidados vestidos a rigor, soltaram-se os cães (embora ninguém tenha respeitado o hábito antigo de limpar as mãos no pêlo dos animais e apenas lhes tenham oferecido os ossos da carne servida)... Era tempo de sentir aquele momento único na presença do povo de Linhares, que já considera os parapentistas parte da família.

Por fim, as subidas ao pódio. O chileno Ricardo Rosati, 22 anos, cinco de voo, foi o grande vencedor. "Há poucos sítios tão bonitos no Mundo! Adorei participar neste Open. É um local com térmicas óptimas. Foi um Open extremamente bem organizado "Estou feliz."

Eduardo Lagoa provou estarem os portugueses - que em número crescente praticam a modalidade - ao nível da elite parapentista mundial. Obteve um segundo lugar na categoria A e não podia estar mais satisfeito: "Com todas as contrariedades meteorológicas e físicas (tive um pequeno acidente durante a prova), e com tanta qualidade imposta pelos outros pilotos, estou muito contente com a minha prova."

Era já noite cerrada, quando o director técnico da prova, Vítor Baía, exprimiu, de forma contida, a satisfação pela qualidade da prova. "Se me disserem que este foi o melhor Open de Parapente, é mentira. Prometo fazer ainda muito melhor."

A chuva tinha regressado, mas a saudade de Linhares era já o sentimento geral. Até 2000, em Agosto... em Linhares da Serra.

Bento, Carla (1999): "Voar em Linhares". In: *Tempo livre* n.º 98: 23.

Um desporto-aventura "cada vez mais para todos"

Se calhar nunca nos julgámos capazes de trocar de papéis mas, se calhar, também já sonhámos em fazê-lo nem que fosse por um só dia. Voar, escalar, velejar, jogar à bola e principalmente ter coragem de enfrentar medos inevitáveis são daquelas coisas que nos passam pela cabeça de vez em quando mas que só o Inatel tem argumentos para nos convencer. E assim foi. Mais uma vez o programa de actividades desportivas para 1999 foi o mote para que deixássemos os jornais, revistas, rádios e televisões e, em alternativa, desfrutar de desportos de evasão, alguns ditos "radicais" e de outros, mais comuns, como o voleibol e o futebol de praia, num imenso areal batido suavemente pelas águas da lagoa de Óbidos.

Novidades

O primeiro dia foi pleno de surpresas e muito entusiasmo e foram longas as filas de espera para as inscrições nas actividades mais sonantes. As principais atracções continuaram a ser o parapente, que teve que descolar da praia de Sta. Cruz, por acaso com sucesso e, claro, a equitação, a que a maioria não tem acesso, por viver em grandes centros urbanos. Mas também não faltou quem tivesse estômago para o slide, que este ano - desculpe-me a organização - estava bastante puxado. Aqueles 250 metros metiam pavor aos mais cautelosos ou sensatos, com excepção da Ana Lima, que já é veterana nestas andanças e experimentou todas as variedades imagináveis. Os competentes técnicos do Instituto acautelavam desgraças e eventuais lesões, permitindo até satisfazer o contagiante entusiasmo da Ana Paula, do Público. Gostou tanto que não queria sair daquela parede, preparada para os mais novatos na lide. Apesar dos receios e das sucessivas interrogações, em que se perguntava o que estava ali a fazer, a adrenalina venceu e ela lá foi por ali a baixo, pé ante pé, embora se tivesse estatelado no local do crime. Eu não repetia a façanha mas ela foi determinante em ganhar aquele combate, que venceu.

E, durante um dia, repleto de radicalismos, andar a cavalo e fazer tiro ao arco, foram as provas mais "soft" mas deixaram as suas marcas porque as dores nas costas acordaram connosco. Enfim, aventuras de quem se mete por caminhos desconhecidos.

No dia da despedida, toda a tendência que se verificou na véspera alterou. Tudo permanecia idêntico, até o amanhecer foi mais pleno de sol e luz. A grande mudança tinha sido na hora do cochilo que para a maioria foi inexistente, daí o despertar tardio. Os únicos felizardos que ainda gozaram dos prazeres do slide foram os que se ficaram pelas discussões a propósito dos jogos de futebol da noite, preterindo as badaladas discotecas que também existem na capital. Jogaram o Sporting e Benfica nos canais televisivos, o que fez agitar as hostes, com mais incidência nos adeptos leoninos, é que por acaso foi esse o jogo que despoletou o famoso luto.

No fim das contas, quem ganhou neste jogo todo foram os jornalistas e para a próxima haverá algumas novidades. Foi no almoço de encerramento, com o presidente anfitrião, Eduardo Graça, que tudo foi desvendado. Gavião, onde recentemente se realizou uma prova de orientação em btt, assinou um protocolo com o Inatel, o que faz daquela região mais um ponto obrigatório na escala do desporto aventura. Mas não foi tudo. Póvoa do Lanhoso também se vai juntar aos centros integrados de lazer do Inatel e a comunicação social verá o seu leque de opções mais alargado. E é neste aspecto que reside toda a questão. Naquele fim de almoço o presidente do Inatel ficou a saber que as futuras apresentações do programa desportivo devem ser mais extensas. Na realidade, um fim-de-semana não é nada para quem tem que divulgar condignamente os centros de Arouca, lagoa de Óbidos, Porto Santo, Gavião, Linhares da Beira e por aí fora. O que também não deixa de ser verdade é que durante mais ou menos um mês as redacções deste país vão estar mais vazias com a ausência de todos os que tiverem interesse em aderir a estas aventuras.

Calado, Inês (1999): "Um desporto-aventura «cada vez mais para todos»" In: *Tempo livre* n.º 93:19.

Vilanculos

Deolinda passa por mim, de casaco apertado e gorro enterrado na cabeça. De biquíni, deitada na praia de Vilanculos, a quase mil quilómetros de Maputo, bronzeio-me, deliciada, ao sol de um fim de tarde de Julho.

Entreolhamo-nos, com ar de mofa. Deolinda sufoca o riso a custo - é Inverno em Moçambique -, senta-se a poucos metros e mete conversa, monossilabando em inglês. Os olhos arredondam-se de espanto quando lhe respondo. "Como é que falas português se és estrangeira?". Deolinda não sabe que Portugal é um país, nem onde fica, tal como muitos dos miúdos de Vilanculos que se entretêm a apanhar pérolas minúsculas no Índico para vender aos turistas que por ali se aventuram. Os portugueses vêm mais para fazer negócio do que para fazer turismo e são os outros - os sul-africanos, os australianos, os alemães - os principais clientes das pérolas e das poucas outras coisas que há para vender em Vilanculos. É o caso de Roy, um paquidérmico caçador profissional "boer" instalado com a sua tropa no degradado parque de campismo local e que me agarra no braço, frenético,

precisa urgentemente de um tradutor para se entender com os indígenas. Roy está obcecado com a ideia de adquirir uma "machamba" em Vilanculos, agora que as suas esperanças de vir caçar para Moçambique se esfumaram. "Não há hipopótamos, não há elefantes, não há nada, nada, nada...", lamenta, macambúzio.

Dizimados durante os longos anos de guerra, os animais selvagens escasseiam por todo o país. O seu regresso está, aliás, a revelar-se bem mais lento do que o retorno dos turistas sul-africanos que se atropelam ao volante de jipes e carrinhas a transbordar e ocupam as praias mais paradisíacas. Alguns não chegam sequer a perceber que estão no país ainda há bem pouco classificado como o mais pobre do planeta. Como os que voam directamente para as ilhas de Bazaruto, o idílico arquipélago rodeado de recifes de corais mesmo em frente a Vilanculos e onde uma noite num "lodge" custa mais do que o pai de Deolinda consegue ganhar num ano. Declarado parque nacional, com um ecossistema único no mundo, Bazaruto é hoje a pérola do turismo moçambicano, servido por voos charter diários e equipado com hotéis e bungalows luxuosos, ao estilo Seychelles. Das janelas sem vidros do melhor quarto do único hotel de Vilanculos, o Donana, construído pelos portugueses nos finais dos anos 60, avista-se a ilha principal, que fica a apenas meia hora de barco a motor. Mas Bazaruto já é território estrangeiro. Deolinda, pelo menos, nunca lá pôs os pés.

Campos, Alexandra (1999): "Vilanculos". In: *Tempo Livre* nº 91: 82.

Um tesouro da natureza

Para os apreciadores das maravilhas da mãe-natureza, há um percurso que não pode deixar de fazer. Ao sair de Limerick siga em direcção a Ennis (sudoeste) e é precisamente entre Galway, Ennis e a costa Oeste da Irlanda, que se situa o fantástico Burren (em gaélico significa rochoso). Este terreno possui características invulgares que fazem dele um lugar único na Europa e certamente o mais extraordinário da Irlanda. A sua geologia, flora, arqueologia e história conferem uma espectacular beleza e mistério a este local. Trata-se de um maciço montanhoso de cerca de 500 Km^2, constituído por uma meseta de rocha calcária, cinzenta-prata, rica em cursos de água subterrâneos ligados entre si que, ao longo de milhares de anos, formaram várias grutas. Uma enorme variedade de flores crescem em simultâneo nas fissuras das rochas, originando um fantástico e desconcertante espectáculo floral. Semelhante a um terreno lunar, esta paisagem está povoada por castelos, lagos tranquilos, montanhas rochosas e várias relíquias de civilizações antigas: dolmens, arcos de pedra, torres redondas, igrejas centenárias, cruzes celtas, mosteiros e túmulos. É aqui que se situa o dólmen de Poulnabrone, o mais célebre da Irlanda, edificado há cerca de 4500 anos.

Apesar de parecer um terreno árido e à primeira vista um lugar remoto e esquecido no tempo, está cheio de vida e é famoso pela magnífica vegetação que desafia todas as regras da natureza.

Coberta por um terreno calcário, esta paisagem austera e mineral apresenta, sob uma aparente desertificação, autênticos tesouros de flora mediterrânica e alpina. A apenas alguns Kms a norte, perto de Ballyvaughan, pode visitar as gigantescas grutas "Aillwee Cave", que drenam os enormes rios subterrâneos de origem pre-histórica.

Durante todo o Verão, a "Grey Line Tours" organiza visitas ao Burren, a partir do centro da cidade de Limerick. Algumas das vistas à volta do Burren são verdadeiramente espectaculares, como o Corkscrew Hill com vista para a baía de Galway, ou o Bailinalacken Hill com uma fantástica vista para as ilhas Aran.

Correia, Sandra (1999): "Um tesouro da natureza". In: *Tempo livre* 98: 30.

Aprenda a proteger os seus dados pessoais

Na era da comunicação global, os dados pessoais detalhados de cada cidadão constam nas mais variadas listas: cartões de crédito, facturas electrónicas, Internet... Não responder a questionários é crucial para evitar invasões de privacidade.

A informática foi um dos maiores avanços tecnológicos do século, com todas as implicações culturais e sociais que as suas aplicações trouxeram. Através da criação de bases de dados, pode aceder-se a informação simultânea e em tempo real, reduzindo distâncias e tempos de espera. No entanto, aumentou o risco de invasão de privacidade, isto porque os nossos dados pessoais passaram a constar de ficheiros ao alcance de entidades que os utilizam para fins distintos daqueles para os quais foram criados. Em termos práticos, todas as pessoas ou entidades estão sujeitas a que os seus dados sejam indevidamente utilizados. Até porque ninguém pode assegurar que não haja empresas a actuar ilegalmente. Isto apesar das normas jurídicas garantirem a privacidade dos portugueses, em termos da Lei de protecção de dados informatizados (Lei 10/91). Segundo esta Lei, quando uma entidade recolhe dados pessoais, onde quer que seja, tem a obrigação de informar as pessoas em causa que constam na sua base de dados, dando-lhes a possibilidade de se oporem a futuros mailings, ou de recusar que os seus dados pessoais sejam cedidos a terceiros.

No entanto, e porque, por vezes, é fácil tornear a Lei, as práticas que lesam o consumidor são muito frequentes. Para além disso, o texto onde se indica a capacidade de oposição à divulgação posterior dos dados aparece em letra pequena e quase ilegível, o que obriga a um gesto concreto por parte de quem recebeu a missiva: reenviar a informação, indicando com uma cruz que não está interessado em receber mais informação ou publicidade daquela empresa ou empresas. Em geral, o cidadão deita fora a correspondência, sem reparar que, dessa forma, está a aceitar que o seu nome e dados passem a figurar na lista da entidade remetente. Segundo Amadeu Guerra, da Comissão Nacional de Protecção de Dados informatizados (CNPDI), Portugal adoptou o que consta da directiva comunitária para esta área. "Foi uma opção legislativa que pode ser eventualmente questionável", diz. Na verdade, esta atitude espelha a ideia de que, quem aceita que os seus dados pessoais figurem na lista de uma empresa ligada à publicidade, está interessado em receber outras informações do género.

Costa, Ana (1999): "Aprenda a proteger os seus dados pessoais". In: *Quo* nº 50: 38.

Em defesa de alternativas para a produção do queijo

Do queijo da Serra todos gostam mas do trabalho que ele dá são poucos os que hoje em dia se aliciam desse trabalho. Eu acho que se devia pensar mais nos factores que poderiam tornar o trabalho mais leve mais aliciante para as novas gerações. Se não nos damos ao trabalho de repensar no assunto e tentar encontrar alternativas modernas para produzir o queijo tão saboroso de que todos gostam então corre-se o risco de ele escassear de dia para dia até desaparecer das nossas mesas, pelo menos com a qualidade com que estamos habituados a comê-lo.

Um dos factores que poderiam facilitar o trabalho bastante laboroso dos pastores seria a junção dos terrenos, o que na Beira Alta é um grande problema, já que os terrenos são demasiado divididos o que faz que muitos destes sejam impróprios para pastagens e os pastores são forçados a deslocarem-se várias vezes ao dia com o gado de uns pastos para os outros, com todos os riscos que isso tem se pensarmos que muitas vezes têm de passar por estradas juntamente com carros com velocidades pouco aconselháveis para o encontro com um rebanho de ovelhas. Um problema que se poderia diminuir se cria-se uma lei que impediria a divisão das heranças abaixo de uma determinada dimensão. Eu acho que as terras em muitos casos estão super divididas o que não é bom para ninguém. São poucos hoje em dia aqueles que cultivam as terras, para muitos seria uma boa solução se em vez de terem meia dúzia de pedaços de terra tivessem uma em maiores dimensões que lhes permitiria construir uma casa e ao lado disso seria mais fácil cultivar o resto do terreno. Para aqueles que não precisam de casa seria mais fácil cultivá-lo ou alugá-lo a quem o precisa por exemplo aos pastores, o que seria bom para todos em geral. Este é o meu ponto de vista, gostaria de ver mais opiniões sobre o assunto e sobre tudo mais empenho por parte daqueles que têm o poder de fazer algo sobre as melhorias das condições de vida das populações da Beira Alta nomeadamente das pessoas do concelho de Gouveia. Glória a uma Arcozelense.

Cronberg, Glória (1999): "Em defesa de alternativas para a produção do queijo". In: *Terras da Beira*, 4 de Março de 1999. Internet. Disponível em http://www.freipedro.pt/tb/040399/opin3.htm (consultado em 23 de fevereiro de 2011).

Rock ainda se escreve com M

Roskilde, Dinamarca. Meia hora de comboio pare os lados de Copenhaga. O melhor festival europeu, recomendado por músicos já "cá da casa" nestas coisas dos espectáculos. Para Dezenas de Bandas em Três ou Quatro Dias ao ar livre.

Sejam bem-vindos ao festival mais limpo do mundo. Adormece-se no caos natural, produto de 70 mil seres à solta num espaço tão limitado, e acorda-se perante um descampado verde, pacífico e organizado.

Surpresos? Continuamente. Centros de reciclagem; comida biológica controlada diariamente por alguns dos cozinheiros mais bem conceituados da Dinamarca; debates culturais e acções sociais; nudez descontraída. E isto só na área delimitada para o grande público!! Para jornalistas e artistas ficam reservados momentos tão surreais como pequeno-almoço à luz de velas entre tendas a enxugar de uma chuva que teima em aparecer aqui e ali ou um bar onde tanto nos servem travestis mais que escandinavos como Mataharis dinamarquesas. E algures por ali cheguei-me ainda a sentar ao lado de um camelo.

Falemos de Rock

Por hoje, estamos aqui para falar de rock. E, a julgar pelas reacções de adoração e veneração total a que assisti, este monstro eterno ainda vive e grita bem alto. Rock ainda se escreve com M. Metallica, Monster Magnet, Marlin Manson e Ministry. Quatro grupos com caminhos paralelos que acabam por voltar continuamente a uma raíz de acordes eléctricos sempre apetecidos mesmo pelo ouvido mais centrado em modas mediáticas. Quatro prestações fabulosas que deixaram para trás muitos dos concertos destas bandas que presenciei em outras ocasiões.

Roskilde tem destas coisas (ficam-me para sempre imagens divinais de grupos como os Beastie Boys neste espaço em 1998).

Emília, Maria (1999): "Rock ainda se escreve com M". In: Voice nº 8: 22.

Entre Outubro e Novembro – as urnas

Outubro foi o mês de irmos às urnas, isto é, mês de eleições, de exercer o dever e o direito de voto.

No centro de uma sala mal arrumada para o acto solene, e bem no centro de uma fila de mesas da mais genuína "fórmica", erguia-se a URNA, recipiente inestético, em forma de paralelepípedo, com uma ranhura na tampa, onde cada um de nós, Portugueses a viver em democracia, via, com uma certa ansiedade, mas total confiança, desaparecer o respectivo boletim de voto, expressão da sua opção política pessoal, qualquer que ela fosse.

A espantosa vulgaridade do receptáculo para onde convergiam os olhares de todos os cidadãos presentes coadunava-se mal com a importância que lhe atribuíamos, como verdadeiro símbolo de um país democrático.

O seu nome, entrado, por via culta, já no séc. XVI, no nosso léxico, directamente do latim URNA, reportava-nos à antiga Roma, evocando, forçosamente, para nós, uma geometria menos despida, mais de acordo com os estilos artísticos da Antiguidade clássica,

A URNA romana era, efectivamente, um vaso bojudo, curvilíneo, de gargalo estreito, de metal, mármore, ou outro material, e que, na Linguagem actual, poderíamos classificar de "vaso multi-uso",já que, para além da sua utilização como recipiente destinado à recolha de boletins eleitorais, era usado pelos Romanos para guardar dinheiro, documentos e outros bens igualmente preciosos. A multiplicidade de funções desempenhadas pelo objecto confere ao vocábulo que o designa o carácter de vocábulo polissémico. Com efeito, o termo Latino URNA designava ainda; grande recipiente para água -provavelmente; medida de capacidade para Líquidos; vaso com tampa, belamente

ornamentado, em que os Romanos recolhiam as **cinzas dos seus mortos, que depois colocavam em pequenos altares, destinados ao culto dos "manes", ou espíritos familiares.**

Neste sentido, o conceito português de URNA mantém, modernamente, intactos todos os atributos, inclusive estéticos, da sua avoenga romana, mas apenas quando se trata de uma URNA CINERÁRIA, cuja reintrodução entre os objectos fúnebres foi tornada necessária pela substituição, cada vez mais frequente, do tradicional enterramento pela cremação dos corpos. (Permitam-me que faça aqui um parêntese. Curiosamente, porque cada sociedade ou comunidade elabora as suas próprias formas culturais de lidar com a morte, tempos houve em que esses vasos eram usados para recolher também as lágrimas vertidas pelos parentes do finado, em cuja sepultura eram colocados depois, como testemunhos concretos da dor por eles sentida. Talvez seja significativo o facto de, nesta acepção, o vocábulo ser agora considerado arcaico, já que o costume há muito deixou de figurar na lista dos rituais europeus dedicados ao culto dos mortos. Cabe perguntar aqui, com uma ponta de cinismo, quanto teriam de chorar os parentes para conseguir uma simples URNA, o equivalente, em termos práticos, a meia ânfora, de líquido lacrimal? Qual seria o limite mínimo admissível? E, já agora: seria lícito recolher também as lágrimas choradas pelas carpideiras profissionais? Mudam-se os tempos, muda-se... quase tudo. Mesmo o sentido das palavras. Actualmente, em português, URNA passou a significar, por extensão, sobretudo "caixão mortuário", mudança justificada pela mudança de função, já que a urna clássica se destinava apenas ao que restava do corpo, e o moderno "caixão" se destina ao corpo ainda intacto.

Além dos sentidos herdados do latim, de URNA ELEITORAL e URNA FUNERÁRIA, José Pedro Machado regista ainda, em português moderno, para o vocábulo, dois significados bastante estranhos, que nos reportam muito mais ao "casticismo" de uma ruela Lisboeta, do que ao classicismo de uma Roma antiga: l. "chapéu alto, de seda", e... 2. "bacio de cama, penico"! No reino da Botânica, URNA significaria; "espécie de cápsula do esporogónio dos musgos, onde se **formam os esporos, e que se encontra coberta pelo opérculo". Sic! Fica Novembro. Entre Outubro e Novembro, as "urnas" - paradoxalmente, nalgumas crenças, símbolos de fecundidade, *de* renovação. De unidade universal, na diversidade.**

Fabião, Maria (1999): "Entre Outubro e Novembro – as urnas". In: *Tempo livre* n.º 100: 81.

Museus

Após anos e anos de vadiagem, recolhido nas vielas sujas e a dar de beber à dor nas tabernas mal afamadas, tornou-se um respeitável senhor quando lhe atribuíram a categoria de "canção nacional". Passou então a viver espartilhado no cenário artificial das casas a usar gravata em vez do acanalhante cachené. Apesar de tudo, da delambida estética senil, do lápis vermelho da censura, do consumo obrigatório e do caldo verde com rodelas de chouriço, não perdeu de todo a garra. Continuou a frequentar os circuitos paralelos, enquanto o cavalo de D. José, cada vez mais verde da salsugem marinha ou talvez de raiva, permanecia imóvel no seu posto, feito mula. No edifício do Recinto da Praia, hoje transformado numa expressiva peça de arquitectura contemporânea pelo atelier Santa-Rita, reside o museu do fado. Este espaço, onde outrora existiu uma estação elevatória de águas, alberga ainda um auditório com capacidade para noventa pessoas, uma zona destinada a exposições, uma loja temática e uma cafetaria em fase de montagem.

Iniciemos a visita. Uma maqueta mostra como era o ambiente do Largo da Saudade nos velhos "tempos que não voltam para trás", embora as coisas não tenham mudado assim tanto. Bairro de Alfama, um dos berços da fadistagem. Lá se encontram a hercúlea varina, o amola-tesouras, o aguadeiro, o magala, a prostituta, o chulo, o ceguinho, o estivador e até o gato rondando as canastras das fanecas. Na génese do fado cruzam-se influências das modinhas e dos lunduns afro-brasileiros, músicas vulgarizadas no segundo quartel do século passado. Com a cisma de que ninguém consegue fugir ao destino, canta as desgraças e as alegrias de um quotidiano duramente pobre. Exprime uma melancolia atávica, enrolada em lembranças retalhadas de acasos, toca nos pontos nevrálgicos da nossa identidade.

Confinado aos bairros ásperos, zune no desenho de Rafael Bordalo Pinheiro que ilustra o quadro da taberna, reconstituída com absoluto realismo. Carrega-se no botão e sai um fado à maneira do "saudoso" Armandinho. Ei-lo agora, armado em fino nos salões da nobreza, cortejando as damas que o acompanham ao piano. Aliás, a fidalguia gostava de se misturar com o povo nas touradas e até nas tabernas obscuras onde se cantava o fado genuíno, chamado de rigoroso que "tem sempre um quê de pecado e algo também de divino". Basta lembrar o conde de Vimioso, perdido de amores pela Severa, ou o episódio ocorrido naquela noite memorável em que "houve beija-mão real e depois cantou-se o fado". João Ferreira da Rosa jura a pés juntos que o "Embuçado" era o rei de Portugal.

Entramos no furor dos anos trinta com a rádio, o disco e o cinema a trazerem um novo alento ao fado. O primeiro registo discográfico era um fado que foi gravado na Casa Chinesa da

Rua Augusta, em 1904, mas só depois da guerra a edição viria a ganhar significado. Leitão de Barros realizou, em 1931, o primeiro filme português sonorizado, com base na vida da lendária Severa. Libertos do velho estigma da marginalidade, os fadistas adquirem o estatuto de artistas, o que na altura queria dizer promoção social. O teatro de revista, que desde 1880 vinha integrando números de fado, também ajudou ao seu reconhecimento profissional. Nomes do fado, como Anita Guerreiro ou Fernanda Baptista, brilham nos cartazes. Fernando Farinha, o miúdo da Bica, conquista o título de rei da rádio. Amália Rodrigues, a nossa incontestável vedeta, triunfa no cinema e nos palcos internacionais.

Féria, Lourdes (1999): "Museus". In: *Tempo Livre* nº 93: 48.

Um divórcio sem traumas

Segundo os especialistas, terminar uma relação de forma amigável ajuda a ultrapassar os efeitos traumáticos da separação e favorece o relacionamento com os filhos. Porém, muitos são os casais que acabam por não chegar a um acordo.

Em 1997, realizaram-se no nosso país 65.770 casamentos e até ao mês de Setembro do ano transacto foram registadas 52.710 uniões nupciais. No entanto, o número de divórcios durante 1997 foi de 14.034, tendo aumentado, em 1998, para 15.202. Porém, com uma percentagem de divórcios de 1,2, ainda não alcançamos cifras de países como o Reino Unido (2,9), a Suécia (2,6) ou os Estados Unidos (4,4), onde o número de divórcios tem aumentado bastante de ano para ano.

A confiança perdida

Após vários anos de convivência, a insatisfação é uma das principais causas da separação. Porém, os psicólogos enunciam outros motivos que levam um casal ao divórcio:

• Frustração. "Aparece quando a imagem que um tem do outro se alterou. Cada um começou por individualizar a sua personalidade, ter as suas características próprias, ser economicamente independente... mas as razões que levam à frustração são as mais variadas", refere Camilo Cardoso, médico psiquiatra e psicólogo pela Universidade de Paris.

Indiferença. "Ao mesmo tempo que a paixão fica mais fraca deve-se investir no carinho, na amizade, no respeito e no diálogo para a indiferença não aparecer entre o casal", explica a socióloga Maria do Rosário Paiva.

• Ciúmes. "Quando são em exagero podem dar origem ao delírio do ciúme que, em muitos casos, leva ao desagregar de um casamento", explica o nosso interlocutor. Uma pessoa ciumenta necessita de muita atenção e de vez em quando chega a ser tão possessiva que, por vezes, consegue que o seu companheiro se afaste dela.

Desorientação e stress

Quando a separação parece inevitável, começam a aparecer uma série de efeitos físicos e psicológicos: desorientação, perda de apetite, sentimento de abandono, e principalmente, stress e ansiedade. "Normalmente, são as mulheres que ficam mais afectadas com a separação", afirma Camilo Cardoso. Após a separação, alguns homens sofrem imenso com a perda dos filhos, já que a custódia fica, geralmente, com a mãe. Por seu turno, as mulheres enfrentam circunstâncias adversas, especialmente, as que não trabalhavam, já que se vêem obrigadas a procurar um emprego, o que pode gerar grandes doses de ansiedade, pois terão de deixar as crianças com um familiar ou num jardim

infantil. Mas, segundo a opinião de Camilo Cardoso, "as mulheres conseguem resolver muito melhor do que os homens os problemas inerentes a essa situação". Porém, a capacidade para enfrentar um divórcio depende, essencialmente, de dois factores:

• Recursos económicos. "Quando ambos possuem uma certa estabilidade económica e a oportunidade de desenvolver novas relações — por exemplo, no emprego ou nas suas vidas sociais —, a separação torna-se mais fácil de superar e há mais probabilidades de se realizar pacificamente", diz Maria do Rosário Paiva. Muitas vezes, os casais com poucos recursos continuam unidos porque não conseguem enfrentar sozinhos as dificuldades económicas que surgem após a separação.

• Posição da pessoa. De acordo com o médico psiquiatra supracitado, "a que abandona o lar, por uma determinada conveniência, sente que a sua vida vai melhorar mas não quer dizer que isso venha a corresponder à realidade. A que é abandonada fica deprimida, isola-se e sente-se rejeitada. Porém cada caso é um caso e cada pessoa *regae* de modo diferente à situação.

"Por vezes um casamento acaba porque não houve diálogo entre os cônjuges. A comunicação – os gestos, ternura ou mútuo interesse pelo outro – e o diálogo são atitudes fundamentais para manter uma relação", conclui Camilo Cardoso.

Filipe, Sofia (1999): "Um divórcio sem traumas". In: *Quo* nº 50: 33.

Furiosamente, vanguardista

Há tempos, prometi mais assiduidade nos meus escritos.

Repensando a promessa, perguntei-me se valeria a pena.

Não encontrando resposta tranquilizante e, talvez por força do braseiro de Julho, cedi ao morenaço. Calaceei.

Nesta segunda quinzena de Agosto, percebi que a vida emocional é mais rica para aqueles que reparam mais.

Discretamente, no espelho dos outros (seria mais realista dizendo no espelho das outras…), tento imaginar-me (eu que não fui à praia, nem às tremas, nem à América do Sul, nem a Macau, nem me acomodei numa peregrinação, nem visitei exposições interessantíssimas…), tento ver-me como sou: furiosamente, vanguardista – e, por isso, a registar depoimentos assim: - "Nos anos da nossa juventude, foram-nos inculcados valores e princípios muito belos e muito dignos, mas apesar da maior boa vontade do mundo que nos anima, a verdade é que não correspondem à realidade concreta em que vivemos (…) Os jovens de hoje já não se curvam perante a sociedade que tenta dominar as mentes e dirigir as consciências". Como nós, naquele tempo, individualmente, sem a força do grupo, no ridículo do "parece mal"…

E mais percebi que, para além da "civilização do ócio" – exacerbada pelos festivais barulhentos, pelo foguetório, pelas comezainas, pela velocidade das viaturas, pelo assalto aos saldos… - a Natureza põe as cores na mão do Pintor que anda pelos vinhedos, incansável, enquanto os cachos adoçam, para regalo também das abelhas…

Dos meus hábitos rústicos, se me fascina o "conhece-te a ti mesmo", a mim, obviamente, da alegria do ano, que são férias, mais me encanta o ritmo dos campos com a sua eterna mensagem de verdade.

Esse ritmo exige que regresse, semanalmente, a estas colunas.

Florinda, Maria (1999): "Furiosamente, vanguardista". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 19 de agosto de 1999, p. 10.

Que utilidades terá a clonagem humana e de animais?

Clonar humanos permitiria que casais estéreis pudessem ter filhos, ou a duplicação de um familiar. Mas, a utilização desta técnica em pessoas é proibida; no futuro apenas se permitirá criar órgãos para transplantes ou animais ideais.

No dia 16 de Dezembro do ano transacto, um grupo de cientistas sul-coreanos do Hospital KyungHee (Seul) anunciou que tinha conseguido combinar um óvulo e uma célula de uma mulher infértil de 30 anos, dando origem a uma entidade pré-embrionária com a

mesma informação genética que a da mulher em questão. No entanto, destruíram-no sem o implantar no seu útero.

Já este ano, no mês passado, uma equipa de cientistas norte-americanos da Advance Cell Technology (ATC) admitiu estar a clonar embriões humanos desde Novembro de 1998. Contudo, a equipa apressou-se a esclarecer que não está a tentar produzir seres humanos em laboratório e que o objectivo da clonagem de embriões é usá-los como banco de células indiferenciadas que têm a propriedade de transformar-se em diferentes tipos de tecido humano adulto.

Desde que as primeiras notícias vieram a público que a clonagem é uma questão controversa que fez estremecer a comunidade científica e a opinião pública. E a verdade é que a maioria dos cientistas e investigadores põe mesmo de parte a ideia de duplicar seres humanos. Tal é o caso de Ian Wimut (o pai de Dolly) que afirma que nunca o fará, uma vez que não encontra "razões de ordem clínica para clonar seres humanos e, em última análise seria inaceitável do ponto de vista ético". Do lado oposto da balança John Gearhart, investigador da Universidade Johns Hopkins (Estados Unidos) marca a sua posição dizendo: "Não vejo o que tem de mal; estou certo de que será útil para os casais inférteis." Enquanto Richard Seed, um cientista norte-americano, pretende clonar pessoas. Segundo o diário britânico The Guardian, Seed adquiriu já uma ilha situada no Norte do Japão onde em Agosto de 1999 abrirá um centro de clonagem para casais inférteis, no qual espera conseguir produzir, aproximadamente, 500 bebés clonados por ano.

A clonagem é uma forma de reprodução assexuada, produzida artificialmente, baseada num único património genético. Os indivíduos resultantes deste processo terão as mesmas características genéticas cromossomáticas do indivíduo doador também denominado de original.

Quando se fala de clonar humanos, a realidade e ficção científica dão as mãos, criando falsas verdades como a ideia que podermos controlar a nossa evolução, criar exércitos de clones para a guerra. Mas, afastado o medo da criação de gerações de escravos sem mente, a clonagem assume os contornos de uma questão social complexa. As opiniões dividem-se, havendo, no entanto, uma opinião negativa generalizada.

Fragata, Carla (1999): "Que utilidades terá a clonagem humana e de animais?". In: Quo nº 47: 24.

S. Petersburgo – a outra Rússia

Cidade de ostentação, aqui respira-se o ar de outra Rússia. Se por um lado se trata de uma Rússia mais evoluída, mais marcadamente ocidental e influenciada pelos ventos modernos que sopram da vizinha Finlândia, por outro é impossível afastar a sua majestosa aura imperial, A cada linha do horizonte, a cada esquina, em cada rua, as marcas da sua sumptuosidade ainda se distinguem em belos palácios, em estátuas imponentes, em ornamentos de metal que fazem desta uma das mais belas cidades do planeta.

S. Petersburgo é a "Veneza do Norte", a cidade das "noites brancas". São apenas meia-dúzia por ano e só podem ser vistas no início do Verão. E são brancas porque o céu ganha uma cor leitosa, linda, misturada com o brilho das estrelas. É o ser noite, sem o ser. Mas também está muito longe de ser dia.

E como as "noites brancas" são amenas, convidam a longos passeios. Nas ruas de canais e pontes, a água fica como que um espelho, um espelho talhado a partir de uma pedra preciosa, tal é a tonalidade que atinge.

Das margens do Neva, o espectáculo desta luz natural ganha mais força, com as silhuetas dos magníficos edifícios a recortarem uma autêntica paisagem de postal. Ao fundo, do lado de lá, ergue-se majestosa fortaleza de Pedro e Paulo e ardem as chamas da ilha de Vasilyevsky, a lembrar um orgulho olímpico sem precedentes. Sem palavras.

Durante o dia, o Neva oferece-nos outros atractivos, não menos aliciantes. O rio empresta uma vida especial à cidade imperial. Sentados nos jardins, podemos apreciar o ramerrão dos habitantes, vê-los correr como loucos porque o apito do barco corta os ares e os semáforos da ponte acendem e apagam a um ritmo vertiginoso. Sinais de que a ponte movediça vai erguer-se e que ninguém quer ficar "preso" por vários minutos numa margem, quando as tarefas diárias chamam do outro lado. Mesmo em frente ao Hermitage, o cenário é belíssimo: a travessia que há momentos unia as duas margens

ergue-se agora no ar, em arco ogival, como se quisesse abraçar um pôr-de-sol que se insinua.

Mas antes de gozar as belezas de um fim de tarde, há que aproveitar o dia. Há tanto para ver, que até se torna difícil escolher: na imensa avenida Nevsky, nos parques, no metro e nos cento e um palácios que cercam S. Petersburgo. A destacar os palácios de Pavlovsk, o de Catarina e os seus jardins a perder de vista, a catedral de Santo Isaac, a quarta maior do mundo e, claro!, o Hermitage.Já foi moradia de Inverno dos czares e agora é apontado como um dois maiores museus do mundo. Tem expostas mais de três milhões de obras e é tarefa impossível visitá-lo num só dia.

Cá fora, na sua magnífica praça em redondel, o espectáculo não é menor. Sentamo-nos no chão a ver os turistas que por ali passeiam a cavalo. Entregamo-nos aos sonhos e à ilusão. Esperamos que, a qualquer momento, por ali surja a família imperial...

O Hermitage debruça-se sobre o Neva. São vários os barcos que sobem e descem o rio, proporcionando passeios admiráveis e tranquilizantes. Mesmo de frente ao Hermitage fica o cais. Para levar na bagagem só se recomenda uma grande dose de espanto e um bom fornecimento de rolos fotográficos. É impossível conter a ansiedade de querer registar todas as imagens que nos vão surgindo a cada momento.

Do outro lado da ilha de Vasilyevsky, onde o leito do rio é menos abundante, está ancorado o "Aurora", o navio de guerra russo agora transformado em museu. O ancoradouro é salpicado de cores mil, pois são muitas as bancas de artesanato. "Matrioskas" q.b. e - imagine-se! - encontra-se à venda toda, mas toda, a farda da KGB, a temida polícia secreta russa extinta com o fim do comunismo.

Henriques, Graça (1999): "S. Petersburgo – a outra Rússia". In: *Tempo livre* 96: 34.

Qual é o método anticoncepcional mais adequado para cada pessoa

A idade, o estado de saúde e os hábitos sexuais são factores a ter em conta na escolha de um sistema contraceptivo adequado. O preservativo é o fiel amigo das relações ocasionais e a pílula é a companheira assídua da maioria das mulheres portuguesas.

De acordo com o boletim do Fundo das Nações Unidas para as Actividades em Matéria de População (UNFPA) existem, em todo o Mundo, 228 milhões de mulheres que desejam que suas gravidezes sejam mais espaçadas, ou então, nem sequer querem ter filhos. Contudo, 40% - especialmente em zonas subdesenvolvidas como os continentes africano e asiático - não tem acesso a qualquer tipo de contraceptivos. Nos restantes 60%, a taxa de utilização deixa muito a desejar. No caso português, segundo estatísticas da Direcção-Geral de Saúde, 88% das mulheres em idade fértil utiliza um método contraceptivo.

Nada é perfeito. Do total de utilizadoras nacionais, 'apenas' 70% considera que utiliza um método contraceptivo eficaz. Esta é a prova de que a perfeição não existe e que há sempre alguns condicionantes, sejam eles provocados por problemas económicos, efeitos secundários — originados por uma utilização errada — ou por um método inadequado que possa resultar, eventualmente, numa relação sexual pouco gratificante. Se, na maioria dos casos, muitas destas variáveis não falhassem, provavelmente a educação sexual seria perpetuada, de uma forma natural, de pais para filhos. Certamente uma lacuna que começa em casa e que acaba na escola.

A obrigatoriedade de preparar formadores nesta área é tão urgente como eficaz se for aplicada atempadamente, visto que é preciso sensilibilizar os jovens para uma realidade que, mais tarde ou mais cedo, irá ser a sua.

Presente e futuro

O ideal será conhecer a gama de opções que temos ao nosso dispor. Além dos mais utilizados — a pílula, o preservativo e o dispositivo intrauterino de cobre (DIU) — existem outros que não chegaram a Portugal, tais como os implantes subdérmicos e o DIU de progesterona, métodos que libertam hormonas debaixo da pele, na parte alta da vagina e do útero. A comunidade científica está a aperfeiçoar as opções já existentes, como é o caso da redução das doses hormonais da pílula convencional. Mas as novidades não acabam aqui. Existem certos métodos até agora impensáveis:

- A pílula masculina. Casos em que se pretende anular, durante um certo tempo, a produção de espermatozóides — realizaram-se ensaios com uma pílula de progestina (derivado da progesterona) e uma pílula de testosterona. No caso desta última terão que ser administradas injecções semanais de testosterona. Efectuaram-se ainda experiências ao nível do transporte espermático: bloqueou-se a actividade do epidídimo com substâncias como o *gossypol*, que potencia a fecundação, anulando a capacidade dos espermatozóides de penetrarem no óvulo feminino.

- Oclusão de deferentes. Obstrução, com silicone, dos canais seminais que conduzem o sémen até à próstata.

Jiménez, Ana (1999): "Qual é o método anticoncepcional adequado para cada pessoa". In: *Quo* nº 50: 44.

Idanha-a-Velha

Como era bom poderem ouvir-se as conversas que os homens têm ao fim da tarde debaixo da monumental amoreira ou até, quem sabe, poder reconstituir a vida dos senhores de Idanha ou até mesmo voltar atrás no tempo e partilhar aquelas terras com os romanos. Idanha sobreviveu aos séculos e deles guardou as "estórias" de batalhas e guerreiros. A mão do homem deu-lhe um rosto em granito que conseguiu resistir aos maus tratos das tropas. E hoje, quando se olha em redor sente-se que em cada pedra há uma história antiga, aquela que chama gente de fora e lhe deixa a vontade de voltar.

Aqui a vida corre de mansinho. Os novos "abalaram" para as cidades porque queriam melhores condições de vida. Por ali ficaram os velhos, aqueles que já só têm força para receber os forasteiros, cultivar os pequenos talhões de terra e apanharem sol nos bancos de pedra romana que têm Junto à porta de casa. Depois há ainda a falta de crianças que apenas aparecem nas férias para visitar os avós. Junto do beco que dá para a Torre dos Templários brincam uns miúdos, "estas bonecas foi a minha avó que as fez", diz a rapariga que parece a mais velha. "Eu é que as estou a vender. Onde é que vão? Podemos ir?" E seguem quem quer visitar a terra. Junto da torre a criança volta a falar de forma muito despachada. "Sabem que debaixo desta torre era uma igreja dos romanos? E também eram umas termas. Foi a minha avó que me contou. Querem saber mais alguma coisa?" A rapidez com que transmitia a sua "sabedoria" era impressionante e contrastava com a solidão daquele local. Os miúdos afastaram-se para junto das bonecas. Voltou o silêncio. Voltou a memória da história. Quem por ali terá passado? Quem por ali terá rezado aos deuses? Guerras, lutas e agora uma paz com aspecto de eternidade. Rapidamente se dá a volta à aldeia. Parece um círculo apenas aberto pela entrada e pela ponte sobre o Pônsul. A cada passo que se dá surge a certeza de que se pisa pedaços de história. Não há nada que não seja de uma época específica ou de um povo específico, As igrejas, as calçadas, as muralhas, os capitéis que servem de floreiras. Tudo é bonito e inspirador.

A HISTÓRIA

Estava-se em 713 e só mais tarde a povoação seria reintegrada nos domínios portugueses. Hoje, quando se olham estas memórias de vida, surgem no horizonte, figuras míticas de bárbaros e cristãos a defenderem um Deus que os habitantes de Idanha ainda seguem com muita fé. Praticando uma agricultura de subsistência, a população idosa tenta sobreviver e fazer da sua terra um local para visitar. As casas são mantidas com a traça original, com pequenas janelas de cantaria irregular e portas de madeira antiga. A Sé e as ruínas são estimadas como filhos. Os vestígios dos romanos, a ponte sobre o Rio Pônsul ou a Torre de Menagem dos Templários são, também, vestígios desse passado.

No século V a povoação foi destruída pelas Invasões Bárbaras. Os Suevos criaram aqui a diocese egitaniense. Um dos períodos de maior desenvolvimento de Idanha surgiu com a ocupação visigótica quando este povo aqui instalou um centro de cunhagem de moeda de ouro.

A povoação terá sido fundada durante o governo do imperador Augusto (século I a.C.). Esta terra era um ponto de descanso na estrada Guarda/Mérida. A ocupação romana está presente em quase tudo o que resistiu ao tempo. Desde o pano de muralhas (que cercava parte do que terá sido a grande cidade do Alto Império), edificado durante os

séculos III a IV aquando do início das Invasões Bárbaras, aos restos de habitações e templos, cuja pedra foi usada na construção das casas cristãs.

Joanaz, Salomé (1999): "Idanha-a-Velha". In: *Tempo livre* n.º 101: 37.

O grande passo

Tinha 21 anos quando foi ao Conservatório obter informações de Dança para a irmã e reparou que estavam abertas inscrições para o Curso de Cinema. Apresentou-se para as provas de acesso e foi aceite. Na adolescência via muitos filmes - "tive a sorte de ter entradas grátis para algumas salas de Cinema" -mas não sabia ainda que o seu destino era fazer cinema.

Quando as portas se lhe abriram, teve de abandonar a faculdade, o curso de História não era bem uma paixão, e deixou também um emprego num escritório de advogados. Contou com apoio familiar e, quando terminou o Curso, obteve uma Bolsa em Paris. "Fiquei só três meses, não queria perder o contacto com o que se estava a fazer em Lisboa".

Regressado a casa viu, pouco depois, a sua estreia na realização, "Um passo, Outro passo e Depois...", coroada com o prémio Melhor Filme Estrangeiro, no Festival de Belfort, em França. Foi, ainda, assistente e montador de filmes de António Reis, Fonseca e Costa, João Botelho, Silva Melo, entre outros, e realizou Videoclips para músicas de Carlos do Carmo e Rodrigo Leão.

Nos últimos anos, realizou quatro Documentários: "Lisboa no Cinema", "Cinema Português?", "José Cardoso Pires" (já incluído na programação da RTP), e "Os tristes Anos 1945/60 História do Cinema Português", a transmitir pela RTP.

O Cinema Documental, sublinha, "é uma área que tem imensas possibilidades...". Recorda, com satisfação, como foi agradável e enriquecedor realizar "José Cardoso Pires", onde teve a possibilidade de conhecer mais de perto uma pessoa extraordinária, "um excelente contador de histórias".

Recentemente, a convite da Cinemateca/ANIM, no âmbito da programação espacial comemorativa do 25 de Abril, preparou um filme sobre cortes de censura de cinema. Teve a possibilidade de ver os mais variados cortes de filmes, censurados durante a Ditadura, alguns nacionais e muitos estrangeiros. "É incrível, até o "Pinóquio" foi censurado!".

O Prémio

Foi visível a sua profunda emoção quando subiu ao palco do Teatro Rivoli, na sessão de encerramento do Fantasporto, para receber e agradecer o prémio especial do Júri. "Foi um momento raro e inesquecível. É bom sentirmos que o nosso trabalho é apreciado".

Mas *"Quando Troveja"* não é a sua primeira longa-metragem. Há oito anos atrás, ficou inacabado *"Xavier"*, com argumento em colaboração com Jorge Silva Melo e Manuela Viegas. Faltaram meios de produção. Na altura, ficou muito desiludido e pensou, até, abandonar definitivamente a sua grande paixão: "não sabia muito bem o que podia fazer, pensei que podia trabalhar numa biblioteca, num arquivo, ou ser carteiro".

Felizmente não desistiu. Com risco e coragem, persistiu na aventura e, em 1998, com o apoio de amigos, decidiu apresentar um novo argumento, contemplado com um subsídio do IPACA/ICAM. O filme aí está, um ano depois, e com reacções bem estimulantes, como foi a crítica do jornal "Público" ("... porventura a melhor primeira obra portuguesa dos últimos dez anos"). Discreto, Manuel Mozos considera tratar-se de uma crítica bem agradável, mas talvez um pouco excessiva, porque, adianta, depois do filme "O *Sangue"*, "há outras primeiras obras com interesse".

Elogia o exemplar trabalho de toda a equipa, destacando o principal intérprete, Miguel Guilherme, que acreditou sempre ser o "actor certo". O argumento partiu de uma história pessoal, mas não considera o seu filme "uma obra autobiográfica", como foi referido em alguns jornais.

Joel, Teresa (1999): "O grande passo". In: *Tempo livre* n.º 95: 36.

Olivença: o impossível acontece?

Esta cidade portuguesa, conquistada em 20 de Maio de 1801 pelas tropas espanholas comandadas por Manuel Godoy, o favorito da rainha daquele país, D. Maria Luísa de Parma, foi mandada devolver a Portugal pelo artigo 105º do Acto Final do Congresso de Viena de 1815, determinação que até hoje, volvidos mais de cem anos, não foi cumprida.

No entanto, e para lá da ilegalidade que esse facto representa, basta visitá-la para verificar que ainda está cheia da presença portuguesa desde o tempo do nosso rei D. Dinis, que lhe deu foral em 1298 e mandou construir a sua muralha em 1306, obras essas que foram continuadas por D. João II, D. Manuel I e pelos reis que se seguiram até ao infeliz acidente e à nojenta diplomacia que estão na base da sua ofensiva posse pela Espanha.

A sua devolução, a que o próprio D. Fernando VII se obrigou, promessa reiterada em 1818, foi fortemente reivindicada, posteriormente, pelo nosso Ministro dos Negócios Estrangeiros, D. Pedro de Sousa e Holstein, Duque de Palmela, mas tem sido constantemente adiada apesar das falsas promessas proferidas. E, no entanto, naquela terra a língua, os costumes, as tradições, a traça arquitectónica, os brazões da nobreza portuguesa, continuam com o cunho luso apesar de todos os esforços que os nossos "bons" vizinhos têm desenvolvido em contrário.

Entre nós tem sido o grupo "Amigos de Olivença", criado há mais de cinquenta anos, que tem desenvolvido uma acção constante e intensa no sentido de conseguir a devolução do que é nosso e nos foi tão infamemente roubado, mas até este momento em vão.

Pois bem, no coração dos portugueses que amam a sua pátria, novo espinho se cravou: o boato – pois só pode ser boato! – de que se vão comemorar os 200 anos do Tratado de Badajoz, a 6 de Junho de 2001, com uma comemoração internacional, e que o rei de Espanha e o Presidente da República Portuguesa se deslocarão a Olivença, o que até Mário Soares, na qualidade de Presidente, sempre se recusou a fazer.

Não posso acreditar, não pode passar de mero boato! E para me sossegar recordo que a Ponte da Ajuda (Elvas – Olivença), vai ser unicamente construída em Portugal, sinal de que o nosso país ainda considera Olivença como sua parte integrante.

A concretização deste asqueroso boato seria o reconhecimento público e solene do roubo que há mais de cem anos nos fizeram e se vai prolongando, inexplicavelmente, dando-lhe foros de legalidade, humilhação que não merecemos nem queremos aceitar!

Espero, pois, e comigo todos os portugueses dignos desse nome, um desmentido formal de tão espantosa notícia!!!

Macedo, Ana (1999): "Olivença: o impossível acontece?". In: *A Voz de Trás-os-Monte*s, 1 de julho de 1999, p. 16.

Reminiscências

Recordando aqueles momentos em que eu era co-responsável por crianças em ambiente da euforia que o viajar tão bem sabe criar, vi-me entre pessoas com marcas que os anos não perdoam, procurando na grande camioneta-expresso o número que o meu bilhetinho indicava. "Meus Senhores e minhas Senhoras, bem-vindos ao Inatel!... Coube-me a gratificante tarefa de vos fazer companhia, rumo à Quinta da Torre de Entre-os-Rios". Assim começou o jovem e expedito funcionário que, emanando simpatia, compreensão e competência, nos acompanhou na ida e no regresso. A tarde, competindo com a disposição geral, estava primaveril, proporcionando-nos uma viagem agradável. Após a inevitável agitação do alojamento, em parte fruto da existência de pavilhões distintos e ligados por uma alameda muito acolhedora, mas que, dada a sua extensão, seria obstáculo para quem tivesse dificuldade nas deslocações obrigatórias para tratamentos e sala de refeições, tudo acalmou, porque tudo se resolveu com muita compreensão de parte a parte.

Pela manhã, muito cedinho, abri a janela do quarto àquele arzinho morno, àquele sol gaiato e também àquele chilreio dos passaritos atrevidos e madrugadores, para que todos entrassem... e mirando... Que árvores frondosas, com tons matizados e tamanhos diversos! Todas, num milagre que só a natureza sabe operar, cheias de imponência e

simplicidade!... Do lado direito, um castanheiro respeitável, carregado de ouriços ainda adolescentes. Em baixo, um lago gracioso, variadíssimos canteiros, mesas e cadeiras típicas de esplanadas. Arbustos e flores, muitas flores... Pela força do hábito, o pipilar dos passaritos nada esmorecia com a barulheira que os carros, camiões e motorizadas faziam ao passar na estrada contígua e sobranceira ao muro da alameda. Pareceu-me até que, cheios de segurança, tentavam rivalizar com os pontapés na bola que subia no ar, elevando-se do campo que se descortinava lá ao fundo, em baixo...

Já o relógio me alertava para a conveniência de me ir aproximando da sala de refeições. No salão que a precedia, a minha atenção desviou-se para uma pequena biblioteca que, despeitando a minha curiosidade, me levou a colher informações. "Sim, os livros estão ali mesmo à espera que os requisitem..." (Parabéns, Quinta da Torre!)

Deliciei-me com Ferreira de Castro, sofrendo os desaires de Manuel da Bouça, sentindo na boca o sabor a fel do viver do emigrante e na alma o aguilhão da pobreza e da desilusão... Deslumbrei-me com a soberba imaginação e visão de longo alcance do célebre novelista francês, Júlio Verne, lendo a sua "Aldeia Aérea", mesmo ali, nos imensos bancos do jardim (jardim que, nas tardes de Sábado, casalinhos e convidados aproveitavam para fundo das fotografias de noivado), ou numa das imensas cadeiras que tanto proporcionavam um alargar de convívio como um pouco de privacidade. Nos bancos, como nas cadeiras, muitas avós faziam o gostinho ao dedo, transformando a linha ou a lã em verdadeiras maravilhas... De longe em longe, mais raramente, também se virava a folha do livro ou da revista... Foi então que me abeirei de uma desconhecida. "Posso saber o que está a ler?" Mostrou-me, com um sorriso acolhedor, e sem palavras. "A Cidade e as Serras", Eça de Queirós. Respondi-lhe do mesmo modo, sorrindo e sem palavras. "Foi o meu filho que mo meteu na mala!"

Num clima de bom acolhimento, amizade, belíssimos momentos de lazer e passeios enriquecedores, decorreram duas semanas, a que não faltaram uma divertida Passagem de Modelos, belos Serões da Região, boa música, um filme, muita dança para exercitar e fortificar o corpo e até uma noite para revelação dos talentos pessoais, onde não ficaram esquecidas as artes de cantar, poetizar, tocar piano... e a de contar, que incluiu anedotas. "Não são permitidas anedotas picantes", avisou a jovem animadora, que era dotada de uma grande graciosidade incontestável e potencialidades para vir a ser uma funcionária de elevado valor, só que o "picante", como o bonito e feio, são subjectivos, dependendo em larga medida da sensibilidade de cada um... Apesar da consideração que tenho pela arte de contar anedotas, mas porque repúdio a anedota indecorosa, proponho que seja cortado o mal pela mal pela raiz, dizendo "não" às anedotas!... E, já que veio, a talho de foice, uma modesta sugestão, aproveitaria para lembrar a todos os utentes que, de um modo muito especial, nestes convívios deve ser banido o amor próprio exagerado, sentindo-se cada qual verdadeiramente responsável pelo bom ambiente, convívio cordial, fraterno e transparente. Que cada um de nós saiba fazer, da sua conduta e do trato com o outro, naquelas ocasiões melindrosas, o seu "ponto de honra"!

E, assim, a despedida será nostálgica, como é o timbre de rodas, mas apresentar-se-á sem mácula, sem senão, e com apetite para mais!

Martins, Teresa (1999): "Reminiscências". In: *Tempo livre* n.º 92: 11.

Que descobertas científicas nos prolongam o tempo de vida?

Segundo a Genética, podemos viver até aos 120 anos. Porém, muito antes, os homens cruzam os braços, à espera de que o tempo passe e que a solidão chegue, de braço dado com o passado.

A melhoria das condições de vida aliada da às descobertas científicas provocaram, nas sociedades mais evoluídas, um aumento da esperança média de vida. Além disso, segundo um estudo, realizado por Margery Silver, gerontologista da Universidade de Harvard, os mais idosos gozam de um melhor estado de saúde do que as pessoas que têm 20 anos a menos. De facto, o índice de mortalidade aumenta, de forma progressiva, entre os 50 e os 80 anos, mas quem ultrapassa esta idade vive melhor. Comprovou-se, ainda, que acima dos 90 anos as percentagens de demência senil se reduzem.

Segundo Maria João Valente Rosa, coordenadora da pós graduação em Gerontologia Social, "O número crescente de pessoas idosas levou ao aparecimento da Gerontologia,

que é a ciência que se ocupa do Homem idoso e que o estuda". A Geriatria — faceta clínica da Gerontologia — é uma área da medicina empenhada em encontrar a melhor forma de reenquadrar o doente idoso.

Estudos recentes indicam que o Homem se encontra, geneticamente, preparado para viver até aos 120 anos. Contudo, muito poucos conseguem. Viver muito tempo e com qualidade é uma potencial obra que cada um tem nas mãos. É que o estilo de vida que se adopta marca o modo como o organismo reage ao passar do tempo. Não será por acaso que o único padrão diferenciador — entre os idosos com 100 e mais anos e os que têm menos de 90 anos, estudados por Margery Silver - é a capacidade dos primeiros controlarem bem o stress. Esta é uma das hipóteses mais discutidas sobre as causas da sensibilidade, uma vez que o stress crónico aumenta o consumo de oxigénio, provocando desgaste celular. Não obstante, os especialistas distinguem entre envelhecimento biológico, que ocorre porque com o tempo as células oxidam-se, perdendo funcionalidade e energia; e patológico, acelerado devido uma doença degenerativa.

Além da influência genética há outras causas que podem explicar o envelhecimento: Radicais livres. **Em 1989, descobriu-se que a chave está nos radicais livres — moléculas com o número ímpar de electrões —, que oxidam as células. Quando este oxigénio se liberta dentro da micondria celular, lesiona o seu ADN e produz a morte celular.**

Actividade. **Com o passar do tempo, os órgãos atrofiam-se, originando situações de desgaste — arterioscleroses, doenças das articulações e involução cerebral. Visto que o cérebro não acumula nutrientes e a senilidade resulta da ausência de certas enzimas o melhor é mantê-lo activo.**

Alimentação. **"Uma dieta equilibrada, rica em frutas, vegetais, fibras e água é a indicada. A higiene oral do idoso deve também ser cuidada, já que o desgaste ou a inexistência dos dentes, impossibilita a ingestão de certos alimentos" diz Idalina Gomes.**

Ambiente. **O stress e a poluição provocam certas doenças, pois facilitam a criação e absorção dos radicais livres que estão ligados a patologias como o cancro, alergias...**

Fármacos. **Certas complicações de saúde que surgem na velhice exigem o uso de medicamentos. Segundo Idalina Gomes, "a comunicação com o idoso pode ser tão benéfica quanto a terapia farmacológica. Quer a palavra quer o toque são elementos apaziguadores que ajudam a acalmar os medos e a solidão".**

Mendes, Ana (1999): "Que descobertas científicas nos prolongam o tempo de vida?". In: *Quo* nº 50: 23.

A Senhora da Luz mora em Porto de Linhares

A sua existência surpreenderá qualquer viajante desprevenido e desconhecedor da data de 17 de Novembro; dia em que o sítio se transfigura num espaço onde gente, carros, carrinhas e tendas se amontoam, fazendo jus ao que ainda é uma grande romaria.

A pacatez dá lugar ao sítio mais movimentado das redondezas. Enche-se de peregrinos e forasteiros. O santuário abre as suas portas e deixa que a Senhora veja a luz do dia; lá de cima do seu altar. A imagem já não é a original. Essa, foi roubada e nunca mais voltou ao seu pedestal, mas para o povo, é-lhe completamente indiferente que aquela seja a verdadeira ou não. O que interessa, isso sim, é que a Senhora da Luz continua a receber as suas promessas e dádivas. A maioria vem da Nazaré. São sobretudo mulheres, que vêm a pé, ora cumprindo promessas ora cumprindo um ritual que se estende a outros locais de culto, como o cemitério de Alhandra, homenageando Sousa Martins e o Monte de Santo Antão, em Janeiro.

Pedem à Senhora da Luz, fundamentalmente, que deixe que os seus olhos continuem a ser os seus guias. Por isso compram na sacristia, uns olhinhos em cera, que em seguida depositam aos pés da imagem depois de os terem passado pelos seus próprios olhos. Pedem-lhe luz, a luz da vida, a luz da fé, a luz do sol, enfim, a sua própria luz porque, como dizia o celebrante da missa "hoje nada falta no mundo. Só falta luz!"

Nesse ano um friso de homens e mulheres idosos sentados chamava-nos a atenção. Servia-lhes de acento o muro que delimita o adro, uma pequena cadeira trazida de casa ou, para os menos idosos, a própria relva. Vinham da Casa de Repouso da Nazaré. Recordariam eles os tempos em que por ali arranjavam os seus namorados, compravam frutos secos e ofereciam "alhinhos" à Virgem?

Resta ainda dizer que esta romaria que os organizadores gostariam de conservar longe de megafones e feirantes, deve a sua origem, segundo a tradição cristã, ao aparecimento de Nossa Senhora da Luz, a uma humilde pastora – Catarina Annes – em 1601, no lugar chamado Vale de Deus, a cerca de dois quilómetros do santuário. Aí se mantém uma fonte seca e abandonada, mas outrora verdadeira fonte de milagres. A legitimação destes milagres como obra de Nossa Senhora da Luz foi feita pelo então bispo de Leiria, D. Pedro de Castilho.

Pelos registos que chegaram até nós podemos afirmar que a fonte se transformou num concorrido lugar de peregrinação e de milagres onde afluíam gentes de todo o país. Muitos destes milagres ficaram registados na própria casa de Catarina Annes e foram mais tarde transcritos por autores como Frei Agostinho de Santa Maria no Santuário Mariano, por António Joaquim Moreira (da Academia Real das Ciências de Lisboa) e José Barreiros Callado. Este último publicou em 1890 um pequeno opúsculo onde refere alguns dos milagres registados na altura das aparições e acrescenta que Nossa Senhora da Luz recomendou a Catarina Annes que divulgasse o local: diz aos moradores da tua terra, que nesta fonte encontrarão remédio para todas as enfermidades.

Este culto a Nossa Senhora, num local fisicamente sagrado, porque separado de tudo o resto, a existência da imagem de Sant'Ana (Anat) esculpida em pedra por sobre a entrada principal do santuário e ainda a fonte, que foi o centro do culto cristão, poderá estar associado a antigos cultos sírios cujas reminiscências em Portugal são a Senhora da Luz, da Guia e da Hora, sempre cultuadas junto à água.

Perdigão, Teresa (1999): "A Senhora da Luz mora em Porto de Linhares". In: *Tempo livre* n.º 100: 24.

A importância da brincadeira para os animais de estimação

A brincadeira é uma forma de comportamento amigável que ocupa bastante do tempo dos animais jovens. Embora brincar seja uma actividade habitual do comportamento social dos Mamíferos Domésticos, não se generaliza a todas as espécies de Mamíferos. Assim, os Pequenos Mamíferos de maturação rápida quase não brincam. A brincadeira é mais comum entre as crias das espécies com um grande desenvolvimento cerebral e nas quais o crescimento e a maturação são relativamente lentos.

O que é que diferencia a brincadeira dos outros tipos de comportamentos sociais, como a luta violenta, séria? Geralmente o comportamento de brincar não é "a sério". Da brincadeira fazem parte elementos do comportamento agressivo, da matança dos predadores, da fuga dos predadores, e até da actividade sexual, mas durante a brincadeira estes elementos ocorrem não de uma forma previsível, mas em sequências imprevisíveis.

Além disso, os elementos de brincadeira repetem-se frequentemente e são realizados de uma forma exagerada. Nos Carnívoros, que usam muito os dentes quando brinca, a brincadeira é precedida por um sinal que indica: "o que se segue é brincadeira". Nos Canídeos, o exemplo mais conhecido é o arco de convite a brincadeira. Nos animais jovens, este arqueamento do corpo raramente ocorre fora do contexto da brincadeira. Curiosamente, nos adultos, a mesma exibição faz parte do comportamento de corte, sobretudo da fêmea.

Nos Cães, os episódios de brincadeira incluem a luta corporal, a luta mandibular, o abocanhar contido. Se existe uma ordem de dominância estabelecida, o animal dominante pode permitir que o subordinado aja como dominante. A monta é um elemento importante do comportamento de brincar dos machos. Os Cachorrinhos machos montam quer machos quer fêmeas, podendo este comportamento surgir a partir do primeiro mês de idade.

Os Gatos geralmente não são animais sociais em adultos, apesar de interagirem e de brincarem bastante socialmente em gatinhos. Nos Gatos, as sequências de brincadeira são iniciadas através de uma grande variedade de posturas: a postura de barriga para cima com movimento de rolar das patas traseiras, o atirar-se com as garras para cima de um objecto real ou imaginário e o movimento lateral de um Gatinho relativamente a outro. A monta das fêmeas só é observada nos Gatos a partir dos quatro meses de idade.

Existem alguns elementos que são comuns à brincadeira dos Felinos e dos Canídeos. Assim, quer os Cães quer os Gatos brincam sozinhos quando não têm outro companheiro presente ou interessado na brincadeira social. Em ambas as espécies observamos elementos de captura e de matança da presa, preferindo os Gatos atirar-se quase em voo e usar as garras, e os Cães as dentadas e o abanar da cabeça. Um outro tema de brincadeira comum às duas espécies é o "ensaio" de movimentos característicos do comportamento agressivo de ameaça e de luta intraespecífica dos adultos.

As experiências sociais pelas quais o animal passa durante a brincadeira podem ser essenciais para ele adquirir as capacidades comunicativas da sua espécie e podem ajudá-lo a prever como os outros animais se irão comportar e, portanto, a alterar o seu comportamento em conformidade. Brincar aperfeiçoa a percepção e a coordenação motora. A brincadeira vigorosa estimula o desenvolvimento ósseo e muscular, bem como o funcionamento dos sistemas cardiovascular e pulmonar. A brincadeira é imprescindível para a exercitação de músculos usados ulteriormente na reprodução e na obtenção de alimento, sendo um óptimo treino físico. Deste ponto de vista, o exercício fornece maiores benefícios fisiológicos aos animais jovens do que aos animais adultos. Esta evidência acaba por nos sugerir que os animais que empreendem complexas e demoradas brincadeiras dentro do seu grupo aperfeiçoam muitas das capacidades determinantes da sua sobrevivência, quer comportamentais quer fisiológicas.

Pereira, Carla (1999): "A importância da brincadeira para os animais de estimação". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 8 de julho de 1999, p. 14.

As fotografias

Tenho um colega que deveria ficar bastante indisposto se tivesse que ir a minha casa. É que, por toda a parte, começando pela entrada, há fotografias da família (pais e nove filhos), todos bem juntinhos, para caber na objectiva da máquina. Há uma, tirada por um profissional, em que as crianças foram sentadas no chão e bem encaixadas umas nas outras por ordem decrescente de idades. Sentados em duas cadeiras, os pais olham embevecidos para a sua "riqueza".

Devo esclarecer que este meu colega escreveu um artigo numa revista de grande tiragem e sobre o qual já dei a minha opinião que, espero, lhe tenha chegado às mãos. (É sobre as tecnologias aplicadas no controlo da reprodução humana). Aí revela-se como perito em interpretar fotografias de famílias numerosas, com aparência de felizes.

Ora nisso ele não acredita e afirma convictamente que, por trás dessa aparência de felicidade anda muito "dinheirinho"; que não pode ser de outra maneira.

Logo eu, com a minha mania de expor a família, dou sinais exteriores, mais que evidentes, de riqueza.

Espero não ter a pouca sorte de receber visita do inspector das finanças…

E vê-se também, pelo artigo, que há entre nós uma discrepância quanto à noção de riqueza e de felicidade.

Só tenho receio é que essa revista tivesse chegado às mãos de uma amiga querida minha.

É que ela dedica-se a coleccionar, não canequinhas ou jarrinhas, mas fotografias de famílias numerosas. Vejam lá!

Depois serve-se delas para exemplificar que se pode ser feliz aceitando os filhos que Deus queria enviar. Como já disse, é precisamente isso que o meu colega não aceita. Embora admita que poderá, em casos muito raros, coincidir ter muitos filhos, ser feliz e não ter dinheiro. (Talvez por convicções religiosas e valores pessoais, etc., diz).

Vamos indo que já vai admitindo algumas excepções e eu vou ver se consigo incluir-me entre elas.

Estava agora a lembrar-me do "Tio Professor" de meu marido que tinha onze filhos e se considerava a pessoa mais rica de Alvarenga. Olhai, dizia ele, o fulaninho ganha tanto, a outra mais não sei quanto e assim por diante; somava tudo e o final da conta dava uma soma fabulosa.

Outra coisa que não vem no tal artigo é uma referência ao optimismo, que esse tio possuía a todos.

Afirmava sorridente: "desde que fui informado que o feijão tinha o mesmo valor nutritivo da carne, nunca mais me preocupei com o problema da alimentação."

E o certo é que "os gordinhos e anafados" todos foram conseguindo a sua formatura, quer na área do ensino, na advocacia, etc., e nada lhes faltou na vida.

No final do citado artigo do meu colega, fala-se no grande lapso das missões humanitárias nos Balcãs que não incluíram meios de impedir que nascessem crianças em situação tão precária. Eu também penso muito nessas criancinhas inocentes, mas preocupo-me mais com os adultos que desencadeiam tais atrocidades e mais tarde ou mais cedo terão de responder por elas, perante Deus.

Pinto, Magda (1999): "As fotografias". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 1 de julho de 1999, p.16.

Viajantes

O reino dos Algarves

Quando a minha tia Clara se decide a viajar, tudo se processa com o maior requinte. Para já, ela pertence àquele grupo de ardentes patriotas que, mal ouvem alguém elogiar, por exemplo, as águas de Capri, lhes perguntam logo se por acaso já alguma vez andaram de barco pelas grutas da Ponta da Piedade em Lagos; ou, quando alguém suspira pelo pôr do sol nas Caraíbas, lhes atiram imediatamente à cara com o pôr do sol diante dos Cavalos de Fão - se possível a comer "clarinhas", que gastronomia também é cultura.

Por isso, mal chega a qualquer sítio, o primeiro destino da minha tia Clara é o posto de turismo local. E claro que agora, depois de muitos anos em andanças pelo país todo, ela já entra no posto com aquele sorriso que, traduzido, dá qualquer coisa como "lá-vem-a-cantiga-do-costume". Mas, até aqui há uns anos, a minha tia era uma pessoa ingénua, que pensava - imagine-se! - ir encontrar nos postos de turismo basta informação sobre o lugar, livros, monografias, artesanato à venda, coisas assim. Agora já perdeu todas as ilusões - mas insiste sempre. Entra, olha em volta, sorri à funcionária, mas assim que começa com as perguntas, lá vêm as respostas de sempre: "Só temos isto" ("isto" é quase sempre um minúsculo folheto com os lugares comuns habituais), "já tivemos, mas esgotou-se", "a minha colega é que sabe, mas está de férias" (com a variante "cheguei hoje mesmo de férias e isto está num caos"). A princípio a minha ria Clara ficava furiosa, mas desde que uma funcionária lhe explicou que o que ela pedia não interessava nada aos estrangeiros, "e nós estamos aqui é para lhes dar os horários das camionetas e dos comboios" - desistiu de se incomodar. Agora, quando entra e se dirige à funcionária, começa logo por dizer "eu sei que aqui não há nada do que eu quero, mas...". Diz ela que é para pôr a rapariga à vontade, coitadita.

É por estas e por outras que ela entra depois em tudo o que é livraria, tabacaria ou quiosque para ver se por lá descobre qualquer coisa. E quase sempre descobre. Esta semana, por exemplo, recém-chegada dos Algarves (onde só vai no inverno), vinha eufórica com um livrinho encontrado em todos os escaparates, incluindo os que normalmente só vendem postais. Um livro escrito por um inglês e que, à falta de melhor, os turistas (que às vezes não se interessam apenas pelos horários dos comboios) devem comprar, já que ele se encontra traduzido em alemão, francês e flamengo. Através da sua leitura ficamos a saber que o Algarve foi sempre uma região completamente distinta do resto do país, um reino independente que só foi integrado em Portugal quando da revolução que implantou a República, em 1910. É isto que os estrangeiros que arribam aos Algarves andam a ler, quando querem saber mais alguma coisinha sobre a terra que pisam. Se calhar para eles, tanto faz como tanto fez, desde que haja sol e preços baratos. Mas os algarvios - se alguma vez derem por isso - são capazes de não gostar. Já para não falar no D. Afonso III, coitado, lá onde quer que ele se encontre.

E na minha tia Clara, evidentemente, que não pára de murmurar que afinal os postos de turismo estão cheios de razão: dêem-lhes horários, dêem-lhes horários. Os comboios e as camionetas podem vir atrasados - mas a pátria está salva.

Vieira, Alice (1999): "O reino dos Algarves". In: *Tempo Livre* nº 94: 82.

Três meninos

Estando a viver há uns tempos em casa duma irmã, inúmeras vezes, no dia-a-dia, vejo da minha janela, um menino negro que despertou a minha atenção, talvez porque, fisicamente, me faz lembrar outro menino, japonês, residente na Suíça, que criei e a quem quero como a um neto.

Tal como o outro vejo-o diligente, levando o saco do lixo para o contentor, carregando outros com as compras, sempre apressado, trabalhador e, sem o conhecer, nem sequer saber o seu nome, imagino-o meigo, atencioso como o japonês. Tenho também um neto de 7 anos, doce, que me quer muito, com quem tenho uma relação muito especial, embora ele resida no Porto e agora, com o divórcio dos pais, nos vejamos de longe a longe.

Divago por vezes sobre o futuro destes três meninos, com idades semelhantes mas que, criados em meios diferentes, certamente seguirão também rumos bem distantes.

Akira, de família abastada, vivendo em Genebra, frequentando bons colégios, terá fácil acesso a Universidades quer na Suíça quer no Japão e será engenheiro, ou doutor, ocupará um lugar de chefia; no meu coração desejo que conserve as qualidades que possui hoje e seja um homem recto, bom e delicado como o pai.

Pedro, o meu neto, embora sobredotado (aprende tudo sozinho com extrema facilidade), vivendo em Portugal, talvez frequente um Curso Superior mas terá sempre um futuro incerto, e difícil. Isso irá modificar o seu carácter, e a sua meiguice de hoje, a sua "inocência", desaparecerão na luta por um lugar ao Sol, na roda infernal da vida.

Quanto ao menino negro que tanta atenção desperta em mim, vou dar-lhe um nome -Marco - fará a escola primária, talvez frequente a secundária, mas não irá muito mais além. Segregado pela cor da pele, quer na Europa quer em África onde ele próprio se sentirá um estranho, dificilmente encontrará um emprego decente, onde se sinta realizado. A sua inocência, o modo gentil e humilde de hoje desaparecerão e será um homem ríspido, descontente com o mundo, revoltado com tudo e todos.

Há muitos anos uma dor imensa me assaltou ao passar junto aos cemitérios dos mortos no desembarque da Normandia em 1945, semeados de incontáveis cruzes brancas; Já chorei no Museu de Hiroshima, no Japão, perante o horror atómico; Há dez anos aquando da minha visita ao Kosovo, já havia o que se pode chamar de Ventos de Guerra, e eu fico a pensar em como seria bom que tudo fosse diferente, que não houvessem guerras nem ódios, para que todos os meninos conservassem a frescura da inocência mesmo quando se tornassem homens.

Vieira, Maria (1999): "Três meninos". In: *Tempo livre* n.º 98: 8.

2.2. Masculinos

Que vantagens oferecem os carros japoneses e coreanos?

Hoje, em Portugal, vende-se o triplo de automóveis japoneses e coreanos do que há três anos atrás. Será porque "os carros do Oriente" apresentam melhores preços e uma qualidade superior? Ou existem outros factores? Fomos à procura das respostas.

Em 1995, as vendas de automóveis das marcas orientais instaladas em Portugal representavam apenas 5,3% de todo o mercado. Volvidos três anos, o cenário mudou: os construtores japoneses e coreanos chegaram, viram e aplicaram um autêntico golpe de karaté ao mercado nacional de automóveis, arrebatando já, entre nós, uma fatia significativa de 14,2% de todas as transacções de veículos novos (ligeiros de passageiros). Por outras palavras, num curto espaço de três anos, os portugueses como que ficando tomados pela "febre amarela" passaram a comprar mais do triplo de viaturas japonesas e coreanas do que era habitual. Se de 1995 para 1998, o mercado nacional de ligeiros de passageiros cresceu 18,8%, o dos construtores oriundos do Extremo Oriente explodiu 69%. A Daewoo, por exemplo, foi entre todos os construtores orientais (e exceptuando os que não possuíam representação no nosso país) o que mais viu as suas vendas aumentarem nada mais, nada menos do que 273%.

Quero um carro oriental

Quais são as razões deste aparente e súbito "apetite"? Segundo Carlos Rocha, da Honda, "essa subida prende-se com o facto de se ter registado um aumento da oferta por parte dessas marcas que apresentam mais modelos e modelos mais adaptados às necessidades dos consumidores europeus e portugueses". E o próprio sistema de quotas "obrigando à realização de investimentos em fábricas na Europa, tornou-se, simultaneamente uma forma das marcas se aproximarem do mercado europeu", aponta Carlos Rocha. E a escassas semanas da abertura do mercado aos veículos nipónicos, este responsável pela Honda opina que "as vendas vão claramente aumentar, ainda que — prevê — não seja esse facto que vá motivar o disparo das mesmas. O crescimento das vendas advirá da introdução de novos e diversificados modelos".

Genericamente, podemos distinguir quatro razões principais que são responsáveis pelo sucesso comercial dos carros orientais:

Qualidade. **É uma imagem de marca que estes veículos granjeiam. Se se atentar às garantias mecânicas que os diferentes modelos à venda entre nós possuem, conclui-se que, com excepção da Suzuki e da Subaru, não há uma única marca oriental que ofereça menos do que 3 anos ou 100 mil km de garantia mecânica (ao passo que a quase totalidade das restantes marcas ocidentais se fica pela oferta de um ano sem limite de quilometragem). Num estudo apresentado no ano passado, a empresa norte-americana JD Power, em associação com a revista britânica *Top Gear*, procurou medir o índice de satisfação dos proprietários dos mais diferentes automóveis em função da fiabilidade dos carros e do número e avarias que sofrem ao longo de dois anos. A análise não deixou para dúvidas: entre as vinte marcas mais bem posicionadas nesta classificação, dez eram orientais. E havia seis construtores japoneses no *top ten*. Parece ilustrativo.**

Tecnologia. **A propalada capacidade inventiva dos japoneses joga, também, a favor do prestígio dos carros orientais. E como a ideia geral é de que tudo o que vem do Oriente é sofisticado, os automóveis são um dos baluartes deste lugar-comum fundamentado, diga-se, e que a aliança ao desporto de altíssima competição vem reforçar. Na Fórmula 1, entre 1988 e 1992, a Honda forneceu os motores que levaram a McLaren a 44 vitórias e a quatro títulos consecutivos no Campeonato do Mundo de Construtores. Quanto aos ralis, as três marcas líderes do actual Mundial são orientais: Toyota, Subaru e Mitsubishi.**

Design. **Era (para muitos ainda é) a grande pecha dos carros que vêm das terras do Sol Nascente. Concebidos para agradar ao gosto das gentes orientais, os modelos nipónicos e coreanos assassinavam muitas vezes as suas hipóteses de comercialização no Velho Continente por serem pouco conformes aos padrões europeus. Neste capítulo, têm-se assinalado evoluções. A Mitslibishi, por exemplo, apresentou no último Salão de Frankfurt um pequeno todo-o-terreno, o *Pinin*, produzido em Itália, por Pininfarina, designer transalpino. E a sua congénere Nissan, tendo-se aliado à francesa Renault, redesenhou o seu Almera na Europa.**

Preço. **Os carros orientais apresentam preços competitivos. Um feito conseguido graças aos baixos custos de produção devido à aposta de incluir de série nos seus modelos equipamento — como ABS e airbags duplos — que outras marcas, grande parte das vezes, apenas disponibilizam nas suas versões mais dispendiosas.**

Alves, Miguel (1999): "Que vantagens nos oferecem os carros japoneses e coreanos?". In: *Quo* nº 50: 76.

A esquerda, O BE e o poder

Um dos apoiantes do Bloco de Esquerda (BE) publicou um artigo em que escreve: "A verdadeira esquerda (...) é aquela que contesta o poder não como a forma de o conquistar mas porque toda a injustiça tem de ser denunciada".

Retoma assim uma velha polémica sobre a esquerda e a sua relação com o poder, que já nesta legislatura teve um ponto alto quando Manuel Alegre defendeu no EXPRESSO que o papel do PCP era o de "consciência crítica" do Governo PS, ou, segundo José António Saraiva em editorial, o de "grilo falante" do PS. A ideia que subjaz é a de que o poder corrompe, suja as mãos de quem o exerce e é em si mesmo um abuso sobre os cidadãos. Daí que o poder deva ser exercido à direita, cabendo à esquerda o papel ético de denúncia das injustiças. E assim um dos dirigentes do BE afirma: "somos candidatos à oposição". Resumindo: o poder é pecado, a virtude está longe do poder.

Se a esquerda abdicasse de pôr o exercício do poder como objectivo, negar-se-ia como alternativa política. Uma esquerda que pensasse e agisse assim aceitaria a inevitabilidade do domínio da política de direita e praticaria a sua automarginalização das questões do poder. O BE continua velhas ideias e propostas, ao federar partidos com uma longa presença na acção política, dois deles em todos os anos desde o 25 de Abril. A UDP teve um deputado durante uma década e o PSR tudo fez para o conseguir. Ambos exerceram o poder em Lisboa, em vários momentos da vida da coligação que governa a cidade. Aliás, a UDP só abandonou a coligação após a adesão ao BE. Será então este alegado desapego pelo poder coerente com a história e as posições dos partidos do BE?

Um dirigente da Política XXI, o outro partido do BE, declarou que o problema do PCP como oposição é vir de quatro em quatro anos queixar-se de que apresentou muitas propostas mas que eles (os "maus", diz esse dirigente!) não as aprovaram e, ao mesmo tempo, esquecer os instrumentos não-parlamentares da democracia.

Isto é dito do PCP quando este não só faz dos resultados do seu trabalho no Parlamento um dos eixos da campanha eleitoral como reitera a importância que dá à luta dos cidadãos, como forma de conquista de direitos e de contribuição para a mudança. Não falta, aliás, quem critique o PCP dizendo ser excessivamente não-parlamentar...

Ninguém duvida da urgência da reflexão sobre os novos caminhos da esquerda. Se tomarmos por exemplo um partido que de forma polémica integra o Governo, como sucede com o PCF, é bem significativo que o seu secretário nacional, Robert Hue, afirme que, perante os limites da acção governamental, "o essencial está no movimento popular, na sua capacidade de se unir e de colocar, com força e radicalidade, novas exigências, até tornar incontornável a sua satisfação".

Mas, se a esquerda pusesse como objectivo exclusivo ser oposição e força de denúncia, isso seria uma confissão antecipada de derrota. A esquerda, por o ser, não está condenada a desistir da ambição de contribuir para alterar o rumo geral da política.

Na situação política criada com as opções do PS, o PCP assumiu-se na legislatura passada como oposição de esquerda. Usou a tribuna da Assembleia para denunciar as injustiças. Deu voz no Parlamento às lutas dos cidadãos, lutas que incentivou e em que participou. Combateu a política de direita. Fez aprovar leis positivas, com o apoio activo dos cidadãos.

Hoje, neste debate eleitoral, o PCP como força de esquerda não se pode demitir, não pode e não quer estar à margem do problema político do poder. Faz parte do problema e intervém nele, com tudo o que isso representa de esperança para os cidadãos e de ónus de responsabilidade para o partido. Glosando o apelo a uma aliança feito por Boaventura Sousa Santos, direi que, quando os partidos integrantes do BE

compreenderem isto, então pode pôr-se na agenda política uma nova alínea. Até lá, a novidade destas eleições será reforçar a CDU, com o que toda a esquerda ganhará.

Amaral, João (1999): "A esquerda, O BE e o poder". In: *Expresso*, 11 de setembro de 1999. Internet. Disponível em http://www.pcp.pt/ar/ar1999/ndice-opiniao.html (consultado em 23 de fevereiro de 2011).

Memória

A Misericórdia do Mar

Saído dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo em 1955, entregue ao Grémio dos Armadores de navios da Pesca do Bacalhau, o Gil Eanes era, ao tempo o orgulho da marinha mercante portuguesa. Um navio hospital como outro não havia, fora concebido com o fito de apoiar as embarcações que por longos seis meses estacionavam na Terra Nova e Gronelândia, nas campanhas do bacalhau. Chamaram-lhe "A Misericórdia do Mar" ou, internacionalmente, "navio Mãe da Frota Branca".

Outro Gil Eanes fazia, desde 1927, o mesmo percurso. Apresado à Alemanha na I Guerra Mundial, chamava-se Lahneck, fora modificado para apoiar a frota bacalhoeira, a quem fornecia água, óleo, carvão, isco, sal e alimentos, além de transportar o correio de e para os pescadores.

Dispunha de um serviço médico mas, como lembra o comandante Mário C. F. Esteves (que comandou o novo Gil Eanes no período de 1959 a 1971), desempenhava "as suas funções com inúmeras dificuldades devido às suas limitações e ao muito que lhe era solicitado". Em 1955 é substituído pelo sucessor, que herda do primeiro, comenta o mesmo oficial, "não só o espírito mas também o nome de Eanes, o comandante e o sino de proa suponho ainda lá existir".

É ainda pela pena de Mário C. F. Esteves, texto disponível na Internet (em HYPERLINK - http://www.ceramicarte.pt/ gil.eannes -) que se descobre a importância do navio. Refere o autor que "sendo efectuadas, por época de pesca, cerca de 4000 a 5000 consultas, ficavam internados a bordo, aproximadamente e por campanha, 400 doentes acidentados ou com doenças de menos gravidade. Executavam-se por época cerca de seis a sete dezenas de intervenções de grande cirurgia, cerca de duas centenas de extracções dentárias, inúmeros exames radioscópicos, um sem número de análises e variadíssimas intervenções diárias de pequena cirurgia".

Pegue-se na brochura, agora reeditada pela Câmara Municipal de Viana do Castelo, que lembra esse tempo, e quase é possível escutar numa voz de governante dos tempos do Esta Novo, o prólogo da obra: "resultado, sob alguns aspectos inéditos, da colaboração íntima entre os que, no mar, se servirão deste instrumento de trabalho, e aqueles que, nos estaleiros, procuraram as soluções para a maior eficiência da efectivação dos objectivos dos primeiros, este navio representa um grande esforço da indústria nacional que, com ele, marca mais um lanço no caminho do seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, encetado há alguns anos."

Antunes, José (1999): "A Misericórdia do Mar". In: *Tempo livre* n.º 101: 32.

Da contagem do tempo falando

O povo caldaico, que há milénios viveu no território hoje ocupado pelo Iraque, já tinha a ideia do segundo, do minuto e da hora. Daí o terem-se criado, entre outros, aparelhos como a ampulheta, a clepsidra, o vulgar relógio de corda e mostrador e os sofisticados cronómetros que chegam ao apuro, impressionante, do milésimo de segundo. Isto além dos processos empíricos, como o da altura do astro-rei conjugada com o comprimento das sombras, tudo na origem dos chamados relógios de sol, inúteis de noite e nos dias mais ou menos anuviados.

Divinizado e personificado, o Tempo era representado na mitologia grega por um velho de longas barbas brancas, com duas asas para significar a sua rapidez impiedosa, empunhando uma foice, triste símbolo do seu poder destruidor, e algumas vezes uma ampulheta, feral emblema do decorrer imparável e contínuo dos anos. E nele tudo é

relativo. Cada um de nós, ao longo da vida, já se apercebeu, certamente, que o tempo não é igual, nem sempre nem para todos. No prazer, anda, corre, voa. Na dor, como que pára. Em novos, puxamos por ele. Em velhos procuramos baldamente retardá-lo.

O segundo, o minuto, a hora, o dia, a semana, o mês, o trimestre, o semestre, o ano, o lustro, a década, o quartel, o século e o milénio são as grandes balizas do tempo, já que o momento existe existe só por nós imaginado. E porque a nossa vida é curta, contamo-lo até aos quartéis e raramente vamos mais longe. E porque a vida deles é longa, dizemos dos monumentos e dos grandes acontecimentos naturais que são tão velhos que a sua idade se perde na bruma do Tempo, se traduz na frieza de muitos zeros e se designa por séculos e por milénios.

E vêm as contas astronómicas, os números quase inatingíveis. A Terra existe há cinco biliões de anos e esses seres deixaram de viver há trezentos milhões de anos, dizemos. São idades que os zeros retraíam assim: 5.000.000.000 (segundo o sistema francês) e 300.000.000. E pensarmos nós, dos homens, que poucos conseguem apagar os dois últimos e que cada um de todos é sempre o décuplo do anterior!

Os reis, os papas e os séculos contam-se ou numeram-se assim: os primeiros dez; são referenciados pelos numerais ordinais, como Luís oitavo, Leão décimo, o século dezanove. E sempre com a numeração romana: João Paulo II, Luís XVTII e o século XVI. E nas respectivas séries, quanto maior for o número, mais tarde vieram e mais perro de nós acabaram.

E na voragem insaciável do Tempo aproximamo-nos do século XXI e do terceiro milénio da nossa Era que é a de Cristo. Haverá um momento em que ficará para trás o século XX e em que chegaremos *ao* século XXI, em que ficará para trás o segundo milénio e em que chegaremos ao terceiro. Mas quando será esse momento? Em que ano? A configuração do número 2.000, porque é a mudança do l para o 2 nas unidades de milhar, tem-se prestado a grandes confusões.

O século primeiro, ou século número um, teve, evidentemente cem anos. E, como todas as séries, começou no ano um. E terminou no cem. Por isso o século segundo começou no ano cento e um e terminou no duzentos. E assim por diante. Todos os séculos começam pelo número um e terminam em dois zeros ou em três no fim dos milénios. Por isso, no ano 1000, terminaram o século X e o primeiro milénio, em 15000 século XV e em 1900 o século XIX. E para que não fiquem dúvidas, consideremos os três anos que se avizinham. Se dividirmos 1999 por séculos, ou seja por cem, obteremos 19 no cociente e 99 no resto, o que quer dizer que são dezanove séculos certos e mais 99 anos do seguinte, ou seja o XX; se dividirmos 2000 por cem obteremos vinte no cociente, sem resto, o que quer dizer que é o século XX ainda; e se fizermos o mesmo com o 2001 obteremos vinte no cociente e um no resto, o que significará que já estaremos no primeiro ano do século XXI, que será também o primeiro do terceiro milénio.

Por tais razões, quem lá quiser chegar terá que acordar no dia l de Janeiro de 2001, que será uma segunda-feira, ou então ouvir a última badalada da meia-noite de domingo. E transposta essa porta áurea aberta pelo velho das asas velozes e da foice destruidora, uma por cada fuso horário, vinte e quatro vezes soará o grito estonteante e jubiloso que assinalará, que festejará, o tríplice acontecimento: Chegámos. E pensaremos então que, como um eco perdido no Tempo, só daqui a mil anos outra porta mágica voltará a abrir-se e esse grito eufórico e exuberante ressoará, vindo dos corações palpitantes dos nossos descendentes, frutos de uma vintena de gerações. Serão então os nossos icosanetos.

Mas o ano, o século e o milénio não começarão, em todo o globo terrestre, ao mesmo tempo, pela conjugação das horas solar e legal com a forma do planeta. Os nossos antípodas, os neozelandeses, serão os dianteiros a celebrá-los. Wellington será, por sua vez, a primeira grande cidade; Tóquio, duas horas depois; Moscovo, 9; Berlim, 10; Paris, Londres e Madrid, 11; Lisboa, 12; o Rio de Janeiro, 14; Washington, 16; Los Angeles, na costa do Pacífico, 19; e Honoluiu, nas paradisíacas ilhas havaianas e já bem perto da linha de mudança de data, quase no dia seguinte.

E se quiséssemos levar um pouco mais longe o nosso raciocínio diríamos que, tudo pela hora solar, um bairro de um desses grandes aglomerados populacionais entrará mais cedo no século XXI do que um outro que lhe fique ao lado, a ocidente; que o mesmo acontecerá em relação aos dois lados de uma mesma rua; e a duas salas de uma habitação; e a duas pessoas na mesma cama. Deitados, ela sonhará já no século XXI enquanto ele ressonará ainda no século XX.

Hoje é possível bater-se um recorde por um milésimo de segundo. Por isso também é possível medir-se, quase até ao inconcebível, os tempos verificados ao longo de uma rotação da Terra em torno do seu eixo imaginário. Assim, considerando que o perímetro do equador é igual a 40076,6 quilómetros, e que qualquer meridiano sobre ele demora 24 horas a voltar ao seu ponto de partida, conclui-se que ele rodopia a 1670 km/hora; a 27,8 km por minuto; a 463 metros por segundo; a 46,3 centímetros por milésimo de segundo. Por tudo isto é absolutamente natural que os elementos de um casal, lado a lado, possam respirar em séculos diferentes, que uma pessoa tenha um pé já no século XXI e o outro ainda no segundo milénio. E claro que estas velocidades diminuem com a latitude ao ponto de, teoricamente, sobre os pólos ser igual a zero. Para nós esses valores são ligeiramente superiores a metade dos indicados.

E porque o nosso tempo é uma fracção do Tempo -que a tudo se atreve, até a colunas de mármore, quanto mais a corações de cera, como diria o padre António Vieira - pensemos ainda que a vida de cada um de nós é uma luta insana e infrutífera contra ele. Medida, é um insignificante grão de areia perdido numa praia infinda. Por mais que se prolongue nada representa na sua sempiternidade. O grande encanto dela é não podermos desvendar o segredo do seu fim. Nem como, nem quando. E ainda bem. É por isso que conseguimos viver. De contrário seria acabar-se lentamente, hora a hora, minuto a minuto, segundo a segundo, momento a momento. O sonho acordado tornar-se-ia impossível, envolto no pesadelo de uma permanente e penosa e mortificante contagem decrescente de esse mesmo Tempo.

Barbado, José (1999): "Da contagem do tempo falando". In: *Tempo livre* n.º 92: 38.

Um cálice de honra para Canto e Castro

Éramos jovens, éramos presunçosos, éramos arrogantes, e cumpríamos, vertiginosamente, a nossa vocação de jovens: queríamos remover a geração mais velha, queríamos tomar o lugar dessa geração mais velha, queríamos ter outro destino, outros sonhos, e muitíssimas mais certezas. Bebíamos muito, vivíamos muito e depressa, fazíamos coisas, rápidas, honestas, porventura medíocres, mas, certamente, animadas da melhor das boas-fés, e com a consciência leviana de que estávamos a mudar o mundo. Não estávamos. Porém, embalávamos o pensamento da revolta e a ideia de que o universo começava cada noite e todas as noites.

Éramos quantos? O número escapa-me. Mas éramos muitos. Eis alguns deles: Paulo Renato, João Guedes, Raul Solnado, Fernando Gusmão, Alexandre Vieira, no ramo de actores. E Fernando Lopes, Baptista Rosa, Fernando Matos Silva, Manuel Ruas, Manuel Jorge Veloso, Navarro de Andrade, Manuel de Azevedo, Oliveira Pinto. E, ocasionalmente, Carlos de Oliveira, Manuel da Fonseca, sei lá quantos?!

E, nestes quantos, o Henrique Canto e Castro, o CC, findo o trabalho nos teatros, amesendava-se no nosso grupo, Cervejaria Ribadouro, que fechava às três da matina, mas que nos resguardava até às quatro, quatro e tantas.

O Canto e Castro era um bonitão, as miúdas ficavam de olhos virados do avesso, e eu, também dado a essa prática, ficava o azebre da inveja. Conversávamos na noite sobre coisas imponderáveis: livros, peças de teatro que a censura não deixava pôr em cena, filmes que só podiam ser vistos no estrangeiro, revistas que ficavam na PIDE, "Le Monde", o jornal, vendido com páginas a menos.

Certa noite, em casa do Alexandre Vieira, o grupo do Ribadouro interpretou a peça "O avançado-Centro Morreu ao Amanhecer". Já não me lembro qual o meu papel naquele texto, encenado e dirigido pelo Paulo Renato. Sei, e disso me lembro muito bem, que fui feliz, naquela noite, que fomos todos muito felizes.

O Canto e Castro rumou o seu destino, como todos nós. Já naquele tempo ele dava, ao teatro a parte mais estelar de um talento formidável, e marcava, com o rigor e a modéstia que são comuns a quem sabe o que está a fazer, as suas interpretações. Fez, tem feito, fará, em teatro, cinema, rádio e televisão, uma série admirável de personagens, enchendo-as de substância humana, conferindo-lhes a dimensão dos sonhos – e tudo isto servindo-se de uma voz modulada, incisiva e dominante.

Há dias, voltei a ver o meu velho e inconformado companheiro, numa magistral recriação cinematográfica. Atentem nele. Vejam esse filme ("Longe da Vista") terno,

comovente, a história de uma solidão que se deseja estilhaçada, e que confere a João Mário Grilo o título de um dos grandes realizadores portugueses. João Mário dá a Canto e Castro a possibilidade de realizar uma das maiores interpretações da sua carreira, que se traduz num emocionante retrato da condição humana, enclausurada não só atrás das grades, mas, sobretudo, atrás de todos os densos muros da mais densa das incomunicabilidades.

Canto e Castro, marcado pelo sofrimento e pela dor, continua, no entanto, o mesmo moço que vem ao proscénio recitar os narrares da nossa vida, escorado na mesma confiança, na mesma esperança e nas mesmas discretas certezas que o animavam quando, pelas madrugadas de Lisboa, se amesendava na cervejaria Ribadouro junto a outros rapazes que apenas desejavam assaltar a paliçada onde a felicidade estava sequestrada.

Foi ontem é hoje, será amanhã. Sempre e sempre, entrouxemos a bagagem ou fiquemos quedos e serenos, a viagem terá o mesmo rumo. E, no bergantim onde repousa a nossa mocidade, também lá estará o Henrique Canto e Castro, em homenagem a quem ergo o meu cálice de honra.

Bastos, Baptista (1999): "Um cálice de honra para Canto e Castro". In: *Tempo livre* n.º 95: 52.

Vampiros de John Carpenter

O título diz tudo. Este não é apenas mais um filme de vampiros, estes vampiros *são* de John Carpenter. O que equivale a dizer que estamos perante um excelente filme. Em toda a sua obra, Carpenter conjugou sempre um universo pessoal muito *sui generis*, com um domínio perfeito da realização, especialmente na criação de *suspense*. Daí surgiram obras tão emblemáticas como *Halloween* ou o *Príncipe das Trevas*.

Em *Vampiros de John Carpenter*, Jack Crow (Woods) é o chefe de uma equipa contratada pelo Vaticano (!) para caçar as ditas criaturas. A cena inicial dá o mote para o resto do filme, com uma captura feita numa casa deserta no meio de uma paisagem árida. A música, também composta por Carpenter, acompanha magnificamente esta cena, onde a tensão dispensa efeitos fáceis como, por exemplo, o *slow motion*. Mas o mestre dos vampiros escapa a esse ataque e dizima quase toda a equipa de Crow num motel com o curioso nome de Sun-God.

Carpenter desmitifica a imagem dos vampiros no cinema, nomeadamente a forma de os caçar. As cruzes de Cristo ou o alho não funcionam como é dito num num diálogo. A iconografia religiosa e os padres também não saem muito favorecidos. O mestre dos vampiros é um antigo padre que se rebelou contra a Igreja no séc. XIII. Noutra cena vemos Crow pregado a uma cruz, numa autêntica reconstituição da crucificação de Cristo.

A realização de Carpenter é uma verdadeira *mise-en-scène*, o "pôr-em-cena" é o fundamental. Exemplo disso é o aproveitamento das câmeras de vigilância da prisão abandonada, que permitem o *voyeurismo* das personagens e do espectador em relação aos vampiros, ou a função do *décor* na cena final, fundamental no culminar da acção.

Bordalo, Sérgio (1999): "Vampiros de John Carpenter". In: *Voice* nº 8: 97.

A memória submersa

Um dia os homens represaram o rio, e o lago que a pouco e pouco se foi formando, sepultou o vale e com ele uma pequena aldeia cujo viver de feição arcaica, enraizada, quem sabe, na pré-história, veio quase inteiro até ao último século deste segundo milénio à beira do fim.

O rio aprisionado é o Homem, e à albufeira em que se tornou deram o nome da aldeia sepultada, Vilarinho das Furnas ou da Furna como querem, ainda, os aldeãos exilados.

Esta povoação era um dos últimos redutos do comunitarismo agro-pastoril, onde o dia de trabalho semanal para a comunidade e o pastoreio comum dos diferentes rebanhos, as "vezeiras", constituíram um dos aspectos visíveis de uma vida em conjunto feita de solidariedade e ajuda mútua, em que os *raros* conflitos se resolviam entre os vizinhos, de

acordo com os seus usos e costumes e recorrendo a regras cuja origem mais remota se perdera na fundura do tempo.

Ficou a pertencer a outras eras o gesto antiquíssimo do "Juiz", guardião e ministro da "Lei", ao fazer soar o longo corno de touro serrano, chamando, assim, os "Cabeça" ou chefes de família para a reunião das quintas-feiras, a "Junta".

Quando a certa altura da década de oitenta, as águas da albufeira desceram, deixando as velhas pedras à vista aos antigos habitantes do povoado puderam visitar em romaria, o que ficara das casas onde tinham vivido, as estreitas e gastas calçadas durante séculos pisadas pêlos homens e pêlos rebanhos das "vezeiras", os terrenos de cultivo de que já só restavam árvores petrificadas, recordar as alegrias e as dores, as festas e os lutos, rever, enfim, a matriz e o palco das suas memórias.

Pouco depois, indiferente à história e às histórias, o lago regressou ao seu nível de quase sempre, retomando o aspecto habitual, quieto e brilhante com o vidro polido, reflectindo entre luzes e sombras, os fraguedos e as montanhas nuas.

Mas se dos acidentes hidrográficos mais se não pode esperar que indiferença, o mesmo não se aplica aos homens, e foi assim que, ainda na vigência da ditadura salazarista já declinante na sua maquilhagem tecnocrática, e movendo-se com dificuldade visível no terreno minado das suas próprias contradições a que acresciam as provocadas pela longa guerra colonial, se ergueram vozes cientificamente autorizadas contra o projecto de sepultura hidráulica de uma realidade única e irremediavelmente não substituível do património nacional.

Argumentavam essas vozes, à semelhança do que aconteceria trinta anos mais tarde em relação à questão do Vale do Côa, serem os benefícios da barragem muito inferiores aos prejuízos. Só que a autoridade científica das alegações nada pôde, então, contra o autoritarismo da tecnoburocracia dominante, e a obra fez-se.

Porém, por detrás de todo este cenário de drama vivia-se a tragédia muda das pessoas que, à semelhança de todo um povo, viviam entre a obediência e o silêncio.

Afogadas as raízes, perdidas as referências, quebrados os elos, uma comunidade que, por incontáveis gerações vivera em paz consigo própria e em harmonia com o ambiente, viu-se, de um dia para o outro dispersa para sempre por terras alheias.

Passado o próximo meio século, Vilarinho das Furnas mais não será que uma memória submersa.

Cabral, Carlos (1999): "A memória submersa". In: *Tempo livre* n.º 100: 42.

O manto diáfano da emoção

Parece instalada a opinião de que a crise de Timor veio constituir um precioso factor para a campanha eleitoral do partido do Governo e que pode vir mesmo a constituir um elemento capaz de alterar substancialmente os resultados, o que é, no mínimo, puramente especulativo.

Os processos sociais com profundos elementos de dramatismo e emotividade tendentes a gerar estados de espírito de unanimismo não são fatalmente favoráveis ao poder estabelecido, mas, como assinala Maurice Duverger (na esteira aliás de Norbert Ellias), tendem a gerar a busca de protecção e a identificação com o poder e os poderosos. Tais fenómenos são evidentemente mais acentuados quando as origens do processo se traduzem em males ou tragédias que directamente afectam as sociedades em questão, menos quando - como sucede com a questão de Timor - tocam o tecido social de forma mais indirecta, vale dizer mais emotiva. Naturalmente que se a actuação do poder contraria os sentimentos que atravessam a sociedade os resultados tenderão a ser inversos, ou seja, uma ruptura de maiores ou menores dimensões entre ambos. Situação suicidária pouco frequente, o poder político tende a ser cuidadoso quanto à sua sobrevivência.

O Governo do eng. Guterres não fugiu à regra e nem será exacto invocar maquiavelismos para justificar uma acção que vem na continuidade do que antes vinha fazendo e que até se enriqueceu com empenhadas e meritórias acções de quadros diplomáticos e outros que é justo destacar.

Não significa isto, note-se bem, que a acção do Governo português tenha sido isenta de erros e de motivos de crítica. Mas o quadro da opinião pública facilitou uma postura de

que "quem não está com o Governo está contra o povo de Timor". Seria absurdo (e, de resto, de forma alguma sucedeu) que a oposição desejasse que o Executivo acumulasse erros que o prejudicassem eleitoralmente, pagando Timor esse monstruoso custo, mas forçoso é reconhecer que o equilíbrio de análise e sentido crítico ficou nas últimas semanas submerso na onda de solidariedade que varreu o País e de que o Governo socialista soube retirar dividendos. O mais significativo deles não residirá até no problema timorense em si e no que directamente o envolve, antes num diáfano mas objectivo manto encobridor que acabou a ser. A verdade é que, implacavelmente, a campanha eleitoral do partido do Governo continuou ao longo das últimas semanas a instrumentalizar o Estado em proporções para que é difícil encontrar paralelo. Todos os dias um enxame de ministros, secretários, subsecretários, governadores civis e funcionários avulsos inauguram, distribuem prebendas, anunciam promessas, de norte a sul do País entoam desvanecidas loas às bondades dos quatro anos de guterrismo e maiores à indispensabilidade da sua continuação. E não há Timor que os detenha.

Em condições normais, a escandalosa dimensão da operação até se podia revelar contraproducente. O eleitorado tenderia a considerar a dose excessiva e, em qualquer dos casos, não deixaria de confrontar o discurso oficial com a realidade do seu quotidiano. E foi aqui, talvez mais do que em qualquer outra circunstância, que a tragédia de Timor foi preciosa para a campanha eleitoral socialista: cobriu-lhe as vergonhas, os excessos, a escandalosa instrumentalização do aparelho de Estado. Sucede porém que, noutras circunstâncias de profunda emotividade colectiva, o povo português já deu provas de objectiva lucidez na decisão eleitoral do futuro da sua democracia.

Carvalho, Ruben (1999): "O manto diáfano da emoção". In: *Diário de Notícias*, 24 de setembro de 1999. Internet. Disponível em http://www.pcp.pt/ar/ar1999/ndice-opiniao.html (consultado em 23 de fevereiro de 2011).

Informação, sociedade e mercado

Segundo certas opiniões, a questão nem sequer se coloca: problemas sociais e jornalismo são coisas diferentes, desenvolvimento e media não têm nada em comum. Alguns dos que assim pensam aceitam a existência na comunicação social de um sector público com determinadas obrigações, mas outros nem isso: todos os media deveriam estar inteiramente nas mãos do mercado, isto é, da concorrência, isto é, da satisfação pura e simples dos interesses da maioria das pessoas, isto é, do nivelamento por baixo. Sem qualquer preocupação em subir o nível - mas antes, quantas vezes, puxando-o mais para baixo...

Partamos de dois princípios que se afiguram incontestáveis.

Em primeiro lugar, ninguém ousa desmentir (se bem que haja quem, eventualmente com má consciência, o tente ocultar ou iludir...) que as desigualdades se acentuam na nossa sociedade, e que o fosso entre os ricos e os pobres - nos aspectos económicos e sociais, mas também nos culturais - não só não diminui como tem aumentado nos últimos anos.

Repare-se que não estamos a falar de algo que não nos diga respeito e que só ocorre em longínquos países do Terceiro Mundo. Também acontece nos países capitalistas mais avançados. E convém recordar que Portugal é, entre os membros da União Europeia, aquele onde são mais baixos os índices relativos à cultura e onde é maior a distância que separa os ricos dos pobres.

Simultaneamente, continuam a ser preocupantes, ou tendem a sê-lo ainda mais, fenómenos como o individualismo, a falta de solidariedade, a passividade cívica, o alheamento pelas questões sociais e de interesse público. Sendo todos eles, cada um à sua maneira, gravemente atentatórios da saúde democrática, na perspectiva de uma sociedade mais humana, mais justa e mais fraterna que todos dizemos desejar.

Em segundo lugar, também é incontestável que o poder da comunicação social é hoje maior do que nunca, assumindo influência determinante não só na definição (e imposição) dos temas que ocupam a opinião pública, mas também nos próprios comportamentos e valores, nas formas de pensar e de agir.

Considerando estes dois aspectos, a questão é então a de saber se, numa sociedade assim, visivelmente necessitada de melhorias e transformações, será aceitável a

existência de grandes meios de comunicação social divorciados dos grandes problemas sociais e que em nada interferem no sentido de contribuir para aquelas melhorias e transformações. Ou, pior do que isso, muitas vezes actuam no sentido de alimentar e agravar os fenómenos negativos.

Seria errado e injusto pensar que a culpa de tais fenómenos se deve por inteiro à comunicação social. O contributo dela é, infelizmente, significativo, mas as raízes do mal têm que ser cavadas mais fundo. Entretanto, o que não é errado nem injusto é, incansavelmente, denunciar a situação e exigir dos media (ou seja, de quem manda neles) um outro comportamento, sem ignorar que dentro dos próprios media essa reivindicação também tem de ser feita.

É inteiramente despropositado e demagógico (se bem que alguns, interesseiramente, o façam) pretender que só há duas possibilidades: uma comunicação social subordinada aos fins lucrativos e às chamadas leis do mercado, preocupada apenas com a satisfação dos interesses das massas (o duplo sentido da palavra tem aqui pleno cabimento...), ou então uma comunicação social submetida ao poder do Estado, e dirigida para a "educação" das pessoas. Não ó verdade que não haja alternativa entre, por um lado, os exageros do telenovelismo e do entretenimento balofo, a cargo de uma TV nem outras responsabilidades para além da prestação de contas aos accionistas; e, por outro lado, as pretensas obrigações de um serviço público sisudo e chato, entregue às imposições do didactismo e do pedagogismo - e deixando à primeira, já se vê, o terreno disponível para a conquista das audiências e dos lucros.

Pôr assim a questão, mesmo sem ser na forma simplista aqui exposta, é falsear o problema de fundo. E possível, eu diria mesmo que é indispensável e urgente, a existência de uma plataforma intermédia, de um ponto de equilíbrio, tendo na base o reconhecimento de que, se é indiscutível a legitimidade de uma indústria dos media, não é menos certo que ela não pode ser entendida como um negócio igual a qualquer outro.

Revela-se profundamente hipócrita o argumento de que, incumbindo a uma televisão comercial a função DE SATISFAZER as vontades e expectativas do público, essa televisão não tem culpa de que tais vontades e expectativas sejam de baixo nível, cabendo a responsabilidade disso à escola, à família e ao meio social. A mensagem está implícita: vocês, os que têm a obrigação disso, melhorem o nível cultural e os interesses das pessoas, e nós cá estamos para o satisfazer...

Como se todos não soubéssemos que a força e a influência hoje adquirida pelos grandes meios de comunicação de massas, nomeadamente a televisão, tornam impossível, por exemplo, que a função educativa da família e da escola se possa exercer à margem da TV - e muito menos contra ela.

E como se também não fosse mais ou menos óbvio que com a disponibilidade sincera e a contribuição responsável, criativa e empenhada da televisão (a pública e a privada), muitas das debilidades culturais, cívicas e outras da nossa sociedade poderiam ser mais facilmente combatidas, e o desenvolvimento e o aprofundamento da democracia mais rapidamente conseguidos.

Correia, Fernando (1999): "Informação, sociedade e mercado". In: *Tempo livre* n.º 92: 47.

Legítima defesa

Entendeu Fernando Rosas que não podia usar a sua última coluna de opinião no "Público" antes da votação de domingo sem reincidir em mais uma das deturpações sobre a orientação, acção e objectivos do PCP que, em assinalável medida, têm sido a grande terraplanagem operada pelo Bloco de Esquerda para melhor exibir a sua alegada diferença e valia.

Com efeito, só porque o "Expresso" titulou uma entrevista de Carlos Carvalhas com a afirmação de que "para mudar o PS é preciso termos força", logo Fernando Rosas se apressou a dar o precipitado passo de gigante que foi daí concluir que a tanto se resume o projecto e os objectivos do PCP, apesar de qualquer pessoa séria e interessada ter muitas maneiras de comprovar que o PCP está enfatizando outras, e bem mais cruciais, razões de voto na CDU.

E, como não se pode acreditar que um intelectual com as responsabilidades de Fernando Rosas já só leia títulos e estruture comentários e juízos políticos sobre outras

forças com base em títulos de entrevistas, cresce então uma terrível suspeita. A de que ele sabe perfeitamente, mas resolveu escondê-lo dos leitores, que a citada afirmação de Carlos Carvalhas foi feita no contexto de uma pergunta que inquiria das razões porque o PCP não tinha desafiado o PS para "uma aliança de governo". E também sabe perfeitamente que, na entrevista de Carvalhas ao "Expresso", há passagens que, embora com as limitações de desenvolvimento inerentes ao tipo de entrevista, distanciam claramente o PCP de concepções de meros "arranjos de cúpula" ou de "alianças entre partidos", antes evocam o papel dos movimentos sociais, sublinhando mesmo a ideia de que "é possível, certamente com tempo, que o avanço do movimento social permita uma recomposição política, com efeitos no interior dos partidos".

Mas há mais: F. Rosas conhece perfeitamente a densa reflexão do PCP, consagrada no seu último Congresso (1996) e já exposta com suficiente clareza num colóquio em F. Rosas também participou em Coimbra, sobre a complexa questão da construção de uma alternativa de esquerda ao rotativismo e alternância entre PS e PSD. Só que não resiste ao lamentável truque de, por um lado, absorver importantes componentes dessa reflexão e depois fazer de conta que o PCP não a tem e que, em lugar dela, tem orientações resumíveis ao objectivo de ser "flor de esquerda na lapela" da governação socialista ou uma "espécie de corrector apendicular das leis e das políticas do Governo" PS.

Aliás, a orientação do Bloco de Esquerda em certos aspectos é bastante confusa (ou talvez não) : desvalorizam manifestamente o perigo e as consequências de uma maioria absoluta do PS, não falam muito contra o PS, tem apoiantes que, como é publico, tem boa parte do seu coração no PS, parecem sobretudo preocupados em disputar influência a quem foi - combativamente, no duro, sem favores dos "media", e tanto no terreno social como parlamentar - a oposição de esquerda ao Governo do PS, e depois, numas linhas impressas, dão-se ares de radicalismo decretando, para a eternidade, um nulo lugar do PS em futuras soluções de esquerda. O que não diria F. Rosas se nós viéssemos falar do Bloco como "flor de esquerda na lapela" rosa depois de termos visto António. Hespanha declarar que "é importante pôr no Parlamento vozes da esquerda não-dogmática, capazes de chegar a entendimentos, acessíveis a toda a gente e com sentido de utilidade" e Miguel Portas considerar "interessante um quadro em que a maioria PS dependesse dos deputados do Bloco".

Dias, Vítor (1999): "Legítima defesa". In: *Semanário*, 8 de outubro de 1999. Internet. Disponível em http://www.pcp.pt/ar/ar1999/ndice-opiniao.html (consultado em 23 de fevereiro de 2011).

Logro do ano

Já se sabe que quem, fora da área do PS, falar de Mário Soares, logo ouvirá António Guterres a sentenciar do alto dos seus púlpitos eleitorais que "vejam bem como ele é a tal ponto importante que os nossos adversários até só falam dele", ou então que "vejam bem que os outros a tal ponto não têm nenhumas ideias sobre a Europa e sobre Portugal que só atacam o pai da pátria, perdão, o cabeça de lista do PS".

Como se perceberá facilmente, trata-se entretanto de puros truques de retórica eleitoral destinados a encobrir o desejo íntimo do PS de, talvez em nome de um alegado dever nacional de reverência perante a ilustre figura, garantir impunidade absoluta para tudo o que Mário Soares e o PS entenderem dizer.

Salvo melhor opinião, o ponto básico da mistificação central que o PS escolheu para eixo desta campanha não está na falácia da candidatura "supra-partidária" que agora se desmanchou flagrantemente, como era mais ou menos previsível.

Está sim, mais rigorosamente, no facto de o PS, incomodado com a linha argumentativa de que "Soares já está eleito" (lançada não pelos discursos ou "outdors" do PSD mas pelo primeiro comentário do PCP, em 8 de Fevereiro, ao anúncio dessa candidatura), ter empreendido a cruzada por uma "votação maciça" em Soares para "dar mais força a Portugal na Europa" e, adeus sentido das proporções, "dar mais força à Europa no mundo".

Falando francamente, não pode haver maior e mais definitiva prova de falta de ideias sobre Portugal e a Europa do que apostar em "vender" as eleições para ao Parlamento Europeu como se fossem uma espécie de plebiscito em torno de uma única figura, como se tratasse de escolher uma única voz portuguesa e como se a expressão dos

interesses de Portugal na Europa pudessem ser aprisionados num exclusivo protagonismo individual.

Tenha alguém a coragem de o dizer: Mário Soares e o PS compõem esta linha de campanha sabendo perfeitamente da sua falsidade e, pior que isso, da sua séria proximidade com concepções de raiz caudilhista.

Sabendo tão bem como nós que a eventual futura eleição de Soares para Presidente do Parlamento Europeu dependerá muito mais dos clássicos arranjos entre o PSE e o PPE do que do número de votos que Soares obtiver. Sabendo tão bem como nós que a maior parte dos deputados de outros países nunca fixarão se Soares (isto é, a lista do PS, como seria dito na noite de dia 13) teve 35, 40, 45 ou 50 % dos votos.

Sabendo tão bem como nós que Soares já foi Presidente da República durante dez anos, por dois mandatos e no último respaldado em mais de 70% dos votos, e que portanto já teve tempo e oportunidades de sobra para influenciar, a favor de Portugal, os seus conhecidos e amigos estrangeiros.

Sim, sabendo Soares, Guterres e o PS tudo isto e muito mais, mas procurando cavalgar a imensa falta de informação e de conhecimento que uma grande fatia dos eleitores têm em relação às eleições para o Parlamento Europeu e explorar sem escrúpulos a sua provável permeabilidade ao truque simplista da "escolha do homem que...".

A verdade é que, se a manobra tivesse êxito, na noite de dia 13 e nos dias seguintes, para Soares e o seu papel na Europa e no mundo já só sobrariam as palavras de circunstância, sendo que as fortes e substanciais seriam sobre o grande apoio que a votação teria trazido à política do PS e à sua dinâmica para as legislativas.

A merecida derrota deste logro seria um bom sinal de inteligência colectiva e de maturidade da nossa democracia.

Dias, Vítor (1999): "Logro do ano". In: *Semanário*, 2 de junho de 1999. Internet. Disponível em http://www.pcp.pt/pe/pe1999/vd990602.html (consultado em 23 de fevereiro de 2011).

Aljubarrota: Aljubarrota / Aljubarróta

Como é do conhecimento de muitos dos meus leitores mais antigos, quando menino e moço, morei durante algum tempo perto de Leiria, o que significa perto de Aljubarrota, vila histórica e simpática, onde fui muitas vezes de passeio, turista como tantos outros, nacionais e estrangeiros, que visitavam a região atraídos pela sua riqueza em monumentos, como a Batalha e Alcobaça.

Por sua vez, Aljubarrota era, nesse tempo, uma comunidade fechada, cujos habitantes mais ousados não iam, normalmente, nas suas aventuras do dia a dia, muito mais longe do que Leiria, cabeça administrativa do município.

E, com a gente local, com os nativos, os que lá nasciam, viviam e morriam, bem cedo aprendi, imitando-os, que a pronúncia do topónimo era: Aljubarrôta. com um "ôzinho" circunflexado, bem fechado, prolação que, compreensivelmente predominava em terras do Lis.

O contacto com visitantes forasteiros, e mais tarde nas minhas próprias aventuras para além das fronteiras estremenhas, pôs-me um problema: é que havia quem para o topónimo tão meu familiar usasse uma pronúncia diferente, com um "ózinho", assim mesmo, bem aberto: Aljubarróta. diziam. A curiosidade instalou-se, confesso que não sem antes de sérios debates com os seguidores da para mim estranha escola dos "ós" abertos, que apresentavam, pelo menos, tantos argumentos de defesa quantos os que eu lhes apresentava. Afinal, qual a pronúncia correcta do topónimo Aljubarrota? Aljubarrôta ou Aljubarróta? (Atente o leitor que estes acentos gráficos apenas servem de sinal simplificado de transcrição fonética, uma vez que a grafia normal não comporta qualquer acento, seja qual for a opinião de quem a escreve!)

Com a persistência monótona dos principiantes, interroguei sistematicamente todos quantos se diziam oriundos das bandas de Aljubarrota, e sempre me senti confirmado na minha razão: a pronúncia era mesmo "Aljubarrôta", com o tal acentozinho no o. E nunca deixei de pronunciar fechado o geónimo. O tempo foi passando, sem que eu sentisse necessidade de deslindar aquilo que tinha constituído um mistério, que teria,

possivelmente, explicação no étimo do nome. O problema foi deixado com todos os problemas que se deixam para trás.

Recentemente, porém, decidi ir espreitar o que diziam os sábios sobre este assunto. E confesso que sofri uma grande surpresa. Com efeito, ao consultar, cheio de esperanças, uma das obras que mais me prometia informações fidedignas acerca do tema (pois nunca me havia deixado em branco noutras ocasiões paralelas), ou seja: o Elucidário, o famoso, bem merecidamente famoso Elucidário das Palavras, Termos e Frases que em Portugal Antigamente se Usaram e que Hoje Regularmente se Ignoram, etc, etc, de Frei Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (edição crítica do Dr. Mário Fiúza), verifiquei que as minhas expectativas eram infundadas, desta vez.

De facto, tudo destilado, sobre Aljubarrota o bom Frei Viterbo reza nada, ou praticamente nada, que me esclareça sobre o étimo do topónimo em questão. Apenas sobre Aljuba. em nota, ensina: "Aljubas, balandráus e capuzes permitiam-se aos mouros que ficarem (ficassem) em Portugal. Desta parece mais natural o nome de Aljuba-Rota", etc.

O grande mestre e arabista Dr. José Pedro Machado, no seu pequeno, mas precioso Vocabulário Português de Origem Árabe, no topónimo Aljubarrota escreve apenas estas magras e significativas palavras: "Alcobaça. Origem obscura... Em 1153, "aliuma rupta".

Entenda-se, traduzindo a linguagem científica dos eruditos: "Aljubarrota fica no concelho de Alcobaça. Da sua origem, obscura, pouco ou nada se conhece. A verdade, porém, é que já se encontram documentos dos meados do século XII, mais concretamente do ano de 1153, princípio da nacionalidade, que falam desta povoação".

Teremos, pois, de esperar que este ou outro insigne arabista cave mais fundo no poço da investigação. Aljubarrota, lida com o fechado, com o aberto: Aljubarrôta ou Aljubarróta? Lamento, caro leitor, mas o mistério mantém-se!

Fabião, Luís Crespo (1999): "Aljubarrota: Aljubarrôta/Aljubarróta". In: *Tempo Livre* nº 92: 81.

O mistério da boca do inferno

É que o poeta português pouco viajou e nunca descolou da "polis" por muito que o arrebatassem as asas da metafísica; fleumático e pacato, viveu uma existência rotineira e os seus percursos existenciais (nem sempre os da sua obra) desenrolaram-se na geométrica Baixa Pombalina, em firmas de "import-export" ou nos cafés, como a Brasileira do Chiado ou o Martinho da Arcada. É um poeta expectante: nos fins de tarde olha para o Tejo, para os lados da barra, e vê os barcos partirem, mas a sua disponibilidade para os acompanhar é somente imaginativa ou poética e não existencial. Quase poderíamos dizer que Pessoa nos legou uma obra pouco maculada pela existência; uma obra da qual ele participa, no sentido platónico.

Se bem que Pessoa seja superlativo exemplo para a ideia de Octávio Paz, há outros poetas cuja existência parece desmentir tal concepção. Assim, por exemplo, um escritor inglês (também poeta, entre outras coisas) chamado Aleister Crowley. Este autor parece ter um excesso de biografia, tantas foram as suas viagens e as pessoas que conheceu. Dir-se-ia que a arte, para Crowley, foi uma arte de viver. Poetizou a sua existência, mas esta preexiste à essência da sua obra, e hoje é mais um caso de aventureiro romântico e de mago satânico do que de poeta (desta condição as enciclopédias não falam). Senão vejamos: Edward Alexander Crowley (Aleister é um nome gaélico que ele adoptou) nasceu em 1875, em Manchester. Viverá uma existência aventurosa em que se misturam façanhas de alpinista (quase consegue escalar um dos picos dos Himalaias) com a participação em sociedades secretas e, mais tarde, fundador dessas comunidades esotéricas. Pertenceu a uma intitulada "Aurora Dourada" (Golden Dawn) da qual foi dirigente. Durante a 1ª Guerra Mundial a sua posição é ambígua (parece ter sido agente duplo). Mais tarde, é assíduo nos cafés de Montparnasse e é aí que conhece Somerset Maugham. Este último, romancista excelente na definição da psicologia das suas personagens, muitas das quais foram criadas segundo modelos reais, interessa-se por ele e escreve um romance, The Magician, que retraía Crowley com tintas demasiado carregadas. Mas Crowley leva uma existência errante e hoje está aqui e amanhã bem longe.

E, portanto, como referi, um poeta com excesso de biografia. E, no entanto Fernando Pessoa conhecerá Aleister Crowley e com ele vai participar numa mistificação

que lançará na perplexidade muita gente. Mas, como se conheceram estes espíritos tão diferentes que apenas tinham em comum o prazer de criar mitos?

Fernando Pessoa dedicava-se à astrologia, tendo chegado a pensar em arranjar um consultório e estabelecer-se como astrólogo. Um dia, ao ler a autobiografia de Aleister Crowley verificou que o seu horóscopo estava errado. Escreveu-lhe, então, uma carta com essa observação e, mais tarde, o astrólogo inglês respondeu, dando-lhe razão. Depois, estabeleceu-se correspondência entre ambos, provavelmente sobre assuntos esotéricos. E, um dia, o inglês anuncia a Pessoa que virá a Portugal conhecê-lo. Em Agosto de 1930, em Londres, embarca no paquete "Alcântara" que, no dia 2 de Setembro, com um dia de atraso, chega ao cais da Rocha do Conde de Óbidos. A demora deveu-se a um forte nevoeiro que caíra sobre Vigo, donde largaria para Portugal.

João Gaspar Simões, numa biografia de Pessoa (Vida e Obra de Fernando Pessoa, 4ª ed.. Livraria Bertrand, 1980) relata assim o encontro: "Em terra, Fernando Pessoa, transido e tímido, vê avançar para ele um homem alto, espadaúdo, envolto numa capa negra, cujos olhos, ao mesmo tempo maliciosos e satânicos, o fitam repreensivamente, enquanto exclama; "Então que ideia foi essa de me mandar um nevoeiro lá para cima?".

Pouco se sabe da sua estada entre nós. O que ficou para a História foi o seu desaparecimento. Crowley estivera hospedado no Hotel de l'Europe com uma companheira de viagem, Anni Jaeger, uma jovem alemã. A 25 de Outubro, Crowley desaparece. E é então que se forma um "complot" que irá mitificar ainda mais o cabotino mago inglês. Um jornalista, dado ao ocultismo, diz ter descoberto "acidentalmente" uma cigarreira sobre uma carta na Boca do Inferno, perto de Cascais. Fernando Pessoa, que era grande apreciador de romances policiários (como lhes chamava), decerto rejubilou com a trama que o transformava em personagem de uma historiei deste género. Assim, identifica a cigarreira como sendo do mago e lê e decifra a linguagem cabalística da carta:

L.G.P. Ano 14, Sol em Balança. Não posso viver sem ti. "A outra Boca do Inferno" apanhar-me-á - não será tão quente como a tua. Risos

Tu Li Yu

Segundo essa leitura. Tu Li Yu, a assinatura, seria o nome de um sábio chinês que viveu uns 3.000 anos antes de Cristo e Crowley seria uma sua encarnação presente.

No entanto, Jorge de Sena, em ensaio sobre Pessoa (incluído em Fernando Pessoa e Companhia Heterónima, 2ª ed., Lisboa, Edições 70,1984) comenta que a cigarreira pertencia ao cunhado de Pessoa, o coronel Caetano Dias, que terá confiado o segredo ao próprio Jorge de Sena.

CROWLEY, OU O SEU FANTASMA, passou a fronteira em Vila Viçosa e Anni Jaeger saíra pelo Tejo, num vapor, rumo à Alemanha.

Assim, a geração do primeiro modernismo português, a geração do Orfeu (publicado em 1915), que em 1930, ano do episódio referido, cedera lugar ao segundo modernismo, o da Presença, ainda tivera um vislumbre de mistificação, de criação de mitos, de um certo tipo de humor que seria, para João Gaspar Simões, típico do "sense of humor" britânico, tão caro a Pessoa.

Mas, mais tarde, e querendo dizer que em matéria de ocultismo todo o cuidado é pouco, surge uma notícia no diário inglês "Oxford Mail", com o título "Aleister Crowley Assassinado - Revelações Espíritas a Um Médium de Londres - Empurrado dos Rochedos Abaixo". Empurrado, alegadamente, diga-se, por um agente da Igreja Católica Romana. Assim, morreria mais uma vez o mago britânico que adoptava o nome de Mestre Therion e dizia ser a besta do Apocalipse. Isso no tempo dos mitos, porque, no tempo real, Crowley morreu em 1947, aos 72 anos, com uma crise cardíaca, como qualquer pessoa.

Fonseca, Jorge (1999): "O mistério da boca do inferno". In: *Tempo livre* n.º 101: 34.

Que novos serviços nos traz a TV por cabo

A chegada da fibra óptica a diversas casas portuguesas será uma autêntica revolução no panorama das telecomunicações. Irá permitir o acesso à Internet de alta velocidade, reformular o conceito de televisão interactiva e estimular o mercado dos operadores telefónicos.

As vantagens da fibra óptica face às actuais linhas telefónicas não se prendem apenas com rapidez: oferecem também qualidade. Por exemplo, através de uma linha de

cobre é possível efectuar em simultâneo 14.400 ligações. Com a fibra óptica, esse número aumenta para os três milhões, sem interrupções ou interferências, quer nas chamadas via rádio quer nas chamadas eléctricas.

Acesso fixo via Rádio

O futuro irá passar também pelo novo acesso fixo via Rádio (Fixed Wireless Access) que, para Fernando Marante do Instituto das Comunicações de Portugal (ICP) "permite aos operadores de telecomunicações a abertura de uma terceira via de acesso ao cliente final", os mesmos que "irão passar a desfrutar dos benefícios da concorrência a mais breve trecho", segundo a Associação dos Operadores de Telecomunicações (APRITEL). Este serviço, permitirá acesso integrado de voz, imagem e dados via Internet, tudo isto sem fios. A navegação na Net pode ser feita através da instalação, em qualquer local, de uma antena do tamanho de uma folha A4 que permitirá navegar a velocidades até 2 megabits por segundo, sem ser necessário recorrer à linha telefónica. Estas vantagens podem ter como consequência a descida significativa dos preços, "um dos passos que poderá conduzir a um crescimento dos utilizadores da Internet num número similar aos de telemóveis o que, por conseguinte, permitirá reduzir o atraso de Portugal face à sociedade de informação", defende a APRITEL. A FWA vai ser uma alternativa às actuais infra-estruturas e vai servir de ajuda para o aparecimento da televisão do futuro. Surgirão oportunidades de negócios para as operadoras, caso do vídeo ora *demand*, uma espécie de vídeo clube, que para o sector representa um dos "novos trunfos destas empresas ". A Internet via cabo será a grande dinamizadora dos negócios, uma vez que terá uma relação directa com a televisão.

A transmissão de dados via cabo veio marcar decisivamente o mundo das telecomunicações. Utilizando apenas um fio de fibra óptica, é possível para além de navegar na Internet a uma velocidade superior àquela que é permitida pelas actuais redes telefónicas, ter acesso à televisão interactiva e usufruir de novos serviços na rede pública de telefones que permitem, por exemplo, que cada pessoa passe a dispor do seu próprio atendedor de chamadas pessoal.

Gonçalves, Miguel (1999): "Que novos serviços nos traz a TV por cabo". In: *Quo* nº 50: 64.

A grande viagem

Parecerá talvez ao leitor que urna crónica de viagem deverá, para melhor volume, aceitação e relevância, incluir o estrangeiro. E aqui para nós, quanto mais longe, melhor, uma viagem que atravesse a rua, não faz sentido nem crónica.

Pois está no momento certo de contar o que foi talvez a minha mais importante viagem; se não considerarem exagero, a viagem da minha vida. Pois eu poderia ter virado à esquerda. Pois eu poderia ter virado à direita. Poderia até não ter virado para qualquer lado e não ter feito essa viagem. Mas fiz a viagem.

Se o comboio saísse dos carris, outras vidas e combinações teriam de acontecer. Outras coisas, outras pessoas, outros factos. O xadrez da vida seria diferente. A História outra. Ele estava sentado ao meu lado e fumava. Tínhamos o rádio ligado e mais nada. Quero dizer; o rádio e mais cento e dezoito sentidos, que são quantos tem o homem e não cinco (e um sexto para dar prémio, principalmente às mulheres).

A mãe estava já deitada e as duas filhas também. Não fora o receptor a levantar a sua característica poeira, a meia altura da sala, e nada se ouviria nas traseiras da casa.

A ele não lhe apetecia falar. Ainda bem, já que a mim qualquer palavra me erigia muito esforço e o recurso penoso àquelas bases primárias da educação.

Eu tinha dito à mãe e às filhas para se deitarem, que nada precisava. Bebíamos, claro, mas devagar. Com tempo e meditação,

Elas não estranharam. Era habitual naquela casa a ronda nocturna de amigos, uns para jantar, outros para afinar a viola pelo piano e, obviamente, aproveitando-se não só do Lá natural como do jantar, que os músicos têm sempre fome, outros para nos ver e para jogar. (Tomei conhecimento dez anos mais tarde que iam mais pelo jantar do que pelo Lá natural...)

A casa era antiga, amorfa, velha, húmida e quase conventual. Sem luz natural. Só o Lá. Mas os amigos traziam e esfregavam nas paredes as suas risadas, o seu próprio sol, a

sua boa disposição, alguma alegria por vezes. Muitos traziam a esperança e a utopia. Aquelas paredes ouviram de tudo, até poesia.

Mas naquela noite eram só dois e macambúzios. Eu e o outro. Emitíamos uns vagos sons, entre o fumo dos cigarros e o olhar atento para o rádio. Porque, digam lá o que disserem, ouve-se melhor olhando para o rádio.

Depois, aconteceu. Ouvimos a mensagem. Olhámos um para outro com medo de engano. Não havia engano. Era mesmo a mensagem. Estávamos a recebê-la.

E, se dúvidas houvesse, o telefone tocou e outro ser companheiro-pensativo disse-nos que sim, que não havia engano, numa voz a tentar ser firme, segura e ordeira. Uma voz rectilínea de "amanhã faz sol".

Calmamente acabámos as bebidas. Fui ao quarto da mãe, acordei-a e disse-lhe com um ar de normalidade, "amanha as meninas não vão à escola. Ficam em casa". E fechei logo a porta para não haver mais explicações. Não podia responder a qualquer pergunta. Era inapropriado o momento.

Descemos as escadas e entrámos no carro. E foi uma longa, pensativa, pesada viagem. Caminhávamos na noite de uma Lisboa normal. Descemos a Fontes Pereira de Melo silenciosos e concentrados. Concentrados nos nossos afazeres futuros. Concentrados nos gestos imediatos. Pensamentos atravessados pelo Outro-que-nos-chateia, e "se tudo corre mal?" e ria-se. Peniche. Tarrafal. Chegou a assustar-me. Virei a cara para o lado e recusei-me ouvi-lo.

Àquela hora vi pessoas que recolhiam a casa; outras que saíam para a noite. Homens, mulheres, rapazes, raparigas. Como seria a sua vida amanhã? Todos teríamos uma vida diferente, qualquer que fosse o resultado daquela esperança, daquele sonho, daquela luta. Nunca mais nada seria igual. Pensava.

Olhei para as mãos e evidentemente que tremiam. A zincogravura com a manchete tinha dezassete dias de sono na gaveta do meu companheiro, embrulhada num jornal. Tinha sido feita às escondidas só eu e o dono da oficina, no Bairro Alto, um "homem de confiança", como se dizia nos anos trinta - uma espécie em vias de extinção,

Nesta viagem, pelo Largo do Rato e por São Mamede, passou toda uma existência de trabalho, de esperança, e de herança. As filhas herdariam esta viagem — a mania que temos de "deixar" algo aos filhos, quando eles apenas esperam amor e compreensão. Por vezes, claro.

Arrumámos o carro com imensa calma, como se possuíssemos vários dias para o fazer. Sabíamos o que nos esperava e atrasávamos o momento. Abri a porta e dei uma palmada nas costas daquele companheiro, como quem diz, "vamos lá, é agora".

O jornal estava expectante. Ouvi-o perguntar: O que é que vocês fazem aqui e agora? Não lhe respondi; para quê? Ele já deveria saber ou, pelo menos, calcular, pois nunca se encontrou com tantas bobines de papel em armazém.

Com as luzes todas acesas, peguei numa agenda que há um mês se encontrava permanentemente colada aos meus documentos, levantei o telefone e começou o 25 de Abri. No jornal "República".

Marques, Álvaro (1999): "A grande viagem". In: *Tempo Livre* n.º 95: 82.

Viajantes

Fábula e Placidez

Entro numa livraria da cidade velha e procuro obras de Stig Dagerman, o romancista que aos trinta e um anos se matou e cujas páginas são elegia com cintilações de água. Não há exemplares em inglês de qualquer dos títulos que publicou. Também não encontro Per Olov Enquist. Vejo, isso sim, edições especiais de Strindberg, Selma Lagerlõf, a Selma, como dizíamos, Par Lagerkvist, o Lagerkvist de Barrabás e dos meus primórdios de leitor. Vejo, pego nelas, as de bolso e as encadernadas, um esmero. E acabo comprando, entre outros, dois livros com larga presença nos escaparates - *Baltazar och Blimunda*, ou seja, *Memorial do Convento*, e *Alia Namnen*, *Todos os Nomes*, de José Saramago. É que ando por estes lugares de surpresa e fascínio, ao frio de Dezembro, porque o Nobel da Literatura será entregue, no contexto dos dias aqui vividos, ao escritor português.

Mas comecemos pelo frio. O frio das ruas, seco, aprazível como poucos.

Conheço-o das viagens às terras do gelo, na Europa ou no Canadá onde, por exemplo, evocamos os esquimós de todas as lendas aprendidas enquanto a infância perdura. Quero dizer, sempre. Se soubermos não morrer. Aperto o sobretudo, ponho o cachecol e chapéu, vão as luvas para o que der e vier. Percorro pela tarde, já crepusculando, a Kõpmangatan, lojas, galerias, restaurantes, gente a caminhar junto às montras, uma criança solta-se da mão do pai e corre em direcção à paragem do autocarro. Bebo cerveja numa espécie de bar, paredes recobertas de pintura ingénua e cartazes de espectáculos, fotografias de actores, imensas, Bogart e Montand, Marylin, Ingrid Bergman. São excelentes as cervejas suecas, Pripps esta, nome com arestas de fumo e madrugar, bebo a pensar na fome que não sinto, ainda assim experimento uma sande capaz de substituir um almoço ou um jantar, chama-lhe smorgas, e converso, coisas de nada, acasos, enamoramentos, modos de compreender as pessoas do quotidiano. Apetecia-me ir devagar até às docas, ouvir os pescadores nas tabernas, os artistas, os poetas, outrora e no presente, nas composições celebradas de Karifeldt e, quem sabe?, de Evert Taube, lembrado numa praça com o Banco da Suécia pelas costas, ouvi-los sentados mais logo a uma das mesas da Den Gyldene Freden, falaram-me dela, tão cheia de estórias, foi Hannah quem me falou dela. Mas espera-me o Harry no lobby do Grand Hotel, temos o propósito de uma digressão através das ilhas que foram esta Veneza do Norte, catorze, num cenário de mar e urbe, pontes, torres, vegetação. Neve.

A neve que cai, e o meu professor de Geografia a mudar-me o verbo com uma ruga na testa, não cai, obtemperava, forma-se!, pois seja, observo-a tombando nas praças e nos arruamentos, nos telhados, nas árvores despidas, nos transeuntes, no Báltico que tirita em redor, vestido de mastros e sombras, tomba e inventa fosforescências, melodias, estuários de fábula e placidez. A neve que descubro sitiada, às primeiras horas da manhã, já os serviços públicos desobstruíram as vias, amontoaram-na pelas bermas, e é uma margem por aperfeiçoar, intenso o tráfego, intenso o formigueiro humano, de porta em porta, movendo-se com cautelas, um pé em falso e aí estará a folia ou o desastre. A neve que entrevira da janela do avião, sob mil formas, num silêncio 'imemorial. Precipitada do cimo dos prédios, subíamos da Stortorget para uma zona antiga na mira de discos do norueguês Edvard Grieg, súbito um apito igual aos dos polícias ou dos árbitros, silvo-lâmina a cortar o ar, azáfama, homens em fato-macaco, estacamos, somos trinta, quarenta rostos expectantes, rolam no espaço bolas e farrapos de uma brancura suja, rolam e esfarelam-se no pavimento. Não faltam garotos recolhendo e amassando os estilhaços para uns instantes de jogo e alacridade.

Hannah sugerira uma deslocação a Sodermalm, área celebrada pelas vistas que proporciona, tradição e modernismo postos em diálogo, as casas de madeira que pertenceram a trabalhadores pobres, hoje recuperadas, ao lado de moradias com o traço de uma nova geração de arquitectos, Gunnar Asplund talvez. Como em numerosos locais, admiramos o esplendor do barroco contrastando com a elegância e a singeleza das edificações mais recentes, nos bairros nascidos ao ritmo da estabilização e do revigoramento da economia do País, após a Guerra. De Sodermalm trago um ramículo fenecido, dádiva da menina que buscava o sol no saibro, trago o sopro que sustém o precipício, trago o vento e um lago alquímico, antracite, verde e azul acobreando-se à luz dos bosques. Hannah, que vos direi de Hannah, rendida à escrita de Elizabeth George e às canções da Bjork?, preludiou: Voltarás cá quando houver pássaros sobrevoando o canal. Os pássaros agora ausentes, bem sei, sem os quais é menos clara a voz dos bêbados e dos loucos, trovadores do irrepetível.

Mendes, José (1999): "Fábula e Placidez". In: *Tempo Livre* nº 92: 82.

Tempo informático
DVD "ataca" CD-ROM

A questão não é saber se o DVD vai destronar ou não o CD-Rom. Claro que o DVD comporta uma capacidade que pode vir a ser 26 vezes maior do que o CD-Rom. Num DVD pode ver-se um filme de duas horas e meia, escolher o idioma em que está dobrado e até a legendagem, tudo permitido pelos seus 4,7 gigabytes de capacidade, no mínimo. Se num único CD, como o Library of Future, temos os textos completos de 950 obras de Literatura, Filosofia, Teatro, Poesia, Ciência e Religião, de 110 autores desde Aristófanes

a Voltaire, num DVD a biblioteca poderia conter 7.200 obras completas. Bastou dar ao feixe de raios laser existente já num leitor de CD-Rom, a possibilidade de variar o foco. E em vez dos dados serem gravados numa camada de uma face do CD próximo da superfície, encontram-se no meio, numa camada de duas faces ou até mesmo em duas camadas e com os sulcos das espirais mais apertados.

Claro que os CD-Rom existentes, de grande qualidade e os programas ou a Multimédia que apenas necessitem de 650 MB não vão prescindir da gravação em CD. E vão continuar a utilizá-lo. É que o Leitor de DVD lê perfeitamente CD-Rom com uma segunda lente que foca na camada respectiva, reconhecendo e lendo a uma velocidade muito apreciável os vulgares CDs, CD-Video, etc.

Portanto não há dúvidas quanto à escolha em equipar um computador novo ou renová-lo com um leitor de DVD em vez do leitor de CD. A diferença de poucas dezenas de contos compensa a preparação para o futuro. E, em breve, os computadores estarão assim equipados. Existem já modelos da Creative Labs, Sõriy, Hitáchi, Panasonic, Samsung, Toshiba, etc. Nos nossos testes e aliás nos que têm sido feitos por revistas da especialidade, o novo modelo PC-DVD Encore 5X da Creative Labs colocou-se nitidamente à frente. Tem placa própria de descodificação, saída para Televisor, velocidade 5X, superior aos restantes de dupla (2X), lê CDs à velocidade de 32X e ainda por outras razões: além de distinguida com grandes prémios internacionais, os seus produtos altamente fiáveis e a Soibi ser uma garantia e uma segurança para o comprador, a Creative Labs apresenta um Kit de Som Digital, o Desktop Theatre 5.1, com 5 colunas e subwoofer que conseguem um ambiente sonoro espectacular para filmes, jogos, concertos, etc. As colunas estão fixas mas o software permite que o utilizador escolha o seu lugar virtual, a seu gosto: "sentado" mais à frente, à esquerda, à direita, etc. Ter verdadeiro cinema em casa ou ouvir uma Sinfonia.de Beethoven ou um concerto Rock com qualidade igual ao de uma sala de concertos ou Live-Show.

Montalverne, Gil (1999): "DVD «ataca» CD-ROM". In: *Tempo Livre* nº 92: 71.

Consumidor sénior

A Assembleia Geral das Nações Unidas deliberou, em 1990, que o último ano desta década fosse consagrado como "Ano Internacional para as pessoas idosas".

Quando a decisão foi tomada os jovens eram, curiosamente, o alvo mais procurado pelo marketing mas, ao iniciar-se 1999, já todos tínhamos percebido que o consumidor sénior, com idade superior a 55 anos, representa um promissor mercado que as empresas -nomeadamente de serviços, têxteis e agro alimentares - exploram com redobrada atenção.

As razões para que isso aconteça prendem-se, essencialmente, com a redução da natalidade e o aumento da esperança de vida. Do ponto de vista estritamente demográfico, o consumidor sénior rende, assim, a constituir uma fatia de mercado cada vez mais significativa, logo mais apetecível do que a dos jovens, pese embora a incerteza que paira sobre o futuro das reformas. No entanto, é *bom* não esquecer que ao contrário do que acontecia há duas ou três décadas atrás, quando um casal vivia apenas com a reforma do marido, a entrada da mulher para o mundo do trabalho veio permitir que os casais de idosos passem a breve prazo a usufruir de duas pensões de reforma, tornando assim a vida dos reformados menos penosa em termos financeiros. Por outro lado, o número de idosos que chegam à idade da reforma tendo feito descontos durante toda a vida tende a aumentar progressivamente, o que significa que o montante das reformas percebidas seja maior do que acontecia há uma década.

MAIOR PODER DE COMPRA?

Outro dado que parece adquirido, é que o consumidor sénior do século XXI tende a ter uma vida mais activa Viaja, preocupa-se com a manutenção da sua forma física; e mesmo da sua aparência, procura usufruir de uma melhor qualidade de vida. Significa, esta nova postura do consumidor sénior, uma crescente procura de produtos de higiene e beleza, uma maior preocupação com produtos alimentares, mais interesse no preenchimento do seu tempo com actividades de lazer variadas e maior receptividade a novos produtos.

Outro dado curioso, que vale a pena analisar, é que o consumidor sénior do século XXI tende a ter um comportamento diferente em relação aos descendentes. Não é só a dependência dos filhos que diminui. O consumidor sénior preocupa-se cada vez mais com os seus descendentes, nomeadamente com os netos, a quem oferece com alguma frequência brinquedos e roupas, o que o transforma numa espécie de Pai Natal sem data marcada, aspecto muito apreciado pelas empresas que estão atentas a esta evolução e não descuram a sua análise. O brinquedo do futuro não será um objecto concebido apenas para agradar à criança... Terá que ter uma componente publicitária que atraia também os avós.

A indústria do turismo também está atenta a este sector do mercado, aparecendo um crescente número de ofertas para consumidores seniores, tendo como objectivo não só satisfazer uma maior apetência do idoso pelo Turismo, como também garantir a ocupação de unidades hoteleiras nas épocas baixas.

Oliveira, Carlos (1999): "Consumidor sénior". In: *Tempo livre* n.º 95: 62.

Ritual Tejo e os amigos

Vivia-se mais um ambiente de festa entre amigos, do que propriamente uma atmosfera de um concerto normal. Até porque iria ser apenas uma pequena apresentação do último álbum desta banda, *Três Vidas*.

Numa noite desagradavelmente quente, com temperaturas próximas dos quarenta graus. Mas também não foi algo que pareça ter preocupado os Ritual Tejo. Até porque a pressa para tocar também não era muita. Era tempo de primeiro beber uns copos com os amigos, que eram muitos e que fizeram com que os Ritual Tejo revelassem uma particular boa disposição enquanto estiveram em palco. E até dedicatórias fizeram a alguns colegas seus que estavam presentes, entre os quais o vocalista dos Sitiados, João Aguardela, que o vocalista Paulo Costa considerou um seu "companheiro de luta" de longa data. E ainda houve tempo para um pedido de aplausos a Luís Varatojo, dos Despe e Siga, que também estava presente. E muitos outros músicos se encontravam para ver esta banda que estava tão orgulhosa dos seus amigos, para além de pessoal da indústria. Numa análise às músicas tocadas neste curto alinhamento, as três primeiras novidades apresentadas - Só *Tu*, *Não Sigo Ninguém e Freio nos Dentes* - até revelaram músicas *pop* razoavelmente bem construídas que podiam permitir à banda pensar em voos mais elevados. O som, esse é que esteve algo bera (francamente mau mesmo), o que obrigou Paulo Costa a recorrer, à segunda música, ao microfone do baixista Artur Santos, e que foi o único que não se mostrou prejudicado com o som, numa prestação positiva. Também os problemas sonoros afectaram bastante a prestação de um dos músicos convidados, no caso o teclista, que raramente se fez ouvir naquela imensidão de *"feedbacks"*. Incluindo até quando tocaram o único tema que não faz parte do último álbum, o conhecido êxito de rádio *1,2,3*, *Nascer*, que revelou um público com pouco fôlego para o cantar. Mas a banda estava satisfeita. Seguiu-se *Mapa de Corpo* que não mostrou grande chama, para depois se finalizar com o primeiro single deste novo álbum e que lhe dá o título. *Três Vidas*, no qual se abusou da sonoridade *Rock FM* que faz um pouco a imagem do grupo. Mas poderá perspectivar-se um horizonte futuro mais optimista para esta banda, pelo que se viu nesta curta actuação, e essencialmente nas três primeiras músicas. Talvez a banda devesse entrar já em estrada. Ou irá esperar passivamente pelo *"airplay"* de grande parte das rádios, aguardando um novo êxito?

Palma, Gonçalo (1999): "Ritual Tejo e os amigos". In: *Voice* nº 8: 28.

Um cavaleiro "cinco estrelas"

A questão é mais complicada do que se possa pensar, mesmo nos dias de hoje, no plano social, como no desportivo, mas não se pode ignorar é que muitos foram - e continuam a ser - os cavaleiros que têm erguido o nome de Portugal nas grandes provas internacionais. O brigadeiro Henrique Alves Calado, sem desprimor para outros ilustres

cavaleiros portugueses, é, sem a menor dúvida, um dos que merece que sejam recordados os seus feitos.

O actual brigadeiro Henrique Calado - como é conhecido - filho de António Passos Calado e de Maria Augusta Bagão Calado, nasceu em Rio Frio, a 12 de Junho de 1920, rendo começado a sua carreira de concursionista tinha somente 13 anos, nas provas destinadas a juniores. Três anos mais tarde fez a sua estreia como sénior em inúmeras provas de obstáculos, em Portugal e no estrangeiro (Espanha, Brasil, França, Inglaterra, Irlanda, Itália, Suécia, Finlândia, entre tantos outros países) e o seu estilo ímpar cedo lhe granjeou a conquista de triunfos importantes. E a admiração de quantos se encontram ligados à modalidade, a ponto do seu nome ter sido o primeiro a fazer pane da "Galeria de Honra" que o jornalista Augusto Murat criou na revista "O Cavalo" referente a Outubro de 1991.

Mas Henrique Calado se notabilizou em provas do Concurso Completo de Equitação (igualmente Campeonato do Cavalo de Guerra) e como jóquei nas corridas que se realizaram em Lisboa, no Hipódromo do Campo Grande e no Jamor.

Não é possível, como se entende, numa revista desta natureza, citar todas as classificações do brigadeiro Henrique Calado - cujo estado de saúde não nos permitiu a conversa acordada - mas também seria injusto não referenciar que, em 1948, conjuntamente com Helder Martins, Correia Barrento e José Carvalhosa, fez pane da equipa portuguesa que venceu a Taça das Nações, um triunfo que repetiu mais oito vezes.

Assim, em 1953, cm Madrid (com Neto de Almeida, José Carvalhosa, Cruz de Azevedo) e em Lisboa (com Neto de Almeida, Fernando Cavaleiro e Pereira de Almeida, a mesma equipa que venceu, no ano seguinte, em Nice e em Lisboa); em 1955, em Madrid (com Semedo de Albuquerque, Rodrigo da Silveira c Neto de Almeida); em 1964, cm Lisboa (com Pimenta da Gama, Vasco Ramires c Brito da Cruz) e, finalmente, em 1968, em Madrid (com Pimenta da Gama, Duarte Silva e Brito da Cruz) e em Lisboa (com Francisco Caldeira, Vasco Ramires e Brito da Cruz), o brigadeiro Henrique Calado fez parte das equipas atrás referidas e que, com todo o brilho, alcançaram tão importantes vitórias na Taça das Nações.

Mas, ainda há a registar, insistimos, sem que o espaço permita sublinhar outros feitos, que venceu o Grande Prémio de Lisboa, em 1944, 1953, 1954, 1955 e 1956 e 1961, triunfou, por três vezes, na Taça do Generalíssimo, em Madrid, duas vezes em Nice, no Prix Bucéphale, nos Grandes Prémios de França, do Mónaco e de Burgos, entre muitas outras vitórias internacionais.

Pinto, Rodrigo (1999): "Um cavaleiro 'cinco estrelas'". In: *Tempo livre* n.º 95: 46.

O Deserto Verde

Eu vi um deserto verde. Não aquele verde espesso e farto de água, o verde opulento das florestas, mas o verde novo, ainda sem estatuto de esperança. Foi há muitos anos, andava eu de repórter à linha. Desci a serra da Cheia por Vila Arriaga, bebi, falei e ouvi com velhos colonos madeirenses arruinados, estonteei os olhos nos seios das meninas mucubais, contemplei, cá de baixo, as obras de engenharia da estrada que serpentevava pelas encostas da Leba que, disseram mais tarde os jornais, era uma obra digna de ser inaugurada por um presidente e vivi dias a fio envolto em nuvens de poeira quando ia ver as zebras beber nas mulolas daquele fim do mundo. As zebras bebem ao amanhecer, quando as montanhas rutilantes do deserto silenciam e os pastores tratam uma gota de orvalho como se fosse o último instante de vida.

Foi um acidente. Um pedregulho libertou-me de um velho Land Rover por alguns dias, na Tchicolongira, à beirinha do Caraculo. Fui à procura de socorro e encontrei no botequim da beira da estrada um velho leão da anhara que nada sabia de motores nem semi-eixos mas sabia farejar a chuva. Entre duas cervejas e uma estória incompleta, pôs o nariz no ar, como um trompetista, e disse com a voz pesada de álcool em excesso:

Hoje vai chover bem e amanhã, quando acordares, o deserto está todo verde. As sementes andam por aí aos milhões, no vento, debaixo da terra, nas patas dos bois. Só estão à espera da chuva para germinarem.

Os botequins da beira da estrada têm sempre um bêbado atento, um quarto sujo para alugar aos passantes, alpendre de zinco e um ar de abandono. Cada copo que se bebe aumenta a conta da tristeza e o desejo inaudito de mudar de mundo que isto de mudar de vida, os repórteres já mudam todos os dias. O sol no deserto transforma o ar em labaredas cristalinas que evoluem em ondas até às montanhas nuas. Mas naquela manhã não havia labaredas e o sol arrancava brilhos de diamante a um tapete verde que ondulava à brisa. Aquele verde era a memória das alturas da Chela, um segredo que o vento trazia desde a baía da Lucira. Da noite para o dia, o deserto ficou verde. Bastou uma tempestade, um aguaceiro desfeito, uma conversa de bêbados ao balcão de um botequim.

No dia seguinte o verde estava queimado, o ar era um misto de chamas cristalinas e águas marulhando, o leão da anhara continuou ao balcão do botequim, a beber e a falar e o velho jipe continuava avariado. Para enganar o tempo falei para ninguém de outro verde, o verde das terras dos Dembos, da cidadela real do Kazuangongo e dos amores que o grande guerreiro ali viveu com a filha do comerciante Archer, senhor de todas as terras entre a barra do Dande e o porto do Sassa. No botequim do Caraculo ninguém sabia que o manto verdejante das colinas entre Kipedro e Nambuangongo, esconde algures os canhões de bronze que defendiam as terras do Kazuangongo. Os canhões que derrotaram Gomes da Costa. Os canhões que durante anos e anos mantiveram livre a livre terra dos Dembos. A terra livre de Angola.

Queirós, Artur (1999): "O deserto verde". In: *Tempo Livre* nº 96: 82.

Músicas

Madredeus

Chama-se "Madredeus 1986 - 1996" e é constituído por urna caixa com os quatro primeiros CDs do talvez mais internacionalizado produto musical português post - Amália Rodrigues. Com esta espécie de obras quase completas, a que apenas falta o álbum "O Paraíso", editado em Outubro de 1997, e alguns temas dispersos por diversas colectâneas, é possível termos uma ideia global privilegiada dos caminhos percorridos pelo "Madredeus", ao longo de mais de uma década, sempre sob a direcção de Pedro Ayres Magalhães e sempre com a "marca" indispensável da peculiar voz de Teresa Salgueiro.

Ao longo do tempo, o trabalho do grupo tem sido acompanhado pela crítica especializada ou por simples curiosos, com preconceito ou paixão, conforme se trate de denegrir ou de enaltecer, de acordo com critérios quase nunca objectivos.

A verdade é que, pouco a pouco, a qualidade média do trabalho do "Madredeus" foi sendo reconhecida não só em Portugal, como por esse mundo fora. Na Europa, o "Madredeus" conseguiu inclusivamente impor-se com regularidade nos mercados discográficos de Espanha, Itália e Alemanha, entre outros países. Não tanto no plano discográfico mas no âmbito da indústria do espectáculo, o grupo conseguiu atingir um lugar de destaque que os levou, com sucesso, ao Japão, EUA, Canadá, Brasil... O auge (se assim se pode dizer) de todos estes anos de trabalho terá sido atingido com a intervenção do grupo na Expo 98, em colaboração com José Carreras, e uma actuação no Vaticano, para o Papa João Paulo II, em Dezembro de 1997!

A "caixa" de CDs agora publicada suscita-nos ainda uma sintética análise da evolução da forma e do conteúdo da obra do "Madredeus", ao longo de quase 15 anos. E não será injusto concluir que o CD "Ainda" até aos nossos dias (vide "O Paraíso"), o "Madredeus" mais não tem feito do que gerir competentemente uma "receita" de qualidade e de resultados comprovados, no panorama geral da música ligeira nacional.

Não se trata, aqui, de pôr em causa o trabalho até agora desenvolvido pelo grupo, cuja capacidade de sobrevivência foi já demonstrada umas quantas vezes, designadamente com a "dissidência" de alguns dos seus membros.

O projecto "Madredeus" atingiu um patamar que lhe permite ultrapassar qualquer "crise" sem grandes dificuldades. Resta encontrar as soluções que permitam prosseguir com dignidade a obra até agora produzida.

A caixa agora posta à venda integra os álbuns "Os Dias da Madredeus", "Existir", "O Espírito da Paz" e "Ainda".

Ribeiro, Vítor (1999): *"Madredeus"*. In: *Tempo Livre* nº 92: 70.

Que diria Prometeu?

Quantas vezes não teve já a maioria da humanidade ocasião de se identificar com este herói mitológico da Grécia antiga, perpetuada por Ésquilo quando, no Século V antes de Cristo, escreveu a sua tragédia sobre Prometeu?

Prometeu pode confundir-se com uma espécie de pretérito perfeito do verbo prometer, isto é, obrigar-se a fazer algo, a cumprir uma promessa já afirmada.

Porém a lenda não imortalizou Prometeu como anunciador de promessas, mas sim por ele se ter atrevido a roubar o fogo dos céus para o dar aos homens.

A lição que nos ficou desta lenda foi a luta contra a avidez do poder absoluto, contra a arrogância e a soberba da vontade de mandar sem oposição alguma.

Prometeu é a revelação não de um deus, mas mais de um homem entre homens, que tem a coragem de defender com firmeza a causa de que a humanidade não é refém de um poder absoluto. Por isso mesmo é humana e não submissa. Por isso consegue subverter situações que lhe negam a justiça e, sobretudo, a liberdade de agir segundo os objectivos que pretende alcançar. O significado grande de Prometeu é o ter adoptado a bandeira do homem livre, aquele que não se deixa, à custa de favores, apadrinhar pelo poder.

Faz isto lembrar as próximas eleições legislativas e os esforços, ora mais directos, ora mais descaradamente manipuladores, que o PS tem engendrado para obter uma maioria absoluta, não hesitando, sequer, na tentativa de utilização a seu favor da trágica situação do povo de Timor Loro Sae. Da ameaça à promessa, o discurso do PS, embora embrulhado numa fraseologia democratizante, evidencia o fundo óbvio dos que querem dominar. E quem escolhe, quem vota os seus governantes, não deve ignorar ao que pode conduzir, quer a curto, quer a médio prazo, o verdadeiro conteúdo e alcance deste pedido do PS ao eleitorado.

Por que razão quer o PS mãos livres para mandar?

Este apelo a "deixem-nos governar – mas sozinhos"! – não cabe numa repetida e matraqueante proposta de diálogo. Quem quiser traduzi-lo em português real entenderá aqui uma vontade sôfrega, que anuncia o verdadeiro objectivo: "deixem-nos reinar, que vos prometeremos um bom reinado"! Mas de promessas já nos deixou o PS cheios: prometeu uma governação de esquerda e o governo de Guterres fê-lo à direita; prometeu uma política em favor dos mais desfavorecidos, e favoreceu preferencialmente os já favorecidos; prometeu prioridade à educação, à saúde, à segurança social, e concedeu primazia à Banca, à Bolsa e à especulação financeira.

Durante os últimos quatro anos, o governo do PS pingou uma chuva gelada, dia a dia a apagar o fogo da esperança para a tão necessária viragem na vida política do país: prometeu. Mas não cumpriu.

O mito de Prometeu não se revê seguramente neste PS fraudulentamente dialogante. Quer - e requer – muito mais. Cabe aos eleitores manter o fogo trazido com o nascer de Abril, e reacendê-lo por um querer de Outubro.

Porque não se pode pagar a um ladrão de promessas concedendo-lhe, para mais, altos juros de mora.

Santos, Aurélio (1999): "Que diria Prometeu?". In: Avante, 24 de setembro de 1999. Internet. Disponível em http://www.pcp.pt/ar/ar1999/ndice-opiniao.html (consultado em 23 de fevereiro de 2011).

Proteger o ambiente... à mesa

A maior parte das decisões sobre o ambiente não são feitas apenas pelos Governos ou por organizações ambientais. Começam na nossa casa, nas escolhas e nas decisões que tomamos no nosso dia a dia. Enquanto o consumidor escolhe entre produtos que estão na prateleira, é apenas um utilizador do produto final, o cidadão está envolvido activamente em todas as fases do processo, directa ou indirectamente. Como cidadãos deste país,

possuímos felizmente, a oportunidade de escolhermos diariamente, uma de dezenas de opções alimentares. Ao fazer uma opção, levamos em conta o preço, o aspecto, o valor nutricional, a embalagem, o sabor... mas raramente nos preocupamos com o impacto ambiental das nossas escolhas. Contudo, as escolhas de milhares de cidadãos e as suas opções, são os factores mais decisivos da nossa futura qualidade de vida e daquilo que vamos deixar às próximas gerações. Então, o que podemos fazer? Quais as escolhas mais sensatas para minimizar o impacto do nosso consumo? Tentaremos responder ao longo das próximas linhas.

Proteger o ambiente significa, acima de tudo, comprar produtos que obriguem a poucos gastos de energia e à produção mínima de resíduos. Daí se falar da política dos 3 R's - Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Reduzir significa, por exemplo, utilizar o mínimo possível de embalagem. Em vez de garrafas de 1 litro de água, prefira embalagens de 5 litros. Em vez de comprar fruta pré-embalada em recipientes de "esferovite" (Poliestireno), prefira a fruta pesada no momento. Outra forma de reduzir os gastos de energia é através da compra de produtos regionais e da época. Os produtos importados de locais longínquos, obrigam a grandes gastos de energia até chegarem às nossas mesas. São necessários milhares de litros de gasóleo até que uma tonelada de fruta de um qualquer país tropical chegue ao nosso prato. Para que essa fruta chegue em boas condições, necessita de receber uma dose considerável de químicos antes da viagem. Para que o seu preço seja tão barato é necessária mão-de-obra quase escrava e vastos terrenos de cultivo, geralmente conseguidos à custa de queimas de floresta tropical. Valerá a pena comprar ananás, manga ou banana nestas condições?

Reutilizar significa dar preferência às bebidas comercializadas em embalagens de vidro com tara retornável, pois além de lhe ser retribuído o dinheiro da embalagem, certifica-se que essa embalagem será utilizada de novo. Reutilizar significa também, dar outra utilidade, que não a original, a algumas embalagens, no sentido de lhes prolongar a sua vida útil. Por exemplo, os frascos de compota, depois de lavados, podem ter outra utilidade, servindo para guardar alimentos ou simples parafusos na garagem. Desta forma, está a contribuir para diminuir a quantidade de resíduos produzidos na sua localidade e, ao mesmo tempo, a poupar uma quantidade considerável de matéria-prima e energia utilizadas na produção de novas embalagens.

Reciclar significa a possibilidade de o material utilizado poder entrar de novo na cadeia de produção de um produto igual ou derivado, sem ser necessário recorrer a novas e grandes quantidades de matéria-prima. Prefira as embalagens com símbolo de reciclagem. Esse símbolo significa a possibilidade de reciclar e as letras inscritas no seu interior, o tipo de material que as constitui. Já existem muitos Municípios onde se faz a recolha selectiva do lixo em pequenos contentores de diferentes cores. Apoie estas iniciativas. Depois, com um pequeno gesto diário, separe o cartão das embalagens do peixe congelado, as caixas dos gelados, os papéis de publicidade, das embalagens de plástico da água, dos iogurtes, dos ovos. Os materiais separados e colocados nos respectivos contentores, poderão assim ser utilizados de novo, evitando o abate desnecessário de muitas árvores, a poluição e o gasto de energia. Quando tiver que optar entre dois produtos equivalentes prefira o que tiver o símbolo do Ponto Verde. Este símbolo significa que a embalagem é possível de reciclar e que a empresa que a colocou no mercado pagou à Sociedade Ponto Verde para reciclar essa mesma embalagem. O sucesso desta medida está, no entanto, totalmente depende da contribuição de cada um de nós, pois esta não tem qualquer valor, se não houver preocupação da nossa parte em separar as embalagens e colocá-las no respectivo recipiente de recolha selectiva.

Soares, Pedro (1999): "Proteger o ambiente... à mesa". In: *Tempo livre* n.º 95: 58.

Artes

"Figurações" de Helena Justino

Tomando a realidade como ponto de partida e, muito especialmente, a figura feminina como vulto sem paisagem, para Helena Justino, por um lado, está a aparência das coisas, a sua presença e forma exterior, mas, por outro lado, o que mais lhe interessa, é o avistamento e a revelação da alma - é assim, antes de mais, como pode começar a

abordar-se a exposição que vai apresentar na Galeria Inter Atrium, Porto, a partir do próximo dia 17 e que ali vai estar patente até 5 de Maio.

Utilizando como cores fetiches os azuis vivos, quase eléctricos, e os encarnados cor de fogo, de grande impacto sensitivo, que mistura de forma suave com matizações verde-acinzentadas de grande efeito visual, o que faz ressaltar nas suas telas é exaustivamente a mulher, por vezes expectante, no remanso do seu mundo próprio, intangível para o homem, outras vezes interveniente na sociedade, quer trabalhando, portanto independente, quer acompanhando os filhos, continuação de si e sua "posse". E se no primeiro caso a inclusão de gaiolas garridas, onde se debatem pássaros de penas vistosas, pretende sugerir a condição de uma grande percentagem de mulheres, também acaba por fazer pressupor que ó possível o contrário, ao mostrar, com uma certa insistência, figuras femininas acariciando aves libertas, que nem por isso fogem pois são as que estão mais satisfeitas.

De vários modos, portanto, há na sua pintura uma cumplicidade com a realidade e com os mecanismos internos que a configuram e, deste modo, as suas imagens são o resultado de um intenso diálogo enriquecido por um olhar que observa, indaga e se detém numa análise que vai além da simples mirada. Por isso é que é uma pintura de silêncio, de modo a permitir que a reflexão possa ser mais demorada, até que as coisas se revistam de uma nova e especial luz, característica que aliás perpassa por todo o conjunto, onde é determinada pelas próprias cores. Daí, também, o lirismo de que mesmo a mulher-matriarca e as senhoras de poder estão eivadas, com toda a sua plenitude e grandeza.

Porque, afinal, trata-se de um reencontro entre a plena maturidade de uma artista plástica capaz de transmitir ao quadro o estremecimento que na sua sensibilidade produz a sua vivência e a síntese entre a memória e o sonhado, através de um cromatismo sumptuoso no qual a opulência e a frescura da matéria, aplicada com ligeiros toques ou ágeis pinceladas, se muda às vezes por uma ténue e quase uniforme carícia do suporte, numa linguagem plástica, enriquecida com matizes muito subtis.

Vaz, Rodrigues (1999): "'Figurações' de Helena Justino". In: *Tempo Livre* nº 94: 52.

3. Textos de opinião de 1989

3.1. Femininos

Chegaram (finalmente) as férias!

Todo o cidadão tem direito a uns dias de descanso...disto ninguém duvida, pois todos nós sentimos na pele essa necessidade fisiológica, psicológica ou o que quer que seja!

Todavia, os portugueses cada vez menos "gozam" as "benditas" férias.

O Algarve, esse maravilhoso "paraíso", pelo qual (quase) todos suspiram, deixou de ser local de férias alcançável para a maior parte das "bolsas portuguesas". O sol algarvio deixou de brilhar para todos...os portugueses recordam-no, ou melhor, sonham-no... mera quimera ou fantasia. No entanto, há quem disfrute, a seu belo prazer, essas estâncias de férias. Os turistas, estrangeiros claro, proliferam e o Algarve no Verão é internacional...é francês, alemão, americano, inglês, holandês... enfim, é tudo menos português!

Entretanto, os portugueses preparam as suas férias. Ao longo de 11 meses alinhavam projectos e planos, que a maior parte das vezes saem furados". E porquê? Porque há que aproveitar os "diazitos" para os afazeres domésticos, que ao longo do ano se vão acumulando:

É mais um prego nesta ou naquela prateleira; é mais uma telha, neste ou naquele telhado; é mais um conserto neste ou naquele... seja o que for!

Bem à nossa moda, os dias vão-se passando entre a casa e o quintal. Os livros continuarão por ler, as músicas por ouvir, os passeios a pé por dar, o exercício físico por fazer!

O português é por natureza trabalhador e até arranja..."lenha para se queimar".

No entanto, e por falar em queimar, o bom português "aproveita" ao máximo o tempo que lhe sobra. Aos fins de semana, lá fazem as malas, carregam a bagageira e lá vão eles, com "casa às costas", directos ao litoral, para um descanso bem merecido. Após umas horas ao volante do "bolinhas", em longas"bichas" de espera infernal, lá chegam à praia. Mas para aumentar ainda mais o cansaço, a praia está repleta, nem espaço há para pôr os pés...quanto mais uma toalha. À hora de almoço, procuram um restaurante económico e uma vez mais esperam "infinitamente" por uma mesa e quem sabe por uma lista - *"carte"*-; escrita em todas as línguas, menos em português!

Portugal está a tornar-se cada vez mais internacional e o português cada vez mais europeu. No Portugal"mais turístico", quem quiser comer em restaurante necessita de dominar ou arranhar) o inglês ou o francês...caso contrário, poderá querer "fish" e sair "lutas de mel color" (favas) ou pedir "platanos" (banana), pensando que lhe vão trazer os pratos.

Para quê tudo isto? Afinal não dizem que "esta vida são dois dias"?

Vamos mas é aproveitar as férias/89, pois quando menos esperamos chega o último dia!

Vamos ser cada vez mais europeus, elevemos a nossa qualidade de vida ao nível dos outros europeus...senão, não conseguiremos "apanhar o comboio".

E por falar nisso, se ainda não se resolveu, não perca tempo...VÁ DE FÉRIAS...de comboio, carro, avião...de bicicleta, a pé ou a cavalo, o que interessa é "desanuviar".

O Verão, esse já chegou, lembre-se que este não é como o Toyota, não veio para ficar. Siga este conselho, pois quando o sol nasce deve ser para todos.

A todos que estão de férias, muito especialmente os nossos grandes amigos, emigrantes, aqui vão os nossos votos de *BOAS FÉRIAS...Divirta-se* e exclame conscientemente:

"BENDITO SEJA AQUELE QUE INVENTOU O DESCANSO!"

Amorim, Ângela (1989): "Chegaram (finalmente) as férias". In: *A Voz de Azeméis*, 21 de julho de 1989, p. 3.

Oliveira de Azeméis já é cidade!?

De repente e sem darmos conta, como se um "furacão" tivesse passado pela nossa cidade, tudo ficou "de pernas para o ar". Algumas inovações e muitos buracos.

A cidade o exige; o urbanismo se impõe! Oliveira de Azeméis, afinal já é uma cidade!

Se é um progresso ou desenvolvimento tudo depende do critério de cada um. O certo é que algo se passa na nossa cidade. Um pouco por todas as ruas se abrem buracos, se fecham buracos... impõem-se sentidos proibidos, levantam-se paralelos...encrava-se o trânsito!

Lisboa também sempre foi assim: buracos por todos os lados. O porto sempre foi assim também: por todo o lado sentidos proibidos.

Enfim entre longas "bichas" de trânsito, buracos e sentidos proibidos, os oliveirenses vão vivendo... dizem que é para as infra-estruturas e saneamentos básicos...

Seja lá para o que fôr, Oliveira de Azeméis já parece uma cidade!

De manhã levantamo-nos com quinze minutos de atraso, atirámos água para os olhos e nem sentimos a maciez do sabonete… quantos de nós sabemos qual a marca do sabonete que usamos?

De seguida, tomamos uma bica apressada (pois só tivemos tempo de ferver o leite e não de o tomar…) ao balcão de um qualquer café e nem damos pelo amigo que ao nosso lado nos cumprimenta.

Com o stress e as corridas constantes do nosso dia-a-dia, onde o "vai e vem" não permite que paremos um pouco para reflectir, muitas coisas novas vão surgindo, como que fazendo já parte do quotidiano da nossa cidade.

Há toda uma série de pequenas coisas, que dão um novo ar, uma imagem mais citadina, a este pequeno aglomerado das terras de La-Sallete.

Primeiro surgiram os semáforos e com eles a polémica alteração à disposição do trânsito; Aqui dividiram-se as opiniões: "Foi uma medida necessária e eficiente;" ou "Foi um inacabar de complexas confusões."Fosse que fosse, o certo é que todos nos habituámos.

Mais tarde as obras na Câmara Municipal, que passaram quase despercebidas à maioria dos cidadãos concelhios, que raras vezes visitam a sede; o mesmo não aconteceu com as obras na frente da igreja, pois todos se revelam "a favor ou contra" elas.

Vieram os tão falados parcómetros e com eles as também já habituais multas… (há quem não tome consciência que estacionou a sua viatura numa zona limitada por parcómetros!)

De seguida, surgiram as tão necessárias paragens dos transportes públicos, que dão um novo colorido à cidade.

Agora temos as infraestruturas e os saneamentos, que obrigam abertura constante de buracos por toda a parte.

Enfim, um inacabar de pequenos nadas, os quais nem vimos, a menos que tropecemos num paralelo ou fiquemos presos a morrer de "raiva", num engarrafamento…

Mas tudo isto é o dia-a-dia de uma cidade… Tudo isto é o dia a dia de Oliveira de Azeméis, aglomerado ao qual já chamam a "cidade das obras e dos buracos".

Amorim, Ângela (1989): "Oliveira de Azeméis já é cidade?". In: *A Voz de Azeméis*, 12 de maio de 1989, p. 3.

Ossela

Terra d'encantos

Ossela não é uma das freguesias mais desenvolvidas do concelho, embora em termos de área e densidade populacional situa-se entre as maiores.

No entanto, nem sempre isto é tido em conta, e os responsáveis autárquicos ou outros, esquecem-se da existência desta aldeia. Por vezes ela é lembrada, apenas graças à existência da biblioteca e casa museu, Ferreira de Castro.

Há toda uma série de carências nesta freguesia que não são tidas em conta pelos poderes instituídos, por muito que se comente.

Já lá vai muito tempo (tanto que acabamos por esquecer), que se distribuíram umas manilhas por toda a povoação. Inicialmente louvou-se o facto, pois estas deveriam ter um destino aproveitável. No entanto, elas continuam (e com certeza continuarão) a "enfeitar" e a "estorvar", nas estradas que já por si, são estreitas e apertadas. Na realidade, este tipo de decoração das vias públicas é inédito, mas não vai pegar moda, tal é o incómodo causado aos transeuntes.

Os buracos são também um grande problema... Todavia não gostaremos que nos acusem de falta de originalidade, por alertarmos para uma situação já tão discutida. A eterna questão da ponte da Barrosa, deixou de ser motivo de conversa para passar a ser segredo dos deuses... Até quando? Talvez até à próxima campanha eleitoral para as autárquicas, época essa que com certeza, o problema cairá do céu à terra; (esperemos que a ponte da Barrosa não caia em cima de ninguém). As escolas? Oh! Essas nunca foram boas, como poderiam ter melhorado, se sofrem de doença crónica?

O diagnóstico já foi elaborado, todavia não se receitou ainda nada, para deter tão grave mal, que rói paredes, corrompe soalhos, parte vidros e futuramente poderá mesmo fazer com que os tectos caiam...

Mas que fazer? Habitualmente diz-se: "Depois da casa roubada, trancas à porta!", provavelmente é disso que estamos à espera.

Algo que mereceu o nosso aplauso foi a electrificação da estrada que liga Oliveira de Azeméis a Ossela. É uma verdade incontestável, que a iluminação deu um novo ar ao Côvo e às Fuseiras... No entanto, não sabemos porque "carga de água" não foram colocados postos até ao alto de Vermoim. Talvez apenas porque tem de existir sempre um "senão", nas coisas bem feitas. E há quem diga que "o bem feito, bem parece", ou por associação "o mal feito, mal parece".

A distribuição da correspondência ao domicílio em Ossela também não é a mais eficiente. Poderemos mesmo afirmar, que Ossela pouco evolui neste sentido. Afinal desde quando uma carta vinda de Arganil (Coimbra) demora quatro dias a chegar a Ossela ou três dias de Lisboa cá?

Parece-nos que só existe correio em Ossela dia sim, dia não... e quem tiver a certeza do contrário que o desminta e prove.

Mas fiquemos por aqui!

Se continuarmos daremos uma imagem muito negativa desta bela, boa, agradável, jovial, desenvolvida e progressista terra, que é OSSELA... Terra natal de Ferreira de Castro prontinha para fazer parte do Mercado Único Europeu!

Amorim, Ângela (1989): "Ossela. Terra d'encantos". In: *A Voz de Azeméis*, 7 de abril de 1989, p. 7

Do outro lado, por trás de grades

Quando a porta se abre, a primeira coisa que vemos são as grades. As grades são grossas e barram os vidros, para que as próprias mãos não possam, soltas, passar através delas, porque o braço, preso ao ombro, se detém.

É a primeira vez que as vemos, deste lado, e é como se de repente se fizesse claro que é isso, afinal, uma prisão. Aquelas grades. A porta que se fecha, pesada, castanha, sobre nós.

Os olhos escorrem pelas paredes da sala, num reconhecimento de minutos: ali um alto, aqui uma depressão, ali vês, uma falha na pintura (e pensamos: ali, alguém esfolou as mãos), a casa de banho onde não há espelho, o beliche – e a aranha, prensada, no passar a ferro, da dobra do lençol –, até voltarem de novo para a porta, castanha e pesada, e o seu postigo, preto, imenso, absorvente, obsidiante, para além do qual quereríamos ver.

São então os sons, esse súbito recurso da cegueira, essa atenção dos olhos centrada de repente nos ouvidos, de que lado chega aquele som, o que significa esse arrastar ligeiro, quem tosse, quem fala baixo, talvez dê ordens, quais? Ou, sendo outro, talvez cante? Há alguém seguramente na sala ao lado, ou será por cima, ou serão de baixo as vozes que se ouvem, alguém ri, e o riso é mágico e damos connosco a rir também, porque se alguém se ri, e isto é a prisão, é porque é possível rirmo-nos dela – mesmo se, e não o queremos pensar, recusamos pensar, o riso proveio, não de um preso, mas de um guarda. É o primeiro dia, estamos puros e pensamos: "Não se pode confundir o riso de um preso

com o de um guarda, saberia sempre se não fosse o de um preso." Acreditamos, e dá-nos força, que há os homens e os outros.

A porta abre-se, e trazem-nos um prato. O prato é de folha, forçosamente torto e gordurento. Em cima pode ter, por exemplo, arroz. E um peixe não identificado que te olha, olhos e boca abertos, ameaçador. Sob a luz não muito forte, no amarelo da sala, ignoramos por momentos se não é apenas um sonho mau, se não vamos gritar e acordar na cama, na nossa cama, a mão da mãe a verificar-nos na testa se temos febre. Mas sabemos que é real, e tomamos o prato nas mãos num gesto seco. Vemos então que não há faca, que o garfo e a colher, que serve para a tigela da sopa e para o arroz, entortam se os usarmos com mais força.

Olhamos os sapatos sem atacadores, as calças sem cinto, de novo a ausência de faca e podemos, de novo, rir-nos deles: como se tudo isso pudesse evitar que lhes escapemos, morrendo. E rindo começamos, sem vontade, a comer a sopa, o arroz, o peixe (evitando olhar-lhe para a cabeça, para os dentes, para os olhos: que são, estamos certos, os do carcereiro, mas que não podem ver-nos se nos recusarmos a olhá-los): porque há que ter força para enfrentá-los, não lhes dar o prazer da nossa fragilidade.

Dias depois, cruzamo-nos com um espelho e não conhecemos os nossos olhos quando os vemos: é a primeira vez que conhecemos o ódio em estado puro. Mas o ódio conforta-nos tanto como nos dói. E pensamos: "Na parede, nas costas da grande indústria, escrevo alto que estou vivo e como sol." E em Herberto Helder, *Os Passos em Volta*, ou, menos imaginativamente, em *Os Homens e os Outros*, ou, ainda em Malaparte, e no olho de vidro do general nazi, que era o único que tinha expressão humana. E olhamos os nossos olhos no espelho com outros olhos. Cuidado, cuidado!, há que não deixar enternecer-nos.

E depois os dias passam, entrecortados pela monotonia dos apitos, é a rendição da guarda, este preso ainda não fugiu. "Levanto-me? Não me levanto? Recusar tudo ou evitar o conflito inútil para preservar o principal? Preserva-se o principal se se ceder no acessório? Não será esse o principio da cedência?", a ronda segue, à noite batem nas grades do rés-do-chão, a ver se as terão serrado, se batem, é porque é possível serrá-las, tudo é então possível, deitamo-nos mais calmos entre os lençóis, a aranha prensada continua a acompanhar-nos, pomos sobre a cama a toalha colorida que nos trouxeram de casa, preparamo-nos para dormir, dormir o máximo para que se um dia, talvez o seguinte, nos impedirem de o fazer…e o sono é já em si uma vitória, mesmo se com um pesadelo repetido.

Aos poucos vamo-nos habituando, é espantoso como nos habituamos ao inabituável, e é só em certos dias, quando nevoeiro impede que se veja essa nesga da rua a que chamamos "lá fora", que a claustrofobia nos invade e as rotinas a que desde sempre nos forçámos não chegam para impedir a falta de ar.

E é então que precisamos das imagens. É então que projectamos na cabeça os filmes que vimos e não vimos, aqueles que imaginámos, que nos contaram, que faremos um dia – quando formos livres.

Então o branco da cela concentra-se todo nesse lugar minúsculo da porta castanha, essa fenda estreitíssima entre madeiras, por onde seguimos o que se passa no corredor. Nessa frincha passam guardas e passam presos, e uns tossem, e é um sinal, X vai ao médico, T tem visita, Z e Y passam para o recreio, a porta em frente abre-se, ouve-se dizer "Arranje-se, vai para Lisboa", por favor, vê, sente que, por trás desta frincha, estamos contigo quando estiveres na frente deles, nos interrogatórios eu não te conheço, não nos conheces, mesmo assim estamos contigo, esperamos que sintas a intensidade dos olhos que se colam a esta frincha, a porta fecha-se conheço todas as manchas da madeira da tua porta mesmo se não te conheço a ti, ouço os teus passos que se afastam e vamos contigo até ao gradão, depois a carrinha, depois, depois…

E como os olhos, os ouvidos que se treinam, esse toque tão leve que contém uma mensagem, uma pancada e é um a, duas e é b, oxalá não tenhamos de falar de Zanzibar, e rimos, ouvimos ao lado, o espaço de uma porta entreaberta, duas presas que riem e que cantam, ah!, é porreiro esse som de cantos e de risos contra as grades, não sei como cozinham bolos e ouvimo-las insistir coma guarda que nos traga alguns, e comemos as palavras com sabor a bolo, e outras noites é alguém que chora, ou que adoece, o corpo todo concentrado nos ouvidos contra a frincha a ouvir esse homem que sufoca de asma, e os murros nas paredes, e as campainhas, os protestos, as pulsações suspensas do seu respirar, finalmente alguém vem buscá-lo, e levam-no, ouve-se, corredor fora, a sua luta

por um pouco de ar, e o silêncio, a mais velha de nós diz "Já o levaram", e aquecemos água para um chá, quando o que apetece é gritar mais e mais ainda, e destruir essa porta essas grades e esses homens por trás delas, sobretudo os mais por trás de todos eles, os que não vemos.

E então uma de nós senta-se sobre a mesa, e baixo, muito baixo, começa a contar um livro ou um filme, como quem diz: "Era uma vez…" (Assim fazia, contou-me ele depois, o pai de um amigo inglês, quando as bombas caíam sobre Londres: um chá e uma história contra o absurdo e o horror.)

E há ainda as visitas, esperadas como num filme muito bel, a menina internada num asilo espera a visita da mãe que (quase) nunca vem, e depois o horror das palavras, dos gestos, vigiados, forçando a omitir tudo aquilo que gostaríamos de dizer, "às vezes até ensaiávamos as palavras", disse-me no outro dia alguém dessas visitas, e a beleza de uma viagem outra, de gente que traz consigo os gestos, os cheiros, os sons da liberdade, e são coisas que nunca mais, nunca mais se esquecessem, mesmo se quem se visita é alguém que nem mesmo se conhece, mas de quem conhecemos a prisão.

Dizemos: "A apanhou dezassete anos", e somos pessoas diferentes a dizê-lo, e a ouvi-lo, consoante passámos, nós próprios, ou não passámos, na prisão.

Penso às vezes que era uma experiência a fazer por todos os que julgam. No outro dia fui levada a pensar que é bom ter sido feita por um Presidente da República.

Andringa, Diana (1989): "Do outro lado, por trás das grades". In: *Diário de Notícias*, 18 de janeiro de 1989, p. 7

Realidade + fantasia = a vida

A aposta

Num fim de dia chuvoso e frio, precisei de utilizar um meio de transporte público. Tudo seria normal se não fosse a grande afluência de pessoas que nesse dia iriam utilizar o mesmo meio de transporte.

O mau tempo devia ser um dos factores principais dessa afluência. De pessoas que nesse dia iriam utilizar o mesmo meio de transporte.

O mau tempo devia ser um dos factores principais dessa afluência. Para maior transtorno já tinha avisado que a camioneta vinha com um grande atraso.

Como todos sabem há sempre uma grande diversidade de comportamentos num grupo de pessoas que se juntam para o mesmo fim.

Neste caso usarem o mesmo meio de transporte.

Uns levantam a gola do casaco e esperam pacientemente. Outros barafustam contra tudo. Os mais pequenos, estudantes principalmente, cheios de vitalidade não conseguem parar quietos um instante. Uma ou outra alheia-se de tudo e aproveita para contar à pessoa conhecida mais próxima daquelas histórias da Fulana e do Beltrano.

E há então aquele que aparece e se julga o animador da festa falando alto e laçando olhares para ver se alguém aplaude.

Evidentemente que ninguém aplaude, mas basta um abanar de cabeça afirmativo para ele se firmar ainda mais no seu exibicionismo.

Isto nem sempre acontece, mas naquele fim de dia chuvoso e triste o quadro era exactamente este.

O "animador da festa", depois de falar de política mostrando uma perfeita e completa ignorância, usando aquelas piadas torpes para se dar ares de pessoa conhecedora do assunto, depois de misturar alhos com bogalhos, resolveu – e bem – mudar de assunto. O tema a seguir forma as apostas. Aposta para aqui aposta para ali, pormenorizando algumas passadas com ele e ganhando sempre.

Dizia ele é claro…A certa altura um rapaz com todo o aspecto de humilde trabalhador sai do seu mutismo e diz categórico: eu com apostadores não quero nada, depois que perdi aqueles mil paus!

O outro retorquiu-lhe: óh homem a gente tem de ter cuidado para não perder. Nestas coisas o preciso é ter olho vivo!

O rapaz diz-lhe já a gaguejar: é que ele disse que dava um salto da ponte do Pego abaixo e deu mesmo…

Fez-se silêncio. Aquela frase tinha colhido de surpresa o homem falador. O rapaz depois de algum tempo continuou: apostei mil escudos em como ele não era capaz…depois foi com ele à ponte e quando lá chegamos ele tirou os sapatos…então sacou do bolso do casaco um pequeno martelo e desferrou um salto e atirou mesmo, mas o salto do sapato!...

Era o fim de um dia chuvoso e frio, mas cheio de contrastes no comportamento humano perante a vida.

Arede, Irene Lúcia. (1989): " A aposta". In: *A Voz de Azeméis*, 24 de março de 1989, p. 3.

Realidade + fantasia = a vida - a mão do milagre

Mais uma vez nas estradas de Portugal se **verifica uma grande afluência de peregrinos, caminhando em direcção a Fátima.**

Foi há 72 anos, que no dia 13 de Maio, Nossa Senhora apareceu aos pastorinhos e durante estes 72 anos, quantos milagres, quantos sacrifícios, quanta fé! Fátima continua a ser o centro da espiritualidade Portuguesa, apesar da descrença de alguns.

O Papa João Paulo II veio também a Fátima agradecer à Virgem Santíssima o facto de ter sido salvo do atentado de que foi alvo um ano antes na Praça de S. Pedro em Roma.

Fátima e o Papa causam-me duas impressões profundas que se **completam: Admiração e Respeito. Sua Santidade, com a sua personalidade e figura irresistíveis, trouxe a Fátima a confirmação da sua autenticidade. Sobre Fátima e os seus milagres eu recordo um caso passado há uns bons anos e que marcou favoravelmente a minha infância.**

A pessoa em questão morava perto da casa dos meus pais.

Todas as vezes que me lembro dela e pelo que ouvia dizer, associo-a à mulher forte de que reza o evangelho.

Ficou viúva muito nova com seis filhos para criar. Nos tempos difíceis de então, ainda conseguiu à custa de muitos sacrifícios melhorar a casa onde vivia. Viu morrer dois filhos no apogeu da vida.

Passou doenças e trabalhos, mas o que mais sobressaía nela era a paciência e resignação com que aceitava tudo isso. Era já um pouco idosa quando Deus lhe deu mais uma provação. Uma chaga nas costas da sua mão direita fazia-a sofrer. Procurou remédios desde os caseiros aos de farmácia para curar a mão doente, mas nada a melhorava.

Num dia 11 de Maio ao saber que muita gente ia a Fátima, disse à filha que também gostaria de ir lá e assim na madrugada do dia 12, mãe e filha dirigem-se a pé para Estarreja onde tomariam o comboio para Fátima. Chegadas a Estarreja e já dentro da gare ela apoia a sua mão doente na plataforma dos descarregamentos.

Passa um empregado e inadvertidamente calca aquela mão doente com as suas grossas botas. Cheia de dores, embrulha a mão pisada e ensanguentada num lenço c segue com a filha num comboio cheio de gente, numa viagem onde nem lugar havia para se **sentar.**

Saíram do comboio em Chão de Maças e lá vão novamente a pé para Fátima. Em Fátima dirigiu-se para o local onde brota a água e lavou aquela mão inchada e cheia de sangue.

Assistiram a todas as cerimónias religiosas e ela esqueceu a sua mão doente para pedir a Nossa Senhora todas as graças para os seus filhos e netos. No fim das cerimónias procuraram um lugar para comerem o farnel que levaram.

E a mãe reparte o farnel com a filha: *"toma"*, diz-lhe ela.

A filha olha atónita aquela mão que se lhe estendia. Seria possível? Não, não há engano: *Mãe a sua mão!*...

E a Mãe olha para a sua mão outrora doente e vê-a sã sem o mais leve sinal de ter estado chagada, sem a mais leve cicatriz.

Não consegue falar, mas une as duas mãos num gesto que pode ser para implorar, mas neste momento era para agradecer. Murmuram: *Ave Maria... cheia de graça...*

Esta boa criatura de que falo, vinha buscar água para os meus gastos domésticos a casa dos meus pais e eu recordo que tinha por ela muita simpatia e mais ainda muito respeito, pois ela tinha um privilégio que era aquela mão que eu chamava A *do Milagre*.

Arede, Irene Lúcia (1989): "Realidade + fantasia = a vida - a mão do milagre". In: *A Voz de Azeméis*, 5 de maio de 1989, p. 3.

Realidade + fantasia = a vida
E o mal foi esquecido

Era um velho palácio, misto de solar e de convento.

Dentro daquele muro enorme que o rodeava parecia metido numa caixa.

Jacinta entrou no portão rasgado na muralha. Lá dentro, o largo calcetado está cheio de ervas entre as pedras.

Pela frente da casa a escadaria de pedra encontra-se coberta por grossa camada de pó misturado com bocados de telha. As janelas da casa têm muitos vidros partidos e a madeira podre a cair. Tudo isto tem um ar de abandono que lhe dá uma amarga sensação de paz e de desgraça.

Foi ali que nasceu! Não como Senhora, mas como serva.

Jacinta fecha os olhos e vê-se pequenina feita brinquedo dos filhos dos fidalgos. Para eles, ela não era mais que os filhos da "Kisse" uma cadela de estimação.

Os seus pais eram servos nesta casa. Não admira que ao nascer trouxesse consigo o estigma da servidão.

De pequenina foi habituada a não ter vontade própria, a lei era: não agir por força da sua vontade, pelo contrário esforçar-se *por se* manter no ponto de abandono às ordens dos outros.

A maneira que crescia passou a ouvir só as vozes exteriores, das interiores mal ouvia a única que lhe dizia: tanto faz.

E assim Jacinta se fez mulher.

Foi aí dos dezasseis aos dezoito anos que conheceu certos aspectos da vida "os mais sagrados", mas num prisma de maldade, de procura, de prazer. O "menino" da casa, um mocetão de vinte anos encarregava-se disso.

Ela tinha muita vida queria casar, ter filhos dedicar-se inteiramente a um rapaz da aldeia que gostava dela, mas a sua vida decorria sem vontade própria, como um pau pelo rio abaixo.

Até que um dia... há sempre um dia em que o destino muda, Jacinta entrou naquela sala, ali à direita e disse à Senhora que ia ter um filho.

Passado o assombro que a sua ousadia tinha causado e como o "menino" negasse tudo o que ela dizia, foi expulsa daquela casa.

Fugiu para longe e começou a trabalhar nos campos, de sol a sol sem descanso. Dormia por esmola em currais, por cima do feno dos animais onde as gatas iam ter as crias e as galinhas os ovos.

Esteve a morrer ao dar à luz o filho. Mas à maneira que ia recuperando a saúde, uma enorme força de vontade ia nascendo nela.

Deixou de ser o "pau pelo rio abaixo" tinha um filho e ia fazer dele um homem. Passou privações, trabalhou muito, mas conseguiu dar-lhe um curso.

Jacinta continua em frente da casa arruinada. Subiu a grande escadaria. Quantas vezes quando as dificuldades eram maiores ela desejava vir ali gritar o seu desespero. Mas agora ao olhar todo aquele abandono, aquele ar de desgraça, ela esquecer todo o mal que lhe fizeram.

Naquele momento extingue-se todo o ódio que guardava no fundo do seu coração. Afinal ela era feliz tinha conseguido alguma coisa na vida. Com muito trabalho tinha feito do seu nome honrado, para que o filho que a adorava não se envergonhasse dela.

Conseguiu ser respeitada como pessoa humana. De cabeça erguida desce aquela escadaria de pedra coberta de pó.

Afasta-se dali, mas leva no fundo do coração um sentimento de piedade por todos aqueles que lhe fizeram mal. Jacinta sabe que muitas vezes o destino se encarrega de castigar!

E assim aconteceu aos donos daquela grande casa.

Arede, Irene Lúcia (1989): "E o mal foi esquecido". In: *A Voz de Azeméis*, Oliveira de Azeméis, 17 de fevereiro de 1989, p. 2.

Uma longa caminhada

Quem passar por aquele aprazível lugar tendo por cenário as terras verdejantes e belas do concelho de Arouca, encontra uma pequena mas graciosa casa de paredes caiadas de branco.

O dono dessa airosa casa, era um simpático velhinho que pelas tardes quentes de verão gostava de se sentar à sombra de um castanheiro contando casos da sua vida passada.

Percorreu os caminhos da vida numa longa caminhada. Por ter sofrido, aprendeu a dar valor às pequenas partículas de felicidade que poderiam passar despercebidas, se não fosse o desejo de querer ser feliz.

O caminho que seguiu até aos vintes anos não teve história.

Os tempos eram diferentes e a vida da aldeia sempre igual.

O seu contacto com o mundo para além da terra onde nasceu foi de dura experiência.

Deflagrara a primeira grande guerra e ele fora mobilizado.

Na França combateu ao lado dos seus camaradas. Não fez nenhum acto de heroísmo, mas era já uma vitória sentir a morte tão perto de si e escapar com vida ao inferno do campo de batalha.

Acabada a guerra e já de novo na sua terra, esteve um certo tempo traumatizado em virtude dos acontecimentos porque acabara de passar.

A pobreza da casa paterna parecia-lhe o paraíso pois não esquecia as dificuldades passadas no campo de batalha, onde andara muitos dias sem comer.

Algum tempo passado e cheio de esperança, ele já não se conformava com a vida rotineira da aldeia.

O Brasil era naquele tempo a tentação máxima para um rapaz ambicioso e era para lá que desejava ir mas como não tinha dinheiro para a viagem, foi como moço num navio ronceiro que levava mais de um mês a chegar lá.

Já no Brasil e depois de trabalhar em vários sítios, arranjou dinheiro para vir a Portugal. A alegria imensa de voltar foi obscurecida por uma violenta tempestade no alto mar. Viu a morte perto dele e só um milagre o poderia salvar.

Fez então uma promessa a Deus: senão morresse, quando chegasse a Lisboa casaria com uma mulher de vida fácil. Ou melhor arrancaria da lama uma vida desgraçada. Cumpriu a promessa. Depois foi ver os seus pobres pais mas sozinho. Também não queria dar um desgosto à noiva que tinha deixado na aldeia.

Passado pouco tempo voltava para o Brasil com a mulher com quem casara. E a vida dele passou a ser um inferno.

Apesar de todos os seus esforços, aquela mulher continuava na devassidão. Cumulava-a de mimos, fazia os impossíveis para trazê-la ao bom caminho, mas nada adiantava.

Estava desesperado e então resolveu aceitar tomar parte naquela expedição ao Estado do Amazonas.

Corria o ano de 1928 e ele fazia parte dessa louca expedição à procura de ouro. Eram homens de rija tempera e os inúmeros perigos iam sendo vencidos ao embrenhar-se na selva brasileira. Contudo o clima e a caminhada exaustiva iam tomando conta deles.

Dois homens já tinham ficado para trás. O chefe dessa louca expedição, mais parecia querer saber qual seria a resistência humana perante os mais rudimentares meios de que dispunham, que propriamente encontrar ouro.

Quando chegou a vez de ele adoecer gravemente, deixaram-no entregue aos índios que viviam na margem direita dor rio Amazonas.

Os índios trataram dele e assim venceu mais uma vez a morte. Tinha perdido a noção do tempo e as esperanças de sair daquela gente então, começou a viver a vida deles.

Muitas vezes fez a comparação desses índios simples e bons de vida primitiva, com algumas pessoas civilizadas que conheceu.

Pelas luas que os índios contavam ele deveria ter chegado à uns dois anos. Um dia ficou alvoroçado. Um missionário acabava de chegar e ele sentiu uma alegria imensa.

Passados dias lá ia com esse Santo Missionário percorrendo centenas de quilómetros e parando nas pequenas povoações onde ele ensinava a palavra de Deus. Andou assim perto de um ano e mais que nunca se lembrava da sua mulher. Andava a catequizar os outros e o que fazia por ela? Quando chegou ao Rio de Janeiro, ela que o julgava morto tinha gasto todo o dinheiro que ele lhe tinha deixado. A vida que levava tinha-a envelhecido prematuramente.

Sentiu pena, Levou-a aos melhores médicos para que a tratassem, mas já era tarde. O tempo que ainda viveu foi de arrependimento pelo mal que tinha feito. Ele contudo encontrava enfim o resultado da sua promessa feita a Deus no alto mar. Depois da morte da mulher ele só tinha um pensamento: voltar a Portugal.

E algum tempo depois chegava finalmente à sua aldeia onde uma noiva com alguns cabelos brancos a moldurar um rosto de menina esperava por ele. Sentiu uma inefável paz ao rever a terra onde nasceu. Constituiu família e retomou o trabalho dos campos, nessa terra que com as lufadas de ar puro lhe retemperam energias para continuar a viver. E continuou assim o caminho que lhe foi marcado por Deus e que chegou agora ao fim, com a bonita idade de 96 anos.

Arede, Irene Lúcia (1989): "Uma longa caminhada". In: *A Voz de Azeméis*, 12 de maio de 1989, p. 2.

A galinha que não queria ser de canja

O calor era intenso No meio da multidão que aguardava no cais da estação, sentia-se ainda mais o suor que teimava em correr, corpo fora, em pequenas gotas. O "placard" dizia que deveríamos partir às 15.30 horas. Só que um precalço (?) impediu que tal se cumprisse e só abandonamos o cais da estação cerca das 16 horas.

As carruagens apresentavam apenas uma pequena diferença: a cor dos bancos. Os de primeira classe eram vermelhos. Os de segunda, verdes. Mas a dureza, a incomodidade, esses, eram comuns. O calor entrou com os passageiros e teimou em ficar, sentado, junto de nós. Mesmo o ar que entrava pelas janelas era quente.

Na estação seguinte, entrou na carruagem em que seguíamos uma mulher, com um saco de plástico amarelo na mão. Baixa, de porte avantajado, tinha o rosto avermelhado pelo calor e gotas de suor nasciam-lhe na testa lisa. Os seus gestos eram decididos e a maneira como se sentou no primeiro banco que encontrou vago mostrou bem o carácter tímido que deveria possuir.

Colocou, então, o saco de plástico por cima - salvo seja! - da cabeça de um homem de meia idade, junto às malas que ali se encontravam. Cá fora, na estação, o chefe apitou, logo imitado pelo comboio que partiu. Alguns metros percorridos e...catrapum!... caía o saco de plástico aos pés dos passageiros. O homem de meia idade apressou-se em mostrar-se cavalheiro e preparou-se para o apanhar. Só que depressa recuou a mão ao ver que o saco de plástico dava pulos. A mulher sorriu. Pegou nele e começou a dizer:

"Porta-te bem. Olha que o revisor se te vê, manda-te prender".

A carruagem calou-se. Todos se interrogavam, mentalmente o que estaria dentro do saco. Nós apostamos num gato, talvez siamês, pequeno, ainda de "leite". A mulher colocaria, então, o saco de plástico cuidadosamente sob o seu braço esquerdo. Depois, começou a olhar pela janela, distraidamente.

O "tric" do "pica" do revisor começou-se a ouvir. Lentamente sentíamo-lo aproximar de nós. A mulher olhou para o fundo da carruagem e, a seguir, para o saco que retinha junto a si. O revisor foi-se aproximando. Na necessidade de mostrar o bilhete, a mulher abandonou o saco. E foi então que o caricato aconteceria. De um buraco feito, por si, saltaria cá para fora a cabeça de uma galinha que depressa - e para recuperar fôlego - cacarejaria alto e em bom som. O riso foi geral. A cara do revisor fechou-se. A dona do galináceo amareleceu. A desculpa surgiria, entercortada:

"Sabe, senhor, vou para perto. Tenho uma neta doente e é para fazer uma canjinha. Só soube mesmo, mesmo em cima da hora do comboio. E depois, sabe como é. Nem tempo tive para a depenar..."

O revisor suspirou. "Sabe que poderia multá-la?"

A. mulher sorriu desajeitadamente. "Estou quase, quase a chegar. Prometo que não faço outra, senhor..."

A carruagem ficou em silêncio até ver desaparecer, por detrás da porta, o revisor, Depois, o riso geral voltou, com vontade. A mulher riu também. E a galinha l*á* foi, com a cabeça fora do saco de plástico amarelo até chegar ao destino da sua "protectora". O homem de meia idade, com o rosto voltado para o galináceo gracejou:

"Então agora já não queres cacarejar?"

A mulher saiu pouco tempo depois. E fê- lo a falar com a galinha:

"Vamos, minha pequenina. Vais fazer um rico caldinho".

Ninguém tinha percebido que, afinal, *a* pobre galinha queria clemência. Não estava disposta a servir de comida. Enfim, cruel destino... de uma galinha "emplasticada"...

Fonseca, Margarida (1989): "A galinha que não queria ser canja". In: *Jornal Actua*l, fevereiro de 1989, p. 4

"Tenho uma filha que cresceu"

De repente, percebi que cresceste. Foi um choque reparar que tinha uma mulher cá em casa, adulta e forte, sem saber. Foi um choque porque, embora os anos fossem passando, tu continuavas sempre a ser a minha menina.

E assim, de repente... Olhei para ti e vi uma mulher. Uma mulher de olhos francos e abertos, de voz segura e quente. Eu estava a chorar por causa do teu pai. Disseste-me que não valia a pena. Que não era assim tão grave o problema para eu levantar redemoinhos de vento. E puseste-te a falar comigo com aquela candura de mulher ainda menina mas com aquela segurança de mulher/mulher.

Eu estremeci. Já não tinha ali, à minha frente, a filha que brincava com bonecas, que sorria mostrando as sardas do rosto. Tinha uma mulher de corpo inteiro, capaz de me ajudar, capaz de me entender.

Nessa noite, filha, dormi mais feliz. Abracei com força o teu pai e agradeci-lhe porque me ajudou a fazer uma filha como tu. Ele retribuiu o abraço e tornou a adormecer. Eu ainda fiquei um pouco acordada. Mas feliz.

No dia seguinte, vi, então, que o teu urso de peluche, companheiro de todas as noites, já não estava pousado sobre a tua cama. Colocaste-o meigamente, sobre uma cadeira do teu quarto. Numa atitude que mostrava que, agora, tens sonhos diferentes onde as fadas e as ninfas, os anões e os príncipes já não entram.

Quando chegaste, nesse dia, a casa, notei que tinhas realmente crescido. Sabes porquê? Porque me disseste querer viver sozinha. Porque não dava muito jeito levantares tão cedo para ir para o comboio, para o trabalho. Tinhas conseguido umas "águas-furtadas" e irias partilhá-la com uma colega de faculdade.

Senti um nó apertado na garganta. Tive vontade de te gritar que não. Mas depois... olhando para essa teu ar seguro e forte, pensei que esse grito iria magoar -te. Calei-me. Tu foste. Vens todos os fins-de-semana e gostavas de contar histórias do teu dia-a-dia. Desde então sou feliz. Tenho uma filha que cresceu.

Fonseca, Margarida (1989): "Tenho uma filha que cresceu". In: *Jornal Actual*, maio de 1989, p. 12.

Benazir Butho – combatente do sonho

Há precisamente cinquenta anos, Simone de Beauvoir afirmava: "Ser construtora de uma sociedade onde, a par da liberdade, emerge a consciência de que nada existe de mais odioso que a humilhação e o aviltamento do homem pelo homem, nada sendo tão belo nem tão doce como o amor e a fraternidade, é o privilégio das mulheres e dos homens do nosso tempo que ainda acreditam."

Em cada década deste século uma mulher tem marcado o percurso histórico da humanidade, tornando cada vez mais «mágica» aquela palavra que é capaz de compensar todos os sofrimentos, de satisfazer todas as inquietações, de vingar o passado, de dar

remédio à infelicidade presente e de conter em si todas as possibilidades futuras – a palavra revolução.

Benazir Butho é em 1988 uma eleita, a quem tudo vai ser pedido e, por ser mulher, e mulher detentora de poder, a quem nada vai ser perdoado. Por isso, ao reflectir sobre esta nova vitória de uma mulher, faço-o em função da própria experiência e da certeza de que a pessoa humana, mulher ou homem, não sendo um simples fragmento da natureza, possui em síntese o que nela existe de mais elevado, a capacidade que lhe é única de querer, de pensar e de acreditar. Capacidade que pode ser, ao mesmo tempo, irracionalidade e alienação, e, incapacidade para impedir a "necessidade de oprimir" massas de tantos pobres e desprotegidos, massas de tantos subordinados e passivos. Incapacidade para impedir que poucos reforcem as menores minorias ou tornem as minorias menores.

Tantas regiões do mundo sofrendo a opressão e a morte, sonhando com a liberdade. Lutando por um sonho quantas vezes sonho da fraternidade e do progresso. Ao tentar descobrir essa mulher, Benazir Butho, a sua vitória – a maioria política esmagadora; o seu sonho – um país independente e desenvolvido; uma cultura, uma religião, um povo a República Islâmica do Paquistão fi-lo tentando –, despojar-me do meu mundo, das minhas referências, da minha própria afectividade e racionalidade. Afectividade feita de solidariedade para com a mulher e a sua enorme aventura do poder.

Racionalidade feita de temor e da consciência do que é a participação e a acção política e da angústia a que elas conduzem, quando a incógnita do sucesso político passa pela nossa própria responsabilidade.

É difícil, hoje, saber qual o futuro de toda uma população que, escolhendo Benazir Butho, opta pela memória de um passado, dando pela primeira vez na sua história a oportunidade a uma mulher que dessa memória faz parte.

Mais que igualdade de direitos ou, até, igualdade de oportunidades, a vitória de Butho é a vitória da memória de seu pai, da consciência da mudança iniciada com ele em 1971 e também a vitória de um projecto político, o encarnado em 1988 por sua filha – a alternativa sem alternativa.

Num país de opressão onde o poder político reflecte inelutavelmente a memória milenária de uma civilização, bem como a tradição imponderável de uma cultura onde o islamismo representa a visão do homem e do mundo, as suas relações e comportamentos no universo ordenado por e em Alá, no Paquistão, a vitória política de uma mulher traduz o próprio sonho de atingir a mudança tão desejada.

Então, sonho de independência. Depois, sonho gerador de tão grandes chacinas. Perdura ainda hoje na memória dos homens a morte e a fuga de milhões de bengalis que, nos anos 70, esfomeados e perdidos, atravessavam as fronteiras de um outro passado. Quem esqueceu 1971 – o ano primeiro da Revolução e das reformas de Ali Butho depois de anos de autocracia e de poder descricionário? Ou 1977, em que a retumbante vitória de Butho é o começo do seu martírio? E 1979 – o ano do fim, da sua condenação e da sua morte?

Os anos seguintes são anos de oposição e de opressão. São anos que preparam a vinda de Benazir através da acção de Begum Butho, sua mãe, que enceta uma campanha de desobediência civil de consequências que, na altura, eram imprevisíveis.

O ano de 88 é um novo princípio, em que cativeiros e vitória criam o mito vivo de Butho, tornado modernidade e continuidade em sua filha.

Modernidade: uma mulher liderando um grande movimento popular num país e numa religião onde o islamismo representa a opção de 86,5 por cento do povo.

Uma mulher cuja juventude e formação académica impõe um ritmo de intervenção que espanta e assusta o próprio grupo que a acompanhava. Uma mulher feita de dessassombro e verdade, capaz de resistir a todas as pressões, protagonista da promessa, mas humana e real porque semelhante a tantas mulheres do seu, e do nosso, mundo, na opção familiar que assume.

Continuidade: A da mensagem de seu pai e da sua mãe; Benazir impõe o sonho de 1971 como estratégia da sua própria vitória. A da praxis de socialização, cujos destinatários, as populações mais pobres e desfavorecidas, acreditam na próxima abundância. A independência e do não alinhamento do seu povo, cujas raízes étnicas expressam tantas lutas, tantas misérias, tantas dependências.

Raízes que perfilam também a própria aventura do poder, a promessa de uma nova partilha de bens sociais, culturais e económicos.

Como Indira Ghandi, ainda mais memória viva de um mito, Mahatma Ghandi, Benazir ganha o seu direito ao poder ao propor: "A política é a minha responsabilidade, o meu dever". Divisa que dimensionou a sua tomada de posse: posse de um dever – o de ser independente da dependência. O de ser capaz de servir sem se servir. O de ser capaz de quotidianamente ser a combatente do sonho que arrancou do imaginário de um povo: tornar a aventura da liberdade contra a opressão, num definitivo e decisivo projecto de vida para todas as mulheres e homens do Paquistão.

Ser, afinal, a imagem, a própria visibilidade do seu povo, reencontrando-se em cada momento da sua vida de nação. Mostrando ao mundo que a mulher assume o poder e o poder de governar, de uma forma mais verdadeira, mais sincera, mais pragmática, de uma forma capaz de, na emoção do poder e do combater por um ideal, encontrar as forças de transformação, de renovação e de comunicação, esteio e matriz de um mundo de felicidade e de paz a que todos aspiram e a que todos têm direito.

Benazir Butho – a combatente por um sonho; a lição da coragem para muitas mulheres e homens, símbolos ou de liberdade ou de opressão.

Benazir Butho veio para vencer "com amor e perdão". Também esta palavra mágica é tão difícil de viver.

Macedo, Teresa Costa (1989): "Benazir Butho – combatente de sonho". In: *Diário de Notícias*, 21 de janeiro de 1989, p. 7.

Pena de morte e outras penas

PORTUGAL defendeu a abolição da pena de morte nos países subscritores do documento final da Conferência de Segurança e Cooperação Europeias (CSCE) que esteve recentemente reunida em Viena. Foi uma posição inédita, corajosa, humanitária, exemplar. E coerente. Um dos nossos títulos de mais justificada glória permanecerá, sempre, a abolição da pena capital. Decretada, para crimes políticos, em 1852, passou a abranger também os crimes civis, em 1867, durante o reinado de D. Luís.

Se alguma coisa surpreende, pois, nesta intervenção portuguesa em Viena é que só agora tenha acontecido. Mas aconteceu – e aconteceu com seriedade: anunciámos aos 35 participantes do plenário da CSCE que Portugal, por princípio, não extraditará detidos para países onde ainda vigore a pena de morte.

Fomos o primeiro país do mundo a reconhecer a inviolabilidade da vida humana e a consagrá-la na Lei. Victor Hugo – numa carta que recordámos na edição dedicada aos 124 anos de DN – escreveu então ao director do nosso jornal para felicitar "o vosso parlamento, os vossos pensadores, os vossos escritores e os vossos filósofos". E dizia: "Portugal dá, o exemplo à Europa. Desfruta de antemão essa imensa glória. A Europa imitará Portugal."

Terá parecido, nesse Julho de 1867, que a adesão do resto da Europa e do mundo à posição humanitária de Portugal seria uma questão de breves meses. Decorreram, no entanto, mais de cem anos e, provavelmente, alguns milhares de execuções, sem que a pena capital tenha desaparecido do direito criminal de muitos estados. As resistências às teses abolicionistas mantêm-se e, há poucos anos ainda, o Governo de Margaret Thatcter tentou restabelecer – aliás, sem sucesso – a pena de morte no Reino Unido.

A intervenção portuguesa na Conferência de Viena despertou naturais esperanças de que a *morte* das execuções capitais tivesse finalmente, chegado. Não chegou. Ainda. Mas a proposta portuguesa – apresentada, de resto, como posição comum dos doze países da Comunidade Europeia – foi muito bem recebida e será mantida em consideração no intuito de procurar viabilizar a limitação dos casos de aplicação da pena de morte até ser atingida a sua efectiva extinção. Não será exagero, pois, falar em êxito da delegação portuguesa.

Pode-se prever, assim, que na abertura de um novo processo CSCE, marcado para Março de 1992, em Helsínquia, seja por fim alcançada a meta da abolição da pena capital – num culminar bem digno do pioneirismo português nessa vertente essencial dos Direitos Humanos.

Viver – como?

Morrer pela guilhotina, pelo garrote, pela força, pela cadeira eléctrica ou por qualquer outro processo inventado pelos homens em momentos de espantosa mas

legitimada amoralidade, não é a única forma de morrer. Também se morre por doença, em desastres, em calamidades naturais ou na guerra. E, para nosso eterno remorso e nossa absoluta vergonha, também se morre de fome. Principalmente, crianças.

Quando a fome não mata – refere a UNICEF – deixa sequelas irrecuperáveis a nível do desenvolvimento físico e mental. Milhões de crianças do Terceiro Mundo, subalimentadas, desvitaminadas e vulneráveis a todas as doenças nunca atingirão uma maturidade plena. Estarão condenadas, as que eventualmente sobrevivem, a uma existência limitada, diminuída e sofredora, bem distante dos padrões mínimos desejados e estabelecidos pelas sociedades desenvolvidas.

Em África, segundo um relatório da UNICEF, morrem por ano entre quatro a cinco milhões de crianças e outros tantos milhões sofrem de incapacidades físicas e mentais. As secas e as fomes contam-se entre os sintomas mais evidentes da crise profunda que afecta as populações africanas a Sul do Sara.

De acordo com um relatório da Federação Internacional para o Planeamento da Família (IPPF), a situação em Moçambique é particularmente crítica, com mais de quatro milhões de pessoas, ou seja, um terço da população, desenraizadas em consequência da guerra civil com um número ainda superior ameaçado pela fome.

A interpelação, quase sempre silenciosa, que os povos de Moçambique dirigem ao mundo, foi ouvida pela Comunidade Europeia que anunciou o financiamento de uma ponte aérea destinada a socorrer as vítimas da fome naquele país de língua portuguesa.

A esperança de vida em Moçambique – recorde-se, para que nos incomode e nos desperte – é inferior a 50 anos e a taxa de mortalidade infantil situa-se juntamente com a de Angola, numa das mais elevadas posições do mundo: cerca de 350 por mil.

"Mistérios"

Chama-se *Mistérios* o último livro de Matilde Rosa Araújo, essa incomparável contadora de histórias, em prosa e em verso, que tem ensinado sucessivas gerações de crianças portuguesas a amar a literatura e, sobretudo, essa bela e difícil expressão que é a poesia.

Se neste texto sobre a pena de morte e outras penas surge, de súbito, o nome de Matilde, é precisamente porque, ao abrir *Mistérios*, encontrei dois versos onde cabem, inteiras, todas estas minhas palavras supérfluas:

***Ninguém viu um passarinho chorar*,**

***Todo o mundo ouviu um passarinho cantar*.**

As crianças que morrem de fome tornam amargo o bem-estar da nossa vida. É certo. Mas não fechemos a porta, nem a vontade, ao clamor do seu silêncio.

Marques, Helena. "Pena de morte e outras penas". In: *Diário de Notícias*, 26 de janeiro de 1989, p. 7.

Professor: uma profissão com ou sem futuro

"Só há liberdade a sério quando houver: Paz, Pão, Habitação, Saúde, Educação."

Este, foi um refrão cantado por todos os que viveram o 25 de Abril de 1974, sendo na época conhecedores ou não do valor real desse acontecimento histórico que nos fez sonhar, que nos fez entrar num mundo maravilhoso, na terra prometida onde não faltaria o leite e o mel.

No entanto, os tempos continuaram a mudar e com eles também as vontades e o que parecia maravilhoso continua a sê-lo, mas convinhamos que fantástico.

Quanto à Paz, a que existe ó mórbida.

Quanto ao Pão, ele é racionado chorado e o sabor é amargo.

Quanto à Habitação e Saúde todos sabemos que ela continua a ser para quem pode.

Quanto à Educação tem andado nas mãos de todos mas sempre nas mãos erradas.

Falar de Educação neste país, que alguém disse ser um jardim à beira-mar plantado, e eu digo para os ingleses, alemães, dinamarqueses... Enfim para a Europa, não significa evolução, muito menos desenvolvimento e nem por sombras acabar com o insucesso escolar.

No dia em que "o bando" que nos governa quiser ter a dignidade de falar sobre a Educação, tem que ter presente: factos, experiências, situações, teorias, filosofias, pedagogias concretas e reais para as nossas crianças que são portuguesas, que vivem no

alto da serra, no fundo dos vales, nas vilas e cidades, com carências alimentares, materiais e intelectuais devido ao péssimo rendimento do agregado familiar porque é miserável a tabela salarial dos trabalhadores portugueses. Mas, a combater a fome o nosso governo tapa o sol com a peneira fazendo a humilhante distribuição de géneros às famílias mais carenciadas. É vergonhoso e deprimente.

No dia em que "o bando" que nos governa quiser falar de Educação, vai fazer escolas dignas com material necessário à função docente e que vá ao encontro das verdadeiras necessidades das crianças. Quando isto acontecer vai deixar de haver currais e salas vazias.

No dia em que se quiser falar de Educação neste país, "o bando" que nos governa vai ser obrigado a pensar seriamente nos professores que ele precisa. Vai pensar que ele, o professor, sai de casa para desempenhar a sua função longe e às vezes muito longe da sua família e que precisa de casa, de transporte, de alimentação, de cuidados médicos, de se vestir e calçar e, porque é um Ser Humano também precisa de se distrair. Isto, no mínimo.

Mas, "o bando" que nos governa exige dos professores, acima de tudo capacidade, depois muita saúde, boa disposição e a troco disso dá-nos dinheiro para café.

É que, há professores contratados que ainda não receberam o vencimento do mês de Março. Há professoras que ao 6° dia de parto apresentam-se ao serviço porque até pouco tempo atrás não se podia ler mais que 5 faltas. Há professores que "pedem fiado" nas aldeias onde trabalham, porque somos todos filhos de Deus mas nem todos somos filhos do Sr. Cadilhe.

Você desconhece que grande parte dos professores têm segunda ocupação. Fazem trabalho de escritório, vendem pratas e ouros, produtos de beleza e de limpeza, colchas e atoalhados, caixas disto e daquilo, electrodomésticos, etc, etc, etc....

"O bando" que nos governa faz da classe docente "um bando de anormais"(e eu faço parte). Acredito seriamente que não somos mas o que é certo é que temos feito esse papel.

Chegou o momento de afirmação da classe docente. Ser professor é ou não uma profissão de futuro? Qual o Estatuto que defendemos "o nosso ou o do Governo?"

Na tabela salarial do Governo apresentada há poucos dias pode ver-se o desequilíbrio entre a tabela actual e a proposta. Mas temos ainda a formação contínua paga por nós, a chegada ao topo da carreira quando formos velhos caquéticos e a promessa de uma reforma com 80% do salário.

Que nós professores deste país não esperemos por sapatos de defunto caso contrário vamos acabar todos descalços mas... até ao pescoço.

Pereira, Ana (1989): "Professor: Uma profissão com ou sem futuro?". In: *Terras da Feira*, 18 de maio de 1989, p. 4.

Um alerta ou mais que isso?
A morte lenta do rio Uíma

Foi num Domingo mais de Verão do que Marçagão mas a Primavera não chegara ainda. Era de manhã e sem saber por que artes, veio-me ao pensamento uma recordação longínqua sobre um lugar não muito longe de mim. A curiosidade foi forte e fui visitá-lo 15 anos depois.

Era um lugar manso, lindo, profundo de sentimento e emoção, mesmo místico.

Com este pensamento e simultaneamente um propósito, depois do almoço peguei a máquina fotográfica e... rodas ao caminho.

Não ficava distante lá de casa aquele lugar encantador, aquele lugar completo onde tudo podia acontecer. Por ali passaram muitas gerações de Juventude, muitas delas em trabalho árduo do campo. Outras porém, em alguns momentos não perdidos mas antes compensados no silêncio e na quietude daquelas águas brilhantes de pureza, na esperança que por lá passasse uma truta ou até uma enguia se fosse dia de sorte.

Era de facto um lugar idílico onde se viveram tantos romances, paixões, aventuras e desalentos. Era também sítio de diversão, de jogo, de fantasia e boas merendas. Este, era também um fruto quase proibido e só os rapazes no Verão se podiam banhar "na preta" porque era a parte mais funda. Depois do banho, do jogo de futebol era a "caça" aos

"rapa-colheres" para se poder fazer a criação nos tanques domésticos. Pobres bichos!.. os rapa-colheres!!!

Quem sabe,... você terá sido um daqueles que por lá leu grandes obras, talvez até teve momentos de inspiração para uma breve aguarela. E aquela fonte romana? Ai, se os romanos soubessem? Lembra-se certamente que antes de atravessarmos a dita ponte, do lado direito ainda existe um moinho, esse ainda em actividade porque disso se encarrega a Srª Laurinda.

É curioso como 15 anos depois me chegou a saudade de reviver momentos da adolescência. E foi assim que fui "matar saudades".

Parei, saí do carro e dirigi-me à entrada. Mas se queria passar teria de saltar desaterros, silvas, ranços de árvores e pedaços de cimento para penetrar naquelas outrora belas ribeiras. Voltei atrás e fiz pergunta sobre o local certo para entrar no paraíso. Segui as instruções e fui dar à velha ponte romana mesmo ao pé do moinho.

Comecei o meu passeio mas de repente parei. Sentei-me no chão e fumei um cigarro. Depois continuei e quanto mais avançava, quanto mais fotografias batia, mais vontade senti de gritar, de berrar e bem podia, porque num domingo soalheiro só eu existia. Eu, o lixo do rio e até uma cabra que boiava já inchada não sei se pelo seu naufrágio se para ali atirada.

Foram 15 anos de distância, 15 anos de sonhos da adolescência. Um tempo único onde a perfeição é objectivo definido e nunca impossível ou utópico como nos faziam ver. Um tempo de contrariedades, de poesia, de música e conflitos mas… ali... era ali que encontravamos o nosso espírito, o nosso Eu, o nosso Mundo. Ali, éramos senhores do Universo, éramos iguais àqueles choupos que nos pareciam solitários mas firmes e serenos.

Aquele era um sítio onde se sentia a 5ª sinfonia e qualquer valsa de Strauss.

Poderá ser delírio, saudosismo, ternura, carinho e até amizade por um paraíso.

Mas... sobre o Uíma já pensou quantos segredos de amor e ódio de raiva e sedução, de bem e mal querer ele guarda nos seus pequenos meandros? E é aqui que reina o misticismo. Dizem que as suas águas correm contrárias e são as ideais para sepultar as cinzas que prometem a felicidade.

Diz o poeta que assistiu à morte do último peixe do Reno e que em breve será no Tua. No Uíma ninguém quis assistir, ele morreu sozinho. Não há trutas, não há vegetação, não há água de cristal. No Uíma não há vida.Os que lá vivem estão denépitos e senis. O que lá passa é água turva, por vezes amarela ou castanha, dependendo do produto químico e da fábrica que para lá expele os seus detritos.

Estive neste paraíso perdido duas horas. Talvez desiludida comigo peguei no carro e confesso que quase chorei, não sei se de raiva, se de pena ou de saudade.

Esta seria uma boa forma de contar a história de um lugar que em vez de ser, já era.

Pensemos nas nossas grandes histórias de conquistas e descobertas de outras eras em que a honra e a riqueza invadiram este pequeno país que agora se diz da Europa como se já (á não estivesse. Pensemos num país que da África ao Brasil e ao Oriente tudo teve e perdeu. Será que vale a pena correr e saltar de galho em galho sem termos a noção do povo que somos e temos?

Sempre tudo tivemos e sempre tudo perdemos. Que nos fique pelo menos aquilo que a Natureza nos oferece sem nada exigir.

Três vivas à Natureza.

Pereira, Ana (1989): "Um alerta ou mais que isso? A morte lenta do rio Uíma". In: *Terras da Feira*, 6 de abril de 1989, p. 5.

As três bombas

Alguém, sentado como habitualmente à mesa do café, dizia, um dia destes, numa dessas conversas informais, que, se pudesse, lançaria uma bomba atómica no norte do País, outra no centro e outro no sul estabelecimento. Por aqui se poderia avaliar o seu estado de espírito, não fora aguardar com impaciência uma nova residência para viver e negociar com medicamentos que irão, certamente, fazer viver muitos outros. Portanto, quem o ouviu não se assustou, certamente, mas é possível que um ou outro ficasse

perplexo perante tamanha agressividade. O que se passa com ele é que, na realidade, não suportava ver como campeiam, impunes, as pessoas desonestas e oportunistas. Que ao fim e ao cabo, não passam de mais uns tantos doentes, embora algo distintos daqueles que lhe enchem o estabelecimento. Pelo menos tranquiliza bastante encarar as coisas dessa maneira. Ainda mais paz sentiremos ao recordar que, já no seu tempo, Santo Agostinho encarava de igual forma esse problema, com a diferente forma de avançar imediatamente com a solução: "O género humano jaz enfermo; não de enfermidade corporal mas pelos seus pecados. Jaz como um grande enfermo, em toda a orbe da terra, de Oriente a Ocidente. Para sarar este moribundo desceu o Médico Omnipotente. Humilhou-se até se aproximar do leito do doente." Depois, acrescente-se, foi delegando em nós, nas sucessivas gerações, a missão de salvar da "morte" os nossos contemporâneos. Muitos se lembrarão ainda de um filme, exibido há bastantes anos, cujo título, "Deus precisa dos homens", foi muito contestado. Na realidade, o que deveria dizer é que Deus quis necessitar dos homens para, como já foi referido, salvar muitas almas. Mas isso implica fomentar a amizade e a convivência. Não é lícito isolarmo-nos, com azedume, mesmo que se trate de uma mera aparência, como no episódio das três bombas. Quantas vezes à simples mesa de um café se consegue transmitir, com naturalidade, que Cristo consegue curar todas as doenças.

Que não é correcto considerar irrecuperáveis, como tantas vezes fazemos, muitas das pessoas com quem contactamos diariamente, no nosso trabalho, na rua, no prédio em que vivemos e até na própria família.

Pinto, Magda Pereira (1989): "As três bombas". In: *A Voz de Azeméis*, 7 de abril de 1989, p. 2.

Dúvidas e tentações

Há pessoas que fixam melhor uma ideia repetindo-a com voz alta e percorrendo o compartimento de lado para lado. Mesmo até na cozinha como aquela estudante que tentava meter na cabeça a definição de átomo: *"É a menor porção dum elemento que pode existir numa molécula!"*

A certa altura, pensando que a jovem cozinheira já devia ter aprendido a lição, desafiou-a a repetir o que ouvira.

Leve hesitação e surge a resposta: "É a melhor porção de alimento que pode existir numa omeleta".

Um bom exemplo para demonstrar como as pessoas, consideradas intelectualmente pouco desenvolvidas, chegam, por outras vias e com muito menos custo, a conclusões surpreendentes para nós.

Inclusivamente em relação ao problema do sofrimento e da morte que, geralmente aceitam com naturalidade e sem grandes inquietações da mente.

É que o sofrimento, segundo li algures, "escandaliza e muitas vezes levanta-se ante muitos como um imenso muro que os impede de ver a Deus e ao seu amor infinito pelos homens". Perguntam:

"Porque não evita Deus todo-poderoso tanta dor, aparentemente inútil?"

Ora, sendo assim, dá que pensar na responsabilidade de tantos médicos que por respeito humano (outro grande muro) não confessam a sua fé ou não agem em conformidade com ela.

Perdem uma boa oportunidade de assinalar aos seus doentes uma das maravilhas que realizou Nosso Senhor, no dizer de Lagrange: ter feito com que fosse proveitosa (mediante a obediência e o amor) a coisa mais inútil como é a dor.

Quanto aos colegas que se dizem ateus por não terem eles próprios encontrado explicação para essa e outras questões, dir-lhes-ia também certo filósofo: "Deus deve ser compreendido por nós nas questões resolvidas e não naquelas que ficaram sem solução".

É que há problemas insolúveis para a nossa inteligência limitada e, por outro lado, só conseguimos ver o que se passa aqui na terra e que é uma pequena parte da realidade.

O Santo Padre, como é sabido, continua a insistir na necessidade de recristianizar a velha Europa, em que estamos incluídos.

Interessa um aspecto, que focou, a certo passo na Exortação Apostólica Christi fideles Laici: "... a fé cristã, mesmo sobrevivendo em algumas manifestações tradicionais e ritualistas, tende a desaparecer nos momentos mais significativos da existência como

são os momentos do nascer, do sofrer e do morrer. Dai que se levantem interrogações e enigmas tremendos que, ao ficarem sem resposta o homem contemporâneo à desilusão desconfortante e à tentação de eliminar a mesma vida humana que levanta esses problemas".

Pinto, Magda Pereira (1989): "Dúvidas e tentações". In: *A Voz de Azeméis*, 21 de julho de 1989, p. 2.

Costas largas

Costuma dizer-se que de "médico e de louco todos temos um pouco" e é capaz de ser verdade.

Pelo menos quanto ao primeiro, muitos gostariam até de ter um grande bocado.

É o que se deduz da pontinha de inveja que se nas anedotas que visam esses profissionais.

E eles vingam-se contando episódios caricatos passados com doentes que se arvoram em médicos de si mesmos.

Ainda há dias, em divertida conversa, alguém contou que a empregada de um familiar não consegue comer pão de regueifa; segundo ela diz, "vai-lhe para as costas".

Acto contínuo, surgiu a piada certeira de outro dos presentes: "Com esta é que os médicos vão ficar atrapalhados. Não podem mandá-la deitar o problema para trás das costas. Já lá está".

E assim se vai arrastando esta guerra de gracejos, sem se descortinar quem sairá vencedor.

Entretanto esquecem-se dois factos verdadeiramente importantes:

1° - Há, felizmente, muitos médicos que seguiram uma autêntica vocação.

2° - A vocação profissional faz parte da nossa vocação divina. Ou seja, só nos santificamos se formos profissionais competentes.

Espantoso é ver uma autarquia homenagear pela segunda vez um grande médico, em sessão solene.

(Coisa rara essa de fazer justiça em vida das pessoas!).

Já lhe tinha conferido a medalha de ouro do concelho e agora dá o seu nome a uma larga avenida.

Nos discursos de circunstância, foi referida a sua actividade como professor e educador, em prol dos Bombeiros Voluntários, do Clube de Futebol local (do qual escreveu a história) e ainda como Director Clínico do Hospital que foi durante muitos anos.

Cerimónia simples, onde não faltaram os bombeiros perfilados, as bandeiras, a entrega de presentes e de flores.

Levantou-se por fim o homenageado para dizer, com toda a humildade ("Humildade é a verdade") que tinha a consciência descansada.

Sempre fizera o melhor pelos doentes e não tinha razão de queixa de nenhum deles.

Fez uma pausa, dando a impressão de passar em revista o seu passado, indo agora referir-se às restantes actividades, tão elogiadas.

Mas não, foi como se isso tudo se tivesse varrido da memória, por não ter grande valor. Retomou a palavra para se referir novamente à sua actividade clínica, como que dirigindo-se aos colegas mais novos: "Nunca na minha vida recusei qualquer chamada dos doentes e foram milhares! Tenho a consciência tranquila".

Pinto, Magda Pereira (1989): "Costas Largas". In: *A Voz de Azeméis*, 21 de abril de 1989, p. 2.

Morte civil

Um dia destes, uma pobre epiléptica ameaçava suicidar-se pelo facto de lhe ter morrido "com sua licença, um porco", como diria uma antiga empregada lá de casa.

Engordara-o provavelmente à custa de muitas privações, julgando conseguir, mais tarde, algum dinheiro com a sua venda.

Mas não é raro, em casos como este, estabelecer-se também uma relação afectiva, convenhamos que anormal, entre o dono e esses animais.

Bem elucidativo o divertido episódio de conhecida série de televisão: Um lavrador, depois da matança, acusava-se amargamente de ter tido a coragem, por simples questão económica, de espetar ele próprio a faca. Inclusivamente não lhe safa da memória o olhar suplicante da vítima...

Ao mesmo tempo que verbava a falta de sentimentos da esposa que indiferente, esquartejava a peça, com o intuito de confeccionar os tão apreciados chouriços e salpicões.

Parece uma brincadeira mas o certo é que uma pessoa, pelo menos, pensou em se suicidar por um equívoco como esse.

Não é despropositado portanto relembrar que "um homem vale mais que 2.000 porcos", em alusão, como se depreende, à conhecida passagem do Evangelho.

Expulsaram cristo por consentir que uma legião de demónios passasse dum homem para uma numerosíssima vara de porcos, a qual, acto contínuo, se lançou ao mar.

O prejuízo que dai adveio para os proprietários fez esquecer a cura do endemoinhado.

Hoje, como ontem, entre a salvação de uma pessoa ou a conservação dos bens materiais, a sociedade opta, muitas vezes, pela segunda. Muitos vão ao ponto de afastar Deus da sua vida, não vá perder-se um bom negócio, mas pouco limpo, como li em alguns lugares, ou ver-se impossibilitado de competir com os colegas usando os mesmos meios ilícitos, perder um cargo público, um posto de trabalho, etc.,etc.

Ou não vá perder-se a própria vida, como aconteceu a tantos desde os primeiros tempos do cristianismo, até aos nossos dias. Sim, porque continuam a ser perseguidos os que não se identificam com os animais ou não chafurdam na lama com eles; os que teimam em pôr Cristo no cume de todas as suas actividades.

"Hoje, à prisão, aos campos de concentração ou de trabalhos forçados, à expulsão da própria pátria, uniram-se outras penas menos chamativas mas mais subtis: não é já uma morte sangrenta, mas uma espécie de morte civil; não só a segregação numa prisão ou num campo, mas a restrição permanente da liberdade pessoal ou a discriminação social."

(a) João Paulo II

Pinto, Magda Pereira (1989): "Morte civil". In: *A Voz de Azeméis*, 17 de março de 1989, p. 2.

"Vida social"

Certo comerciante, perante a minha insistência em obter aquilo que pretendia, lançou-me a seguinte apóstrofe: "A senhora é a primeira pessoa que me pergunta por uma coisa dessas!"

Como se fosse defeito ser persistente ou original, pondo de lado o facto de não lhe levar a mercadoria, claro está. Decidi, em face do sucedido, demorar-me mais um pouco a falar com ele. Fiz-lhe ver que ser o primeiro não é mal nenhum, pode e até deve ser um estímulo; a começar por ele que ia ser obrigado a ter mais esse objectivo no estabelecimento.

Acabei depois por lhe contar uma história passada com o meu marido:

Desde sempre gostou muito de ler e fica radiante quando lhe sobra tempo para folhear a Enciclopédia. Por isso, de vez em quando vai ver o que ela diz à cerca das terras onde trabalhamos e residem os nossos doentes.

A dada altura, foi abordado por um homem que pretendia renovar a carta de condução e teve necessidade de lhe perguntar qual era a terra da naturalidade.

"Sou de Várzea do Douro" disse ele.

"Ai sim? O que talvez não saiba é que lá existiu a primeira fábrica de rolhas em Portugal."

E, perante a perplexidade do interlocutor, continuou, tentando incutir-lhe entusiasmo:

"Pois é, fica a saber agora que a sua freguesia já foi a primeira em qualquer coisa!"

Dito isto, sai do estabelecimento, também eu satisfeita por ter tido oportunidade de falar com alguém.

Não há dúvida de que o homem é um ser social que não pode viver sem se relacionar com os outros. Aliás, Deus quer mesmo que convivamos e contribuamos com o que está na nossa mão, muito ou pouco, para o bem de todos.

Agora que tanto se insiste em humanizar a relação médico-doente, não sei o que pensariam os colegas mais novos deste género de relacionamento.

É que, ao mesmo tempo se considera ultrapassada a figura do médico que dá conselhos ou "interfere", como dizem, na vida dos doentes. Como se, pelo facto de sermos médicos estivéssemos dispensados de contribuir para a felicidade aos que convivem connosco; o que, por exemplo, poderia passar por sentir orgulho da sua terra.

De uma forma muito mais elevada, dir-se-ia talvez assim:

"Há que reconhecer Cristo, que nos sai ao encontro, nos nossos irmãos, os homens.

Nenhuma vida humana é uma vida separada, mas que se entrelaça com outras vidas.

Nenhuma pessoa é um verso solto mas formamos todos parte dum mesmo poema dividido que Deus escreve com o concurso da nossa liberdade." (x)

x) J. Escrivá de Balanguer

Pinto, Magda Pereira (1989): "Vida Social". In: *A Voz de Azeméis*, 17 de fevereiro de 1989, p. 2.

A lição do Terceiro Mundo

A eleição de Benazir Butho é um facto que tem para nós, mulheres, um especial significado. Facto que nos toca, por se tratar duma *historia de fidelidade* - entre um povo e uma mulher que prometeu ao seu pai, moribundo, total empenhamento na mesma causa. Facto que nos toca ainda por ser uma impressionante *história* de esperança. A campanha eleitoral desta jovem mulher mobilizou multidões que a aplaudiram cantando: "O sol vai nascer". E, quanto mais pobres os seus apoiantes, maior a vaga de esperança que a sua presença desencadeou.

É evidente que sobre os ombros desta mulher pesa agora uma responsabilidade acrescida. Não apenas a de dirigir cem milhões de pessoas, com todos os problemas que a gestão de um país com largas zonas de pobreza pode suscitar, mas também a ter de enfrentar uma mentalidade dominante que é contrária à *afirmação dos direitos das mulheres*. Já depois de eleita, lançaram as organizações muçulmanas contra ela uma campanha feroz: tratou-se de sancionar religiosa e publicamente quantos fiéis tivessem votado em Benazir. Por enquanto, a pressão popular é mais forte que este tipo de chantagem. Mas, à primeira dificuldade é evidente que o peso da religião será acrescido.

Temos, no entanto, razões para confiar. Há precedentes femininos, se bem que noutro contexto, que ultrapassaram todas as expectativas. Corazón Aquino é outro caso de fidelidade, conhecida pelos seus eleitores como legitima defensora dos ideais do marido, assassinado. Também ela conseguiu passar de porta-voz dos oprimidos a *detentora do Poder* e tem conseguido mantê-lo, apesar dos prognósticos que a demitiam ao cabo de escassas semanas de exercício do cargo. E é com especial atenção que o mundo ocidental tem acompanhado a evolução desta mulher, que à partida nada destinava ao Poder - fora sempre, simplesmente, uma esposa.

Benazir, pelo contrário, preparou-se longamente. Estudou, recolheu informações, combateu, amadureceu. Hoje, surge-nos como um símbolo duma verdadeira revolução - a que transforma a "maioria silenciosa" de mulheres em protagonismo da história, no mais elevado cargo dos respectivos países, por escolha popular.

Aos países desenvolvidos do Ocidente, que tão dificilmente abrem as portas do poder político às mulheres, acaba de dar ao povo paquistanês uma bela lição. Que as vitórias eleitorais das *mulheres se imponham sobretudo no Terceiro Mundo* - Índia, Filipinas, Paquistão e também Brasil, com o espectacular resultado de Luísa Erundina, onde obteve a maioria para ser prefeita duma cidade com tantos habitantes como Portugal… - é algo que nos deverá fazer reflectir. Seguramente, também nós, mulheres europeias, temos muito que aprender com elas.

Roseta, Helena (1989): "A lição de Terceiro Mundo". In: *Diário de Notícias*, 21 de janeiro de 1989, p. 7.

Imprensa local e regional: uma força viva e actuante

Amada por muitos e odiada por poucos, esta acabará por sair sempre, como a grande vencedora do desafio. Desafio esse que, constantemente lhe é colocado aos mais diversos níveis.

O seu papel de defesa e suporte, no desenvolvimento local, não o acolhe os melhores encómios, nem a devida receptividade, pela abordagem de temas sensíveis, onde mais ninguém ousaria tocar.

Aos mais incrédulos, dir-se-á, ser essa uma das grandes razões da sua existência.

Também, há pessoas que, se julgam intocáveis, mas onde estão e quem são? Adivinhá-las não é difícil.

Até mesmo, o mais alto magistrado da Nação, não possui esse estatuto, porque haveria um "lambe botas"qualquer ser intocável!

Para outros, um jornal local nunca lhe poderá ser agradável, porque lhe toca e aponta defeitos, que gostaria (m) não viesse (m) a público.

Para alguns políticos (ou politiqueiros) a liberdade de expressão e pensamento, não faz parte da "sua"democracia. Estes atributos, quando baseados na palavra *verdade e* enraizados no conhecimento de causa, fazem obviamente despoletar descontentamento no seu orgulho, ferido com a (lança) *verdade*.

Os políticos, detentores de cargos públicos, devem saber reconhecer que, sobre eles recaem todas as atenções: tanto negativas como positivas. Aliás, os seus comportamentos e formas de acção na vida pública, são seguidos e acompanhados, o mais de perto possível.

Assim, à primeira "escorregadela" ou promessa não cumprida, sugere uma notícia (boa ou má) na Imprensa Local.

Esta por sua vez (escrevo por mim) não respeita a cor política, ou ideológica. Preocupa-se antes de tudo inteirar-se "in loco"da verdade e "atira cá para fora" (publicamente) o que ao cidadão comum (leitor) era até aí desconhecido.

Este por sua vez, ao tomar conta das realidades, ficará mais atento e assegurar-se-á da forma como se movimentam, os cumpridores de falsas promessas.

Uma verdadeira Imprensa Regional, incomoda muita gente, mas prometer e não cumprir incomoda muito mais.

Agora, com eleições à porta, as etapas são discutidas em contra relógio, ou seja: uma verdadeira luta contra o tempo.

Tempo esse que, cada vez é mais escasso.

A vitória e 3 derrota têm sabores diferentes, e é bem importante realçar "aqui"sabermos assumir estas duas realidades concretas.

Como lamentavelmente assim não acontece, que nada um (a) se saiba responsável, tanto nas vitórias como nas derrotas.

A Imprensa Regional e Local, constitui um meio de comunicação social único! Porque leva a todos Os "cantos"do mundo, onde existem portugueses, as notícias das suas terras de origem.

Portugueses que, deram novos mundos ao inundo, quando partiram mar fora, nas suas caravelas, escrevendo as mais brilhantes páginas da História Universal.

Daí ficou, o aventureirismo do cidadão (ã) luso, partir à procura de melhor sorte, e felicidade não encontrada no solo Pátrio. É do meu conhecimento o "CORREIO DA FEIRA"chegar a feirenses, seus assinantes, radicados na Austrália, esse país distante do Continente Asiático (conhecido pelo país dos cangurus).

Esta vitalidade da Imprensa Regional e Local, nem sempre é entendida, como um elo de ligação válido entre os que ficam e os que vão. Os especuladores, por força da razão, terão os seus dias contados.

Apesar de muito querida e simultaneamente mal amada, a Imprensa Local saberá resistir e resistirá a todos os "ataques", que lhe são movidos, e a quem dela participa, e ajuda na sua difícil caminhada.

Para o "CORREIO DA FEIRA"com quase 93 de existência, sabe melhor de que os demais, o quanto é difícil trilhar tal caminho: da verdade, de isenção, do pluralismo, do desenvolvimento e progresso do concelho de Santa Maria da Feira.

Se estou a defender? Não! O jornal ou jornais onde colaboro, não necessitam da minha defesa, as suas obras e acções falam por si.

Só nos resta, continuar a trilhar o caminho até aqui percorrido. O demais caberá à opinião pública, a sua aceitação ou não. Cada um é pró que nasce. Os gostos serão sempre relativos e como tal só come quem gosta.

Se a Imprensa Local, é comida de difícil digestão, o melhor é trazer sais de "consciência" sempre à mão.

Sabedores do difícil caminho escolhido, continuaremos nesta difícil, mas aliciante forma, de colaboração num Órgão local, que zela pelo seu cada vez mais engrandecimento, (rumo ao futuro) das terras de Santa Maria da Feira.

Rua, Oilé (1989): "Imprensa local e regional: Uma força viva e actuante. In: *Correio da Feira*, 27 de outubro de 1989, p.3.

Assumiu-se como mulher

Há acontecimentos que, apesar da distância em que se dão, se sentem próximos, como se não existissem fronteiras, muitos quilómetros e mares a separarem-nos.

É assim com as "coisas" das mulheres. Independentemente dos regimes, das nacionalidades, das cores da pele, das distâncias, há factos que se sentem em comum e que se sabe serem resultado de muitas lutas, muitas derrotas, mas sabe-se também que, uma vez ganhas, são, no seu fundamental, sem regresso.

Benazir Butho tomou posse como primeira-ministra do seu país recentemente através de um processo eleitoral e repondo assim, ao fim de 11 anos, a democracia no Paquistão. A televisão traz-nos imagens suas e mostra uma mulher bonita, feminina, em que o vermelho dos lábios contrasta com o véu, e o véu contrasta com um olhar determinado.

Quando este facto ocorre num país muçulmano, numa sociedade patriarcal, mais se evidencia a força da mudança ocorrida nestes últimos anos, e que essa mudança tem uma dimensão universal.

Há porém no caso de Benazir ainda um facto de maior relevo e que se relaciona com a atitude por ela assumida. A primeira-ministra do Paquistão não separou, desde as suas primeiras palavras proferidas nessa condição, a política da sua condição feminina. Assumiu-se como mulher, o que é uma inequívoca prova de maturidade e de coragem. Durante muito tempo as (poucas) mulheres que ascendiam a cargos políticos faziam "gala" em se "demarcar" da sua condição de mulheres. Benazir não só não o fez como associou (no seu discurso de posse) promessas de libertação dos presos políticos ou da liberdade de Imprensa à rejeição de "todas as leis discriminatórias das mulheres".

Apesar dos milhares de quilómetros que nos separam, quando uma mulher de 35 anos, bonita, ganha as eleições num país imensamente patriarcal, também cá, em Portugal, se sente um arzinho de vitória…

Seabra, Zita (1989): "Assumiu-se como mulher". In: *Diário de Notícias*, 21 de janeiro de1989, p. 7.

Os silêncios

Repensando 1988, quase apetece voltar a um esquema mental que nos foi tão comum durante a ditadura. Consolávamo-nos com o que acontecia no mundo, perante o arrastar lento do que (não) acontecia cá. Este ano foi assim!"Valha-nos o mundo, que por cá nem é bom relembrar muito!"

Aí pelo mundo parecia que tinha acontecido um milagre súbito, ou um acesso colectivo de bom senso: tanques com soldados deixam Cabul, datas e prazos prenunciam o fim da guerra em Angola, a paz no horizonte da África Austral, bem como na Nicarágua, Irão, Iraque. 1988 foi ainda o ano em que Walesa e Sakharov puderam encontrar-se em Paris, e Dubcek receber doutoramento em Itália.

Por detrás de tudo isto esteve muita gente, muitos movimentos de opinião, muitos esforços de pessoas com nome. Um sobressai: Mikail Gorbachev. O ano acabou com vários legados seus. O recente discurso que fez na ONU suscita interessantes e desafiantes questões ideológicas, que não podem silenciar-se.

1988 marcará o abandono da visão maniqueísta do mundo e sua substituição pela"luta honesta das ideologias".

Assistir à participação do mundo desesperará os militaristas, mas só pode consolar-nos. Conforta saber que se dão passos para equacionar, à escala mundial, soluções para acabar com os conflitos regionais, as agressões, contra o terror da fome e da pobreza, bem como para pôr fim ao terrorismo político. Gorbachev disse-o e a URSS praticou-o ao longo de 1988.

Tal não bastará, porém, para que esqueçamos as (muitas) desgraças nacionais.

Compreender-se-á que ao fazer um balanço em busca de coisas que marcaram seguramente a nossa memória colectiva não possa deixar de reflectir que 1988 foi ano de demasiados silenciamentos, de imposições abusivas de restrições, que é necessário consciencializar para não serem rotina, e sobretudo não nos habituarmos a ver calar quem incomoda o Poder, seja que tipo de Poder for.

Quando existe um Parlamento e um Governo assentes numa maioria monopartidária, a tentação de calar quem discorda, quem denuncia, quem sai da cor ou quem fala contra é imensa. Mas é exactamente na liberdade do exercício dos direitos de oposição que se afere a democraticidade de um regime. É porém bom lembrar que oposição não se esgota nos direitos dos partidos que lhe dão forma.

Os silêncios impõem-se por medidas administrativas, por decretos, despachos, ou ordens de serviço na administração pública. Impõem-se na Comunicação Social, na forma de dar (e não dar) as notícias.

1988 foi um ano fértil em abusos ainda maiores, preocupantes. Houve casos, tristes histórias, que é preciso lembrar para que não adormeça a consciência democrática e se aceite o inaceitável num país pluralista e democrático.

Silenciaram-se antes de qualquer concurso as rádios livres; calou-se na RTP Herman José; Leonor Beleza impôs mudez ao dr. Justiça, ex-presidente do Instituto Nacional de Sangue; à Direcção do Diário de Notícias aconteceu aquela história rocambolesca…Sem esquecer a tentativa *gorada* de silenciar a deputada Helena Roseta (porque funcionou a imunidade parlamentar, felizmente!) …

Esta incompleta lista merece-nos alguns comentários. O Herman José faz-nos falta. Não só com os dois episódios que não vimos na TV, mas porque nos apetece ouvi-lo, ou termos ao menos o consolo de sabermos que há-de estar a programar algo para nos fazer rir. Mas não! A decisão de calá-lo está ao arbítrio de uns senhores, nomeados por um Governo. Aí está ele (e nós) à espera que acabe a mais brutal das punições que se pode fazer a um artista – retirar-lhe o público.

Já se sabia: o humor incomoda o Poder. Herman José foi assim aumentar a lista dos proscritos, dos excluídos da RTP. Foi por isso muito bem escolhido o fecho (imposto) da TSF com Herman José. Foi como se fosse forçado a calar-se novamente. Calou-se a TSF, calou-se o Herman José, ficou um silêncio pesado. O peso desse silêncio sentiu-se e sente-se até que de novo possamos ouvi-los.

As rádios livres fazem-nos falta. Um ano bastou para nos reconciliarmos com a rádio. Reganhámos o hábito de ligar o aparelho, se constava que algo acontecera cá ou a milhares de quilómetros. A televisão e os jornais, que tinham quase reduzido o rádio ao automóvel, foram ultrapassados na prontidão da notícia, na presença permanente que é o segredo incomparável da rádio.

Agora resta-nos o peso do silêncio e a irritação quando olhamos os aparelhos que fomos comprando durante este último ano. Desapareceu assim, no seu fundamental, a liberdade de escolha, ficámos mais pobres.

O Governo não suportou mais tempo (ironia!) a *concorrência livre*, a iniciativa privada! Não aguentou que tenhamos o direito de mudar para o posto que nos apetece, a pluralidade, a isenção, a novidade. Silenciou-nos na noite de Natal, sem prazo, arbitrariamente. Antes do concurso e não depois…

Uma coisa sabemos: se nos habituamos ao silêncio sem protestar e sem nos indignarmos, ele vai durar mais, punir mais, haverá menos sobreviventes. O reabrir será, sem dúvida, diferente.

O silêncio imposto ao Dr. Justiça não é menos alarmante. É a tentativa de amedrontar, pela força do exemplo, quem tenha a veleidade de pretender denunciar algo que vai mal nos serviços e que ameaça a nossa saúde.

A análise da lista dos ausentes, dos discriminados, particularmente na RTP, permite aliás espantosas conclusões sobre a nossa circunstância política a caminho de 1992: a

Presidência da República está remetida para o fim de tudo (antes dos desporto) e queixa-se; a Assembleia da República parece não ter deputados; tem locutores da RTP e ministros, muitos ministros. Diríamos que quase não existem sindicatos, lutas laborais ou mesmo grupos de teatro independentes. Para nosso consolo temos Mickey toda a tarde de domingo, horas a fio de propaganda directa e indirecta, propaganda comercial gratuita oferecida a uma imensa multinacional. Será que em 1989 vamos provavelmente assistir (com a evidente alteração do quadro de exclusividade de canais públicos após a revisão constitucional) à tentativa de também aqui se reproduzir em imagens os silenciamentos agora impostos às rádios locais?

O mais grave de tudo isto é que o arbítrio do Poder se reproduz na sociedade, nas empresas, por aí fora…

Não há muito tempo, por altura da Páscoa, a aparelhagem sonora de uma empresa de cortiça anunciava um minuto de silêncio pela solenidade do dia. Uma operária subiu para cima da máquina e falou às outras naquele minuto de silêncio. Disse apenas que Cristo morreu. Mas se Cristo falasse naquele momento seria para denunciar as condições de trabalho precárias e ainda por cima com música muito alta através da aparelhagem sonora para evitar que as trabalhadoras conversem umas com as outras…Denunciou apenas a hipocrisia daquele silêncio!

Chama-se Maria Alice Pereira, é de Vila da Feira, teve um processo disciplinar de despedimento por falar durante o minuto de silêncio. É militante da Liga Operária Católica e da comunidade cristã de Mozelos e é dirigente do Sindicato dos Corticeiros do Norte. O tribunal deu-lhe razão e foi reintegrada na empresa…

Esperemos que 1989 dê razão a outros que ousam falar…

P.S. – Encontrei-me, no dia 23 de Dezembro, no fecho da TSF, com Herman José. Sem nenhum humor e com um ar grave disse-me: "Há três casos com traços comuns: o seu, o meu e o da TSF…" Infelizmente Herman José, há mais, muitos mais casos. Mas também é verdade que vem aí um ano novo…

Seabra, Zita (1989): "Os silêncios". In: *Diário de Notícias*, 3 de janeiro de 1989, p. 3.

O colete de Forças

POUCOS terão deixado de notar que há uma interessante novidade nas recentes aparições públicas do primeiro-ministro: Cavaco Silva revela-se mais do que inquieto (o que seria compreensível!), desorientado.

Dir-se-ia que se lhe torna insuportável que não brilhem já como outrora aquelas estrelas boas que bafejaram a sua caminhada para o Poder. Doer-lhe-á particularmente que a culpa disso dificilmente possa ser atribuída a alguma súbita constelação funesta – é no comportamento do primeiro-ministro e do PSD que se deverá ir buscar a origem do estado de espírito que as câmaras televisivas impiedosamente nos mostram.

Na verdade, o Governo conseguiu a conjugação de uma série de factores que não param de indispor os cidadãos. Inventou desde logo essa máquina de tortura a que o ministro das finanças chamou reforma fiscal. Todos sabemos neste mês de Janeiro cheio de sol, o IRS, conjugado com o pagamento dos impostos que vão desaparecer e com a baixa de salários induzida pela inflação, cria um verdadeiro pesadelo nacional: absurdas e injustas situações de agravamento da carga fiscal, espantosas desigualdades de tratamento, emperramento da máquina fiscal, novos labirintos burocráticos, impreparação geral das empresas, desorientação e angústia dos contribuintes…

Quem ousará sinceramente (mesmo no Governo) discordar daquele membro da Comissão da Reforma Fiscal que, há dias, reconhecia publicamente na RTP que este IRS é "irritante"?!

Uma coisa é certa: o primeiro-ministro conseguiu pôr todo o país a fazer contas de somar (e subtrair) sempre com a sensação de que nessa luta desigual é ao fisco que aproveita a própria confusão que reina hoje no mundo dos impostos. Dobrado o cabo das contas, cada qual vai percebendo que a moral do episódio é receber menos e pagar mais e que lá mais para diante ainda haverá o fardo do último imposto complementar.

Esta *irritação* do contribuinte é seguramente uma das causas dessa outra irritação que torna publicamente inseguro o primeiro-ministro. Tanto mais que desta vez não pode

Culpar a oposição, uma vez que dispõe da maioria parlamentar, nem qualquer outro órgão de soberania.

Perante o confronto com a sua política, que saídas encontra o primeiro-ministro? Só os seus mais cegos indefectíveis dirão que são originais e eficazes: "A culpa é dos semanários" (quase apetece sugerir que os nacionalize!); "face à nova direcção do PS o perigo comunista ameaça Portugal" (que comovente preocupação de ter um PS domesticado!) – eis o conteúdo fundamental das suas intervenções recentes.

Para o responsável de uma tão vasta maioria, que imaginação tão curta! Que banalidade! Como ficam sem resposta as questões de facto relevantes que o actual momento político coloca!

O mito da infalibilidade

O primeiro-ministro foi tecendo, nestes meses, um colete-de-forças que o descontentamento dos Portugueses vai apertando.

Neste mês de Janeiro de 1989, Cavaco Silva colhe os frutos amargos de duas notas que claramente o definem: o mito da infalibilidade e a lógica do braço de ferro (que o leva a dar lugar cimeiro às provas de força e não à razão). Levou demasiado longe o afrontamento social; mas sendo infalível não pode recuar mesmo nos mais evidentes atoleiros políticos em que se meteu, nem substituir peças-chave de um governo sem lustro nem chama.

Só nesta óptica pode entender-se que a política de saúde de um país tão carenciado como Portugal se resuma a uma cruzada nacional contra os médicos e a sua desenfreada vaga de restrições dos direitos dos utentes.

Na tradução portuguesa daquele modelo thatcheriano em que se revê a ministra Leonor Beleza, os mineiros grevistas a *vergar* não têm martelo pneumático: têm estetoscópio! O mais grave, porém, é que por cá o carvão somos nós, os utentes! Quando terminará o confronto é difícil de prever, mas é óbvio que nessa batalha o Governo não pode senão perder.

Por outro lado, ao precipitar-se a coonestar publicamente as *aventuras imobiliárias* do ministro das Finanças, Cavaco Silva estilhaçou por suas próprias mãos não só o mito da sua infalibilidade como a própria honorabilidade do Governo.

Que terá levado o primeiro-ministro a vir dizer ao país que o ministro Cadilhe só fizera *aquilo a que qualquer português tem direito?*

A insólita nota oficiosa em que isso foi dito surgiu num momento em que dados publicamente revelados já apontavam em sentido contrário. As próprias declarações do ministro, cheias de sinuosidades tácticas e esquecimentos "hábeis", continham gravíssimas confissões (espantosa a naturalidade com que considera normal o uso para efeitos privados de veículos e funcionários públicos)!

Dias depois, soube-se o resto e cada dia se vai sabendo mais…A dúvida agora não pode deixar de colocar-se: que informação tinha o primeiro-ministro? Se ignorava tudo que está hoje documentado publicamente, é uma extraordinária confissão de fragilidade por parte de quem tem entre mãos dossiers que valem milhões, decisões de Estado cujo conhecimento (e sentido) é disputado sem dó por grupos de interesses…

E se o primeiro-ministro sabia de tudo, mas afirmou publicamente o que afirmou (acusando de "caluniadores" os que exigem inquérito parlamentar) como desatará agora o colete de forças em que encerrou a honorabilidade do Governo?

O código deontológico

A defesa dos ideais democráticos exige absoluta clareza e transparência no encarar da situação agora desencadeada.

Porém, se o primeiro-ministro, baseando-se na maioria de que sem dúvida dispõe no Parlamento, opta pelo silencio comprometido e comprometedor, perdemos todos. Perde antes de mais o Governo. Felizmente! Mas infelizmente perde também a própria democracia, cujas normas do código deontológico não se coadunam com comportamentos que de qualquer forma possam pelo menos deixar dúvidas.

Essas dúvidas, quando perduram, não minam só alguns, corroem a própria confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Fácil é perceber que assim se alimentam aquelas infindáveis diatribes que se ouvem demasiado frequentemente por aí, contra tudo e contra todos, e em que nada fica de pé. O descontentamento e a irritação deixam de ser canalizados contra um qualquer governante, mas passam a englobar todos – Governo ou oposição, ministros ou deputados, chefes ou subordinados…

A vivência em democracia exige sentido colectivo de responsabilidade, transparência completa nos actos dos governantes e sobretudo que as dúvidas não fiquem em aberto. E obviamente esse código deontológico não se pode exigir dos cidadãos se não é usado no próprio quotidiano da acção governativa.

O inquérito parlamentar torna-se agora inevitável!

O ciclo de desmentidos/confirmações que tem caracterizado o escândalo do andar das Amoreiras é a melhor prova de desorientação do Governo. Mas não pode ser a última palavra para o País e certamente não bastará para desaparecer o colete de forças em que se meteu a si próprio o primeiro-ministro.

Seabra, Zita (1989): "O colete de forças". In: *Diário de Notícias*, 31 de janeiro de 1989, p. 7.

A criança e o livro

Dia Internacional do Livro Infantil - 2 de Abril - mais uma efeméride que se comemorou ou a reflexão necessária para Pais e Educadores?

A criança e o livro, tema que levanta uma série de questões. Qual a importância do livro na vida da criança? Que livros? Para que idades?

Para muitas pessoas o livro para crianças e sinónimo de livro escolar, que para outros tantos se associa a fracas recordações. Contrariamente ao que por vezes se afirma a criança deverá contactar desde muito cedo com o livro, ou seja a partir dos 2, 3 anos e não apenas quando sabe ler. Inicialmente o livro será um objecto que ela gostará de manusear, cujo colorido das ilustrações e diversidade de materiais lhe proporcionarão várias experiências sensoriais.

Mas a sensibilização da criança para o livro não depende apenas da quantia de livros mas também da acção do adulto. A criança descobrirá que aquele objecto - livro - tem características diferentes dos outros objectos e como tal deverá ser tratado de outro modo quando o adulto lhe decifrar os caracteres (letras) impressos transmitindo a sua mensagem.

O ler ou contar uma história à criança ao deitar ou durante o dia é um óptimo meio para que o adulto, pai, mãe, educador ou Irmão mais velho esteja com ela, comunique. Neste diálogo adulto - criança ela conhecerá os outros, o mundo exterior e o próprio eu.

O livro para além de importante meio de comunicação tem um carácter terapêutico a nível dos seus conteúdos. Quantos de nós' recordam as histórias que a avó ou a mãe contava. Era uma vez... bruxas, príncipes, bobos, meninos perdidos... em número infinito de situações que ajudam a criança a resolver os seus próprios conflitos, através da identificação que ela faz com os personagens das referidas histórias.

Devido ao actual ritmo de vida e à invasão dos mass média, o hábito de contar histórias tende a desaparecer.

- É importante, é necessário que se contem histórias às crianças. Histórias, lenga-lengas, adivinhas, jogos e outras formas de literatura popular que fazem parte do nosso imaginário popular. Assiste-se, principalmente, a nível dos grandes centros populacionais, a um desenraizamento cultural dos indivíduos que urge combater.

A literatura popular e a literatura actual são de imensa importância para a criança e uma não inviabiliza ou substitui a outra. Através do jogo simbólico que caracteriza as crianças em idade de jardim de infância, a criança vai confrontando ludicamente a realidade e a fantasia num processo contínuo de desenvolvimento da personalidade.

Lanço-vos um desafio!

Contem histórias aos vossos filhos!

Fazei do livro infantil um presente, para que ele não se lhe apresente apenas quando ela sabe ler e por vezes retalhado para análises gramaticais.

Actualmente existe no mercado uma grande variedade de livros infantis de autores portugueses ou estrangeiros, com qualidade, quer a nível do texto como da ilustração.

0 livro deverá ser para a criança não só fonte de conhecimento, mas antes de mais fonte de prazer. Uma criança que descubra o prazer de ler será um futuro leitor. A todos cabe essa tareia, mas não só no Dia Internacional do Livro Infantil.

Deixo-vos com este magnífico texto da escritora Luísa da Costa:

Desejas um tapete mágico que, num* abrir e *fechar de olhos, te leve aos confins da terra?

Uma máquina de viajar no tempo, para o futuro a haver, desconhecido, para o passado histórico ou para aquele em que os animais falavam? Companheiros para correrem contigo a aventura de mares ignorados e de ilhas que os mapas não registam?

Conhecer mundos além do nosso sistema solar, a anos-luz da nossa galáxia, sem necessidade de foguetão?

Saber a idade de uma pedra ou os mistérios da realidade, das águas, dos bichos, dos pássaros e das estrelas?

Descobrir a arca encantada, onde se guardam os vestidos "cor do tempo", das princesas de era uma vez, aquelas que se transformavam em pombas ou dormiam em caixões de cristal, à espera que o príncipe viesse despertá-las? Desfolhar as pétalas do sonho no país da noite ?

ABRE UM LIVRO

Um LIVRO é tudo isso de cada vez e, às vezes, ao mesmo tempo. Um livro permite-te contactar com outras imaginações, outras sensibilidades. É a possibilidade de estares noutros lugares, sem abandonares o teu chão, de ouvires pulsar outros corações, de vestires a pele humana de outro ou outros sem deixares de ser tu.

E com um livro a varinha de condão não está na mão das fadas, está em teu poder. É do teu olhar, de cada vez que te dispões a ler, que nascem aqueles mundos, caleidoscópicos, de maravilha - só desaparecem quando fecha o livro. Mas, a um gesto do teu querer, voltarão a surgir sempre, sempre, sempre...

Tavares, Carla (1989): "A criança e o livro". In: *O Jornal de Ovar*, 7 de junho de 1989, p. 12.

3.2. Masculinos

Tempos atrás

Há dias em que entretenho o meu tempo de lazer mergulhando o pensamento nas gratas recordações dos meus "TEMPOS ATRÁS" e eis-me, hoje, transportado aos anos de 1926 - 1927 com alguns dos meus companheiros, lá do Oiteiro do Moinho de Vento, em corrida "louca" até ao Pinhal-da-Torre.

É que, no Pinhal-da-Torre, nesse dia, ia acontecer um acontecimento nunca antes acontecido e toda a "canalhada" que andava na escola ansiava por esse acontecimento: - UM JOGO me encavalitei em cima do Ele aqui está ! DE FUTEBOL entre: - ALMEIRIM E ALPIARÇA.

EU "tamãi lá funho" ver o que aquilo era - mas, confesso, não me entusiasmou grandemente.

Pontapé daqui – pontapé dali e uma bola tola pelos ares que, muitas vezes, vinha cair fora do gradeamento para o meio dos assistentes que gritavam esbaforidos contra tudo e contra todos.

Não gostei!

Não gostei, talvez porque o meu entusiasmo estivesse mais virado para a BICICLETA de tal forma que me aproximei de um assistente meu conhecido, que também andava na escola, uns dois anos mais adiantado, e que estava encostado à sua "rica máquina" e pedi-lhe para me deixar dar uma voltinha.

Não anuiu muito facilmente mas, a minha assistência e oferta de "cinco tostões" sempre o convenceram – e foi quando ele segurando firme no selim, me encavalitei em cima do quadro daquela "bicha" pretendendo pedalar certa distância auxiliado pelo "alugador".

Com um terreno irregular e cheio de covas como era o chão do Pinhal-da-Torre, que de pinhal só tinha o nome, (pois nem uma árvore tinha), pequena distância percorri visto o "alugador" desistir de segurar atrás no selim e eu vi-me ali com meus "cinco tostões" mal gastos por não ter andado a distância pretendida.

Foi uma grande frustração que me aconteceu.

Agora - se eu disser que este facto se passou com GREGÓRIO AVELINO acreditarão?

O próprio Gregório Avelino lembrar-se-á deste caso já tão distante?

Pois ele nunca se me varreu da memória e já uma vez disse a um seu muito ilustre familiar que – um dia – mencionaria este facto numa das minhas habituais "croniquetas".

Ele aqui está!

Que me perdoe, Gregório Avelino, este singelo arrazoado que outro fim não contém que não seja, simplesmente, trazer à escrita a lembrança bem presente de mais um facto passado já a tão larga e saudosa distância.

Quer se lembre quer não, aqui lhe deixo os meus sinceros votos de boa saúde e longa vida com todo o respeito e admiração.

Almeirante, Reinaldo Sancho (1989): "Tempos Atrás". In: *A Voz de Azeméis*, 21 de abril de 1989, p. 2.

Tempos atrás – "David Ramalhosa"

Já várias vezes tenho citado esta data de Maio de 1935 que assinala a minha chegada a estas bandas onde, depois da primeira conversa tida com o meu condiscípulo do colégio Salesiano de Lisboa, que viera um ano antes, fiz o juízo imediato: - para uma curta permanência – tais foram as queixas e lamentações ouvidas.

Realmente, quem abandona uma colocação na capital numa das melhores Encadernações lisboetas e se aventura a tão grande isolamento, parece de quem não raciocina acertadamente.

Mas não. Um certo amor próprio e algo mais foi-se cimentando em mim, foi-se o meu amigo, e eu fui ficando. Fui ficando, ficando, por razões fortes e inabaláveis que nem a tentativa fanática, noutra crónica descrita, conseguiu demover-me apesar de me ter afastado por cerca de um ano…

Voltando atrás, ao Maio de 1935, sou a dizer que a oficina de Encadernação ficava a uma certa distância da Tipografia e, só uns dias depois, necessitei de guilhotinar uns livros e foi quando contactei com o seu encarregado-Geral Sr. David Ramalhosa, que viera da Sertã para essas funções.

Aí o informei de que, aquando da minha permanência no colégio Salesiano, em Lisboa, lá se imprimiu e concluiu uma obra literária de um seu conterrâneo cujo nome era: Pe. António Farinha.

"A Sertã e o seu Concelho"

Conversa daqui – conversa dali – ficamos amigos compartilhando, com outros nossos colegas, as alegrias e agruras que tenho descrito relativas à nossa permanência em Cucujães.

Colaborei sempre, o melhor que pude, na confecção dos trabalhos de Encadernação dos livros que tinha de levar para a Câmara da Vila da Feira, e outros, de que não vale a pena mencionar, procurando sempre atendê-lo nas suas habituais urgências.

Todavia – um dia – surgiu um pequeno desentendimento, entre nós, aquando dum jogo de malha no intervalo do meio-dia, mas o tempo breve se encarregou de obscurecer o facto e tudo voltou à normalidade.

David Ramalhosa gozava de certos privilégios em relação a todos nós, pois a sua refeição era servida na copa e muito substancial, o que nos admirava, francamente!

Assim era e assim continuou a ser, por um tempo muito razoável, até que, - UM CERTO DIA – nos apareceu no refeitório comum, perfeitamente irmanado connosco e com a "criadagem" da lavoura.

Foi então que – a seu apelo – nos arranjaram uma sala, ao lado, um pouco mais higiénica mas, em contrapartida tiraram-nos os quartos individuais e enfiaram-nos, a todos os internos que lá trabalhavam, numa "camarata" **colectiva com cerca de umas 20 camas e 2 quartos individuais, lá ao fundo, um para o David Ramalhosa e outro para o vigilante da confiança do tal "mandão"…**

David Ramalhosa pouco tempo usufruiu dessa vantagem resolvendo dar o RUMO CERTO à sua vida, passando a caminhar, diariamente, para sua casa no aconchego de sua nova família.

Algum tempo depois também abandonou a chefia da Tipografia das Missões integrando-se numa prometida sociedade com o industrial gráfico V. Cardoso na perspectiva de maior desenvolvimento e foi quando, ele, - em 1941 – sabendo avaliar bem a situação que me foi criada, me convidou a vir trabalhar na sua nova empresa com a anuência, evidentemente, do seu futuro sócio.

Sociedade que não chegou a realizar-se pois, David Ramalhosa – uma tarde – não suportando mais o que lhe parecia justo, ABANDONOU repentinamente e – resolutamente, deu outro RUMO à sua vida, ESTABELECENDO-SE por conta própria, como Industrial Gráfico, na sua casa da Margonça.

Mas foi sob o seu convite que se proporcionou poder realizar – MEU SONHO – em 1942 – bruscamente retardado em 1940.

Se assim não fora, tornar-se-ia um pouco mais difícil e demorado, RAZÃO porque, QUARENTA E NOVE ANOS passados, mais uma vez, lhe testemunho o meu reconhecimento.

Nota: - **não ver no termo "criadagem" qualquer menosprezo por aqueles nossos amigos.**

Almeirante, Reinaldo Sancho (1989): "Tempos atrás – "David Ramalhosa"". In: *A Voz de Azeméis*, 17 de março de 1989, p. 2.

Tempos atrás

"Os cinco tostões da minha avó"

Entrando no campo das recordações dum passado longínquo e saudoso lembro que a minha avó Ana, por um recado que lhe fiz, me deu uma moeda de CINCO TOSTÕES, daquelas de bronze dos anos de 1924-1925-1926.

Lembro-me muito bem que com ela fui beber um pirolito na loja da senhora Jaquina Môça, que ficava um pouco mais abaixo da minha casa, porque a garrafa tinha como folha, uma bola de vidro, com a qual depois se jogava ao berlinde.

Lembro-me perfeitamente que a moeda era novinha e que brilhava muito.

Hoje – ao pegar num catálogo de numismática consultei as cotações actuais e pergunto-me se por ventura a moeda da minha avó não seria uma das tais de 1925?

Conheço aqui, bem perto de mim, um coleccionador que pagou por uma módica quantia de CENTO E CINQUENTA MIL ESCUDOS.

Se fosse de 1924 valeria uns QUINZE MIL ESCUDOS.

Se fosse de 1926 valeria uns MIL E TREZENTOS ESCUDOS.

Mas porque não guardei eu a moeda da minha avó?

Porque me soube muito bem beber o pirolito e porque me agradou imenso obter a bola de vidro para poder jogar o berlinde com o João da Tendeira, com o Artur da Cigonha, com o Zé Calarrão, com o João Margaça e com outros mais do Oiteiro do Moinho de Vento!

Se alguém me tivesse dito, lá na loja da Jaquina Moça, em 1926-1927:

"Oh Rinaldo guarda essa moeda que te deu a tua avó porque em 1989 ela te vai valer: - 150.000$00 ou 15.000$00 ou 1300$00"

Não sei qual teria sido a minha decisão!

Estar, também, tantos anos sem poder jogar o berlinde com os meus companheiros de brincadeira – seria um grande castigo.

Mas a grande verdade é que, nas minhas colecções numismáticas, não figura nenhuma das de CENTO E CINQUENTA MIL ESCUDOS do ano de 1925! Na figura não!

Figuram outras de valores mãos reduzidos que, ao longo dos anos, fui juntando e coleccionando na miragem de um património mais ou menos valioso e curioso parecendo-me, todavia, que nenhum dos nossos três descendentes se entusiasme com a ideia, e pense progredir com o gosto e sacrifício de coleccionador.

Supondo o tal, às vezes, dá-me ganas de transformar tudo em "patacos" mas, quando lhes pego para esse fim, chega-me uma pena e uma mágoa que volto atrás e torno a guardar tudo nos cacifos respectivos.

Porque será que a juventude de agora não se entusiasma com estas belezas, com estas maravilhas??

Francamente – eu também foi só de há VINTE ANOS para cá que comecei com este coleccionismo. Mas, não contando com os CINCO TOSTÕES da minha avó, ninguém o começou antes para mim.

Ora – aqui é que está a grande diferença, não é verdade?

Almeirante, Reinaldo Sancho (1989): "Tempos atrás – "os cinco tostões da minha avó". In: *A Voz de Azeméis*, 12 de maio de 1989, p. 2.

Governo e oposição

Com a eleição por sufrágio secreto aconselhado mas livre, desde há anos a esta parte temos assistido à posse de sucessivos governos, todos eles ditos democráticos.

A par desses mesmos governos surge consequente e logicamente a sua posição.

Terá esta cumprido a sua missão?

Deixemos já para a história as oposições que passaram, assim como os governos desses tempos!

Ocupemo-nos agora do aspecto actual e anotemos num Governo de maioria, que atentas essas circunstâncias e as demais provenientes do "bom momento internacional", para que possamos dizer algo do seu administrar.

Evidentemente que se alguma coisa tem corrido a contento, nem tudo terá sido merecedor da melhor atenção e resolução dos Governantes. E se assim tem sucedido, será de atribuir culpas exclusivas ao Governo?! Que contribuição temos nós prestado para que a sua difícil tarefa seja menos espinhosa e mais proveitosa para os Portugueses?!

E qual tem sido o papel da actual Oposição a esse mesmo Governo?

Será que o dizer NÃO às propostas e discordar da maneira de actuação do Governo, neste ou naquele sector ou até em vários, é a missão da Oposição?! Que nos tem esta concretamente apresentado em contraposição, além de que o índice da inflação subiu e o poder de compra baixou?

Para isso não precisamos da Oposição, pois todos sentimos nos bolsos o alívio a que estão sujeitas as "notas pretas" pelo mês adiante! E então lá para os "dias vintes" pouco mais nos resta que algumas notas de cem…

Senhores da oposição sejam mais que meros opositores!

Desejamos um governo estável e uma oposição sadia, capaz de deixar governar quando se governa bem, mas suficientemente fiscalizadora e sobretudo atenta e estudiosa, apresentando soluções viáveis para contrapôs a uma má governação.

Quando tal suceder, teremos um bom Governo e uma boa Oposição, que salvaguardadas as suas competências, concorrerão para o bem-estar de todos os portugueses, ou pelo menos daqueles que o desejem, seja qual for o ideal político!

Augusto, Artur (1989): "Governo e oposição". In: *A Voz de Azeméis*, 24 de março de 1989, p. 3.

À minha maneira

Aproxima-se mais um dia "DE". Neste caso, no dia 1 de Abril personaliza-se, institucionaliza-se, justifica-se o Dia das Mentiras.

Nesse dia uns inventam mentiras que depois desmentem ao contrário do habitual, outros apenas declaram uma mentira, do seu dia-a-dia.

Os enganos são do simples "deixaste cair o lenço", ao infeliz telefonema que quantas vezes coloca pessoas e instituições em alvoroço, preocupação e perigo.

De departamentos oficiais, órgãos de comunicação social, a personalidades políticas ou artistas famosos o Um de Abril é diferente.

Já em 1985 o Departamento Britânico de Energia, anunciava a invenção de uma gravata que produzia calor e portanto seria desnecessário usar roupa. Antes, em 1982, o ministro dos estrangeiros, belga, foi à televisão comentar o "pedido" de adesão do Japão à CEE.

As rádios têm colaborado incisivamente neste dia como foi o caso em 1971 ao anunciar-se, em Itália, que três cosmonautas chineses tinham desembarcado em Marte ou em 1974 ao anunciar, no Uganda, a chegada de Cassius Clay, na altura em voga como campeão mundial de boxe.

Também a grande empresa automóvel BMW, associou-se ao dia das mentiras, em 1985, publicitando o evento que permitia mudar a pressão dos pneus dos automóveis, em andamento.

Outras de mau gosto são utilizadas como guerras próximas, invasão de extraterrestres, telefonemas anónimos, utilização enganosa de organismos de segurança e socorro, quiçá detentores de traumas e vinganças guardados no subconsciente.

Sem perder a tradição a que estamos devotados, o melhor será seguir um conselho soviético de há 22 anos: transformemos o dia 1 de Abril numa jornada anual da descontracção.

Azevedo, Jorge (1989): "À minha maneira". In: *A Voz de Azeméis*, 24 de março de 1989, p. 3.

Abaixo todas as guerras

O problema da guerra química e nuclear, dois instrumentos altamente mortíferos para a humanidade, e qualquer ser vivo, está a provocar longos tempos de discussão a nível internacional, como se a questão fosse a de se saber onde se deve ou não colocar uma tabuleta indicativa de morte, neste, ou naquele lugar, por onde passe qualquer inocente viajante. Na verdade estas duas monstruosas máquinas de guerra deviam ser banidas pelo respeito que a todos deve a vida humana e as outras.

Discussão, isso sim. Devia fazer-se à volta do que determina semelhante criação. Mas questão, aqui, mexeria com grandes interesses económicos escondidos por detrás de atitudes políticas. Fazem-se guerras para oprimir, e guerras para libertar, mas é evidente que as segundas só existem pela necessidade em acabar com o jogo que humilha e fere. Esta situação filia-se, quer o queiramos ou não, no facto dos meios de produção e riqueza não estarem devidamente organizados e serem, por isso, geradores de injustiças e desigualdades sociais.

O homem colectivo avançou na história até atingir estado a que chegou, técnica e cientificamente, mas esse avanço não foi acompanhado pelo progresso social para todos os povos. Dai que subsistam as guerras que mais não são do que o reflexo da sociedade de classes. A guerra não é necessária nem ocorre por qualquer capricho da natureza. Não é, assim, um fenómeno natural. A guerra é feita pelos homens contra os homens. É o resultado directo entre opressores e oprimidos.

A guerra química é apenas uma das faces da guerra e já a partir do protocolo de genebra, de 1925, ela tinha sido proibida.

Por que foram rompidas estas negociações? Cada guerra deixa as suas marcas de desumanidade. A de 1914/18 deixou os gaseados, homens que sobreviveram à hecatombe nas que em dados períodos da vida pediam a cabeça ou se tornavam apáticos.

Na minha Infância conheci que, para tolerá-los — o povo chamava-lhes "gaseados" , isto como sinónimo de doidos. A Humanidade pode correr o risco de desaparecer para sempre se não houver um concerto entre as nações, mas esse entendimento pressupõe justiça social, respeito e direito pela vida diariamente vivida. E essa política de direito só terá sentido quando aquele não puder viver mergulhado em negra miséria. Os homens de hoje devem pensar nos filhos deles, porque chegará o dia em que ricos e pobres vivam a amargura das terras desertificadas, dos rios poluídos, da atmosfera intoxicada.

E isto porque é preciso enriquecer, ainda que se mate a natureza, se destrua o nosso habitat. Urge que se faça, também, guerra a esta guerra tão perigosa como as outras.

É preciso pensar seriamente no destino da humanidade e que se conclua de uma vez por todas que o nosso planeta pertence a todos que o habitam.

As armas nucleares e químicas, todas as armas de destruição têm de ser erradicadas da terra. Gaste-se este dinheiro em escolas e hospitais, casas e educação. Este universo é nosso, não é meu nem teu.

Castro, Teixeira (1989): "Abaixo todas as guerras". In: *Terras da Feira*, 19 de janeiro de 1989, p. 3.

Recordações velhas

Numas das periódicas deslocações a Santa Maria da Feira, minha terra natal, ao estacionar na Praça da República junto do artístico e secular chafariz; quedei a deleitar a vista na deslumbrante paisagem da flora natural das Guimbras e dos jardins e parque a ladear a rua de acesso ao castelo que, lá do alto, majestosamente parecer estar de sentinela a toda a cidade!

Extasiado na presença daquela maravilha, recuei seis décadas, quando a tela que ora nos oferecer tão belo quadro fazia parte da quinta do senhor Alexandre Brandão (Quinta do Castelo). E então, pareceu-me surgir na minha frente, como se envolta em ténue neblina, a uns escassos cinquenta metros do chafariz do Convento, tapando a rua e jardins, a casa com duas portas, onde estava instalado o talho da Malícia, seguindo-se-lhe a poente e paralelas à Praça, as barracas da Feira dos Vinte e a rua estreita aos ziguezagues que nos conduzia à porta do monumento.

Este retrocesso de sessenta anos, trouxe-me à mente as ruínas dos Palácios dos Condes, na Praça de Armas no Castelo, onde ainda se notam os vestígios e que foram acabadas de demolir, por ameaçarem perigo.

Desviando ligeiramente os olhos para a minha esquerda, ao deparar com a escadaria do Convento recordei, com saudades, o Teatro D. Fernando II, com as suas galerias e frisas em forma de ferradura, que existiu no rés-do-chão e cave do Tribunal, com as portas a abrir para os claustros!

Aquele Teatro onde tantas vezes foram levadas à cena lindas peças e as revistas da autoria do senhor Dr. Domingos Trincão, musicadas pelo Maestro António Martins e representadas por artistas amadores mas de grande envergadura, alguns dos quais ainda pertencem, felizmente, à classe dos vivos.

Nunca esqueci a primeira vez em que fui ao teatro ver a revista "Vai ou Não Vai", que abria com a seguinte quadra cantada com linda música por três moças:

***De norte a sul do país*,**
***Desde Lisboa a Xangai*,**

Não se fala noutra coisa
Senão no Vai ou não vai!

Para apresentar mais duas das muitas e lindas quadras cantadas na referida revista, vou dar primeiro a conhecer a sua origem:

Havia numa casa rés-do-chão situada na Rua Dr. Roberto Alves, mesmo em frente à do Dr. Santos Carneiro, precisamente no local onde hoje se encontra instalado um supermercado, a padaria e confeitaria das Caladinhas, propriedade da D. Rosa Calado e, salvo o erro de uma irmã.

Certo dia, o senhor Joaquim Malícia, (do talho) homem muito reinadio e piadista, disse à Rosinha calado:

"Não acha uma tolice eu vir aqui comer um caladinho tão pequenino e beber um decal de café quando podia merendar um rico bife?"

Responde a Rosinha:

"Eu acho o senhor ser um grande espertalhão, pois prefere um caladinho e um bom café, a um desses seus bifes tão rijos que não há dentes capazes de os mastigar!"

Aproveitando este diálogo, o senhor Dr. Trincão escreveu as seguintes quadras, que foram cantadas por uma moça a imitar Rosinha Calado:

O meu café é o melhor
E não tem competidor
Pode ser mesmo tomado
Ao sair do torrador!

O meu café é o melhor
O meu café é uma delícia!

Eu não troco o meu café
Por um bife do Malícia!

E por hoje não ocupo mais espaço a este conceituado Jornal, tão necessário para publicar outras coisas de maior importância. No entanto, como é sempre belo olhar o presente e querer recordar ou querer saber do passado, e supondo que os feirenses não se enfastiaram de relancear os olhos pelas recordações velhas que possuo da sua e minha Terra, vou tentar, dentro das minhas possibilidades, coligir e mostrar aquelas que me afigurem mais interessantes, se este digníssimo Jornal o permitir.

Aveiro, Março 1989.

Costa, António (1989): "Recordações velhas". In: *Correio da Feira*, 31 de março de 1989, p. 16.

A minha rua

Não havia como o sossego da minha rua!...

Então aqui, há cerca de quinze para vinte anos, podia dizer-se, estávamos no céu, como Deus com os anjos...

Nessa altura, a minha rua era como numa rua de aldeia, onde o progresso não chegava. Na minha rua éramos todos felizes porque até nem tinha asfalto, nem cimento, nem paralelepípedos a comporem a alcatifa de quem passava. Chegava-se ali, esbarrava-se a gente com o muro de silvas e ortigas da QUINTA DOS BARTILLOTI e, para diante, não havia mais nada que a sensaboria abandonada dos vinhedos velhos e fruteiras gastas comidas pela alcalinidade e pêlos ácidos dos saibros. Até, à CRUZ DAS ALMAS e às courelas do AMÉRICO só o bafo do vento norte e um que outro pintassilgo a dar vida aos ares varridos de ADOUFE e BORBELA que, à vezes, corriam sem cortinas de permeio.

Por debaixo, a meia encosta, e para dizer que havia sombras, o renque das pseudotsugas formadas para servirem de força aos quebra-ventos que defendiam do MARÃO os pampos e os rebentos das vides que bordejavam o acesso à casa dos proprietários da vinha, depois a linha de água escorrendo os restos dos Invernos que fazia.

Na Primavera zumbavam as andorinhas em voo rasante até à PETISQUEIRA e, por alturas dos GOUVEIAS benzia a terra com o presságio das bruxarias e, claro, nós todos, o povo que para ali fomos, "metidos" em busca de casa, refrescávamos o corpo e a alma

com figas entre mãos e o credo na boca, à luz da testada da lua cheia de LAMAS D'OLO e das estrelas de SIRALHELHOS e GALEGOS, na corrente de ar entre duas portas postadas em fachadas opostas quando o Verão transformava os dias da nossa terra na fornalha habitual do inferno de Trás-os-Montes.

Os carros, na altura, também não passavam daquele número cerceado pela "miséria" das mentalidades que governam a vida conforme segundas e terceiras mãos, como eu, ainda hoje, e, já agora, por mala pata, até ao fim da vida, sempre a "sujeitar-me" aos "sobejos" dos endinheirados e canalhada, inevitável em qualquer bairro do subúrbio, resumia-se àqueles grupos cuja contagem não dava sequer para preencher as exigências de uma ou duas equipas de futebol.

A TRASLAR, aquele mundo de oca e fibrocimento, às malhas como as taurinas, seis ou sete hectares a abrirem-se sobre os acessos à Europa e ao mar como um rosário em mãos devotas, nem sequer estava ainda pensada.

O IP4, ajoujado de defeitos camuflados pelas sumptuosidades abissínias das suas impertinências cheias de faltas de funcionalidade, nem sequer era ainda, nem seria, motivo de reivindicações regionais que fez dele a eterna condição sine qua non para o nosso desenvolvimento.

Ah!... E claro está, era ainda na época em que os pardais das redondezas não haviam descoberto a "hospedaria" do telhado lá da casa que "transferi" de VILA POUCA de mistura com os anos e anos de trabalho mal remunerado a que as ambições de vida sujeitavam toda a gente naquela data.

Lembra-me que, por essa altura, dormia descansado com o embalo do sossego da minha rua e, aos domingos, sobretudo aos domingos, levava os "olhos fechados" até à missa do Padre MONTES, à Sé, depois de gozar os mundanismos da ESQUINA DA GOMES, ao meio dia, onde a gravata da comunhão e a gabardina à "ASSIS GONÇALVES" classificam ainda os vultos da importância local...

Hoje, o sossego da minha rua passou à história!... Transformou-se, como que por ironia, na saudade com que o meu falecido amigo ANTÓNIO AUGUSTO VAZ me criticava os gostos, quando nela comprei o terreno. Quantas vezes ele me segredou se eu gostaria de ter por companhia o piar dos mochos no TOJAL?!... Que gostos eram, então, os meus!...

Pois é, caro Mestre!... Na minha rua, agora, e não foi preciso muito tempo, o despertador passou a ser a camioneta do ZÉ DOS SACOS, às quatro da matina a pegar de esticão na descida para a CONCHA e a aquecer os motores quando vai carregar para o Porto.

A minha rua passou a ter como divertimento a gincana dos aceleras no gelo até as tantas, ao zorro do codo, com peões de criar bicho; tem a frota das motorizadas que vêm pelo SEDIO a mata-cavalos em cima do horário das oito para tudo quanto é obra nas redondezas e por ela se escoa meio trânsito que vai para o sul.

Ali!...

Como me esquecia!... A minha rua, para total desconcerto, tem junto de si a feira dos tendeiros que abre desde as tantas, mais barulhenta que trinta pobres num palheiro com a mesma manta!... Berra-se ali como num comício e, como nos anúncios, os berros são ali condição de credibilidade.

Mas não havia!... De facto, não havia como o sossego da minha rua!...

Presentemente, meu Deus, a minha rua, triste de quem lá mora, é uma pálida amostra da rua que terá sido.

Desde que desapareceram as silvas e as ortigas da QUINTA DOS BARTTILOTI, foi um ar que lhe deu!...

Dizem que a minha rua, hoje, é uma rua de cidade! Que temos a cidade junto a nós! Que nos basta desandar a fechadura, nos entra o progresso de mãos abertas pelas portas!...

A minha rua até já nem tem um buraco onde se estacione um carro!...

O progresso entrou com ela, transformou-a numa rua da cidade!...

— Que mais queremos nós?!...

Ferreira, António Teixeira (1989): "A minha rua". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 1 de junho de 1989, p. 3.

Recuso-me à trela

Tempos houve em que os óculos se seguravam pela nascença do nariz, com mola natural que apertava a penca do dito como um arganel de luxo, ou pela nascença do mesmo e a colaboração forçosa das orelhas, coitadas, que se rendiam como asas de abanico à aplicação, com a subserviência da escravatura!...

No seu tempo, os óculos foram uma espécie de adereço, um luxo, uma vaidade e até uma ostentação que era usada só por homens! Em certa medida, dava-lhes a importância de um brasão ou pedra de armas no frontispício, que o berço, os títulos e até as mordomias justificavam. Completavam fartas bigodaças, suíças e cabeleiras e celebrizavam-se tanto como a figura dos respectivos usufrutuários que, em grande parte, enchem por esta altura, as enciclopédias ilustradas e as monografias, com nome e imagem resguardados para recordação de curiosos, em forma de manchete descrita ao jeito das futilidades com que as revistas *sociais* modernamente "chagam" os leitores do país inteiro...

Os óculos eram, então, quase sempre, duas elipses desproporcionadas de eixos ou duas circunferências redondas como as rodas duma bicicleta encastoadas em aros finos de prata de lei seguros a dois arames articulados em espiral. Transportados para a actualidade, parecer-se-iam postigos de retrete em "maisons de emigrantes" recortados de alumínio anodizado. Só a operação de os pôr e tirar, dava mais trabalho que um dia de cava no Douro... de Sol a Sol.

Talvez por isso é que os fabricantes foram, a pouco e pouco, aperfeiçoando a indústria, ensaiando novos materiais e contratando novos "desainers" para compor-lhes o facial. Aquela "invenção" simplista, mais que banal, só acrescentaram, entretanto, como variante, o artefacto que fugidiamente conduziu à colaboração da mão para uso do "lorignon", ideia aliás que não terá passado de simples moda porque roubava ao gosto do disfarce e à discrição da "olhadela" a denúncia da observação furtiva que, na prática, nada mais satisfazia que a coqueteria de quem o adoptava.

Com o desenvolvimento dos motores a gás pobre, os automóveis, as motocicletas e os aviões, e para que as moscas e mosquitos não entrassem no olho com as velocidades, os óculos transformaram-se, adaptados como decoração subsidiária do "passa-montanha", metamorfosearam-se em aerodinamismos e volumes inspirados no globo ocular dos camaleões, dos sapos e das moscas, pegados ao rosto por espessos tapulhos de borracha esponjosa para completa aderência, a fim de evitar as entradas de pó pelos lados.

Com o advento do pára-brisas e libertos de muitos problemas técnicos, os óculos evoluiram no sentido dos vedetismos à Mac Arthur. Assim, desde os suicidas Kamicases, com vinte toneladas de bombas e testos de gasolina contra as armadas do Pacífico, ainda hoje se mantêm seriamente imutáveis, os eternos Ray Bau fumador, "poloróidicos" presos a aros de metal dourado desafiando, com o seu ar de traçado feliz os desenhos orgulhosos que mantiveram actualizados, durante décadas, as "arrastadeiras" Citroën e as "carochas" Wolksvagen que, vá lá, num ou noutro caso, mesmo com as multas de país " rico a que fomos guindados, ainda tentam as altas velocidades do possível.

Mas, enfim, tudo progrediu e, agora, aí está em moda a usança de uma "trela", um penduricalho qualquer transformado em tropeço, assim como que a modos de cordão que envolvendo a cabeça até ao pescoço, cai depois sobre o peito, rente aos ombros, como correntes de relógio de bolso, iguais às que se usavam no tempo do meu avô, para que — oh! Estranha justificação! — os óculos se não estatelem e se não deixem as cangalhas esquecidas num obscuro canto!...

E não é que a "trela" pegou de estaca e prolifera por aí a olhos vistos, tal qual a erva daninha ou os eucaliptos em profusão substituindo olivais e vinhedos e já baptizados de petróleo português?!...

Usam-na os velhos e os novos, as "mademoiselles" e as madames... A "trela" é a base de um novo estilo em perspectiva que, de certa forma, mantém o gosto sagrado pelas modas e pelas "peneiras".

Consegue dar nas vistas porque é para dar nas vistas, já que, por desgraça, as lentes de contacto, ainda que rígidas ou semi-rígidas, "chatas" como são, não dão para se notarem como convém ao mais pintado dos vaidosos senão quando, à falta de líquido lubrificante ou por repulsa criada por pestana incómoda caem ao chão e põem logo toda a gente de "rabo" no ar à procura das ditas, apalpa ali, sacode acolá... não vá alguém pisá-las.

Por mim, sempre do contra, ainda iria pelo Eça ou pelo Moshe Dayan se sofresse a falta de vista de um só lado!... Assim, como sou "aleijado" dos dois, preferir-me-ia como o Camilo, mas a servir-me das orelhas como impõe a obrigação que justifica a funcionalidade dos três apêndices que ornamentam a cabeça que temos presa aos ombros; isto para concluir que me recuso terminantemente a andar "arreado" de trela presa às multifocais que o oftalmologista me receitou, até porque "freio", sim freio, que é o que de longe me parece a "invenção", sempre ouvi dizer que é mau para os dentes, e eu, como cultor, já de há muito, da terceira dentição, não posso hipotecar-me à nova moda com medo de partir as "cavilhas". Como é que eu mastigaria depois?... Com os gestos do Popay?!... Gengiva contra gengiva?... Oh! Pelo amor de Deus.

Vocês bem sabem que uma visita ao dentista, nesta altura de vida, está pelas horas da morte e, uma dentadura nova, de momento, com o IVA e o IRS e todas as demais alcavalas fiscais que nos vão "descobrindo", qualquer dia ainda nos obriga a um imposto maior que o valor da sisa de um apartamento nas... Quintas da Marinha!...

Por favor, ponham a trela noutros que a mim não me serve!...

Ferreira, António Teixeira (1989): "Recuso-me à Trela". In: A Voz de Trás-os-Montes, 10 de novembro de 1989, pp. 1 e 9.

O português tal qual se escreve

Há mais de um ano que a movimentação aos professores em torno da transformação do estado das coisas na Educação, com o objectivo de sacudir a inércia do Governo e fazer avançar os múltiplos planos que tinham sido metidos na saco do Programa da Governação, tem merecido o claro apoio das populações escolares e dos encarregados de educação.

O papel dos Sindicatos tem sido por demais Importante para a modificação das situações, não apenas quanto à equiparação das carreiras do Ensino aos graus da estratificação dos outros ramos profissionais da função pública, fixados com base nas formações académicas equiparadas, mas quanto, também à organização do trabalho nos vários sectores do Ministério da Educação.

Ensino Básico, Escolas Secundárias, Liceus, Universidades e Sector Politécnico - e o tão discutido problema do acesso aos cursos superiores - são facas desse diamante tão difícil de lapidar que é a Reforma do Ensino, onde o Ministro e os Secretários de Estado da Educação, por um lado, e o Conselho de Ministros por outro lado, têm que decidir bem e em tempo útil.

A par disto tudo agora em fase de decisão tudo quanto respeita a proposta do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, também designado por "Bases Analíticas da Ortografia Simplificada da Língua Portuguesa" acordadas em 1945, renegociadas em 1975 e "Consolidadas" em 1986.

O problema do grafismo da língua de Camões tomou-se ainda mais importante depois da independência das ex-colónias, quando além de Portugal e do Brasil passaram a ser consideradas as novas nações africanas, frequentemente designadas por PALOPS, ou seja, países de expressão oficial portuguesa. Isto tornou urgente a negociação e aprovação do Acordo Ortográfico, não só para as sete nações lusófonas, mas para a escrita do Português nos organismos internacionais, como a ONU, a OIT e a CEE, onde tem que ser preparada e distribuída documentação escrita na nossa língua.

Vem a propósito referir que a CEE, a caminho da Europa dos Cidadãos e do Mercado Único Europeu, atribuiu 200 milhões de ECUS num programa para cinco anos (1990 a 1994) designado simplesmente por "língua", destinado a "promover o intercâmbio escolar entre jovens cidadãos comunitários com mais de 16 anos".

Qual o objectivo do programa "Língua" da CEE? Simplesmente a melhoria quantitativa e qualificativa do conhecimento das línguas estrangeiras dentro da Comunidade Europeia, conforme foi aprovado no final de Maio deste ano pelo Conselho de Ministros da Educação da CEE.

Todos os os estados-membros adoptarão políticas que concorram para a realização daquele objectivo facilitando aos professores das diferentes línguas oficiais da CEE a actualização da preparação didáctica, com ciclos de formação profissional contínua e de

permanência docente nos países-membros onde se fala o idioma que ensinam no país de origem.

Da mesma maneira, os estudantes de línguas estrangeiras vão beneficiar de períodos de formação de três anos nos estados onde se falas a língua que estudam, tendo preferência aqueles que desejem prosseguir a carreira docente.

Figueiredo, Salvador de (1989): "O português tal e qual se escreve". In: *Terras da Feira*, 27 de julho de 1989, p. 15.

Reflexão de Natal

Natal! Festa de Família! Como nos lembramos dos velhos tempos, em que éramos "meninos e moços", onde, numa grande mesa, se juntavam meus saudosos pais, avós, irmãos e demais familiares!

Como choramos os que hoje já não estão presentes na consoada, onde as batatas com bacalhau eram o principal prato dessa noite inegualável!

Como temos saudades da árvore de Natal que nossos pais primavam por ornamentar o melhor possível!

E como estávamos ansiosos para que se repartisse o bolo-rei, onde nunca faltava uma recordação para cada um dos presentes!

Tudo era belo, tudo encantava, porque éramos crianças...

Hoje, com os nossos netos ao lado, tudo fazemos para que o Natal seja igual. Mas não conseguimos. A idade, as doenças, as saudades que não nos largam e atormentam a alma, obrigam-nos a que o Natal seja diferente. Sim, diferente em todos os aspectos. Nada nos alegra, nada nos anima, a não ser a ternura que nos rodeia e que nossa mulher, nosso filho e nossos três netos tudo fazem para que no nosso coração possa ainda arder um pouco da chama que este quase a apagar-se para todo o sempre!

Uma vida repleta de trabalhos e canseiras e em que os vinte anos que passamos nas maravilhosas terras de Moçambique e onde hoje reina, ainda, a fome, a doença, a guerra (embora se fale em paz) foram momentos em que, agora, reflectimos.

Sim, não nos esquecemos dos Natais que passamos em Porto Amélia.

Natais onde pretos, brancos e amarelos, gente de todas as cores, raças e credos, pareciam irmanar-se num amplexo que julgavamos eterno.

Mas até isso nos foi negado. Não por nossa culpa. Não por culpa daqueles que ali com o seu "sangue, suor e lágrimas", deram tudo por tudo — até a vida — para elevar e engrandecer o nome da sua Pátria — Portugal. Mas única e exclusivamente pela traição de uns tantos que lançaram o ódio onde existia a paz e que, agora, se ufanam da "obra" realizada!...

Como temos pena desses milhares e milhares de seres humanos espalhados por essas ex-províncias ultramarinas que não podem ter um Natal Cristão, um Natal como aquele que, durante 500 anos, os portugueses lhes proporcionaram!

E, neste Natal de 1989, vamo-nos lembrar desses infelizes, dessa gente inocente que não pode ter Festas Natalícias que, com certeza, se irão recordar de todos aqueles que ali estiveram junto deles para lhes dar o conforto que hoje não têm!

É neles, nesses nossos irmãos de Porto Amélia e de toda a África, que iremos dirigir as nossas preces, para que Deus lhes dê a felicidade e tudo que os possa tornar felizes, livres das grilhetas daqueles que, abusando de sua bondade, os lançaram na situação que todos conhecem.

E é esta a nossa Reflexão deste Natal, que desejamos seja igualmente feliz para todos os nossos amigos.

Gabão, Jaime Ferraz (1989): "Reflexão de Natal". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 21 de dezembro 1989, pp. 1 e 13.

1 de Abril, o Dia das Mentiras

Foi-se o dia l de Abril, o dia das mentiras. Foi-se o dia, mas, infelizmente, não se foram as mentiras. Essas continuam a persistir como velha ferrugem a atacar o ferro, como lepra a atacar nosso corpo, como pecado a atingir-nos a alma.

É uma doença talvez tão velha como a própria Terra. Estamos mesmo em crer que o o nosso pai Adão e a nossa mãe Eva já metiam a sua mentirazinha pelo caminho. Mas isso foi há muitos anos e, certamente, a mentira não era uma coisa tão banal, tão sem importância como agora. Hoje, mal começamos a abrir os olhos à luz do Sol, logo iniciamos o culto dessa beleza de hortaliça que é a mentira. O menino e a menina acham muita piada mentir aos pais e estes acham muito natural perdoar-lhes a gracinha; muitos jovens mentem a si próprios inventando e fazendo-nos acreditar em feitos e proezas das quais nem o Afonso Henriques era capaz. Mas a estes a mentira ainda tem uma certa desculpa porque sabemos bem que não tem consciência válida. Agora nós adultos! Para quê, muitos de nós mentirmos?! Por vaidade? Por vício? Por conveniência? Em qualquer dos casos é de lamentar e profundamente.

Vistas bem as coisas, a nossa própria vida não passa duma mentira. Quantas vezes mentimos a nós próprios julgando-nos cheios de saúde e baqueamos ao primeiro sopro da morte! Os nossos próprios actos quantas vezes são mentiras.

Queremos parecer aquilo que não somos, e aí estamos nós a pôr umas quantas peninhas de pavão na cabeça para um melhor efeito; queremos aparentar aquilo que vemos nos outros, e aí estamos nós a pregar uma forte mentira a quantos nos rodeiam. Sabemos simular, isto é, mentir em tudo e por tudo sem termos a coragem de uma emenda. E fazemos isto porque somos bem portugueses e, portanto, bem corajosos.

Sempre o fomos. Custa um pouco a dizê-lo, mas é verdade. É quase como se fôssemos analfabetos a fingir ler o jornal com as letras de pernas para o ar.

Vejamos.

Somos capazes de não ter dinheiro para mandar cantar um, mas capazes de puxar pelo livro de cheques para melhor impressionar; podemos ter a vida a crédito do dia a dia, mas somos capazes de apresentar na estrada o melhor automóvel; mostramo-nos calmos e bem-falantes quando estamos aflitos e, até, nos mostramos arrogantes quando, afinal, somos um poço de cobardia. Em resumo, queremos ser grandes c bem vistos quando sabemos que somos bem pequenos; queremos ser tudo que de bom são os outros sem avaliarmos que nos faltam qualidades de afecto, de cultura e, quantas vezes, até, de honradez.

Mas é assim, infelizmente, que muitos de nos sentimos nós nos sentimos bem, julgando a nossa estúpida ignorância e na nossa irrisória vaidade que nos elevamos no conceito dos que nos rodeiam.

Pura mentira, uma vez mais!

Criaram - não sei quem, nem isso nos interessa - o dia l de Abril como o dia da mentira. Para que? Não anda já meia Humanidade a mentir à outra meia e durante todos os dias do ano? Não será isso mais que suficiente? Leitor amigo, faça um breve exame de consciência e veja bem a qual das metades pertence. Eu, cá por mim, já o sei há muito tempo.

Godinho, Rafael (1989): "1 de Abril, o Dia das Mentiras". In: *A Voz de Azeméis*, 7 de abril de 1989, p. 2.

De vez em quando
Divagando pelo nosso concelho

Deus, Pátria e Família foram sempre os três ideais mais altos dos Portugueses.

Quando adoram Deus, reconhecem-Lhe o poder do Criador - é a Fé.

Quando defendem a Pátria, sentem por ela uma irresistível força interior - é o patriotismo.

Quando se dedicam à Família, com todas as veras da sua alma, vivem a vida em plenitude - é a felicidade suprema neste mundo.

Do amor a Deus temos exemplos nos mártires do Cristianismo. Do amor à Pátria é símbolo edificante Nuno Álvares Pereira. Do amor à Família ainda há testemunhos exemplares, apesar da desagregação que se observa.

"Deus não se discute"- disse um dia Salazar."

A Pátria é a língua que falamos e a religião que professamos"-escreveu Herculano, in "Opúsculos".

"A Família é a célula da sociedade" - afirmavam os romanos.

O que atrás ficou dito é para justificar a epígrafe deste artigo:

"DIVAGANDO SOBRE O NOSSO CONCELHO".

É evidente que a nossa terra é Portugal, mas mais proximamente é o concelho de Oliveira de Azeméis, o qual se compõe de. 19 freguesias. Uma destas é a sede municipal, e as 18 restantes distribuem-se pela periferia que é vasta. O número dos seus habitantes é de muitos milhares. Uns vivem no litoral e outros espalham-se pelo interior.

Aqueles são bafejados pela boa sorte de terem melhores vias de comunicação, mas estes, pelo acidentado do solo, gozam mais a beleza dos montes e o ar puro da Natureza.

Não estou a escrever uma monografia da região.

Outros não poderão fazer com mais conhecimentos geográficos e etnográficos. E não faltam em todo o concelho pessoas capazes de a realizarem...

Aguardemos pois com fé e esperança.

Por me agradarem estes elementos de natureza histórica, que nos falam do nosso passado, eis-me a recordar alguns nomes dos que "já partiram deste mundo" e nos deixaram obras de Literatura, de Arte e de Ciência.

Leia-as e aprecie-as o leitor, se lhe apraz, e se não, passe à frente.

Mas permita que lhe lembre este anexim popular:"0 saber não ocupa lugar". Além disso, temos obrigação de conhecer a cultura e o viver dos nossos ante passados, de qualquer jeito (como dizem os nossos irmãos brasileiros).

Todo o concelho de Oliveira de azeméis é rico em cultura intelectual. Apontarei os nomes de alguns, que são exemplos emblemáticos de outros que também mereciam lugar nestas páginas, mas tenho de respeitar o espaço destas colunas. Assim:

Na poesia, Manuel Godinho (o "Levante"), de NOGUEIRA DO CRAVO.

No jornalismo e professorado, Bento Carqueja, de OLIVEIRA DE AZEMÉIS.

Na poesia e crítica literária, Padre Alírio de Melo, de CARREGOSA.

Na advocacia e na política, Albino dos Reis, de LOUREIRO.

Na música, o maestro e compositor Pinho de S.Tiago DE RIBA-SUL.

No romance neo-realista, Ferreira de Castro, de OSSELA.

No campo da ciência, Ferreira da Silva, de COUTO DE CUCUJÃES.

No teatro, a actriz brasileira Marília Pêra, que tem ascendência em Silvares, de CARREGOSA.

E por aqui me fico, até poder apreciar mais produções de Arte, Literatura e Ciência deste nosso concelho de Oliveira de Azeméis.

Melo, Fausto de (1989): "De vez em quando – Divagando pelo nosso concelho". In: *A Voz de Azeméis*, 5 de maio de 1989, p. 3.

Asfalto e saúde

Do buraco falso ao hospital degradado

É tempo, certamente que o tempo em lugar de curar tudo acaba, mas é por abrir grandes fendas e denegrir mais ainda aquilo que a mão do homem se recusa recuperar.

Vir falar de estradas ou caminhos de Portugal é o mesmo que referir imensos buracos que rasgam o país de ponta a ponta sem a contenção devida e natural que deveriam ter e é um dó de alma sofrer na carne os solavancos severos que em todo e qualquer lugar tem de se suportar como se fosse um castigo nacional-português obrigatório para quem rasga caminhos e tenta tornar Portugal mais pequeno do que aquilo que é, viajando.

Muito estranhamente, há cidades que até se dão ao grande cúmulo de fazer concursos públicos acerca dos cujos ditos buracos, porém, acabam por os conservar tal como se fossem monumentos nacionais o que faz deles (buracos) um mal consentido e duro de se ver! Lisboa é um desses casos flagrantes, onde o município promove buracos, buraquinhos e acaba nos buracões que quase dariam para servir de estações de metropolitano…uma tristeza, meus senhores, mas não se incomodem porque há mais e quem quiser cumprimentar os buracos do nacional-estradista basta pôr-se nas estradas norte-sul-este-oeste e gozar os efeitos dolorosos de uma viagem que lhe moerão os rins

até à exaustão, senão acabarem num hospital de ruínas tenebrosas, que ainda por cima lhe deixam a cal e as teias de aranha à cabeceira, quando não mesmo aos pés da cama!

Falámos em hospitais? Ó que santa ingenuidade a nossa, o que será isso de hospitais em Portugal? Há quem afirme que se trata de antigos conventos ou velhos quartéis reformados, cujas paredes sebosas e sebentas terminam seus dias acolhendo indigentes de saúde pública, pois quem ali cai não pode deixar de passar a ser…Hospitais portugueses? Já estou como dizia aquele francês que me visitou depois de ser assistido no museu, ó perdão, no hospital, por ter metido o pé num troço da estrada, que é como quem diz no buraco…

- Hospital ser muito velha, mas ser muito bonita, ter ruínas!

Ora digam lá comigo, isto é ou não é mesmo turismo, hein?

Noronha, Nuno (1989): "Asfalto e saúde – do buraco falso ao hospital degradado". In: *A Voz de Azeméis*, 25 de março de 1989, p. 3.

A propósito de... (...cada cabeça...)

O tema (ou temas?) que vamos abordar, é dos tais que é no "Correio da Feira", o Sr. Basanjo acrescentou-lhe o seu traço bem peculiar. E é deveras Interessante a trajectória percorrida, na sua divertida crónica, — aliás leio sempre com muita atenção e aprecio as suas crónicas, sempre impregnadas de sabor picaresco, mesmo quando não estou de acordo com o seu conteúdo — que coloca o ramalho num lado e, depois, vai "beber o vinho" a outra loja - Faz uma apreciação criteriosa, ainda que imbuída de alguma "lamechice", acerca da problemática levantada pela "invasão" de estrangeiros no futebol português, surgindo a torto e a direito em cima dos responsáveis lamentando, sobretudo, o tratamento de "estrangeiro" dado aos irmãos brasileiros". (Permito-me uma Intromissão para defender que está em causa o futebol português, o genuíno futebol português, nosso, (que não se joga com tamancos) e, principalmente, os jovens cá nascidos que gostam de praticar o popular desporto e até fazer da sua prática profissão. Na presente situação (agora parcialmente minorada) com invasão desenfreada e indiscriminada de brasileiros, "nossos irmãos", corremos o risco de não termos selecção nacional de futebol. E, ainda, meia dúzia de atletas brasileiros com real categoria, sempre bem-vindo não justificam o caudal dos "sem categoria"— num percurso inverso ao de Cabral em 1500 — como alguns técnicos brasileiros têm reconhecido ...e basta, que o assunto dá "pano para mangas").

Prosseguindo, concordo plenamente quanto ao conceito de aceitação dos irmãos brasileiros, defesa a língua comum, etc, etc.

Já na parte final da sua apreciação bate forte e feio" nas rádios, por causa de outra invasão, a da música estrangeira.

Reconheço alguma razão. Parece-me de facto excessivo o seu consumo. No entanto, neste assunto, não basta criticar. Alguns pontos de vista são de considerar e alguns fundamentais: - haverá música portuguesa suficiente para alimentar o consumo das rádios?

- haverá música portuguesa suficiente e com qualidade?

- quem é o consumidor preferencial de programas musicais e que gostos?

(Por mim aprecio toda a música de qualidade, seja de autores portugueses, seja de autores estrangeiros, entendendo mesmo que a boa música não conhece fronteiras. Depois, e o facto é importante, nas rádios, locais ou nacionais, operam muitos jovens, com gosto próprio e que passam a música da sua preferência. Se não gostam da música portuguesa, tem que se tentar compreender qual a causa. Se calhar só passam a música portuguesa de qualidade, e se calhar há pouca música portuguesa com qualidade).

É este um desafio a lançar aos autores de música portuguesa. Música e letra têm que dizer alguma coisa...

PS — 1) — por certo a "lei da rolha" imposta pelo Governo veio desanuviar o espectro. - ainda "há males que vêm por bem!)".

2) — Em relação aos louvores tecidos ao FEIRENSE pela sua brilhante carreira, sem necessitar de estrangeiros, é bem justa e merecida, pela excepção que ilustra, quando se assiste ao ridículo de ver equipas alinharem com 8 e mais estrangeiros, num total de n elementos...).

Nuno, José (1989): "A propósito de … (cada cabeça…)". In: *Terras da Feira*, 19 de janeiro de 1989, p. 3.

O amor às plantas

Desde muito criança, sempre gostei de plantas, flores e árvores. Quer no meu jardim de Sabugo — Sintra — onde plantei as mais variadas flores e plantas, e até um pinheiro manso, que hoje tem larga copa, quer ainda no jardim que herdei em "Éden" abandonado da varanda do meu "Atelier", e que agora revive pelos tratos de ternura que lhe dou, fui sempre um criador de jardins.

Sinto que as plantas, como as pessoas, respiram por todo o corpo e, tal como os seres humanos, há que defendê-las dos seus numerosos inimigos. E, as plantas do meu "Atelier", tanto as que estão ao ar livre como as que se animam e vivem no interior, são hoje felizes porque tenho tentado, e julgo que já o consegui, que lhe cheguem o necessário ar às suas células interiores, como tenham ainda os suficientes espaços vazios para a sua sede, e também onde possa circular o ar.

O maior cuidado que tenho com as minhas plantas é a sua assimilação clorofilina. Esta, ao contrário da respiração, é de uma vital utilidade para constituir as reservas nutritivas necessárias à boa saúde da planta.

A planta, neste aspecto, comporta-se como as pessoas, expelindo anidrido carbónico e consumindo o oxigénio do ar, para que a sua circulação seja perfeita. E também, e tal como as pessoas, as plantas não admitem poluição e são sensíveis aos Fumos e a outras matérias nocivas, que prejudicam a sua capacidade anímica.

Este cuidado que tenho tido com as minhas plantas — agora todas em assimilação perfeita — é o mesmo cuidado que tenho com o trato com as pessoas. Há que lhes dar afecto, falar com elas com todo o carinho, limpar as suas folhas com carícia, como se acaricia a face da mulher amada.

Disse Maurice Materling, — o grande sábio que se dedicou à vida das plantas e das abelhas—, que as plantas sentem o amor que as pessoas lhe têm, e conta o seguinte facto: — "Um amigo meu que adora plantas e flores, tinha no interior da sua casa, um mini-jardim que era a sua vaidade. Todos os dias depois do trabalho, descansava a olhar para as plantas e flores que com tanto entusiasmo e amor ia criando. Falava com as plantas, acariciava as suas folhas e todos os seus órgãos tácteis, e tinha com elas o mesmo sentido de higiene que tinha com ele. Um dia, foi chamado urgentemente a deslocar-se do lugar onde vivia. Deixou, no entanto, instruções à empregada para que tratasse das suas plantas com interesse.

A empregada cumpriu com o normal: uma rega de oito em oito dias e nada mais. Quando, o senhor regressou a casa verificou com espanto, que algumas plantas tinham "morrido" e outras perderam a sua vivacidade. No outro dia começa a tratar as plantas com o carinho habitual, e passados uns dias, todas estavam bem abertas para a vida".

Isto que conta *Materling*, é uma verdade, porquanto aconteceu o mesmo com as plantas dos meus mini-jardins, que tenho no meu "Atelier".

Agora, que já não se usa a "flor de laranjeira", ando com a mania de fazer uma experiência. Como já tenho uma pequena roseira — a rosa é a flor que presidia ao nascimento dos deuses - ando há muito a pensar em arranjar um espaço com um microclima artificial, para conseguir plantar uma orquídea e que esta se desenvolva. Penso que será difícil, porquanto a orquídea é das flores mais belas, não só pelas suas formas caprichosas, pela sua beleza exótica, pela sua maneira de viver e de se alimentar, e ainda pela imaginação que revela na solução do complicado problema da reprodução, a orquídea é a mais estranha, a mais misteriosa e inquietante flor do Globo. Por tais motivos, é que vou tentar que cresça nos meus mini-jardins uma orquídea.

É que, efectivamente, tenho uma grande ternura por esta flor singular.

Como disse *Darwin:* "As orquídeas não são brinquedos raros, nem caprichos da Natureza, mas obras artísticas reflectidas a fundo, esforços heróicos realizados pela alma da Flor".

É precisamente esse esforço heróico que vou realizar nos meus mini-jardins, conseguir o desenvolvimento de uma orquídea. E, como as plantas e flores necessitam

também de amor, tenho esperanças que, com a ternura que lhe dedicarei, posso conseguir o seu bom crescer, e descobrir a alma singular desta tão bela flor.

Oliveira, Mário de (1989): "Amor às plantas". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 2 de fevereiro de 1989, p. 11.

Telefonar, como?

Há palavras que se empregam com muita frequência, mas poucos sabem o seu verdadeiro sentido. A palavra funcional é uma delas. Funcional quer dizer prático, de fácil aplicação ou uso. Muitas vezes, quando as coisas se dizem funcionais, nada têm de funcional. Os brasileiros dizem muitas vezes: está funcional, que quer dizer que está bem.

Na arquitectura, a palavra apareceu com os movimentos modernos, quando se começou a criar o chamado espaço funcional, integrado com a movimentação estética das fachadas.

Tenho para mim que a arquitectura, quando verdadeira, foi sempre e será funcional, porquanto, sem funcionalidade, logicamente não pode existir tão útil arte ao serviço do bem-estar do homem.

Normalmente, as pessoas empregam as palavras sem saber o que realmente elas realmente querem significar no seu valor semântico.

Recentemente, foram inaugurados, em Vila Real, a AGÊNCIA DE TELECOMUNICAÇÕES, a ESTAÇÃO DE CORREIOS e o ENTREPOSTO POSTAL REGIONAL. Estava ausente da cidade quando este novo espaço foi inaugurado. Porém, quando regressei, perguntei com muito interesse a um amigo, como tinha ficado o arranjo da recepção dos CTT, ao que me respondeu: — "Está bem, esta muito bonito, está mesmo funcional".

No outro dia tive necessidade urgente de fazer um telefonema muito particular. Por razões óbvias, não quis utilizar nenhum P.B.X., pois bem sabemos as curiosidades dos telefonistas, em ouvirem as conversas. Resolvi ir aos "CORREIOS" para telefonar, e assim fazer directamente a chamada que desejava. Quando, com ansiedade, entrei na zona de recepção do público, imediatamente fiquei em "choque" com aquele espaço. Era dia de mercado — uma terça-feira, e a recepção tinha muita gente — e quando, com olhar ansioso, procuro as cabines telefónicas, não vi nenhuma. Dirigi-me a uma simpática empregada que sempre me atende com um sorriso agradável — aliás todo o pessoal que está na recepção tem uma grande simpatia humana — *e* perguntei-lhe: — Por favor, minha senhora, diga-me onde estão as cabinas telefónicas? — Estão mesmo à sua frente, em cima daquela mesa.

— Uma cabina telefónica em cima de uma mesa não pode ser— respondi com admiração.

Fui ao local indicado pela simpática empregada, e vi quatro telefones, em cima de uma mesa separados por lâminas de vidro. Ao lado, pessoas escreviam e selavam cartas. A sala estava cheia de ruídos.

Era completamente impossível falar naqueles telefones, com a funcionalidade que os mesmos exigem.

Uma cabina telefónica é um pequeno compartimento isolado, isento de ruídos para que o uso do telefone esteja em condições perfeitas em relação à sua funcionalidade.

A recepção dos "Correios" de Vila Real não é funcional em muitos aspectos, e tem o grave erro de os telefones, que só podem ser utilizados para conversas muito familiares como aquela que eu ouvi, e todos que estavam ao meu lado riram às gargalhadas.

— "Tá-lá?! Tá-lá?! É o Mário"? — Assim que ouvi o meu nome, levantei a cabeça com espanto e verifiquei que não era comigo, era um outro Mário e que, infelizmente, estava doente, por tudo que ouvi, e fiquei sabendo que há 3 dias o tio que lhe telefonava a perguntar pela saúde, também estava doente dos intestinos e, segundo ele, muito preocupado porque já não saiam fezes há muito tempo. Também disse ao sobrinho — e tudo isto aos gritos — que o pior é que quando vai à sanita, o Dr. o obriga a verificar se as fezes são duras ou moles.

Onde está a intimidade que o telefone exige?!

E tanto tempo os "CORREIOS" fechados, para nos oferecerem um espaço tão absurdo na sua funcionalidade.

Tanto espaço perdido, e tão mal aproveitado em relação à lógica funcionalidade de uma recepção de CTT, onde nem sequer existem quatro autênticas cabinas de telefone, onde as pessoas possam falar com a intimidade desejada, antes têm que falar para que todos oiçam as conversas, sejam elas de que tipo forem.

A única coisa positiva daquele espaço, é sem dúvida o pessoal, que tem paciência e amabilidade para atender todos os "tipos" de público.

Oliveira, Mário de (1989): "Telefonar, como?". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 5 de janeiro de 1989, p. 11.

"Vila Real memórias"

Uma notável exposição

Fiquei convencido da minha razão, sobre Vila Velha, e também da grande destruição cultural que teve Vila Real, desde os meados do século XVIII, até aos nossos dias, quando analisei atentamente a positiva exposição patente ao público no Arquivo Histórico, intitulada Exposição "Vila Real Memórias".

Esta magnífica exposição é bem elucidativa dos valores históricos e culturais que Vila Real teve, e que homens responsáveis mas insensíveis à cultura mandaram deitar abaixo.

Vila Real, poderia ser hoje uma cidade Museu, como é Évora/ou Óbidos, ou ainda como na vizinha Espanha, são as cidades de Santiago de Compostela, Toledo, Segóvia, Ávila etc, tal como se pode verificar na excelente colecção de postais ilustrados sobre Vila Real.

Fiquei sinceramente de alma ferida, ao ver aspectos da cidade cheios de história e que foram destruídos para se realizarem autênticas "urbanizações" selvagens, que ainda e infelizmente continuaram até há bem pouco tempo.

Quero aqui prestar publicamente a minha simpatia dos homens da Igreja que muito contribuíram para o grande êxito desta exposição, dando sem dúvida uma colaboração francamente positiva, e a mostrar o que efectivamente tem sido a Igreja através dos tempos na sua acção evangelizadora e cultural. Não podemos esquecer que o estilo:

Barroco, por exemplo, foi produto da Igreja, assim como toda a grande arte religiosa, desde Ci-, mabua, a Giotto, passando por o genial Miguel Ângelo, Leonardo da Vinci, este sem dúvida o mais genial de todos os artistas, e que realizou uma das interpretações mais extraordinárias da Ceia do Senhor.

Esta exposição mostra através de belas imagens dos séculos XVII, XVIII, e XIX, e ainda outros documentos como os "ex-votos" com pinturas "naïves" de pura ingenuidade, e ainda bandeiras com inspiração dos Ícones, numa religiosidade muito íntima e de forte fé, a elucidar que a natureza divina deve seguir infinita, como infinita será a essência espiritual da Igreja. A recuperação cultural de Vila Real, tem que ser realizada com sensibilidade e energia, para evitar os erros do passado onde foram destruídos edifícios de grande valor arquitectónico, e que hoje nos fazem falta para a definição de um processo histórico e cultural.

Ao analisar as pinturas de grande qualidade técnica de Melo Júnior, sobre a entrada da Vila Velha, penso que há que lamentar a demolição das casas ali existentes que deveriam ser recuperadas e não eliminadas.

Que grande pintura, e grande documento histórico, merece ser meditado pelas autoridades competentes, para que não se repitam mais asneiras urbanísticas sobre o processo Vila Velha, que deverá ser e só isso, Museu histórico da cidade.

Parabéns ao Eng. Moreira Guimarães, por ter na sua colecção de arte quadro tão expressivo, e bem elucidativo do que foi a entrada na Vila Velha. Há de salientar ainda os quadros de Trindade Chagas, "A Ponte", e "Vila Velha", os excelentes quadros de Heitor Cramez, e aquela maravilhosa figura tão cheia de ternura de João Augusto Ribeiro, e uma belíssima aguarela de Alberto Sona, da Rua 31 de Janeiro, da colecção Elísio Neves.

Mas, se a pintura tem um enorme significado, há na exposição outros significados importantes, tais como as moedas do Império Romano, sem dúvida uma notável colecção,

três magníficos vasos cerâmicos da Pré-história, e vários objectos das épocas de Bronze, Neolítico e Paleolítico.

Outras peças muito valiosas são a Cruz Processual do século XIII, a cruz gótica do século XV e a Custódia de prata dourada do século XVII, a escultura de Santa Ana, a Virgem e o Menino, em madeira estofada e policromada do séc. XVIII, Senhora das Dores do sec. XVII, e Santa Maria — gótica do séc. XV, de uma enorme elegância.

A Exposição tem ainda riquíssimos paramentos, custódias, livros religiosos de grande valor. Esse, como o Missal Romano, é pena que não tenha um catálogo porquanto um acto cultural e tanto significado histórico, bem merecia um catálogo à altura da importância espiritual da mesma.

É justo felicitar a Dra. Tereza Guimarães, pelo esforço que fez na montagem da exposição, sobretudo em alguns casos da grande valorização dos espaços.

Que os vila-realenses, não deixem de visitar esta exposição para sentir orgulho dos valores culturais que possuem, e para meditarem do que é realmente a cultura e os valores históricos.

Ao Arqueólogo Padre João Parente, as minhas maiores felicitações pela preciosa colaboração nas peças da Pré-história, e na numismática romana e visigótica.

Oliveira, Mário de (1989): "'Vila Real Memórias' – uma notável exposição". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 14 de dezembro 1989, p. 4.

Socialismo igual a capitalismo?

Apareceu, há pouco, na imprensa, uma notícia que me baralhou um pouco: "Socialista milionário vence eleições em Marselha".

Escusado será dizer que Marselha é uma grande cidade francesa no mediterrâneo e que tal milionário venceu, democraticamente, as eleições para deputado de alguma coisa.

Tudo isto parece normal, somente quando se pensa mesmo no assunto, qualquer coisa não bate certo. Socialista e milionário numa mesma pessoa, como quem dissesse socialismo e capitalismo, de mãos dadas, alegremente, numa síntese de contrários? Mas como?

Andou para aí um tal Marx a escrever contra o capital, quando afinal um capitalista venceu facilmente umas eleições com votos de socialistas (e de comunistas, de certo), como se ambos os sistemas fossem uma mesma coisa. Os proletários explorados elegeram o patrão explorador, à boca das urnas, para que este os defenda de outros patrões exploradores…

Ao milionário bastou-me o rótulo de socialista (de certeza dá tudo quanto tem aos pobres, como pretendia judas) para vencer as eleições. Assim ou a palavra socialista está vazia de sentido ou a palavra milionário não significa dinheiro ou ainda que, capitalismo e socialismo se identificam, se harmonizam, se completam. De onde nem russos, nem americanos, nem chineses deviam exportar imperialismos, nem procurar pela força, impor ideologias, quando, afinal, na França, precisamente em Marselha, se descobriu que pelo facto de alguém ser capitalista, isso nada quer dizer quanto à sua bossa socialista. Ora desse socialismo estamos nós, os portugueses, fazendo cavalo de batalha, pensando (e bem) que sem dinheiro a gente não vai a aparte alguma. Quem o tive pode dar-se ao luxo de se arrogar de qualquer ideologia política, pois terá sempre eleitores, que confiem mais naquilo que cada um tem, do que naquilo que cada um vale. Não quer isto dizer que, às vezes, quem tenha dinheiro não valha alguma coisa, mas que é difícil valer alguma coisa quem não tenha algum de seu.

Diz o que tens, dir-te-ei quanto vales…

Pardinhas, Albertino (1989): "Socialismo igual a capitalismo?". In: *A Voz de Azeméis*, 24 de março de 1989, p. 3

O leigo de Sagres

No meu tempo de Universidade, coincidente com o exílio do grande pensador Plínio Salgado, visitou-nos uma embaixada académica brasileira que foi acompanhada, um pouco por todo o País, por alguns estudantes nossos.

Chegados ao Mosteiro da Batalha fez-se, defronte do monumento, uma paragem silenciosa. Longos momentos depois ouve-se do Prof. que chefiava os visitantes: "Isto não é obra dos homens, é obra da Fé". Voltou a ecoar nas abóbadas do pensamento nos Jerónimos, na Torre de Belém, como tema justificativo da Epopeia de Quinhentos e estou certo que há-de perdurar como mancha linda e indelével pelas gerações de quem o testemunhou e dos que dele tomam conhecimento.

O nosso Venerando Episcopado com demais representantes seus pares dos Países de Língua Portuguesa decidiu comemorar o 5° Centenário da Evangelização do mundo descoberto pelos Portugueses como que a dizer-nos ser necessário dar de novo cumprimento solene ao mandato recebido pelos Apóstolos na l.ª Idade da Igreja:

"Ide por todo o Mundo e anunciai a Boa Nova a todos os povos. Eu estarei convosco até ao fim dos tempos". 1.400 anos depois de Pentecostes o Infante D. Henrique punha à disposição os meios para o início da 2.ª Idade da Igreja no orbe desconhecido ou inacessível até então, da Terra Nova aos sertões afro-americanos e destes às Índias e aos povos do Sol Nascente.

À vista estava o "Caminho" da santificação das almas e dos santos Missionários.

O Infante viu claramente também tudo isto, sabia-o de tamarinho. E com o seu lema *Talent de Bien Faire* (Pendor para Agir Bem) não se esqueceu de colocar nas caravelas e no coração dos navegadores a Cruz com que nasceu Portugal, plantada com vigor fecundante pelo Conde D. Henrique após ter combatido como Cruzado pela libertação da Terra Santa donde há 1.100 anos tinham partido os Caminheiros da Nova Aliança. Transmitiu-a à sua numerosa e fiel descendência régia e aos vassalos contemporâneos semeando mosteiros, igrejas, ermidas, grafarias, hospitais, albergarias, à medida que os mouros se foram aproximando das terras de origem. Foram 300 anos de "preparação" heróica de todo um povo militante, santos, mártires, legiões de leigos anónimos até D. Dinis e a Rainha Santa Isabel e destes até Aljubarrota à Santa Maria da Vitória. O Concílio Vaticano II relembra que o leigo tem de ser fiel hora a hora, no trabalho e no ócio, aos domingos e dias úteis, sempre e também proclamador da Boa Nova. Católico não praticante é um absurdo comparável ao de ser enfermeiro ou médico não praticante. Apetecia-me dizer que o Infante D. Henrique foi um longínquo precursor do Concílio Vaticano II, mas inegavelmente está em posição primeira como precursor das comemorações encetadas pelo Episcopado até ao Ano 2.000.

O Eminentíssimo Cardeal de Angola, D. Alexandre do nascimento, ao agradecer a Portugal ter descoberto o seu País, não se esqueceu de valorizar o papel dos leigos nestas comemorações, dando como argumento irrefutável: "Quem foi o Infante D. Henrique? Não era leigo?!"

Se não foi ele o maior, alguém desminta com verdade, pois é chegada a hora de celebrar com solenidade a 2.' Idade da Igreja, graças ao Infante e à dinastia de Avis, leigos fiéis ao sacerdócio comum recebido no Baptismo e à palavra sacerdotal dos Bispos, sucessores dos Apóstolos e aos seus ministros, os sacerdotes que conheceram o martírio nos mares e nos sertões, por terras e mares "esforçados, mais do que prometia a força humana". E continuam...

Acorda, Portugal! Onde estás, "Nação Fidelíssima?!"

Pinto, António Araújo Pereira (1989): "O Leigo de Sagres". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 11 de maio de 1989, p. 3.

Oportunamente … oportuno

Como educador e cidadão:

Oportunamente... é atribuído à intervenção realizada pela Drª Isolina em sessão camarária referente à actividade e processos desenvolvidos na área desportiva, por parte dos agentes responsáveis e por consequência, eu responsabilizo, o respectivo Pelouro camarário.

É de facto lamentável que esta acção, enaltecendo a existente, se desenvolva restritamente a algumas instituições da cidade de Ovar, esquecendo-se todos os outros

cidadãos das freguesias do Concelho, todos eles com os mesmos direitos a um melhor e maior desenvolvimento global. No entanto contesto algumas ideias expressas pela Vereadora, porque penso que os técnicos ao serviço da Câmara e do concelho na área desportiva e cultural, estando eles ao serviço de outras colectividades, pedagogicamente pode tornar-se motivador para as crianças. Sobre o aspecto técnico, destacamento ou não destacamento, para mim o menos importante, impõe-se dizer que no caso do Sr. Mário Leite, o facto de ser na área desportiva conhecido nacionalmente torna-o popular e como tal catalizador dos interesses das crianças.

Outro facto que me deixou apreensivo na intervenção da Vereadora foi a forma como se expressou sobre o planeamento realizado, ou não, das actividades pelos técnicos responsáveis. Essa forma irónica nunca deveria ser utilizada, não porque é educadora, mas sim porque é vereadora e como tal se constatou a inexistência de planos, deveria ter frontalmente denunciado a situação. Partindo desta constatação e sendo eu um leigo em política permita-me dizer que a intervenção realizada, tem essencialmente um carácter político e erradamente, pois assuntos desta natureza de interesse social não podem chegar a esse ponto de debate, momentâneo que nem sequer foi comentada...

É triste de facto, constatar como educador, a falta de actividades desportivas e culturais contínuas por parte dos respectivos Pelouros com vista a criarem uma estrutura organizativa capaz de funcionar com estes ou outros (políticos) responsáveis camarários.

Poderão os responsáveis afirmar que é fácil criticar, porém eu contesto afirmando que é fácil realizar mais e melhor do que tem sido feito. E só se conseguirá isso se, se planear e definir objectivos pois só dessa forma é possível reunir e disfrutar dos meios humanos e materiais (ambos inclusive das actividades) existentes no nosso concelho.

Aproveitar recursos existentes como por exemplo a lei do Mecenato, ideia feliz, apresentada em sessão camarária pelo Dr. Ladeira; a Câmara pelos respectivos pelouros tornar-se-ia num centro polarizador e não só financiador, de uma planificação mais ampla, mais concelhia...

Gostaria de lançar neste momento e para interesse dos responsáveis um desafio: que publiquem neste "Jornal de Ovar", porque não as actividades desenvolvidas e os objectivos atingidos nestas áreas aqui referidas, para que de facto os cidadãos, como eu, consigam distinguir a realidade da ficção em que por vezes os políticos se fundem.

Seria oportuno ou inoportuno?

Aguardarei!

Pinto, José Américo O. Sá (1989): "Oportunamente…oportuno". In: *Jornal de Ovar*, 28 de setembro de 1989, p. 3.

Católico apostólico clandestino

Porque não é moda, o cristianismo deverá viver-se pela calada, na privacidade, no interior dos templos, nos grupos claramente identificados? Dever-se-á copiar a *honestidade* do político que, ao entrar no gabinete, deixa o partido lá fora para, de cara lavada, dizer sim ou não de consciência, independentemente do pensar do líder?

É espantoso como em determinadas escolas ou fábricas pessoas e pessoas passam lado a lado até que um acontecimento fortuito (um funeral, uma discussão em jogo aberto?) um tampão, os revela como cristãos. Um tampão qualquer, em véu subtil reprimiu e ocultou essa *menoridade* ou essa *fraqueza*, que ninguém está livre de ter. e assim, como acidentalmente poderiam ter descoberto que tinham sarna ou qualquer patologia, assim também a social-pudicícia foi ocultando a convicção profunda acerca da vida, dos valores que a regem e do próprio sentido da história.

Porquês há muitos. Uma certa estratégia de não impingir cristianismo como banha de cobra; algum respeito pelos preconceitos dos outros que da igreja conhecem Galileu, o Marquês e o salazarismo, numa impressionante salada de erudição panfletária, de lente estreita e lupa grossa, incapaz de se colocar à distância certa dos factos para uma leitura focada da história.

O mundo cresceu e ganhou maturidade sem para isso requerer licença canónica. Não vivemos de momento uma cultura ritmada pelo campanário, e o religioso já não é forçosamente o animador dos arraiais, nem obrigatoriamente as feiras se armam nos largos das igrejas. Algo de facto mudou e há que aprender a transição do pregador de

promessas que jogava sempre em casa, para o cristão convicto que se reconhece crente no templo onde celebra a Palavra, e se afirma como tal no "templo" onde se joga o destino dos homens. No terreno da cultura, da arte, da luta social, na cartilha onde se lê a história.

A Igreja tem pecados e erros que é preciso humilde e inequivocamente assumir. Quer-me todavia parecer que muitos cristãos se reduziram a um silêncio cobarde, com desculpa de mau pagador. Uma rotura convicta eu entendo. Dói mais observar a fuga sinuosa quando os ventos não estão de feição…

Rego, António (1989): "Católico apostólico clandestino". In: *Diário de Notícias*, 29 de janeiro de 1989, p. 8.

A propósito de um debate…

Temos assistido, pela televisão, a querelas políticas entre os vários partidos do nosso país. Isso por si só não representa qualquer tipo de novidade para qualquer Português. Digo isto porque até o mais pacato dos Portugueses já se habituou a estes debates na televisão, debates que, por vezes, têm a finalidade de levar a opinião pública a pensar que estão a dizer a verdade e que os outros são os maus da fita!

Bem, convém dizer, e nunca é demais sublinhar tal facto, que não tomo aqui a defesa de qualquer facção política ou partido. Trata-se, sim, de um comentário na pura acepção da palavra.

Posto isto, vejamos. No Jornal de Sábado há uma rubrica com o nome de "Frente a Frente", título que, diga-se em abono da verdade, está bem adequado ao tipo de situação que se desenrola em frente dos nossos olhos. Começa então uma batalha de oratória onde não faltam os artifícios literários e os palavrões técnicos que a maior parte das pessoas não entende. A certo ponto da contenda, os intervenientes decidem dar golpes mutuamente, cada um mais profundo e com tal gana que só esperam o momento do adversário cair. As acusações sucedem-se, os ânimos exacerbam-se a ponto de não haver respeito por quem fala, e a conversa que devia ser esclarecedora acaba por se tornar em conflito. Em vez de se discutirem os temas que são do interesse geral, discutem-se, isso sim, questões meramente pessoais que nada dizem a cada um de nós.

Pelo que vão dizer em frente das câmaras, muitos mostram a sua "educação" e a qualidade de políticos que temos. São estas as pessoas que têm os grandes cargos de interesse nacional? São estes que proclamam a concórdia e a paz sociais? Será que só sabem falar nos problemas do país quando têm o discurso escrito diante de si ou quando não há ninguém que os incomode?

O leitor decerto estará de acordo comigo e sentirá também dentro de si estes pontos de interrogação. Mas fique com a certeza de que há muito boa gente que acha que fizeram um brilharete e aplaudem tais condutas.

Fica aqui o meu desagrado por estas situações e já que as minhas palavras não chegam às mais altas esferas — nem pretendo tanto —ao menos fica-me a consolação de expressas tal repulsa em nome do bom entendimento entre as partes intervenientes.

Riacho, Manuel (1989): "A Propósito de um debate...". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 19 de outubro de 1989, p. 3.

"Tropa? Não, obrigado!"

O empregado, com o seu uniforme habitual e aquele ar familiar que lhe é tão característico, aproxima-se, passa um pano húmido sobre a mesa limpando assim os últimos grãos de açúcar ali deixados pelo último cliente e pergunta-me: - Tropa?, e eu respondo -lhe pronta mas assustadamente: - Não, obrigado!

Numa situação normal eu teria aceite de bom grado a bica sobre a qual o empregado me questionava, mas vejam bem, estas duas situações (o cumprir do serviço militar e o tomar a bica) aparentemente bastante diferentes têm muito em comum, eu explico; qualquer jovem cidadão português do sexo masculino, tão depressa toma uma bica com é chamado a cumprir o serviço militar

Se fosse assim que me colocassem a possibilidade (ou não) de eu cumprir o dever de cidadão nacional e ainda, se a minha resposta fosse válida dir-se-ia, em linguagem militar, que "eu tinha passado à reserva territorial".

Sem dúvida nenhuma, que um dos grandes problemas dos jovens portugueses, neste momento, é a obrigatoriedade de tal dever nacional e eu arrisco mais, afirmando que poucos seriam aqueles que respondiam de maneira diferente à qual eu respondi. Se para muitos jovens a obrigatoriedade do serviço é um grande obstáculo, quer para a conclusão da vida académica quer ainda para a obtenção dum emprego, já não digo que para alguns não fosse bastante útil do ponto de vista físico e psicológico. Muitos desses "alguns" são aqueles que têm "padrinhos" (mérito para eles porque os procuraram) que duma maneira ou doutra, e sempre envolvendo grandes quantidades financeiras, tentam fazer com que os "afilhados" dispensem de tal dever nacional.

Bom e como os excessos não são saudáveis, não se aconselha nem pouca bica nem muita tropa.

Santos, Álvaro (1989): "Tropa? Não, obrigado!". In: *Jornal de Ovar*, 7 de abril de 1989, p. 12.

Tiro aos "gatos" e às "gralhas"

Aqui há anos ainda eu tinha uma espingarda de pressão de ar com que andava aos pardais e a outros passarinhos.

Depois, quer por evolução própria (a Ecologia, como a água mole, vai fazendo os seus efeitos), quer por influência dos meus filhos, deixei-me dessas caçadas de resto pouco produtivas, pois embora, nessa altura, a pitosguice não fosse muita, a pontaria também não abundava.

Mas o vício da caça lá ficou e agora todo me aplico na caça às "gralhas", esses bichos rabudos e malvados que pousam nos textos de jornais, livros e outras publicações.

Por vezes são fáceis de reconhecer como "gralhas", como palavras com letras trocadas, ausentes ou acrescentadas; outras vezes, camaleonicamente, disfarçam-se de tal modo que mesmo os mais precavidos as comem por faisão.

E coitado do autor dos textos, que vê deturpada a sua mensagem, a comunicação do que tinha para dizer.

Terei mau feitio, isso terei...

Serei, por vezes, incapaz de ascender às grandes ideias que os escrevedores prantam no papel.

Mas as negregadas "gralhas" e os "gatos" malfazejos é que não me escapam e, seja à cacetada, seja à traulitada, seja deitando-lhes ao gasganete, dou-lhes cabo do serro, para os ensinar a não dar cabo dos textinhos.

! Principalmente os meus (tenho razões muito pessoais para lhes querer muito).

Vem isto a propósito (eu sou como os de Pardilhó: não dou ponto sem nó...), de uma dessas aves malvadas que bicou o meu texto (logo o primeirinho que aqui publiquei!) "É só um desabafo..."

Já não falo na "Câmra", que toda a gente lê "Câmara". Não refiro sequer o facto de ter aparecido aquilo:—assim, com dois pontos de cada lado da palavra " em vez de "aquilo".

Essas são fáceis e qualquer leitor as troca.

Já não está tão à vista esta:

"E noutra face expliquem aos pacóvios como eu (e quem alinhar comigo nesta confissão de pacovice?...)..."

Não é alinhar. É alinha (e poderia ser alinhará).

Mas o que me deixou todo estragadinho, furibundo da Costa, foi a descaradona que pousou lá para o fundo da penúltima coluna.

Apareceu escrito: "Mas sabem ao que "aquilo" (e respectiva escolha) cheira?

A que "o rei vai nu".

Leitores, Conterrâneos, acreditem que mesmo que no original dactilografado que enviei me tenha passado essa "gralha" de bico afiado (ou esse "gato" de garras aguçadas) o que eu quis dizer e escrever não foi escola mas sim escolha.

Reconheçam(os) que é muito diferente, mas muito diferente!

Como veio escrito, insinuaria uma ofensa minha, uma piada minha a certa escola artística, a um gosto, a um tipo de sensibilidade.

E essa escola, esse gosto, esse tipo de sensibilidade são legítimos, merecem apreço — principalmente quando se manifestam em obras que sejam colocadas nos locais próprios que ou pretendam apenas "agradar", aos sentidos, com intenções de significarem algo, ou pretendam significar algo e... signifiquem!

Fique, pois, bem entendidinho que eu escrevi:

"Mas... sabem ao que "aquilo" (e respectiva escolha) me cheira?

A que "o rei vai nu"!

—x—x—x—x—x—

Não me consola nada ter verificado que as "gralhas" e os "gatos" não bicaram nem arranharam apenas a minha riqueza de artiguinho.

Logo na página três atirei outras tantas chumbadas a igual número de bichos malfazejos.

Na primeira coluna "nunca acredites em tudo o que houves" e ainda "que acredita em tudo o que houve"... "Gato" felpudo, bichano, trambalazainas, gordalhufo, castrado, reboludo: é ouves e ouve!

Logo na coluna seguinte, a do meio, em artigo do meu Contemporâneo 'e Amigo Mário Lisboa (o figurão que ele fazia nos bailes!) também pousou uma que dá um certo gozo:

"Era casado com uma irmã do Sr. Brigadeiro José Pereira do Nascimento, quê era conhecido por D. Marianinha, nome carinhoso como era tratada".

Depreende-se, é claro, que o que foi escrito foi conhecida, mas... que é "gato" — é "gato". A precisar de cachaporrada certeira.

E para acabar com a caçada (escrevi caçada com cê cedilhado, isto é para prevenir alguma "gralha" fedorenta...), será "gralha" o que pousou num anúncio da Manutenção Militar?

Lá se diz que as propostas de preço para determinados fornecimento fornecimentos devem ser entregues em subscrito lacrado...

Olhem que não! Olhem que não!

Elas devem ser entregues em sobrescritos.

SOBRESCRITOS.

Mas cuidadinho, sim?

Santos, José Magalhães dos (1989): "Tiro aos "gatos" e "gralhas". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 16 de novembro de 1989, p. 9.

4. Textos de opinião de 1979

4.1. Femininos

Ladrar às portas do futuro

É preciso apostar noutra coisa. Respirar contra a rotina, renovando o próprio fôlego, porque o futuro não pode limitar-se a ser uma continuação (passiva e causal) do que está. O prolongamento desta meia-coisa-em-meias-tintas, o excesso de uso de coisas que, uma após outra já conhecemos de cor.

Como nas embalagens dos medicamentos, o nosso presente - quem duvida que do nosso total descontentamento? - deveria ter, em rótulo, a menção "válido até tal"…

É provável que a busca da saída pela qual, embora possivelmente de maneiras diferentes, todos ansiamos tenha de passar pela reinvenção do que já foi inventado, ou que a aposta se circunscreva apenas à descoberta do lado ainda oculto ou da face porventura desconhecida do algo que existe já… E que o limite dessa invenção ou que o espaço possível para essa aposta não sejam mais do que o passar entre as frinchas acanhadas de quotidianos, prévia e rigidamente estabelecidos.

Porque a verdade é que, apesar de distintos entre si, e de serem especificamente diferentes nos objectivos que se propõem atingir, começa a ser incomodamente visível que em cada um dos modelos de sociedade que nos são ciclicamente propostos, - e através dos quais se espera não só o nosso voto como a expressão do nosso agrado -, se encontra cada vez mais esbatida a fronteira que os separa, e mais ténue é a margem da sua diferença.

Porque… de antemão, já sabemos tudo. Porque (quase) nada, em cada um desses projectos de vida, conseguirá surpreender-nos, nem muito menos, como escrevia João Sousa Monteiro, em título de um recente texto, "ladrar às portas do futuro".

Em férias soalheiras e leves, ocorreram-me estas ideias por ter sido a minha atenção estimulada por dois factos que, situando-se nos antípodas, um do outro, acabaram por se interligar afinal pelo fio que viria a dar origem a estas linhas.

O primeiro deles, foi a leitura tão atenta quanto o permitia um sol escaldante e uma praia próxima, do último número da revista "Raiz e Utopia", - ao qual sublinhe-se de passagem mas com espanto, a crítica da "especialidade", não parece ter ligado a importância que o acontecimento em si, plenamente justificava. E dessa leitura, logo nasceu a constatação, melhor, a certeza, de que cada página ladra às portas do futuro… catapultando-nos através de surpreendentes e inesperados estímulos para uma "outra coisa", dando um abanão ao nosso conformismo, acabando com esta mortiça e resignada instalação de nós próprios em círculos demasiado viciosos, abafados, e o que é triste, de parco sentido.

Leitura que nos projecta, com alguma violência, para as ondas de um futuro de coisas novas que parece tardar em chegar a cada um de nós…

Helena Vaz da Silva, sua directora, apostou nessa "outra coisa". Passou ao lado do "establishement", não se sentou nas cadeiras conformadas do costume, meteu-se a outro caminho. Através das pedrinhas que tal como fazia o menino da fábula para não se perder, ia deixando cair no seu percurso, descobriu outras possibilidades e foi a elas que abriu as páginas - difíceis e perturbadoras - desta edição de "Raiz e Utopia".

Há quem lhes aponte um excesso de marginalidade, (diria antes que se trata de propostas perante as quais é necessário estar atento). Quem as acuse de ser um labirinto de falsas alternativas: (mas como ceder ao impulso do mergulho em algumas delas, se delas não começar a haver alguns sinais?).

Penso (ao contrário de algumas pessoas talvez menos inquietas), que longe de nos propor estéreis polémicas sobre falsas questões, ou de deliberadamente nos baralhar as pistas, "Raiz e Utopia" não é mais do que aquele pouco de oxigénio que nos permitirá abrir os olhos sobre horizontes situados um pouco mais longe; e que a possibilidade aqui verificada de comparar textos alternativos sobre uma mesma questão ou de estar à escuta de vozes que nos vêm dizer como PODE SER ou como JÁ É noutros lugares, pode constituir

neste exacto momento um daqueles estímulos que nos obriga, "malgré nous", a continuar a respirar e a desejar dar uma espreitadela sobre os dias de amanhã.

Fico por aqui já que seria descabido continuar. Não sou porta-voz da revista e muito menos tenho procuração da sua equipa. Mas, durante as férias, esta leitura fez-me subitamente perceber o que significa apostar… mais à frente.

O segundo facto sobre o qual dei comigo a matutar, diz respeito às próximas eleições. Perante o que acima ficou desabafado, é difícil evitar a pergunta ingrata: como encará-las? A três meses de uma pretensa mudança, resta-nos acreditar em quem e em quê? Apostar em qual viragem?

Das pouco sublimes alternativas que me breve desfilarão sobre os nossos pouco cobiçosos olhos, qual delas retirar? E qual cavaleiro andante escolher para com ele perseguir o mesmo destino, se nenhum traz em si o gérmen da mudança?

Enquanto não se pontapear, romper, ou vomitar algumas coisas, não chegará o instante de poder ladrar às portas do futuro…

Avillez, Maria João (1979): "Ladrar às portas do futuro". In: *Diário de Notícias*. 7 de setembro de 1979, p. 3.

Palavras sem vida

A falar é que a gente se entende? Se as palavras fossem ondas do mar, Portugal seria a esta hora um país submerso. Como o não são, Portugal é apenas um país desentendido por causa das palavras que cada um vai puxando à sua causa, utilizando-as quase escandalosamente, sem o menor pudor. E sempre em nome do "povo", claro.

Se há regra mais infalível porque sempre religiosamente cumprida é a de que o destinatário de todas as palavras que os "políticos" proferem, em ritmo cada vez mais estonteante, é invariavelmente o "povo".

Palavras que curiosamente – mas quem se dará, de facto, conta dessa curiosidade indesejável? – têm ainda por cima o condão de saltar airosamente sobre as inesperadas e constantes cabriolas e outras piruetas da vida política nacional, antes de, já sem fôlego, sem sentido e sem vida, chegaram ao "povo".

Os últimos dias têm aliás siso ricos dessas piruetas que os "políticos" envolvem em laços de palavras para o "povo" ouvir, gastar e gostar. Mas e… entender? Entender, não se sabe. Disfarça-se, faz-se de conta, e optimisticamente espera-se que sim. Pois não tomam "eles" as ingratas decisões, as atitudes difíceis, os grandes gestos, em nome do "povo"?

O Presidente da República, numa catadupa de palavras – e com um atraso de três anos -, veio explicar aos portugueses que "afinal" nunca houve maioria presidencial. Tratou-se de uma lamentável confusão, sobre a qual, no entanto, é legítimo perguntar hoje se não foi ele a primeira – e a pior – vítima desse equívoco infeliz…

Ramalho Eanes descobriu também que "afinal" o presidencialismo não é o seu destino e que bem vistas as coisas, mais vale optar pelo sistema parlamentarista.

Entretanto (enquanto Mário Soares ri), o "povo" estomacado vai aparando mais estas descobertas difíceis de compreender em toda a sua amplitude neste espaço e neste tempo.

A Aliança Democrática deu um fortíssimo golpe de rins – quem teria sido o ginasta treinador? – e "afinal" concorrerá às próximas eleições apresentando listas conjuntas para candidatos a deputados.

Após tão inesperada decisão do "povo" - logo dela informado através dos milhões de palavras expressas em comunicados, conferências de imprensa, entrevistas, declarações - , na melhor das hipóteses, interrogar-se-á sobre o secreto porquê da pirueta – e principalmente sobre qual a misteriosa razão de não ter sido esta a decisão inicial -, e, na pior, encolherá os ombros ao ouvir, MAIS UMA vez, que é para seu bem e feito em seu nome… enquanto desamparado e revoltado se deita a contas impossíveis, porque como dizia o humorista, cada vez lhe sobra mais mês ao fim do dinheiro…

O Partido Comunista informou há dias que "afinal" Camões não é nada de deitar fora. E vá de se apropriar dele, com aquele talento subtil e engenhoso que possui para estas ocasiões, esquecendo, como por milagrosa amnésia, o que fez, disse e pensou – e sobretudo o que fez dizer, fazer e pensar -, contra o poeta, há quatro anos atrás.

Mas ainda a procissão de palavras – cada dia mais estranhas e ao serviço de mais extraordinárias coisas – vai no adro… e é já aterradora a perspectiva do que irá ser o seu tumulto, daqui a dois meses. Estará alguém atento a isso? À necessidade de mudar o rumo, a forma e o conteúdo a cada palavra, reinventando-lhe um sentido feito de utilidade e pragmatismo? À urgência de a tornar eficaz?

Projecto demasiado ambicioso? Não vislumbro outro através do qual seja possível conseguir que as palavras atinjam um fim precioso, que é o de ganhar alguém para uma determinada causa.

Se o "povo" a quem elas sempre prioritariamente se dirigem, para quem são sempre escritas, ditas ou gritadas, não sentir que têm uma efectiva justificação, ser o seu destinatário, e logo não for por elas mobilizado, qualquer projecto que necessite o uso das palavras tem À partida o sabor amargo da derrota.

No estado actual da palavra – desvalorizada, gasta, inconvincente – e do "povo" - desfavorecido, desprotegido, desinteressado -, se alguma coisa se não modificar no modo como empregam as palavras aqueles que as usam como arma e como meio, nenhuma aposta se tornará aliciante, nenhuma vitória será possível.

As palavras actuais – sejam de esquerda ou direita, venham de revolucionários, conservadores, reformistas ou reaccionários – não convencem.

E por isso – ainda menos (nos) mobilizam.

Avillez, Maria João (1979): "Palavras sem vida". In: *Diário de Notícias*, 21 de setembro de 1979, p. 3.

Requiem por Porto Santo?

Está para ali, tristonha, algo baça, aparentando uma timidez de quem pede licença para existir…

Uma existência difícil, de resto. Cinquenta quilómetros quadrados de terra inglória, perdidos, algures a Ocidente do Oceano Atlântico, uma vegetação débil a tentar desmentir, aqui e ali, a imediata sensação de uma paisagem lunar, de colinas tão áridas quanto desconsoladas.

Cá em baixo, uma praia que é uma festa, e simultaneamente a quase uma única dádiva da natureza naqueles sítios: um areal dourado até onde a nossa vista alcança, banhado pelo verde oceano, apetecível em qualquer estação do ano.

E o resto, em Porto Santo?

Os notáveis lugares, tranquilizam-me: as carências básicas dos seus quatro mil habitantes estão minimamente resolvidas. Meninos e meninas aprendem a ler, escrever e cantar; ninguém sente no estômago a dor da fome; há dois autocarros (e dezasseis táxis para… os turistas) que percorrem, ronceiros, a minúscula ilha de lés a lés: um centro sanitário com dois médicos, enfermeira e tudo…

A partir destas coordenadas lineares, o resto é extremamente insuficiente. (excepção feita para o hotel que agora remodelado, desfrutando de situação privilegiada, e apoiado por uma competentíssima e simpatiquíssima gerência é dos poucos locais verdadeiramente aprazíveis de Porto Santo). E se alguns pequenos e grandes melhoramentos estão em curso uns, na forja outros, o certo é que cada habitante vive ali um sentimento de dupla insularidade.

Antes de mais, um isolamento físico, dos mais duros. (e aqui cabe perguntar porque é que a TAP impediu, há cerca de dois anos, que outros aviões, de empresas privadas, efectuassem ligações entre Porto Santo e Funchal alegando que lhe pertenciam o monopólio das carreiras internas, e afinal, já a partir deste mês de Outubro apenas assegurará dois voos semanais entre as duas ilhas devido ao facto de o único avião disponível para o efeito, ir para a reparação anual?).

Mas porventura pior, um outro isolamento cai, dia após dia, sobre o habitante de Porto Santo: o da solidão causada pela impossibilidade da procura de um destino onde caiba palavra viver, e a vida tenha um sentido pleno e uma razão para ser vivida.

Antes era fácil: atribuíam-se as culpas deste estado de coisas (e de almas), a Salazar, ao "fascismo", ao "antigamente". Hoje, remeter para o passado a causa de tudo, encontrar apenas um culpado, é mais difícil, como, há cerca de duas semanas me pude "in loco" aperceber. Culpados? Há muito mais de que um só…

O vinte e cinco de Abril, para além de reavivar essa nostálgica e sempre eterna miragem de uma vida melhor, teve o condão de despoletar – e não sem alguma violência -, uma arreigada contenda que manifestando-se hoje através dos partidos políticos – terrenos idealmente propícios para lutas desse jaez -, tem no entanto a sua origem na velhíssima rivalidade entre Porto Santo e a Madeira, pólos antagónicos e antigos de uma guerra sem mercê.

O Porto Santense olha o Funchalense como o invadido olha o invasor. Ou, o que ainda lhe é mais insuportável, como o colonizador. Para os habitantes desta pequena ilha, os do Funchal apenas a conhecem porque a escolhem como local privilegiado para as suas férias. E nos intervalos, vão comprando "os melhores terrenos e as melhores vivendas", como tristemente ouvi desabafar a diversas bocas e outros tantos corações.

O Funchalense, mais altaneiro, encolhe os ombros e ignora tudo isto, porque ano após ano, o seu endereço de férias continua a ter as cores de Porto Santo.

A revolução condimentou portuguesmente tudo isto: o sal da querela chama-se PSD – ganhou as eleições gerais no arquipélago da Madeira, - e a pimenta, PS, – os socialistas obtiveram num total de 11 câmaras, e a sua única vitória autárquica, precisamente em Porto Santo, - o que três anos depois, vem acentuar ainda mais o divórcio azedo entre estas ilhas, reforçando um diferendo de proporções caseiras, vazio ou quase, de qualquer conteúdo ou sentido.

Resultado: tudo isto mais não faz do que, escamoteando o cerne da questão, passar ao lado dos verdadeiros problemas que uma vez resolvidos, conferiram uma dimensão humana ao Portosantense , deixando cair o ponto de interrogação que cada um deles, põe fatalmente à frente do seu dia-a-dia de amanhã.

O cerne da questão? Saber de uma vez por todas, ultrapassando discussões de patamar e conflitos provincianos, o que vai ser Porto Santo, como e para quê…

Duas teses ameaçam confrontarem-se definitivamente: fazer de Porto Santo o complemento turístico da Madeira, jogando habilmente com as diferenças entre as duas ilhas – de clima, paisagem, recursos, - ou criar no Porto Santo um verdadeiro centro de turismo, autónomo do Funchal.

Para lá da imensa responsabilidade, do fôlego e da arroja de visão que implica a escolha entre uma e outra opção, uma coisa é certa: essa decisão, qualquer que ela seja, parece poder vir a construir o formidável e finalmente decisivo pontapé de saída para a resolução desta ilha à procura de si própria. Da sua identidade e do seu destino.

Foi fácil de constatar que há divisões quanto à escolha da boa opção. E se bem que à partida Porto Santo disponha das condições ideais para ser um belíssimo complemento turístico do Funchal – não possuindo por outro lado, infra-estruturas capazes de atirar a ilha em força, para voos mais audazes, - há no entanto quem opte pela segunda solução.

Não importa. Nem é disso que se trata aqui hoje. O que é preciso é que alguma coisa se agite, no universo parado de Porto Santo, e que os seus habitantes deixem de ser uma realidade isolada – na qual a palavra *futuro* é descabida, - mesmo que com as carências básicas resolvidas…

Avillez, Maria João (1979): "Requiem por Porto Santo?". In: *Diário de Notícias*, 14 de setembro de 1979, p. 3

As mentirosas "Cartas" de Soror Mariana Alcoforado

Continuam sem resposta as perguntas centenárias: se não foi a freira de Beja a autora das "Cartas", quem foi que as escreveu?

Tomo a palavra ao prof. Xavier Coutinho. Não que tivesse o prazer de assistir À sua comunicação na Academia das Ciências acerca das "Cartas" de Soror Mariana, um tema apaixonante que me ocupou muito tempo de investigação e interpretação vai para cerca de um quarto de século. O "Diário de Lisboa" publicou então, de minha autoria, uma série de artigos sobre o assunto, integrada depois num volume ilustrado de certa espessura "Itinerário Romântico de Portugal" embora com um sentido menos "rapporté".

Então, não me limitando a reproduzir ou a aceitar as versões correntes, a partir da nota marginal de Saint-Simon, divulgada por Boissonade, fui a Beja procurar muito daquilo que Luciano Cordeiro e Manuel Ribeiro já haviam achado, os vestígios da vida física e espiritual de Mariana Alcoforado. O tempo não permitiu que esgotasse as reservas

documentais mas ficara-me a certeza de que Luciano Cordeiro e Manuel Ribeiro, com eles quantos se haviam ocupado dos amores de Soror Mariana Alcoforado, tinham partido de pressupostos chauvinistas, destinados a provar que, efectivamente, as "Cartas" eram da freira de Beja.

Ora, eu jamais encontrara nas belas páginas das "Lettres Portugaises" afinidades com o temperamento da mulher portuguesa e sempre considerara as impetuosidades de Mariana mais próximas das mulheres que se reconhecem nas "Carmens". Sim, nós, as portuguesas, somos mais doces e sensíveis. Morremos por amor mas não invectivamos o homem amado. Salvo nas quadras fadistas e nos ímpetos ciúmes de Madre Paula.

Porque a própria Leonor Teles não é um caso de amor, é um furor de ambição.

Daqui ocorreu que o meu propósito em Beja não seria provar que Mariana Alcoforado era autora das "Cartas" surgidas no encalço do êxito das "Egipciennes", antes de alguém que partira de uma realidade contada por terceiros e deste mal recolhida.

E fiz o que outros não haviam feito, ao explorar arqueologicamente o local onde vivera o romance de Mariana e Saint-Léger.

Ser-me-ia então precioso subir ao primeiro andar do Convento da Conceição, colocar-me diante da "Porta de Mértola" e, por detrás das três grades da janela que separavam as freiras de quem passava, para reconhecer que as "Cartas" eram mentirosas. Mentiam porque à altura de um primeiro andar, com uma visão perpendicular ao solo, Mariana não podia transmitir nem receber o "coup de foudre" amoroso; mentiam, porque o larguinho se mantém, segundo o testemunho insuspeito do falecido arqueólogo Abel Viana, tal como era em meados do século XVII, o que é dizer não haver nele espaço onde "caracolar" o cavalo do conde de Chammily; à frente do seu "garboso" esquadrão de cavalaria. Chammily que, segundo o testemunho de Saint-Simon, era egoísta, bom estratega e estúpido, logo a antítese do galã de todos os tempos.

Soror Mariana, que dera entrada no convento aos 11 ou 12 anos de idade, por imposição paterna, para acautelar o regular morgadio, não recebera educação nem fora nem na clausura, para escrever francês tão desenvolto. As freiras do Convento da Conceição apenas aprendiam a bordar a lantejoulas os vestidinhos dos dois rivais sãojoõezinhos, a rebicar papel de seda, a intrigar e a amar, pois as grades e portas não eram tão herméticas que não deixassem passar os vários Chammily daquela corte de Vénus. Sabe-se, de facto, que a Conceição não escapava à regra dos conventos. E que eram mais que possíveis os amores da Soror que chegaria a madre e a vice-abadessa, morrendo para cima dos oitenta, e, como lhe cumpria, "em cheiro de santidade…".

Mas há outro pormenor que aduzo a outros (escrevo de memória, os artigos volatizaram-se e o livro é mais "história" do que "investigação") e essa é o facto de Soror Mariana ter sido ecónoma do convento de Beja e escrever os assentos dos taleigos lá entrados, com letra incerta e desenhada canhestramente. Não se vê como seria possível redigir em francês tão belo, tão fogoso e tão vertiginosamente "cursivo"…

E como Cahmilly se demorou poucos meses em Beja, não teria tempo de lho ensinar, empenhados que estavam ambos numa linguagem diferente.

Mariana (aliás, no baptismo, Maria Ana) terá, portanto, vivido os amores impetuosos com o futuro marechal de França. Mas não era possível, avaliando a distância a que se encontrava o ingrato amante (no Franche-Condé) e para mais em campanha, como nós, aliás, ainda estaríamos a lutar pela independência da Pátria, admitir que as missivas de amor previstamente chegassem ao seu destino, fora dos componentes espaço, tempo e velocidade, em movimento uniformemente acelerado…

Deixo estas considerações à consciência dos leitores, para ver se comigo concluem como e porquê considero não serem da freira de Beja as "Cartas" de que Beja só teve notícia, quando em 1888 lá foi Luciano Cordeiro perguntar como era, afinal (vinte anos atrás, Filinto Elísio havia-as traduzido…), a história amorosa de Soror Mariana Alcoforado.

Penso que nenhuma teoria creditável pode então arquitectar-se que não seja a partir de o facto de as "Cartas" não poderem ser escritas por quem tivesse estado no local descrito. Porque só quem as tivesse escrito por quem do local houvesse notícia "de ouvido" cometeria erros topográficos que o são de palmatória.

E assim ficam sem resposta as perguntas centenárias de seu cariz um tanto policial, se não foi a freira de Beja a autora das "Cartas" de Mariana Alcoforado – quem foi que as escreveu?

E, finalmente, quem deu a conhecer ao seu autor a história de tais amores e lhe descreveu o convento?

Uma verdade, porém, parece ressaltar: se o tradutor e autor, como deduz F. G. Green, são uma e a mesma pessoa (e mantenho, o estilo é mais másculo do que o da própria Madame Stael…), fez da exaltação destes amores em estado de pecado um mito que a literatura portuguesa lhe agradece e a memória das nossas Marianas purifica. Porque, convenhamos, ditosa pátria em que os amores frutificam…

Azevedo, Manuela (1979): "As mentirosas "Cartas" de Soror Mariana Alcoforado". In: *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1979, p. 17.

"Joana d'Arc" em Carnide

Não é só um reportório da melhor qualidade o que define as actividades do Grupo de Teatro de Carnide, é também a acção pedagógica exercida junto de um público interessado na discussão de problemas de cultura, para o qual, aliás, os ostentadores da acção teatral preparam espectáculos do melhor nível artístico. Efectivamente, isso se concluiria, se houvesse que aferir-se esse nível artístico pelo seu espectáculo em cena, "Joana d'Arc". "A Cotovia", de Jean Anouilh, muito acima de qualquer outro, posto em confronto, com a maioria de outros, ainda que em disputa de primeiros lugares.

Estive lá em Carnide, na noite da sua reposição. Numa encenação de Bento Martins (um estudioso de teatro a um nível de cultura que neste seu trabalho não pode sofrer contestação séria). "A Cotovia" ou "Joana d'Arc" é produto de um estudo aprofundado e de uma correcta análise, responsáveis por um apuro de linhas mestras e de um conjunto de buscas de bem explícito significado. Não são apenas as ilações a tirar da posição dos políticos e da Igreja, em relação ao sacrifício da "Donzela de Orleães" mais tarde canonizada, mas, ainda, a leitura de um texto rico de subtilezas e significação. Embora nem sempre essa explicitação seja clara ou logicamente conduzida, de forma a impor-se como tal, perante o espectador (por exemplo, no que respeita ao movimento das personagens, segundo as várias classes sócias da época), são claros a intenção e o desígnio de extrair do texto de Anouilh um significado que o torne mais próximo do nosso tempo ou dos nossos problemas idênticos, suscitados por fenómenos iguais ou diferentes. Teatro, porém, pode ser ou não agitação de ideias e o Grupo de Carnide, sabendo-o, explora sem demagogia aquilo em que Anouilh é assomo de ideologias.

Movendo-se, aliás, num espaço reduzidíssimo, os autores, que são à volta de trinta, dispõem de uma nove dimensão, esta em altura, que são os escadotes aonde sobem, descem ou permanecem, nos seus vários estádios sociais de clero, nobreza e povo.

Essa divisão da estrutura sócio-política do século XV é uma das vias originais da encenação de Bento Martins, que apesar dos poucos recursos do grupo, consegue criar um final emocionante e verdadeiramente espectacular. Aliás, a construção teatral de Joana d'Arc é já de si um sinal de espactacullariedade peculiar ao talento de Jean Anouilh que foi um cultivador de "trouvailles". Não se limitando a contar a história da jovem camponesa que salvou a França do jugo inglês, Anouilh fá-lo de uma forma "racontée", voltando atrás e fazendo reviver episódios do passado no julgamento que a levará à fogueira.

É pena que este espectáculo não disponha em Lisboa de uma espaço conveniente para ser apresentado, até porque está representado a um nível muito acima da média geral, seja de actores amadores, seja de actores profissionais (em alguns casos, é evidente). Não é apenas a personagem do "Conde de Warwick" (adamada como um nobre na corte de Carlos VII), não é só a intencionalidade dos interrogatórios do "Inquisidor" não é só aquela atitude de diminuído mental o "Delfim Carlos", não é só a desenvoltura de "La Hire", é todo o jogo de cena em que os "remicers" estabelecem circuitos de memória com uma transição espectacular entre o presente e o passado.

Falei de algumas interpretações, não lhes juntei os nomes mas há nisto uma intenção de fazer justiça a quantos outros participam dela, criando uma homogeneidade exemplar. E dar o nome de todos seria aspiração incomportável pelo espaço de que disponho. Quero, porém, deixar ainda uma palavra para os figurinos que apontam para uma síntese, estilização e evocação epocal.

Deixo, portanto, globalmente, uma palavra de aplauso e de estímulo a esta equipa em que incluo os técnicos, o público e todo o grupo de apoio (os associados), permitindo a

intensa actividade dessa representativa companhia que parte pelas terrinhas do concelho a mostrar bom teatro e a discuti-lo com o público. Assim é, e que assim continue a ser.

Azevedo, Manuela (1979): "Joana d'Arc" em Carnide". In: *Diário de Notícias*, 7 de dezembro de 1979, p. 13

A propósito da chegada de Samir ou Rubens de Falco

Desde sempre que o homem tem sede de maravilhoso. São prova disso as imensas lendas transmitidas de há séculos de boca em boca em todas as civilizações.

Aparecida a imprensa, logo esta se deu conta disso e preenchia diária ou semanalmente as suas habituais quatro páginas com as poucas notícias que lhe chegavam, o carnet da sociedade e o folhetim. Este era, para a época, o barómetro da sensibilidade literária, a rampa de lançamento de escritores novatos e o alimento reconfortante para a pieguice e a fome de escândalo das senhoras.

O tempo foi passando. Os jornais cresceram. Passaram a receber notícias das agências nacionais e estrangeiras e poucos são os que ainda hoje publicam folhetins. Todavia, o homem não mudou no fundamental do seu psiquismo e a sede de maravilhoso a que no princípio me referi, continua a manifestar-se, talvez mais exaltada ainda. Só que hoje se manifesta de dois modos opostos: a sofreguidão na leitura das notícias, sobretudo de notícias insólitas ou macabras e o afogamento em literatice de "histórias de quadradinhos" ou séries rádio ou teledifundidas.

Duma maneira geral, estes dois caminhos correspondem a tomadas de posição dos dois sexos – quero dizer, os homens entregam-se apaixonadamente à leitura do jornal, enquanto as mulheres ouvem folhetins ou lêem fotonovelas.

Não escapa este facto ao princípio filosófico da razão de ser. A causa reside uma vez mais no psiquismo humano e é-nos desvendada pela psicologia comparada: por um lado, o homem, fundamentalmente agressivo e realista, preocupado com o que de facto se passa à sua volta; por outro, a mulher, sentimental e intuitiva, dando atenção muito especial ao que toca o seu coração porque toca o coração dos outros, ainda que de personagens fictícias.

Esta a regra geral. Uma excepção se mostra porém evidente no ambiente português: as telenovelas brasileiras. E aqui, com uma agravante: entusiasmo pelo enredo transpõe-se para os intérpretes e a pessoa destes é julgada de acordo com o personagem que interpretam.

Das muitas séries que a TV tem transmitido, nenhuma provocou tanto entusiasmo e nenhuma provocou tamanha celeuma como estas telenovelas. Baseados no mesmo princípio de que tudo tem a sua razão de ser, detenhamo-nos na análise do problema.

1. O ENTUSIASMO – Não valerá a pena lembrar de novo o tal desejo de maravilha patente no homem, mas talvez que em Portugal ele se agravasse e se agrave cada vez mais se nos lembrarmos do desencanto que em quase todos provou a relativamente falhada revolução de Abril. (De notar que "Gabriela, Cravo e Canela" surgiu no princípio de 77 quando o povo se cansara já da política).

Pensemos ainda no real valor artístico da obra literária de Jorge Amado e da obra cinematográfica da Tv Globo.

Pensemos sobretudo que tudo se falava nesse maravilhoso sotaque brasileiro e no óptimo desempenho de todos os artistas.

Seguiu-se o "Casarão" em que a boa encenação se mantinha. Depois, e embora no S. XX, os sentimentais portugueses sejam ainda sensíveis à lamechice de "Escrava Isaura", sobretudo depois da propaganda feita pelos dois antecessores. E agora "O Astro". Sempre o pseudo-sobrenatural fascinou os homens e ele é aqui uma constante não só nas alucinações de Márcio e nas "adivinhações" de Herculano, mas também, e sobretudo, nas constantes invocações do Sagrado cristão.

Note-se ainda o assunto-chave da intriga: em todas as telenovelas a contestação da sociedade estabelecida; nos dois primeiros, a apologia do amor dito livre por oposição à família; em "Casarão" e "O Astro", o divórcio. Em todas a negação do Amor, ora identificando-o com sexo, ora com admiração e sensibilidade.

1. **A CELEUMA – A crítica que se opunha às telenovelas levantava dois problemas fundamentais e de sentido diferente:**

a) **O problema linguístico – Falar "brasileiro" torna-se hoje cada vez mais diferente de falar "português". Temiam pois alguns que a identidade da nossa língua se perdesse com a entrada do calão ou gíria brasileira nos nossos hábitos de linguagem.**

A meu ver, este problema da identidade linguística portuguesas é um problema real, mas a ameaça brasileira representa apenas uma parcela nesse problema. Ela seria facilmente anulada se se estimulasse nas escolas a leitura e o cultivo duma maneira correcta do escrever e falar português.

b) **O problema moral – Ainda aqui importa fazer uma subdivisão no que diz respeito a uma moralidade a que chamarei externa e a uma outra interna. Entendo por moralidade externa a que diz respeito às imagens do filme e por moralidade interna a intenção que o provocou e a mensagem que pretende ser transmitida e está por detrás de todo o enredo. Reconheço que a nomenclatura não é a mais correcta, mas sirvo-me dela por comodidade de linguagem, o que me parece aceitável depois de dada esta explicação.**

O problema da moralidade externa põe-se apenas para "Gabriela" em que as cenas consideradas eróticas abundam. Ele não é, porém, tão grave quanto pode parecer, uma vez que tudo era dito com verdade: o erotismo era erotismo em toda a sua crueza.

Muito mais sério é o problema da moralidade interna bem visível em "Casarão".

Aqui tudo é velado. Usa-se e abusa-se de simbolismos que atingem o sub-consciente e o consciente do espectador. Lembrem-se, a título de exemplo, os whisquies e os cigarros trocados entre Lina e Jarbas ou o filho de pedra de João Maciel e Carolina...

Quanto a "O Astro", julgo que seria importante fazer notar a nível do público a distinção entre religiosidade e superstição tão misturadas na telenovela. De facto, se assim não acontece, acabaremos por encontrar entre nós gente que vá de manhã à Missa, de tarde à bruxa e à noite a uma sessão de espiritismo...

A meu ver é aqui que aparece claramente a visão duma deontologia dos meios de comunicação social.

Ou se entende que a Arte tudo justifica e damos em adorar a Arte como no Século XVII se adorava a Razão, ou se considera a Arte como um valor superior mas submetido ao bem do homem.

Se alinhamos na primeira hipótese, aceitaremos tudo. Aceitaremos as lavagens ao cérebro permanentes, a destruição de valores, tudo em nome da Arte.

Se escolhemos a segunda, faremos uma evidente selecção. Entenderemos o "profissional" da rate (se é que ele existe) ao serviço do público, mostrando-lhe o mau como mau, e o bom como bom. Mas entendê-lo-emos também como alguém que, em nome dum humanismo verdadeiro, saberá contrapor ao mal que importa denunciar, o bem que sempre é preciso anunciar.

Azevedo, Maria da Conceição Fidalgo (1979): "A propósito da chegada de Samir ou Rubens Falco". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 1 de março de 1979, p. 7.

Às crianças do meu país

Cartazes, música, balões, festas, gorgeios… Paraíso? Ou perspectiva de inferno?

Era vulgar ouvir, a propósito das festas do Movimentos Nacional Feminino, citar o conhecido provérbio oriental: "Se vires um homem com fome, não lhe dês um peixe. Ensina-o a pescar". Condenava-se então a preocupação pelo imediato. A falta, inconsciente ou voluntária, de sentido do futuro e da finalidade. Condenava-se a caridadezinha que esconde com rendas a falta de fraldas.

Será que hoje passámos a dar as fraldas sem a preocupação infantil de esconder primeiro a miséria?

Enquanto um comboio especial levava crianças das escolas a jantar com o Presidente da República, no Jamor, onde refugiados apodrecem na lama, crianças raquíticas nasciam e morriam brincando nos esgotos. Bem escondidas da opinião pública.

Sabemos, quase como ladainha, os tempos difíceis e o sacrifício que nos esperam. Porque damos a alguns tudo o que pede a sua sensibilidade ainda não amadurecida? Mandados por quem os habituamos a uma abastança que, quando adultos, não poderão

nem saberão criar e assim os conduzimos a um estado de desespero ou apatia – o melhor campo para o trabalho de colonizadores?

E a isso chamamos cuidado… preocupação… carinho…

Será Amor?

Aprendamos de uma vez que o imediato é, antes de tudo, a preparação do futuro. Que o futuro próspero se constrói no sacrifício do presente.

Ensinêmo-lo às nossas crianças.

Mostremos-lhes o exemplo dos pastorinhos de Fátima e de Bernardette (neste ano do seu centenário). A mensagem que ouviram transformou as suas vidas. E transformará o mundo… se nós deixarmos…

Azevedo, Maria da Conceição Fidalgo (1979): "Às crianças do meu país". In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 6 de agosto de 1979, pp. 1 e 3

Literatura macaense

Há dois ou três anos fui solicitada pelo então governador De Macau, coronel Garcia Leandro, que sempre acarinhou, honra lhe seja, os valores culturais, para organizar uma antologia da literatura macaense.

A ideia era aliciante. Porque essa literatura, completamente ignorada no exterior (e até na própria terra) é contudo uma realidade viva. Não que se possa dizer uma literatura muito abundante ou de extrema originalidade, mas há muita pequena jóia dispersa, quer em prosa de ficção quer em poesia, que vale a pena seleccionar e reunir. Ficção e poesia umas vezes genuinamente macaenses – isto é, criada por naturais de Macau descendentes de portugueses – outras vezes da autoria de metropolitanos que se deixaram prender pelo perturbante encantamento da terra e o transmitiram ao que escreveram.

Solicitada como disse, aceitei com prazer a incumbência, começando o trabalho de recolha de textos. Mas sendo uma aceitação sem compromisso, os deveres profissionais e outros igualmente inadiáveis foram preterindo esse trabalho, que até hoje não concluí. No entanto algumas conclusões ressaltaram da pesquisa.

Anterior ao século XIX nada se encontra, a não ser relatos mais ou menos prosaicos sobre a vida de Macau, feitos por pessoas sem ligações afectivas com aterra. Mais não fez um Bocage, ainda que escrevesse em verso, para não falar de um Fernão Mendes Pinto ou mesmo do Camões. Este, se acaso lá viveu, não deve ter visto na incipiente povoação mais do que ela ao tempo era: uma terra de *veniaga*, uma feitoria comercial. E sobre ela, aliás, nada disse.

Mas dos finais do século XIX em diante aparecem produções cujo aspecto mais interessante, a meu ver, é a utilização da própria fala da terra, o antigo crioulo ali correntemente chamado o *patoá*. Essa utilização ocorria paralelamente ao português normal e tinha sempre o tom humorístico com que o dialecto já ao tempo era encarado. Um dialecto hoje quase esquecido, falado unicamente por pessoas muito idosas, mas que também já o não usam na forma «cerrada» de seus avós e que dizem mesmo que já não sabem falar macaísta (maquiçta)…

Actualmente um macaense, José dos Santos Ferreira, tem-se dedicado, com incansável ternura, a reconstituir esse *patoá* em poesias, historietas e peças teatrais de tipo opereta, mas com os artificialismos inevitáveis no uso hodierno de uma língua morta. E explorando quase sempre, com imensa graça deve dizer-se, o filão humorístico de que o vocabulário do dialecto e a crítica à vida local são fonte inesgotável.

No falar popular de hoje não se escreve nem canta. É um falar profundamente instável, como é próprio das falas populares a que, por força da escola e de outros meios de instrução, se pretende impor a língua culta, sempre deficientemente assimilada. É pois um linguajar bastante caótico, oscilando entre as formas antigas e as modernas, mas duma doçura que se presta ao ritmo e ao canto. E que não é devidamente aproveitada. Canta-se em português normal ou, muito mais frequentemente, em inglês (e, é claro em chinês entre a população puramente chinesa, que não fala, por via de regra, a nossa língua).

Creio ser urgente criar uma literatura macaense nessa fala de Macau, como se tem feito no Brasil e em outros dos chamados países de expressão portuguesa. Literatura que deverá concorrer com a veiculada no português normal, usado pelo macaense culto.

Batalha, Graciete (1979): "Literatura macaense". In: *Diário de Notícias*, 29 de novembro de 1979, p. 17

As "babuscas" esses terrores

São impagáveis, as "babuscas"!

Resmungonas, refilonas, presença constante por todos os cantos, de lenço atado aos queixos faça o tempo que fizer, vestidas de qualquer maneira que lhes dê na gana, redondas, floridas, activas ou molengas, sempre ocupadas e prontas a descompor toda a gente, principalmente "esta juventude de agora", as "babuscas" russas são parte integrante do cenário urbano de Moscovo.

A palavra "babusca" significa, em russo "avozinha". A avozinha é toda aquela que tenha ultrapassado os 60 anos, seja casada ou não, tenha tido filhos ou não. E muitas os tiveram e os perderam na guerra (ou nas guerras que foram aqui muitas), tornando-se por isso azedas. Mas o termo "babusca" é sempre empregue com carinho: os soviéticos têm grande ter crianças. Para estas "tudo o que há de melhor" não é frase feita de propaganda, como verifica quem aqui conviva com esta sociedade tão diferente da nossa. Para aqueles, a ternura de quem tem dívidas de gratidão a pagar.

Porque as terríveis "babuscas" de hoje foram mulheres que muito sofreram: as privações provocadas pela mudança do regime social, a consequente guerra civil, à qual se seguiu a intervenção estrangeira por parte de 14 países, que mais guerra, fome e privações provocaram, tudo isto na infância; depois, uns poucos anos de acalmia e de novo a guerra, total e devastadora, que veio encontrá-las jovens, umas ainda adolescentes, outras já casadas e com filhos, outras noivas, outras ainda não, mas todas jovens e com os sonhos e desejos de toda a juventude em toda a parte do Mundo. A sua vida foi brutalmente mudada, essas mulheres combateram nas frentes e na retaguarda, mataram, viram morrer, morreram muitas também.

Depois, foi o voltar à vida. Enquanto se chorava os mortos, reconstruía-se o que fora destruído, esperava-se em vão pais, maridos, namorados, filhos – que não voltavam ou voltavam mutilados, doentes, desfeitos na sua humanidade pelo muito que haviam visto e sofrido. O tempo foi desvanecendo dores, foi desvanecendo dores, foi reconstruindo o que a guerra devastara. Mas essas mulheres envelheceram.

E envelheceram com dignidade, mas terrivelmente divertidas no patético da sua personalidade de grandes lutadoras que foram, mantendo sempre viva a chama do seu interesse reconstrutor. Elas hoje cuidam dos bebés que ainda que ainda não têm creche, da moral de todos, da limpeza dos locais públicos, dos jardins, fazem contas nas caixas, atendem clientes, vendem flores nas ruas e no metro, protestam nas bichas, protestam nas lojas, resmungam com toda a gente e toda a gente as ama.

São bem capazes de nos dar com a vassoura se lhes pisamos o que acabaram de limpar, não pedem licença para o fazer. Elas dizem aos mais jovens que a sua postura no banco não é a mais correcta, que devem levantar-se para dar lugar às crianças nos transportes lotados, elas compõe um ramalhete de flores murchas que todos compram sem dizer que não prestam porque senão a "babusca" zanga-se, o que é terrível, calamitoso.

Sentadas nos bancos às portas dos prédios onde vivem, vendo correr a vida e as crianças, cirandando pelas ruas em passos trôpegos de quem muito mundo correu, desatando laços com dedos deformados, elas são inestimáveis, as "babuscas". Coscuvilhando como qualquer velhota de qualquer recanto do Mundo, criticando estes costumes modernos que não entendem, sorrindo lentamente um sorriso que lhes vem de dentro, embalam bebés, acariciam gatos e flores maravilhosamente criadas, ralham, barafustam, resmungam e ajudam e meio mundo. São preciosas, estas "babuscas" …

Carvalho, Carmen (1979): "As "babuscas" esses terrores". In: *Diário de Notícias*, 13 de dezembro de 1979, p. 3.

Os nossos artistas

Uma visita ao atelier de Maria d'Abreu

Recentemente, por amabilíssimo convite da muito ilustre pintora amarantina Maria d'Abreu, permaneci, durante quatro dias, na sua confoortável residência particular.

Conviver, na intimidade, com uma artista é respirar o mesmo ar que respira, sentir o mesmo que sente e, acima de tudo, acarinhar o mesmo que acarinha.

Maria d'Abreu, alma delicadamente sensível às coisas da Natureza, vive entre objectos de arte, pintura e, especialmente, flores – o seu mundo encantado – e que mais adora; isto não quer dizer que não cultive também a horta e a vinha. A todo o redor do seu "solar campestre" podemos admirar, embevecidos, belas flores de várias tonalidades e espécies, desde a rosa (a rainha) às delicadíssimas flores de cactos.

Numa visita mais demorada ao seu atelier de pintura, onde já abundam quadros prontos para a sua próxima exposição, compreendemos, singularmente, toda a magia envolvente da sua arte; é que Maria d' Abreu desde os primeiros alvores da manhã até o anoitecer, dialoga com suas "criaturinhas", ouve-lhes o pulsar do coração, as suas alegrias ou tristezas, daí resultando retratá-las, magistralmente, nas telas, como se ali estivessem vivas, acariciadoras, a perturbar-nos com sua fragrância e beleza.

Confessou-me a artista, em dias mais inspirados, é capaz de pintar um quadro de flores entre uma prece e um sorriso, o que não é para admirar, visto haver uma perfeita comunhão espiritual entre a pintora e as suas retratadas.

Maria d'Abreu pinta também paisagem em outros motivos assim, pudemos admirar dois belos trechos do "Tâmega" e dos sugestivos quadros do velho burgo portuense.

Parabéns, Maria d'Abreu, e um grande abraço de reconhecimento por tudo o que me foi dado conviver, da admiradora e amiga.

Coimbra, Marília Loreto (1979): "Os nossos artistas. Uma visita ao atelier de Maria d'Abreu". In: *Flor do Tâmega*, 30 de agosto de 1979, p. 5

Ainda há quem ame as raízes…

Eu nasci na Rua das Pedrinhas, em Vila Real, e cresci numa casa antiga, em plena Rua Central, que, por muito velha, foi já há anos substituída por construção moderna, sem estilo e sem graça.

Ajoelhada nos assentos de pedra que ladeavam interiormente cada uma das duas janelas de vidraças de guilhotina de salão do primeiro andar – decorado à século XIX com mobiliário e adornos da mesma época, -desde muito pequena assistia ao armar da Feira dos Pucarinhos, todos os anos, pelo S. Pedro, ao decorrer da mesma e por fim ao seu desfazer, o que sempre muito me pesava.

Não admira portanto que, radicada em Lisboa há muitos anos, sempre nesta época a saudade me assalte o coração.

Saudade de pessoas que se foram, que muito me estimaram e eu amei. Já tantas, tantas!

Saudade da Feira em si – a rua atravessada de pucarinhos; os vendedores vestidos à maneira aldeã dos arredores da cidade; os citadinos e forasteiros a comprarem com facilidade: pucarinhos a dois, a três e a cinco tostões… E quantas vezes, rapaz ou homem mais reinadio, a perguntar quanto valia todo um monte de panelos, a olho… pagar e, cheio de gozo dos circunstantes, partir um a um, deixando cair no chão com estrondo, em poucos minutos, a obra de muitas horas de qualquer modesto oleiro de Bisalhães. Era uma festa, era costume!

Saudade também da menina que eu fui, tímida e toda interiorizada, mas sentindo já então a beleza, a arte, a rusticidade e ingénua pureza da formas das peças de barro negro, na sua maior parte de carácter utilitário ou destinando-se a brinquedos de crianças (quem nunca fez uma "bolinha" num pouquinho de barro?)

Havia uma vendedora – saia de riscado e blusa de chita sombria, a quem a minha avó costumava deixar nessa época, por amizade, guardar a mercadoria num baixo desocupado nos fundos da entrada da nossa casa e que todos os anos me presenteava com um punhado de panelinhos; havia as ofertas de parentes e amigos; e mais as compras que eu própria podia fazer, hesitante e emocionada, com os dinheiros que nessa intenção juntava, mal sentia aproximar-se a Festa do Santo António, o primeiro dos três Santos…

Não admira, portanto, que este ano tivesse decidido ir de fugida a Vila Real, que tivesse forçado quatro dias disponíveis – disponibilidade de corpo e do coração também! – para uma visita comovida à minha terra.

Venho encantada com a "abertura" que por lá se tem operado nos últimos anos, prova de um dinamismo evidente: no rasgar de ruas e avenidas, no construir de bairros e de imóveis já vultuosos, no aspecto cultural, que não é decerto um dos menos significativos, na maneira de estar da gente moça.

Em conversa com parentes e amigos, foram-me indicados projectos importantes a realizar, iniciativas a arrancar, ideias largas a concretizar. Uma das que me alvoroçou e que há muito espero, é a que se refere à *Vila Velha*: reconstituição bem aproximada à traça primitiva; conservação do local como zona de interesse histórico e arqueológico; recuperação de tudo o que seja digno de proveito e contribua para valorizar estes sítios.

De facto, debruçada no muro que dá sobre o «Quintal da Vila Velha», logo à direita de quem se dirige para a entrada do Cemitério, senti-me confrangida: aqueles socalcos de terra boa, que num passado recente de que ainda fui testemunha, deram vinho, pão e frutas, um mimo de viço e frescura, está transformado em lixeira, verdadeiro despejo de madeiras, pedras e outros resíduos de construção civil, para ali atirados, como se de baldio se tratasse. E no local, onde está montada uma barraca de madeira, a desviar ao serviço da indústria uma propriedade de nítida feição agrícola – que para tal fim foi alugada! – medrava outrora alguma horta, entremeada de papoilas e malmequeres, e renques de vinha de tão boa cepa que o vinho que dela se espremia era de merecida fama.

Que prova pública de mau gosto, de desamor e falta de respeito por um ponto turístico, de visita obrigatória!

Felizmente – para quem gosta das raízes – que se mantém a Feira dos Pucarinhos, modernizada embora (até nos preços); que ainda desceu à Vila muita vendedeira de ricos linhos de tessitura artesanal; que o doce da Teixeira ainda apareça nas tendas das doçarias do Norte do País; que a Filarmónica de Nogueira tenha tocado frente à linda Capela Nova; que o pirotécnico Ramalheda tenha podido fazer estralejar os seus artísticos foguetes no céu lavado da nossa tão airosa terra.

Costa, Maria (1979): "Ainda há quem ame as raízes". In: *O Vilarealense*, 26 de julho de 1979, p. 1.

Ficção-Política

Aos milhões de portugueses dispersos pelo mundo o velho Portugal oferece uma imagem de intranquilidade. Aos portugueses deste pequeno torrão a realidade política doméstica só pode gerar perplexidade, quando não angústia e desespero. Porque estamos no reino da ficção-política.

E apesar deste sentimento tão visível, há quem defenda, em quadrantes opostos a necessidade de clarificação, isto é, de ruptura – a pretexto da consolidação da democracia. São os apologistas do país-metade. Uma metade governa a outra metade; a longo ou a médio prazo, a metade governante passará a espiar a metade governada, e, com o tempo, a prendê-la ou a amordaçá-la. Com incrível e monótona persistência, estes defensores da sua metade põem de lado, conscientemente, (e algum dia alguém, certamente melhor do que nós, saberá condenar esta atitude de soberba), a política de consenso e apostam na tirania à portuguesa com feijão-frade, palmada nas costas e ódio vinculativo de casta, partido ou clube.

O à vontade ou arrogância dos que assim espezinham a essência democrática para fazer a sua imposição baseada na filosofia da solução única, pode impressionar os que vegetam no abatimento ou na confusão. Mas não os que se habituaram a pensar por si, sem pressões nem pequenos medos. A estes, que talvez sejam mais do que se julgue, caberá interrogar a sua consciência. Desde quando em democracia um partido estabelece "à priori" quem é "oposição"? Desde quando em democracia se estabelece quem tem autoridade para expressar a sua opinião? Desde quando em democracia se prefere a política de terra queimada à de bom senso? Será que em Portugal o circuito fechado estancou definitivamente o fluxo de férias? Ter-se-á chegado ao desajustamento total entre a expressão popular e os instrumentos democráticos mais representativos?

Se assim é, não restam dúvidas de que é preciso inventar outros.

Neste Portugal desassossegado, é perpétuo e constante o fenómeno do amotinar de consciência. Legítimo e legitimado pela estrutura democrática. Só num país ou sistema de canal único é concebível o ritmado monobloco das palmas. Vivemos mesmo em explosão contínua, heterogénea de opiniões, quase no tom dos que ralham porque não há pão. Esse colorido exagerado não é a contrapartida social da vida democrática, mas o resultado ou expressão real do desfasamento que se instalou no País.

Quem não se sente representado por qualquer dos partidos vigentes não comete um crime de lesa-democracia; provavelmente é de natureza tão democrático como o parceiro do lado. Nem se fale com tanta insistência da campanha contra os partidos.

Qualquer operação de desinfecção ou arejamento é apenas natural e refrescante. Porque os trejeitos inadequados acabaram por cansar muita gente que agora prefere a sua consciência postiça do "magister dixit" inventada por alguns. Por causa dessa miopia muito lusitana instalou-se a noção dementada de que em Portugal só cabe o duo comunismo-fascismo; o espaço mirrou a tal ponto que de novo se nota nas pessoas uma relativa precaução pelo que se diz, se ouve ou vê. Reina a desconfiança como rainha mestra, em vez da concórdia como espírito da verdadeira "democracia portuguesa", que não nasceu em 1974 como pensam os arrivistas, mas que é um traço histórico do povo português, isto se nos dermos ao trabalho de seguir os passos de Jaime Cortesão. Porquê este banho de rancor vindo do alto quando o povo, naturalmente simples, aspira a paz social?

Por muitas razões das quais os partidos, embora não os únicos culpados, são os principais cúmplices. Em primeiro lugar o privilégio da interpretação a que se arrogam certas figuras públicas como se o monopólio da razão consistisse nessa inacreditável análise formal a que nos habituaram. Pode a gente pode ver à sua frente um quadro cheio de buracos e ranhuras que logo alguém se encarrega, com uma desfaçatez apenas plausível num país de menoridade democrática, de nos dizer que não senhor, o erro não é erro, a crise não é crise, estão todos enganados, o interesse nacional cabe todo inteiro no bolso de A ou B, e tudo termina em bem porque nada se resolve e porque nos "dizem" que é assim e não como nós vimos com os nossos olhos, sentimos com o nosso ser, ou percebemos com a nossa inteligência. Estamos no domínio da ficção-política essa pseudo-arte encantadora no cinema, empolgante no romance, mesmo comestível na telenovela, mas perigosa e rastejante quando se refere à vida de todos nós. O "interesse racional" - por mais tecnicamente complexo que os peritos o pintem – é facilmente percebível pela maioria das pessoas. Esse "interesse nacional" tem pontos comuns aqui e acolá com alguns partidos, mas nenhum deles, tal como existe no presente, se pode arrogar a capacidade de defender em exclusividade, com a sua técnica partidária, o interesse de todos. Portanto, humildemente, porque as culpas no cartório são fundas, devem reconhecer que se não têm a indispensável sabedoria política, em termos de diálogo, para obter o tão desejado e imprescindível "acordo", é porque precisamente lhes falta aquela perspectiva democrática que torna o improvável em possível para benefício da harmonia nacional.

O encolher de ombros do homem comum não é indiferença? E a condenação visível do sistema de partidos - "destes partidos" - que não sabem ou não querem dar a resposta adequada ao país, que debalde se arrasta sem horizonte. Não é no povo que está a falência, porque essa não tem juiz por cima de si; - está na curta visão dos que se esquecem que em Portugal quem cai (em política) leva tal jeito que tarde ou nunca se endireita.

São poucas as figuras que neste Portugal acusticado dos quase anos oitenta conseguiram capitalizar prestígio. Mas elas existem; toda a gente sabe quem são; umas estão sofridamente caladas há tempo de mais; outras vêm a lume corajosamente quando é preciso repor um mínimo de verdade no diagnóstico nacional. A voz dos competentes, honestos e inteligentes é absolutamente necessária esteja onde estiver. Esperemos que a lição do impasse crónico sirva ao menos para trazer ao de cima os melhores, já que a prática tem demonstrado que não é por muito berrar que os portugueses se convencem uns aos outros.

Seria preciso mudar de linguagem e buscar na dignidade perdida aquela sobriedade que é meio caminho para o reajuste do País com a sua face política. Mas ficamo-nos com a desconsoladora consciência de que em cada português está um antiportuguês que o move a detestar-se a si próprio. Se não, como poderíamos ter chegado a este estado de decadência civil?

Delgado, Iva (1979): "Ficção-Política". In: *Diário de Notícias*, 31 de março de 1979, p. 3

Casos do dia

"De casa de seus pais, desapareceu" … A fórmula, que durante a nossa adolescência reaparecia ciclicamente em cada verão, a lembrar histórias de à muito tristemente repetidas entre e filhos, perdeu o impacto de então. Que de casa de seus pais desapareceu um qualquer adolescente já não é assunto que interesse a nenhum jornal. Hoje, para que a notícia tenha honras de letra impressa, exige-se-lhe que, no mínimo, veja temperada de suicídio, assassínio, violação.

"Uma menina de dezoito meses, assassinada pela madrinha, escondida dentro de um saco de plástico de baixo do tanque de lavar a roupa", "Jovem de quinze anos utilizada como "isca" de uma quadrilha", "Detido o presumível violador e assassino da pequena Sofia Beatriz, de dois anos".

As noticias deste tipo, reduzidas a escassas linhas de página interior, tornaram-se comuns, anónimas na Imprensa portuguesa. E se são chamadas às primeiras páginas, é em regra porque o dia é "morto", porque a política fez "ponte", porque o desporto está fora de estação. Mas é grito que sai desgarrado, inconsequente, sem memória no amanhã. De facto, que contas pedimos nós, que contas pede esta sociedade que insulta e ofende sem se deter em códigos (ao que parece ultrapassado s e retrógrados) a quem esmaga, explora, viola, assassina?

Foi em Abril passado. Durante alguns dias, Ana Maria, adolescente de doze anos, morta por ingerir dose excessiva de barbitúricos, foi notícia. A história tinha condimentos especiais: Ana Maria, que segundo os vizinhos pressurosamente se aplicaram a denunciar – tarde demais – era vítima de maus tratos constantes, assistia aos abortos praticados por uma pretensa madrinha, enfermeira parteira de profissão, e era ainda encarregada, por norma, de fazer desaparecer o que restava dos fetos. Durante mais de um ano fora obrigada a dormir na casa de banho e pelo menos umas três vezes por semana, levava tamanhas tareias que todo o corpo lhe ficava marcado de vergões. "Diz à professora que foram os pretos", aconselhava depois a madrinha, perante a vergonha da Ana Maria em se apresentar na escola em tal estado.

Dias depois da sua morte, ninguém se apresentara na morgue a reclamar o corpo da criança. Alguns meses depois do suicídio da Ana Maria, quem guarda memória desta – ou doutras – histórias comodamente silenciada no nosso quotidiano?

São, no entanto, legiões aqueles que se resguardam dos eventuais problemas de má consciência que estes casos podem originar: esses, em geral, apressam-se a decretar que "explorar" estes "fait-divers" (assim se catalogam tais assuntos, em termos jornalísticos) é demagógico, é panfletário, é até ridículo! São, em geral, os mesmos que opinam, em brilhantes pedaços de retórica, que o que importa é combater, na sua globalidade, as causas da criminalidade; o que conta é planear, no médio prazo, medidas eficazes de protecção à infância; o que interessa é estimular, junto das entidades responsáveis todas as iniciativas que possam contribuir para o bem-estar, físico e psíquico, da criança…

Só que, em geral, o combate não é eficaz; o planeamento não é consequente; o estímulo não é suficiente. E entretanto, a voz daqueles que se alertam é cada vez mais fraca e a justiça cada vez mais impotente.

Elisa, Maria (1979): "Casos do dia". In: *Diário de Notícias*, 1 de dezembro de 1979, p. 3.

Da Suécia sem açoites

A Suécia possui, de longe, a legislação mais avançada do Mundo no que se refere aos direitos da criança: uma lei votada em Março último pela Parlamento sueco aprovou, por vitória esmagadora, aquilo a que podemos chamar a "lei contra o açoite". E encara já a possibilidade de vir dar, às crianças, o direito de obterem uma espécie de "divórcio" dos seus pais, no caso de estes insistirem em métodos considerados retrógrados e ultrapassados.

É claro que esta lei escandalizou a Europa, em particular os países latinos, acérrimos defensores do bom e velho "par de estalos" dado a tempo e horas. Mas mesmo aqueles que defendem métodos de educação menos autoritários, mais permissivos, hesitam – não é verdade que a criança tem necessidade de sentir que há limites àquilo que pode fazer? De se sentir ajudada, protegida, e mesmo castigada, no caso de transgredir? Não é justamente na autoridade dos pais que reside uma fonte importante de segurança para a criança?

Estas noções, que todos nós, pais preocupados com o crescimento e o equilíbrio dos nossos filhos, fomos alimentando escrupulosamente apoiados em Spocks, Betelheims e companhia, correm agora o risco de se evaporarem. E se fosse necessário abandonarmos os "bons velhos métodos" e tentarmos, também com as crianças, apenas o diálogo? E se as crianças, cada vez mais obrigadas a viver sozinhas, porque o pai e a mão trabalham fora de casa, não tirassem do popular "açoite-dado-a-tempo-e-horas" mais do que um sinal de opressão que os incita desde logo à revolta – e não a tal "segurança" de que falam os manuais-se-psicologia-ao-alcance-de-todos? E se fosse realmente indispensável renunciarmos a esta noção da "autoridade" incontestável porque benéfica dos pais, que é afinal o nosso último recurso?

Os suecos não são, provavelmente senão os primeiros a enfrentar algumas questões que todos nós, pais e mães, teremos algum dia de encarar.

Dos jornais: a rainha Margarida da Dinamarca e o príncipe Carlos, herdeiro ao trono de Inglaterra, fazem-se escritores, por amor das crianças. Contando as aventuras de um rei Viking, que é obrigado a matar um dragão para casa com uma princesa, a rainha dinamarquesa espera assim obter quase cinco milhões de escudos – cerca de 5 mil contos – que se destinarão exclusivamente a crianças necessitadas.

Ou seja: eis como a imaginação criadora pode transformar as boas intenções – que nunca deram de comer a ninguém – em iniciativas concretas, palpáveis, que poderão fazer de facto alguma coisa pelas crianças de todo o Mundo.

Um grupo de meninos de terras muito longe da grande cidade – mais propriamente da Borralha, em Trás-os-Montes – veio até Lisboa, por iniciativa da Comissão Portuguesa para o Ano Internacional da Criança, e visitou os jardins do Palácio de S. Bento, onde lanchou com a primeiro-ministro, eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo.

Durante o encontro, um desses meninos deitou-se na relva dos jardins, alheio e desinteressado do que se passava. Não se reparou logo nele, porque estava muito calado e não se queixava. Os companheiros corriam longe e esperavam cuidadosamente o momento de poderem saborear as apetitosas guloseimas que havia por ali.

O menino triste, afinal, estava doente, sem que ninguém tivesse dado por isso. Era um menino habituado à dor, porque na sua terra distante não há doutores e o posto médico é longe. Era um menino como todos os outros meninos daquele grupo.

Outro deles, de 8 anos, tinha no lugar da mão esquerda qualquer coisa de disforme, um monte de carne arrepanhada, sem dedos, sem contornos. Queimado numa braseira, explicou alguém. Numa aldeia perdida no cimo da serra, do Barroso, em Trás-os-Montes, acrescente-se.

Na Suécia, na Dinamarca, na Inglaterra, aquele menino não teria, possivelmente, perdido a sua mão. Aqui mesmo, na cidade grande, alguma coisa se teria podido fazer.

E não deverá o Ano Internacional da Criança servir também para mudar alguma coisa na vida destes meninos?

Elisa, Maria (1979): "Da Suécia sem açoites". In: *Diário de Notícias*, 8 de dezembro de 1979, p. 3.

"O país real" (?)

Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova: 3 concelhos pobres encravados no interior do País, num meio caminho quase envergonhado entre os pomares generosos de Cova da Beira e a faixa mais industrializada que se estende de Tomar a Coimbra.

Aqui, vive-se no esquecimento e na indiferença: conhece-se a dureza da terra e sabe-se que os de fora vêm com pressa e logo partem. Para trás fica o verde dos pinheiros a cobrir tudo, a terra ondulada, os caminhos arrepiados na encosta. Disso se vive: da seiva que a terra dá. Madeira e resina são o pão de quem tem, para si, um bocado de terra. Quase sempre pouco: algumas dúzias de árvores ao todo, quantas vezes. Aqueles que

passam dos 20 hectares já são ricos, ou quase… Como se está longe dos campos alentejanos onde a planura é a perder de vista!

Por aqui se estende a mais vasta área de pinheiro bravo da Europa, dizem técnicos e especialistas do saber. Fraca consolação que não dá de comer a quem luta, ao correr igual dos dias, contra a bravura do mato e a aspereza do clima.

Clima áspero, sim. A cortar as mãos do trabalho no Inverno, a queimar tudo nos secos estios. Todos os anos, por estes meses quentes a terra arde levando atrás de si o verde fresco das árvores e o ânimo de quem tem, nelas só, o sustento. Todos os anos o fogo agarra terras e casas e lança mais um punhado de homens na miséria. Todos os anos o alarme se repete, a mancha negra cobre os jornais, as promessas se multiplicam. Para logo caírem na rotina e no esquecimento.

Oleiros, Sertã, Proença-a-Nova: p'los três concelhos passou, um destes dias, a Primeiro-Ministro, eng.ª Maria de Lurdes Pintassilgo, e dois ministros do seu governo mais directamente ligados aos problemas que afectam a região. Visita rápida de trabalho, de quem tenta governar de S. Bento sem perder o contacto directo das populações.

Gente desenganada por uma vida de esquecimento, homens habituados a contar só consigo e a lutar de perto com a morte para salvar o que é seu, mesmo assim vieram ao encontro, disposto a ouvir os que de fora tinham para lhes dizer.

"Então o senhor não fala? Não conta o que lhe aconteceu?"

"Ora, para quê senhora? Ninguém me dá de volta o que o fogo me levou…"

Depois, com o ânimo de quem já não tem mais a perder, explicaram, sugeriram, aconselharam.

Curiosamente, esta aproximação ao tão falado "país real" parece, na generalidade, ter entusiamado pouco os órgãos da comunicação social, que, independentemente das suas simpatias políticas, não falham o relato circunstanciado da actividade política à porta de S. Bento ou de Belém. Basta dizer que dos jornais diários de Lisboa só um se interessou "in loco" pela visita – que, verdade se diga, obrigava a madrugada aí desde as 6 horas da manhã… e quanto a semanários o balanço não difere – apenas um, e só para a fotografia…

Mais grave é, porém, o "tratamento" dado a este estilo de deslocações de membros do Executivo: Televisão, Rádio, jornais, desdobram-se no afã de recolher depoimentos e profissões de fé governamentais, no mais completo alheamento das próprias regiões e dos seus problemas. Que o digam os técnicos do Ministério da Agricultura e Pescas que participaram na visita cheios de mapas e números para os esclarecimentos necessários: que ninguém, pelo menos das bandas da comunicação social, lhes pediria.

As anunciadas visitas da Primeiro-Ministro poderiam ser um pretexto para trazer, de vez em quando, outros horizontes à Informação. Quanto mais não seja porque haverá, certamente, uns milhões de portugueses cansados de terem por única referência os palácios de decisão de Lisboa.

A alternativa que urge cria-lhes – cria-nos – está, obviamente, no "país real".

Mas será que, para além dos furores eleitorais, esse país tem, realmente, interessado a alguém?

Elisa, Maria (1979): "O país real" (?)". In: *Diário de Notícias*, 15 de dezembro de 1979, p. 3

Retratos de mulheres – I

PCP – 37 mulheres; PS – 26; PSD e CDS juntos – 21. Para um total de 250 candidatos a deputados, esta é a atenção (envergonhada) que os nossos principais partidos políticos dão às mulheres. Por isso aparecem como casos exemplares aquelas que rompem as barreiras da rotina, de acomodação fácil, do silêncio. Defendendo a social democracia ou tendo como modelo a sociedade soviética, lutando pelo socialismo ou pelos valores da democracia cristã, as (raras) mulheres que farão em todo o país a campanha eleitoral, ao lado de tantos homens, trazem necessariamente em si a força de um exemplo.

"Tomar uma atitude política foi desde sempre, para mim, qualquer coisa de tão natural como ar que se respira."

Na primeira fotografia que guarda, dos seus dois anos, Maria de Jesus Barroso, pela mão da irmã mais velha, vai visitar o pai, militar de carreira, preso por participar nos acontecimentos de Fevereiro de 1927, a primeira revolta organizada contra a ditadura, encabeçada pelo general Sousa Dias.

Da luta que seu pai toda a vida travou pela liberdade, da coragem que sua mãe, modesta professora primária, sempre demonstrou, ficou, mais do que o exemplo, a indicação clara do caminho a seguir.

Na Universidade, encontra Mário Soares, cujo pai, outro residente republicano, se cruzaria com o seu nos Açores, onde os dois estavam deportados.

"Antigamente, não se punha sequer a questão de ser necessário analisar separadamente os problemas específicos das mulheres… A nossa luta era ao lado dos homens, contra o fascismo. Não havia tempo nem energias para mais nada."

O presente é constantemente atravessado pela memória ("sinto-a como um filme que está sempre a passar na minha frente"), primeiro as prisões do pai, uma vida difícil, de privações ("nunca esquecerei que o meu pai sofreu a tortura do sono aos 74 anos"), depois o sogro e o marido, o exílio, a deportação em S. Tomé, a vida vigiada, passo a passo, as ameaças, as humilhações, o contacto com o mundo que lhes era proibido, roubado.

"Quando morreu Martin Luther King o meu marido mandou um simples cartão de pêsames ao embaixador americano. Soubemos depois que nunca lá chegou esse cartão"…

Que resta desse passado, nesta casa clara, cheia de harmonia e conforto, onde conversamos? Que resta da antiga revolta nesta mulher de aparência cuidada, calma, serena, sentada na minha frente?

"Penso que hoje a luta é, outra vez, de vida ou de morte, pela democracia. E quando imagino que tudo aquilo por que nós passámos poderá voltar a acontecer neste país, sinto de novo aquela "velha chama" e digo, "então vamos lutar!"

O trabalho que hoje a entusiasma é talvez o contacto com os jovens no colégio a que está ligada há trinta anos ("vim para aqui como adjunta do meu sogro, mas particularmente, por causa das informações policiais) e a que dedica de novo a maior parte do seu tempo ("o que me interessa, sobretudo é desfazer todas as formas de sectarismo, incutir nos jovens o respeito pelos outros"). Uma campanha eleitoral, e para mais no Porto, como é que se "encaixa" nesta vida cheia, bem organizada?

"Eu não tenho, nunca tive, grandes ambições políticas. Mas pediram-me que concorresse pelo Porto, e pareceu-me que neste momento era importante fazê-lo. Além disso, uma das actividades que maior prazer me dá é contactar directamente com as outras mulheres, em pequenos grupos, contar-lhes a minha própria experiência, ouvi-las, comunicar com elas. Claro que não será simples ter de fazer constantes viagens ao Porto… Mas na vida temos que escolher, que fazer opções."

Deixar o teatro: essa terá sido talvez a opção mais difícil de da jovem Maria Barroso, actriz de talento, inteligente, sensível, para quem todos reservavam uma carreira brilhante.

"Preferia acompanhar o meu marido, ser uma mãe atenta para os meus filhos. Orientar a casa… Alguma coisa tinha de ficar para trás, e foi o teatro."

Não há azedume nem sequer nostalgia nas suas palavras. Quando diz "sinto-me muito feliz na minha pele", e se levanta para acender a primeira luz do fim da tarde, volta a sentar-se, acrescentando "claro que tive a sorte de encontrar o meu marido", é todo um balanço de vida que de repente aqui se instala.

E a avó, como se sente?

"Ser avó significa que já passou muito tempo… Mas aceito as coisas com alegria, é esse o curso natural da vida, essa continuidade através da família."

Este sentido da família ("quase um clã…") surgiria frequentemente ao longo de toda a conversa. "O Mário diz que, para ele, somos a retaguarda… É isso que tenho procurado: ser-lhe a segurança, a estabilidade, evitar-lhe um certo tipo de preocupações materiais…"

Mas não se terá sentido algumas vezes "abafada" pela personalidade dominante do homem político?

Que não, responde com um sorriso. "O Mário é um grande "leader" político, eu sou uma pessoa discreta, pacifica, sempre fui assim…"

Mas também capaz do sacrifício, da paixão, da força que muitos lhe conhecem.

"A razão de ser da minha vida é a liberdade, são os direitos humanos. E hei-de lutar sempre contra os partidos políticos que negam esses valores, sejam eles de direita ou de esquerda. O campo do Tarrafal ou o Goulag são o mesmo inferno na Terra. Tanto nos faz que a ditadura seja na Argentina como no Bloco de Leste – é contra ela que lutaremos.

Porque pensar que a estabilidade familiar que finalmente conseguimos pode ser posta em causa… isso não!

Não esqueço o caminho para Caxias nem o caminho para o Aljube… Mas também não esqueço o passado próximo, quando escreveram nos jornais que nós éramos a nova reacção.

Ter que fazer outra vez esses caminhos de angústia… nunca! Nem eu nem ninguém!"

Elisa, Maria (1979): "Retratos de mulheres – I". In: *Diário de Notícias*, 3 de novembro de 1979, p. 3

Retratos de mulher – II

Trinta e um anos, três filhas (10, 9 e 5 anos), arquitecta, deputada, vereadora, dirigente católica, sindicalista, directora de jornal… Helena Roseta tem já para trás de si, uma vida bem vivida.

Filha de uma família numerosa – quatro rapazes, quatro raparigas -, escapa aos rigores de uma educação excessivamente tradicional, burguesa, por vim em quinto lugar, quando já não vagar para as severidades a quem têm direito os filhos primeiros…

Duma adolescência sempre ocupada, activa "cheia de sonhos, de utopias, de romance". Ficar-lhe-ia sempre o gosto do trabalho para os outros, o desejo de ajudara transformar o mundo, a prática de uma tolerância vivida e partilhada.

"Nesse tempo julgávamos que podíamos salvar o mundo, acreditávamos que o Messias era cada um de nós…"

Aos 16, 17 anos, tinha já um enorme ascendente sobre os outros, e sabia-o. A "política" então fazia-se nos liceus, nas escolas, e como ela, nos movimentos católicos, na JEC, na JUC, nos campos de férias e nos acampamentos que funcionavam como locais privilegiados de descoberta dos outros e do mundo.

O 25 de Abril encontra-a envolvida num movimento sindicalista, e cheia de curiosidade por uma actividade de política então vivida no entusiasmo, na alegria, na esperança.

Terá hesitar antes de escolher então o PPD? Amigos tinha-os também noutros partidos, "até mesmo no Partido Comunista… E o próprio PS me interessou, mas depois de analisar o programa, extremamente dogmático, resolvi mesmo filiar-me no PPD".

O marido, Pedro Roseta, já lá estava. E com ele, com outros militantes – lembra Furtado Fernandes, Marcelo Rebelo Sousa -, desenvolveu um trabalho de base. "Uma experiência espantosa, inesquecível, quando as pessoas tinham uma enorme sede de saber". Em inúmeras reuniões e sessões de esclarecimento por bairros da lata, em aldeias perdidas, "pelos sítios mais incríveis, onde ia muitas vezes sozinha".

Depois… Depois foi a ascensão gradual, até se tornar numa figura política de primeiro plano. Antes de mais, a experiência na Assembleia, para o qual não se achava ainda preparada: "Quem me lançou foi o Magalhães Mota, que insistiu imenso em que eu me candidatasse". Faz questão de recordar.

A partir daí, não deixando nunca mais de ter um papel decisivo na própria evolução do partido. Amiga pessoal de Sousa Franco, apoiou-o durante algum tempo contra "a linha Sá Carneiro". Mas de repente, dá-se a viragem para muitos inexplicáveis, desde então é frequentemente apontada como o braço direito do presidente do PSD.

"A certa altura, tive consciência de que havia um trabalho urgente a fazer dentro do partido, que era trazer de novo Sá Carneiro para a presidência. E isso é que era importante, custasse o que custasse. Até mesmo se o preço fosse queimar-me um bocado…"

Demagogia? Falsa modéstia? Antes, um gosto pelo "serviço a cumprir" que não se pode desligar da sua formação católica. E também uma profunda exigência pessoal que às vezes se pode confundir com agressividade e insatisfação.

De há um ano para cá, a aposta chamava-se Aliança Democrática. Empenhou-se nela a fundo.

"A nossa primeira proposta era mais ampla: ia até ao PS e pretendíamos também o apoio do Presidente da República. Seria para os pais, uma solução mais segura. O presidente várias vezes insultado, disse que depois veria… O PS chegou a propor-nos entendimentos secretos. Ora nós queríamos era justamente um compromisso público…"

Se a Aliança Democrática ganhar, diz, não entrará no Governo. "O perfil que se deve exigir dum governante não é o meu – nem pela idade, nem pela experiência"

Particularmente movimento para os problemas da habitação, tenciona desenvolver um trabalho de apoio técnico às autarquias e ao movimento de descentralização. Sem esquecer, claro, a sua presença na Assembleia da República, onde deverá fazer ouvir a voz do seu partido… E de Setúbal.

"Fui eu que me ofereci para as listas de Setúbal para fazer frente ao PS no seu terreno. Sempre gostei de lutar", diz com um sorriso.

Falo-lhe da aliança, das hipóteses de desentendimento entre vários líderes facilmente susceptíveis, que muitos receiam. Ela, não. Com uma determinação a roça a teimosia, aplica-se a citar os "slogans" - chave da AD: a necessidade de mudança, a urgência em acabar com uma política de conciliação: mas o que é que há de real, de diferente, por trás destas palavras?

"Oiça, este país precisa acima de tudo de estabilidade política, sem a qual nenhuma medida se consegue concretizar. Repare, por exemplo, no sector da habitação: são precisos dois anos para ver os resultados da política neste campo. Ora, até agora, o que tem acontecido é que as sucessivas mudanças de Governo anulam sistematicamente as medidas anteriores!

E vejo o que se passa nas ilhas, nos Açores e na Madeira: lá tem sido possível ver os resultados concretos de uma política. Porquê? Porque lá tem havido estabilidade política. É disso que nós aqui precisamos também."

Na linguagem da política só raramente passa uma referência a uma condição de mulher. No entanto trabalhou duramente para conseguir dobrar o número de mulheres candidatas nas listas do PSD, "claro que gostaríamos de ter mais, mas muitas vezes as militantes não estão interessadas", e pensa agora na criação de uma comissão parlamentar que se ocupe dos problemas específicos da mulher.

"Embora o trabalho da comissão da condição feminina seja extremamente interessante, este grupo parlamentar teria a vantagem de se poder ocupar da própria legislação relativa à mulher."

A passagem de uma mulher por São Bento terá sido em sua opinião, estimulante para as outras mulheres?

"Não me parece, porque a imagem da primeira -ministra não tem muito a ver com o comum da mulher portuguesa: não é casada, não tem filhos…" para esta mulher "que gostaria de viver com mais calma", a casa, a família, as filhas constituem um escape, alegria, a festa.

"Lá em casa rimos, pulamos, brincamos, dançamos…"

Elisa, Maria (1979): "Retratos de mulher – II". In: *Diário de Notícias*, 10 de novembro de 1979, p. 3

Retratos de mulheres – III

"Sempre vivi entre quadros, pinturas, objectos de arte… foi assim que comecei a interessar-me pela escultura, que veio ocupar um lugar importante na minha vida. Agora, olho, acabei por arrumar de vez o barro para não ter tentações… A escultura é qualquer coisa de extremamente absorvente".

Quem assim me fala é Maria José Sampaio, membro da Comissão Política do CDS e candidata da Aliança Democrática por Aveiro.

O que é que "empurrou" esta mulher serena, inteiramente virada para as artes, conservadora de museu de sua profissão, para a vida política?

"Fundamentalmente gosto de participar, de contribuir para a construção de qualquer coisa de novo. Católica, sempre me interessei pelos problemas sociais, e a seguir ao 25 de Abril pareceu-me importante inscrever-me num partido político. Estudei vários programas e além disso procurei informar-me sobre os fundadores de cada partido. Quando "cheguei" ao CDS, vi que "à cabeça" estava o Diogo Freitas do Amaral, que eu conheço desde miúda, o que foi desde logo uma garantia. Sabe para mim, esta questão dos fundadores era essencial porque as ideias de uns, postas em prática por outros, nunca resultam".

À imagem da mulher sensata, ponderada, que pesa cuidadosamente cada opinião, cada julgamento, nunca deixará de estar presente, ao longo de toda a conversa. Até o perfil físico condiz com essa imagem: 35 anos, apanhados num "chignon" severo, larga

testa descoberta, um pouco de maquilhagem, num todo discreto, sóbrio, mas em que a linguagem surge calorosa, comunicativa.

Excessivamente cerebral, Maria José Sampaio?

"Não tenho como as pessoas pensam! Pelo contrário, a parte afectiva tem para mim enorme importância".

Solteira ("aqui há uns tempos estive para casar… mas depois as coisas não se concretizaram, e agora acho que não tenho tempo para isso…"), Maria José Sampaio vive com a mãe numa casa quente, viva, onde é nítido o carinho por aqueles que ficaram para trás: o pai, o pintor Fausto Sampaio, que morreu tinha ela 12 anos, e o irmão morto em combate no norte de Moçambique aos 23 anos.

Falar-me-á deles com uma emoção contida: das viagens do pai, que andou pela Índia, por Timor, por Macau, e de lá trouxe muitos motivos da sua obra ("era um figurativo, mas repare na modernidade daquele quadro"), da memória duma alegria que marcou a sua infância: "foi o pai que nos ensinou a dançar, a mim e à minha irmã. Dançava maravilhosamente…". Recorda as últimas férias de irmão em Portugal, e indica-mo numa das várias fotografias que o mostravam jovem e belo.

E a velhice que espreita, nesta sala amorosamente habitada pelo passado, não a teme? A solidão, quando já não tiver esta mãe – companheira que acarinha e apoia todas as suas iniciativas, não a receia?

"Sabe, o estar-se ou não sozinho depende da maneira como se encara a vida e sobretudo daquilo que se dá aos outros. Quem é que pode garantir que uma pessoa casada e com filhos não virá a sentir-se sozinha na velhice?".

No seu caso, é óbvio que escolheu "dar": aos sobrinhos ("a mais velha tem 13 anos, está maior que eu"…), aos amigos ("tenho muitíssimos conhecidos, muitos amigos, alguns próximos"), àqueles com quem contacta através da actividade partidária: "o político, ou tem alguma coisa de si a dar e a receber dos outros ou é apenas um funcionário, no mau sentido da palavra. A política é uma forma directa e constante de comunicação, que não necessita de intermediários, e é isso que a torna fascinante".

Para Maria José Sampaio, a carreira política que a levou rapidamente à vice-presidência da Mesa da Assembleia da República está desde sempre ligada à sua terra natal, Anadia:

"Foi nas eleições para a Assembleia Constituinte que me pediram para ser candidata pelo distrito de Aveiro, e eu aceitei. Ah, não, quando me inscrevi no CDS nunca pensei que fosse para me envolver tão activamente na política! Mas depois gostei, achei a experiência da Assembleia extremamente enriquecedora e interessante, e fiquei… E não é certamente agora que vou desistir. Este não é o momento de se cruzarem braços!"

Falo-lhe do cansaço, do desânimo, que alguns vêem nos Portugueses face à política e aos partidos. A resposta vem firme, directa:

"É sempre com espanto que oiço falar dessa desmobilização das pessoas. Parece que até já esqueceram o que foi a alma do 25 de Abril, o programa do Movimento das Forças Amadas que ouvíamos de hora a hora… Eu sei que houve muitas desilusões e muitos problemas a seguir: o aumento do custo de vida, o desemprego, a falta de casas… Não ignoro que a pressão do quotidiano é tremenda. Mas não pode ser ao fim de 800 anos de história que os Portugueses desistem de fazer um país! E é preciso que participemos todos nessa construção. Que todos, e principalmente as mulheres, que são mais de metade do eleitorado, se habituem a ver na política a sua vida que se decide, dia a dia."

Inevitavelmente, falo-lhe da Aliança Democrática:

"É preciso demonstrar, de uma vez para sempre, que os partidos políticos portugueses são capazes de entenderem – ou então mais valia arranjar outra classe política! O que é importante na Aliança é que ela não nasceu desenraizada ou apenas da vontade das cúpulas: nasceu do desejo de centenas de pessoas de provar que é mais importante um país que um partido!"

Neste vaivém constante entre Lisboa e Anadia, nas várias actividades que desenvolve dentro do CDS (onde, para além da Comissão Política, tem a direcção do Departamento de Formação Política e a vice-presidência do movimento de mulheres), que tempo lhe resta para ir ao cinema, para ler um livro, para escolher um vestido?

"Muito menos que eu desejaria. O último filme que vi foi "Encontros Imediatos", talvez há dois anos. E gostava tanto de ver agora a "Sonata de Outono", do Bergman! Gosto muito de ler: romances, poesia, livros de arte, ensaios políticos… Além disso, consegui finalmente acabar uma colcha de renda que ficou linda! Ah, sim, adoro fazer

renda e tricô. E também gosto de ir às compras, escolher a minha roupa, dou muita importância às cores… Mas os bocadinhos livres que arranjo são para ir ver uma exposição, um concerto, ou quando vou ao estrangeiro, para visitar uma igreja, um museu…"

Para esta mulher optimista, onde o respeito pelo passado faz uma curiosa "aliança" com o presente, a relação com os outros é qualquer coisa de essencial:

"O que gosto é do contacto directo com as pessoas que as sessões de esclarecimento me permitem. Nos comícios, esse contacto é mais seco, menos palpável…"

Falo-lhe das suas relações amistosas com o deputado José Maia, do PCP, na mesa da Assembleia, por vezes muito comentadas:

"Claro que dou bem com o Maia, como com o Vital Moreira ou a Alda Nogueira. Também gostava imenso de conversar com o Acácio Barreiros. São pessoas, para além do partido a que pertencem, e eu gosto de falar com as pessoas, de trocar ideias com elas. Tenho muitos amigos noutros partidos. E sabe? Sou prima do Manuel Alegre – a minha avó era irmão do avô dele. Que ideia faço de mim própria? Suponho que sou uma pessoa tolerante, capaz de discutir com os outros, e de aceitar as suas ideologias, sejam elas quais forem. Mas sou intransigente na defesa dos princípios em que eu acredito. Nisso sou muito exigente; não só comigo, mas também com os outros."

Elisa, Maria (1979): "Retratos de mulheres – III". In: *Diário de Notícias*, 17 de novembro de 1979, p. 3/4

Retratos de mulheres – IV

A primeira surpresa ao tentar entrevistá-la foi ouvi-la aceitar prontamente um convite para almoçar que, só por escrúpulo jornalístico levado ao limite, resolver dirigir-lhe… mas maior seria o meu espanto quando, dias depois, ela me sugeriu, com ar perfeitamente normal: "E não quer aparecer esta noite lá em casa?"

Afinal, os dirigentes comunistas almoçam em qualquer banal restaurante e recebem na intimidade do seu lar uma pessoa que mal conhecem… Ou estará Zita Seabra, tal como Vital Moreira, "encarregada" de dar dos comunistas uma imagem "new look"?

"Não costumamos falar da nossa vida pessoal porque nos recusamos a usar a família como um argumento político. Queremos que votem em nós pelas nossas ideias, e não por qualquer outro tipo de razões."

Com 30 anos, oito dos quais na clandestinidade, Zita Seabra situa-se aliás frequentemente em relação à família, que constitui suporte fundamental da sua vida quotidiana: os pais, que sempre a apoiaram na sua escolha política, o marido, Carlos Brito, como ela membro do Comité Central do Partido Comunista Português, as filhas, com três e dois anos de idade.

Enquanto deputada e funcionária do partido, sentiu como todas as mulheres que trabalham, a dificuldade de conciliar vida familiar e profissão: "Tenho sempre a sensação de que não dou o suficiente em qualquer dos lados." Considera, no entanto, que dispõe de uma enorme vantagem – é a mãe, que mora no mesmo prédio, que lhe fica com as crianças de dia. "Não há nada que substitua essa fantástica instituição que são os avós", comentam com não disfarçada ternura.

O marido, companheiro que vem dos tempos da clandestinidade ("claro que os comunistas se casam! Antes do 25 de Abril, não podíamos era ir ao notário, estávamos na clandestinidade. Casámos logo que tivemos os papéis em dia"), ajuda-a nas tarefas domésticas, partilha a educação das filhas, acompanha-a nas compras à praça, "normalmente vamos ao sábado de manhã, o Carlos gosta imenso". Confessa ainda que o marido se encarrega ele próprio de "petiscos" especiais entre os quais uma excelente sopa à alentejana… "Noblesse oblige"?

E a propósito de compras, é mesmo verdade que no PCP todos os funcionários ganham o mesmo? Mesmo ao nível do Comité Central?

"Todos". E acrescenta para que fique bem claro: "Temos um salário de 6700$00, um subsídio de 1000$00 por filho, um subsídio de renda de casa até um máximo de 1500$00, e o passe social.

Faço-lhe notar a óbvia exiguidade deste salário, as dificuldades que deve sentir no seu dia-a-dia…

"O dinheiro para mim conta muito pouco. Claro que Às vezes gostaria de comprar mais uma coisa e outra, e não posso… Mas quando se vem para funcionário do partido, já se tem uma ideia do que se irá passar."

Esta autodisciplina, este sublinhar constante de que o trabalho feito por gosto, por militância, não se pode comparar "a um emprego qualquer", aparece quase como um desafio aos outros: mas então os comunistas não conhecem a depressão ou o desânimo?

"Claro que sim! Todos aqueles que conhecem a clandestinidade sabem o que é ter momentos de medo ou de fraqueza. A vida às vezes era dura, terrível, dramática. De repente corria a notícia de que um amigo tinha sido preso, e eram noites e noites em claro, a impossibilidade de se confirmar de imediato o que se passava… Aconteceu isso dias antes do 25 de Abril, em relação ao Carlos. Tiraram-me noites de sono."

Tudo o que lhe diz respeito, ao nível dos sentimentos mais íntimos, sai contido, seco, a lembrar que a dureza dessa vida, a conheceu quase menina, quando aos 17 anos foi obrigada a passar à clandestinidade onde desenvolveu intensa actividade junto dos estudantes.

"No 25 de Abril, eu e o Carlos estávamos em casa duns clandestinos que tinham um bebé de três meses… A primeira coisa que fizemos foi um gesto da mais profunda indisciplina em relação a todas as normas de segurança: fomos beber uma bica à estação de Oeiras" ...

Hoje lamenta que as prisões políticas do País não estejam transformadas em museus ("fui outro dia a Peniche, onde estão alojados retornados das ex-colónias. Na última cela de "segredo", está instalada uma mãe e quatro filhos… Noutra cela, tinha nascido na véspera um bebé… É uma situação incrível, insustentável"), pensa que exista ainda o perigo de que certos sectores queiram pôr fim ao regime, à democracia", mas quando pensa no futuro, acredita "que chegará o socialismo".

No entanto, defende ardentemente, como os outros "leaders" comunistas, "um modelo português", e reage mal a tudo o que lhe pergunto sobre questões internacionais e, em particular, sobre as dificuldades internas dos países de Leste. "São inevitáveis, essas perguntas dos jornalistas…", comenta com uma ironia que até então lhe desconhecera. Perante questões concretas, como "mas porquê o vosso silêncio sobre os dissidentes, que toda a esquerda europeia já apoiou?", reage violentamente:

Dissidentes? Quais dissidentes? Fascistas como o Soljénitsyne, que apoiam o Chile de Pinochet?", para depois considerar, cordata:

"Claro que aceitamos a existência de correntes ideológicas diferentes, mas há outros problemas mais graves… Repare no caso português: é legítimo que um partido vá para a Televisão fazer a apologia de Salazar? Há uma lei, aprovada pela Assembleia, que o proíbe. E, como é óbvio, nos países socialistas há problemas semelhantes."

Perante a minha insistência, recorda ainda que há países socialistas com vários partidos políticos, concretamente a Polónia, onde "o partido católico, contrário ao socialismo, está representado na Assembleia" … A conversa sobre este tema morrerá aqui.

Pergunto-lhe, em tom de brincadeira, porque é que tantos comunistas portugueses vão passar férias aos países de Leste. Mordaz, responde-me de pronto:

"Como você deve saber, isso até é uma moda em voga na Europa Ocidental… Bom, mas uma das principais razões é porque é muito mais barato do que ir a outros países."

E que um comunista português passasse férias nos Estados Unidos, seria concebível?

"A primeira vez que um dirigente nosso entrou nos EUA foi neste Verão, para participar no Congresso do Partido Comunista Americano!", sublinha imediatamente. "Na anterior campanha eleitoral, quando nos queríamos dirigir aos emigrantes, fomos impedidos de lá entrar."

Ela e a família, passam em geral as férias no Algarve ("o Carlos é de lá"), convivem com os pescadores ("às vezes, dizem nos jornais que os comunistas não se encontram nos cafés, nos restaurantes… Esses jornalistas é que não vão aos sítios onde nós convivemos com o povo! Claro que não nos procuram no Hotel da Balaia, onde os políticos burgueses passam as férias, não nos encontram"), têm os seus amigos, comunistas e outros:

"Não lhe vou dizer quem é o dirigente do PS que vai imensas vezes a nossa casa, não porque nos comprometa a nós, mas porque o pode comprometer a ele…"

Gosta de "ballet", de Mozart, de Fernando Pessoa, de Eça de Queirós. De livros policiais (é verdade, mesmo de uma autora "capitalista" como a Agatha Christié…) e

também, muito, de fado, que é "qualquer coisa de fundamental na cultura da cidade… Gosto do Carlos do Carmo, de Fernando Farinha", enumera. E da Amália Rodrigues, não?

Gosto, sim, mas da voz que ela tinha há 20 anos… Agora está muito degradada."

Confessa que não tem qualquer jeito "para trabalhos de mãos", e apesar do seu modo de vestir, extremamente prático e simples, afirma interessar-se pela moda: "Não tenho é dinheiro para comprar mais roupas. Mas olhe, ainda ontem fui comprar um saia-casaco novo."

Quanto à campanha eleitoral, Zita Seabra, candidata por Lisboa, prefere as sessões de esclarecimento aos comícios (percebem-se melhor os sentimentos das pessoas"), e sublinha a crescente participação das mulheres na assistência. Feminista, declara que não é. Em sua opinião, "'o feminismo assume aspectos folclóricos que desviam as mulheres do essencial". No entanto interessa-se pelos problemas específicos da condição feminina, tendo trabalhado no projecto-lei sobre o aborto, que o seu partido apresentará à próxima Assembleia.

"Nós somos contra o aborto, mas também somos contra uma lei que o remete para a clandestinidade. Defendemos, sim, o planeamento familiar generalizado a todo o País, o apoio à mãe solteira, a protecção à família. Ninguém faz um aborto por gosto, e por isso quando ele for mesmo necessário, é indispensável que seja feito em meio clínico."

Também candidata à Assembleia Municipal de Lisboa, espera-a, certamente, um ano de intensa actividade política. Mas para já, para já, "quando acabar a campanha eleitoral vou é estar um dia inteiro a passar a ferro! Qualquer dia já não temos uma peça de roupa para vestir…"

Elisa, Maria (1979): "Retratos de mulheres - IV". In: *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1979, p. 3-4

Eu vi o Natal!

Época de Natal. Impossibilidade total de uma movimentação à vontade pelas ruas da Baixa: "Com licença. Desculpe. Faz favor". Cotoveladas e empurrões. Todos querem comprar um presente, todos pretendem escolher o cartão de Boas Festas que escreverão aos parentes distante (hábito anual) ou a uma relação perdida no passado (hábito vicioso).

Natal para todos. Natal para a criança que acredita no sonho, o adulto que o alimenta e o velho que o revive.

Decido procurar um pouco de tranquilidade no bar àquela hora praticamente vazio, mas onde o empregado é gente e me serve a bebida com um sorriso delicado. Penso em tudo e em nada e sorvo o "whisky" em pequenos goles. Em vez de qualquer gorjeta, decido retirar o cartão colocado por baixo do copo e escrever. Todos desejam um Feliz Natal e um Ano Novo próspero. As letras – preto no branco – vão criando vida. Recuso-me a utilizar as palavras de sempre e deixo um poema que ignoro se entenderá. Talvez ironize e me coloque numa etiqueta de louco com gesto idêntico ao que emprega quando um bom cliente guarda uma garrafa.

Saio para a sua e encontro a mesma confusão. Invade-me um desejo estranho de transformar as paredes num gigantesco cartão de Boas Festas. Apetece-me substituir os semáforos por pinheiros de Natal com uma estrela na ponta. E se apertasse a mão aos que nunca sentiram o verdadeiro calor da amizade? E se… Por exemplo, "substituísse as lanças em richte por meninos nos olhos"?

Uma estrangeira tenta movimentar-se no meio de toda aquela confusão. Provoca sorrisos nos rostos, nesta época mais benevolentes, ao ser pisada e ao replicar com a única palavra que aparentemente conhece em português: Obrigada!

Entro numa loja de antiguidades. Só para ver. "Bibelots", mesas e jarrões antigos. E um piano também. Decido escrever Boas Festas no tampo coberto com uma ligeira camada de pó, mesmo correndo o risco de me chamarem mal-educada.

Ao passar por uma loja de electrodomésticos, dez televisores deitam para o ar um programa destinado aos que passam a quadra nos hospitais e nas prisões. A objectiva foca os rostos atentos de muito perto. Houve homens que esqueceram a selva, desceram à cidade e pensaram nos outros. Encosto ao vidro que não me parece frio.

Um cigano oferece-me um relógio de contrabando, o vendedor de brinquedos apregoa a mercadoria e deixo de sentir os empurrões e de pensar que nunca mais sairei

para a rua nesta quadra festiva. Misturo-me por entre a multidão animada pelo mesmo desejo de escolher presentes e cartões.

Pelo menos, VIVE-SE!

Moura, Maria (1979): "Eu vi o Natal!" In: *Diário de Notícias*, 22 de dezembro de 1979, p. 7

Foi verdade

Realmente foi verdade. E um grande susto também.

Gastávamos aquela noite de Verão, lá fora na varanda, a tomar umas bebidas geladas e procurando esquecer o calor abafante.

Contámos anedotas, falou-se de livros e de cinema e jogámos "poker". O calor tornava-se, de facto, insuportável. Até que soou a meia-noite no enorme relógio da estação, ali perto.

Então, alguém resolveu falar do sobrenatural, de fantasmas, de seres estranhos, sei lá que mais. Todos tinham uma história a contar, transmitida pelos avós lá da aldeia, lida nos jornais ou em revistas, narrada por um amigo. Enfim, sei que já passava das duas da manhã, quando nos resolvemos ir deitar. Sentia-me cansada, mas não conseguia dormir.

Comecei a apensar em todas as histórias que ouvira e logo o silêncio do quarto assumiu proporções estranhas e desmedidas aos meus ouvidos mais sensibilizados naquela noite.

Tac… Tac… Tac…

Impossível! Meti a cabeça debaixo da roupa, tentando afastar a ideia daquele som que me chegava da máquina de escrever, arrumada na secretária, junto da janela. Tinha a nítida sensação de que alguém estava a escrever à máquina. Alguém que não conhecia o teclado, mas se esmerava numa escolha de letras, pensada, monótona, regular.

Disparatada aquela ideia de uma mensagem do Além! No entanto, o ruído continuava e a tentação venceu…

Destapei a cabeça, levantei-me da cama e percorri, muito a medo, a distância que me separava do canto do quarto, mergulhado na escuridão.

Tac… Tac… Tac…

Tinha descido o estore, embora sem fechar a janela, para conseguir adormecer mais facilmente, e agora não via um palmo diante do nariz. Com a precipitação e o medo, nem me lembrei de acender o candeeiro pequeno da mesa de cabeceira.

Carreguei com toda a força no interruptor da luz, como que na expectativa de divisar alguém ou alguma coisa.

Tac… Tac… Tac…

Sempre o mesmo ruído e nada!

Ao olhar na direcção da secretária, a máquina de escrever oferecia-me os contornos de sempre. Nem uma tecla mexia.

Aproximei-me hesitantemente da janela e descobri, finalmente, que o misterioso ruído era afinal a água que pingava da goteira da varanda de cima. A vizinha, decerto preocupada com a vaga de calor, decidira regar as plantas àquela hora tardia, sem lhe passar pala cabeça o susto enorme que me faria apanhar.

Seja como for, tomei a decisão irreversível de nunca mais ouvir contadores de histórias fantasmagóricas depois da meia-noite.

Moura, Maria (1979): "Foi verdade". In: *Diário de Notícias*, 15 de novembro de 1979, p. 5

O serviço militar feminino

Este artigo analisa as organizações do serviço militar feminino, seus aspectos positivos e evolução no mundo onde existem.

As necessidades de potencial humano militar nos países da OTAN, podem valer-se das mulheres como voluntárias, uma vez que há uma grande aceitação do trabalho feminino num vasto campo de actividades.

Na I Guerra Mundial, Portugal, França, inglaterra e os E.U.A. tiveram mulheres nas forças armadas. Antes, já a Grã-Bretanha e os E.U.A. tinham serviço militar feminino mas

apenas no campo da enfermagem; o Corpo de enfermeiras de ambos os Países tornou-se altamente institucionalizado, formando um quadro à parte.

Em 1917 o Corpo Expedicionário Português que combateu em França, foi assistido por cerca de dezena e meia de mulheres portuguesas voluntárias para o serviço de saúde. Felizarda da Conceição Faria (Zita de Sousa), uma das sobreviventes desse Corpo Militar Feminino, foi voluntária, fez o curso de primeiros socorros no Hospital Militar de Belém - Lisboa e, graduada em Alferes, com as restantes companheiras partiu para França no início de 1918, integrada na Cruzada das Mulheres Portuguesas. No Hospital-Base 2 (Calais) prestou asistência aos feridos em combate. Cerca de dez anos depois foi promovida a Tenente, posto actual conforme o seu B.I. n.º 32 do ministério da guerra, 15 de Julho de 1933.

Estas mulheres, foram as pioneiras Portuguesas no Serviço Militar Feminino.

Nas Nações altamente industrializadas, como a Grã-Bretanha e os E.U.A., as mulheres começaram a trabalhar fora do lar, e até então poucas terão achado normal essa actividade. No comércio, ou na indústria, faziam uma aprendizagem, empregavam-se como dactilógrafas, telefonistas ou técnicas administrativas. Na I Guerra Mundial as mulheres estavam já de tal maneira lançadas nestas actividades, que as forças armadas necessitaram de empregá-las preenchendo funções militares, a fim de libertar o homem para funções de combate. Nesta altura, em Inglaterra, o movimento sufragista feminino tornou-se forte, fazendo crer ás próprias mulheres ser seu dever servir nas forças armadas.

Na II Guerra Mundial, tanto a Grã-Bretanha como os E.U.A. criaram corpos auxiliares femininos nas suas forças armadas. Em 1945 na grã-Bretanha havia 437 200 mulheres compreendendo 8,5% do seu total militar (21 000 no serviço de enfermagem), enquanto os E.U.A. tinham cerca de 265 000, constituindo 2,18% do total das suas forças armadas; não dispomos de dados quanto ao número de enfermeiras, sabendo-se que 32% eram oficiais.

A França e os Países Baixos também utilizaram mulheres nas forças armadas durante a II Guerra Mundial e continuaram a incluir um pequeno número desde essa época.

Actualmente a França tem o serviço Nacional Feminino em que as mulheres são contratadas por períodos de um ano, diferindo do Pessoal Feminino da Forças Armadas que é um quadro de carreira militar. Em Julho de 1973 o efectivo do pessoal feminino das forças armadas atingiu 8300 mulheres, havendo vagas para um general, 9 coronéis, 15 tenentes-coronéis, 42 majores a serem preenchidas até 1980.

O Canadá, tem uma força de voluntárias com um efectivo de 2444 mulheres que representam 2,98% das suas forças armadas, servindo as mulheres particularmente nos serviços de saúde, nas áreas de administração, logística, comunicações e engenharia electrónica. O objectivo do Canadá para 1983/4 é de 8000 ou seja, um aumento de mais 300% sobre os efectivos de 1974.

Na Dinamarca, desde a II Guerra Mundial que há quadros femininos em cada ramo das forças armadas, prestando serviço como civis. A partir de 1961, as mulheres passaram a ser incorporadas, constituindo três corpos femininos independentes, dentro da estrutura da Guarda Nacional, tendo em 1971 os estatutos oficiais permitido, pela primeira vez na Dinamarca, que mulheres voluntárias se incorporassem nas forças armadas nos mesmos termos que os homens.

Em 1955, a Turquia incluiu mulheres nas suas forças regulares, tendo algumas entrado para as escolas militares como cadetes.

Falámos de alguns países com maior número de incorporação de mulheres nas forças armadas.

Analisando as suas opiniões, experiência, desajustes, camaradagem, etc., observamos que ontem como hoje, lá como cá, o choque a mulher "viveu e sofreu" no meio militar no princípio do século, repetiu-se na segunda metade deste mesmo século! - A mulher quando "rompe fronteiras" ultrapassando "mitos" só possíveis aos homens, arrisca-se a um julgamento fácil e depreciativo da sua coragem e aventura, como se fosse apenas, procurar interesses banais e medíocres.

No nosso País, em 1961, seis enfermeiras voluntárias foram brevetadas no paraquedismo e graduadas militares para a assistência a feridos de todas as forças armadas e civis, durante a guerra em África. (Despacho 418/61)

O quadro era de 9 oficiais e 12 sargentos. Nunca esteve completo!

Se todas as enfermeiras brevetadas e graduadas militares, desde 1961/73, estivessem no activo, não iriam muito além de meia centena de concorrentes no decorrer de 12 anos, atingindo sequer a centena.

Hoje, alcançaram a estabilidade emocional e aguardam a segurança no futuro, num quadro devidamente estruturado tendo a experiência como enfermeiras graduadas militares sido muito positiva; o seu "combate" foi atenuar o sofrimento de todos, foi um trabalho exaustivo, e pode-se dizer com total propriedade que cumpriram!

Perguntam-nos com frequência se concordamos com a mulher-combatente... A nossa sensibilidade e ética profissional não encontra resposta positiva. Aceitando no entanto que outras pessoas com formação e diferente sentido das sociedades encarem o problema de forma diferente seria de facto uma incoerência, nós enfermeiras, pegarmos em armas para combate; não obstante termos tido instrução de arma de fogo para auto-defesa e nem por isso usámos armas no mato em pleno perigo. Se a mulher portuguesa tivesse o temperamento e o espírito patriótico da mulher israelita não teríamos dúvida em dar uma resposta positiva. Não é esse o caso! Lembramos até que houve, há e haverá muitos homens, bons militares que "combateram sem armas"! - há muitas formas de combate...

A nossa opinião para a formação do serviço militar feminino em Portugal e apoiadas no Art.º 13 da Constituição Política da República Portuguesa é: SIM!...

Reis, Ivone (1979): "O serviço militar feminino". In: *Voz de Trás-os-Montes*, 19 de abril de 1979, p. 5.

A opção religiosa não deve ser instrumento de "marketing" político

O tema das relações entre os católicos e política regressou à primeira página dos nossos jornais pelo facto inusitado de termos à frente do Governo, e pela primeira vez, não apenas uma mulher, mas especificando um adepto de um movimento católico, o Graal, afecto aos sectores tidos por "progressistas" da Igreja.

É evidente que o Governo não é só o Graal e que os católicos não são só os progressistas. Mas a diminuição de preponderância maçónica e a ênfase intencionalmente colocada por Lurdes Pintassilgo no seu catolicismo não passaram despercebidos a ninguém.

O acesso de militantes do Graal ao poder político veio assim trazer à cena um tema antigo - o das relações entre a Igreja e a política - num contexto que provoca as maiores perplexidades. Diga-se desde já, que a questão surge entre nós com um certo desfasamento. Entre João XXIII, o grande entusiasta do "aggioramento" da Igreja e em torno do qual se desencadeou uma série de grupos e movimentos que se reivindicam do espírito inovador do Vaticano II, e João Paulo II, o papa polaco consciente do perigo do materialismo e do totalitarismo, passaram já mais de quinze anos. E de entre os que nos anos 60 se reclamavam de "católicos progressistas", muitos são os que hoje se apresentam apenas como católicos, sem qualquer rótulo, enquanto outros levaram o seu empenhamento político e tais radicalismos que acabaram por entrar em conflito com a doutrina e prática da igreja católica e são hoje apenas progressista.

Entre nós, as tensões entre os católicos e o Poder Político não foram relevantes antes do 25 de Abril, salvo raras excepções. Não se chagaram contudo a formar, ao contrário do que sucedeu noutros países, movimentos liderados por bispos "progressistas". A imagem do "catolicismo progressista" nunca ultrapassou alguns pequenos grupos, nunca tendo aparecido associada nem à hierarquia da Igreja, nem ao poder político.

A situação inverteu-se com o 25 de Abril. A hostilidade contra a Igreja manifestou-se desde logo, culminando com o sequestro da Rádio Renascença. Os poucos católicos "progressistas" conhecidos tomaram então posição contra a hierarquia da Igreja e a favor do poder político vigente.

Pela primeira vez aparecem pública e claramente conotados com partidos políticos à esquerda do PS. Enquanto isso alguns deputados do PSD e do CDS empenharam-se na Assembleia Constituinte na defesa da liberdade religiosa e da liberdade de ensino, conscientes de que não há liberdade se faltarem algumas das liberdades.

Com a Eng.ª Pintassilgo, a imagem do catolicismo "progressista" aparece pela primeira vez intimamente associada ao poder político em Portugal. E não é de estranhar que partidos como o PS e o PCP, a quem agradou a nomeação desta primeira-ministra, tenham "embandeirado em arco" com a opção religiosa de Pintassilgo, procurando afinal proceder exactamente do mesmo modo que o regime anterior. Conhecedores da força da Igreja em Portugal, tais partidos e o próprio Presidente da República procuraram instrumentalizar o catolicismo da primeira-ministra, na esperança de assim alargarem o seu espectro de apoio junto dos Portugueses. O oportunismo deste comportamento é evidente, sobretudo no caso do PC. Chegou-se mesmo ao cúmulo de ver este partido pretender defender, na Imprensa, que lhe é afecta, a hierarquia da Igreja contra as pretensas críticas de sectores políticos da Aliança Democrática.

Pela minha parte, rejeito em absoluto tais atitudes. Não posso aceitar que o catolicismo seja mau e reaccionário se defende liberdades, mas se torne bom e progressista se tal convier aos interesses do poder vigente.

Não concebo que se utilize uma opção religiosa que deve ser profunda e pessoal para angariar popularidade política. Não reconheço a nenhum partido ou personalidade legitimidade para reivindicar o monopólio da fé - que por definição é transcendente, universal e ultrapassa os limites estreitos da mera actuação política.

A opção católica é compatível com diferentes opções políticas, e há católicos em diversos partidos. Há, evidentemente, fronteiras entre a opção religiosa e a pluralidade de opções políticas abertas aos católicos. Há mesmo, na minha opinião, um fosso intransponível entre o conjunto de valores espirituais inerentes à dignidade da pessoa, de que a Igreja Católica foi sempre uma das mais firmes defensoras, e ideologias ou práticas que a ignoram, desprezam ou combatem esses valores. Mas a opção religiosa não está ao mesmo nível da opção política, nem deve ser um simples atributo adicional ou um instrumento de "marketing" político. Deve sim ser um critério de vida, ético e pessoal - fonte de lições e valores pelos quais cada qual se empenha em lutar com convicções e honestidade.

Roseta, Helena (1979): "A opção religiosa não deve ser instrumento de "marketing" político". In: *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1979, p. 16-17.

Abstracto - ?

Conversas que surgem. Temas que se abordam e discutem, personalidades que se revelam. Revelando-se, deixam-se interiorizar, sem que, contudo, sejam forçadas a isso.

Alguém que escuta consegue absorver, estabelecendo a pouco e pouco comparações, fazendo análises, procurando aprofundar os pormenores integrados na personalidade que ocupa o lugar de interlocutor ou de mero espectador.

Se nos déssemos ao trabalho de percorrer os mais diversos lugares a horas diferentes ou em tempos simétricos, poderia surpreender-nos o encontro de personagens com uma visão interior semelhante àquela com a qual se dera o ponto de partida para a extrospecção que o momento nos sugere.

É neste "recinto" de imagens que se formam grupos, que se propõem fixar amizades que se tornarão eternas ou que tendem a terminar tão idênticas às ondas que se juntam no mar, para rebentar nas praias.

Deste género são as amizades de Verão, isto é, aquelas cujo ponto de partida pode ser uma praia frequentada com mais ou menos assiduidade pelas mesmas pessoas ou, então, um recanto entre as rochas, tido como a areia fina onde alguns se estendem preguiçosamente, gozando com ousadia as suas férias e desfrutando dos raios de sol com mais respeito por este, senão… adeus bronzeado!

Em princípio, os temas não passam de minúsculas entrevistas, simples curiosidade. Com o decorrer dos dias e, se esses encontros se repetem, conseguem atingir um ritmo mais animado, desprendido, com um âmbito mais variado.

Todavia, o fim das férias vem muitas vezes contribuir para que esse grupo se desagregue. Cada um retorne as tarefas rotineiras: vida profissional, estudos, etc…

Talvez, a partir deste reinício do quotidiano, novas personagens, novas personalidades, imagens diferentes! ... E a vida que não pára! Parar é morrer!

Souto, Raquel (1979): *"Abstracto - ?"* In: *A Voz de Trás-os-Montes*, 13 de setembro de 1979, p. 5.

Mundo cão

O rafeiro entrou no comboio, ali para os lados da Damaia. Miudinho, fino de pata, costelas desenhadas no pelo acastanhado, seguiu as pessoas, provavelmente atrás de alguém que lhe fizera uma carícia - de dono que não tinha.

O revisor não lhe ligou nenhuma. O bicho, decerto, não teria passe social, beneficiava isso sim, do bilhete da espécie - o de cão. E ele por ali ficou, hesitante, farejando o chão vermelho e sujo, encolhendo-se de medo, com os solavancos bruscos da composição ou quando a sombra de uma arvore ou de um prédio, se projectava no corredor. Sentia-se desamparado!

Sem outros irmãos de raça à sua volta, esse isolamento acentuava-se com a indiferença dos passageiros, absortos nos problemas do quotidiano. No entanto, alguma coisa lhe despertou, de repente, os instintos e com dentes irregulares e aguçados a sobressair das mandíbulas descarnadas, lançou-se em súbita correria para o fundo da carruagem. No último banco da primeira classe, uma bolsa plastificada encostava-se às pernas, com meias pretas, de uma senhora já no inverno da vida, vestida da mesma cor, grosso cordão ao pescoço donde pendia um medalhão doirado como uma libra de cavalinho.

Discretamente enxotou o "vira latas", pouco disposto a rejeitar o convite que lhe chegara às narinas. E a senhora começou a impacientar-se, perdeu a tranquilidade, enervou-se.

Teimava o rafeiro em meter o focinho no pequeno saco, entreaberto; um olho na janela, outro no cão, a senhora continuou a repeli-lo, sem grande êxito. E o comboio, depois de breves segundos de paragem na Cruz da Pedra, galgou a distância, deixou Campolide para trás, penetrando, afoito, na negrura do túnel.

A senhora de negro caiu em si e a explosão foi imediata, desfeito o verniz de uma compostura imposta pelos circunstantes silenciosos. "Maldito cão, já me estragaste a tarde", gritou, destemperada, enquanto o rafeiro fugia, ganindo!

Uma tarde no Jardim Zoológico era, agora, um projecto comprometido. Ir ao Rossio e voltar noutro comboio, fá-la-ia perder muito tempo. A merenda comê-la-ia noutro sítio, talvez num banco da avenida. E além disso, ficara farta de bichos…

Viegas, Encarnação (1979): "Mundo cão". In: *Diário de Notícias*, 29 de dezembro de 1979, p. 7

4.2. Masculinos

No mundo livre, Democracia tem outra dimensão

Vive-se, na Europa, a hora da democracia. Os portugueses estão a ensaia-la à sua maneira – a dizer mal uns dos outros –. A dizer mal de tudo…e a todos. Uns fazem-no porque a suposta democracia lhe levou bens e haveres. Outros porque os agrediram física ou moralmente. Outros, ainda, porque em nome da democracia foram lançados na miséria e no desespero.

E, digo que a "tal"democracia fez tudo isto porque oiço, constantemente, homens que provocaram e provocam, todo este caos, falar em democracia. Falarem em preservar a democracia e as conquistas da revolução. Falarem em defender a democracia e as liberdades do povo Português! Mas na prática esses "tais"democratas vão procedendo como os mais déspotas e os mais omnipotentes de todos os seres que povoam a terra. Eu, pessoalmente, não desgosto da democracia. Mas não à nossa maneira. Gostava aqui de vivê-la como se vive em muitos países da Europa…mas, sobretudo, como se vive e pratica na grande nação americana.

Por dever de ofício vamos, de vez em quando, aquele continente. Convivemos com o seu povo e vamos conhecendo as suas leis. Vamos apreciando a sua forma de vida e contemplando a sua forma de vida e a contemplando as fontes criadores da sua riqueza e bem-estar. E ficamos pasmados perante a força criadora daquele povo que ganha cinco ou seis vezes mais do que ganha o povo obreiro deste país e compra tudo por um terço do dinheiro que os portugueses têm de pagar pelas mesmas coisas!

Nenhum povo do mundo vive mais livre de que o povo americano, e todavia, mais rico. Mas também poucos povos na terra serão mais exigentes no cumprimento das suas leis democráticas. Os americanos são por formação e pela educação de família, verdadeiramente democratas. Tudo se permite desde que esteja instituído e conste das suas leis. Mas de quem as atropele ou desrespeite!

Assistimos, há bem poucos dias, numa das suas auto-pistas, de seis faixas de rodagens de cada lado, ao controle do tráfego rodoviário em termos de severidade…quem desrespeitar as 5º milhas horárias permitidas é detectado à distância de quilómetros e apanhado na primeira brigada de trânsito que vigie aquela área. Presenciamos como isso funciona. Presenciamos como se comporta esse povo de quase 230 milhões almas que se cruza em mais de nove milhões de quilómetros quadrados de montes e vales. De pradarias e de desertos. De oceanos e terras sem fim. De um mundo que causa inveja aos privilegiados da terra. E temos que prestar homenagem à sua forma de vida. Ao seu sentido de liberdade e democracia. À sua maneira de estar no mundo. Atropelar as leis e os direitos dos cidadãos é coisa que ninguém faz. E, se alguém o faz, a lei é inclemente e implacável.

Nos Estados Unidos tudo, ou praticamente tudo é, liderado pela iniciativa privada. São os bancos, os seguros, a indústria, o comércio, a agricultura, a construção e conservação de estradas. Os caminhos-de-ferro. As companhias de navegação aérea. Escolas e universidades. Iluminação pública. Limpeza de ruas e cidades. Em suma: tudo é livre e democrático naquelas terras que vivem, dia e noite, tranquilamente, a democracia em toda a exuberância e pureza. Todos têm acesso às riquezas do país. Todos comparticipam e beneficiam do seu poder criador. Todos são livres; sem insultos, sem agressões, sem ódios, sem vinganças.

Que ponham, alguns dos "democratas que temos", os olhos nesta forma de vida e depois que meditem se temos ou não razão de duvidar da "sua"democracia.

Mas, para ter democracia e vivê-la em paz há um factor que tem que se ter em conta – o trabalho. Na América. Todo o cidadão trabalha, em pleno, horas e horas sem descanso a um ritmo que nós não temos. Depois a produção é enorme. Os gestos de mão-de-obra são mínimos. Na indústria do mobiliário, por exemplo, é possível produzir, na América, mais barato do que se produz em Portugal com salários, como já se disse, cinco ou seis vezes mais altos de que nós pagamos…algo está errado na nossa democracia. Poucos somos a trabalhar, e muita gente a viver do pouco que se produz! Há que tomarmos consciência disso.

Sem trabalho não há democracia. Há pobreza!

Abreu, José (1979): "No mundo livre, Democracia tem outra dimensão". In: *Flor do Tâmega*, 5 de abril 1979, pp. 1 e 3.

Desafio Nacional em Curso

As últimas semanas têm sido singularmente férteis em matéria noticiosa de defesa nacional, o que é salutar. E que revela da parte dos órgãos da comunicação social, em geral e da imprensa, em particular, um interesse coincidente com a importância, geralmente subestimada, daquela temática nacional.

Efectivamente, o Orçamento Geral do Estado e as verbas neles inscritas para atribuição à defesa nacional; o trabalho em silêncio mas, certamente proveitoso, da Comissão Parlamentar da Defesa Nacional sobre a mais postergada lei da Assembleia da República: e a inauguração no instituto da defesa nacional (IDN) do primeiro curso no país com real sentido e alcance de defesa nacional, são acontecimentos que vêm merecendo atenção especial por parte da informação.

Aqui se lhes faz breve referência individual sem curar da sua hierarquia de valor, até porque todos eles ocupam posições próprias de relevo nivelado na conceptuologia e na prática da defesa nacional.

O orçamento

Continua a titular-se impropriamente de defesa nacional as despesas atribuídas praticamente em exclusividade às forças armadas. Esta classificação não merecia reparo se não se pretendesse em conceito moderno, que as forças armadas constituíam parte do conteúdo mais vasto da defesa nacional. Só aparentemente se trata se purismo conceptual, se nos lembráramos do efeitos nocivos que têm advindo para o país e para as próprias forças armadas, da identificação de duas noções distintas, embora correlatadas, particularmente quando está em causa formar mentalidades e criar práticas de autêntica raiz democrática.

Só a incipiência com que desde sempre a problemática da defesa nacional e até mesmo das forças armadas tem sido tratada no nosso país, pode explicar a carga pretensamente política ou a intenção claramente demagógica mas, sempre de mérito superficial, de que, em geral, se revestem as apreciações e criticas feitas às despesas militares anuais, desde 1974 para cá.

O decréscimo natural das necessidades militares depois daquela data haveria de estabilizar as despesas correspondentes, a preços constantes, num nível dificilmente redutível sem comprometimento grave do mínimo de subsistência e funcionalidade institucional militar. E esta componente é também via rápida para a degradação por dentro da instituição militar.

Por isso, acaba por ser o receio consciente da repetição duma situação altamente gravosa para o país, que fundamenta a opção política actual em relação às despesas militares, já que opções mais elevadas nos domínios da política militar propriamente dita, como expressão sectorial da defesa nacional, não podem ainda ter lugar no nosso país.

A persistirem as actuais dificuldades na vida essencial da comunidade nacional, elas tenderão a tornar-se crónicas e estruturais e, consequentemente, o país não poderá sequer suportar, com sacrifício consentido, a manutenção e operação de meios modernos, a obter através de eventuais auxílios ou negociações militares externas. Sabe-se como aqueles meios são já hoje considerados matéria de necessidade e urgência só para finalidades nacionais, directas e imediatas. Por isso, não parece audacioso admitir que tais auxílios ou negociações tenham de alargar-se operacionalidade e funcionalidade dos próprios meios, sabido como é, que a tecnologia moderna, mesmo pouco sofisticada, reclama custos elevados naquele campo.

Terá pois de reconhecer-se ser este um problema que pode legitimamente preocupar os militares e que devia merecer a atenção consciente das forças políticas, como mais um factor mobilizador do seu empenhamento na busca e realização dum projecto novo e democrático de vida para a comunidade nacional.

Quando tal suceder se verá que as retrospectivas numéricas comparativas dos índices orçamentais são meros exercícios aritméticos de efeitos consequentes muito limitados. Os políticos passarão a decidir com elevação sobre a segurança a alcançar e manter e os militares fundamentarão os seus projectos orçamentais em sistemas de meios e gestão optimizadas, concebidos segundo técnicas analíticas quantitativas, que,

provavelmente, ainda não podem aplicar. E o cidadão saberá também para onde vai realmente o seu escudo de defesa.

É que não basta dizer que as verbas para as forças armadas devem ser reduzidas em resultado de apreciações de natureza absoluta ou por efeito comparativo, meramente subjectivo, com outras rubricas orçamentais aparentemente prioritárias. Também não parece ser suficientemente convincente invocar a equivalência percentual das verbas militares com índices homólogos de países comparáveis. O ponto está em saber se temos garantida a segurança que decidimos gozar com a eficiência desejável e, se possível, óptima. Ou se, para o que só podemos ou queremos gastar, a segurança a recolher é minimamente válida. Também na comparação externa haveria que levar a análise às próprias seguranças para saber se estão em relação homóloga com os custos. Tudo acaba, afinal, por ser uma questão de nos prevenirmos com o seguro adequado de prémio suportável.

Talvez não seja deslocado referir ainda, que o binómio segurança - desenvolvimento só aparentemente pode ser olhado como contraditório numa sociedade democrática, deixando que se manifestem entre os seus termos, em cunha, o pacifismo belicista ou a demagogia política. Conhecem-se hoje, perfeitamente, os limites saudáveis da sua coexistência para que o falso antagonismo se transforme em real complementaridade. Os "complexos militares-industriais" estão já hoje dissecados nas suas virtudes e nos seus defeitos. Em geral, à escala adequada, dão jeito, os outros "complexos" essenciais – como os do tipo "Cachão"…, no nosso caso.

A Lei

Se a constituição não contemplasse o papel das forças armadas não constituíssem, vida portuguesa; se as forças armadas no constituíssem de facto, uma verdadeira instituição, que, mais tarde ou mais cedo, acaba sempre por se recompor dos abalos mais profundos; se os brandos costumes de todos não continuassem, apesar de tudo, a impor uma réstia de senso comum no comportamento político, estaríamos provavelmente na situação absurda de o estado não possuir os meios mínimos necessários, mesmo só potenciais, para o desempenho de uma das suas funções primárias, que é a segurança da própria nação e do próprio estado.

É que a lei, que já por tradição se vem chamando de "organização da defesa nacional" e que é da incumbência constitucional expressa da Assembleia da República, tem sido figura esquiva que episodicamente visita a cena nacional sem ainda se ter decidido a ficar.

Isto não passaria de inócua ironia se, na realidade, matéria tão delicada como a defesa nacional, não se pudesse colocar sem esforço em domínios da soberania e da continuidade do estado, logo a seguir à lei do orçamento. Não se desconhecem os factores carregados de transitoriedade constitucional que nos envolvem; a alta sensibilidade política que atravessa matéria tão complexa; a lucidez e serenidade requeridas para conciliar valores democráticos com postura constitucional de natureza diferente; a dificuldade em alcançar um real consenso entre formações políticas com visões tão díspares dos vectores que compõem a defesa nacional e, em particular, do seu vector militar no contexto da nação e do estado.

Mas, as assembleias que se assumem como representativas da nação são por excelência o lugar próprio do compromisso negociável, especialmente quando está em causa, não já o estafado "interesse nacional" mas, o imperativo real da identidade e sobrevivência da comunidade política. Só a manifesta indiferença nacional para com os assuntos da defesa, de que têm sido tradicionalmente responsáveis de primeira linha as elites políticas, reduzindo a população à mais insignificante ignorância, pode explicar porque é que a nação em geral não tem tido consciência da alienação real da soberania que tem representado a ausência duma organização de defesa nacional, aceite embora, na origem, de imperfeição e até de ambiguidade.

Não se trata de criar estruturas altamente elaboradas, cujos custos elevados só poderiam ter exigência e justificação em correspondentes perfis de bem-estar e progresso. Trata-se simplesmente de combinar o pouco de que se dispõe ou pode vir a dispor para, em acção coordenada e de economia, se poder alcançar um mínimo necessário de eficácia no domínio da defesa nacional, obviamente inatingível por iniciativa individual e tantas vezes incoerente ou não convergente, das componentes isoladas.

Não parece despropositado admitir que, nesta matéria, em caso de abdicação ou incapacidade da Assembleia da república para encontrar fórmulas de consenso que conduzam à elaboração da lei possível definidora da organização mínima indispensável, venha a ser o governo, responsável pela política geral do país e nos termos constitucionais, a tomar a iniciativa patriótica de submeter à Assembleia um projecto legislativo que preencha esta lacuna grave do estado e contribua, assim, para a restauração da sua dignidade. E, sobretudo, torne possível o lançamento de estruturas e mecanismos simples de segurança que previnam ou enfrentem os perigos ou ameaças aos nossos interesses. Continua a não ser muito audacioso supor que não há ninguém capaz de afirmar ou negar que tais perigos ou ameaças existem e muito menos, obviamente, que possa avaliar da eficácia da nossa capacidade para se lhes opor.

Não parece haver vantagem em ignorar que a evolução da liberdade e da justiça em Portugal vai exigindo cada vez mais que não e descure a defesa da democracia e do direito. Eu que essa defesa seja, ao menos, democrática e constitucional. E, aqui, não pode evitar-se o enunciado da questão de saber-se até que ponto a figura, constitucional e democrática, presidencial pode ou deve ter um papel a desempenhar.

Se dúvidas pudesse haver sobre a aceitação duma lei, ainda que imperfeita, em contraposição com a sua ausência, o momento parece ter chegado para as dissipar definitivamente.

O curso

E como se já não fosse notável a ocorrência de factos tão importantes, eis que o IDN abre as suas portas a civis e militares para, em conjunto, reflectirem sobre os problemas de defesa nacional. É, na verdade, um marco histórico tão relevante como foi o da própria criação do instituto, em 1969.

E, aqui, não deve ocultar-se, porque é mais do que justo – é devido – o saber e a visão do general câmara Pina, actual presidente da academia de ciências de Lisboa, para dignificação dos pares civis que o elegeram e honra da instituição militar, que então concebeu as bases institucionais da escola e depois, traçou o seu suporte material.

Hoje, é a perseverança do seu corpo directivo e a dedicação do seu claustro docente. Juntamente com o alto espírito de colaboração de civis e militares, indistintamente conferencistas e auditores, que torna possível, pela primeira vez em Portugal, a tarefa exemplar do estudo, em comum, da defesa nacional numa perspectiva global e estruturada.

A defesa de uma nação não pode ser hoje objecto de negociação entre civis e militares. Tem de ser obra planificada de todos, porque a todos envolve na perseveração do património histórico comum e a todos mobiliza na satisfação de aspirações legítimas colectivas, tendo subjacente uma vontade nacional forjada na identidade de valores permanentes irredutíveis.

É um quadro que não mais é possível ser abrangido por intuições privilegiadas ou por rasgos de heroísmo. Só uma perspectiva racional que enuncie a situação e permita conduzi-la de acordo com o interesse e a vontade do país, pode resolver os problemas internos e externos, cada vez mais complexos, colocados à defesa nacional. E isto por motivos vários.

A defesa de um país requer do estado um grau cada vez maior de integração, ante graduações crescentes de subtileza, presentes nas relações internacionais. Estas penetram cada vez mais profundamente no tecido social e individual interno. Quem é hoje capaz de distinguir, claramente, a crise da guerra, o conflito da tensão, a manifestação pela paz da luta pela reivindicação legítima? A nação e o estado, o individual e o colectivo, o civil e o militar, têm de irmanar-se, a todos os níveis, dum mesmo espírito de consenso político relativamente aos valores essenciais que sustentam a pátria comum. Ora, isto não é um dado adquirido, para além do que pode pesar o instinto natural de defesa. Aquele espírito, que deve alargar-se conscientemente a toda a nação livre, sem o que a defesa é imperfeita, poderá levar gerações a formar e a robustecer mas, é obrigação indeclinável dos quadros responsáveis do estado.

A semente lançou-a agora o IDN. Resta esperar que frutifique nos homens e constitua inspiração para as nossas instituições de ensino superior, lamentavelmente omissas em matéria curricular de tão relevante importância para o país.

O orçamento da defesa nacional e a lei da defesa nacional são produtos essenciais da acção política. A defesa nacional, no seu conceito global se não é hoje só política é quase só política.

Baptista, J. Comprido (1979): "Defesa nacional em curso". In: *Diário de Notícias*, 29 de março de 1979, pp. 3 e 8.

Basta!

Não há dúvida nenhuma que o País perdeu o rumo. Não sabe para onde vai não sabe de onde vem, não sabe bem o que quer. Ou, talvez, para ser mais rigoroso, sabe apenas o que não quer.

Não quer esta via, que não é democracia, que não é ditadura, que não é comunismo, nem fascismo nem corporativismo e, muito menos, socialismo. É, como se diz em calão uma bagunça que a nada leva, que nada promete e que apenas reflecte uma incapacidade constrangedora para a governação por parte de muitos dos políticos, quer dos autênticos já com longa tarimba – clandestina ou não – quer dos de última hora, com fardas, sem fardas, filiados em partidos, independentes ou dependentes.

Uma incapacidade inacreditável que chega a assustar. É que, na verdade, este país, cujo povo tem provado ao longo da história qualidades excepcionais de espírito de sacrifício, de trabalho de bom senso, de inteligência, de benevolência e, ao contrário do que é habitual ouvir dizer-se, de tolerância, este povo, sacrificado, esquecido, brutalizado e sempre ouvindo falar em seu nome pelos hipócritas que dele apenas se servem para glorificarem a sua imagem, parece não estar vocacionado para se organizar no clássico sistema das democracias parlamentares ocidentais.

É lamentável que se admita sequer esta hipótese como plausível. Mas a verdade é que todos se interdigam sobre este problema, mesmo que o não confessem. É verdade que esta mesma interrogação, apoiada por forças ocultas que a exploravam para apoiar fins estranhos aos interesses do povo, conduziu a regimes de força, opressivos, a ditaduras e a fascismos de diverso cariz. Dessa interrogação, aliada a interesses de vária ordem, surgiram os pequenos e grandes ditadores da nossa história contemporânea, desde Costa Cabral, até João Franco, Sidónio Pais, Salazar, todos justificavam a sua intervenção e o regime de mais ou menos força que se lhe seguira, na crise que a nação atravessava, na necessidade de pôr a casa em ordem e na incapacidade do País se governar dentro dos princípios liberais e democráticos.

E sucede, também, que nesses períodos se pinha de facto a casa mais ou menos em ordem que se restauravam ou se tentava restaurar as finanças debeladas, se lançavam grandes projectos de empreendimentos públicos, se disciplinavam as forças armadas, tudo isto, é evidente, sem qualquer escrúpulo no que se refere aos interesses imediatos do povo e sem a mais leve contemplação pelo respeito dos princípios do direito à liberdade, à crítica e à expressão de pensamento. Havia que pôr a casa em ordem, era para esses homens o que interessava, sofresse o povo o que sofresse.

O povo sofria, mas a casa era arejada, limpa, arrumada e, no mealheiro, juntavam-se os cobres que a vida... desses períodos – e refiro-me sobretudo ao último – permitia reunir.

É sempre a tradicional história da cigarra e da formiga. Poderia concluir-se da fábula que, morta a formiga, exausta de trabalho logo a cigarra entraria a cantar, a desbaratar as economias, acusando-a de ter desprezado tudo e todos, apenas para manter a casa limpa e as burras cheias de ouro. Maldita e pesada herança. Havia que a arejar.

Pobre povo deste país. Vive em permanente sobressalto. De tempos a tempos, substituem-lhe os santos dos altares. Volta não volta, trocam-lhe o catecismo. Dia sim dia não invertem-lhe os valores. Trabalha, sofre, espera e encolhe os ombros. Aliás, para quem quer ser observar com objectividade qual o estado de espírito deste país, notará facilmente que se vive num permanente e total encolher de ombros, expressão de cepticismo, de incredulidade, de melancólica indiferença.

É que já basta de tanta incapacidade, de tanta asneira, de tanta traição ao princípio que se anunciam a toda a hora como sagrados, mas que a todo o momento se desprezam.

O que pretendem estes senhores que só falam de democracia, de liberdade, de justiça social, mas que brincam levianamente com o futuro do nosso pais e com a sua independência? Querem entregá-la ao comunismo? Querem retornar ao fascismo? Ou

querem, de facto, instaurar um regime decente, de gente responsável, trabalhadora, respeitadora do nosso povo e do nosso passado?

Se for esta ultima hipótese que na realidade se pretende, então só haverá um remédio: varrer a casa, lavá-la e agulheta, abrir as janelas, queimar o lixo e começar de novo. Não é com a actual Constituição, que mais parece um regulamento do que o diploma fundamental definidor dos grandes princípios em que deve assentar a República Portuguesa, que se poderá construir uma nação livre e digna. Não é com um Conselho de Revolução que não significa coisa alguma e que só serve para tornar a situação, já complexa da vida pública, ainda mais complexa, que se pode falar em democracia. Não é com uma lei eleitoral que, para respeitar as minorias, não permite a formação de maiorias estáveis, que se poderá constituir um governo eficaz. Não é com leis do trabalho que, para defender o trabalhador, destroem as empresas e aumenta o desemprego, que fomenta a riqueza e se melhora o nível de vida da população. Não é com a defesa histérica do respeito pela opinião de todos, desde a mulher-a-dias até ao professo catedrático, que se podem gerir cursos superiores, administrar hospitais, estruturar devidamente a máquina educativa e assistencial do País.

Poderia continuar-se a... esta série de absurdos, indefinidamente. Não vale sequer a pena. A situação está clara e tão evidente que todos estão bem esclarecidos sobre o assunto.

Receio é que, um belo dia, o povo acorde e diga de si para consigo: assim não. Basta!

Ficará a porta aberta a todos e qualquer vendilhão de feira que surja a apregoar a banha de cobra, panaceia para todos os males. Aí teremos novamente um D. Sebastião, um super-homem, deus e salvador!

A Força Aérea já disse que, assim não. Basta! Se todos disserem basta, é que são elas! Lá vai a Constituição, lá vão os princípios sagrados, a virarem com a mesma velocidade com que se viraram quando os cravos vermelhos dum Abril, já longínquo, apontaram num rumo de esperança para o povo exausto, desiludido e cansado de esperar.

Carvalho, Fausto Lopes de (1979): "Basta!". In: *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1979, p. 3.

A crónica de Paulo de Castro – Felipe Gonzalez e o socialismo ibérico

Felipe Gonzalez não foi a bem dizer derrotado, mas apenas impedido de chegar ao poder, por uma margem que nada tem de humilhante podendo este resultado ser um benefício para o partido socialista. Isto se conseguir, como dizia Malebranche, "descer dentro de si, buscar a sua verdade interior, sem perder-se no tumulto das coisas".

Homens como Jean Jaurés, Marceau Pivert, ou Leon Blum, apesar das suas fraquezas, Augusto Bebel, extraordinário valor hoje quase esquecido, ou Kurt Schumacher, Pablo Iglesias, Julian Besteiro ou Largo Caballero e entre nós António Sérgio – para só falar em alguns que já morreram – e com todas as diferenças quer de posições políticas quer filosóficas, mas ligados pelos fios de uma aspiração comum – tinham uma doutrina, como a que tem o socialista Tierno Galvan hoje no partido socialista operário espanhol.

Mas a direcção deste partido é de Felipe Gonzalez. Merece admiração, mas exige, pelo muito que queremos a esse partido no qual já militamos alguns reparos.

No final da guerra civil em 1937 e em Barcelona, Indalecio Prieto, D. Indalecio que Jaime Cortezão teve a bondade de me apresentar, queixava-se ou confessava: "chegamos ao poder com pouca teoria pensando apenas na prática política e nas combinações a curto prazo e afinal ficamos sem teoria e sem práticas". Todos os documentos que conheço de Felipe Gonzalez, ou do PSOE dos nossos dias – distante das linhas anteriores do partido – não permitem saber exactamente em que consiste saber o seu pensamento socialista.

Trechos escolhidos e a sua biografia publicada com o título "Los lideres", editorial Nueva Europa S.A., as entrevistas a Pierre Guidoni, "Entretiens sur le socialisme en Espagne" Tema-Editions, e debates ou referências em revistas como "El viejo Topo" e as teses, muito genéricas, serão teses? No livro "PSOE, sector histórico", Editorial Alkbia, tudo isto somado não vale o livro de Tierno Galvan "España y el socialismo".

Felipe Gonzalez é um excelente advogado – a família dos bacharéis é sempre numerosa nos partidos socialistas – comprovado antifascista homem corajoso e de

emoções liberais. Tudo isto e o seu "charme" andaluz é importante para um político, mas não constituiu um corpo doutrinal. É jovem, nasceu em Sevilha, já depois da guerra civil em 1942, uma vantagem desde que não se atribua à juventude sortilégios mágicos. Isto permite-lhe dizer que "todos igualmente perdemos a guerra civil" com uma ligeira diferença não assinalada: uns exerceram um poder e os seus privilégios e outros o privilégio dos fuzilamentos e dos cárceres. Admiramos estes sentimentos de Felipe Gonzalez inspirados na sua educação na JOC, mas não é preciso esta absolvição à impiedade dos vitoriosos nem uma confusão de conceitos para cicatrizar feridas - como todos desejamos - sem esquecer os responsáveis pelo ataque a um governo legal e a seguir, e por isso as torrentes de sangue da guerra civil.

O partido socialista operário espanhol tem futuro, e Felipe Gonzalez tem futuro sendo contudo preferível amadurecer na oposição responsável e acompanhada de um estudo em profundidade da problemática espanhola do que chegar ao poder sem um projecto nacional pensado e sentido pelos militantes, confiando no brilho forense e na improvisação.

Um primeiro-ministro não deve ser um repentista, como se fora um jogral, mas um homem de reflexão, de visão e ás vezes audácia que faltou aliás a Gonzalez ao tratar do país basco e da Andaluzia onde pelas suas ambiguidades, quanto à autonomia, provocou uma dissidência, o Partido Socialista da Andaluzia (PSA) correspondendo a 5 deputados. E ao não responder em nível nacional e adequadamente aos ataques do partido comunista, que à custa do PSOE conseguiu mais três deputados. Quem fez analise de profundidade da acção de Santiago Carrillo e dos seus objectivos políticos e da sua inalterável ligação à união soviética foram os dissidentes do comunismo, Fernando Cludin, Jorge Semprun, Joan Estruch. O euro-monarquista Santiago Carrillo só atacou o partido socialista, e a direita nem se lembrou de Santiago Carrillo, a não ser um ou outro franquista que ainda vive à margem do "new-look" de Adolfo Suarez, como o sequestrado de Altona, mas todos atacaram o PSOE. Porque sabem que os socialistas está o perigo para as oligarquias, da transformação da Espanha. Mas o PSOE de Felipe Gonzalez não esteve à altura pois não basta a espuma das polémicas, mas um programa de fundo, uma doutrina e uma acção que seria possível pelo passado de combate do socialismo democrático espanhol, a fidelidade dos militantes e a base sindical da UGT reconstituídas por Nicolas Redondo.

O fantasma do marxismo

O receio de Felipe Gonzalez ser considerado marxista - explorado com cinismo e pontual falta de escrúpulos por Santiago Carrilio - levou o primeiro secretário a propor a anulação da referência ao marxismo do programa. Importa lembrar que o marxismo nunca foi considerado, a partir da reconstituição da PSOE, como a ideologia do partido. O que torna mais grave, inadequada e politicamente ingénua a exigência de Felipe Gonzalez.

Na "Mensagem ao povo espanhol" do XXVII Congresso do PSOE realizado de 9 a 12 de Outubro de 1976, alínea c) está escrito apenas isto: "O PSOE considera o marxismo como um instrumento de investigação, como um método de análise social para buscar a verdade eliminando todas as aparências que a deformam". Isto é um método que hoje é usado por investigadores do ocidente anticomunistas, não comunistas e como disse o Louis Althusser, "nunca pelos soviéticos que em questão de marxismo são a pura esterilidade". Mas há um pouco mais. Em "Puebla" e no documento "Evangelização no presente e no futuro da América Latina" diz-se o seguinte: "Entre a análise marxista e a doutrina marxista é um elemento válido para estudar a realidade social para interpretar a história e a sua transformação pela dialética da revolução. Por conseguinte alguns pensam que o cristão pode utilizar de uma maneira global a análise marxista sem comprometer a fé". ("Le Monde" 25 de Janeiro de 1979, página 10).

O marxismo como método de interpretação da história russa foi posto de parte e adaptado ao chauvinismo nacional de grande potência. O último grande historiador soviético, Pokrovsky, ainda beneficiou da da proteção de Lenine, Stalin fuzilou os discípulos de Pokrovsky, e reabilitou Ivan, o terrível, "patriota injuriado pelos trotsquistas".

Mas o fantasma de um marxismo, ainda que reduzido a um método de interpretação, atormentava Felipe Gonzalez. Não apontava, mesmo como método, a insuficiência hoje evidente do marxismo - embora continue a ser importante desde que dialecticamente conjugado com a antropologia linguística, psicanálise. Não. Era preciso suprimir, esquecer, dissociar completamente o socialismo democrático de qualquer franja marxista.

É impossível não relacionar isto com a influencia da social democracia alemã muitas vezes positivas outras vezes negativa por responsabilidade dos que a recebem sem a integrarem numa doutrina própria independente, ás vezes coincidente outras divergente se considerarmos as opções inteiramente diferentes dos países ibéricos. Mas também por isso é preciso uma doutrina sempre ressurgindo a interrogação de Antero: é possível viver sem ideias?

No congresso de Erefrut (1891) da social-democracia alemã e no de Heidelberg (1922) foi mantido na sua pureza o princípio da luta de classes. No programa de Erefrut Kautsky apoiou-se totalmente sobre a análise de Marx do capitalismo. E pensar que Lenine e Trotsky escreveram sobre o "renegado" Kautsky, que hoje não teria lugar, por esquerdista, em qualquer social-democracia.

Nos congressos de Stuttgart de 1898 e Hanovre de 1899 Bebel pelo centro e Rosa Luxemburg pela esquerda atacaram em termos violentos e analises brilhantes o despontar do revisionismo de Bernstein. Mas a mudança foi no congresso de Godesberg em 1959. Aí, o marxismo foi totalmente abandonado, mesmo quando existem marxista como minoria tolerada na social-democracia alemã, os "Jusos". A influência da Alemanha é evidente nos países da periferia europeia. O que se compreende na Alemanha, país rico, industrializado e conservador, tendo ao lado a Alemanha oriental que se afirma marxista, é Stalinista e prussiana, aliada súbdita da União Soviética não se justifica nos países ibéricos. A cooperação entre a social-democracia alemã e os partidos socialistas é útil. E ninguém melhor do que Willy Brand compreende, antigo militante do SAP ("Sozialistische Arbeiterpartei, partido socialista dos trabalhadores de esquerda que pretendia lutar contra a passividade e a moderação da social-democracia majoritária. Homens como Paul Levi, advogado de rosa Luxemburg, pertenciam ao SAP assim como Kurt Rosenfeld ou Heinrich Strobel. Grupo minoritário teve contudo um lugar proeminente na luta contra o nazismo).

Uma cooperação é desejável, uma subordinação ainda que mitigada por normas democráticas, ou uma simples imitação, mesmo não sendo pedida nem exigida, mantém o princípio dos centros de poderes dominantes transferidos do capitalismo ao socialismo.

Os partidos socialistas ibéricos vão necessariamente criara uma doutrina da política exterior – que não existe – só nível de partidos para oferecer a cada uma das nações a título de reflexão e inserindo todas as observações críticas de sentido construtivo nas linhas da sua própria inspiração. Isto exige um grau de especialização em vários quadrantes do saber, e dos problemas mundiais e liberdade de espírito, ausência de gregarismo mental, dessacralização de qualquer poder superior dentro dos partidos, ausência de triunfalismo para emoções de adolescentes, submetendo-se apenas a decisões de maioria mas afirmadas em campo aberto e não nos bastidores selectivos onde se fabricam dirigentes, congressos, convites e aplausos.

Castro, Paulo de (1979): "Felipe Gonzalez e o socialismo ibérico". In: *Diário de Notícias*, 20 de março de 1979, p. 3.

As Forças Armadas e o período de transição

Adquirido que parecia estar o facto de, embora à custa de erros judiciais ou disciplinares e cedências políticas discutíveis, os escalões intermédios de comando das Forças Armadas, após a aprovação da Constituição, terem deixado de interferir, abusivamente, na área da luta político-partidária, natural seria de esperar que a alta hierarquia fosse, ela própria, a imagem da disciplina, do apartidarismo, da sobriedade cívica.

No entanto, a pouco mais de um ano de termo do chamado período de transição, um grave e recente acontecimento, protagonizado por um alto hierarquia militar, veio conferir à conjuntura política uma dimensão que, não sendo nova, é, pelo seu reaparecimento, bastante insólita.

Quando tudo levava a crer que havia sido conseguido que as Forças Armadas dispusessem de uma hierarquia e disciplina próprias, apartidárias e que se tornassem um suporte fundamental na defesa da democracia, assistimos a tomadas de posição que podem ser interpretadas não só como formas de pressão sobre um órgão de soberania – Assembleia da República – exactamente aquele que é, em democracia, a mais genuína

expressão da vontade popular, como de claro apoio a um Governo por ela derrotado. Hierarquia e disciplina que são postas em causa, quando aquelas tomadas de posição surgem estando ausente do país o Chefe do Estado-Maior-General, única entidade milita com capacidade para alterar reduzir ou eliminar as missões que ele próprio atribui a diferentes ramos das Forças Armadas.

A não surgirem respostas claras para situações deste tipo, é lícito que muitos sectores democráticos temam a intervenção das Forças Armadas na conjuntura política actual. Razão por que tanto se fala em militarização do regime e em sobrevivência do regime democrático.

Civis e militares têm que lutar pela sobrevivência da democracia, nesta difícil fase de transição. Prevendo que o comportamento das Forças Armadas fosse imperativo para a implantação, em Portugal, de uma democracia política, os representantes livremente eleitos pelo povo português definiram, na Constituição, missões muito concretas a cumprir pelas Forças Armadas e seus elementos, bem como estruturas de funcionamento bem definidas. Com implicação na sua democratização referem-se (art.º 273º. a 275º) como missões para as Forças Armadas Portuguesas:

- Como parte do povo e, identificadas com o espírito do programa do MFA, assegurar o prosseguimento da Revolução de 25 de Abril de 1974.

- Garantir o regular fundamento das instituições democráticas e o cumprimento da Constituição.

- Tem a missão histórica de garantir as condições que permitam a transição pacífica e pluralista da sociedade portuguesa para a democracia e o socialismo.

- Colaborar nas tarefas de reconstrução nacional.

- Obedecer aos órgãos de soberania, nos termos da Constituição.

- Estar ao serviço do povo português, e não de qualquer partido ou organização, sendo rigorosamente apartidárias.

O comportamento das Forças Armadas e da sua hierarquia terá que ser, sempre, analisado e criticado por militares e civis, de acordo com a forma como aquelas assumem as suas missões. A nenhum militar será lícito não as cumprir: tal lho impõe não só o povo português, como o próprio Regulamento de Disciplina Militar. Nem o facto de nos encontrarmos num período de transição será razão para não exigirmos que aquelas missões sejam cumpridas. Por outro lado não é admissível a coexistência, nas Forças Armadas, principalmente na sua hierarquia, de militares que pretendem cumprir os imperativos constitucionais e os que deliberadamente se lhes opõem, por almejarem a sua revisão. Se os primeiros têm por si a força da razão, aos segundos restar-lhes-á a razão da força. Se esta for suficiente resultará, inevitavelmente o golpe militar ou, no mínimo, a militarização do regime, porta aberta para o golpe constitucional. Situação que, sem dúvida, inviabilizará a democracia política em Portugal.

Factos como os que deram origem a este artigo e a falta de respostas convenientes, justificam as dúvidas que subsistem em largos extractos da nossa sociedade. De facto, se eles ocorrerem com elementos da alta hierarquia das Forças Armadas, o que se passará com os outros seus elementos? É uma dúvida legítima e, simultaneamente, altamente preocupante uma vez que, se no curto lapso de tempo que resta, até ao final do período de transição (1960), a alta hierarquia não assumir uma consciência democrática explícita, deixando de funcionar como uma componente política de pressão dificilmente será viável um regime democrático, mesmo que a correlação de forças, expressas por eleições livres, seja favorável a uma direita democrática.

Por isso teremos que sustentar, sem ambiguidade ou duvida, que as Forças Armadas devem, para respeitar e defender o Estado Democrático, cumprir a Constituição, assumir uma posição de rigoroso apartidarismo, consciencializarem-se numa perspectiva de curto prazo para inevitável ordenação político-instituicional que as tornará directa ou exclusivamente dependente do poder político democrático e evitem, a todo custo, que os seus elementos e principalmente os chefes que as tentam instrumentalizar, em ordem à obtenção de efeitos políticos-pessoais. Este conjunto de medidas, que tardam a ser executadas no âmbito geral da instituição militar, não são constáveis com os pontos de vista político-partidários e pelo contrário, são a única garantia para que o poder civil democrático, seja de esquerda, seja de direita, assuma e pratique em Portugal.

Seria lamentável e imperdoável que, após 5 anos de amargas experiências que envolveram e comprometeram a instituição militar e, apesar dos esforços que ao longo desse tempo têm sido despendidos por um punhado de militares democráticos, as Forças

Armadas Portuguesas não tivessem a capacidade de determinação para assumirem a única missão que, num quadro geral de uma Europa civilizada e democrática, serem apenas e só a componente militar da defesa racional.

Charais, Francisco (1979) "As forças armadas e o período de transição". In: *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1979, p. 3.

Inexistência de uma questão religiosa favorece consolidação da democracia

1. **Na opinião dos comunistas portugueses, há duas realidades objectivas que em Portugal não podem deixar de estar presentes numa abordagem séria do tema "os católicos e a política".**

A primeira: não existe no nosso país uma questão religiosa.

A segunda: não existe no nosso país uma corrente política católica ou cristã.

2. ***A inexistência em Portugal de uma questão religiosa* é naturalmente o resultado da conjugação de factores históricos muito diversos que pesaram na evolução da sociedade portuguesa.**

Julgamos, no entanto, ser incontroverso que à construção dessa realidade positiva da paz religiosa em Portugal deram o movimento operário e a política da unidade antifascista do PCP uma significativa contribuição nos últimos 50 anos de vida portuguesa.

Com efeito, é sabido que houve um período em que algumas correntes do movimento antifascista, na negativa continuidade de certa tradiçãoanti-clerical, revelaram preconceitos em relação aos católicos e não valorizaram suficientemente a necessidade e as potencialidades de uma ampla cooperação na luta pela liberdade e pela democracia, independentemente das convicções religiosas dos participantes dessa luta. O próprio apoio dado, na época, ao regime fascista por sectores da hierarquia da Igreja estimulava e dava pretexto para que tais sectores antifascistas adoptassem concepções restritivas quanto à amplitude que era necessário conferir à luta pelo derrubamento do regime. O PCP, pela sua parte, combateu persistente e infatigavelmente tais concepções, nunca considerou a massa dos católicos como uma força de apoio ao regime fascista antes abriu, em consequência da sua política de unidade antifascista, o caminho para uma frutuosa acção comum de crentes e não crentes, unidos por comuns sentimentos democráticos e humanistas.

Tal posição era inspirada naturalmente pelo apelo emergente dos próprios problemas vivos da época e pela necessidade de garantir as condições propícias à vitória do nosso povo sobre a ditadura. Mas era ao mesmo tempo a base fundamental de uma política voltada para o futuro, voltada para o dia, não previsível mas certo, em que a liberdade fosse conquistada e as forças democráticas tivessem diante de si a tarefa e a responsabilidade de reconstruir o País e o dirigir na senda da democracia, da justiça social e do progresso.

E não deixa de ser oportuno relembrar que durante décadas de dominação fascista foram as forças democráticas que pugnaram pelo respeito pelas convicções religiosas dos cidadãos e pela tolerância e compreensão entre crentes e não crentes, e foram as forças reaccionárias que procuraram atiçar conflitos e cavar fronteiras de natureza religiosa na sociedade portuguesa, com o objectivo de retardar a queda, historicamente inevitável, de um regime que oprimia identicamente católicos e não católicos.

A inexistência no Portugal dos nossos dias de uma questão religiosa é um factor positivo para a consolidação da democracia e um elemento favorável a que na sociedade portuguesa se afirmem crescentemente os valores da solidariedade democrática cimentada em torno da necessidade de dar resposta construtiva aos problemas dos portugueses e de Portugal.

Nenhum problema candente da vida nacional, nenhum problema político, económico ou social que careça de solução, nenhum problema que esteja a afectar a dignidade, a liberdade e a vida dos cidadãos, poderá deixar de ser abordado, enfrentando e resolvido só porque, nas palavras e nos actos de alguns, está sempre presente o objectivo e a ameaça da criação artificial de um conflito religioso. Mas todos devem ser abordados, enfrentados e resolvidos por forma a não facilitar o jogo aos que querem dividir o que tem razões para estar unido, aos que querem fazer nascer a intolerância onde se justifica que floresça a compreensão, a abertura de espírito e o diálogo.

1. *A inexistência em Portugal de uma corrente política católica ou cristã* é um dado real, é uma situação de facto consumado na vida política nacional.

Com efeito, os católicos portugueses – aliás como os não crentes – não têm unidade política, não intervêm na vida política – e mjuito menos na vida social – de acordo com um mesmo corpo de valores e objectivos, não militam ou votam sequer maioritariamente num só partido. Militam e votam nos mais diversos partidos. Muitos milhares são membros do PCP e muitos mais lhe dão o seu voto, o seu apoio, a sua confiança.

Em Portugal o que determina, em termos globais, a posição política dos católicos não é a doutrina religiosa que assumem como sua, mas os interesses e aspirações de classe, a sua situação económica e social, o meio onde vivem e trabalham, o estádio da sua consciência social e política.

Tanto na luta política como social o factor religioso deve estar completamente ausente não passando por aí a definição de atitudes políticas ou sociais.

Tal facto não é contraditório com o justo reconhecimento de que muitos católicos encontraram a sua própria doutrina religiosa e na vivência da sua fé um impulso e um estímulo para uma intervenção generosa e activa nas tarefas colectivas do nosso povo que se afirmou na resistência ao fascismo e ganhou depois uma nova e rasgada expressão na sua adesão ao projecto libertador e humanista do 25 de Abril.

Não têm faltado as pretensões ilegítimas e abusivas de partidos reaccionários de se arrogarem em representantes privilegiados dos católicos ou em interpretes no plano político da doutrina da Igreja, recentemente agravadas com tentativas de dirigentes desses partidos de ditarem à Igreja a orientação das suas posições públicas.

Não têm faltado os planos, as campanhas e as pressões para tentar arregimentar os católicos em determinados partidos que exprimem os interesses do grande capital.

Não têm faltado as tentativas de alguns responsáveis da hierarquia para impedir e travar a crescente adesão de católicos aos ideais da fraternidade e justiça social, do progresso e do socialismo.

Tais pressões, planos e tentativas defrontam-se, no entanto, com realidades objectivas muito sólidas, opõem-se ao movimento de fundo, da sociedade portuguesa, chocam-se com os interesses e aspirações de classe, com as mudanças de comportamento social e político operadas depois do 25 de Abril e com a própria dinâmica de aproximação, diálogo e cooperação criada pelo desenvolvimento da vida democrática do País.

Estão, por isso, condenadas ao fracasso.

De igual modo estão condenados ao fracasso os esforços que continuam a ser desenvolvidos para decretar autoritariamente pretensas incompatibilidades e absurdos antagonismos entre a qualidade de católico e a qualidade de membro de partidos de esquerda.

Tais propósitos pretendem manter em aberto, por via de um debate ideológico abstracto, sem sentido nem eficácia, questões que a vida – sempre vencedora sobre os esquemas preconcebidos – já resolveu, está resolvendo, e bem.

Como já noutras ocasiões tivemos oportunidade de afirmar, há católicos comunistas e católicos que não são comunistas e entre os militantes do PCP que são católicos e os que não são católicos não fazemos a mínima distinção: a ninguém perguntamos, ao inscrever-se no Partido, qual a religião que professa ou se não professa nenhuma.

A concluir, apenas desejaríamos assinalar que, em nossa opinião, a participação massiva de católicos no movimento sindical, nas organizações camponesas, nas organizações populares, nos mais diversos planos da iniciativa popular e da vida democrática do País, representa um grande motivo de confiança no advento de uma sociedade liberta da exploração, do medo, da insegurança, da injustiça, do atraso e da ignorância, no triunfo da democracia política, económica e social, em suma, na construção de uma sociedade a caminho do socialismo.

Costa, Carlos (1979): "Inexistência de uma questão religiosa favorece consolidação da democracia".
In: *Diário de Notícias*, 22 de novembro de 1979, pp. 16 e 17.

Crónica da Semana – Sofismas

O objectivo de quaisquer sofismas deve ser sempre averiguado para melhor denunciarmos as ratoeiras que por vezes os seus autores pretendem armar aos incautos e

aos ingénuos. Uma das características do sofisma é, sem dúvida, tornar-se aliciante às turbas de forma a apreendê-lo e perfilhá-lo como um axioma. A sua natureza intrínseca tem muito de irracional, embora aparentemente ganhe foros de alta virtude. E como o raciocínio das massas é um tanto simplista, daí o êxito de alguns sofismas, em especial no campo político, por vezes com fortes repercussões algo nefastas, em certas camadas sociais.

Em plena época salazarista escrevi um artigo com o mesmo título deste no diário "República", (sob a direcção do saudoso Carvalhão Duarte), onde atacava o grande sofisma muito do agrado do famigerado ditador: "Quem não é por nós é contra nós"; e agora ocorre-me um sofisma da autoria de um conhecido escritor francês e que determinado semanário divulgou em letras gordas como quem professa um mandamento do Divino Mestre: "A imparcialidade é a negação da vida".

Não se riam, mas a verdade é esta. Há indivíduos possuidores de uma tal mentalidade que fazem do sectarismo de uma certa doutrina a sua norma de conduta e, por vezes, "modus vivendis", corrompendo os outros.

Para nós, a imparcialidade sempre foi a afirmação da vida e custa-nos a conceber que existam espíritos que se crêem cultos, dotados de tal estreiteza de razão a ponto de perfilharem de boa fé sofismas da natureza do que apontamos.

Há tempos, ouvimos um industrial a propósito da sua discordância sobre medidas decretadas que, segundo o mesmo, afectavam a sua indústria: - "E quem não for a nosso favor é nosso inimigo".

Ora aqui está outro sofisma. Qualquer indivíduo de mediana cultura e com um pouco de perspicácia sabe, por experiencia e até por intuição, haver muitas coisas que não caem bem na sensibilidade e, contudo, não as hostilizamos.

Exemplifiquemos. Temos colaborado em revistas e jornais, cuja religião e política que seguem não se coadunam integralmente com a nossa maneira de ver e sentir, mas apesar disso, continuamos a colaborar com este propósito firme: os nossos escritos serão invulneráveis às influências orientadoras desses periódicos. Queremos dizer, todo o nosso pensamento está revestido de uma tal muralha que o torna incapaz de o moldar às sugestões de A ou B.

Tanto escrevemos num ambiente esquerdista como direitista, protestante ou católico desde o momento que a honestidade dos católicos desses ideais políticos ou crenças religiosas não seja afectada. E pelo facto de não perfilharmos esta ou aquela política, filosofia ou religião, de forma alguma a odiamos. Podemos discordar em certos pontos, manifestarmos claramente esse nosso desacordo, refutando os até com energia dentro daqueles princípios que se nos afiguram logicamente ou consentâneos com a nossa maneira de ver os assuntos, mas não vamos denegrir o todo por uma única parte ou partes más. Norteamo-nos pelo princípio que, em tudo que é produto do ser humano, há bom e mau. Por isso, envidamos sempre esforços para ver onde está o trigo e o joio. Desta forma, seremos tanto quanto nos é possível imparciais e desmentimos os dois sofismas ou frases ardilosas que apontamos: "a imparcialidade é a negação da vida" e "quem não for a nosso favor é nosso inimigo".

Na realidade, a imparcialidade será a negação da vida dos tiranos, uma vez que só encontram o vazio em tudo que lhes vá afectar o egoísmo. Mas será a afirmação da vida para aqueles que têm por alvo o meio colectivo e para quem o vácuo é resultante de não se entregarem completamente à humanidade por lhes minguarem as forças para o cumprimento exacto da lei do amor universal.

Faria, Soeiro de (1979): "Crónica da semana – Sofismas". In: *O Vilarealense*, 25 janeiro 1979, p. 1.

Como entendi o discurso do Presidente da República

1 – Estou seguro de que entendi bem o discurso proferido pelo presidente Eanes na Assembleia da República. E, como entendi, tenho o dever de transmitir e é o que vou fazer.

Nesse discurso, além do estilo próprio, que não pode ser igual nem ao nosso, nem aos outros, além do mais porque seria monótono, o Presidente exprimiu-se com clareza. Com clareza e com sinceridade, não tenho nisso a menor duvida.

Percorre todo o discurso um vivo interesse e o respeito pelos parâmetros constitucionais. Dai as afirmações redobradas de fidelidade à letra e ao espírito do diploma fundamental. Outra coisa não é da garantia de que a Constituição da República será defendida e se obrigara a todos a preservá-la como a maior conquista de revolução de Abril.

Nem outra coisa seria de esperar do homem que jurou fidelidade, e essa fidelidade tive o privilégio de a receber, à constituição e não são frustradas as esperanças de que assim sucederá sempre.

Na verdade, será dentro da constituição que se irão resolver todos os problemas da nossa vida comunitária, porque fora dela seria o caos e a frustração.

O presidente assegurou que será no jogo constitucional, ou seja dentro da assembleia da república, representante da vontade popular, que tudo será possível. Mas para tanto é necessário uma compreensão generalizada, face às obrigações contraídas e ás exigências do presente e do futuro.

2 – Portugal está muito longe do equilíbrio mas talvez esteja perto da sensatez.

Herdamos um passado de 50 anos de fascismo, estamos ainda a sofrer o resultado das sequelas duma convulsão, natural, embora em muitos pontos sem explicação razoável. Mas estamos a sofrer as consequências de uma crise económica, agudizada em 1973 e transposta para a situação actual, com a advertência de que, além da crise internacional, nos vimos a brancos com a crise interna financeira e social, pois que haveríamos de receber o afluxo de cerca de um milhão de compatriotas, e também teríamos que aceitar as reivindicações das classes infelicidades, com a sua justiça e os seus exageros.

O pior foi que os responsáveis não tiveram em boa conta as tarefas que se impunham. Já dentro dos governos provisórios as lutas partidárias ocuparam o primeiro lugar e infelizmente ainda não houve uma serena e objectiva reconsideração.

A despeito de algumas boas vontades, estabeleceu-se e continua a confusão, por falta de presciência e humildade. As paixões, o fascismo do poder, as guerrilhas pessoais substituíram o ajustamento às realidades, esquecendo-se de que a Democracia é um regime naturalmente vulnerável e odiado. E, ainda, que os momentosos problemas da hora presente têm que ser entendidos com renuncia aos apetites particularistas, colocando-se acima deles os altos interesses da nação.

Tudo isso decorre da intervenção presidencial, começando pela afirmação peremptória de que em democracia vivemos e que jamais a perderemos, porque o contrário seria a criminosa demissão.

Quanto a este ponto foi impecável o discurso do Presidente, mas não poderia ficar por aqui.

Mas impunha-se dizer alguma coisa e esse pouco, que é muito disse-o o general Eanes, quando apelou para o concerto dos partidos, a linha meridiana do entendimento, em ordem à formação de um governo que governe, dentro da estabilidade estável e coerente.

E, honradamente, o presidente, embora discordando, como eu discordo, de eleições intercalares, prometeu que iríamos para elas em obediência aos imperativos da constituição, mesmo com a certeza antecipada de que o perfil parlamentar não se alteraria nas urnas, com a consequência de um impasse repetido, a não ser que agora, ou depois, a clarividência e o patriotismo, surjam como é de desejar.

O problema não tem contornos precisos. Todos estamos convencidos de que não podemos continuar nesta incerteza prejudicial, não só face à vida quotidiana dos portugueses e ao prestígio internacional dos credores ou não, que não suportam a falada confusão, e porque não dize-lo, o actual destrambelhamento.

Tudo se resume, afinal, a um apelo ao bom senso e, uma vez conseguido, cada um recalque o que há de menor e sobreponha o que há de indispensável e definitivo.

Foi assim que entendi o discurso presidencial e é nessa órbita legalista que eu, modestamente, procuro servir o meu país e a sua jovem e atribulada democracia.

Espreitam-nos perigos e ameaças dentro e fora, que se não conformam com a libertação deste país. Se nos divertirmos e nos obstinarmos, assistiremos à destruição das ansiedades de todo um povo que, no dia 25 de Abril, decidiu lutar, e até morrer, pelos princípios da liberdade e da confraternidade nacionais.

São compreensíveis as críticas ou dissonâncias. Que venham elas com a cabeça fria e os nervos calmos e, se alguém tiver dúvidas, eu direi, porque as não tenho, que o

principal artificie da nossa sobrevivência é o presidente Ramalho Eanes, na firmeza e na hombridade, com o exército e com o povo que somos todos.

Aqui ficam estas duas linhas de profunda certeza. A revolução de Abril é insuperável e o discurso do presidente tranquiliza-nos e permite acreditar na vitória que jamais será perdida. Com luta, com pontos de vista diferentes, mas jamais será perdida.

Fernandes, Vasco da Gama (1979): "Como entendi o discurso do presidente da república". In: *Diário de Notícias*, 30 de abril de 1979, p. 3.

Plano secreto Ibérico

Como alguns leitores devem estar lembrados, a última vezes que falei com o diplomata estrangeiro que se queria naturalizar português depois de ter descoberto no nosso país a existência dum plano secreto de "subdesenvolvimento planificado", foi numa clínica de doenças mentais e nervosas, nos arredores de Londres, onde ele se encontrava internado. Como estávamos na quadra do fim-do-ano ficou assente que nos encontraríamos nos princípios de 1979, quando ele tivesse alta e pudesse retirar as fotocópias do plano que dizia ter guardadas num cofre. E eu confesso que andava ansioso por saber pormenores dum plano original e engenhoso que, mantendo Portugal nu estado de "atraso preventivo", nos punha a são e salvo da ameaça de ataques nucleares que pairam sobre todas as nações que, tendo tido a velocidade de progredir, se tornaram como tal, alvos de importância estratégica.

Entretanto, passaram-se mais de dois meses, até que, finalmente, lá recebi uma carta, ainda remetida da clínica, pedindo desculpa pela demora e insistindo para que eu de novo o fosse visitar.

E lá fui, tendo desta vez colhido notícias sensacionais sobre a evolução do plano secreto português, agora complementado por um plano secreto ibérico, que como os leitores verificarão, efectivamente pode contribuir uma solução imediata para os problemas que confrontam tanto Portugal, como a Espanha.

Fui encontrar o diplomata muito melhor, sentando a uma mesa, já sem os tiques nervosos que lhe tinham aparecido durante a comissão de serviço numa Embaixada em Lisboa, durante o agitado período de tentativa revolucionária nos anos de 1974/77. Vestido com um elegante roupão, e já sem o tal pijama de lona branca um tanto apertado, que lhe restringia os movimentos estava a ler usando calmamente, para o efeito, umas grossas lentes de aumentar.

Reparei, casualmente, que sobre a mesa se encontrava o livro de ensaios O Labirinto da Saudade de Eduardo Lourenço e o estudo sobre o corporativismo de Manuel de Lucena, o que só demonstra como o diplomata, enquanto aguarda pelo despacho do processo de naturalização, está a tomar a serio as questões da nacionalidade portuguesa. Depois dos cumprimentos da praxe, sãs usuais perguntas sobre "as suas melhoras", indaguei, com naturalidade, se era hábito dele ler através de lentes de aumentar. Explicou-me que não, mas que, quando os textos eram difíceis de compreender à vista desarmada, não havia nada como tentar aumentar o tamanho das palavras, dentro do mesmo princípio das letras grandes nos textos infantis. Simplicidade lógica, que nunca me tinha ocorrido, e que talvez explique as próprias dificuldades que eu tenho ao ler tais textos.

Mas a visita seria marcada ainda por melhores exemplos de simplicidade lógica. Depois de me oferecer uma bebida, e de se certificar que não correríamos o risco de ser ouvidos, o diplomata informou-me de que ainda não me podia mostrara as cópias do plano secreto português, ou revelar os nomes dos membros do grupo responsável pela sua execução porque lhe tinham comunicado de Portugal que o plano estava "em revisão". E acrescentou: "Trata-se duma ligeira correcção. Como sabe, o plano secreto pressupunha que Portugal, cumprindo à risca um plano permanente de atraso, escapasse, por irrelevância, a um eventual ataque nuclear, embora ignorando Portugal, devastasse as potências mais avançadas, o país ficaria sem ter a quem pedir empréstimos e investimentos".

"Ora, como actualmente, a balança de pagamentos está insolvente, e são precisos créditos do FMI para garantir a sobrevivência, há que aguardar até que Portugal possa recuperar para o "nível óptimo" da auto-suficiência alimentar. Assim que voltarmos aos

créditos de níveis "remedeio" que sempre foram a meta nacional, dentro do esquema do plano originalmente concebido por Salazar, já temos êxito assegurados".

Mas antes que eu pudesse responder-lhe que, nas circunstâncias, achava a ideia da revisão recomendável, o diplomata pronunciou uma frase que me deixou em estado de suspensão: - "Além de que, agora, há um plano ibérico alternativo e complementar…"".

Não quis dar a conhecer a minha completa ignorância acerca do que se estava a passar em matéria de política ibérica. Afinal, apesar dos meus pergaminhos de jornalista internacional ali estava eu sem saber nada, enquanto o diplomata, mesmo ao fim de meses de internamento, estava melhor informado.

Com uma pontinha de orgulho fiz de conta de que também eu sabia mais do que dizia, enquanto me preparava para ouvir o relato dum novo "Plano secreto de salvação ibérica" que é um modelo de cooperação entre os dois países, e uma das ideias mais brilhantes desde os tempos da imaginação genial das descobertas que deu origem ao Tratado de Tordesilhas. E eis os pontos fundamentais dos projectos ibérico, aqui descrito em exclusivo e primeira mão e digam lá se não é uma obra-prima de engenheiro político:

A paz já não rende

"Primeiro os dados do problema. Como sabe, tanto Portugal, como Espanha, desde a morte, por susto, do regime de Caetano, e da morte natural, mas com complicações do regime franco, ficaram num vácuo político, fora do mercado comum. Por reconhecimento unânime, precisam de auxílio económico para se prepararem para as pressões da concorrência que, inevitavelmente, resultarão da integração eventual na CEE. Mas, entretanto, o que se passa? A Espanha e Portugal andam à procura de empréstimos e a disputarem investimentos, como, por exemplo, o projecto de construção de mais uma fábrica da FORD, - mas p êxito de tal política é variável, e não é garantido. Alem de que os empréstimos são regateados pelo FMI e mesmo concedidos não vão além de uma escassas centenas de milhões de dólares, a juros elevados. Acresce ainda que as negociações são tão demoradas que.quando os créditos são finalmente aprovados já estão diminuídos pela desvalorização do dólar e da inflação. Além de que, com o simultâneo, vertiginoso, aumento do preço do petróleo, qualquer dia já não dá para a gasolina dos isqueiros".

Chegado a este ponto não resisti não resisti a fazer uma observação que, infelizmente só serviu para demonstrar o quanto me encontrava desactualizado: - "Bom, mas ao fim e ao cabo "tudo se há-de resolver por bem", como se diz em português castiço. Não se esqueça da nossa importância estratégica, as bases americanas na Espanha, nos açores, etc…" e, enquanto falava ia fazendo olhares de argúcia para provar que também tinha "noção das coisas".

Mas o diplomata permaneceu imperturbável, e prosseguiu com um sorriso condescendente: "Ora aí é que está… esses critérios de importância estratégica, o "flanco" do sul da nato, etc., estão ultrapassados. Olhe para o caso da Turquia – que grande lição para Portugal e para a Espanha: a Turquia tem uma posição estratégica chave; no entanto, embora esteja em desesperada situação económica queixa-se do abandono do ocidente. Ultimamente, recusando-se a receber as "esmolas do FMI", a Turquia até se retirou do CENTO, que é o equivalente regional da NATO. Calcule que até resolveu desistir participar no Festival da Canção da Eurovisão só porque este se realiza em Jerusalém que os turcos – que atrevimento! – dizem que não é Europa. Ora, sendo a Turquia geograficamente, tão importante, ou mais do que a península ibérica, a lição que se colhe e isto de confiar só na posição estratégica não chega".

Nesta altura da conversa o diplomata indicou-me um monte de ornais e revistas com as últimas notícias sobre a visita de Carter ao Médio Oriente, e as negociações entre o Egipto e Israel. E, então prosseguiu: "o que rende agora não é o bom comportamento político, ou os critérios aparentemente racionais de posição estratégica, população, necessidade económica, etc. O que rende é o "estado de conflito": Isso mesmo… o "estado de conflito!".

"Veja o caso do médio oriente. Como se sabe, os árabes estão sempre em pé de guerra com Israel; na última guerra o Egipto chegou mesmo atacar de surpresa. Desde então tem-se mantido um estado de tensão e litígio entre ambos os países. E o que é que se verifica? Que tal situação dá um resultadão, o presidente americano, reputadamente, o chefe de estado da nação mais poderosa do mundo não só já passou quinze dias encerrado

na residência presidencial em Camp David com Sadate e Begin, como ainda recentemente esteve quase uma semana no Egipto e em Israel".

"Veja como a situação é rendosa. No acordo final, as maiores concessões foram feitas pelos estados unidos. Basta dizer que enquanto Portugal, por exemplo, ainda a tentar angariar um famoso empréstimo de um bilião de dólares, que estão a ser emprestados a prestações como se fosse uma série de extracção de dentes, os estados unidos, só nessas concessões, vão dar, - não emprestar – mais de dez biliões de dólares ambas as partes, oferecendo-lhes, ao mesmo tempo, garantias de segurança! E isto, fora os biliões que já têm dado!".

Chegados a este ponto, e não vendo qualquer relação com a questão ibérica, já me dispunha a começar a olhar para o relógio – sinal de impaciência que todo o diplomata que se preza deve reconhecer – quando o meu interlocutor me anunciou a ligação sensacional entre o caso do Egipto e Israel, e o "Plano Ibérico".

Em vez de paz, estado de litígio.

"O plano ibérico emerge como conclusão lógica. Consiste, nada mais nada menos do que em provocar em estado de guerra entre o minúsculo Portugal e a Espanha!..."

Perante isto ia caindo quase da cadeira abaixo ("Homessa! Disse eu, entre dentes: o tipo afinal não está melhor.") mas o diplomata com um sorriso inefável, próprio de quem acaba de descobrir a verdade, continuou. "A península tem todas as condições. Os espanhóis e portugueses, para mais, até têm muito sangue semítico a correr-lhe pelas veias – de árabes e judeus – de forma que, para começar, haveria ajuda a "ambas as partes", por assim dizer".

E o projecto não podia ser mais simples. "Portugal começa por reclamar a zona ocupada de Olivença, ameaçando uma invasão para a libertação dos portugueses "cativos". A questão, não terá é certo, pergaminhos bíblicos, mas tem pergaminhos históricos que já datam de há séculos.

"A Espanha, claro, recusa: mas Portugal, que sempre resistiu ao perigo de extinção da sua nacionalidade com a absorção pela Espanha, etc., faz incursão militar, ou de guerrilhas – para o caso tanto importa…

Ambos os países recorrem à ONU, e o plano entra em moção – em todos os sentidos."

Neste ponto, corajosamente intervim, e observei: Ah! Sim? Mas então e o factor do petróleo nós não temos petróleo como o Médio oriente…"

Mas o diplomata prosseguiu, inefavelmente: "Pois sim, mas temos o "contrôle" da entrada do mediterrâneo!... Sem o acesso ao mediterrâneo o petróleo para os estados unidos e outras Américas têm de seguir à volta do cabo, e fica muito mais caro!

"O plano envolve criar a confusão na área…As forças navais portuguesas e espanholas, com a cobertura da aviação, fazem manobras de invasão que requerem o isolamento da área. Os espanhóis fazem ameaças sobre a madeira e os açores, Portugal ameaça invadir as Canárias: a Catalunha e o país basco aproveitam para fazer novas reivindicações sobre a sobrevivência dos seus povos e culturas nacionais…

Se for preciso, metem-se os marroquinos e argelinos ao barulho…prometendo-lhes uma comissão. E isto até dá à coisa uma dimensão árabe, envolvendo o Apolo do mundo muçulmano – Líbia, Irão, Arábia saudita etc. E Israel intercede em solidariedade pelos inúmeros descendentes judeus.

"E daí a uma semana pronto: aí temos o presidente Carter e todos os secretários de estado americanos a comutar entre Lisboa e Madrid, não só a oferecer como a suplicar, que aceitemos auxílio e concessões. E nós podemos "fazer render o peixe", e obter empréstimos de muitos biliões e garantias de segurança, ainda por cima".

Já um tanto baralhado com o fulgor de tantas ideias, eu, sempre empenhado em parecer informado, disse num arrobo de entusiasmo: "Ah, pois, e além disso, como os americanos estão decepcionados com o Fidel Castro, que até anda a exportar a revolução em África, a Espanha até podia agora reclamar Cuba que perdeu na guerra com os Estados Unidos no século passado..."

Mas o diplomata, ignorando esta minha modesta, mas francamente brilhante, contribuição", prosseguiu:

"A questão é apanhar o presidente americano em maré de impopularidade… Então agira-se o apoio entre a colónia de imigrantes e milhões de descendentes de espanhóis e portugueses que incluiu membros do congresso, bispos católicos, etc. Está garantido o êxito do plano, pois que até se podem fazer pressões eleitorais…".

Embora impressionando, mas sempre com a preocupação de fazer boa figura, achei oportuno lembrar que não teríamos talvez uma base de reivindicação sobre os Estados Unidos, como Israel ou o Egipto, e que a população ibérica de 46 milhões de espanhóis e portugueses, não justificava precedente sobre as outras questões internacionais que põem em causa a balança do poder, senão a sobrevivência, dum mundo habitado por 4 000000000 de indivíduos.

"Isso da população não conta – o Egipto só tem 38 milhões e Israel, 3 milhões, portanto uma população conjunta, ainda mais pequena. O que conta é a organização, e a colaboração do "inimigo".

E quanto à reivindicação sobre os Estados Unidos? Reivindicação directa, directíssima. Com uma propaganda bem montada, mostrando a casa onde viveu Cristóvão Colombo, na ilha de porto santo, na madeira, e a sua insistência junto da corte espanhola, olé – e os americanos não resistem! Depois com a ajuda da TV, imprensa, livros, professores, senadores, e candidatos a senadores, prova-se e comprova-se que sem Colombo ou Portugal e a Espanha…os Estados Unidos não teriam chegado, pelo menos tão cedo, onde chegaram!... Podem-se reclamar direitos de paternidade… Os mais ingénuos até se vão convencer de que, sem a Espanha e Portugal, não haveria América, nem Wall Street, o ouro de Fort Knox, etc… e que, portanto, é justo que se empenhem por nós!"

Depois de prometer guardar segredo acerca do plano ibérico, retirei-me, sentido-me um tanto abalado, e ultrapassado. Quando saí da clínica comprei o jornal e lá vi, de facto uma vez mais, a cara triunfante do presidente Carter a regressar do médio oriente com um ar feliz, tal como nos tempos em que concluía um bom negócio de amendoim.

Isto, com as nações, é como com os indivíduos, "viver não custa, o que custa é saber viver". E agora até já comprei umas lentes grossas para ler melhor as coisas que não entendo… vamos lá ver se dá resultado.

Londres, Março de 1979

Figueiredo, António de (1979): "Plano secreto Ibérico". In: *Diário de Notícias*, 22 de março de 1979, pp. 3 e 8.

A crónica de António Figueiredo

Bruxelas – a milenária capital da moderna CEE

Bruxelas, em que 1979 comemora mil anos de existência, com um programa de celebrações que se prolonga por todo o ano, foi escolhida para capital provisional da CEE por factores circunstanciais de natureza geográfica e política. Entre eles destacam-se a sua posição central em relação ao conjunto da CEE e a conveniência táctica das maiores potenciais fundadoras da comunidade que consideraram Bruxelas uma alternativa com aplicações menos melindrosas do que a escolha de Roma, onde se assinara o tratado original do Mercado Comum, Paris ou Bona. Mas não há dúvida que esta milenária cidade encerra em si própria alguns dos aspectos mais simbólicos e paradoxais que animam o ideal da unidade europeia.

Tendo mais de 800 anos quando se deu a unificação dos antigos territórios flamengos e valões, e quase 900 anos quando, em 1831, a Bélgica finalmente separou da Holanda como estado monárquico independente. Bruxelas é, em primeiro lugar, a capital dum país que, apesar do seu notável desenvolvimento social e modernização industrial, ainda se debate com intensos antagonismos, com dramática ironia, contrastam profundamente com os ideais de unidade, entendimento e cooperação pan-europeus.

Um observador ou visitante português, habituado a aceitar como natural a secular coesão sociocultural de Portugal, um dos estados independentes mais antigos da Europa, não pode deixar de estranhar a curiosa, e até certo ponto, arcaica, situação política que prevalece na Bélgica, nação de cerca de 10 milhões de habitantes. A ancestral rivalidade entre a Valónia, de língua francesa, e a flandres, de dialecto flamengo, mantém-se tão acesa, se não mais, como provavelmente nos tempos da formação de Portugal, quando os nossos antepassados demandavam estas paragens à procura do comércio "ultramarino" ou marítimo, pois que, por motivos históricos, não seria praticável trocar produtos com os reinos hostis no interior da península ibérica. Mas a animosidade entre valões e flamengos, que converge sobre a bilingual cidade de Bruxelas, atinge por vezes cenas de confronto tão emocionais e violentas que mais fazem lembrar as disputas entre sectores

religiosos ou tribos nas nações menos desenvolvidas da Ásia e da África, do que os padrões de avanço económico-social dumas das mais modernas e sofisticadas áreas da Europa ocidental e do mundo. Os resultados desta animosidade têm exposto a Bélgica ás mais extravagantes decisões, como a adopção do "inglês" como língua "neutral" regulamentar da marinha belga, e chegam a comprometer a consagração definitiva da localização da sede administrativa da CEE em Bruxelas.

Bruxelas antiga e moderna

Mas a condição de Bruxelas, como centro cosmopolita, faz por vezes esquecer estas vicissitudes domésticas, e suscita a um visitante português reflexões de admiração pelo êxito da nação belga em fazer da sua capital uma das capitais da CEE que, mais do que Estrasburgo ou Luxemburgo, onde funcionam também importantes instituições da comunidade, frequentemente se identifica como a "capital do mercado comum europeu".

Bruxelas é hoje, em muitos aspectos, o lugar ideal para a capital da CEE. A visão dos antigos palácios e monumentos, que marcam mil anos de historia duma cidade europeia por onde passam tantos exércitos europeus, combinando-se com os arrojados edifícios da era moderna, onde funcionam as instalações da CEE, da NATO, organizações internacionais como o instituto internacional do ferro e do aço, a confederação internacional dos sindicatos livres e as sedes das grandes empresas multinacionais como a ITT, Siemens, Monsanto, parecem simbolizar a continuidade natural do antigo e do moderno, que é parte da condição europeia. As suas zonas comerciais repletas de produtos de consumo, em que a elegância burguesa se mistura com a inovação tecnológica, as suas avenidas, cruzamentos a vários planos, e pontes rodoviárias a vários níveis dão-lhe o ar futurista que a imaginação visual associa mais com o novo do que com o velho mundo. E, como que a sublinhar a visão prospectiva de Bruxelas, o edifício que mais se fixa na memória do visitante é o "Atomium", simbolizando a célula nuclear, que, tendo sido erigido em 1958 como marco da última grande exposição mundial, é a atracão turística mais representativa do dinamismo da sociedade europeia.

Centro duma área industrial que, num raio de 250 km quadrados, concentra cerca de 33 milhões dos mais afluentes cidadãos da moderna Europa, Bruxelas está perto de Paris e Rhur, ligada às redes de auto-estradas da Holanda, França, Alemanha ocidental e a meia hora de voo de Londres, paris, ou Roma, Bruxelas está dota dum dos mais modernos e adequados sistemas de parques subterrâneos de automóveis, e a pouco mais de meia hora de corrida normal de "táxi" do aeroporto internacional de Zaventem, um dos dez melhores aeroportos europeus que, adequadamente, facilita a deslocação para qualquer parte do mundo. A cosmopolita comunidade de residentes estrangeiros, funcionários de instituições internacionais, embaixadas e empresas multi-nacionalistas atinge quase 200 000, dando a Bruxelas uma diversidade internacionalista que incluiu alguns milhares de imigrantes portugueses, e inevitavelmente, bons restaurantes portugueses que rivalizam com os de paris ou de Londres. Bruxelas, do ponto de vista de localização, dimensões, facilidades técnicas e, portanto, o tamanho ideal para a sua função de capital provisional de CEE, função aliás que é complementada e disputada, pela cidade de Luxemburgo e Estrasburgo onde se situam, respectivamente, o tribunal de justiça, e o parlamento e o secretariado parlamentar da CEE.

A questão de consagração definitiva de Bruxelas, como capital da CEE ainda não está resolvida, mas já sobreviveu a segunda fase do "alargamento" da comunidade de 5 para 9 nações, quando, em 1973, se iniciou a inclusão da Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca. A experiencia das dificuldades práticas de mudanças ou rotações favorece a reivindicação de Bruxelas como capital. A despesa e perda de tempo que se verificam sempre que o conselho de ministros, se reúne, por exemplo, em Luxemburgo, com a transferência de numerosos pessoas e equipamento – incluindo maquinas de escrever! – aconselha a permanência em Bruxelas que, aliás, já adquiriu a vantagem de anos de iniciativa e experiencia sobre qualquer cidade que lhe quisesse agora fazer concorrência.

O significado de Bruxelas

Mas não se julgue que a escolha de Bruxelas para capital da CEE foi totalmente alheia à iniciativa dos belgas. O governo belga e a municipalidade souberam, na ocasião oportuna, oferecer concessões de terrenos e facilidades, isenções fiscais a longo prazo, cooperação em projectos e a introdução de imunidades de impostos sobre salários de funcionários internacionais da CEE, etc. Na realidade o êxito de Bruxelas, como o do papel da Bélgica no processo de integração da CEE, são uma admirável, ainda que dolorosa, lição de história e política modernas para Portugal.

É certo que a Bélgica, que não ficou marginalizada da revolução industrial, já há séculos que adquirira ascendente sobre Portugal. Mas não querendo, de forma alguma, menosprezar certos e óbvios factores de riqueza natural ou vantagens de localização geográfica, a impressão que sempre recolho, como português, duma visita a Bruxelas, é que, enquanto os antigos mercadores da Flandres e da wallónia mantiveram através dos tempos os seus critérios práticos e pragmáticos, nós portugueses com a dispersão do império, enveredamos por visões fantasistas de uma suposta grandeza espiritual. Nas suas longas histórias, os valões e flamengos constantemente se tiveram que refazer de ocupações por exércitos estrangeiros de passagem para novas guerras e conquistas.

Talvez por isso mesmo encararam sempre com desconfiança a aventura colonialista do Congo, em que se viram envolvidos nos fins do século passado, quando o rei Leopoldo quis e se soube aproveitar das contingências criadas pela rivalidade das grandes potências europeias na corrida pela lucrativa "missão colonizadora" da África. Mas, em vez de imaginar epopeias, "missões evangelizadoras", ou inventar condições "afro-europeias" ou "vocações tropicais", os belgas entregaram prosaicamente a administração da exploração do Congo à União Mineira do Alto-Katanga, e só marginalmente se envolveram em África.

Na Europa, partilhando das duras experiências, como a ocupação das tropas da Alemanha nazi, durante a maior parte da duração da última guerra 1939-45, os belgas viveram o pesadelo totalitário de que viria a despertar a visão de uma Europa democrática e unida.

A lição da Bélgica

O contraste entre a evolução democrática da nação belga e o condicionalismo do regime autoritário de Salazar-Caetano, no crucial período histórico da Europa que deu lugar à criação da CEE, é um ponto de referência importante para a compreensão das dificuldades com que actualmente nos debatemos em Portugal. Enquanto nós em Portugal em 1959, optávamos pela EFTA, a Bélgica avançava no processo de descolonização do Congo e integração na CEE. Dispensando de grandes visões da história, dispondo de um parlamento e instituições livres, os belgas nunca precisaram de um suposto "grande estadista", ou messias paternalista à "Salazar", para resolverem das suas, por vezes, trágicas dificuldades e projectarem o seu futuro. Contentaram-se com uma sucessão de hábeis políticos, ainda que menos douradouros e conhecidos, que deram, no entanto, uma valiosa contribuição pioneira para o processo de recuperação e unificação da Europa. Sucessivos governos e parlamentos belgas mantiveram-se sempre na vanguarda no movimento de integração europeia, com o instinto prático de que o estertor do colonialismo em África inevitavelmente daria lugar à criação de uma associação europeia que incluiria as potências compulsivamente "reformadas" do imperialismo ultramarino.

A eventual independência do Congo, em 1960, também não se deu em circunstâncias de epopeia, ou ao fim de grandes lutas e trabalhos, e foi, temporariamente, marcada por incidentes, grandes e pequenos, trágicos e cómicos, a até, tragicómicos. Na própria fase das celebrações da independência, naquele ano, consagrada pela visita à capital congolesa do então (mais) jovem rei Balduina, se deu o incidente dum africano, saído da multidão anónima que, correndo sobre o carro real, lhe roubou a espada, num gesto, ainda que efémero, de certo modo, simbólico, de libertação. Mas os belgas nãos e deixaram perturbar, o parlamento nunca mais consentiu que "orgulhosamente só" a Bélgica mandasse o exercito para o Congo…e em força. Os belgas voltaram semanalmente a casa para sararem as feridas e contar os prejuízos, tendo perdido a disposição para "civilizar" os africanos mesmo contra a sua (deles) vontade.

Nós, portugueses, não. Submetidos à visão imperial e épica de Salazar e, depois, à indecisão incompetente de Caetano, suprimimos o governo colectivo e renovável. Fomos dispersando e silenciando, primeiro, os melhores homens da república, mais tarde o general Norton de Matos e as gerações democráticas que o apoiavam, atiramos para o exílio, mais tarde ainda, o general Humberto Delgado, o Dr. Mário Soares e tantos outros "europeus" que nos poderiam ter recuperado a tempo, para a nossa condição europeia e integração no movimento geral que culminou na CEE. Os nossos "parlamentos" - isto é, os núcleos de homens e mulheres que agustiadamente pressentiam o desastre para que caminhávamos - estavam dispersos a "discutir" os destinos do país nas prisões de Caxias de Peniche, na clandestinidade e no exílio, ou escondiam os seus pensamentos ou opiniões, mesmo nos corredores dos quartéis ou repartições do poder civil, para não terem que dar satisfações à PIDE, - o todo aparelho de escuta e repressão do poder ditatorial.

Eventualmente, tomando as experiências belga e portuguesa, também, como tendo, posto à prova não só a legitimidade como a validade dos respectivos sistemas democrático e autoritário, aí temos o trágico resultado: Nós, devido ás grandes visões e vontade férrea de Salazar, ficamos sem império em África e, ao mesmo tempo, marginalizados na Europa, com uma maior herança de mortos, mutilados e desalojados. Mas, "punidos" pela nossa aderência passiva ao "nacionalismo fascistoide", viríamos também a perder o comboio da CEE, atrás do qual andamos ainda agora a correr! A Bélgica e Bruxelas, com mais de 4 (quatro!) vezes da média individual do nosso rendimento nacional, aí estão – possivelmente mais distantes de nós em avanço e dinamismo do que nos tempos em que os nossos remotos antepassados, com o mesmo espírito prático de sobrevivência, iam à Flandres trocar produtos.

São estas as primeiras impressões, um tanto amarguradas, que me ocorrem, ao visitar, uma vez mais, esta antiga e moderna cidade de Bruxelas, que ao fim de mil anos, e com a experiencia de mil anos, ainda está num lugar de vanguarda na civilização europeia.

Figueiredo, António de (1979): "Bruxelas – a milenária capital da moderna CEE". In: *Diário de Notícias*, 29 de março de 1979, pp. 3 e 8.

Comunicação Social é mesmo importante?

Os elementos considerados vitais para o Homem – como o ar e a água – só são o objecto das nossas conversas e aparecem noticiados nos órgãos da comunicação social quando começam a faltar ou quando se levantam dúvidas sobre a sua indispensável qualidade. A recente falta de água nas torneiras do lisboeta demonstrou o que acabamos de dizer. Existem, além da água e do ar, muitos outros elementos e muitas outras funções humanas igualmente vitais. Como, por exemplo, a comunicação social. Isto é a comunicação no seu sentido mais amplo; o trocar informações, o pôr informações em comum. Esta função é tão universal e permeia de tal modo a nossa vida individual e colectiva que, se tudo a seu respeito corresse bem, só por um esforço de reflexão nos aperceberíamos da sua existência.

Quando existe liberdade da comunicação (e muitas liberdades se reduzem à liberdade da comunicação), a mesma não se discute – como por tendência se não discute a saúde quando esta não falta, ou como escrevia atrás, a existência da água ou do ar. Afinal de contas, as más notícias é que, de uma forma geral, são notícia.

Por outro lado também é verdade que, quando a liberdade de comunicação é objecto de restrições, e portanto imperfeita, só imperfeitamente se pode falar dela ou denunciar aquelas restrições. Quer dizer: como pode, num caso extremo, a Imprensa que não é livre denunciar falta de liberdade da Imprensa? Como pode o homem que se encontra amordaçado ou incomunicável exigir a sua libertação senão comunicando – isto é, precisamente através daquele acto que ele está proibido de realizar?

Não será por acaso que a bibliografia sobre comunicação social é praticamente inexistente em Portugal. Os poucos livros à venda nas nossas livrarias ou são em língua estrangeira ou são traduções em língua portuguesa editadas no Brasil. Apontar-se-ão várias razões para essa situação: a essas razões não serão estranhas as considerações que atrás deixei. A comunicação é hoje objecto de estudo de uma grande variedade de disciplinas científicas, mas não deixa de ser verdade que, mesmo noutros países, o interesse da reflexão neste campo é recente.

E apesar dos estudos mais avançados, o homem conhece melhor o que vi no fundo dos oceanos do que os seus próprios mecanismos da comunicação.

A comunicação social permeia de tal modo a nossa vida social que é possível fazer estudos de política comparada a partir da análise dos sistemas de comunicação típicos de cada modelo político. Com efeito os indivíduos e os grupos influenciam-se comunicando; a actividade participativa dos cidadãos, bem como as decisões de hierarquia politica e administrativa, supõem a comunicação; a criação de um consenso entre os vários grupos e classes sociais é igualmente tornada possível pelos múltiplos canais de informação existentes.

A actividade da Comunicação, tão omnipresente, tão íntima e tão social, está na origem de todos os nossos conhecimentos e de todas as nossas realizações individuais e

colectivas. Ela explica a própria estrutura do nosso pensamento. É através dela que nos constituímos em comunidade.

Vêm estas breves reflexões a propósito das dúvidas que ultimamente se têm levantado sobre se os próprios órgãos da informação não estarão a dedicar excessivos tempo e espaço a si mesmos; se não haverá problemas mais importantes do que os deste sector; se, finalmente, o povo estará interessado em ouvir fala destes problemas.

É verdade que essas dúvidas se levantam não a respeito da Comunicação Social, entendida no sentido amplo me que ela me tenho vindo a referir mas antes a respeito, dos órgão de Comunicação Social, e, em particular, de alguns temas relacionados com os mesmos a que têm estado muito em foco nos últimos tempos. Existem, contido, relações muitos estreitas entre os chamados "media" e a Comunicação Social, entendida no sentido mais vasto. É inevitável que a importância da actividade de comunicação humana se transfira para os modernos veículos especializados em a servir.

Toda a gente sabe que, na complexa rede de canais de informação que servem qualquer sociedade moderna, os órgãos da Comunicação Social são os mais importantes devido ao volume de informação por eles veiculado, ao número de pessoas que atingem, e à sua rapidez de acção. Isto é particularmente verdade dos meios electrónicos – a Rádio e a Televisão, embora a grande imprensa moderna tenda também a socorrer-se cada vez mais da electrónica e dos sistemas de transmissão instantâneos como o telefone, o "telex" e a própria rádio.

Numa sociedade moderna existem, além dos órgãos da Comunicação Social, muitos outros veículos de informação, embora não seja essa a sua função principal ou explícita. É o caso dos partidos políticos das instituições religiosas, associações de classe culturais e desportivas incluindo a comunicação a nível interpessoal – a conversa entre amigos, na família e no café – que é o nível onde todos os processos de comunicações têm inicio e onde terminam. Os órgãos da Comunicação Social exercem, contudo, uma influência relevante em todos os outros canais de informação muitas vezes identificáveis com interesses organizados. Por esse motivo, eles são persistentemente objecto da cobiça das outras instituições que pretendem instrumentalizá-los, transformando-os em suas correias de transmissão, com o fim de potencializarem a sua influência sobre os cidadãos e sobre os outros grupos.

O que acontece é que as pressões dessas instituições e grupos sobre os "media" exercem-se, geralmente, por cima das cabeças das populações e através de métodos que só quem "está dentro" pode conhecer. Como se pode dizer que o povo não se interessa por esses problemas se o mesmo não for informado, ou se quem o deve informar do que se passa é, precisamente, quem está a ser influenciado ou pressionado? Voltando às perguntas inúteis: como pode uma Comunicação Social menos livre denunciar a sua falta de liberdade? Em consequência, como pode o povo, a opinião publica, denunciar a sua manipulação se não, sobretudo, através daqueles instrumentos de Comunicação que são tão facilmente objecto de manipulação? Por outras palavras: não são fáceis de imaginar as condições que permitam a opinião pública criticar-se ou indignar-se contra si própria ou, se se preferir, contra o sistema de Comunicação Social de que essa opinião publica é, em grande parte, resultado.

Por tudo isto, parece me importante que se continue a debater a Comunicação Social. E parece-me também que, nesse debate, têm um papel indispensável a desempenhar os jornalistas, os agentes mais directos da comunicação – precisamente para evitar que o debate sobre os males do sector se reduza à defesa dos grupos que nele têm maior influencia e que a não desejam perder, ou a dar a palavra àqueles grupos que, sempre a pretexto da defesa da liberdade de informação, pretendem iniciar ou aumenta o seu próprio poder nos órgãos de Comunicação Social.

Sem dúvida que, nos últimos cinco anos, se tem dedicado à Comunicação Social generoso espaço e tempo nos próprios órgãos de informação não considero esse facto como manifestação de um narcisismo característico dos nossos homens de informação ou, pior, como uma manifestação de abuso de poder exercido em proveito próprio. Parece-me, antes, que ele significa que, por um lado, existe entre nós liberdade de informação e que, por outro, muito há ainda a reflectir e a fazer na caminhada para uma liberdade que se pretende cada vez mais real.

Poder-se-á duvidar que a discussão destes problemas tenha sido conduzida da forma mais correcta e produtiva. Poder-se-á duvidar da eficácia da actual guerra de comunicados. Mas não só os problemas da Comunicação vêm sendo tratados pelos

"media" sob a forma de comunicados. Não me custa admitir, porém, que a boa ou má qualidade do jornalismo que temos depende não apenas dos que procuram as notícias e as escrevem, mas também dos que têm a obrigação de as fornecer. Enfim, andamos todos a aprender.

A reflexão a que é necessário proceder sobre a nossa Comunicação Social deverá, segundo creio, centrar-se em torno de alguns aspectos que, embora possam não ter efeitos de sensacionalismo imediato, são fundamentais. Como, por exemplo: qual a origem e a natureza da autoridade dos "media" para exercerem na comunidade a poderosa influencia que decorre dos seus meios técnicos? Como deve essa influência ser exercida? Como se pode garantir a independência e a democraticidade da Comunicação Social?

Quanto ao último ponto – a independência e a democraticidade – refiro-me não apenas ao aspecto das relações dos órgãos da Comunicação Social com os vários grupos e poderes constituídos, mas também ao aspecto das suas relações com o povo, porquanto a comunicação social exerce um tipo de poder que, por ser idealmente desinteressado e gratuito, é talvez o mais directo em democracia.

Fonseca, José da (1979) "Comunicação social é mesmo importante?". In: *Diário de Notícias*, 11 de abril de 1979, p. 3.

As indefinições definidas

***"Falta, a meu ver, demonstrar que o partido socialista está disposta a caminhar na direcção dessa linha de esquerda, de modo realista e com credibilidade" - Sousa Gomes – in* O JORNAL – 3-979**

***"Sem essa renovação o congresso terá falhado a sua missão e será defraudada a esperança de muitos socialistas."* - Vítor Constâncio – td – 3-9-79.**

Mais do que nunca o exíguo reino de Portugal e dos Algarves continua a pautar a sua vida política – se pode chamar-se vida à pálida sombra dela – pelos exemplos conjugados de Bizâncio e Florença. Talvez à espera que chegue o tempo da Sereníssima, com os seus mistérios e alguns cadáveres discretamente atirados sem suspiros da ponte do Tejo abaixo… o panorama político português é simplesmente constrangedor. Parece um filme de Fellini passado às avessas, de preferência "Julieta e os espíritos". A mais egoísta, sórdida, aberrante lógica do hiper-partidarismo preside ás combinações, hipóteses, aliciamentos, acordos à vista com a condição de perpetuar o acordo o desacordo generalizado, enquanto o país real, indiferente ou traumatizado pela urgência do pão ou da água quotidianos deixa os seus "senhores" dispor dos sonhos e das suas esperanças e do seu dinheiro. Enquanto a lógica hiper-partidária desenrola os factos tristes das suas contradições insolúveis, um governo, legitimo fruto e herdeiro delas compensa como pode (e em vários sectores, mal) o vácuo político que o criou por uma musculação afirmação musculada de desígnios que não seriam boas mesmo com o apoio popular, o que não é o caso.

Dir-se-á que estamos no intervalo ou na sala de espera da nossa cinzenta vida política, certos de que as próximas eleições legislativas coroadas pela presidencial poderão, enfim, um termo a uma confusão politiqueira mais aparente do que real e em todo o caso, normal como aprendizagem para uma democracia adolescente. Quem dera que assim fosse. Os próprios "Jongleurs" nos desmentem publicamente declarando que a esperada clarificação prévia pressupõe a prévia claridade em matéria de acordos e relações de força política entre os partidos. Isto no momento exacto em que não tem sequer a virtude de se afixar ou assumir em termos que permitam aos cidadãos saber "quem é quem", onde está e o que realmente pretende tanto para si como, sobretudo para o país, ultima preocupação dos caciques-mores do reino. É um baile venezuelano sem graça, uma comédia de enganos pseudo-shakesperiana à espera de um adeus "ex-machina" - ou com ela – para lhe por termo. Bem analisada esta comédia lisboeta, com "reprises" provincianas à altura delas, tem a sua lógica e menos "indefinida" do que a aparente imobilidade e imprevisto dos seus actores já conhecidos do país e com máscaras coladas à cara, poderia deixar supor.

É sintomático que se fala precisamente de *indefinição* a propósito de um congresso e de um partido onde aparece pela primeira vez, em termos ainda não satisfatórios mas

positivos e tentativa de definir para seu uso e por conseguinte para uso alheia, um espaço político e ideológico próprio. Se "indefinição" persiste (e persistirá) mas deve à encarnação possível do espírito que presidiu e norteou essa tentativa do que à perspectiva clara que através do ambiente em que desenrolou, das intervenções capitais que a marcaram, das reacções e aplausos que suscitou se pode deduzir.

Simplesmente a nova definição (nova por fidelidade ás origens e à essência) não agradou nem podia agradar à multiforme e unida voz das nostalgia conservadora e reaccionária que hoje avassala uma boa parte dos órgãos de comunicação, entre eles, o que é o cúmulo do escândalo estatizados, quer dizer, pagos com o dinheiro público. Daí que a definição à *esquerda*, socialista e democrática que o PS solenemente reiterou pela boca do seu secretário-geral, tenha tido por traduzida *indefinição*. A boa definição tinha sido, sem equívoca à direita. Na realidade, se a afirmação de um espaço autónomo não apenas de manobra política, nem sequer de mera estratégia a curto prazo, do PS se traduziu em actos, o seu contributo para a clarificação do nevoeiro português criado por parte pela sua anterior e realíssima (essa sim) indefinição, seria capital. Dois e só dois partidos podem pela sua auto-definição em termos minimamente coerentes e estáveis, contribuir para normalizar – se é ainda possível – a vida política portuguesa enquanto determinada e estruturada em termos de representação partidária: o PS e o PSD. Sensíveis ao seu mútuo desequilíbrio eterno, parecendo caçar ou caçando no mesmo terreno social ou em franjas que se tocam, um e outro contribuíram para a instabilidade estrutural e quase estruturada que pareceu (ou parece?) ser a fatalidade da nossa democracia em perigo da italianização. (A menos que seja a Itália que esteja "portugalizada…".) Com o congresso PS devia terminar para ambos os partidos-charneira do palco português (charneira não quer dizer mais do que capacidade de por mútua e clara autodefinição tornar viável o sistema partidário…) o jogo de cabra cega com que se têm perdido a si mesmos e baralhado a cena nacional. O PS deve precisar melhor que esquerda é, significa e os deveres que lhe impõe, não deixando mais uma vez num vago estético, à mercê de desvios pessoalizantes, num património preciosos comum, mais do que nunca vital para que a nossa democracia não sucumba ao revanchismo sem pudor e à sua violência escancarada e sem equívoco possível. O PSD deve precisar igualmente, sem o pânico eleitoralista que devia deixar de uma vez para sempre ao nacional-conservadorismo de que o seu "leader" foi vítima honrosa no Antigo Regime, a sua figura social-democrata, mitigada ou audaciosa, mas coerente e desvinculada da interpretação pejorativa, e sobretudo aberrante, do que se entende por socialismo. Seria bom que desse de graça e em saldo, aos abencerragens sem envergadura, meros saltimbancos do anedotário estafado do fascismo, os "slogans" primários, sem uma onça de fundamento sério, do marxismo com que o PS é gratificado. Não porque em si o marxismo seja uma vergonha ou uma peça usada posta já no prego da historia, mas pura e simplesmente porque seria uma impostura e uma contra-verdade atribuir essa marca de imagem ao partido socialista português, onde não é crime nem ilógico ver-se "marxistas", no melhor sentido que o ter só nem é obrigatório, nem muito sentida tal referência mo possa ter, mas onde não referencia.

Se alguma coisa houve de transcendente e positivo, para lá da reivindicação da autonomia política…no recente congresso PS, foi a reivindicação da autonomia ideológica e só podem regozijar-se com isso e desejar que sem tréguas seja aprofundada (pois não é obra de meras "declarações"). Todos aqueles que há muito, ou desde sempre, a acharam decisiva e por ela lutaram, dentro ou fora das instâncias do partido. Com excepção do PCP nenhum partido do actual xadrez nacional tem o direito de acusar, se indignar ou lamentar a decisão indefinição do PS não só porque nenhum dos outros foi capaz de se definir melhor, como porque essa famigerada "indefinição" nunca foi tão bem definida. Não significa isso que as ambiguidades teóricas ou as ressonâncias práticas de certas afirmações ou tonalidade do congresso, estejam isentos de equívocos ou comportem até contradições susceptíveis, no futuro, de neutralizar o bom trabalho que os autores do projecto para os anos 80 realizaram como sublinhou, com exemplos preciosos, em artigo pertinente. Eduardo Prado Coelho. Em particular, persiste e permanece parece ter-se paradoxalmente acentuado a tonalidade parlamentarista da ideologia de esquerda tal como o PS a reivindicou, com a consequente afirmação de um papel ainda mais determinante de um regime de Assembleia, quando o que é natural e legitimo é que tal regime possa e deva ser mais eficaz e realmente representativo da efectiva vontade do povo português mas sem lhe supor virtudes executivas que entre nós nunca teve, nem

tem hoje em parte alguma. É um senão grande na definição indefinida ("ma non troppo") que saiu sobre o congresso PS e sobre ela, ou para lá dela, se perfila o infeliz contencioso que opõe as instâncias do partido ao actual presidente e menos particularizadamente, o ideologismo anacrónico de uma parte dessas instancias e uma concepção realista, moderna e não menos compatível com uma sensibilidade socialista, bem democrática e de esquerda, das funções e papel da presidência. Seria pena de consequências incalculáveis para o nosso próximo futuro democrático que a definição positiva da sua autonomia como partido socialista e democrático ficasse hipotecada e já neutralizada por esse ideologismo, matriz deletéria da contusão hoje reinante no nosso panorama político. O PS só se pode afirmar pelo que o distingue concretamente dos outros partidos portugueses e não pelo que por aquilo que formalmente (ao menos para os que na forma ou formula põe alguma boa fé) o une a um jogo político partidário sem outra finalidade visível que a de se perpetuar num espaço político definido abstractamente como sendo o da democracia pura e imaculada. Foi em função dessa miragem que, primeiro partido garante do espírito do 25 de Abril, o PS perdeu um preciosos e irrecuperável ano de governo, para em seguida o deixar deteriorar mais ainda nos compromissos que matam, imaginando que em nome desse "ideologismo" democrático era possível coabitar sem riscos mortais para si e para o socialismo, com os seus inimigos decididos e irrecuperáveis.

Não foi a claridade da opção solitária aconselhada por Salgado Zenha, nem mesmo a sua consequência governativa em situação de total inconforto que paralisou e desnorteou a acção passada do PS. Foi a sua intrínseca indefinição na ordem dos princípios, na ética política que delas deve decorrer e na prática socialista que a uns e outros devia ter dado corpo. Águas passadas não movem os moinhos da história, mas deixam marcas indeléveis da sua passagem… uma nova oportunidade se abre diante de um PS disposto, ao que parece, a emendar a mão. Se o fizer, cada um dos outros emendará a dele, situando-se no florentino e perigoso xadrês político formal de que o país inteiro está agoniado e farto, na luz que merece para poder ser julgado com pleno conhecimento de causa. A "indefinição" não é tanta que não tenha causado decepção e pânico nos arraiais embandeirados de uma direita que é o que é, e supõe ter futuro, passado porque tanto se bate, devido à instabilidade orgânica do que foi e ainda é o primeiro partido do país. Possa o "novo" PS confirmar este salutar temor que a sua "indefinição" inspira agora aos arautos sem máscara do regresso puro e simples à ditadura do privilégio, do dinheiro e do silêncio.

Vence, 15 de Março de 1979

Lourenço, Eduardo (1979): "As indefinições definidas". In: *Diário de Notícias*, 29 de março de 1979, p. 3.

Integração europeia ou integração castrense?

"Todas as forças anti-liberais estão combinadas contra tudo o que é liberal".

A. Moeller van der Bruck

Decorridos cinco anos após a revolução militar, ultrapassado o período convulsivo dos primeiros tempos, eis-nos ainda hesitantes e perplexos perante uma realidade nacional que cada vez mais se afasta da estabilidade democrática.

Muitas são as vozes que pretendem demonstrar que a fragilidade da nossa situação e as anomalias que nos regem se radicam apenas na incapacidade, na mediocridade e no golpismo dos partidos políticos.

Tenho em mim que em parte assim é, mas tudo poderia ter evoluído num sentido diferente se acaso o Presidente da República, em fase inicial do seu mandato, não se tivesse remetido a uma posição meramente expectante, para num segundo tempo passar a um intervencionismo distorcido e marginal ao espaço político onde deveria ter procurado os apoios e mecanismos essenciais à resolução da crise em que temos vivido.

Se o não fez algumas razões se poderão encontrar fora do âmbito da asteria política ou da ausência de qualquer projecto de salvação nacional.

O general Ramalho Eanes apresentou-se ao eleitorado com a dupla força que lhe resultou do 25 de Novembro e das forças armadas o terem indigitado para Presidente da República.

O general Ramalho Eanes simbolizava deste modo o compromisso entre a sociedade militar e a sociedade civil, permitindo à primeira a sua manutenção no centro da área do poder civil e dando à segunda a garantia, pelas características então reveladas, do afastamento do revolucionarismo militar e populista a que tinha estado submetida.

Este contrato era reforçado pelo pacto MFA-Partidos!

Perante um país exausto, material e psicologicamente fácil se tornou aceitar um conjunto de medidas que numa fase posterior, mais tranquila e reflexiva, se viria a revelar extremamente anómalo e carregado de equívocos altamente perigosos para o desenrolar da vida democrática.

Face ao nascer de uma reactividade gradual por parte da sociedade civil, a par de uma experiencia socialista que se ia revelando incapaz de resolver os graves problemas políticos, sociais e económicos herdados do colectivismo leninista que predominou durante os anos de 74 e 75, a consciência nacional despertava lentamente e começava a libertar-se dos fantasmas políticos a que tinha sido sujeita antes e depois do golpe militar do 25 de Abril.

Poderia dizer que a história de todos nós parou momentaneamente no tempo para que não se passasse mais uma das suas importantes páginas sem que tivéssemos tido a pausa de reflexão necessária para diagnosticarmos o presente e estabelecermos o prognóstico do futuro.

Só que quando alguns de nós apontavam para os perigos de algo que estava subjacente e que apenas aguardava o descrédito final do todo ou de grande parte das forças políticas democráticas estas insurgiam-se através do permanente verbalismo socitiqueiro a quem iam habituando o país.

Por isso, quando chegámos ao verão de 78 e nos confrontamos com a impossibilidade de o país ter um governo nascido do Parlamento, fácil se tornou para a maioria dos portugueses assacarem a total responsabilidade deste estado de coisas à incompetência dos partidos políticos.

Alguns destes, andavam preocupados com a sua imagem e as suas clientelas, enquanto outros, sozinhos e sem responsabilidades na história pregressa recente dos executivos, não estavam disponíveis para continuarem a permitir a erosão que os abrangia a todos, mas que só os primeiros por sofreguidão política não quiseram perceber.

Daí que o comportamento na Assembleia da República estivesse rigidamente enquadrado entre aceitação de uma anomalia democrática (face ao nosso quadro constitucional) que se materializava no surgimento de um governo de pura emanação presidencial e o seu voto negativo, ainda que cuidadosamente defendida quer pela desmistificação do caminho que se iniciava, quer pela urgência patriótica de não prolongarmos por mais a situação em que nos encontrávamos.

Somente que me vez de todos os partidos democráticos proporem "a única" terapêutica capaz de ultrapassar a crise – eleições antecipadas conforme o PSD vinha preconizando - preferiram o debate estéril recheado de afirmações que mais não foram do que o reflexo excessivo do sentimento de culpa e do receio dos resultados eleitorais. Abria-se mais uma porta para o possível intervencionismo político-militar, agora resguardado pelo Presidente da República.

Dado que o entendimento dos partidos democráticos para a formação de uma maioria estável e coerente, no actual quadro parlamentar, não se afigurava de todo possível, aqueles em vez de manifestarem um atitude firme face à responsabilização que diariamente o PR sobre eles fazia recair, iam-se esvaziando da sua imagem nacional e permitindo que o PR lhes fosse delimitando o aberrante espaço de manobra política a que se deveriam confinar – aceitar outro ou outros governos totalmente alheios à sua vontade, com a agravante de surgirem aos olhos atónitos do homem comum como a única medida de salvação nacional.

Concomitantemente estes governos, independentemente das capacidades e dos excelentes e patrióticos propósitos dos que os constituíam, ressaltavam ao país como o render da guarda!

Os anteriores (de responsabilidade partidária) tinham sido a prova cabal da inépcia os partidos e da esquerda, os actuais simbolizavam o oposto.

De facto, perante o fracasso e a incompetência das forças colectivistas, as forças liberais não souberam esperarem para terem tido tempo de pôr o dedo na ferida – como seria possível assegurar com êxito a sua intervenção se iriam movimentar num quadro institucional esquerdistas?

Como seria possível regenerar o país (de facto unicamente viável através de uma politica fortemente liberal) se as leis fundamentais e os espaços políticos de que dispunham não eram seus, mas da esquerda colectivista?

E´ caso para perguntar se o Senhor Presidente da República não tinha consciência deste primário paradoxo, ou se pelo contrário para ele e para muitos que lhe servem de conselheiros isto não seria a medida ideal para a desertificação é direita e à esquerda e assim mais tarde outros mecanismos correctivos desta pálida democracia fossem surgindo?

Penso que sim!

Há cerca de um ano denunciara os perigos de uma intervenção do tipo nasserista, para posteriormente a ela me ter referenciado pondo-lhe o rótulo de União Nacional colorida de encarnado.

Portugal encontra-se numa gravíssima situação económico-financeira, acrescida de uma extrema instabilidade político-social. No meu entender, a única saída democrática capaz de solucionar a crise em que nos situamos terá que passar pela criação de um bloco de forças democráticas, por eleições antecipadas e pela revisão constitucional, medidas que deverão resultar de um amplo consenso e contrato entre as forças políticas que o materializarem e o Presidente da República à data presente.

Qual a razão pelo actual PR nunca se aproximou dos partidos democráticos para concretização de semelhantes medidas, apesar de para tal, em diversas ocasiões já ter sido alertado e abordado?

Se acaso tem razão de peso para que assim não possa ou não queira proceder deveria trocar o seu permanente mutismo, neste particular, por uma explicação clara de que o país necessita. Vivemos num período da nossa história e do nosso futuro democrático que só por si justificaria semelhante acto, independentemente de ser ou não constitucional e de se tratar de um extravasar de um ritual explicativo ou compete ao Presidente da República.

Mais uma vez repito que não foi pela serenidade jurídico-constitucional que a maioria do povo português votou no general Ramalho Eanes, mas sim porque em 1976 pensava que ele era, em liberdade, o garante da normalização e da reconstrução da pátria.

Seguidamente a estas questões surge uma outra de não menos importância - a crise de identidade nacional agravada pela descolonização.

Assiste-se neste campo a um acordar de fantasmas e a uma libertação dos condicionalismos políticos a que a nossa revolução nos sujeitou. Acaso não se permitia que eles sejam equacionados e vividos em diálogo, de forma a proporcionar que a nossa história passada recente seja verdadeiramente repensada, nunca mais em liberdade Portugal se recolocará no seu tempo e no seu espaço.

Se o sector político-militar das Forças Armadas do qual o actual Presidente da República é decisiva parte integrante, continuar a equacionar semelhante matéria como de um tabu se tratasse, provocará mais tarde ou mais cedo profundas linhas de fractura no seio da sociedade portuguesa.

De momento, tudo leva a pensar que quer a esquerda quer a direita militares não estão interessadas no referido debate, porque a ambas pertence a paternidade de um golpe militar que dadas as motivações psicológicas e os compromissos políticos que o envolveram dificilmente poderia ter tido outra resultante.

Talvez por isso a melhor garantia de que dispõe é permitirem ou estimularem a sua presença nas áreas de decisão de poder político.

É evidente que para tanto, à partida, disporão sempre de alguns sectores políticos! Sempre assim foi na nossa história e presentemente fortes indícios há que assim continuará. Sou daqueles que desde há muito preconizei a necessidade de uma intervenção mais comprometida do Presidente da República nos destinos do país, mas isto teria que passar ou pela existência de uma força ou conjunto de forças que lhe eram afectas através de um contrato político devidamente formalizado e apresentado no país.

Qualquer outro tipo de liderança nacional fora deste quadro só é possível por intermédio do partido único ou da total subalternização dos partidos políticos. Em terceiro lugar, surge um outro indicador da situação política para a qual poderemos caminhar.

Quero-me referir à convergência, no tempo, de três factores políticos: a actual política externa portuguesa (conduzida pelo PR), os incidentes que desencadearam a presente crise governamental e o inquérito à opinião pública sobre a imagem do PR e dos

partidos, efectuado em Dezembro último e só agora, publicado, no "Expressos da semana passada".

A políticos talvez seja o único espaço onde nada surge por acaso, mas mesmo que por vezes assim aconteça, perde imediatamente a sua fortuita coincidência. Gostaria para terminar de reflectir um pouco sobre a actual crise governamental. Esta não resultou de um simples pedido de demissão de um secretário de Estado, ao contrário do que o Presidente da República tentou fazer crer ao país. Resulta sim de um acto de dignidade perante o exercício do poder face à intromissão permitida ou estimulada de outro órgão de soberania. É neste importante aspecto que a questão se deve situar, e não no governo "per si".

Quando o PSD retira o apoio ao actual governo, não é por estar contra a sua política ou por mero capricho partidário, mas sim porque sendo ele um acto da inteira responsabilidade do Presidente da Republica, este, pelo seu comportamento face ao executivo, conduz à quebra lógica da co-responsabilização partidária perante o afrouxamento ou a perda do empenhamento claro e objectivo do principal responsável pela existência do actual governo.

O IV governo já por si representa, conforme atrás referi, uma inflexão no tratamento democrático dos nossos problemas, pelo que face a qualquer alteração de fundo surgida durante o seu percurso a permanência da atitude dos partidos apoiantes teria pelo menos o grave equívoco de chamarem a si uma questão que à partida os transcendeu.

E se o senhor Presidente da República foi distante e cauteloso nalguns aspectos e noutros omisso, na sua alocução ao país, não queiramos exigir o verdadeiro compromisso e o apoio a quem não compete dá-los neste momento.

Macedo, Carlos (1979): "Integração europeia ou integração castrense?". In: *Diário de Notícias*, 26 de março de 1979, p. 3.

No centenário de Einstein

Tem vindo a comemorar-se, no chamado mundo científico, o Centenário de Albert Einstein, nascido a 14 de Março de 1879, em Ulm, na Alemanha. Variados aspectos da sua personalidade e da sua obra, do seu exemplo e do seu drama moral, têm sido focados aqui e ali, sempre revelando admiração pelo seu génio e pelo seu carácter e até comovida compreensão pelo homem do mundo, antinacionalista e anticlericalista, pacifista convicto e humanista exemplar que contribuiu, talvez decisivamente, para apressar a construção do armamento nuclear e erguer sobre a cabeça da humanidade a ameaça fatal da destruição absoluta.

As almas piedosas que sentem cristãmente os problemas humanos da fome, das carências básicas, da falta de instrução, das injustiças económicas e sociais, e até aqueles que, vendo ainda mais longe, sentem os dramas da incomunicabilidade da violência, da destruição progressiva dos valores afectos, terão talvez dificuldade em avaliar o problema moral deste homem que entre 1939, data da sua carta a Roosevelt (incitando-o a apoiar a produção da bomba atómica) e 1955, ano do seu desaparecimento, assistiu impotente ao rearmamento nuclear das grandes potências.

Einstein não era ingénuo nem um espírito confuso. Não lhe é de molde algum aplicável a imagem do cientista ensimesmado com figuras culturais e que ignora a natureza humana ou o carácter violento e irracional das estruturas político-sociais. As suas opiniões sobre a humanidade nada têm de abstractas e o tom das suas referências aos políticos, ao poder social e ao comportamento dos povos em geral é cáustico e perfeitamente controlado. Como foi possível, então, que ele aceitasse os conselhos de Szilard, Wigner, Fermi e outros cientistas isolados e tivesse influenciado o mundo político a ditar os militares com um tipo de arma definitivo e que continha em si o perigo de destruição absoluta? Porque não resistiu ele, ele a quem não moviam os sentimentos vulgares do patriotismo, da cegueira ideológica, do fanatismo religioso, da ambição político-social, à sugestão de oferecer, à loucura de uma humanidade perigosa e imatura, a arma do holocausto nuclear? Poucos homens revelaram claramente a chamada do génio que Einstein. A maior qualidade do génio espiritual, a percepção intuitiva da natureza e estrutura do universo, teve-a esse estranho homem em qualidade quantidades

assombrosas. A perceber o enredo do universo, vencendo a aprendizagem, os hábitos e costumes, o óbvio, para descobrir esquemas explicativos que chocam a imagem básica do mundo circundante é a mais patente manifestação do espírito. Toda a cultura tem nessa consecutiva vitória do espírito (desse quid que esses alguns homens partilham com o principio organizador e dinamizador do cosmos.) sobre os instintos, a aprendizagem e a própria razão. E o espírito de Einstein, manifestado bem cedo, como é natural nesses casos, confundiu e enleou o pensamento contemporâneo e a lógica vulgarizada na nossa sociedade técnica e industrial, construindo graciosos absurdos que iam explicando e resolvendo incógnitas perguntas e questões sem resposta.

Aos 26 anos, o físico modesto que ganhava a vida numa repartição de patentes, em Zurich, publicava no Annalen der Physik um conjunto de ensaios sobre electrodinâmica que procuravam dar contestação a problemas que o desenvolvimento da física moderna vinha colocando na lista dos casos pendentes. E, ao fazê-lo, Einstein ia propondo uma questão que depois ganharia foros de verdadeiro escândalo: Será, o universo, racional? Será a chamada razão humana o órgão capaz de perceber a estrutura e natureza do mundo, de desvendar o mistério básico da sua harmonia?

O jovem Einstein intuiu que havia uma lógica no mundo que a lógica humana não conseguia alcançar. Mais tarde, faltaram-lhe forças para manter essa posição e argumentou contra Bohr e Haisenberg que *Deus não jogava os dados*. Quem sabe? O estudo muito atento da cultura revela que é uma chama ilógica, um impulso ignoto ou a natureza de uma relação inexplicável que desvenda as razoes que depois a lógica a razão, o entendimento, põem em termos de compreensão e sistematizam culturalmente. Mas é a partir de relações aparentemente simples, de imagens curiosas, parábolas, exemplos quase ingénuos, que se parte para tudo isso, geralmente nuns 16 ou 26 anos de Einstein, nuns 23 anos de Newton ou nuns 20 anos de Galois. Essa é a chama, e depois é a vida inteira para por as coisas em termos humanos.

Ao longo da sua vida Einstein foi dando corpo a uma visão do universo que intuíra na adolescência e juventude e tivera aptidão matemática para colocar em linguagem científica. Mas se virmos bem, embora ele seja enaltecido como o paradigma do cientista, a verdade é que Einstein foi antes mais um filósofo, mas lançou as sementes de uma nova filosofia. Não deve distrair-nos a sua formação inicial de físico, nem o seu professorado, nem a sua especial aptidão para matematizar factos e relações reais. A leitura das suas comunicações, das suas cartas, das suas opiniões, até a orientação da sua vida, revelam que Einstein se serviu da ciência para compreender, para atingir uma visão unificada do universo e do homem que o colocam na perspectiva filosófica.

Vejamos contudo as circunstâncias da sua vida. Mudando de nacionalidade duas vezes, casando duas vezes, errando como judeu errante, até fixar-se definitivamente em Princeton, Einstein dá a ideia do homem que nada prende e para quem poucas coisas têm o verdadeiro significado. Há portanto aquela sua aptidão genial que o galvanizava, há uma sensação céptica do homem em geral, há um distanciamento em relação ao poder, à sociedade, à riqueza, e depois há um homem simples, num desinteressado viver. Este desinteresse revelou ele, recusando a operação que os médicos lhe sugeriram e decidindo calmamente morrer aos 76 anos de idade.

Quem foi, então Einstein? Aldous Huxley, em Ape and essence, representa-o com uma coleira ao pescoço, tal como faraday, domindao pela ignorância superior, atrás de um grupo de babuínos uniformizados. A imagem de Huxley revela uma situação que tem o seu quê de trágico se aceitamos, com o velho jung, que "o grande homem é aquele que tem mais consciência da sua posição de macaco". E a tragédia resulta, precisamente, de saber-se que essa condição é inevitavelmente transitória e não se deve a ela, ou à sua natureza simplesmente humana, a maravilhosa e complexa harmonia que o espírito desvenda com aparente simplicidade.

É curioso enaltecer as intuições que Einstein pôs à disposição da humanidade, insistir no seu carácter genial e misteriosamente clarividente, mas ignorar totalmente as suas opiniões sobre a sociedade, os políticos, a paz e todas as aspirações dessa mesmíssima pessoa que se chamou Albert Einstein. Esta percepção teve-a ele muito claramente, tendo resumido assim, numa comunicação feita a cientistas italianos, o absurdo da separação entre a sabedoria e o poder político: "O Homem de ciência (…) não pode deixar de se sentir angustiado ao verificar que os resultados dessa transformação constituem uma torva ameaça para a humanidade, para a humanidade, desde que os frutos da investigação científica caíram nas mãos daqueles que detém o poder político".

E mais adiante: "Vemos, assim hoje, delinear-se para o homem de ciência um destino verdadeiramente trágico. Impelindo pelas suas aspirações para a clareza e independência, ele forjou, por suas mãos, com uma força quase sobre-humana, as armas da sua sujeição e aniquilamento da sua personalidade".

Einstein compreendeu onde está a raiz desse absurdo e onde reside afinal o segredo do poder de minorias políticas e económicas que, carecidas de espírito, exploram e submetem este aos absurdos e aos apetites de instintos primários? Certamente. Numa irónica carta ao povo no ano de 6939 d.C., referindo-se aqueles aspectos, ele reconhece que "a inteligência e o carácter das massas são incomparavelmente inferiores à inteligência e ao carácter dos poucos que contribuem com algo de valioso para a comunidade".

O velho que aos 76 anos curtia a amargura de um remorso e sofria a desilusão de pertencer teoricamente a uma humanidade em que o espírito é um errático acidente ou um conjunto de tímidas promessas, não tinha vontade de viver e não parecia mostrar-se grato para com a espécie humana. Estava plenamente convencido de que lhe fora mais fácil pressentir o âmago de espantosas realidades universais do que mudar a natureza elementar da maioria dos homens ou corrigir os disparates das suas organizações sociais.

Melo, Romeu de (1976): "No centenário de Einstein". In: *Diário de Notícias*, 30 de abril de 1979, p. 3.

Parlamento, deputados e partidos

As democracias modernas não funcionam sem partidos. Se no século XIX, com o sufrágio restrito e, portanto, um eleitorado homogéneo, a sua intervenção ostensiva era pequena, no século XX, com o sufrágio universal, o acesso das massas à vida pública e os contrastes sociais e ideológicos, o seu papel torna-se fundamental. E´ através dos partidos que se canalizam as grandes concorrentes de opinião, são elas que fornecem opções simplificadas aos cidadãos, são as suas estruturas que permitem levar a animação política a toda a parte, são eles que manifestam o pluralismo nas assembleias que fazem governo ou posição.

Adopte-se a representação proporcional ou a maioritária, reserve-se ou não aos partidos o exclusivo da apresentação de candidaturas, em todos os países democráticos são os deputados eleitos por partidos que ocupam a totalidade ou quase a totalidade dos lugares dos parlamentos. E, ainda que em círculos uninominais como em Inglaterra o contacto eleitor-deputado seja muito mais forte do que pode dar-se em círculos plurinominais com sufrágio por lista como sucede em Portugal (mas também nas demais democracias europeias, com excepção da França), mesmo ali os deputados aparecem enquadrados por organizações partidárias – tal como, em contrapartida, não deixa nunca de ser relevante o factor pessoal na escolha dos candidatos e na sua colocação nas listas nos países de representação proporcional.

Uma tese radical tenderia afirmar que a representação política se converteu em representação política se converteu em representação partidária, que o mandato verdadeiramente é conferido partidos não aos deputados e que os sujeitos da acção parlamentar acabem por ser não os deputados, mas os partidos ou quem haja em nome destes. Por conseguinte, deveriam ser os órgãos dos partidos a decidir, com maior ou menos democraticidade ou com maior ou com menor centralismo democrático, sobre as orientações de voto dos deputados, sujeitos estes a uma obrigação de fidelidade a que não poderiam escusar-se senão em casos limite de consciência.

Não aceito essa concepção. Ela ignora que, embora propostos pelos partidos, os deputados são eleitos por todos os cidadãos e não apenas pelos militantes ou pelas "bases" activistas dos partidos que neles avultam uma dimensão sócio-profissional e uma dimensão regional e que juridicamente representam todo o povo. Levada às últimas consequências, com as comissões políticas ou os secretariados, exteriores ao parlamento, a dizer como os deputados hão-de votar – e isso tem-se visto entre nós – essa concepção transformaria a Assembleia em câmara corporativa de partidos e retirar-lhe-ia a própria qualidade de órgão de soberania, por afinal deixar de ter capacidade de livre decisão. Somente regimes totalitaristas e não aqueles que se reclamam da democracia de tipo ocidental a poderiam, aliás, adoptar: porque, se as democracias ocidentais assentam na

liberdade política e na participação, como admitir que nos órgãos deles mais expressivos, os Parlamentos, os deputados ficassem privados de uma e outra coisa?

A tese para a qual propendo é outra. Aceito que a representação política hoje não pode deixar de estar ligada aos partidos, mas recuso a transformação dos deputados em meros porta-vozes dos seus aparelhos. Admito que se diga que o seu mandato parlamentar é (salvo em casos marginais) conferido tanto aos deputados como aos partidos, não admito que se substitua a representação dos eleitores através dos eleitos pela representação através de dirigentes partidários, seja qual for o modo por que estes são escolhidos. E, se em partidos fortemente ideológicos correspondentes a bem identificadas minorias políticas como o situados nos dois extremos do espectro político, não será muito grande o desfasamento entre eleitores e militantes, já nos restantes partidos ele será acentuado: por exemplo, no PSD para cerca de um milhão de eleitores ou mais, o número de militantes inscritos não atingirá os 100 000; e cabe perguntar se os deputados eleitos pelas listas do partido estão mais vinculados a estes últimos do que aos primeiros, ou se têm mais base de apoio os órgãos representativos de 100 000 ou os deputados votados por 1 milhão.

Dando como carácter bivalente da representação política, é preciso procurar o enlace, o ponto de encontro específico de deputados e partidos. Ora, esse enlace não pode ser senão o que ofereceu os grupos parlamentares como conjuntos dos deputados eleitos pelos diversos partidos. São os grupos parlamentares – que exercem as faculdades de que depende a actuação dos partidos nas assembleias políticas e só eles tem legitimidade democrática para deliberar sobre o sentido do seu exercício, não quaisquer outras instâncias ou centros de decisão extraparlamentares. E por aqui se afastam quer uma pura concepção individualista vendo o deputado isolado ou desinserido de uma estrutura colectiva quer uma pura concepção partidocraticas em que os homens dos aparelhos ou as "base" se sobrepusessem aos deputados e aos eleitores.

Esta linha de pensamento não leva a excluir os corolários mais importantes do regime de eleição mediatizada pelos partidos, designadamente quanto à disciplina de voto ou à perda de mandato de deputado que muda de partido. Pelo contrário, coloca-os à sua verdadeira luz que, em sistema democrático, só pode ser a da liberdade e da responsabilidade políticas. Pois, se os grupos parlamentares implicam uma avançada institucionalização dos partidos, são, ao mesmo tempo um anteparo ou um reduto da autonomia individual e colectiva dos deputados – dos deputados que, por serem eles a deliberar, mais obrigada ficam a votar, salvo objecção de consciência, conforme a maioria se pronunciar.

Que, ainda assim, possam surgir divergências entre os grupos parlamentares e outros órgãos dos partidos, não o nego. Mas serão concretas e pontuais e não degeneração em conflitos, desde que se verifiquem autenticidade na vida interna dos partidos e constante diálogo (eventualmente, por meio de comissões mistas ou de reuniões alargadas) e desde que os principais dirigentes partidários sejam também deputados – como deverão ser, se quiserem prestigiar a instituição parlamentar nos trabalhos dos grupos parlamentares (mesmo senão escolhidos directamente pelos deputados dos respectivos partidos, como sucede em Inglaterra). Só um partido em crise conhecerá oposição permanente entre o "partido oficial" e o "partido parlamentar".

A representação de todo o povo conferida aos deputados está patente na definição da Assembleia como assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses (art. 150) e no princípio de que os deputados representam todo o país e não os círculos por que são eleitos (art. 152 n.º 3). Daí o seu estatuto como titulares de um órgão de soberania (art. 156 e seg.), e não como comissários ou funcionários dos partidos.

Entretanto, também os partidos interferem na representação, porque concorrem para a organização e para a expressão da vontade popular (art.3 n.º 3) e participam nos órgãos baseados no sufrágio universal e directo de acordo com a sua representatividade democrática (art. 117, n.º 1), a qual se apura em termos de representação (art. 116, n.º 5 e 152). Só eles podem apresentar candidaturas a deputados (art.154, n.º 1). Mas, como a constituição autoriza a existência de deputados não inscritos em nenhum partido – quer porque desde logo assim tenham sido propostos como candidatos (art. 154, nº1), quer porque, tendo sido do partido por que foram eleitos, não tenham entrado para outro (art.163, nº 1, alínea a) ressalta a distinção entre a função dos partidos e a dos deputados e concede-se mesmo que, em caso de rotura, o deputado prevaleça sobre o partido (se bem que outras razoes possam impor a renuncia ao mandato). Tão pouco têm os partidos

qualquer meio de substituir os deputados durante a legislatura: tal substituição fez-se nos termos da lei eleitoral e, quando temporária, é um direito dos deputados, e não dos partidos (art.156 e art. 18 e 19 da lei nº 5-76, de 10 de Setembro, este talvez demasiado liberais na regulamentação do motivo relevante atendível).

A lei fundamental define os poderes dos partidos, dos deputados e dos grupos parlamentares. Verifica-se que ao passo que os poderes constitucionais dos partidos – audição aquando da nomeação do primeiro-ministro (art. 190, nº 1) e integração dos conselhos de informação (art. 39, nº 3) – são exteriores à assembleia, os poderes da interferência na actividade desta ou são dos deputados individualmente considerados (arts. 159, 170, nº1, 172, 180, nº2, 197, nº1, e 288, nº1) ou são dos grupos parlamentares (arts. 183, 179, nº3, 195, nº3, 197, nº1). Sem os deputados e os grupos parlamentares os partidos não podem agir no parlamento.

Para terminar, duas notas pessoais.

A primeira para dizer que a opinião que aqui exprimo não é de agora. Já a sustento há muito e formalizei-a em 1975, no art. 180 do projecto da Constituição que então elaborei: "Os deputados membros de cada grupo parlamentar comprometem-se a conformar os seus votos ao sentido que vier a ser fixado pelo grupo em deliberação por escrutínio secreto, precedida de livre discussão".

A segunda nota para lembrar o que foi o grupo parlamentar do PPD na Assembleia Constituinte, do qual tive a honra de fazer parte. Haverá alguém que possa esquecer os enormes serviços que o grupo parlamentar do PPD prestou à democracia e a Portugal em 1975 e 1976 – quando não era cómodo ser do PPD? E, para tanto, não precisou de tutela de nenhuma comissão política; muito pelo contrário, foi ele que realmente defendeu os ideais da social-democracia. Pois também estou convicto de que o mesmo sucede com o grupo parlamentar do PSD na Assembleia da República.

Miranda, Jorge (1979): "Parlamento, deputados e partidos". In: *Diário de Notícias*, 31 de março de 1979, p. 3.

Crónicas de lá e de cá

Pequena crónica de viagem a um passado já distante, em que o cronista fala de magricelas, de gorduchos, de automóveis pretos e outras coisas que ele viu, uma bela manha, no Pinhal da Marinha.

Nada sei, do mecanismo da memória, para alem daquelas tretas elementares que aprendi, como toda a gente no liceu e, talvez por isso mesmo pergunto-me muitas vezes porque e que certos factos, aparentemente destituídos de interesse e de importância, me ocorrem sempre que tento recuperar o passado, enquanto que outros, em que participei ou de que fui testemunha, desapareceram para sempre ou figuram na lista dos acontecimentos secundários que só a muito custo consigo evocar.

No fundo, o ser humano é um mundo tão complexo que ninguém conhece, nem de longe nem de perto, o mecanismo seleccionador de cada um. Tenho tido inúmeras vezes ocasião de verificar, comparando com amigos as recordações que nos restam de acontecimentos vividos por todos, que uma mesma experiencia se transforma em tantas experiencias quantas as pessoas que nelas participarem. Quando faço um esforço para recordar o meu passado de criança, os primeiros acontecimentos, dentro dos mais antigos, que me recorrem, dizem respeito a duas fugas. Muito criança, resolvi dizer ao meu pai que não precisava dele para nada e, que nessas circunstâncias, ia fazer a minha vida sozinho. O meu pai concordou, com uma condição: eu fazia-me à vida sozinho, mas, sem nada que fosse dele ou que tivesse chegado às minhas mãos por seu intermédio. Em termos concretos, isto queria dizer que podia partir quando quisesse, mas que deixava os sapatos, os calções, a camisa em casa, já que nada disso fora adquirido por mim, à custa do meu trabalho. A julgar pelo que me conta minha mãe, retirei-me com certa dignidade para o quarto onde dormia – isto passou-se num hotel de pedras salgadas – enquanto os meus pais e os meus amigos comentavam, creio que em termos humorísticos, o malogro da minha tentativa ingénua de me libertar da disciplina familiar. Horas depois, como eu não aparecesse para o jantar, a família resolveu procurar-me no quarto onde julgara que eu me escondera de vergonha. Sempre de acordo com o que minha mãe conta, encontraram a minha roupa cuidadosamente dobrada em cima da minha cama, mas, de

mim, nem vestígios. Julgo que o meu pai mobilizou os amigos, a polícia e sei lá mais quem preocupado com o meu desaparecimento e o facto é que um deles, um hóspede do hotel, acabou por dar comigo, de madrugada, a dormir na vala de uma estrada situada a seis quilómetros do hotel, mais nu do que o Adão, que sempre tapava o sexo com uma folha de videira, a julgar pelas ilustrações de uma bíblia que me deram em pequeno e ainda conservo.

De tudo isto conservo uma única recordação viva – a da raiva que tive quando o tal hospede que deu comigo me obrigou a voltar ao hotel, impedindo-me de chegar ao litoral, para onde me dirigia, na certeza absoluta de embarcar num navio de guerra.

O outro episódio de que me recordo é que, em certa medida, também tem a natureza de fuga, teve lugar em S. Martinho do Porto, onde os meus pais se encontravam não sei a que propósito, a passar por uns tempos. Depois de uma prolongada discussão como meu pai, que me proibiu de ir para a borda de água tanto por eu não saber nadar, como por eu ainda não ter feito seis anos, resolvi fazer uma demonstração de coragem e enfrentar as vagas, a ira paterna e o mais que me acontecesse, demonstrando a todos, de uma vez para sempre, que nadava muitíssimo bem. Ao que parece, passado algum tempo, o meu pai, não me vendo, mas verificando que se juntara muita gente num ponto de praia, resolveu procurar-me, chegando mesmo a tempo de me salvar, porque eu, já fora de pé, esbracejava que nem um louco para não ir ao fundo.

Nem todas as coisas de que me lembro, porém, se referem a incidentes familiares. Um dos momentos altos da minha vida de criança teve lugar no pinhal da Marinha, onde estava a passar o verão e onde assisti, de olhos esbugalhados, a um desastre de aviação que, depois, tive de descrever vezes sem conta, a troco de rebuçados e chocolates, a quantos curiosos foram de Lisboa visitar o local.

Logo de manha, assim que o meu pai partia para Lisboa, eu desaparecia, pinhal adentro, seguido do meu cão, que se chamava "Lad" e coxeava de uma perna, em busca de aventuras. Diga-se, de passagem, que não faltavam aventuras. Diga-se, de passagem, que não faltava, aventuras para um miúdo pouco dado e respeitar regras de segurança. Havia pedras altíssimas a trepar, pinheiros cobertos de pinhas cheias de pinhões, praias escondidas, inacessíveis a quem não andasse de braço dado com a vida e o mais que era necessário para que a vida d e um miúdo chamado luís e de um cão chamado "Lad" fosse uma aventura permanente e maravilhosa. Um belo dia, a parelha estacou – o Luís atónito e o "Lad" a ladrar – perante um facto pouco frequente, na área, logo de manhã: dois automóveis pretos que deslizavam no sentido contrário ao vulgar, já que subiam o pinhal, rumo ao hipódromo, em lugar de o descerem, rumo a Lisboa, como era costume à hora em que os adultos se dirigiam para os seus locais de trabalho.

O facto deu a entender à parelha que se passava qualquer coisa de anormal e como todos os acontecimentos anormais fazem parte integrante da grande aventura da vida, Luís e "Lad" tornaram o caminho do hipódromo, nessa altura mais ou menos abandonado e cruzado de sulcos profundos que o calor do verão endurecera. Já quase no fim da estrada a parelha a que entretanto, se não me engano, aderira o meu irmão, voltou a estacar, desta vez maravilhada: a coisa de cem metros do limite sul do autódromo estava nem mais com menos do que uma avioneta. Inútil será dizer que isto de encontrar uma avioneta parada num campo, não é coisa que aconteça todos os dias a crianças e, sobretudo, a crianças que nunca tinham visto uma avioneta senão de longe e no ar. Julgo que percorremos a distância que nos separava do local a grande velocidade, despertando a curiosidade dos passageiros dos automóveis, dos quais – um senhor gordo e imponente – se encaminhava para a avioneta discutindo com um tipo baixinho e magrizela que o seguia, de boina na cabeça, aparentando estar muito exaltado. Chegamos todos quase ao mesmo tempo, junto à avioneta, sem que a discussão acalmasse. O senhor gordo queria, à viva força, meter dentro da avioneta uma mala não muito grande, mas visivelmente pesada, contra a vontade da magrizela, que abanava a cabeça de um lado para o outro e que gesticulava para explicar qualquer coisa que eu não entendia, sem convencer o gorducho. A certa altura, os restantes passageiros dos automóveis começaram a olhar para os relógios e a segredar ao ouvido uns dos outros e, pouco depois, toda aquela gente se começou abraçar e a despedir. O magrizela, sempre de trombas, pegou na mala do gorducho e meteu-a dentro da avioneta provocando uma nova discussão que não era preciso falar espanhol para entender: o magrizela queria a mala na cauda da avioneta e apontava para a barriga do gorducho como que a explicar a sua decisão, mas o outro queria a mala à frente, no pé dele. A discussão prolongou-se durante algum tempo

enquanto o "Lad" perseguia as lagartixas que andavam nas pedras à procura de um lugar ao sol e o gorducho acabou por ganhar: a mala foi posta a meio da avioneta com visível desagrado do magrizela. A subida para avioneta foi morosa e só não se transformou num malogro total porque o magrizela lhe deu um braço. Nessa altura, o magrizela mandou-nos afastar ou, melhor, mandou-nos sair da frente da avioneta e apercebemo-nos de que estava a chegar o grande momento da descolagem. Minutos depois, efectivamente, a avioneta arrancou e começou a ganhar velocidade, percorrendo o terreno acidentado do hipódromo aos saltos e aos pulos e tossindo como se tivesse tosse convulsa. Lá para o meio do hipódromo, as coisas melhoraram e a avioneta ergueu-se no ar. Fomos atrás dela à desfilada, gritando a toda a força dos nossos pulmões, seguidos do "Lad", para quem tudo aquilo era um mistério incompreensível a que era preciso ladrar. A avioneta subiu quase até à altura dos pinheiros e, quando parecia tê-los ultrapassado, inclinou-se para a esquerda e tocou com a ponta de uma asa num deles. A partir deste momento, as coisas passaram-se muito depressa. Vimos o avião rodopiar, erguer novamente o nariz, inclinar-se todo para a esquerda e começar a cair. A meio de tudo isto, quando o avião se começou a inclinar, abriu-se umas das portinholas e saltou por ela um vulto que chegou ao chão muito antes da avioneta se precipitar, a coisa de trinta metros de distância, junto a um monte de pedras. Tudo isto se passou, volto a dizer, tão depressa que não tivemos uma consciência exacta do que estava a acontecer. Passamos o corpo do magrizela, que parecia estará a dormir de pernas abertas, meio inclinado para um lado e, quando chegamos junto ao local em que a avioneta se despenhara, já não vimos senão um fogueira imensa, vermelha, com laivos esverdeados e azulados, que envolvia tudo. Subitamente, começamos a ouvir tiros. Parecíamos que estávamos em plena batalha. Soubemos, depois, os "tiros" eram as explosões das balas que o gorducho transportava na mala, à mistura com medalhas e objectos de uso pessoal. Chegou nessa altura um pastor que andava desde manha, a olhar por um rebanho de cabras e de carneiros e que assistira à queda da avioneta. Fomos até junto do magrizela que, entretanto, não se mexera. Tinha caído de cabeça e perdera os dentes da frente. Estava visivelmente muito magoado e, mal lhe tocamos, começou a gemer de dores. Tentamos arrastá-lo, mas não conseguimos nem nos foi preciso fazê-lo porque começou a chegar gente atraída pelo estampido da explosão da avioneta – gente das casas do pinhal, trabalhadores da quinta e veraneantes.

Quiseram imediatamente afastar-nos, talvez por sermos crianças, talvez por outros motivos, mas resistimos a todos os esforços efectuados nesse sentido – o desastre era nosso e só nosso.

Nós é que o tínhamos visto de uma ponta à outra, nós é que tínhamos assistido à discussão da mala, nós é que sabíamos o que tinha acontecido. Só de lá saímos levados pela família, que um traidor qualquer avisara do que estava a acontecer e só lá muito para a tarde é que soubemos que o gorducho era um general espanhol chamado Sanjurjo. Generais e guerras, porém, não faziam, ainda, parte da minha vida. Estavam destinadas, é certo, a fazer parte dela, mas só mais tarde – só daí a coisa de três anos…

Monteiro, Luís Sttau (1979): "Crónicas de lá e de cá". In: *Diário de Notícias*, 17 de março de 1979, p. 3.

Crónicas de lá e de cá

Crónica mas longa do que o habitual, sobre coisas que não é possível apalpar, como a brisa que afaga as copas dos pinheiros, essa coisa tenebrosa que é se acordado de madrugada, sem se saber porquê ou para quê e, por último, a possibilidade que cada um tem de se apossar de um navio e de sair, com ele, barra fora, a caminho do "eu sei lá para onde"

Devido a lamentável troca de granéis, tornava-se praticamente impossível uma leitura correcta da crónica do último sábado, motivo por que a repetimos hoje, apresentando desculpas ao autor e ao público em geral.

Antes de iniciar esta tentativa de descrever o indescritível – é isso o que hoje tenciono fazer – quero pedir aos meus leitores que ponham esta crónica de parte, caso não estejam interessados em fazer o esforço que a sua leitura exige. É que vou tratar com uma ternura imensa o miúdo que eu era em 1936. Vou pegar nele com o cuidado com que

se pega num objecto precioso e insubstituível a que se tem um grande amor e vou fazer de tudo o que estiver ao meu alcance para que, depois de usado, ele volte às praias em que vive, na minha memória, sem uma racha e sem uma falha. Os apressados e os maus leitores – é cada vez maior o número dos que, tenso dito "alfabetizados", julgam ter aprendido a ler - poderão pensar que, aqui e além ultrapasso os limites do amor que cada um se deve a si mesmo, o que será simultaneamente errado e estúpido, porque nem me amo excessivamente, nem me odeio para além do que é natural que se odeie, quem perde metade da vida em escaramuças de fronteira que finge serem batalhas decisivas, para se justificar aos seus próprios olhos.

Todo o homem tem, de si mesmo, um conceito que tenta furtar ao efeito corrosivo do passar do tempo e do contacto com os outros para chegar ao fim da vida com alguma coisa de seu nas mãos. Alguma coisa que seja mesmo seu – tão seu como o tronco é da árvore, como a vaga é do mar, como a asa é do pássaro. Essa coisa é o que há dele debaixo do fato que a moda lhe impõe, é o que há dele atrás dos gestos que a convenção o obriga a fazer, é o que há dele para além das ideias que é obrigado a ter para substituir, é o que nele resiste ao acumular dos anos, à doença, à moda, à necessidade que tem de se adaptar permanentemente aos outros para sobreviver. E o tronco do chaparro que resiste a mil tiragens de cortiça e que todos os anos renova a copa sem deixar de ser chaparro. E a rocha que a maré limpa mil vezes, mas que nunca deixa de ser rocha. E o eu intimo e secreto que cada um esconde em si mesmo e que não deixa de existir e de ser verdadeiro por ter uma natureza conceitual.

Esta luta permanente pela defesa do conceito que cada um tem de si mesmo – no mundo em que vivemos, todo o homem é um resistente clandestino e não se vê que haja um outro mundo em que possa deixar de o ser – não se processa lentamente, calmamente, sempre da mesma forma. De quando a quando, o mar cobre a rocha e o tal chaparro, a que arrancaram a pele, transforma-se numa ferida que atira dores aos vento, mas a maré acaba por descobrir a rocha e o chaparro por recuperar a pele.

Por vezes, o conceito que cada homem tem de si mesmo parece estar a ser destruído pelo que ele faz, ou pelo que o obrigam a fazer, ou por qualquer das mil conspirações que o dia-a-dia anda sempre a tramar contra a integridade de cada um mas, subitamente, muitas vezes quando menos se espera, provocado por um gesto, por uma palavra, saber-se lá porquê, o conceito que um homem tem de si mesmo vem à superfície e volta a renascer-lhe no sangue, a esperança que o mantém vivo.

Daí, o homem olhar com mais ternura para o que foi numa época do que para o que foi numa outra época. Dai, o homem regar alguns dos seus "eus" passados e deixar que outros sequem ao sol, sem pinga de água.

O subir e o descer das marés da minha vida ou, para ser mais claro, os momentos da minha vida em que a maré me cobriu e aqueles em que me deixei à mostra, estão gravados na minha consciência. Sei bem em que momentos é que me falhei e em que momentos é que fui verdadeiro para comigo mesmo. É por isso que não me amo da mesma forma – amar é, aqui, sinónimo de respeitar – através dos anos. Gosto mais do eu-1943, do que do eu- 1947, tal como gosto mais do eu-1951 do que do eu-1970.

Pelo eu-1936 tenho uma imensa ternura porque há muito do eu-1936 em todos os "eus" que me permitiram chegar ao dia de hoje com um relativo – muito relativo respeito pelo eu-1979.

Explicado tudo isto – tudo isto, que é tão difícil de explicar – vou dar-me a mim mesmo, o prazer de voltar ao Pinhal da Marinha onde, numa madrugada de Setembro de 1936, fui acordado abruptamente pela minha mãe.

Ser acordado a meio da noite é sinal de coisa grave: doença, morte certa, tremor de terra ou, pior ainda, como mas tarde viria aprender, aviões alemães pranhos de bombas, sobrevoando a Mancha, em noite de lua cheia.

Para além de tudo isto – da doença, da morta certa e dos alemães sobre s Mancha, em noite de lua cheia – é um montão de coisas difíceis de alinhar em letra redonda; é a luz súbita da família, que ficou no corredor, a entrar pelas frinchas da porta; é o medo inexplicável e sorrateiro, a subir pela espinha acima; é o ladrar de um cão distante, que fica a pairar entre o lá fora e o cá de dentro e é a solidão que dá consigo sentada na cama, de olhos muito abertos, com as mãos mal apoiadas nos cacos da normalidade estilhaçada.

Levanta-te filho, vá... depressa.

Lá fora, a brisa a fazer festas às copas dos pinheiros. Lá fora, a lua a dançar sobre as copas dos pinheiros. Lá fora, o escuro da noite a realçar o escuro, mais escuro dos troncos dos pinheiros.

Porquê?

Quando estiveres vestido, vai para a sala, que te explicamos tudo

Onde estão os calções? Porque é que a bota do pé esquerdo foi parar à outra ponta do quarto? É melhor não esquecer o canivete – sabe-se lá se não será preciso. Terei de lavar os dentes?

Não percas tempo, filho. Assim que estiveres pronto, desce.

Lá fora, a brisa a fazer festas às copas dos pinheiros. Lá fora, a lua a dançar sobre as copas dos pinheiros. Lá fora, o escuro da noite a realçar o escuro, mais escuro dos troncos dos pinheiros.

Ajeito o pé direito dentro da bota que não há meio de se ajeitar ao pé direito. Meto o canivete no bolso. E a guita. E o berimbau. E o anzol ferrugento com que ia, amanhã, pescar robalo. E a pena da gaivota que ontem pôs ovos na rocha dos anjos. E a certeza de ir, logo de manhãzinha, medir a altura da maré. De todas as coisas que meto no bolso, a pior é estar a certeza de ir, logo de manhãzinha, medir a altura da maré.

Desço a escada muito devagar, muito devagar, muito devagarinho. Se eu não me ouvir, talvez os outros não me oiçam e, quando os outros não sabem que lhes ando a rondar a língua, ás vezes deixam-na badalar à vontade.

Lá fora, a brisa a fazer festas às copas dos pinheiros. Lá fora, a lua a dançar sobre as copas dos pinheiros. Lá fora, o escuro da noite a realçar o escuro, mais escuro dos troncos dos pinheiros.

- Não sei. A única coisa que sei, é que lhes contei.

- Mas vão persegui-los?

- Sei lá! Já lhes disse que não sei, senão aquilo que lhes contei.

Encosto o ouvido à porta e estaco, tenso como a corda de uma guitarra. Lá dentro a conversa continua, aos baldões da curiosidade de cada um, arrancada a ferros ao espanto e à duvida que se apossou de todos.

- Mas quantos são?

- Já disse que não sei. De qualquer forma, o carro deve estar a chegar e é possível que traga noticias.

- Não haverá gente à espera pelo caminho?

- Vocês sabem tanto como eu.

- Levas a pistola?

- Levo.

- Assim que chegares, telefonas?

- Já disse cem vezes que sim. Que terá acontecido ao rapaz? Não há meio de vir.

Abro a porta e entro. Está tudo desarrumado. Sobre a mesa, uma mala aberta em que o meu pai mete peças de vestuário, livros e uma pistola. Ao ver-me, ri-se:

- Parece que viste o lobo, rapaz!

Fico parado, sem saber para que lado ir. Adivinho a tensão que une os presentes que paira sobre a mesa, que se apossa do chão, do tecto e das paredes. Tenho um desejo imenso de fugir, de largar a correr pela porta fora e de seguir a linha de água ate ao pontão da espuma azul. Quero ir lá para fora, onde a brisa a fazer festas às copas dos pinheiros, onde a lua a dançar sobre as copas dos pinheiros onde o escuro da noite a realçar o escuro, mais escuro dos troncos dos pinheiros. Olho para a janela e vejo que a noite deu lugar à madrugada e que o escuro se está a escapar pelos buracos das estrelas como a água do banho se escapa pelos ralos das banheiras. Os entendidos, os que não se contentam com a aparência das coisas, conseguem ver os remoinhos que o escuro faz à volta das estrelas antes de escapar. Uma buzina corta o silêncio e o meu pai detém-se a meio da sala, atento a todos os ruídos.

Calem-se!

Aumenta a tensão. Oiço o coração bater dentro de mim. Estão todos quietos, parados, seguindo, com os ouvidos, o carro que se aproxima e que pára. Ouve-se o abrir e, logo de seguida, o bater, de uma porta. Depois, passos que se aproximam. O meu pai avança para a porta que dá para o pinhal e abre-a. O perfume do matagal e dos pinheiros entra para a clareira do pavilhão de caça, onde a esta hora, os coelhos recolhem aos buracos e ficam, de cabeça de fora, a receber o dia.

É o Santos. Tenho de ir indo.

Avança para o centro da sala e pega na mala. Olha para mim e franze o nariz, numa careta amigável, a que se segue um piscar de olhos de cumplicidade paternal.

Olha pela mãe até eu voltar e não deixes sair de casa.

Para a minha mãe, agora a sério: Não *deixem o rapaz ir para longe. O melhor é ele nem sair de casa.*

Dá o braço a minha mãe e saem ambos, porta fora, a caminho do carro. Ainda os oiço segredando em voz baixa: Vou para o Carmo... Talvez seja melhor, mas preciso de pensar... Depois se verá... Sim, o "Afonso de Albuquerque"... Não sei.

As vozes perdem-se ao longe. Alguém que estava presente, mas que abandonei num atalho qualquer de memória, põe-me a mão na cabeça. Oiço o ruído do motor do carro e sigo-o, com os ouvidos, até ao fundo da estrada. A minha mãe entra na sala e responde às mil perguntas que eu tenho nos olhos.

Uns marinheiros de uns navios de guerra tomaram conta dos navios... queres um copo de leite?

Não, mãe, não. O que eu quero é saber de tudo. Quer saber tudo, tudo, tudo. Quero saber quem são os marinheiros. Não quero um copo de leite para nada. O que quero é saber como é que eles tomaram conta dos navios. E para onde é que os levam. E se vão com a farda azul ou com a farda branca. E se levam as bandeiras desfraldadas. Quem é que quer um copo de leite neste momento, mãe? Quem?

Minha mãe senta-se pesadamente e continua.

Não sabemos nada senão isto. Parece que querem levar os navios para Barcelona. Vai lá dentro beber um copo de leite. Está em cima da mesa do canto.

Entro na cozinha com a terra a bombordo e a bandeira desfraldada à popa. Pego no copo de leite e faço rumo ao norte, enfrentando a vaga. É, então, possível, uma pessoa apossar-se de um navio e, sair barra fora, rumo a Barcelona. Onde será Barcelona? Que será Barcelona? Porquê Barcelona e não Haiti ou a China distante, onde homens usam rabicho? Ou mares gelados e enevoados onde vivem as baleias? O que interessa, no meio de tudo isto, é que é possível um homem apossar-se de um navio e ir para a sua Barcelona, privativa. Bebo o leite todo, sem tirar o copo da boca e repito, baixinho, em segredo, esta coisa maravilhosa: é possível uma pessoa apossar-se de um navio e seguir para a sua Barcelona privativa.

E fico por aqui, dando por finda à primeira parte desta crónica em que não acontece nada, escrita a quarenta anos desse Setembro de 1936 em que fui acordado de madrugada, sem saber ao certo porquê ou para quê.

Lá fora, a brisa a fazer festas às copas dos pinheiros. Lá fora, a lua a dançar sobre as copas dos pinheiros. Lá fora, o escuro do dia ou da noite – tanto faz – realça o escuro, mais escuro dos troncos dos pinheiros.

Monteiro, Luís Sttau (1979): "Crónicas de lá e de cá". In: *Diário de Notícias*, 31 de março de 1979, pp. 3 e 8.

Crónicas de lá e de cá

Crónica, com pretensões de objectividade, sobre coisas e coisas que aconteceram em Agosto, em Setembro e em Outubro de 1936 – ano em que o cronista dobrou a esquina definitiva da sua vida.

No dia 8 de Outubro de 1936, isto é, no dia seguinte ao da carta em que meu pai lhe voltou a chamar a atenção para a necessidade de o substituir na pasta dos estrangeiros, Salazar respondeu-lhe.

Meu caro amigo Armindo Monteiro:

Recebi hoje a sua carta que muito lhe agradeço.

Na impossibilidade de ir para Lisboa e de dar verbalmente resposta à última parte da sua carta e ao seu telegrama de há dias, aqui a deixo por escrito e em muitas poucas palavras.

Não vale a pena fazer qualquer referência aos motivos que invoca para o seu pedido de demissão: não tem qualquer interesse averiguar qual de nós tem razão, visto que tudo se passou como se o doutor Armindo a tivesse e ambos devemos fazer votos para que os factos demonstrem sempre que a teve.

Sei muito bem que à vão em sete anos os trabalhos e as canseiras e que por outro lado tem desperdiçado ao serviço do governo parte importante da sua saúde. Nestas condições já não me atrevo a impor-lhe o sacrifico de continuar no seu posto nesta em ou qualquer outra emergência. Como amigo dedicado e gratíssimo devo porém afirmar-lhe o seguinte se fica, faz um grande serviço ao governo e ao país; se teima em sair é preciso ver que não saia diminuído ou sequer atacado. Ora, a especulação seria grande, sobretudo porque não se podem dar grandes explicações, a não ser que imediatamente tome um posto equivalente em delicadeza e importância ao que deixa. Só me lembra um nestas condições – a embaixada de Londres. Toda a gente compreenderia o abandono da pasta dos estrangeiros para continuar uma acção num posto difícil e da maior importância, sobretudo neste momento e no futuro mais próximo. Sair pura e simplesmente do governo não o aconselho; até havia de dizer que não o posso consentir, porque alguma coisa do seu nome me está também confiada e tenho de zelá-la.

Falo como sempre com o coração nas mãos, sentindo bem o que lhe escrevo e esperando que assim o creia.

Com toda a consideração e estima,

Am*Mt*Tt*Obrig*

Oliveira Salazar

Não creio necessário chamar a atenção de ninguém para o facto de esta carta revelar em termos claros e inequívocos, que se passara alguma coisa, entre Salazar e o meu pai – alguma coisa acerca da qual ambos tinham tomado posições opostas e que Salazar considerava suficientemente grave para dela não se poderem dar grandes explicações. Não posso, porém, precisar o que tivesse sido essa coisa e continuo a pensar que ela se teria relacionado com o tal incidente que teve lugar no ministério e que o meu pai usou, na sua carta de 11 de Agosto, como pretexto para se demitir.

Nesta carta, Salazar referiu-se, pela primeira vez, à saúde do meu pai, argumento a que meu pai não recorrera em Agosto e que nem sequer é mencionado na sua carta datada da véspera.

Isto confirma, aliás, a certeza que tenho de que falta uma carta, tanto no meu arquivo como no arquivo do ministério, a este processo, o que se explica perfeitamente: dado que no entender de Salazar não se podia dar grandes explicações acerca do assunto, seria absurdo arquivar uma carta em que tudo era exposto de uma forma clara, num arquivo, apesar de tudo, acessível a uma imensidade de gente. Em algumas das cartas que tenho em meu poder há, aliás referências às necessidades de certas cartas sobre assuntos extremamente confidenciais, serem entregues pessoalmente, sem passarem pelo ministério, o que contribuiu para justificar o meu ponto de vista. Esta carta de Salazar teve, sempre, o condão de me fascinar por várias razões e não, apenas, pelo muito que ela revela acerca da maneira de ser e de pensar do homem que presidiu, durante tantos anos, aos destinos do país.

Para Salazar, quem saia do governo, ou quem abandonava a sua santa causa, incorria em pecado mortal perante a opinião pública. Mais: o nome de quem ousasse tomar tal atitude ficava pelas ruas da amargura, como é hábito dizer-se, e ele, que era defensor de tudo que era santo e bom e que se considerava patrono de deus, da pátria e da família, até tinha a sagrada missão de zelar pela reputação dos seus servidores que, certamente, cairiam em desgraça, uma vez que abandonassem a santa causa ou que se desviassem do bom caminho, que era, evidentemente, o seu. Salazar seria, assim, um megalómano, um doido, um indivíduo dotado de uma vaidade inultrapassável.

Esta é, pelo menos, a única conclusão a que chegara, ao ler esta carta, um leitor apressado e mais dado a proferir sentença do que entender a realidade – posição, aliás, que o impedirá de ter problemas de solidão neste país de juízes autopromovidos que se julgam aptos a julgar tudo e todos, em cima de meia dúzia de "slogans" recentemente aprendidos.

Ora o que esta carta tem de interessante, para além do que revela ser a maneira de ser de Salazar, é o que ela revela, não sobre Salazar, mas sobre a massa imensa de gente em que ele se apoiava – a massa imensa de gente para quem não estar com Salazar nesta década de que vimos tratando era algo de pecaminoso, de socialmente achincalhante e de vergonhoso.

Ainda hoje – e os meus leitores dotados de uma certa objectividade que me julguem pelo que digo – a vida política portuguesa se continua a processar em termos que de quem não é por mim, é um traidor, um vendido, um malandro. Ainda hoje há para aí muita

gente capaz de escrever coisas destas a uma pessoa prestes a abandonar um partido qualquer que seja na posse da verdade…

Afigura-se-me que o interesse desta carta e, portanto, este de mostrar como é que pensava, sentia e raciocinava a imensa falange que apoiava Salazar, desfilando avenida abaixo, avenida acima, ao som das palavras de ordem do tempo. O espírito de missão – não direi evangélica, mas quase – que impregnava quantos trabalhavam com Salazar está patente nesta carta digna de ter sido dirigida por um deus qualquer um seu apóstolo que subitamente anunciasse não estar disposto a segui-lo pelos atalhos de uma qualquer eritreia.

Tenho-me perguntado, muitas vezes, o que teria levado tanta gente, incontestavelmente inteligente, culta e sabedora, a permanecer vinculada anos e anos a Salazar e tenho-me perguntado, também muitas vezes o que teria levado tantos deles a deixarem-se humilhar e achincalhar por este homem que combati toda a minha vida de adulto, mas que tinha, sem sombra de dúvida, o dom de magnetizar a gente com quem lidava e de a impregnar de um espírito evangélico de que esta carta, e outras que a seu tempo publicarei, são um testemunho evidente.

Para além de tudo que estas considerações envolvem, e concretamente no que se refere ao caso do meu pai, esta carta mostra que Salazar, em Outubro de 1936, lhe deu duas alternativas, depois de afirmar que nunca mais se atreveria a impor-lhe o sacrifício de continuar no seu posto: continuar no seu posto ou, caso teimasse – a palavra é sintomática – em sair, seguir para Londres como embaixador.

Julgo que a minha mãe desempenhou um papel importante nesta página da vida do meu pai e, portanto, da minha. Inicialmente o meu pai não aceitou a ideia de Salazar. Doente, farto da política e ansioso por regressar à sua faculdade, viu com maus olhos uma sugestão que o obrigaria a manter-se vinculado ao quotidiano político, a um ministério em que tivera um incidente acerca do qual não se podia dar grandes explicações e, sobretudo, às inevitáveis intrigas e questiúnculas que fazem, inevitavelmente, parte do ar que todo o político respira.

Para a minha mãe, porém, o problema era outro. Sabendo o meu pai clinicamente condenado a uns escassos meses de vida, viu, na sua ida para o estrangeiro, a possibilidade de ele consultar novos médicos e, quem sabe, até, de se encontrar uma cura para a doença que o afectava e que viria a matá-lo.

"Se fica, faz um grande serviço ao governo e ao país: se teima em sair, é preciso ver que não saia diminuído ou sequer atacado. Ora a especulação seria grande, sobretudo porque não se podem dar explicações, a não ser que imediatamente tome um posto equivalente em delicadeza e importância ao que deixa." (Da carta de Salazar a Armindo Monteiro)

Julgo que o hotel de Canas de Senhorim foi, então, cenário de uma batalha discreto e subtil que o meu pai viria a perder. Ou a ganhar, já que acabou por se afastar, ainda mais, da sua faculdade mas encontrou mas encontrou um tratamento que lhe deu mais dezanove anos de vida.

Enquanto se travava esta batalha, que só anos mais tarde vim a entender, eu estava em Lisboa em casa dos meus avós, alheio ao facto de que o meu destino estava a ser jogado longe de mim.

Monteiro, Luís Sttau (1979): "Crónicas de lá e de cá". In: *Diário de Notícias*, 24 de abril de 1979, p. 3.

A crónica de José Rabaça – Mário Soares e o soarismo

A circunstância de ter assistido apenas a parte da sessão de encerramento do Congresso do Partido Socialista impede-me, naturalmente, de alinhar no número dos que sabiamente extraem conclusões de tal evento.

Em congresso é um todo e muito erra quem cuida que o mais importante são as palavras que nele se dizem, os discursos que nele se fazem, as afirmações que nele se proferem.

Uma piscadela oportuna, uma apalpadela de bíceps a tempo e horas, um desfastio de ocasião, podem revestir-se de aspectos muito mais transcendentes.

As palmas, como habituais assobiadelas, em recintos viciados por manifestações de natureza desportiva, nem sempre transferida para estas reuniões de índole política, servem de termómetros, mais do que de dinamómetros, uma vez que o calor dos temperamentos se sobrepõe, em regra, às forças da razão.

Não em foi, pois, possível, durante a escassa permanência, aperceber-me dos número suficiente dos citados pormenores que me habilitem a optar pelo ressurgimento ou pelo afundamento do partido socialista.

Estive lá, de resto, na qualidade de convidado, o que naturalmente muito me desvaneceu, aqui se agradecendo a atenção e amabilidade.

Acontecendo que não desempenho quaisquer funções nas estruturas do partido, admito a hipótese do convite me ter sido endereçado para representar, simbolicamente, na altura, os militantes que se limitam a pagar as quotas, grupo que suponho bastante reduzido, tanto no PS como nos restantes partidos, como consequência de uma coisa de certo modo estranha que caracteriza a vida partidária dos portugueses e assenta na convicção de já não ser pequeno o favor que fazem ao…filiar-se.

As quotas que são aquele vinculozinho que traduz a materialização da vontade de aderência, ficam para o Benfica, para o Sporting e para o Porto que dão, em troca, e aos domingos, a possibilidade de chamar nomes, pelo menos, ao árbitro.

Entretanto, e pelas leituras a que sou dado, que a mais expressiva das legítimas conclusões a tirar do pavilhão dos desportos, é aquela que nos diz que o partido continua com Mário Soares mas não com o soarismo.

Ora, estas brilhantes deduções, podem ser facilmente dirigíveis ou assimiláveis por gentes politizadas ou, talvez antes, por pessoas politicamente ginasticadas, mas não estão ao alcance de bases que se limitam a ter cotas em dia e, para quem, necessariamente, a fidelidade a Mário Soares só teria significado se identificada com adesão ao soarismo.

O erro, porém, afigura-se-me primário.

É que, se os 920 e votos que Mário Soares recolheu, de 966 votantes, são, indesmentivelmente, a indicação d que é nele que se personaliza o partido, os 211 votos contra, mais os 102 em branco e ainda os cinco nulos com que foi contemplada a comissão nacional, não querem dizer mais que não seja que tais eleitores, para além dos 46 que também não votaram em Mário Soares continuam soaristas lamentando, apenas, a sua não inclusão na…comissão nacional.

É certo que isto não tem nada de transcendente.

Mas, e por isso mesmo, e provável que a versão se encontre mais próxima da verdade. Até porque, se assim não fosse, lógica teria a sido a apresentação duma segunda lista que, naturalmente, não surgiu pela impossibilidade aritmética de incluir 318 discordantes num papel que reportava comportava….151.

Ultrapassada esta subtil conclusão que levava à dicotomia Soares-soarismo (e que horrores poderiam estar implícitos em tal aberração!) as especulações da inteligência interpretativa assentaram as baterias de fósforos sobre os "ganhos e perdas" das diversas tendências, classificadas entre os históricos e os ex-GIS, com passagem pelos tecnocratas.

Também é possível provável que esses apuramentos requintados interessem, bastante, não só ao menino Jesus como a todos os intelectuais de várias bicas dos bairros lisboetas.

Mas continuam a não ter significado de maior para as humildes bases que, não vivendo nem da política nem especulação informativa, a alertadas para renúncia do seu partido ao isolamento, estarão muito mais ávidas de, pelo conhecimento das tendências dos elementos que compõem a comissão nacional, saberem das probabilidades de consumação futura de lógicos entendimentos.

E que vamos ter eleições e tudo leva a crer na altura própria.

As hipóteses de qualquer partido alcançar neles a maioria absoluta que o torne governo são nulas.

E o eleitorado vai querer saber, e legitimamente, antes de votar, qual a opção de aliança governamental do partido em que se propõe votar.

E quanto aos tecnocratas, uma vez sabido que são homens como os outros, com a característica de usarem pastas James Bond e fazerem contas de multiplicar com máquinas electrónicas, assegura-se que a receptividade deve ser total, dada a urgência de converter em escudos os dólares que o petróleo vai custando a mais, o que eles fazem muito mais rapidamente.

Mário Soares e, portanto, o "soarismo" são a garantia de que nenhum entendimento será possível com um partido não democrático e com provas dadas da sua votação antidemocrática.

Esse o sinal positivo da votação maciça no secretário-geral.

Até que ponto, porém, o tratamento da contusão está à em curso, na tentativa permanente de não dar por esclarecido o que está?

Históricos, tanto são Tito de Morais como Jaime Gama, o que não invalida que sejam duas imagens bem diferentes do partido socialista.

Ex-GIS? Salvo erro, são ex-MES e, são duas sem três…

Foi pena, apesar de tudo, que a eleição para a comissão nacional se não tivesse processado sobre a lista, na sua composição apresentada, deixando aos delegados a faculdade de cortarem quem entendessem.

O secretário-geral ficaria esclarecido e com a missão facilitada para constituir o secretariado.

Mas em suma: o congresso foi bonito, o pavilhão estava bem decorado.

Casa cheia. Organização impecável e relações públicas a funcionarem.

Quanto à composição para a comissão nacional, apenas um reparo, reparo de base, como é óbvio teria preferido que em vez do camarada Eurico Mendes, ultimo da lista, e contra o com nada tenho, esclareça-se, figurasse a camarada Maria de Jesus Barroso Soares, que vejo afastada sem saber porquê.

A menos que se traste de descriminação familiar.

E a isto, sim, pode chamar-se socialismo.

Soarismo de que não virá mal ao mundo, e muito menos ao PS, como o Sá carneirismo não virá ao mundo, e muito menos ao PSD, e do amaralismo não virá mal ao mundo, e muito menos ao CDS, durante o espaço de tempo que se torne necessário a que os militantes respectivos compreendam que o socialismo não é o dr. Soares, a social-democracia, o Dr. Sá-Carneiro, e o liberalismo, o Dr.Freitas do Amaral.

Isto porque entretanto, e em Portugal, são cada vez mais os portugueses que se vão convencendo que a democracia é o presidente Eanes e que a sua preservação implica o eanismo.

O que, tudo combinado, pode determinar que os "leaders" partidários acabem por reconhecer, na "liderança" presidencial, a hipóteses de sobrevivência para os seus próprios partidos, acabando de vez com as estratégias de pretenderem virar o bico ao prego, isto é, de, querendo fazer das fraquezas forças, insinuarem que é do presidente que deles depende.

"Coisa que só contaram pra vocês".

Rabaça, José (1979): "Mário Soares e o Soarismo". In: *Diário de Notícias*, 14 de março de 1979, p. 3.

Crónica de José Rabaça – A maioria da asneira

Quarenta e seis foram coerentes.

Quarenta e três foram lúcidos.

Quarenta e um sentiram-se indispostos.

Cento e dezasseis não podem voltar a ser deputados.

Aos que faltaram, "estima-se" as melhores, porque deve (devia) ser grave o seu estado de saúde.

Rectifica-se: dos quarenta e seis, nem todos foram coerentes. Coerentes só foram os quarenta deputados do partido comunista mais o deputado da UDP. Os restantes cinco limitaram-se, mais uma vez, a prostituir a Democracia com a sua presença na Assembleia da Republica, dado que para ela foram eleitos dentro de um compromisso partidário que assumiram e a que posteriormente renunciaram.

A que renunciaram, provavelmente, dentro de uma honestidade mental que se louva não renunciando, porém, aos proventos implícitos numa desonestidade material que se reprova e que não só anula como ultrapassa, todo o aspecto eventualmente positivo da atitude doutrinária.

Pobre democracia vulnerável a uns tantos "mil réis" por mês.

Coerentes, pois e apenas, os deputados do Dr. Álvaro Cunhal, a quem compete continuar a derrubar todos os governos, de forma a que a bipolarização dos tempos do fascismo ressuscite das cinzas, na forma anterior ou na inversa, é-lhes indiferente: e mais o Eng. Acácio Barreiros que ganhou, a boca das urnas, o direito de se divertir.

Pobre Democracia, tão vulnerável a quem dela se confessa inimigo inconciliável, como o constante apelo à rua o demonstra.

Dos quarenta e três lúcidos rectifica-se, igualmente, o número para quarenta e dois.

É que, tendo-o sido, a expressão democrática do Dr. Vasco da Gama Fernandes peca, igualmente, pelo vício já anteriormente apontado a quem moralmente perdeu a qualificação para se manter como deputado. O que sinceramente se lamenta no seu caso, diferenciando dos restantes por um dos mais exemplares comportamentos de antifascismo.

Pobre Democracia, tão indefesa a estas contradições.

E dos quarenta e dois rectifica-se, ainda, para trinta e sete, o número dos que foram apenas lúcidos porquanto os restantes cinco, para alem de lúcidos, foram corajosos.

Pobre Democracia que com um parlamento de 250 deputados, apenas conta com trinta e sete lúcidos e cinco lucidamente corajosos.

Não há que corrigir o número de "indispostos".

Foram, efectivamente, quarenta e um.

À distância a que nos é permitida a observação, sem possibilidades, portanto, de beber nos "whiskys" nocturnos, as informações das secretíssimas sessões das "matinées", a dedução é o caminho. E este não nos leva a mais nada que não seja o depauperamento físico em que caíram os objectores de consciência ao quedarem-se impossibilitados de concretizar, no voto, o que a consciência lhes mandava.

Fica-nos a eterna dúvida: nesta luta entre deus e o diabo será fazer o jogo de qualquer um, ir dar uma curva com o outro, no momento da verdade?

Pobre democracia, a dos objectores de consciência com vocações de desertores.

Os cento e dezasseis que não podem voltar a ser deputados são mesmo, também, cento e dezasseis.

É provável que no seu número se encontrem potenciais primeiros-ministros, ministros de muitas pastas que não das finanças, embaixadores, presidentes de conselhos de gestão de empresas públicas e outras coisas assim.

Deputados é que não.

É que aos deputados caberá, em princípio e todos os anos, discutir e aprovar (e rejeitar não) o Orçamento Geral do Estado (alínea g) do artigo 164.º da Constituição.

Um orçamento é, no concreto, a tradução contabilística de uma determinada opção política, e que, para ser sério, se baseia em elementos reais de ordem financeira que naturalmente condicionam a opção.

Um orçamento é bom ou mau; viável ou inviável; possível ou impossível.

Que meia dúzia de deputados, em duzentos e cinquenta, não saibam fazer contas, num país com a taxa de analfabetismo do nosso, admite-se.

Mas que cento e dezasseis se abstenham, em matéria que lhes cumpre dominar para desempenhar as funções a que voluntariamente se candidataram, trata-se, mesmo, dum abuso.

Abuso praticado, afinal, pelos dois maiores partidos portugueses.

Abuso que originou a terceira maioria parlamentar: depois da esquerda, nunca claramente definida; da presidencial nunca claramente esclarecida; temos, finalmente, a da ignorância, naturalmente concebida na fraternidade do arrivismo, do golpismo, e da estratégia e da táctica, palavras que servem para os desempregados, por inaptidão profissional, se instalarem na vida com o rótulo de políticos.

Pobre Democracia esta, onde num parlamento de 250 deputados, 46 constituem uma maioria!

Pobre, e original como é costume.

Se, no entanto os cento e dezasseis sabem mesmo ler, escrever e contar e foram ao parlamento representar a rábula de analfabetos, então, tudo é pior.

Pretender-se que o presidente da republica se defina mensalmente, semanalmente, porventura de hora a hora, em relação à confiança que lhe merece um governo que só o é enquanto essa confiança existir, e meter o rabo entre as pernas da abstenção, no

momento exacto dos eternos indefinidos se definirem, é muito mais grave, porque encerra em si a convicção fascistoide da existência de cento e dezasseis vivos dispostos a comer as papas na cabeça de dez milhões de parvos.

Pobre Democracia esta com tais defensores ao seu serviço.

Queira, Senhor Presidente da República, agora sim, assumir radicalmente o mandato em que os seus eleitores o investiram e exigir aos deputados que se definam perante o governo da sua confiança.

Se eles se recusarem, na construção, a aliar-se, como o fazem na destruição, só lhe resta uma atitude: IGNORE-OS.

E faça desta pobre Democracia, uma DEMOCRACIA.

A Democracia possível a partir da maioria dos cidadãos que votou no presidente da republica para quem, necessariamente, quarenta e seis votos não passam duma expressão ridícula num colégio de…duzentos e cinquenta eleitores.

Isto para evitar demiti-los na rigorosa e literal interpretação da constituição "mais progressiva do Mundo" que à imagem da que resultaria da sua revisão, dentro da filosofia que encerra, viria, muito provavelmente, a confirmar a retirada aos "deputados" da competência para rejeitarem de facto as Leis do Plano e do Orçamento, como já acontece, formalmente, na de 1976.

Senhor Presidente, está na hora de impedir o início da campanha eleitoral para a Presidência da República, com gatos escondidos com rabos de fora.

É mais importante garantir que ainda haja país em 1981.

Rabaça, José (1979): "A Maioria da Asneira". In: *Diário de Notícias*, 28 de março de 1979, p. 3.

A crónica de José Rabaça – De Bruxelas, com nuvens

Nós, por cá, todos bem afigura-se-me o intróito mais ajustado às letras que vão seguir-se e que, desta vez, não são alinhadas nas alturas da Montanha Hermínia mas, algures, numa planície da Europa.

Mais propriamente em Bruxelas, com frio e chuva, e um tecto cinzento de duvidoso gosto para quem se sente português, carecido do sol, e sabe de ciência certa que não há semana sem que o astro se mostre, em concordância com a sabença popular que nos garante não haver sábado sem o dito.

Talvez pior, porém, que os aquecimentos excessivos resultantes da água fervente que circula nos canos seja o desajustamento escudo/franco belga que nos coloca na melindrosa posição de termos de multiplicar por uma vírgula sete o que, há meia dúzia de anos, dividíamos por dois.

Bem humorado, apesar de tudo, e com o optimismo resultante de estar vivo, graça que não tem preço, entendo que umas coisas dão para as outras e que, assim como assim, ainda é mais fácil converter os escudos nos francos do que se conseguir que o sol se torne em objecto de consumo gratuito para toda esta irmandade que vive no «gris» a que a natureza a condenou.

Não deixa de ser engraçado este pequeno país que também já teve o seu império colonial, enfileira nos ditos desenvolvidos, e até se dá ao requinte de pagar o segundo salário mundial, na indústria têxtil, a poucos cêntimos da vizinha Holanda, e precisamente o dobro dum outro vizinho, de compleição física mais robusta, que é a França.

Com uma agricultura desenvolvida, a partir da riqueza do solo humidificado pela soturnidade que amarfanha as almas, promoveu-se a Bélgica a potência industrial do primeiro plano, com particular relevo na produção do aço, que o seu mais perfeito entendimento com o Luxemburgo tornou possível.

Mas a indústria do aço está em crise, crise que se arrasta.

E também a sua têxtil laneira o está, e nem admira que esteja, se atendermos ao que já ficou dito: trata-se de uma actividade com exigência considerável de mão-de-obra e a França, ali, mesmo ao lado, com salário de metade, produz, naturalmente, mais barato.

E a Inglaterra, a duas braçadas de "crawl", e com um prestigio de séculos na fabricação dos panos com que vestiu o mundo, e pagar a quem trabalha, ainda menos do

continua a vestir uma parte dele, e a que a metade por onde se ficam os franceses, não deixa os belgas por o pé em ramo verde.

Resultado pratico é que tal elevado salário tende cada vez mais a tornar-se num elemento estatístico ou, talvez melhor, histórico. A engrenagem social funciona, os desempregados recebem oitenta por cento daquilo que receberiam em laboração, as empresas encerram e as conquistas esboroam-se na fatalidade comezinha de nada se poder tirar donde nada há que se tire.

Não vai longe, por este caminho, o capitalismo europeu de que a Bélgica é uma expressão válida porque evoluída.

As contradições implícitas no sistema, em que se reconhece o factor estimulo como motor de poderosos arranque para um progresso tecnicista, ficam patenteadas na incapacidade de resposta às exigências de natureza social a quem, obviamente, o capitalismo civilizado não deixa de ser sensível.

Acontece, porem, que sensibilidade é uma coisa e a racionalidade administrativa é outra. Por acaso, incompatíveis entre si.

A resposta capitalista, à sensibilidade, tem residido nos aumentos salariais que se traduzem no empolamento do poder de compra.

A resposta administrativa determina os encerramentos e obviamente o desemprego logo que as receitas deixam de fazer face aos encargos. Os subsídios surgem, na aparência, a colmatar as brechas. Entretanto os subsídios só são possíveis a partir, também, de "receitas" que passam a constituir "despesas" para os que continuam a trabalhar, necessitando estes de ver aumentado os seus proveitos para que deles possam tirar a parte que há-de subsidiar os que já não têm acesso ao trabalho. A ruptura aparece como desfecho inevitável. Em caricatura podemos antever a mais cómica das situações: um país paralisado, a viver à custa de subsídios de desemprego saídos das taxas, ditas sociais, que os membros do governo desse mesmo país descontem, nos seus ordenados, como últimos abencerragens da harmonização, também dita social.

Pecam estas divagações pelo exagero implícito não na agudização do problema, mas, apenas, no seu encurtamento no tempo.

Coisas do tempo que por aqui se faz sentir e que, agregadas à má disposição dos que, trabalhando, vão ganhando a consciência de que trabalham cada vez menos para si e mais para os outros.

E, assim, lá se vai o apregoado estímulo.

Não será possível, por este caminho, chegar-se à opção pelo socialismo democrático, já que o socialismo não democrático não passa do mais feroz capitalismo?

Rabaça, José (1979): "De Bruxelas, com nuvens". In: *Diário de Notícias*, 29 de março de 1979, p. 3.

Importância do marxismo no socialismo democrático - **análise de António Reis num colóquio do PS.**

Em colóquio levado a efeito na Secção de Alvalade do PS, António Reis analisou a evolução da influência do marxismo no pensamento político em Portugal e defendeu a importância para o socialismo democrático, do combate ao dogmatismo e ao marxismo esclerosado em nome de uma "segunda fase" do pensamento marxista, de formação crítica e de depuração.

Segundo António Reis, o marxismo não assumiu, "como pensamento ou ideologia, um papel dominante na formação do pensamento político em Portugal". Quer no séc. XIX, quer durante a clandestinidade imposta pelo fascismo, o pensamento de Marx esteve reduzido a "um marxismo-leninismo numa leitura extremamente simplificada".

O conhecido de Marx em Portugal, afirmou, surgiu, afinal, com o Maio de 1964 na Universidade de Berkley, na Califórnia, e com o Maio de 1968, em Paris, quando a sua teoria "começa a ser desdogmatizada" e objecto de leituras heterodoxas "como produto de uma grande revolução ideológica verificada no mundo ocidental".

No período posterior ao 25 de Abril, porém, a actualização política foi ainda dominada pelas interpretações simplistas e dogmáticas. A "introdução de Marx nas Forças Armadas foi extremamente artificial", porque demasiado rápida para ganhar raízes, além do dogmática, como ficou provado pelos processos de "dinamização cultural".

Para o orador, as Forças Armadas portuguesas ficaram "pela primeira fase, pelo deslumbramento, pela paixão" de uma nova doutrina política, não chegando à segunda, "a da crítica". O próprio Partido Socialista, acrescentou, sofreu com isso.

No combate ao "marxismo esclerosado" afirmou António Reis, o PS constitui uma frente que veio dar origem ao "Congresso da maturidade, que foi também o Congresso da maturidade ideológica".

O pensamento de Marx passou assim à segunda fase, à da "formação critica e de depuração". E, como resultado disso, acrescentou, quando recentemente os socialistas debateram, no seu último congresso, o "Programa PS para os anos 80", "curiosamente o único capítulo que foi votado por unanimidade, o segundo, era o consagrado à ideologia do partido".

Com efeito, defendeu ainda "o espaço ideológico do socialismo democrático é, por definição e natureza, o mais aberto, o mais livre e o mais receptivo às novas formas de pensamento".

Reis, António (1979) "Importância do marxismo no socialismo democrático". In: *Diário de Notícias*, 31 de março de 1979, p. 3.

Oposição ou Oposições?

A principal característica dos regimes totalitários é o silêncio a que reduzem os seus adversários e os divisionismos que entre eles buscam lançar. Não há regime totalitário que consinta na organização das várias correntes de oposição democrática. Dissemos várias correntes. É que também não há oposição verdadeiramente democrática que não conte com várias correntes de opinião. Por motivos óbvios.

Mas nós falávamos sempre de Oposição. Naturalmente. Eram oposição ao regime de Salazar quantos queriam pôr termo à ditadura, desde os monárquicos liberais, como Paiva Couceiro, aos republicanos conservadores, como Norton de Matos, aos liberais como Cunha Leal, aos socialistas, como António Sérgio, nos comunistas, como Bento Gonçalves. E poderíamos acrescentar ainda os anarquistas, os sindicalistas, tantos mais. Como se vê o leque é grande. Por isso, raras vezes, em problemas de importância tal como é o caso das colónias, se pode invocar uma opinião única como sendo a opinião da Oposição. Esta era múltipla. Toda ela se opunha à politica colonial da ditadura, mas as opiniões divergiam naturalmente quanto à forma de administração e até quanto ao futuro das colónias. Por isso nos parece errado citar uma frase de Norton de Matos e dá-la como sendo a opinião da Oposição. Da Oposição, como se houvera um pensamento monolítico na Oposição tal como era o do Governo. Este era totalitário, aquela era democrática. E quem diz um pensamento de Norton de Matos, diz uma tirada de Cunha Leal, uma carta de Paiva Couceiro.

Uma coisa, em questões de política colonial, é certa. É que a política da I República, foi cada vez mais descentralizadora; enquanto a política colonial da ditadura foi concentracionista. A tal ponto a diferença é grande que, em 1974, os poderes dos governadores-gerais eram ainda muito menos do que eram os poderes dos altos comissários da República, em 1926. Isso não diz nada? Lembrámos há dias as cartas orgânicas de 1913, de maior autonomia do que as colónias tinham na monarquia, as de 1919, em que a autonomia para as grandes colónias se tornava na maior das colónias de todas as potências europeias na África Austral. Parece-nos por isso que insistir em que a ideologia da Oposição democrática, no sector das colónias, era igual ou muito próxima da ideologia de Salazar é não conhecer nada do problema. Bastaria para tal conferir as cartas orgânicas da República com o Acto Colonial; bastaria também ver nos jornais do tempo, a despeito da feroz censura, e nos livros de Cunha Leal, Perpétuo da Cruz, nos folhetos de Bernardino Machado como os democratas de várias facções combateram o Acto Colonial e a politica aperreadora da ditadura.

Uma pergunta se pode fazer e se deve fazer e é de saber qual teria sido o destino de todas as colónias portuguesas, se, em lugar de termos tido um governo totalitário em Portugal e Colónias, tivéssemos tido um governo democrático. O destino teria sido naturalmente o Brasil e o dos outros territórios africanos colonizados por países democráticos europeus. Disso não temos duvida, nem tão pouco de que não teria havido a mortífera destruidora guerra do Ultramar. Havemos de dizer também que duvidamos

muito que todos os territórios, se tivessem vivido em democracia, sob a administração portuguesa, se tivessem separado completamente de Portugal. O caso de Macau não nos parece que tivesse sido único. Mas jogar com hipóteses é sempre arriscado e as realidades são mais claras. Por isso atenhamo-nos às realidades. Digamos também que a independência não é um bem absoluto, mas tão somente uma realizar mais facilmente a personalidade própria de um povo e de dar aos seus habitantes um maior progresso e bem-estar, aplicando a estes e só a estes o recursos todos do território, em lugar de os deixar ir para a potencia colonizadora.

Mas também (e parecemos entrar em jogo de palavras, mas não. Estamos na essência mesma da realização da personalidade dos povos) nem sempre a independência inteira dá mais progresso do que uma comunicabilidade entre vários povos, uma associação económica que politica se torna. Haja em vista, o facto de as nações da Europa buscarem neste momento caminhar para uma união de forma a conseguirem maior força política e económica.

Neste vaivém das evoluções sociais e políticas dos povos de todos os continentes, dois factores intervêm: um deles é o factor da violência, da guerra; o outro o da vontade dos povos livremente expressa. Só o segundo é democrático. Por isso nos não parece que Macau seja hoje menos livre do que é Cabo Verde, e é muito mais, com certeza, do que o é Timor. É que a liberdade pode exercer-se no sentido da separação: mas pode também exercer-se no sentido da ligação, da comunhão. No primeiro sentido se exerceu a vontade dos povos africanos, após a Segunda Guerra Mundial; no segundo sentido se está a exercer a dos povos da Europa Ocidental. Aliás o que são os internacionais, tanto políticas como económicas, senão uma tendência para a unificação do mundo? E nem sempre essas internacionais se exercem com o objectivo de explorar uns pelos outros, mas muitas vezes de pôr o saber, a experiencia, de alguns ao dispor de todos.

Afastamo-nos talvez do tema central qual é o da ideologia colonial da Oposição ter sido ou não a mesma que enformou o totalitarismo português.

Na medida em que uma oposição é democrática bem estranho seria que se inspirasse para com outros povos, sujeitos à mesma ditadura a que ela estava sujeita, da mesmíssima ideologia. Além disso, porque é que todos os separatistas das colónias, desde os da Índia, aos de Moçambique e Angola e Guiné, conviviam (infelizmente até nas mesmas prisões) com os oposicionistas portugueses? Não conviviam com os seus tiranos. Bem sabemos que muitos oposicionistas (exemplo de Paiva Couceiro) atacaram a política colonial da ditadura porque sentiram muito bem que ela punha em perigo a unidade nacional, entendida esta por Portugal e Colónias. E teriam eles razão? O decorrer dos tempos mostrou que sim, tinham. Mas quererá isto dizer que um democrata, seja ele monárquico ou republicano ou socialista poderá encarar essa unidade nacional entre dois ou mais povos como factor permanente, mesmo contra a vontade de alguns desses povos?

Nesse ponto nos parece estar o cerne da questão. Norton de Matos, Cunha Leal, Bernardino Machado, outros democratas, falavam de unidade nacional, na medida em que a tarefa de colonização prosseguia. Atingida a maioridade, a vontade de cada povo se manifestaria nas colónias portuguesas como se manifestou nas colónias inglesas e francesas da África Austral. A diferença grande entre a democracia e o totalitarismo está em que se vê a guerra, a violência, a mordaça, como um meio de dominar a vontade dos povos: para o democrata, seja ele monárquico, republicano ou socialista, a vontade dos outros povos é tão sagrada como a do povo a que ele pertence. Tão sagrada a vontade de Angola para os Portugueses como a do mesmo Portugal. Não será assim? O que se não pode é tomar as ideias de 1910 ou de 1960 ou as de 1975. Evolucionaram os povos, evolucionaram também as ideias. Citam-nos o exemplo da colonização branca em Angola, no plano de Norton de Matos? E não seriam os colonos brancos factores de progresso de civilização para a província? O racismo não é das tradições portuguesas como o não é o totalitarismo. Se o país admitia negros nos postos superiores da administração e do Exército, na Metrópole, porque não admitir colonos portugueses em Angola? Não será isso confundir colonização com colonialismo?

Vistas, aliás, numa perspectiva democrática, as independências de Angola, Moçambique e Guiné ter-se-iam com certeza, verificados como se verificou a independência do Brasil, feita sem racismos e por gentes naturais da terra como daquelas que a adoptaram como sua. O caso de Luandino Vieira, angolano natural de Portugal, ter-se-ia multiplicado por milhos. Quanto intervém o racismo é a mentalidade totalitária que comanda; nem sempre é do lado do colonizador. São vários aliás, os dirigentes das

independências africanas casados com portuguesas de nascimento. Só o colonialismo, o totalitarismo imposto a Portugal e aos países africanos divisionista, como é, impediu que as independências tivessem um carácter plural, como poderia ter tido a de Angola se tivesse sido feita ainda em 1962; mas escasseou a coragem aos dirigentes brancos. Não eram oposicionistas. Foi assim a independência do Brasil feita com milhares de portugueses, como o do príncipe D. Pedro, e por brasileiros, como José Bonifácio, brasileiro educado, em Coimbra, sócio da Academia das Ciências de Lisboa e que em Portugal trabalhou no sector da florestação, sector em que trabalhou igualmente em Portugal o guinéu Amílcar Cabral.

Haverá racistas, colonialistas, na Oposição ao totalitarismo português? Talvez. Mas democratas não eram com certeza. Nem só os democratas se opõem aos imperialismos. Contra um imperialismo há sempre outro imperialismo; e contra ambos é que se ergue a mentalidade democrática, a que respeita a vontade dos povos. A democracia não é de negros ou brancos ou amarelos; e simplesmente a favor do homem, da sua convivência.

Rego, Raul (1979): "Oposição ou Oposições?". In: *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1979, p. 3.

A imprensa na sociedade liberal

O dr. Vital Moreira deputado do Partido Comunista e um dos seus mas eminentes dirigentes que classifico também como mentor moderno do que poderá um dia ser o "comunismo português" publicou no "Diário de Notícias" de terça-feira passada um artigo intitulado "Censura, censura..." em que me cita como autor de um texto no qual defendo que não há censura, quando o director de um jornal impede um jornalista, por divergência de critério (não de opinião) de publicar qualquer notícia, artigo ou comentário.

Aquele deputado e professor universitário, que se distingue dos seus pares de partidos pela indiscutível capacidade dialéctica de que dá constantes provas que o afasta do monolitismo que caracteriza, por exemplo, a expressão do seu chefe de partido, dr. Álvaro Cunhal, reproduzi um pensamento de liberalismo que está evidentemente em total desacordo com a concepção de liberdade de Imprensa existente nos países comunistas.

Seria fácil encerrar aqui a resposta – cuja publicação preço ao "Diário de Notícias" atendendo a que o dr. Vital Moreira me citou expressamente e baseou o seu artigo num conceito por mim exposto em artigo publicado no "Tempo" - mas a qualidade intelectual do deputado comunista e a sua correcção também justificam que vá um pouco mais longe. Efectivamente, seria fácil perguntar-lhe se imagina o "Pravda" de Moscovo, um dos maiores jornais do Mundo devido à sua tiragem, a publicar um artigo contrário sequer à ideologia comunista, quanto mais contrário à linha editorial do jornal estabelecida pelo director (que é, sempre, uma figura cimeira do Comité Central do Partido Comunista).

Estive em Moscovo, n sede do "Pravdas", que visitei com extrema curiosidade, e sei portanto, sobre o que estou a escrever. Em Portugal, o dr. Vital Moreira pretende criar o conceito de que o director deve submeter-se ao veto do Conselho de Redacção e deve sujeitar-se aos textos apresentados pelos redactores. Para além de uma deformação ideológica o dr. Vital Moreira defende o liberalismo na Imprensa portuguesa, enquanto o não poderia fazer se escrevesse no "Pravda", o autor do artigo da passada terça-feira revela desconhecer a ética do jornal tal como é entendida no mundo ocidental.

Não valerá a pena desviar a controvérsia para as áreas externas ao local onde a mesma se desenvolve. Entre nós, seria difícil chegar-se a um acordo pela razão de que eu defendo o liberalismo e a democracia ocidental e o dr. Vital Moreira defende o comunismo e o socialismo de Leste. Mas é fora de dúvida que o dr. Vital Moreira, ao utilizar as colunas do "Diário de Notícias", dá provas de estar disposto a tentar esclarecer, o que pressupõe o direito de outros o esclarecerem. Pode nestes termos, dizer-se-lhe que, nas democracias ocidentais, o conceito do jornal decorre da unidade da produção jornalística, a qual assegurada pelo director.

Assim acontece em "Le Mondes" como no "New York Times", como em "O Diário de Lisboa, ou no "L'Humanité", em França. Em todos estes jornais se respeita um código ético, segundo o qual cada jornalista aceita a chamada linha editorial de cada jornal.

É inimaginável pensar que eu me sentiria bem em "O Diário", ou que "O Diário" aceitaria sequer publicar um artigo com a minha assinatura. Há, assim, nas democracias,

um estilo de imprensa que decorre da conjunção ideológica estabelecida entre os que fazem o jornal. Quando o dr. Vital Moreira se refere ao pluralismo, quer dizer que este é assegurado em matéria de colaboração e não pode confundir esse pluralismo com a liberdade de cada jornalista profissional escrever o entende no seu jornal. Acontece ainda que nas democracias os jornalistas se reduzem quase sempre ao anonimato em matéria de opinião, servindo apenas de transmissores entre o foco da notícia e os seus leitores. A opinião é apenas consentida ao "director", na maioria dos casos, e aos editorialistas contratados, pertencendo aos jornalistas assegurar unicamente a informação.

Há no artigo do dr. Vital Moreira, um compreensível desconhecimento do que é um jornal e de quais as regras éticas a que se subordinam aqueles que nele escrevem. Não tendo o dr. Vital Moreira alguma vez ter sido jornalista profissional, ignora a humildade voluntária a que todos os jornalistas se submetem. No caso que foi tratado no seu artigo, referido ao vespertino "Diário Popular", o deputado do partido comunista e professor universitário defende que devia ter sido autorizada ali a publicação de um artigo, assinado por um dos jornalistas de um jornal, contra um critério adoptado pela direcção.

Não estamos a ver um jornalista de "O Diário" a escrever um artigo naquele jornal contra Miguel Rodrigues e, muito menos, contra a ideologia que o jornal defende. "O Diário" é um jornal de orientação comunista onde, naturalmente, escrevem jornalistas comunistas. O que o dr. Vital Moreira defende é inviável na imprensa das democracias. Neste tipo de regime, os jornais são eles próprios pluralistas, na medida em que dão notícias referentes às actividades de todos os partidos e acolhem opiniões ou declarações de pessoas de diversos quadrantes políticos. Mas o pluralismo não é matéria que seja destinada ao arbítrio de cada jornalista. Estaríamos, neste caso, a assistir a um espectáculo degradante, qual seria o de ver o mesmo jornal, assinadas por diversos jornalistas, informações com diferentes conteúdos ideológicos. Nas democracias, o jornal não é instrumento de um partido, mas de um corpo social que vive alimentado pela confiança mútua estabelecida entre os leitores, o director do jornal e os seus jornalistas que nele escrevem. Entre estes três vectores, tem de existir uma entidade capaz de permitir, sem agressões, o diálogo e o esclarecimento.

Constitucionalista eminente, o dr. Vital Moreira indica alguns artigos da nossa lei fundamental em apoio das suas teses.

Não é surpresa para o dr. Vital Moreira saber que, por isso mesmo, somos dos que pedem - revisão da constituição – exactamente porque esta, em muitos e amplos artigos, se contradiz, impondo a uma sociedade liberal, conceitos do estilo totalitário.

A crise portuguesa resulta de vários equívocos, entre eles o texto constitucional, uma vez que não é socialista nem liberal – é o que alguns políticos e constitucionalistas chamam de uma manta de retalhos, reflectindo aliás o quadro da assembleia constituinte que lhe deu origem. Na próxima revisão da constituição, há-de ser pedidos que sejam alterados todos os artigos referentes à imprensa e a que o dr. Vital Moreira faz agora referência em acto d recurso extremo, para interpretar a seu favor a crise verificada no interior do "Diário Popular".

Insistimos, portanto, em que não há censura em Portugal porque a censura é um acto administrativo e não uma divergência de critério entre quem quer publicar e quem impede de publicar. Um jornal obedece a uma doutrina, quer se publique num país socialista que se publique num país liberal. No primeiro caso, o jornal defende a ideologia do partido dominante; no segundo, defende o pluralismo das ideias.

Dentro do jornal deve de existir uma coerência própria, baseada na ética e na responsabilidade assumida pelos que fazem o jornal perante o director e os seus leitores.

É portanto impraticável, nas democracias, o jornal cujo tipo o dr. Vital Moreira defende. Constitucionalista e político de nomeada, o dr. Vital Moreira está, ainda, longe de poder compreender o que é um jornal na sociedade liberal e a que códigos este obedece. Pensamos, porém, que o dr. Vital Moreira, cuja inteligência não se põe em dúvida, estará disposto a continuar a estudar o assunto na convicção de que chegará o dia em que compreenderá o que é realmente um jornal numa sociedade onde não há censura. Para o ajudar, julgamos porém útil explicar-lhe o seguinte: nas ditaduras socialistas, o director do jornal é responsável perante o partido; nas democracias ocidentais o director é o responsável perante a sociedade. Será oportuno recordar o dr. Vital Moreira que não memória de existir no mundo capitalista um jornal que viva exclusivamente do apoio de grupos económicos, isto é, nas democracias, não há jornais, dignos desse nome, que não tenham leitores.

A lógica capitalista impõe que o jornal tenha leitores, que depois tenha publicidade e que, por fim, viva por si próprio. Não há mecenato na imprensa de grande informação, ao contrário do que pretendem frequentemente fazer crer os que desta forma a condenam, pela simples razão de que aos grupos capitalistas não interessam os jornais que não tenham leitores e que não desfrutam de peso na opinião pública.

Num ponto importante do seu artigo, pergunta o ilustre deputado do partido comunista português: que diferença faz, sob o ponto de vista do jornalista e do público, ser o texto cortado por um censor externo, ou por um censor interno a resposta é simples, se observarmos que o corte do censor externo é, como se diz, frio e anónimo, externo ao jornal e censor interno é, como se diz praticado internamente, ao abrigo de uma ética que rege a as relações entre o jornalista e aquele que assume a direcção do jornal. No primeiro caso há um acto administrativo, no segundo há um acto de relações humanas. No primeiro caso, não há recurso, no segundo o jornalista tem oportunidade de discutir com o director as razões e os motivos do corte do texto e até de o denunciar como sucedeu agora no "Diário Popular". Alguma meditação sobre esta diferença fundamental talvez ajude o dr. Vital Moreira a prosseguir a investigação que neste campo quis empreender ao publicar o seu artigo no "Diário de Notícias".

Pela nossa parte e desde que a discussão vise o esclarecimento e se mantenha em termos correctos, estamos dispostos – prosseguir o diálogo com o deputado comunista. Pensamos, no entanto, em como é inimaginável ler em "O Diário" um artigo contrário à doutrina do PC e muito menos um artigo crítico acerca de qualquer declaração do dr. Álvaro Cunhal.

O mesmo se dirá em relação ao conceituado "Pravda" onde jamais será possível ler uma crítica dirigida ao sr. Leonildas Brejenev ou a qualquer outro dignitário do partido e muito menos, um artigo contra uma decisão da direcção daquele jornal.

Rocha, Nuno (1979): "A imprensa na sociedade liberal". In: *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1979, pp. 3 e 6.

Portugal e a sociedade de consumo

Resumindo o que aqui escrevi no meu último artigo, uma sociedade de consumo, do ponto de vista da produção, caracteriza-se por uma tecnologia muito avançada que permite multiplicar (em relação ao que se produzia no século passado) a produtividade do trabalho e, por consequência, obter uma grande margem de excedente, isto é, de rendimento que sobra do que custou fabricar a mercadoria. Esta grande produtividade resulta do uso de máquinas automáticas que dispensam o trabalho das mãos. A parte do trabalho humano na fábrica é hoje ínfima em comparação com o que era no séc. XIX e contribui com uma fracção cada vez menor para a produção da mercadoria. Em consequência disto é possível, nos países de alta tecnologia, reduzir as horas de trabalho e o número de trabalhadores manuais.

Daqui duas consequências. Se o capital constante (equipamento) tem uma parte cada vez maior na produção, e o capital humano uma parte cada vez menor, segue-se que é cada vez maior a quantidade de dinheiro ou crédito necessária para investir, à partida. Por outras palavras o capital tem cada vez mais peso, relativamente ao trabalho. Caminhamos para uma sociedade (absurda) em que os homens serão meros complementos do capital. E tanto faz que a empresa pertença a um sistema político, "capitalista" como "socialista". Há muito tempo que se diz que o capital não conhece fronteiras nacionais; podemos acrescentar que não conhece tão-pouco fronteiras políticas ou ideológicas. Num caso ou noutro há que gastar cada vez menos dinheiro com salários e cada vez mais com o equipamento. Só que há países mais ou menos adiantados sob o ponto de vista tecnológico.

A outra consequência é a seguinte. A produtividade proporcionada pelas máquinas e pelo automatismo torna possível uma abundância de mercadorias que excede a capacidade de absorção dos produtores. A única limitação vem das matérias-primas, cada vez mais escassas. Por isso, é preciso distribuir meios de compra pelos não produtores. Subsídios de aposentação, despesas com as forças armadas, fundações culturais, etc. Tudo isto são formas de manter e aumentar o poder de compra das massas.

Donde é retirado o dinheiro assim distribuído? Naturalmente do excedente que a produtividade do automatismo torna possível. Pode considerar-se portanto como uma despesa de capital feita pela empresa para garantir o seu funcionamento, como o é, por exemplo, a publicidade.

Mas – e isto é importante – essa distribuição de dinheiro na sua maior parte, não é feita directamente pela empresa. Serve para isso o Estado, que age como mediador de um certo número de instituições, entre as quais se encontram as empresas e os sindicados, mas não só. Pelo seu orçamento, o Estado distribui a parte excedente das empresas destinadas a este fim, depois de a recolher sob a forma de imposto. O imposto é um pecúlio retirado em parte aos trabalhadores e em parte às empresas, que permite, através da redistribuição, alargar o mercado do consumo.

Assim o dinheiro de certas empresas, vai ajudar outras a vender, porque aumenta de maneira geral o poder de compra, e até lhes permite receber subsídios à produção por intermédio do Estado; o salário de uma parte dos trabalhadores contribui para que os inactivos possam comprar. A economia capitalista torna-se de alguma maneira "solidária". E isto é possível porque é enorme e porque existe o Estado, entidade capaz de o redistribuir.

Está claro que nem todas as actividades mercantis têm o mesmo nível tecnológico. Nalgumas ainda é muito grande a importância relativa do trabalho manual. Mas por virtude daquela regulação do Estado na falta (relativa) de produtividade dessas, é compensada pela super produtividade das de maior nível tecnológico. Para que funcione uma sociedade de consumo, basta que haja alguns pólos de actividade altamente produtivos, e cujos excedentes possam financiar o consumo do conjunto da população.

Semelhante sistema seria inaceitável pelo capitalismo do séc. XIX. vigorava então o princípio de que "quem não trabalha não come" e que o Estado servia apenas para assegurar a estrutura jurídica que assenta na propriedade e permite a concorrência entre empresas. A ideia de uma economia "solidária" em que o Estado tivesse um papel regulador, ideia que incluísse a noção de consumidor não produtivo – essa ideia, defendida pelos que então se chamavam "sociais-democratas" e que também eram conhecidos por "comunistas" - aparecia como uma utopia absurda e sem fundamento racional. No entanto realizou-se pelas simples regras do jogo capitalista. A "social-democrata", com esse nome ou com outro está instalada em todos os países de grande desenvolvimento mercantil, e a palavra "comunista" ganhou outro sentido, servindo para caracterizar regimes políticos que se instalaram em países onde o excedente das empresas, por razões tecnológicas, continua baixo.

Ora, neste contexto qual é a situação do nosso País?

Virtualmente pertencemos à sociedade de consumo "europeia", isto é, tendemos a consumir como europeus porque fazemos parte da mesma cultura e temos os mesmos padrões de vida. Queremos televisão a cores, férias pagas, fotocopiadores, um automóvel por cabeça, "gadgets" diversos, etc. Mas a este apetite de consumo não corresponde dentro do País uma produtividade equivalente. A nossa economia, do ponto de vista da produtividade, está no séc.XIX, não tem um único pólo de alta tecnologia e alta capacidade de excedente. O Estado não tem excedentes para distribuir, por mais que os consumidores lhos reclamem.

A nossa capacidade de desenvolvimento industrial está limitada pela regra atrás enunciada de que o peso do capital constante é cada vez maior nas empresas, o que implica que a sua formação exige massas cada vez maiores de dinheiro ou de crédito, coisas ambas que faltam no nosso mercado, segundo o que se vê. A solução lógica para esta situação seria que o Estado tomasse a iniciativa de acumulação de capital necessária para um investimento num ou mais pólos de alta tecnologia. Mas alem de que o Estado tem dado provas de uma grande incapacidade neste campo, ele teria de exigir a empresas e trabalhadores sacrifícios que parecem incompatíveis com os actuais rendimentos de umas e de outros. As nacionalizações destruíram ou enfraqueceram algumas empresas importantes e não criaram nada que as substituísse.

Como estamos no mercado de consumo europeu, os pólos económicos europeus estarão hipoteticamente interessados em que o mercado português se intensifique, e portanto em que aumente o poder de compra em Portugal. Mas não podem distribuir aqui o excedente das suas próprias empresas pelo sistema de impostos, porque somos um Estado independente, com o seu próprio sistema de impostos. O projecto socialista de integração na Europa só resolveria este problema se se constituísse um Estado europeu,

mas este dia vem longe. Antes as aparências nos levam a crer que, pesando o saldo positivo e o negativo, a Europa prefere deixar-nos entregues às nossas próprias dificuldades.

É possível ainda pensar-se que a nossa actual miséria incite alguma empresa europeia a investir aqui capital que beneficie dos nossos baixos salários. Mas não há que contar muito com isso, porque, como vimos, nas empresas altamente desenvolvidas os salários são uma parte cada vez menor na composição do capital.

Em resumo, vivemos num mercado de consumo do séc. XX com uma capacidade de produção do séc. XX. E estamos mais pobres do que estávamos no séc. XIX porque o nosso apetite de consumo é o do séc. XX.

E já não há Ceutas paras conquistar.

Só nos resta aproveitar o mais importante capital que temos: o chamado capital humano, que na sociedade absurda que se criou é o mais desvalorizado, cuidando daquelas actividades em que ele ainda é um factor importante e aproveitando-nos da capacidade de consumo desenvolvida nos países mercantilmente mais avançados. Com isto, certamente podemos viver com dignidade, embora tenhamos de prescindir da sociedade de consumo ao nível americano ou mesmo europeu. Não é uma opção, é uma fatalidade. Até ver.

Mas será a sociedade de consumo uma coisa verdadeiramente desejável, sobretudo neste momento em que ela parece caminhar para a autodestruição?

Saraiva, António José (1979): "Portugal e a sociedade de consumo". In: *Diário de Notícias*, 20 de abril de 1979, p. 3.

5. Transcrição dos programas de rádio

5.1. Com intervenientes femininos

A Voz do Aluno . In: *Universidade FM*. 11 de março 2009 (duração 31'27'')

Ana: **Olá a todos. Muito boa tarde! O nosso programa voltou, e voltou da melhor maneira! O programa "A Voz do Aluno" de hoje é inteiramente dedicado à mulher.**

// Olinda: **O dia internacional da mulher foi celebrado êee no dia 8 de março. É um dia comemorativo para a celebração dos feitos económicos sociais e políticos alcançados pela mulher. A ideia da existência de um dia internacional da mulher foi inicialmente proposta na virada do século XX, durante o rápido processo de industrialização e expansão económica que levou aos pro protestos sobre as condições de trabalho.**

// Ana: **A mulher percorreu épocas diferentes associadas a diferentes dificuldades que sempre teve de encarar, desde à política, vida profissional até à vida pessoal, a mulher, apesar de vivermos num mundo dito moderno, a mulher ainda hoje se depara com desigualdades de sexos. Seremos assim tão diferentes?! Porque é que as coisas não evoluem?! Porque existem povos e raças que teimam em não considerar a a mulher como um ser humano igual aos outros?! A cultura de certos povos deverá ser respeitada quando discriminarem e maltratam as mulheres?! Isto são perguntas que me passam pela cabeça que ainda não tive resposta.**

Neste programa vamos discutir algumas destas questões com a participação, como já é hábito, de uma aluna, neste caso de ciências da comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Cristiana Machado.

// Olinda: **Antes de de falarmos com a Cristiana, eu gostava ainda de acrescentar que no ocidente, o dia internacional da mulher foi comemorado durante as décadas de 1910 a 1920, mas esmoreceu. Foi revitalizado pelo femininismo deee 1960. Em 1975, foi designado o ano internacional da mulher e a ONU começou a patrocinar este dia a partir de então.**

// Ana: **Olá Cristiana, bem-vinda ao nosso programa!**

// Cristiana: **Olá, muito boa tarde! Desde já, muito obrigada pelo vosso convite.**

= Ana e Olinda: **Obrigada nós!**

= Cristiana: **É um prazer estar aqui convosco ainda por cima a falar das mulheres.**

= Ana: **É sempre um tema muito interessante!**

// Cristiana: **Muito interessante mesmo!**

// Ana: **Olha como primeira pergunta, se me permites tratar-te por tu... [**Cristiana: **Com certeza...] Gostava de te perguntar se comemoras o dia internacional da mulher.**

// Cristiana: **Não...**

= Ana: **Para ti é um dia especial?**

// Cristiana: **É assim é um dia especial, tendo em conta os feitos que as mulheres conseguiram ao longo dos anos visto que, que em tempos foram bastante maltratadas. Sim, mas não comemoro, não, não tenho nada de específico para esse dia.**

// Ana: **O que é uma pena, devias comemorar!**

// Cristiana: **Eu comemoro todos os dias, o dia da mulher tem que ser comemorado todos os dias!**

// Olinda: **Ok. De facto, o o o dia da mulher assume uma relevância especial.**

// Cristiana: **Sim, sim, com certeza, tendo em conta tudo aquilo que por elas, que por elas passaram todo, toda a luta que que envolveu este êee a adquirição ((riso)), se assim se pode dizer, deste dia, sim sim muito especial.**

// Ana: **Porque é que achas que as mulheres ainda continuam a ser discriminadas? Em alguns povos…**

// Cristiana: **Bem...**

// Ana: **Até mesmo aqui em Portugal também...**

// Cristiana: **Sim, sim...**

= Ana: **A vários níveis...**

// Cristiana: **Porque é que eu acho que elas ainda?!**

// Ana: **Porque é que achas que ainda acontece?!**

// Cristiana: **Essa discriminação?!**

// Olinda: **Sim, sim!**

// Cristiana: **Eee eu acho que, que não tenho assim um conhecimento muito fundado em matérias, em estudos eee, tenho apenas um conhecimento empírico, mas êee essa discriminação em relação à antiguidade diminuiu bastante êêê...**

// Olinda: **Mas ainda há povos que discriminam... [** Cristiana: **Sim, sim] e muitas mulheres.**

// Cristiana: **Sim, sem dúvida, mas...**

= Olinda: **Certas culturas...**

= Cristiana: **Exato. Mas o meu conhecimento refere-se só a nossa cultura?!**

// Olinda: **Sim, sim.**

// Ana: **Eee na nossa cultura quais são os níveis em que a mulher está mais discriminada?!**

// Cristiana: **Talvez, talvez, no trabalho.**

// Ana: **No trabalho?!**

// Cristiana: **No trabalho. Eee há aí uma campanha eee relacionada à paridade na política, na política, igualdade. Acho, acho muito bem ((risos)) acho…**

= Olinda: **Concordas?**

// Cristiana: **Concordo plenamente, mas acho queee numa era em que estamos tão desenvolvidos a nível tecnológico, a nível da comunicação, êee acho absurdo ainda haver a necessidade da existência destas campanhas, é completamente absurdo. Já deveríamos estar…**

= Ana: **Concordo plenamente contigo!**

// Cristiana: **Já deveríamos estar numa fase *a posteriori*. Estas campanhas já não deveriam existir porque a mentalidade humana já deveria ter ultrapassado esse entrave ao desenvolvimento daaa da humanidade.**

// Olinda: **Êee durante séculos, o papel da mulher incidiu sobretudo no papel de mãe, esposa e e dona de casa. Porque é que isso acontece?! Consideras que o homem sempre considerou a mulher enquanto sexo fraco?!**

// Cristiana: **Sim. Nós, aliás, nós estudamos que no, nos séculos anteriores ããã ao século XX, ao final do século XX, aliás, nessas primeiras décadas do século XX e e e nos outros anteriores, a mulher era tida como um dom, uma troca, não especificamente como naquele…**

= Ana: **Era tida como um presente, não é?!**

// Cristiana: **Exato, como presente, presente de troca êee "Casas com a minha filha, mas em troca dás-me algo!"**

// Olinda: **Aliás, isso ainda acontece em algumas sociedades…**

[Ana: **Em alguns povos.]**

// Cristiana: **Exato isso, isso ainda acontece. Êee não sei se vocês se recordam de um professor nosso que dizia que isso não deveria ser encarado como algo negativo mas como algo positivo. Só se dá aquilo que é bom. Aaa a mulher…**

= Ana: **Estás a falar das aulas de educação para os média! Não é?!**

// Cristiana: **Sim, exato. E se me permitem nomear nomes, o professor Afonso Costa, ele dizia que isso…**

= Ana: **Então não é educação para os média... É história dos média!**

// Cristiana: **Exato, história dos *media*. Isto já foi no primeiro ano. E acho que, ele dizia aliás que isto não deveria ser encarado como um fator negativo, mas sim como algo positivo porque só se dá…**

= Ana: **Estou-me a lembrar que era o conceito de dádiva, não era?!**

// Cristiana: **Dádiva, exato, exato. Só se dá aquilo que é vom, bom aliás. Eu pessoalmente não concordo com isso, porque… de facto… exato… é verdade, só se dá aquilo que é vom, bom, mas…((riso))**

// Ana: **Ou seja, o que tu estás a querer dizer é que o professor defendia que o facto de se oferecer a mulher em troca de algo… de um dote... Dava uma coisa que para eles era importante, logo a mulher tinha importância.**

// Cristiana: **Exato, isso era o que o professor defendia…**

// Olinda: **No entanto, eu não defendia essa perspetiva. Eu acho que a mulher nessas sociedades é dada para se unirem em famílias, é um objeto de troca...**

// Cristiana: **Exato, exato...**

// Olinda: **Que vai contra a femininidade de qualquer pessoa.**

// Cristiana: **Exato, a minha opinião também é essa, é um objeto de troca. E como vocês sabem, aliás como vocês sabem trocava-se a mulher em troca de, de, de algo que seria bom…**

=Ana: **Às vezes gado…**

= Cristiana: **Exato, interesses!**

=Ana: **Ou então interesses [**Cristiana: **Interesses, interesses] tipo famílias…**

= Cristiana: **Interesses, interesses… exato…**

= Ana: **Para manter a paz entre dois povos, por exemplo.**

// Cristiana: **Eh, eh... Essas trocas para mim, na minha opinião, na minha perspetiva, baseavam-se apenas em interesses, em interesses, de qualquer índole.**

// Olinda: **Um facto é que hoje as mulheres estão integradas em todos os ramos profissionais, e refiro-me especialmente ao ramo militar, êee são muitas vezes enviadas como para realizarem missões. Isto significa que adquiriram uma importância fundamental no mundo do trabalho.**

// Ana: **Eu concordo contigo em parte, mas eu acho que, por exemplo, a nível político, acho que as mulheres continuam a ser um pouco postas de parte ou então não são levadas a sério. Eu acho. Porque se tu fores ver, por exemplo, no canal do parlamento e assim, ainda são muito poucas as mulheres que estão sentadas naquela, naqueles assentos.**

// Olinda: **Exato, já é, é uma grande verdade, se pensarmos nisso…**

// Ana: **Por acaso queria-te perguntar Cristiana, se tu pudesses ter oportunidade de entrar no mundo da política, entravas?!**

// Cristiana: **É assim, eu pessoalmente…**

= Ana: **Sem medo de ser discriminada?**

= Cristiana: **Eu pessoalmente não gosto de política, mas se realmente gostasse, isso não seria de todo um entrave a, para mim. Iria lutar e não teria medo de nada, aliás, antes pelo contrário, iria tentar que, que, que a voz das mulheres fosse cada vez mais êee ouvida, se assim se pode dizer.**

// A: **Não achas que se calhar não há tantas mulheres na política como deveria de haver porque também não existe interesse da parte da mulher nesse ramo?!**

// Cristiana: **Bem, isso…**

= Ana: **E depois culpa, a, a, a como é que eu hei de dizer, os ideais de discriminação de parte dos homens na política.**

// Olinda: **Eu julgo que a própria mulher…**

= Ana: **Não estou a defender os homens!**

// Olinda: **Eu julgo que a mulher êee nem sempre se interessou por esses assuntos êee da política. O grande, grande objetivo dela, numa dada altura, foi adquirir o direito de voto, está certo, mas em relação aos outros assuntos…**

= Ana: **Envolver-se mesmo… na política…**

= Olinda: **Na política… penso que nunca foi o objetivo dela, assim ao longo dos tempos.**

// Ana: **Mas achas que as mulheres que têm esse objetivo conseguem?**

// Cristiana: **Com certeza, claro que sim...**

= Olinda: **São é poucas que tem esses interesses**

= Cristiana: **São é poucas! São é poucas que têm esses interesses e se calhar as habilitações necessárias eu não estou aqui âaa querer que…**

= Ana: **Mas sabes que as mulheres são as que estão em maioria no ensino superior, logo as habilitações não seria um…**

// Cristiana: **Sim, sim mas repara que não é toda e qualquer mulher que pode ir para a política, tem que ter uma certa experiência, uma certa maturidade, não é?! O facto de estarmos em maioria no, no mundo universitário... [**Ana ou Olinda: **Hum hum] não significa que…**

= Ana: **Tenhamos aptidão para a política…**

= Cristiana: **Exato, exato. Mas também não é por aí, repara que esse dado, o dado de que as mulheres estão em maioria no mundo universitário se calhar um, é recente. As mulheres que nós costumamos a ver no mundo da política diariamente já são …**

= Ana: **De outra geração, não é?**

// Cristiana: **Exato, de outra geração, com uma certa maturidade. Se calhar, daqui a uma década, se calhar o número de mulheres vai aumentar consideravelmente na política.**

// Olinda: **Ê as mulheres são ainda vitimas de vários outros problemas, e passo a citar: a prostituição, a violência doméstica, muitas continuam ainda sem ir à escola, êee violação das mulheres, amputação de órgãos sexuais para não obter prazer, nomeadamente em países africanos, e a discriminação de trabalho. Cristiana, o que é que pensas de todos estes programas, problemas? Podes citar algum se quiseres…**

// Cristiana: **Bem, nomeadamente em relação êee à violência doméstica. As pessoas êee êee têm de, gostam especialmente de referir a violência doméstica, de associar a violência doméstica à mulher. Não nos podemos esquecer que há casos… [**Olinda: **Exatamente…] … em que o alvo dessa violência é o homem. Não nos podemos esquecer, mas êee também não vamos ser hipócritas ao ponto de, com este dado, ignorar o outro. As mulheres se são violentadas em muito, em maior número, portanto, não nos podemos esquecer desse facto. Eu sou a favor de que todas as mulheres, e perdoem-me o radicalismo, deveriam praticar pelo menos dois desportos de autodefesa, não sei ((riso)) karaté, boxe... porque eu acho que deviam defender-se. Deviam, deviam. Se se calhar isto é é é radical, mas é para a nossa autodefesa.**

// Olinda: **Eu por acaso concordo contigo, e acho que as mulheres têm que começar a ter, aquela… acho que têm que tirar da ideia que estão dependentes dos homens, financeiramente sobretudo, e libertarem-se deles quando veem que realmente aquilo já está... [**Cristiana: **Já está, exato, exato... porque nomeadamente...] Já está a sair das marcas...**

= Cristiana: **Exato. E refiro-me à violência doméstica. Ããã as pessoas, o problema, o grande problema, na minha opinião, da violência doméstica é que as mulheres apanham, e perdoem-me esta expressão, e calam-se. Se elas…**

= Ana: **Lá porque têm aquele tal medo, o medo, quando são casadas e assim e começam a pensar nos filhos, "e agora se eu me separo?!", não é?!**

// Cristiana: **Exato, têm receio...**

// Ana: **Há aquela preocupação…**

= Olinda: **Uma vez que muitas delas dependem financeiramente dos seus maridos...**

= Ana: **Mas o que eu acho que elas têm mais medo mesmo é, é depois voltar a ter represálias...**

= Cristiana: **Sim, sim...**

= Ana: **É ir acusar o marido e depois ele saber. Como sabes, a justiça portuguesa não faz nada contra isso. Tipo, a mulher vai há polícia judiciária, faz queixa, não há mais nada a fazer. Não é?! O senhor fica sob suspeita, mas continua a morar na mesma casa que a vítima, logo ela tem medo que, que, de sofrer represálias por parte do marido.**

// Cristiana: **Exato, mas eu tenho aqui um caso que, que, que vi nas notícias, o Moita Flores, êee num programa televisivo deu, êee falou de uma experiência que viveu: que uma mulher, ao fim de, de muitos anos a levar pancada do marido, num ato de desespero total, matou o marido. Então ela foi, foi detida para averiguações, até foi mesmo com o próprio Moita Flores, e ele disse " E então, o que é que a levou a, a, a matar o seu marido?!". Ela não lhe disse nada, apenas lhe abriu a blusa…**

= Ana: **E mostrou-lhe os hematomas.**

= Cristiana: **Exato, os hematomas. E os seios todos queimados por pontas de cigarro. O Moita Flores nesse programa televisivo disse "Perante isto, eu não fui capaz de dizer mais nada." Uma mulher que leva pancada durante anos a fio, por muito que aguente, êee por muito que tenha espírito de sacrifício, desespera. E eu acho que…**

= Ana: **E eu acho que a mulher não pode, não pode ser, levada… obrigada a suportar esse tipo de coisas.**

= Cristiana: **Não, não, sem dúvida, sem dúvida.**

// Olinda: **Em relação a isto, gostava de citar alguns dados interessantes êee. Na Irlanda, em 1998, mais de metade das mulheres assassinadas, foram-no, foram-no pelos seus companheiros. Êee na Finlândia, 22% das mulheres sofreram de violência por parte dos seus companheiros. Em Portugal, por semana, êee cerca de seis mulheres são vítimas de de crimes contra a vida, praticada pelos seus maridos. Isto tudo vem, vem a respeito daquilo que mencionaste, ou seja, as mulheres êee, torna-se fulcral que elas se libertem quando estas situações aconteçam…**

= Cristiana: **Exato, exato.**

// Ana: **A propósito, há bocadinho quando estavas a falar sobre esse tal caso que viste nas notícias, lembrei-me que também vi um caso, discutido num programa de televisão, já não me recordo em que canal foi, eee não tem nada a ver com violência doméstica, mas tem haver com a submissão da mulher. Que era uma senhora portuguesa que se casou com um árabe, e êee no início foi tudo muito bonito, tudo muito mar de rosas. Ela foi para âaa a Arábia com ele, e a partir daí as coisas transformaram-se completamente. Ela começou a ser vista como uma mulher que tinha que dar filhos, e ele insistia sempre no tema que tinha que dar filhos…**

= Cristiana: **No objeto reprodutor...**

= Ana: **Exato, exato. Êee depois, também, ela tinha habilitações literárias, trabalhava na embaixada, êee, ele praticamente obrigou a desistir do trabalho dela, e essa mulher é por acaso é um bom exemplo porque ela conseguiu fugir, com a ajuda da cunhada, portanto a própria irmã do marido, ajudou-a, e voltou para Portugal e enquanto que o filho ficou lá. Mas, mais tarde, ela conseguiu recuperar o filho e tudo ficou bem. O que eu quero dizer é que isto é um exemplo para as mulheres que se sentem submissas, que há uma esperança... [**Cristiana: **Sem dúvida! Sem dúvida!] As mulheres não têm que estar naquela vida.**

// Olinda: **Para completar aquilo que disseste, Xana. Segundo a ONU, um dos direitos fundamentais da mulher é de decidir a ter ou não filhos, e quando quiser tê-los. Ou seja, cabe à mulher ter essa decisão.**

// Ana: **Exato, as mulheres têm direitos, e têm que ser respeitados, não é?!**

// Cristiana: **Exato, exato e deixa-me só fazer aqui um aparte...**

= Olinda: **Força!**

// Cristiana: **Para quem acha que tamos aqui a falar de, de, de fundamentalismos, ou, ou de casos extre, de casos extremos, dou, dou uma sugestão: leiam, e não estou aqui a fazer publicidade alguma, leiam o livro "Queimada, queimada Viva".**

// Ana: **Ahhh, sim, sim, já ouvi falar!**

= Cristiana: **Que é uma história verídica. Eu li, fiquei aterrorizada. Se alguém, se há pessoas que desconhecem êee os casos de violência, de violência do do oriente, ou de qualquer parte, leiam este livro e então vão ficar a saber o que é que realmente as mulheres sofrem, crimes horrendos mesmo.**

// Ana: **Muito obrigada por essa dica, de certeza que…**

= Olinda: **Em relação à sensibilização a nível mundial, resta-me dar alguns palpites, ou seja, esta passa pela disponibilização de dados, desenvolvimento de indicadores, articulação internacional e por parce, parcerias expeditas e de casos com a sociedade civil. As ONG, organizações não governamentais, êee dos direitos das mulheres são fundamentais nestes casos e o apoio às vítimas que servem como fontes de informação, sensibilização, apoio na crise e inserção social.**

// Ana: **Âaa Cristiana, agora queria-te fazer uma pergunta mais pessoal. Eu sei que ainda és jovem, tens vinte e um ano ((risos)), eu sei que não era para dizer ((risos)), mas é para os ouvintes ((risos)) terem a noção de, de, da idade que tu tens e da pergunta que eu te vou fazer.**

// Cristiana: **Ok.**

// Ana: **Êee queria-te perguntar, se em alguma situação, já viste, já te viste confrontada com alguma, com alguma discriminação, ou, ou sentimento parecido?**

// Cristiana: **Em relação à minha pessoa?..**

= Olinda: **Sim, sim, sim, em relação a ti.**

// Cristiana: **Em relação a mim própria?! Bem, de momento não me estou a lembrar. Mas, se me quiseres refazer a pergunta, e, e, e perguntar se, se, passo a redundância, âaa perguntares se eu já vivenciei…**

= Ana: **Algum tipo de discriminação?**

= Cristiana: **Ou presenciei...**

= Cristiana: **Sim, e de violência, sim, sim..**

= Olinda: **Pronto, lá está…**

= Cristiana: **E se calhar é graças a isso que eu hoje tenho esta opinião tão, tão vincada em relação às mulheres e em relação aos homens. Se calhar, é graças a isso.**

// Ana: **Eu posso dizer pessoalmente que na minha família êee, mais íntima não. Mas sei que os meus avós, a minha avó, sobretudo, passou muito por esse, esse, por essa situação. E na idade dela, na geração dela, era muito frequente acontecer este tipo de situação, de violência doméstica.**

= Cristiana: **Sim, com certeza...**

// Olinda: **No que diz respeito...**

= Ana: **Logo tenho uma ideia do que, do que…**

= Olinda: **No que diz respeito ao meu caso. Sim, já presenciei um desses casos, êee a mulher foi literalmente espancada pelo, pelo marido, êee gritava e no entanto êee ninguém, ninguém foi capaz de a ajudar nesse momento, ninguém chamou a polícia, e, e o caso não deu em nada.**

// Ana: **Parece que há um sentimento de medo à volta daquela, daquela, daquela situação…**

= Olinda: **As pessoas não fizeram nada...**

= Ana: **Que ficam imobilizadas...**

= Cristiana: **Talvez não seja um medo, talvez não seja medo, seja mais cobarde, cobardia. Aliás, talvez seja cobardia, porque as pessoas têm muito aquele estigma de que "entre o homem e a mulher não se mete a colher".**

= Cristiana: **Isto para mim [**Olinda: **Está errado!] não é medo, isto para mim não é, não é, não é algo uma regra, isto para mim é cobardia, literalmente.**

// Ana: **Eu acho que as amigas, se é que essas vítimas têm amigas, deviam ser as primeiras a tentar fazer alguma coisa...**

= Olinda: **A tentar ajudar. Exato. Acabando a minha história, nos dias a seguir encontrei a senhora, e a senhora tinha evidentes hematomas. Perguntei-lhe porque é que ela estava assim, e ela disse-me " Estou assim porque caí das escadas abaixo"...**

// Ana: **Ainda tentou dissimular...**

= Olinda: **Tentou dissimular aquilo que lhe tinha acontecido...**

= Cristiana: **Eu acho que...**

= Ana: **Mas aí eu acho que é por vergonha, eu acho que é por vergonha...**

= Cristiana: **E também por medo, por medo de represálias, também...**

= Ana: **Sim, sim mas eu acho que hoje em dia também é por vergonha, porque que as mulheres também já estão num, num nível em que há igualdade de direitos e assim, e quando existe um, um atentado contra esses direitos, as mulheres sentem-se agredidas e têm vergonha e querem esconder que não são tão fortes.**

// Olinda: **Depois disto tudo eu pergunto-me: Porque é que aquela mulher aguenta esta situação?!**

// Cristiana: **Talvez pelos filhos, pela família...**

// Olinda: **Não sei, é algo que me ultrapassa enquanto mulher.**

= Ana: **Isso também depende de caso para caso não é?! Há pessoas que... umas é por vergonha, outras é por medo em relação aos filhos, outra é por dependência financeira. Isso, também temos que isolar caso a caso.**

// Cristiana: **Exato, o que é certo é que isto é um mal que tem que ser ao longo dos tempos combatido.**

// Ana: **Mas falar da mulher não é só falar da discriminação, não é?!**

// Cristiana: **Exato, exato...**

= Ana: **A mulher também faz coisas boas. E já agora, já que falei nisso, o que é que achas que para ti torna a mulher assim um ser tão especial, o que é que a difere dos homens?!**

// Cristiana: **A capacidade de fazer várias coisas ao mesmo tempo e a capacidade de, eu reparo, há mulheres que têm jeito para tudo!**

// Ana: **Mas sabes que isso está provado cientificamente, que as mulheres conseguem utilizar várias partes do cérebro ao mesmo tempo, enquanto que os homens só conseguem uma...**

= Cristiana: **Isto não é reduzir os homens, nada disso...**

= Ana: **Não, não... os homens são inteligentes e claro o que eles têm a mais que nós é que têm uma melhor visualização. O que eu quero dizer é que se, por exemplo, passarem num sítio são capazes de recordar mais rapidamente ali, portanto orientar, e as mulheres já, já não é isso. Por isso é que se faz a associação que as mulheres são um desastre na condução, o que não é verdade, porque eu sou condutora e não sou um desastre na estrada! ((risos)) Nunca tive um acidente, em três anos de carta!**

// Cristiana: **Parabéns!**

// Ana: **Muito obrigada. Com muito esforço! Sim, ó linda, queres dizer alguma coisa?!**

// Olinda: **Acho importante referir uma, uma citação de Sophia de Mello Breyner, em relação a a a estas situações…**

= Ana: **Das mulheres serem especiais?!**

// Olinda: **Em relação... Também. Mas em relação à violência doméstica e todos esses problemas que referimos anteriormente, então diz ela que "Vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar." Eu penso que é a mensagem fundamental deste, deste programa…**

// Ana: **Está tudo dito nessas palavras!...**

// Cristiana: **Exato... Eu tenho aqui, eu tenho aqui mais uma citação, se me permitem, não sei de quem, sei que foi uma amiga minha que, que, que ma disse e então é assim: "Ser mulher é ser princesa aos 20, rainha aos 30, imperatriz aos 40. Especial para toda a vida!"**

// Ana: **((risos)) Concordo plenamente com essa citação!**

// Cristiana: **Eu acho que o grande problema das mulheres é, por vezes, por vezes valorizarem-se. Eu acho que elas deviam valorizarem-se mais! ((risos))**

// Ana: **Olha, não sei se a Linda quer dizer mais alguma cois.a**

// Olinda: **Não, não. Julgo que não há mais nada.**

// Ana: **Queria-te fazer uma última pergunta, se pudesses definir a mulher num adjectivo, numa palavra, qual é que tu escolherias?!**

// Cristiana: **Olha, esse mesmo, especial!**

//Ana: **Especial!**

// Cristiana: **Especial! Mas, mas melhor ainda do que eu própria, mulher, para definir a mulher, um homem! ((risos)) Porque não?!**

// Ana: **De que forma é que os homens veem ou idealizam a mulher não é?! Seria interessante por acaso ter aqui um convidado homem...**

// Cristiana: **Exato, exato... Mas caros ouvintes, definam, definem, agora para vocês próprios a mulher. Mas sejam sinceros para vocês próprios! ((risos))**

// Olinda: **E porque não, caros senhores, chegar a casa, hoje, e depois de terem pensado acerca da mulher e o que ela significa para nós, fazerem uma surpresa às vossas mulheres...**

= Ana: **Ou namoradas, não é?!**

// Olinda: **Ou namoradas…**

= Ana: **Ou para quem é solteiro, por exemplo à mãe...**

// Cristiana: **Exato, exato!**

= Ana: **Ou à avó.**

// Cristiana: **Está provado cientificamente que demonstrações de carinho ajudam a tornar-nos mais felizes. Porque não?! Está na altura de começarmos a ser felizes! ((risos))**

// Ana: **Exato, e este programa não tem a intenção, não tem intenção de falar só de problemas, [**Cristiana: **Exato...] de violência doméstica e de submissão, também tem… o nosso objetivo inicialmente era discutir problemas da mulher e relembrar que se calhar não, não era preciso haver um dia internacional da mulher, para se pensar mais na mulher.**

// Olinda: **O dia da mulher, é todos os dias!**

// Ana: **Exatamente! Como a Cristiana referiu também logo no início do nosso programa.**

// Cristiana: **Exato, exato!**

// Olinda: **E bom, o nosso programa vai ficar por aqui, infelizmente! Obrigada Cristiana pela presença!**

// Cristiana: **Eu é que agradeço, eu é que agradeço.**

// Ana: **Foi, foi... gostei muito de te ter cá no nosso programa.**

// Olinda: **Daqui a quinze dias cá estaremos novamente.**

// Ana: **E antes de acabarmos, para acabar em beleza, nós, locutoras da rádio, não consultamos a Cristiana, mas acho que ela vai concordar, decidimos deixar-vos com uma música, dedicada às mulheres.**

// Cristiana: **Hum! Que título?!**

// Ana: **A música é da Beyoncé, "If you are a boy". Não sei ((risos)), não sei se, se adequa muito aqui nesta…**

= Cristiana: **Perdoa-me, perdoa-me Ana, "if I were a boy".**

// Ana: **Exatamente, sabes que o meu inglês não é como o teu! ((risos))**

// Cristiana: **Se eu fosse um rapaz...**

// Ana: **Exatamente, mas não sei muito bem a música, mas pelo título gostei. E não sei se tu poderás dizer alguma coisa sobre a música, se, se adequa ou não.**

// Cristiana: **Desculpem, desculpem-me quem conhece, quem conhece aa a música e sabe a letra, é que eu ouço, mas às vezes não, não, não ouço. ((risos)) É uma antítese, mas o que se passa é é é a realidade. Êee eu penso que na música, ela diz que se eu fosse um rapaz, faria certas e determinadas coisas que estão normalmente associadas aos rapazes. Que não dão valor total à mulher… Penso que é por aí, é por aí…**

// Ana: **Por isso é que decidi escolher esta música, não sei se o videoclip também está associado à música…**

= Cristiana: **Sim, sim, sim, está... Com certeza...**

// Ana: **O videoclip foi muito elucidativo...**

= Cristiana: **Sim, até porque na primeira parte aparece a Beyoncé vestida de homem, invertem os papéis..**

= Ana: **É o polícia e ele é a secretaria...**

= Cristiana: **Exato, invertem os papéis.**

// Ana: **E eu acho que esta música adequa-se bem aqui ao nosso programa, e portanto vou deixar-vos então com esta música, que vamos dedicar a todas as mulheres portuguesas e internacionais, digamos assim! ((risos)) E depois, uma coisa que eu queria referir, que pus aqui, é que como diz o slogan da panténe. ((risos))**

// Cristiana: **Da panténe?!**

// Ana: **Exato, "porque nós merecemos!" ((risos))**

// Cristiana: **É, é porque nós merecemos, sem alegar às publicidades.**

// Ana: **Exatamente,vá... sem fazer publicidade à panténe, claro.**

// Cristiana: **E já fazendo. ((risos))**

// Ana: **Não, mas o slogan está muito bem conseguido, e acho que se adequa aqui muito bem aqui ao nosso programa.**

// Cristiana: **Exato, e força às mulheres, viva às mulheres!**

// Ana: **Viva às mulheres, concordo! Adeus, até para a semana!**

// Olinda: **Adeus, até para a semana.**

((música))

Tanta gente, tanto Douro! In: *Universidade FM*. 16 de fevereiro de 2009 (duração 42'27'')

(Voz off feminina) Tanta gente, tanto Douro! Todas as semanas a cultura da mais antiga região demarcada do mundo chega à antena da Universidade FM.

A região do Douro vista por quem sobe e desce o rio. Os rostos, as vozes e os nomes de quem faz parte do património cultural duriense.

Tanta gente, tanto Douro!

A contemporaneidade e a tradição daquém e dalém Marão, com Filomena Pinto da Costa e Nassalete Miranda. Às segundas da 21 às 22 na Universidade FM. Connosco, convosco.

Reposição: domingo às 10 horas…

Nassalete Miranda: **Boa noite! *Tanta gente, tanto Douro*, hoje, com Beatriz Pacheco Pereira. Beatriz Pacheco Pereira é uma mulher fantástica e também do fantástico. É diretora do *Fantasposto*, festival internacional de cinema fantástico do Porto; é diretora da revista *Cinema Novo*; é professora, neste momento a caminho da aposentação; é escritora, com romances, contos, êee e várias crónicas já publicadas. É sobretudo uma mulher atenta à sua cidade – o Porto –, ao seu país e às mulheres do seu país. Beatriz Pacheco Pereira tem raízes ancestrais do tempo do seu bisavô, no Douro, mais concretamente, na Quinta da Pacheca. E é por aqui que vamos começar, dando voz à nossa convidada desta noite, aqui na rádio *Universidade FM*.**

Boa noite Beatriz, mais uma vez! E como é que é esta história fantástica da Quinta da Pacheca?

// Beatriz Pacheco Pereira: **Infelizmente, ((risos)) tenho de dizer isso com toda a verdade, de uma família com grandes riquezas, êeee e tudo foi desbaratado, tive um trisavô que era advogado, mas que também tinha, gostava, era bom, bem, gostava de mulheres… casou três vezes… teve não sei quantos filhos, êee e foi vendendo a fortuna toda e a Quinta da Pacheca foi das coisas que escapou para outras mãos. Nessa altura, eu lembro-me que o meu avô já viveu, o meu avô que era um aristocrata, lindo, alto, um metro e noventa – o meu avô paterno. Ããã já viveu em tempo de vacas magras, o meu pai também… nós também – eu e os meus irmãos – vivemos sem grandes riquezas e depois olho para trás e vejo que da Quinta da Pacheca, por exemplo, a única coisa que nos chegou às mãos foi um rótulo que diz: Vinho do Porto. Tem o nome do meu avô, João Pacheco Pereira, e eu sei que esse rótulo nunca foi utilizado. O vinho do Porto com aquele nome nunca mais, nunca foi feito porque ele, entretanto, vendeu tudo. Vendeu terrenos do Palácio de Cristal, vendeu o palácio dos Pacheco Pereira na rua de Belmonte, no Porto. Vendeu tudo. E portanto com esse antepassado tão dissoluto, tão, tão pouco previdente, a vida da da, a minha vida sempre foi uma vida normal, assim um bocado a puxar para o aristocrata, mas é uma questão de "pedigree", mais nada porque de dinheiro, de "money" mesmo, não chegou nada.**

// Nassalete Miranda: **Ou seja, dava um filme! [**Beatriz Pacheco Pereira: **Nã...]Talvez um dia, talvez um dia… E com esta dica passamos, passamos ao cinema. Hoje, segunda-feira, 16 de fevereiro, arranca o 29.º festival de cinema fantástico do Porto – *Fantasposto*. Queremos saber, para já, as novidades desta edição?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Ora bem, este ano, nós, tal como é tradicional, fizemos cruzamento com outra arte. O cinema do *Fantasposto* apareceu sempre com artes plásticas, com música, com dança, com moda, com outras coisas. Este ano, nós apostamos num bom programa sob a arquitetura e cinema e vamos ter amanhã, dia 17, um senhor, que é dos maiores nomes da arquitetura mundial neste momento que é (X) Sugimoto, que veio expressamente do Japão para fazer uma conferência de imprensa no Rivoli e onde se vai discutir a arquitetura do futuro. Este programa especial é cumprimentado com outra conferência, no dia 19, com outro arquiteto também premiado em Londres, que é o Marques Cruz, ããã, que se assume, por exemplo, como um anti-Cisa e é muito interessante, porque ele vai expor o seu ponto de vista e pelos vistos é muito apreciado em Londres. Eeee, vamos ter, portanto, esta primeira semana de aquecimento do festival, temos, temos filmes que vão acompanhar esta ideia que o cinema já propôs a nova arquitetura para o futuro e vamos ter profissionais patrocinados, aliás, pela Ordem dos Arquitetos, para nos dizerem, e é preciso que se saiba que toda a gente pode assistir, basta ir à bilheteira buscar um bilhete e assistir a estas conferências onde, de facto, se**

vai discutir o que é a arquitetura do futuro. Eu suponho que no Porto ainda ninguém fez este trabalho e nós temos muita honra em ter conseguido, portanto, juntar a visão do cinema com a visão profissional dos arquitetos, que se preocupam, de facto, com esse, com esse ponto da arquitetura.

// Nassalete Miranda: **Ainda há quem tenha uma ideia um pouco errada do que é o festival do cinema fantástico, ããã ouvi no… há dias, mais concretamente no último fim de semana, esta coisa do Fantas são só filmes de terror… são coisas que metem medo… são filmes com muitas bolinhas, portanto, para maior de 18 anos. Vamos lá desmistificar um bocadinho o que é, de facto, o festival de cinema fantástico.**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Eu vou desmistificar totalmente e vou dizer que quem ainda diz isso é uma pessoa ignorante. Há vinte anos que nós temos uma secção competitiva, chamada Semana dos Realizadores, onde há filmes de todos os géneros. Temos outra secção, de facto, de cinema fantástico e depois temos outra secção competitiva dedicada aos filmes asiáticos, podem ser fantásticos, podem ser dramas, como podem ser comédias ou outra coisa qualquer. Na questão das retrospetivas, mais de… eu direi apenas um quinto, para aí, será ainda de cinema de terror porque há sempre um bocadinho, há pessoas que gostam desse tipo de, de terror e nós vamos buscá-lo sobretudo aos clássicos, por exemplo, este ano vamos ao Mário Vaba, que é um clássico do (x). Agora, eu direi que dos 500 filmes, quase, que este ano vamos apresentar, a percentagem de de cinema fantástico é ínfima. De facto, na competição de cinema fantástico há o melhor que se faz agora nestes últimos tempos. E também quero lembrar que o cinema fantástico não é só horror. Por exemplo, os "Harry Poters", os "Batmans" ããã, até o filme "O estranho caso de Benjamim Buttom", o que é? É cinema do fantástico, é cinema do imaginário. E portanto é esse cinema que neste momento continua a dar cartas. Estamos numa época de crise económica e o cinema da imaginação é sempre bem-vindo nestas épocas. Já aconteceu nos anos 50, por exemplo, e portanto quem disser que o *Fantasposto* só tem cinema fantástico de horror é uma pessoa ignorante. E eu tenho muita pen,a porque há muita gente que continua sem saber distinguir o que é um bom filme, seja de que género for, de, do género que a pessoa identifica com facilidade. O cinema fantástico não é fácil…**

// Nassalete Miranda: **O cinema fantástico vai dos 8 aos 80 anos ããã e esta edição já vai em 29 anos. É já de calibre e de reconhecimento internacional. Agora, como é que tudo isto começou aqui, ali, na cidade do Porto?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Ããã eu vou já dizer que o Porto é uma terra de gente com iniciativa e quando eu me sentei com o Mário e um amigo nosso, que era pintor, que era José Manuel Pereira, no café Luso, na praça Carlos Alberto, para fazermos qualquer coisa sobre, em cinema, ããã nós arrancámos com uma ideia, que foi depois amparada por um senhor que existia no Porto, que era o Rui Feijó, que era da Secretaria de Estado da Cultura, que nos deu apoio, mais moral do que propriamente monetário, e depois havia o Tiago Carlos Alberto. Na altura fazia, estava a ser ããã ocupado pela Secretaria de Estado da Cultura e portanto nós tínhamos ali um espaço e foi da conjunção de diversos fatores, entre os quais a nossa perceção, e é isso que acho que foi fundamental – a nossa perceção do que era o cinema do futuro - ããã que fez com que o *Fantasposto* fosse logo no primeiro, na sua primeira edição um êxito enorme, porque nós tratámo-lo logo como um grande festival, com cartaz, com convidados, com retrospetivas e as pessoas ããã gostaram daquela ideia. Claro que manter o festival, agora com quase trinta anos, tem sido uma luta que nem sempre é… compensadora nunca foi, mas pelo menos boa para o nosso ego. O *Fantasposto* é extremamente popular, em Portugal e no estrangeiro… Nós estamos, a nível internacional, muitíssimo bem colocados, basta dizer que nós estamos entre os vinte e cinco maiores festivais do mundo… e não é por causa do dinheiro que temos, é por causa do rigor da programação, da qualidade do acolhimento, da qualidade…**

= Nassalete Miranda: **E da afluência do público! Porque as sessões estão permanentemente cheias e são muitas!**

// Beatriz Pacheco Pereira: **A afluência de público, infelizmente, tem-se desvalorizado em Portugal, ããã ter muita gente é com se fosse um jogo de futebol e eu acho que ããã a maldade e a inveja em Portugal às vezes mata. Ããã tudo o que não é feito em Lisboa. E o *Fantasposto* foi alvo, ao longo destes anos todos, de várias tentativas de assassinato político, por exemplo, e nós conseguimos sempre sobreviver porque nós, de facto, temos, neste momento, cerca de 60% de apoio privado, e os privados não vão nessas cantigas de agora ããã, agora és da minha cor apoio-te, agora não és da minha cor**

não te apoio. E nós em Portugal vivemos muito de politiquices baratas. O *Fantasposto* tem sobrevivido sempre e eu acho que ele vai continuar a sobreviver.

// Nassalete Miranda: **Isto porque há coisas fantásticas, como diz também o anúncio. Fazemos aqui apenas uma pequena, a nossa primeira pequena pausa… Vamos ouvir jazz! "The essential dave (x), Indiana". São apenas dois minutos e trinta e três segundos e voltamos já!**

((música))

// Nassalete Miranda: **Regressamos à nossa conversa com Beatriz Pacheco Pereira, aqui na rádio Universidade FM. Ããã e eu repito que, ao levantar o véu, fui dizendo que a Beatriz Pacheco Pereira é uma mulher de emoções. Ããã provavelmente, todas as mulheres são, todo o ser humano também o é, mas uns demonstram-no mais que ou outros. A Beatriz tem uma série de rótulos, não é? É também defensora da cidade do Porto, através das crónicas e é-o e é-o, de facto, sempre o foi, defensora neste sentido que considera de injustiça porque a cidade sofre, muitas vezes, sem ter rigorosamente culpa nenhuma dos rótulos que lhe, que lhe colocam… ããã sofre de uma certa interioridade ããã, sendo uma cidade fabulosa! Sendo uma capital fabulosa! Uma capital toda esta, de toda esta região! Vamos falar um pouco da Beatriz também como escritora. Referi naa na introdução, que é uma mulher também da palavra escrita. Escreveu crónicas em todos os jornais da cidade do Porto, e não só, tem artigos publicados em em publicações, passando o pleonasmo, também estrangeiras, tem contos, tem romances ããã e, por isso mesmo, se chama: escritora! Ããã e também diretora do *Fantasposto*! E também escultora dentro de qualquer, de meia dúzia de meses por aí… Bom e também mulher, e também mãe, e também professora – que é aqui onde eu vou agora pegar, antes de entrar na parte da escritora. A Filomena, eu vou chamar Filomena, eu hoje estou com a Filomena, e eu preciso de esclarecer à Beatriz que a Filomena é minha parceira aqui na rádio *Universidade FM*, quinzenalmente. Portanto nós fazemos aqui a entrevista e portanto, como trabalhamos bastante juntas, mas a convidada é Beatriz Pacheco Pereira, também professora, a aguardar agora a sua merecida aposentação. Uma desencantada da educação em Portugal.**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Êêê ainda bem que me dás oportunidade de falar sobre isto, porque eu acho que, a nível de proteção da classe que mais contribuiu com o seu esforço para a melhoria da educação, sai a classe dos professores… Neste momento eu acho que não há professores felizes. Não sou eu que digo isso, quem dizia isso, por exemplo, era o Lobo Antunes. Não há professores felizes por uma razão muito simples: deixou-se de se ensinar nas escolas. As escolas são vastos campos de batalha; vastos campos de ação social; vastos campos de ocupação de tempo livre, ããã ee acho que houve uma desautorização fatal e eu espero que o estado da educação, nos próximos dez a quinze anos, consiga apagar o mal que, por exemplo, esta ministra e a sua reforma fez às escolas. Nós estamos a ver que, por exemplo, relatórios da OCDE, que são ditos da OCDE, de facto, não são nada. São trabalhos feitos pelo ministério, ããã e esses elogios que… autoelogios acabam por minar mais ainda a credibilidade de toda a política educativa. Eu sou daquelas professoras com trinta e cinco anos de carreira, que nunca fiz, nunca tive outra profissão, mesmo para ganhar o… dinheiro mensal e acho que eu sou daquelas professoras que pediu a reforma antecipada e que vai dar 22,5% ao Estado, depois de ter uma vida de cão… Porque eu andei catorze anos a saltar de terra em terra, e de escola em escola. Nunca me pagaram ajudas de custo, nunca pagaram viagens, nunca pagaram nada. Nunca me pagaram casa, vivia em quartos alugados… Tive uma vida muito difícil enquanto professora e, de repente, vejo que, afinal, o que me pedem não é ser professora; não é ensinar o que sei; não é ter condições de trabalho dignas; não é ter ããã qualidade de ensino e pedem-me para tomar conta de meninos... E portanto estou muito desencantada com a educação em Portugal.**

// Nassalete Miranda: **Pronto, fica mais um testemunho… Nós, infelizmente, sabemos que é verdade. A educação passou de paixão a uma coisa completamente contrária, ããã estamos numa cidade conforme há pouco referiste, também universitária e é preciso que se entenda que maltratar a educação é maltratar o futuro! E queee tem que se trabalhar, nesta área, muito! E tem que se trabalhar o respeito pelos professores, o respeito pela profissão de professor, tem que se trabalhar o bom senso, no sentido de perceber o que se quer fazer com o país, também nesta área da educação. Concordo plenamente com a Beatriz de que o desencanto, infelizmente, vai em crescendo. Mas, eu sou uma pessoa**

positiva, temos que ter pensamento positivo… Isto terá que encontrar um caminho diferente...

= Beatriz Pacheco Pereira: **Mas, deixa-me, deixa-me só, já que estamos numa rádio universitária, chamar à atenção dos nossos estudantes universitários que, aliás, são os meus maiores clientes no *Fantasposto*, que é uma coisa interessantíssima porque, de facto, o *Fantasposto* é feito para pessoas cultas. Ããã eu gostaria que as pessoas se lembrassem que, agora, com concursos de três anos na universidade, a sua preparação, de facto, é muito curta e que se tem mesmo de trabalhar e estudar a vida toda. Mesmo assim, o apreço pelo saber cada vez está mais desvalorizado e qualquer pessoa que se deixe dormir aa à sombra da bananeira, como se costuma dizer, não tem hipóteses de sucesso. Eu conheço muita gente que tirou um curso universitário no tempo em que ele era de cinco, seis anos, eee e que depois se rendeu a uma vida pacata e certinha, sem, sem mérito nenhum e sem produzir nada para a sociedade. Eu acho que o problema de Portugal passa exatamente pela competência e pelo saber e e e pelo reconhecimento do mérito. Porque ter muita competência e muito saber e depois não ter oportunidade de exercer é uma tristeza, não é? Portugal faz-se muito disso. Mas eu acho que os universitários têm de perceber que quanto mais souberem, mais poder eles podem ter.**

// Nassalete Miranda: **Porque saber é poder! É um dos lemas, é um dos lemas também da nossa convidada – Beatriz Pacheco Pereira - que nos trouxe Frederico de Freitas Pavana. É uma faixa belíssima, é grande. Vamos ouvir só um bocadinho, até já!**

((música))

// Nassalete Miranda: **Frederico de Freitas, porquê Beatriz?**

//Beatriz Pacheco Pereira: **Ora bem, eu quis trazer algo que eu gosto muito, que é música clássica, música erudita, e ao mesmo tempo trazer um compositor português e eu só gostaria de chamar à atenção o seguinte: êêê os compositores portugueses de música erudita têm muita dificuldade em gravar, especialmente as mulheres. Não há compositoras de música erudita que gravem com facilidade e isso acontece porque, em Portugal, nós continuamos a desbaratar o talento que temos, repito. E há áreas onde há um vazio total. E o vazio ééé feito, por exemplo, na música clássica, onde as mulheres, de facto, não assumem, não se assumem como compositoras, como pessoas que gravam discos, como críticas de música, como êêê…**

= Nassalete Miranda: **Mas temos uma maestrina… Já é...**

= Beatriz Pacheco Pereira: **Temos uma maestrina feita nos Estados Unidos, temos uma Maria João Pires, também que teve de ir para a Alemanha e depois voltar para Portugal, mas são exceções. São pessoas extraordinárias, mas o grande grosso da comuna não consegue fazer nada. As pessoas que vão para os conservatórios de música acabam como professoras de música, não é? Portanto,eu tenho muita pena que nesta área se consiga tão pouco, ããã gravar e fixar o talento das mulheres portuguesas que gostam de música.**

// Nassalete Miranda: **Ããã a Beatriz Pacheco Pereira estudou também música, estudou também canto e daí também esta sua apreciação pela música. A música é um complemento educacional fundamental, correto?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Fantástico e um meio de escape agora p'ros, p'ro *stress*. Cantar faz bem à alma, faz bem a tudo e mais alguma coisa. Eu acho que…**

= Nassalete Miranda: **Não te vou pedir para cantar (x)…**

= Beatriz Pacheco Pereira: **Não, não, não… Não me peças, porque primeiro estou muito constipada e porque depois, eu já não canto nada de jeito. Já cantei, já cantei música… clássica, já cantei num coro que é do Ciclo Portuense de Ópera, que é uma instituição do Porto, que eu prezo imenso…**

= Nassalete Miranda: **E que precisa também de ser revitalizada...**

= Beatriz Pacheco Pereira: **Exatamente! Já cantei para setecentas pessoas na, no… como solista... Já fiz assim umas habilidadezitas!**

// Nassalete Miranda: **Regressamos ao cinema… Beatriz Pacheco Pereira é diretora do *Fantasposto*, que vai na 29.ª edição… *Fantasposto* que é o festival internacional de cinema fantástico do Porto. Já foram, foi aqui levantado um bocadinho o pano sobre o que vai ser a edição deste ano… Mas o quê que se espera que seja a participação do público... Ããã o que é que se espera que no meio de centenas de filmes aconteça para motivar mais as pessoas para, para esta arte também, porque ver cinema… fazer cinema é uma arte! Será a tal sétima arte. Mas ver cinema, para além de um ato cultural, também é o ato, é arte saber ver um filme!**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Deixa-me que te diga uma coisa... A parte competitiva do *Fantasposto* é constituída pela melhor produção mundial. E digo isto sem problemas nenhuns. Nós trabalhamos com o melhor do cinema americano… Nós temos, por exemplo, o *The Restler* – que ganhou o festival de Veneza – e tenho o (x), fantástico a regressar à sua melhor forma. Temos o melhor do cinema europeu. Temos o melhor do cinema indiano. Temos o melhor do cinema galego… A Galiza, neste momento, tem um centro de produção fantástico e que…**

= Nassalete Miranda: **E cinema português, não?**

= Beatriz Pacheco Pereira: **E vamos ter uma grandiosa retrospetiva de José Fonseca e Costa, que é talvez o único cineasta português que se tivesse nascido noutro país... Ele nasceu em Moçambique, mas ele trabalhou cá, sempre cá... Ããã o único cineasta que podia ter ido para Hollywood e ter feito uma grande carreira… Portanto nós temos muito cinema português. Nós temos cerca de oitenta e tal filmes portugueses este ano e vamos passar também a escolha do ano do *Fantasposto*, ou seja, *A arte de roubar* e *Entre os dedos*, que são dois filmes da produção deste ano, que nós vamos apresentar aos nossos convidados estrangeiros. E é preciso ver que este ano vem cá o Vim Venders, é uma coisa… Vim Venders e (x), são dois nomes incontornáveis, um europeu e outro americano, que vão fechar com chave de ouro. E depois temos também na competência, nas competições, os filmes que os repetivos países enviaram para os Óscares, para seleção para o melhor filme estrangeiro. É preciso ver que a diferença que o *Fantasposto* tem dos outros festivais que se fazem em Portugal é essa mesma. É que nós trabalhamos com o melhor. Nós temos ofertas de milhares de filmes e dessa seleção que é feita penosamente durante o ano todo, feita de contactos com as grandes produtoras europeias, mundiais, nós conseguimos selecionar uma série de filmes, que eu acho que é do melhor que há. E agora também, deixem-me dizer aqui aos nossos universitários que estão a ouvir, se vierem ao Porto passar uma semana intensa de cinema, venham até, venham ter comigo e perguntem-me assim: que filmes é que eu não posso perder? Que é das coisas que eu faço com os meus amigos, porque cada pessoa tem o seu gosto pessoal e é no meio daquelas centenas de filmes, é muito fácil perder o filme, o melhor filme do festival para o seu gosto pessoal, para a sua cultura… E portanto não tenham medo de se aproximar.**

// Nassalete Miranda: **Que filmes é que eu não posso perder, Beatriz?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Olha, eu vou-te dizer que todos os filmes da noite da semana dos realizadores são imperdíveis e, no cinema fantástico, ora depende do gosto que tu tiveres. Se quiseres só imaginação, tens, tens ficção científica, tens, tens horror, tens filmes de, de, de… do… surrealismo, por exemplo…**

// Nassalete Miranda: **Eu sou fã do Michael Rourke, portanto…**

= Beatriz Pacheco Pereira: **Mickey Rourke vem com "The Restler", que é um filme a não perder. Há um filme indiano fantástico chamado (x), que eu gosto imenso… Há um (x), que é fabuloso, hááá… montes de filmes que eu aposto a 100%, que são filmes de grandes prémios e quero lembrar uma coisa. O (x), que está agora na berra por causa dos Óscares, que tem treze nomeações para o seu filme, veio ao *Fantasposto* já duas vezes e é uma descoberta do *Fantasposto* e é a das coisas que eu gosto e tenho um prazer enorme, que é descobrir um cineasta que depois se lança numa carreira internacional. Já aconteceu com outros, por exemplo, com o Pedro Almodovar, por exemplo, e e e eu acho que o *Fantasposto* tem essa, esse cheirinho de sucesso que lhe é dado por uma seleção que antevê os testamentos do futuro e essa parte ninguém nos pode tirar, porque essa é só feita com o rigor de seleção dos filmes e com muito trabalho e muita, muito contacto internacional, por exemplo. E portanto venham ao *Fantasposto* porque é uma semana …**

= Nassalete Miranda: **E quanto custa....**

= **[**Beatriz Pacheco Pereira: **A semana das competições... é fabuloso...]**

= Nassalete Miranda: **Quanto custa vir assistir a filmes no *Fantasposto*?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Bem, o bilhete custa três euros, se não me engano, e portanto… mas há outras modalidades para jovens. Há descontos, há coisas gratuitas, há coisas… e há uma tenda na praça D. João I, que vai passar cerca de duzentos… e é das coisas que eu recomendo aos estudantes: vão à tenda ver os filmes das curtas-metragens de sete ou oito países, que tem a melhor produção que eles têm nos últimos anos em curta-metragem e onde um estudante de cinema pode encontrar toda a variedade e aprender imenso com filmes curtos, de animação, de imagem real. Portanto, se quiserem não gastar nada, mas virem sim ao *Fantasposto*, sentem-se na tenda do espaço cinema, na praça D. João I, e vejam os filmes que lá temos. Para as pessoas saberem que, para se**

fazer bom cinema, tem de se ver bom cinema, e portanto o *Fantasposto* tanto pode ficar gratuito, como pode ficar um bocadinho mais caro. Mas, é lógico que nós também dependemos do nosso público, não é?

// Nassalete Miranda: **Naturalmente. E vai, e vai haver salas cheias como é habitual. Regresso agora à parte da escrita ainda…**

= Beatriz Pacheco Pereira: **Só uma coisa. O *Fantasposto* este ano está espalhado em várias cidades do país, são nove cidades: Aveiro, Coimbra, Viseu, Braga, Lisboa, com a parceria que nós fizemos com a *Zon TV Cabo* e portanto que nós…**

= Nassalete Miranda: **É uma inovação!...**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Nós já o ano passado tivemos essa parceria, este ano expandiu-se. São filmes novos que vêm aí, inclusivamente, por exemplo, o "Remake" do filme que ganhou o ano passado o *Fantasposto*. E portanto as pessoas podem ter um cheirinho do *Fantasposto* em várias cidades do país…**

= Nassalete Miranda: **Recorda-me foi, o este o que ganhou o ano passado?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Este agora chama-se "Guaranteen", mas portanto nós vamos ter um cheirinho do *Fantasposto* em várias cidades do país…**

= Nassalete Miranda: **Talvez pensar para o ano levar, trazer aqui a Vila Real…?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Ããã eu suponho que o ano passado tivemos aí um cinema com filmes do *Fantasposto* e este ano eu acho que não. Não sei agora de memória, mas suponho que não. Mas é a questão das pessoas estarem com atenção. Ããã porque se não está aí, tá, tá perto.**

// Nassalete Miranda: **E depois há informação, também toda a informação na internet.**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Na internet, nós temos sempre o apoio da internet para divulgação. Mas, de qualquer maneira, somos pessoas muito acessíveis, ããã basta telefonar e nós damos a informação necessária.**

// Nassalete Miranda: **Muito bem, Beatriz Pacheco Pereira falou como diretora do *Fantasposto*, que vai na 29.ª edição, sempre a lutar! Ããã, é também escritora como, como já tive a oportunidade de referir. Ããã continua a escrever. A escrita ããã não sei se será uma fuga; não sei se será outra forma de luta com a palavra; não sei se é para combater o inconformismo; não sei se é para dar azo à sua imaginação; não sei se é para mostrar também nalgumas, nalgumas frases e nalguns capítulos o seu lado romântico, porque esta mulher forte que temos hoje como convidada na rádio *Universidade FM* é uma mulher apaixonada! E para isso precisamos de ler alguns contos e descobrir o que tem dentro de si. O que é a escrita para ti, Beatriz?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Era isso tudo que tu disseste e ainda também uma maneira de registar o meu modo de ver a vida. Ããã eu sou uma pessoa apaixonada, de facto, porque gosto de pessoas. Sou uma pessoa otimista. Ããã sou uma pessoa que descobre em pessoas sem interesse aparente ããã pessoas com alguma riqueza interior e esse lado humano fascina-me. Ããã descobrir porquê que nós somos capazes do melhor e do pior, porquê que somos capazes de, de, de, de… de inovações extremas e místicas e das maiores abjeções, como é que se articula o bem e o mal na nossa vida… e isso fascina-me! E a ficção acaba por ser um modo de enquadrar as minhas preocupações sociais, as minhas preocupações humanas… e dá-me um certo gozo. Claro que eu acho que a literatura da imaginação tem um escopo muito mais alargado do que propriamente a escrita realista. E eu sou... seria incapaz de fazer um romance à volta de uma personagem só, que está metida num quarto a meditar. Por exemplo, no cinema acontece com alguma frequência e este cinema de autor a mim não me interessa nada. Na literatura, exatamente a mesma coisa. Eu gosto de criar uma sociedade microcosmos, por exemplo, na, no romance que aí vem.. É uma ficção científica, depois de uma grande catástrofe, que põe o Porto totalmente irreconhecível, mas com pormenores que são facilmente identificáveis.**

= Nassalete Miranda: **O Porto uma sociedade mais uma vez!**

= Beatriz Pacheco Pereira: **Exatamente. Este livro é uma utopia. É uma utopia política. É um livro eminentemente político, de ficção científica na criação de uma sociedade nova, e é o Porto, claro. O Porto é uma cidade fantástica!**

// Nassalete Miranda: **Uma sociedade sem políticos, não?**

// Beatriz Pacheco Pereira: **Não! É uma sociedade extremamente política. A sociedade que eu, que eu imaginei, é uma sociedade política, [**Ana Salete Miranda: **Porque há uma ideia errada de que tudo é política] mas é uma sociedade que deveria se perfeita**

e depois vai-se descobrir que a perfeição, de facto, não faz parte da raiz humana [Nassalete Miranda: **Não existe, não existe]. E portanto... e a perfeita democracia não existe, como não existe a perfeita humanidade.**

= Nassalete Miranda: **É porque não existe...**

= Beatriz Pacheco Pereira: **A perfeita, o perfeito amor não existe... portanto nada é perfeito... (x) às vezes são muito interesantes...**

= Nassalete Miranda: **E por isso é que andamos à procura da perfeição, precisamente porque ela não existe.**

= Beatriz Pacheco Pereira: **Exatamente**!

= Nassalete Miranda: **Se ela existisse, o que é que nós procurávamos?... O que é que nós procurávamos se existisse a perfeição?**

= Beatriz Pacheco Pereira: **A perfeição é aborrecida. [**Ana Salete Miranda: **A utopia...] É a ligeira falha, é a ligeira nuance, é a ligeira variação.**

= Nassalete Miranda: **Que é aí que reside a humanidade.**

= Beatriz Pacheco Pereira: **E é aí que reside afrota, a força dramatúrgica de uma peça de teatro, de um romance, ou de um conto. É nessa imperfeiçãozinha, na variabilidade do ser humano, daquilo que a gente espera e que depois não acontece… ou vice-versa, ou que não acontece exatamente da mesma maneira como a gente antecipava, etc. … Portanto essas variaçõezinhas pequenas da vida humana são absolutamente fascinantes e é isso que eu ponho na ficção. Quando eu escrevo crónica, aí sou um bocado mais concreta e mais realista e vejo [**Ana Salete Miranda: **E mais objetiva...] e reflito, e reflito sobre a minha sociedade do ponto de vista mais social e político, mas aí a intenção é outra.**

// Nassalete Miranda: **Ficamos à espera do *Portugal à espera*. Agora entrávamos noutra, noutra, noutra área e a conversa era interminável. Isto acontece quando se tem, de facto, como convidada uma pessoa fascinante, multifacetada na área cultural, muito humanista, chama-se Beatriz Pacheco Pereira. Ããã tem um currículo fantástico, mas, sobretudo, a Beatriz é uma mulher fantástica do fantástico. Ããã eu gostaria muito de a premiar com o *Messias* de Handle, não há tempo mas fica aqui esta ideia. Ããã e se todos pudermos ouvir um bocadinho o *Messias* de Helder, de Handle, é enorme! Ããã mas faz-nos cair no, no que de melhor tem o ser humano. E é através da genialidade daquele compositor. Muito boa noite, obrigada Beatriz. Nós voltamos daqui a quinze dias, p'ra semana, a conversa é com Filomena Pinto Costa, ou melhor, Filomena Pinto Costa trará um convidado. Muito boa noite, até daqui a quinze dias!...**

(Voz off feminina)

Tanta gente, tanto Douro!

Todas as semanas a cultura da mais antiga região demarcada do mundo chega à antena da Universidade FM.

A região do Douro vista por quem sobe e desce o rio. Os rostos, as vozes e os nomes de quem faz parte do património cultural duriense.

Tanta gente, tanto Douro!

A contemporaneidade e a tradição daquém e dalém Marão, com Filomena Pinto da Costa e Nassalete Miranda. Às segundas da 21 às 22 na Universidade FM. Connosco, convosco.

Reposição: domingo às 10 horas…

5.2. Com interveninentes masculinos

Debate Dia da Europa – Energias. In: *Universidade FM*. 10 de maio de 2010 (duração de 1h13'57'')

(Voz off masculina) Dia nove de maio é o dia da Europa. Associando-se às comemorações, a universidade FM, em colaboração com o centro telemático de documentação europeia da UTAD, promove uma emissão especial alusiva ao tema. Segunda-feira, dia dez de maio, a partir das quinze horas, não perca o debate em direto da Biblioteca Professor Doutor Torres Pereira, com a participação dos professores Eduardo Rosa, Rui Cortes, Nuno Afonso Moreira e Vasco Amorim. Um debate com moderação do especialista em assuntos europeus da Universidade FM, José Paulo Wilson.

José Paulo Wilson (JPW): **Ora então muito boa tarde! Estamos aqui na Biblioteca Professor Doutor Torres Pereira, onde, em colaboração com o Serviço de Documentação e Biblioteca, vamos promover este debate especial sobre o Dia da Europa, com a participação do professor Rui Cortes, do professor Vasco Amorim, do professor Nuno Afonso Moreira e de também do professor Eduardo Rosa, que nos fará uma intervenção no final sobre o programa Erasmus, essa pré-gravada. Eu começaria então por perguntar ao professor Vasco Amorim, quais as metas europeias para aaa as energias renováveis estabelecidas?**

// Vasco Amorim**: Muito boa tarde! Bom, a União Europeia recentemente estabeleceu um conjunto de metas, nomeadamente uma relativamente à incorporação de energias renováveis, portanto, energia a partir de energias renováveis, com o aumento de até 20% da produção. Neste momento, estamos em 8,5% aproximadamente. Portanto isto são dados Eurostate de 2005. Portanto há aqui sempre assim um atraso e é uma meta ambiciosa, que tem de ser cumprida por todos os países da União Europeia. Curioso é que o nascimento da União Europeia, na altura comunidade económica do carvão e do aço, resulta precisamente do fator energia e do fator economia, e portanto da matéria-prima essencial na época para a reconstrução da Europa, que era o aço. Portanto, voltamos, ao fim de bastantes anos, a cair novamente no vetor prioritário que é a energia e, dentro desse. com uma preocupação ambiental. Portanto, os dois vetores essenciais atualmente são a energia e as alterações climáticas, o combate às alterações climáticas e eles são neste momento a ordem do dia. Portanto, esta meta vai ser difícil de atingir porque há enormes problemas associados à conversão energética na Europa, que depois teremos oportunidade de debater, mas há esta curiosidade,depois de muitos anos a debater a integração, social, económica, normativa, voltamos outra vez ao vetor da energia que está na raiz do nascimento da União Europeia.**

// JPW: **Eu também acrescentava que outro dos organismos foi o (X)**

= Vasco Amorim: **Sim. Logo no início, exatamente, também**

= JPW:**Que também deu origem à União Europeia. Eu creio que Portugal neste momento já ultrapassámos a meta dos 9,5%, dos 8,5%, vamos em que ponto?**

// Vasco Amorim: **Bom, o problema normalmente neste tipo de questões é que fala-se normalmente em dois tipos de números: a percentagem de energia renovável na eletricidade, na produção de eletricidade, e aí depende dos anos porque depende muito do vento e da precipitação, portanto para enchimento das fontes hídricas. Nós temos hêê momentos em que conseguimos atingir 30, 40%, hêee picos de 30 a 40% de eletricidade. No que diz respeito à energia primária, que aliás deu origem agora até a um documento de um conjunto de personalidades, digamos a contestar a política governativa, na energia primária esse valor é muito mais baixo. Eu por exemplo tenho aqui um número de 2008 e aaaa percentagem na energia primária de eletrotécnica, de engenharia eletroté, de energia hidroelétrica, eólica, e geotérmica e fotovoltaica, e as duas para 2008 portanto situavam-se em 5,89 e 2,11%, as duas juntas cerca de, não chegávamos a 8%. Na energia primária**

= JPW: **Só para esclarecer, as energias primárias são?**

// Vasco Amorim: **Portanto, são energias base onde depois podemos converter para outras formas de energia. Exemplos de energia: o carvão, o petróleo, o gás natural.**

Portanto, é digamos o consumo primário e a partir daí pode-se usar depois transformações dessa energia e aí pode-se converter sucessivamente em várias formas sempre perdendo perdendo energia porque a eficiência nas transformações está muito longe dos 100%. E portanto e nestes números não contabilizam ainda a percentagem de combustíveis que nos últimos dois, três anos os portugueses têm feito diretamente na compra de combustíveis líquidos em Espanha e também de gás nomeadamente. E portanto, este documento destas personalidades que vêm contestar um pouco o elevado investimento nesta área com poucos resultados a nível da energia primária, normalmente o governo e as entidades que estão a favor deste programa usam a percentagem, que é muito mais favorável na produção de energia elétrica. Portanto, nós na energia primária estamos relativamente longe hêee na energia, hêee na parte da eletricidade, estamos muito bem encaminhados, de facto.

// JPW: **Professor Nuno Afonso Moreira hêee pode-me, pode-nos explicar êee o que é que são as energias renováveis, enfim, quais as fontes de energias renováveis?**

// Nuno Afonso Moreira: **Muito obrigado! Em primeiro lugar ((tosse)), queria agradecer à Rádio Universidade por esta iniciativa, que me parece de todo de louvar. Âaa falasse muito efetivamente em energia e vem óoo, está na agenda do dia e há muito quem fale sobre energia e muitas vezes, se calhar, poderíamos um pouco, acertar um pouco melhor os termos e a forma como falamos de energia e é isso exatamente que nós fazemos âaa ao lecionar aqui na UTAD cursos de energia. Eu diria que a necessidade de energia é crescente e não é uma opção. Todos nós,felizmente com a melhorança, com a melhoria dos níveis de vida e das necessidades da pessoa, consumimos mais energia. Todos nós queremos conforto em nossas casas usando a energia térmica, a energia luminosa, enfim, para garantir o nosso conforto e, felizmente, é cada vez mais espalhado e isso leva, evidentemente, a um aumento do consumo de energia. Âaa eu costumo induzir nos nos nos alunos um somatório de três parcelas, que faz com que aaa as energias renováveis sejam uma realidade e seja uma premência. Por um lado, como falei até agora o aumento do do consumo de energia, essa necessidade, associado evidentemente a um aumento das emissões de gases com efeito de estufa proveniente exatamente da transformação da energia primária em energia secundária aproveitada por nós, mas também uma premência de um aumento de custo que vimos assinalado na última década, sobretudo Portugal na sua âaa... O vetor mais importante de desequilíbrio da sua balança comercial é a energia e portanto temos que olhar para estas três somas âaa e, como disse, aumento do consumo, mais aumento de emissões, mais aumento do custo final, como o engenheiro gosta de classificar numa soma muito simples, é igual ao aumento de energias renováveis. E é neste, agora, neste neste vetor que me foco. Eu, êee no último exame de gestão de energia, coloquei uma pergunta que foi para os alunos comentarem "energia e ambiente são parceiros ou são concorrentes?" E portanto, é uma questão que está no ar e que com a qual poderá eventualmente, no decorrer da da segunda fase desta desta nossa entrevista, vir vir acima e conseguirmos enquadrar todos os aspetos que importa enquadrar. Muitas vezes fala-se sem sem sem conhecimento. Perceber que tão importante como falar de energias renováveis ao ponto do ponto de vista das dimensões, é preciso percebê-las que elas são endógenas, isto é, são produzidas cá âaa e podem ser utilizadas e melhorar também, como eu dizia, o equilíbrio da balança comercial. Podemos dividir as as os recursos endógenos sobre os quais vamos obter resultados de energia em recursos hídricos, recursos eólicos, recursos solares e ainda os de biomassa, êee tão bem falados. Se em relação aos primeiros três, quase sem intervenção humana, a não ser evidentemente as obras de instalação, eles fluem e nós os podemos aproveitar, já em relação à biomassa, é um um um problema um pouco maior pelo qual nós, como universidade agrária e florestal, devemos encarar não como um problema, mas como uma oportunidade. Isto é, a produção de biomassa dedicada pode ser uma das grandes soluções para o nosso, pro setor primário.**

= JPW: **Mas não há uma certa polémica em relação à biomassa, porque também ela promove emissões de dióxido de carbono para a atmosfera...**

= Nuno Afonso Moreira: **Tem razão. = [**JPW: **Para o efeito estufa...] = Eu enquanto engenheiro mecânico, sei bem que do processo de combustão resulta, resultam emissões, mas a verdade é que o ciclo de vida do da da planta absorve essa quantidade emitida e portanto o saldo é zero, pelo menos o saldo é considerado zero. Embora eu defenda, como engenheiro mecânico, que há processos de combustão mais limpos que outros e esses devem ser aproveitados e, sobretudo, promover a eficiência energética na**

utilização desses recursos. Isto é, para uma determinada quantidade de biomassa que nós temos, que sabemos que será geradora de emissões, devemos promover aquelas tecnologias que melhor aproveitam e que aproveitam com maior eficiência esse essa o recurso que ali está, a capacidade energética que tem esse recurso de forma a, enfim, a obter o melhor, o melhor resultado âaa e, portanto, penso que são áreas que felizmente a UTAD viu a seu tempo como importantes, viu que deveria olhar para elas com rigor, deveria preparar preparar profissionais para essas áreas e, por esse motivo, desde há há 2005 que está envolvida em cursos êee de engenharias de energias.

= JPW: **E sobre isso, o professor Vasco Amorim, depois, no final dessa desta transmissão, também nos irá falar sobre o novo curso de engenharia de energias aqui da universidade, mas eu então passava agora para o professor Rui Cortes, que nos vai dar uma versão mais ambientalista de todo este problema. E eu perguntava-lhe, professor, as metas europeias são demasiado ambiciosas, são pouco ambiciosas e se são realistas?**

// Rui Cortes: **Bem ((tosse)), eu sou, antes de mais boa tarde, eu sou mais especialista na parte de recursos hídricos, enfim do que e portanto analiso os impactos ambientais, essencialmente barragens... (x)**

= JPW: **Sim, mas... (x)**

= Rui Cortes: **E outras formas de energia e biomassa e etc., obviamente eu não sou engenheiro florestal, sei o que se passa, mas não estou em termos de trabalho tão diretamente virado para esses aspetos. Mas, eu queria e já que estamos a falar, hoje é o Dia da Europa, não é?**

= JPW: **Foi ontem. Foi ontem.**

= Rui Cortes: **Foi ontem. Bem... ((risos))**

= JPW: **Mas este programa é dedicado (x), tem a ver...**

= Rui Cortes: **Exatamente. Tem a ver com o Dia da Europa. Mas eeee, e nesse sentido eu devo relembrar ou, pelo menos recordar, que a nossa inserção na na a nível da Comunidade Europeia é muito positiva do ponto de vista ambiental. Isto é, existe um rigor muitíssimo maior, através das próprias diretivas ambientais e uma obrigação política sobre os estados membros, especialmente sobre estados ou sobre governos, como é o caso português, em que o ambiente é sempre relegado para segundo lugar. Em primeiro lugar vêm sempre as questões ditas de desenvolvimento económico eee, e portanto, o ambiente é, vem sempre um pouco, é um pouco esquecido e isso não pode acontecer. E de facto, o que eu costumo dizer que realmente Portugal perdeu muito de autonomia política com a integração na União Europeia. Mas ganhou muito do ponto de vista ambiental, porque e enfim o governo português sabe perfeitamente que não pode infringir determinadas as diretivas ambientais, caso contrário, quer dizer, não só Portugal mas todos os outros estados membros, de países em desenvolvimento onde as questões ambientais como disse são relegadas para segundo plano e as coisas têm de ser levadas levadas mais a sério. E neste sentido eu relembrava, isto um pouco para um pouco também para, também não só para criar polémica, mas porque esta a situação de facto é evidente. Portugal lançou recentemente, há cerca de ano e meio atrás, um plano nacional de barragens de elevado potencial energético, que tem este nome completo, e que permitia, enfim, aumentar de maneira substancial, cerca de 30 a 40%, o potencial energético a partir da energia hídrica. E este programa foi objeto de crítica muito acesa por parte das organizações ambientalistas, que fizeram uma queixa à União Europeia e que neste momento corre exatamente na União Europeia a análise dessa situação. E eu faço parte, sou consultor do Instituto da Água relativamente a esta questão da queixa na no na Comunidade Europeia, mas isto independentemente das razões que assistam a estas questões e é evidente que Portugal encara, e o governo português encara com muita preocupação estas estas situações de, porque efetivamente estes programas ou alguns destes programas são feitos ao arrepio das diretivas comunitárias e isso não pode acontecer. Neste caso, na primeira análise, que a própria Comissão Europeia colocou, enfim, entregou a uma empresa internacional a análise desta situação e essa empresa, enfim, constatou rapidamente aquilo que era evidente (x), que Portugal tinha infringido diretivas muito importantes, como a diretiva Habitats, como a diretiva do quadro da água, êee relativamente a este tipo de programas. E portanto, enfim há aqui uma situação muito muito complexa e o governo português sabe perfeitamente isto. Portugal já encaixou cerca deee um milhão e meio de euros a partir da Iberdrola e da EDP com este programa e arrisca-se a ter que devolver o dinheiro, no caso de a Comissão Europeia considerar que de facto que Portugal infringiu estas diretivas. Portanto, como se pode**

ver, é uma situação muito complexa, âaa e também esta é uma situação que deve preocupar êee naturalmente as comunidades locais e viu-se êee todos os partidos, por exemplo em Amarante, que têm criticado a barragem de Fridão, pelas consequências que vai ter para a própria cidade, a cidade é uma cidade muito dependente do rio, fala-se, enfim, não estou a dizer sempre com razão, em questões de insegurança porque a barragem está colocada dois a três quilómetros a montante da cidade, em situação de, é algo que se vê que causa muita preocupação nas pessoas. Eu estava a ver recentemente até esta semana nos jornais regionais que alertavam para a barragem de Taifões, situada naaa... próximo de Ribeira de Pena. E que vai afetar também enfim algumas centenas de habitações, alguns dos locais mais emblemáticos do rio Tâmega, nomeadamente a Ilha dos Amores, que o Camilo Castelo Branco fala nos seus romances. E é um conjunto de situações muito complexas, o próprio, o próprio, na zona própria envolvendo o próprio parque do Alvão, a barragem de Gouvães vai também ter implicações ambientais muito importantes, portanto isto em zona de rede Natura 2000. Êee recentemente sabe-se que a barragem de Pedroselos a ser feita no Bessa, vai pôr em perigo uma espécie emblemática, enfim, da fauna de invertebrados, que é uma margueritífera, que é um bivalve que existe naquela região…

= JPW: **Um bivalve de água doce…**

= Rui Cortes: **Um bivalve de água doce... Enfim põe-se a questão até que ponto isto será mais importante, o mexilhão do que propriamente a construção da barragem. Mas isso só mostra que aquilo que nós considerávamos anteriormente ou Portugal, enfim, espero que ainda não, mas considero como folclore e muitas vezes as questões ambientalistas são vistas por um grupo de fanáticos ou de fundamentalistas, e não. Quer se dizer, nós é que estamos atrasados relativamente à perceção que a União Europeia encara estes assuntos e há a preocupação sobre o ponto de vista da biodiversidade e deste tipo de empreendimentos. Portanto, estas coisas não podem ser encaradas de ânimo leve e se o são, como foi aparentemente este plano nacional das barragens, as consequências são, acabam por ser negativas para Portugal êee e de facto a necessidade de compatibilizar a proteção do ambiente com alguma independência ou a melhoria da nossa independência do ponto de vista energético são aspetos fundamentais. Isto é, estas este exemplo recente, mas haverá muito mais. mostram que a Europa é positiva para Portugal. É positiva porque impõe um conjunto de um rigor muito superior na nos projetos ou nos empreendimentos de maior impacto ambiental e, portanto, enfim. estes assuntos não podem ser encarados de ânimo leve pelo governo que acha que o investimento estrangeiro se deve sobrepor relativamente à degradação ambiental.**

// JPW: **Professor Vasco Amorim, êee no fundo esta questão das das metas europeias para Portugal será que, possível atingi-las com mais polémica num menos polémica (x)?**

// Vasco Amorim: **Sim. ((risos)) Bom, o problema de atingir estas metas tem mais a ver com o processo do que propriamente com o número em si. Como diz aqui o professor Rui Cortes, e muito bem, esta é uma matéria muito complexa porque reparemos no seguinte: a Europa precisa de garantir segurança do ponto de vista energético do abastecimento e da disponibilidade energética. A Europa, embora alguns números apontem para pouco mais de 40%, pode-se aceitar que teremos uma uma uma capacidade de produção endógena na Europa de 55%. Portugal está muito pior, Portugal variam os números um bocadinho entre 83 e 85%, o que como já foi referido pelo professor Nuno Moreira. E o que origina isto? Origina um forte impacto nas contas públicas e no défice e portanto, êee está digamos... o estado económico do país está muito dependente de resolvermos este problema. Já há uns anos atrás, no choque pequeno choque petrolífero de 2000, depois efetivou-se digamos em 2008, com o petróleo, em termos médios, a ultrapassar os cem dólares por barril, êee verificou-se desde 2000 um crescendo na aposta da energia eólica êee para tentar resolver este problema. À partida parece uma coisa simples. O crescimento da energia eólica foi exponencial e prevê-se já na estratégia nacional de energia para 2020 atingir os oito mil e seiscentos mega watts de máximo, dependendo de quê? Dependendo tecnicamente de conseguir absorver a energia produzida, especialmente nos períodos de vazio, super vazio, essencialmente noturnos, e uma das estratégias, há mais uma ou duas, uma das estratégias muito populares e relativamente fáceis tecnicamente é construir barragens. Por isso é que surgiu este plano, que já foi aqui enunciado, e fazer um sistema reversível, ou seja, com bombagem. Quando se faz bombagem em período noturno, essa energia que ou era oferecida aos**

espanhóis a preço praticamente zero, como foi já em duas ou três ocasiões em dezembro passado, porque havia muita disponibilidade em Portugal. Êee nós fomos utilizando essa energia para bombear a água para depois, em período diurno, fazer a geração no plano hídrico. Agora o que é que acontece? Acontece que tem então os tais impactos ambientais, que aqui o professor Rui Cortes já aflorou, e que há muito mais obviamente, nomeadamente na qualidade na água, éee uma coisa que se percebe relativamente bem, porque a água anda para cima e para baixo e não é renovada e continua a escoar nutrientes, produtos químicos, decomposição anaeróbia ao longo das águas. Portanto, a pressão vai ser muito elevada na mesma quantidade de água e acumulada. Portanto, aquilo que parece uma coisa simples e começa com uma ideia lógica que faz sentido, começa a encontrar obstáculos. Cada técnica que nós estamos a utilizar apresenta obstáculos. E portanto, o que se pensa atualmente é que tem que haver um equilíbrio, uma gestão, como diz o professor Nuno Moreira. Tem que haver uma gestão da energia de maneira a ponderar quer os aspetos económicos, quer os aspetos ambientais e todas as dificuldades inerentes. Por isto é que isto é uma matéria muito complexa e que exige uma aprendizagem específica, e por isso é que penso que a UTAD está bem quando, quando promove cursos na área da energia. Portanto, o que é que eu posso, digamos, no fundo, êee para depois também dar oportunidade à continuação desta conversa. Eu diria que é difícil o público em geral perceber estes temas, porque se percebem bem a dependência energética, às vezes não percebem é porque é que uma barragem pode fazer mal. Quando por exemplo temos o rio Douro cheio de barragens e importa referir que as barragens do rio Douro são de fio de água.

= JPW: **São de fio de água…**

= Vasco Amorim: **E portanto têm a desvantagem de não fazerem grande retenção portanto, não conseguem por exemplo controlar as cheias convenientemente, êee porque era desejável que pudessem controlar essa âaa essa essa abundância que nós temos do ponto de vista climático, anos relativamente secos e depois passa para anos muito húmidos. E, portanto, deveríamos procurar arranjar este equilíbrio e o armazenamento de água já de si é um problema, quando é efetuada a bombagem, agrava-se o problema. Portanto, isto vai ser difícil de se fazer. Eu queria dar uma nota só sobre o passado. Êee a década de 50 foi, êee em 1950 portanto, foi uma iniciativa de um plano hidroelétrico nacional portanto, todas as barragens nascem mais ou menos naquele período e depois pararam. Aliás, já há mais de doze anos que não fazemos uma barragem e isso é vendido, entre aspas, politicamente como um atraso. Acontece, e eu vou terminar, acontece que não é uma paragem por desleixo ou por ignorância, é que os 55% que nós atingimos de aproveitamento do nosso potencial hídrico parou quando se verificou que agora a barragem do Côa, a barragem do Sabor e as outras que já foram aqui referidas poderiam trazer fortes impactos ambientais e eu digo, estou aqui a dizer eufemisticamente, poderiam, porque a gente sabe que têm mesmo impactos ambientais, êee nos afluentes do Douro, e estou a falar só porque é uma região onde nós nos encontramos, porque há outras, e que de facto leva-nos a ter alguma precaução, e ter precaução não é, não é um sentimento negativo, é um sentimento muito positivo e que tem fortes impactos também nas populações locais. Portanto, este é digamos o enquadramento de porque é que nós paramos em 55% do potencial e não fomos até ao 80%, como alguns países já foram, e eu, por exemplo, tenho curiosidade e ainda não tive oportunidade de estudar alguns países que foram até 80 ou mais porcento de aproveitamento hidroelétrico, e saber que impacto é que teve no ambiente. Mesmo no coração da Europa, portanto, eu tenho alguma curiosidade sobre isso e não expandi ainda esta área...**

= JPW: **E mesmo aqui ao lado, em Espanha. Eu depois farei essa pergunta ao professor Rui Cortes, mas agora passava ao professor Nuno Afonso Moreira. E perguntava-lhe de facto do que estivemos a ouvirm temos as barragens, temos a energia eólica, temos a energia fotovoltaica, temos a possibilidade da energia das marés, temos a biomassa, temos eventualmente a energia atómica, nuclear êee mas, pelos vistos, cada vez que surge uma solução para o nosso país, que é extremamente dependente dos combustíveis fósseis, temos problemas a implementá-lo.**

// Nuno Afonso Moreira: **Eu penso que sim, mas antes de mais, deixe-me dizer que, como estamos num debate, eu tenho que discordar e portanto, discordo do professor Vasco Amorim quando diz que a energia é um tema complexo. Para mim não é, para mim é um tema até extremamente simples e por isso me leva também a discordar com o professor Rui Cortes. É que a questão essencial é que nós deparamo-nos com um aumento**

do consumo, aumento do consumo esse, aliás toda a atividade humana tem impacto, toda a atividade humana tem impacto ambiental, e nós na energia o que estudamos é a forma como a energia possa vir a ter menos impacto âaa e tem-se vindo a encontrar soluçõesm tal como a eólica, tal como o aumento, por exemplo, da capacidade instalada das hídricas, que vêm a revelar um menor impacto ambiental. E portanto esta é a questão que está em campo, não é a questão se nós devemos ou não criar sistemas de produção de energia renovável. Porque se não criarmos os sistemas de produção de energia renovável êee, vamos ter de a produzir com energia fóssil, cujo impacto é substancialmente superior, isto é, qualquer energia fóssil vai provocar a produção de emissões de gases com efeito de estufa e essas sim provocarão com certeza alterações climáticas. E portanto o que está na mesa não é, repito, não é apenas êee dizer se uma barragem, uma determinada obra, que com certeza causa muito impacto, êee se ela deve ser construída ou se não deve ser construída. No meu entender, o que está em causa é, bom, vimos e verificamos um aumento de do consumo de energia no país e esse aumento de energia é um resultado evidentemente do impacto da atividade humana, é o impacto das melhorias das condições humanas, mas, para além disso, devo dizer que eu sou um grande defensor da eficiência energética, como comecei por dizer e penso que é esse talvez o parente mais esquecido âaa do panorama energético português, é que com a eficiência energética, com a forma mais eficiente de usar a energia, de consumir a energia, nós conseguiríamos poupanças muito significativas e com eventualmente parte da capacidade de produção renovável que temos hoje éramos capazes até de conseguir grandes resultados. Eu posso-lhe dizer que nesse aspeto, não me parece que o estado e os organismos públicos têm andado muito mal. Ainda hoje se constroem novos edifícios, novas escolas com uma eficiência energética muito muito deficiente e portanto não há esse cuidado de perceber que o Estado deve ser o difusor das novas práticas, deve induzir as boas práticas e muitas vezes até nem respeita a regulamentação existente, e portanto daí nasce vetores de desperdício de energia. E esses sim são aqueles que nós devemos atacar, são aqueles onde nós devemos estar …

= JPW: **Mas ó professor, vamos lá ver... É óbvio, há que ter mais êee o aumento do consumo energético é praticamente inevitável. O professor Cortes talvez discordasse de mim, desta afirmação. Mas...**

= Rui Cortes: **Creio que sim ... que é praticamente inevitável...**

= JPW: **Mas o nosso país, o que nós temos visto sempre é que aumentamos a produção em termos de... fazem-se centrais termoelétricas, a carvão, a gás, a petróleo, o que seja, mas sempre fósseis, quando nós temos o potencial noutro tipo de deee energias, fontes energéticas que nunca é potenciado. Porquê?**

// Nuno Afonso Moreira: **Concordo consigo... Âaa um pouco, âaa bom, não é de todo completamente verdade. Nós, no setor eólico, nos últimos cinco anos, observámos uma grande transformação, bom, transformação essa que, a qual nós todos, os clientes de eletricidade, estamos a pagar. É preciso que se perceba que quem paga energia renovável são os clientes de eletricidade e não é o governo que a paga, somos todos nós. O governo apenas enquanto for cliente de eletricidade e portanto na tarifa elétrica somos nós que pagamos o sobrecusto das eólicas. O que se percebe é que também âaa não pode continuar para sempre, isto é, num período atual da escassez de recursos financeiros, não se pode eternamente aumentar o custo dessas ineficiências. De qualquer forma, respondendo, temos o caso da biomassa, o que é que acontece? Acontece que outros países têm os as tarifas de compra de energia elétrica proveniente dessas centrais de biomassa a um nível mais elevado, são países mais ricos que nós, podem pagar a eletricidade verde, chamada assim, mais cara que nós, como é o caso da Itália, da Alemanha. Hoje no porto de Aveiro, carregam-se barcos de biomassa. Bom, o inverso também acontece, uma percentagem muito significativa dos biocombustiveis usado na mistura dos nossos veículos provém do Brasil, o óleo provém do Brasil, e portanto até tem um efeito perverso, enfim. Afinal nós somos cumpridores das metas comunitárias, mas é à custa dos países da América do sul, sobre os quais nós lhe retiramos o óleo e eventualmente alimento, alimento que não seja para animal com certeza. E portanto…**

= JPW: **No caso do Brasil é da cana, não é? Da cana que eles...**

= Nuno Afonso Moreira: **Da cana do açúcar. É o etanol, mas no nosso caso não, é óleo, óleo de colza e óleo enfim de oleaginosas proveniente das oleaginosas, da produção. Na verdade, temos vindo a fazer e aí sim, e aí acaba um pouco a polémica, temos vindo a fazer produtos, novas produções dedicadas as estes combustíveis âaa que fazem com que**

passem a fazer sentido porque, para além do mais, também estamos a ajudar esses agricultores e portanto são atividades primárias muito importantes que podem vir a acontecer aqui. Aliás, a nova, devo-lhe dizer, a nova regulamentação da área da reserva agrícola permite que se possa cultivar com áreas florestais dedicadas a energia e, portanto, são novos patamares de de de oportunidades também para os nossos setores primários. E porque é que não resultou a biomassa? Por isso mesmo, porque em Portugal não é as nossas centrais de biomassa não são centrais de cogeração, isto é, de produção combinada de eletricidade e calor. São só produção de eletricidade, deitando o calor fora, isso faz com que evidentemente nós, uma percentagem muito significativa do recurso que está dentro do recurso florestal, a capacidade calorífica do recurso florestal não seja aproveitada. Noutros países do norte da Europa esse calor é aproveitado, evidentemente para aquecer para aquecer as casas e as residências e aquecer outros, outras indústrias. No caso português não, isso faz com que evidentemente ou a tarifa elétrica era incomportável ou âaa então não é rentável fazê-lo em Portugal. Repare que a biomassa e as centrais de biomassa apareceram para responder a um problema de fogos florestais, não apareceram para responder a um problema de energia, nem de aproveitamento da biomassa. Aliás, tão pouco, qualquer pessoa de bom senso perceberia que não faz sentido nós irmos buscar apenas os resíduos da floresta e não possamos fazer o corte da floresta, evidentemente com novas povoações de florestais. Evidentemente, respeitando a biodiversidade e respeitando a capacidade de regeneração da floresta evidentemente. Mas ninguém perceberia que isso não fosse um desafio p'ra p'ra energia. Âaa ainda assim, posso-lhe dizer que Portugal está bem lançado também para os desafios fotovoltaicos, embora haja uma grande oposição ao fotovoltaico porque causa, aí sim, um grande défice de tarifário na rede porque para pagar um painel fotovoltaico, hoje, por um pequeno painel, paga-se 6,5 vezes o preço da energia elétrica que nós hoje compramos e portanto causa aqui um desequilíbrio económico êee e portanto insustentável nos dias de hoje, nos dia de hoje. E por isso aparecem vozes um pouco dissonantes. Mas é, vozes essas que a maior parte das vezes são rejeitadas até por, mais por economistas do que por engenheiros preocupados com a eficiência energética. Este sim é o nosso grande desafio, e é o desafio onde nós devemos estar aqui centrados, melhorar a forma como usamos a energia, usar a energia com maior valor acrescentado âaa e potenciar os recursos endógenos. Posso-vos dizer que Obama teve uma grande, uma grande frase como, como tem tido muitas, mas uma delas foi "Trocar êee o petróleo importado por empregos nas energias renováveis"/"Oil for jobs" êee e portanto é um desafio que nós devemos pensar, isto é, se nós na nossa região…

= JPW: **Mas lança-nos esse desafio, alguma solução de facto já existente neste momento, exequível?**

// Nuno Afonso Moreira: **São várias as soluções exequíveis, uma delas é a produção dedicada e o apoio exatamente ao setor, ao setor florestal, permitindo que os aproveitamentos, se possam fazer aproveitamentos florestais dedicados a energia com espécies dedicadas a energia. Outras com certeza êee a criação e a a aposta em tecnologias de produção de equipamentos para a eficiência energética, para a produção de energia. Equipamentos esses produzidos em Portugal e que venham evidentemente a fazer a troca de importações de petróleo por trabalhos na área da energia, por fábricas na área da energia, por instaladores na área da energia e, enfim, há um sem fim de soluções,todas elas já comprovadas noutros países âaa, enfim. Dou o exemplo da Noruega, onde 99% da eletricidade é hídrica, evidentemente em 99 eles produzem muito mais. A Noruega é um caso, é um caso típico em que evidentemente eles para além do petróleo e do gás natural em excesso, também têm energia hídrica em excesso. E portanto, aí poderíamos também compará-lo um pouco também com o nosso distrito. Um estudo que eu fiz recentemente êee posso classificar que o distrito de Vila Real é excedentário na produção de energia elétrica, portanto exportamos mais energia eléctrica do que aquela que consumimos. O que é bom, bom gostaríamos talvez ficar com um pouco desta vantagem.**

// JPW: **Uma mais-valia. ((risos)) Professor Rui Cortes, êee barragens, barragens e essa estratégia, agora também falada pelo professor Vasco Amorim, do reaproveitamento das águas, eeee da energia eólica nos períodos de noturnos. O facto é que nós olhamos por exemplo aqui para a Espanha e para a maior parte dos países europeus, como falou também o professor Vasco Amorim, ou a Noruega que tem petróleo e tem gás natural, mas também aposta na energia hídrica e todos eles têm muito mais áreas represadas e muito**

mais, albufeiras muito maiores e barragens com certeza com maiores impactos ambientais do que aquelas que nós cá, às quais nós cá em Portugal nos estamos a opor.

// Rui Cortes: **Bemm êee quer dizer, eu êee concordo aqui com o professor Nuno Moreira, quando ele cita a importância da, enfim, só que compreendo a questão da eficiência energética, êee só que a eficiência energética êee em Portugal não é tida como prioritária porque a eficiência energética não dá dinheiro. E construir barragens, fazer painéis solares, eólicas, etc. dá muitíssimo mais dinheiro. É um investimento importante, a eficiência energética implica, por exemplo, um planeamento urbano completamente distinto. Quer dizer, nós continuamos a fazer parques de estacionamento em muitas cidades. Se olharmos para outras cidades da Europa, para as principais capitais, encontramos parques de estacionamento nas zonas envolventes e transportes coletivos adequados para o centro. Nós não, quer dizer, há aqui uma, o transporte automóvel, aliás é uma coisa curiosa, é que há um decréscimo na utilização dos transportes coletivos, quer dizer deve ser dos únicos países da Europa onde se verifica um decréscimo tão acentuado a esse nível.**

= JPW: **Sim, mas a necessidade de, ó professor, a necessidade de barragens, a necessidade de produção de...**

= Rui Cortes: **Mas repare (x)...**

= JPW: **a energia elétrica não tem haver com esses...**

= Rui Cortes: **Tem a haver, tem haver porque nós estamos a gastar imenso combustível fóssil. Que tinha que haver um planeamento, por exemplo o transporte ferroviário, que poupa imensa energia, designadamente combustíveis fósseis, cada vez mais...**

= JPW: **Mas gasta mais eletricidade?...**

= Rui Cortes: **Nós somos um país, quer dizer proporcionalmente em relação a, por exemplo a nível de emissões, a nível de emissões de dióxido de carbono, nós ganhamos muito mais se utilizarmos o transporte ferroviário do que estarmos a continuar a fazer autoestradas. E ainda por cima se movimentos, etc., já nem vale a pena faler, falar mais sobre esta questão que é terrível, nós continuarmos a fazer autoestradas quando as autoestradas que nós temos não têm movimento suficiente que justifique. E ainda continuamos a ter o pior transporte ferroviário da Europa, da Europa, é do que temos em Portugal. Eu recentemente no passado fui para a Roménia e para a Bulgária, que seria de pensar que a nível de transporte ferroviário fosse uma coisa atrasadíssima, não. Nós estamos êee, oxalá nós tivéssemos transportes ferroviários que têm paíse como a Bulgária e a Roménia. Isto é assustador e continuamos a fazer, a insistir em levar as pessoas até aos centros das cidades no seu transporte pessoal. Portanto, há aqui algo que do ponto de vista, tem de ser a todos os níveis, a nível da educação dos autarcas, etc., a nível de educação dos próprios políticos, que este planeamento que nós temos está a ter consequências catastróficas, designadamente, por exemplo, a construção de shoppings, continuamos a fazer shoppings com desperdícios tremendos de energia e êee com formas que êee, pronto, êee as pessoas habituaram-se a ir ao shopping e querem shopping, querem luz, querem êee transportes e estacionamentos nos locais. E isto, em termos de eficiência energética, é absolutamente errado. Portanto, eu queria aqui salientar que há muito mais para além destes investimentos em termos de energias renováveis e se são energias renováveis é muito difícil, é diferente de serem energias sustentáveis. É diferente! São renováveis, estou de acordo, mas muitas delas não são sustentáveis. Nós temos situações de barragens que... recursos de água que o professor Vasco Amorim já tinha falado nisso, recursos de águas que estão retrofisados. As barragens afetam os usos múltiplos, são barragens para fins recreativos, são barragens para abastecimento público, ficam altamente degradadas. Põem em causa as utilizações dos recursos, do recurso água para outro fim, êee e portanto é necessário êee salientar estes aspetos e é preciso ver que as novas barragens, que são barragens reversíveis, que é um facto, quer dizer, crescem lado a lado com a energia eólica e que tiram partido da capacidade de armazenamento. Mas essas novas barragens reversíveis, do ponto de vista ambiental, como o professor Vasco Amorim falou e muitíssimo bem, traduzem-se ainda sobre os impactos ambientais. Quer dizer, as, estas barragens funcionam tipo marés, isto é, durante a noite aumenta, sobe, a maré por assim dizer, da própria albufeira, porque é turbinado para montante a água da albufeira que vem de jusante. Portanto, atualmente quando se faz uma barragem não se faz uma barragem, fazem-se logo duas, porque a barragem e o contraembalse a jusante para otimizar essa (x). Portanto, temos bombagem**

durante a noite para cima, temos que a água é turbinada para jusante durante, durante o dia nas horas de ponta. Portanto, este (x) esta situação de oscilação da água cria um profundo desgaste nas zonas envolventes, com perda de solo, com aumento de sedimentos da própria albufeira âaa êee, portanto, é só esses aspetos que é necessário ter em conta. Por outro lado, há aqui algo, que sobre o qual se começa a falar, começa haver investigação interessante, eu estou aqui a pôr obviamente aqui de lado ((riso)) de êee, não é que eu esteja completamente contra a construção das barragens, não. Mas isto tem de que ser equacionado, estou aqui a mostrar os aspetos negativos porque o meu colega Nuno Moreira, em grande parte, focou os aspetos…

= JPW: **Ó professor, mas diga...**

= Rui Cortes: **êee**

= JPW: **Se não, se não se devem fazer barragens, na sua opinião não se devem fazer barragens nenhumas?..**

= Rui Cortes: **Não, eu não digo isso, eu não digo isso, eu não digo isso...**

= JPW: **Ou há ainda potencial, há potencial para construir barragens?...**

= Rui Cortes: **Não, eu não digo isso... Aliás, eu devo dizer o seguinte, eu devo dizer o seguinte: eu faço estudos de impacto ambiental, estive no estudo do impacto ambiental da barragem de Foz Côa, estou neste momento na nas várias fases de requalificação da da barragem do Baixo Sabor. Êee portanto, enfim, as coisas têm que ser feitas de maneira âaa, mas achei, até por experiência própria, que os aspetos de minimização de impacto das barragens são são escassos. Não estou a dizer que as barragens não devem ser construídas, estou a dizer que existe uma elevada pressão e eu, quer dizer, o que me custa mais em relação à construção das barragens ou estes investimentos que se fazem em relação, sobre estas formas de energia dita renovável é nós continuarmos a desprezar os aspetos da essência energética. Se nós disséssemos assim: não, estamos a fazer um enorme esforço do ponto de vista de planeamento urbano, do ponto de vista de utilização êee regrada dos nossos recursos naturais, etc. Não, nós continuamos a fazer dispêndio. Aliás, Portugal é dos países que mais gasta em termos de, em termos de proporção do aumento do PIB, mais gasta em termos de energia. Isto é, a nossa eficiência energética é muito mais baixa comparativamente com os outros países e isto é que é absolutamente inaceitável. Portanto, isto leva-nos, aliás repare, este aumento da destas oito grandes barragens, que eram para ser dez, mas houve duas que não ficaram em concurso. Estas oito grandes barragens representam menos do que, vamos lá, 2% do do potencial energético nacional, isto é, e com o crescimento que nós temos a nível de energia, daqui a dois, três anos praticamente...**

= JPW: **Mas há uma dela...**

= Rui Cortes: **Este, estas barragens já... quer dizer o acréscimo do, o gasto de energia que se vai verificar anualmente, daqui a dois três anos praticamente esgota-se, este aumento de, que é obtido em termos de produção hidroelétrica através destas novas barragens. Porque paralelamente não é feito, não é feito nenhum esforço do ponto de vista de eficiência energética isto mostra, nós estamos a destruir zonas de elevadíssima biodiversidade, zonas magníficas, como é o caso do vale do Tua, como o caso do vale do Sabor. Quer dizer que eu poderia admitir se ao mesmo tempo houvesse um grande esforço de contenção, de fazer âaa, enfim, âaa...**

= JPW: **(x)**

= Rui Cortes: **Racionalização, êee construções que otimizassem o mais possível a perda de energia, etc. Isso não acontece e nós continuamos de facto a apostar no automóvel e nas autoestradas e portanto é esta a minha discordância. Repare, por exemplo, só aqui na zona norte (x), aqui o responsável, aqui há quinze dias, da administração da região hidrográfica do norte, que neste momento a parte toda de recursos hídricos funciona de maneira autónoma e portanto que gere toda a parte de recursos hídricos. E dizia-me ele, só de pedidos de licenciamento de mini hídricas, já não estamos a falar em grandes barragens, tem quatrocentos pedidos aqui para a região norte, quatrocentos pedidos, quer dizer, há quatrocentas êee projetos de barragens, de pequenas barragens aqui no norte, mais as grandes barragens. Repare-se o que é que isto vai significar do ponto de vista ambiental. Isto é algo absolutamente incrível e como eu digo...**

= JPW: **(x) Mas serão aprovados todos (x)?**

= Rui Cortes: **Obviamente que não, obviamente que não...**

= JPW: **(x)**

= Rui Cortes: **Mas só mostrará que existe um enorme interesse, porquê? Existe obviamente interesse e investimento nesta área, mas não existe interesse sobre, em termos de eficiência energética, porque isso não dá muito dinheiro. Não é? E esta questão de, que eu creio que Portugal está muito atrasado êee e o governo português muito sensível, quer dizer, há esta bandeira e este estandarte das renováveis. Mas, pronto, não é esse estandarte que vai criar, diminuir a nossa independência, pelo contrário, o aumento de gastos mostra que Portugal está a ter ao longo do tempo, aquilo que nós conseguimos produzir em termos de recursos naturais não compensa, é preciso que se diga, esses gastos. E paralelamente estamos a contribuir, cada vez, mais com âaa destruição dos nossos recursos naturais.**

// JPW: **Professor Vasco Amorim, êee esta polémica em relação às, às barragens, em sua opinião justifica-se a construção deste plano de barragens?**

//Vasco Amorim: **Bom, eu...**

= JPW: **Nalgumas delas?...**

= Vasco Amorim: **Eu não gostava de ser taxativo, acho que há muitas pessoas a analisar e há muitos estudos a completar, porque ainda não estão todos concluídos, portanto há avaliações em curso. Êee e portanto eu não queria ser taxativo, até porque isto seria a forma mais fácil de ser de uma determinada cor, sim ou não, pró ou contra. Eu acho que êee a seu momento devem ser analisados caso a caso e ponderadas as medidas de minimização de impactos que também existem, embora são escassas como o professor Rui Cortes já disse...**

= JPW: **Mas por exemplo...**

= Vasco Amorim: **Mas eu ia querer falar...**

= JPW: **Esse referendo foi lançado como sendo quase um desígnio nacional,**

= Vasco Amorim: **Sim, a solução, a solução...**

= JPW: **Muito importante, etc., mas depois, por outro lado, uma pequena colónia de doze ou vinte mexilhões no rio, no rio Bessa conseguem parar uma das barragens, afinal o que é que nós estamos aqui âaa...**

= Vasco Amorim: **Porque não é só isso, sabe?**

= JPW: **A pesar nesta balança? ((risos))**

= Vasco Amorim: **É que o problema não é só esse, a gente começa por aí e depois soma a qualidade da água e depois basta só pensar na água...**

= JPW: **A qualidade da água parece que não para, mas os mexilhões parecem que conseguem parar...**

= Vasco Amorim: **Não, tudo somado pode fazer, de facto, parar. Pode, pode mesmo fazer parar, porque se as pessoas de facto não tiverem água potável, êee naqueles anos de seca, ter água à vista e não a poder utilizar e não podendo ser tratada, porque há casos em que ainda é possível tratar a água, mas há outros em que já está tão deteriorada que já não é possível êee portanto recuperá-la, e depois os impactos ambientais sucessivos e outra coisa, que não falámos aqui, já agora, embora eu ia falar de outra solução que não fosse a bombagem, mais duas soluções, aliás. Há um aspeto importante. Reparem no seguinte: se um determinado conselho, não vou particularizar, faz uma aposta ao longo das últimas décadas, no sentido de um turismo ecológico, no sentido de, por exemplo, de culturas que tenham uma, uma, uma cultura biológica, uma cultura adaptada aos locais em que se vão inserir, que evitem tratamentos químicos, por exemplo, nas vinhas, se houver aumento de humidade como se prevê, vão ter que aumentar o número de tratamentos na vinha o combate do oídio e do míldio. E portanto isso vai alterar a economia da exploração e o produto. Há muitos aspetos, basta ler os relatórios de impacto ambiental e é um conjunto de fatores muito elevado. Êee agora do lado do tal prato da balança, a força económica e o dinheiro que eleger é muito grande, e é uma tecnologia dominada, digamos. A construção da barragem apesar da sua dimensão e tudo que lhe está associado é uma tecnologia madura e portanto por isso é que as pessoas adotam essa solução. Mas eu ia falar de outras duas funções, que estão em curso e que me parecem também muito interessantes. Uma, que será a curto e médio prazo, está relacionada com um aspeto que também não falamos aqui, e já que estamos a falar de eficiência energética, eu também concordo que é absolutamente importante que é a questão no setor dos transportes, isto é tudo muito bonito investir em energias renováveis, mas não entramos no setor dos transportes porque está dependente dos combustíveis fósseis a menos que, e aí, bem, há um plano de mobilidade elétrica e de aposta nos veículos elétricos. E não há só este programa, mas êee este parece ter mais**

pés para andar e tem muito apoio político, com acordos com grandes construtores, no sentido em que sermos uma região piloto na entrada desses veículos. Claro que a entrada desses veículos depende das redes de abastecimento. E aqui é que se torna aquilo que, em defesa da minha tese, eu acho que isto é um problema que continua a ser complexo porque tem muitas vertentes e muitas ligações. Repare no seguinte...

= JPW: **Sim, um amigo meu e eu ainda há pouco tempos estivemos a falar da da energia elétrica e dos carros elétricos que têm de ser abastecidos. Um amigo meu comprou um carro a GPL e ainda neste momento, uma tecnologia que tem trinta anos, (x)**

= Vasco Amorim: **Também tem problemas... ((risos))**

= JPW: **Tem problemas em encontrar uma bomba em alguns sítios para se abastecer...**

= Vasco Amorim: **É mais ou menos a mesma coisa, com a diferença que o GPL nunca teve, digamos, o apoio que parece que o veículo, que a introdução do veículo elétrico vai ter, para cumprir exatamente metas, as metas também no setor dos transportes. Repare no seguinte, vamos imaginar que existem, e problemas novos, imaginem que vamos ter dez mil veículos, que vão a num estádio de futebol para um jogo decisivo, como foi por exemplo um recentemente, êee se dez mil veículos elétricos se juntarem em volta de uma estádio para abastecimento, isso vai gerar problemas técnicos específicos de abastecimento daquela nova carga, que é uma carga móvel, ao contrário das nossas residências, das das infraestruturas, que já estão instaladas, são um aumento de cargas fixas na rede. E vai apresentar uma nova, uma grande novidade, é o veículo elétrico móvel e portanto a carga vai mudar de sítio. Isso já está neste momento em estudo êee e, mas tem uma grande vantagem, é que de facto as pessoas não andam de carro de noite, regra geral, tirando muito poucas exceções. A maior parte anda de dia, o que dá a possibilidade, já também como existem nas nossas habitações a utilização de tarifa bi-horária, aliás muito pouco utilizada, apesar de tudo. Também temos a possibilidade de êee utilizar o veículo automóvel elétrico, nomeadamente para cerca de oitenta de tal porcento das deslocações, em Portugal são inferiores âaa a quarenta quilómetros, portanto é um valor de quilometragem muito baixo e que o veículo elétrico, como segundo carro atualmente, poderia corresponder, e durante a noite poderia ficar a carregar. E a carregar quem é que ia abastecer? Por exemplo, por exemplo a tal energia eólica produzida durante a noite que tem pouca carga. E agora aqui estava uma pequena alternativa, ou pelo menos uma ajuda, para não se necessitar tanto de bombagem nas barragens, uma grande ajuda, na medida em que se prevê que os veículos elétricos venham de facto a entrar no mercado com, com, com bastante penetração. É, pelo menos as expectativas são muito elevadas. A terceira via para fazer menos barragens em sistema de bombagem, para aproveitar a tal energia eólica, porque o crescimento da eólica neste momento está dependente de arranjar uma alternativa, não, aqui não há dúvidas nenhumas. A terceira via, que é mais arrojada e vai demorar mais algum tempo, será a produção de hidrogénio a partir da eletrólise, claro que a eletrólise também não tem emissões...**

= JPW: **O caso da água, não é?**

// Vasco Amorim: **Não, antes de chegar aí, antes de chegar aí... É só a produção do hidrogénio mesmo êee, e portanto teríamos a possibilidade de facto se houvesse veículos ou células, portantos as células de combustível de também ser utilizados na indústria automóvel. No entanto as soluções ainda estão numa fase em que precisam de mais investigação e são ainda bastante caras e portanto, para já, parece que essa não era o destino imediato do hidrogénio. O hidrogénio ia ser utilizado como vetor energético, numa fase em que se guardava energia naquele, naquela forma para depois ser utilizada numa outra via. Uma possibilidade seria, por exemplo, ejetar nas atuais redes de gás e portanto, no fundo, enriquecer as redes de gás, que também têm problemas a seguir, porque os equipamentos estão preparados para um determinado conteúdo energético e portanto eee a obrigar a determinado tipo de afinações técnicas. De qualquer forma, essa via êee também é uma via que nós poderíamos e deveríamos apostar mais, do ponto de vista científico, porque também não tem emissões e êee pensa-se que em 2030, 2040 o hidrogénio venha a ter um papel importante na nossa sociedade porque tem também uma série de problemas técnicos êee...**

= JPW: **Nessa altura, provavelmente já não há petróleo portanto... ((risos))**

= Vasco Amorim: **Nessa altura, tudo vai parecer bom ((riso)). Quando faltar petróleo tudo vai parecer bom...**

= JPW: **Em relação a isso porque em mil novecentos e setenta, era miúdo e já se dizia que seria nesta altura, em 2010, que ía deixar de haver petróleo.**

[Vasco Amorim: **Tem-se descoberto mais algumas jazidas.]**

= JPW: **Nós somos quase da mesma idade e passamos a vida toda a ouvir isso...**

// Vasco Amorim: **É verdade, tem-se descoberto mais jazidas de petróleo, é verdade, e algumas, que já foram descobertas e são muito ricas, não se, precisamente, olhe, não se exploram por questões de natureza ambiental. Êee**

= JPW: **No Alasca?**

= Vasco Amorim: **Nomeadamente, no Alasca, haveria muito mais e ainda vamos descobrir certamente mais. Aliás...**

= JPW: **A pressão, a pressão para as explorar é muito grande...**

= Vasco Amorim: **É verdade, é verdade, como é lógico, porque o dinheiro manda como diz aqui o (x). Ora bem, só uma palavra final para a parte da eficiência, como diz aqui o professor Nuno Moreira, de facto o Estado é de facto um dos, um dos piores exemplos porque não há ninguém dedicado, dentro das estruturas do Estado, a fazer uma, uma fiscalização entre aspas, auditorias energéticas. Por isso é que eu acho que os nossos alunos da UTAD poderão vir a ter um papel muito importante êee no mercado de emprego, êee mais uma das funções que haveria, para além da sensibilização das populações através das agências de energia. Outra via, que também me parece muito adequada, êee para os nossos alunos integrarem porque dominam todas estas vertentes e, de facto, há algumas licenciaturas e mestrados, que são específicos, têm dificuldade em perceber toda esta gama de de temas, de relacionamentos entre as várias áreas e todos os desafios técnicos. Portanto, é preciso de facto, e isso já se descobriu há algum também na Europa, que é preciso formação específica para tratar este assunto, porque tem muitas vertentes, como vimos aqui neste bocadinho. Num bocadinho falámos já de de um, um conjunto de, de, muito amplo de áreas, que vai desde a química à mecânica, da eletrotécnica âaa [**= JPW: **Ó professor!] às alterações climáticas...**

= JPW: **Depois no final...**

= Vasco Amorim: **Sim, sim...**

= JPW: **Ímos dar a última volta nesta fase do programa e depois no final o professor irá, nos irá falar só...**

= VascoAmorim: **Posso-lhe só dar-lhe uma última deixa energética. Uma coisa que tem piada nas escolas. As escolas novas, que já foram recuperadas e portanto foram êee isoladas, tiveram caixilharia nova, tiveram um conjunto variado de melhoramento descobriu-se o seguinte: são mais eficientes, mas gastam mais energia. Porque antigamente ((risos)), os alunos estavam na sala de aula com frio, levavam mais roupa, êee tinham menos conforto efetivo e agora têm muito mais conforto, conseguem estar praticamente de manga curta no inverno, mas a escola gasta mais energia. Ora aí está um paradoxo engraçado.**

// JPW: **E há muitos, há muitos nessa área... E agora perguntava precisamente ao professor Nuno Afonso Moreira qual a resposta para a sua pergunta à bocado aos seus alunos? É uma resposta de sim ou não taxativa ou é dependia da forma como eles iam fundamentar a resposta?**

// Nuno Afonso Moreira: **Com certeza que sim, o exame não é exame de escola deee êee escolha à América sim ou não ou então talvez. Âaa é claro que sim, a energia e ambiente, repare, êee ao produzir energia está a âaa, ao consumir energia, a ter que a produzir está a provocar emissões. A resposta era nós, técnicos de energia, nós, engenheiros de energias, estudamos as formas que melhor potenciam a eficiência da produção de energia, isto é, produzir a mesma energia com menos emissões. E por isso eu pus essa essa pergunta. Mas deixe-me lhe dizer que discordo de alguma forma, eu sou um grande defensor enquanto, enquanto êee enquanto investigador nesta área da energia, sou um grande defensor das barragens, porque entendo que as barragens, de todos os processos que aqui vejo, e repare nós estamos hoje sentados à mesa satisfeitos porque alguém nos anos cinquenta fez as barragens que temos, satisfeitos porque temos bons índices de, bons índices de produção renovável e porquê? Porque nos anos cinquenta alguém as fez. Âaa é evidente que tudo isto causa impacto, nós nesta sala que aqui estamos, nesta magnífica biblioteca, se ela não estivesse cá, estava antes um campo, que tinha uma fauna e uma flora espetacular. Agora, é evidente para podermos fazer este, este programam temos de ter estas instalações e estar aqui. E portanto, me parece que êee temos que esperar do do mal o menos. Uma palavra também... Foi assinalado aqui**

exactamente êee o veículo elétrico. Para o setor da energia, o veículo elétrico o que vem trazer é uma mudança de consumo de energia. Êee eu tenho ouvido falar em muitas em enormes vantagens do veículo elétrico, mas ainda não responderam a uma... Bom, nós não vamos deixar de consumir energia, o que vamos é transferir para o setor elétrico, alguns dizem, com melhor eficiência energética, alguns dizem, eu repito, êee porque não sei âaa se o ciclo total da energia, desde a primária até à utilização do veículo em energia mecânica, que nos faz movimentar de um lado para o outro, se todo o ciclo está garantida âaa âaa melhoria da eficiência. Recorde-se que os veículos vão aumentar cerca de 20% do seu peso e qualquer êee entendido...

= JPW: **(x)**

= Nuno Afonso Moreira: **Percebo, percebe que existe uma lei da conservação do movimento e portanto nós temos que meter mais energia para movimentar mais peso e portanto traz-nos, desde logo, algumas, algumas dificuldades. O que me dizem é: ah, nós vamos aumentar o consumo elétrico, mas também vamos aumentar a produção de energia renovável. E eu digo aumenta-se a produção de energia renovável? Ainda bem. Se não aumentarmos o consumo elétrico, melhor ainda, vamos ter menos fósseis. E portanto, êee é um pouco andar êee um pouco à volta da publicidade e daquilo que nos querem, para onde nos querem levar. Âaa não há dúvida que tem os seus, tem os seus benefícios êee...**

= JPW: **A propósito dessa questão, a propósito dessa questão de para onde nos querem levar êee... Construíram-se várias centrais de fósseis, nomeadamente as de gás natural, por exemplo, e uma de carvão, em Sines, se não estou em erro. Êee e durante muito tempo, a EDP, pelo menos era acusada pelos, pelos ambientalistas e por alguns académicos, de que tornava a vida complicada, nomeadamente às eólicas e às mini-hídricas. Acerca de dez, quinze anos atrás nas ligações de alta tensão à rede porque ainda tinha de rentabilizar as centrais térmicas que tinha construído. Êee este tipo de obstáculos, isto é concreto êee, na sua opinião?**

= Nuno Afonso Moreira: **Bem, há uma lei, há as leis dos mercados que se regulam. Eu não diria tanto, eu não diria tanto.**

= JPW: **Mas professor...**

= Nuno Afonso Moreira: **O problema é real...**

= JPW: **O foto voltaico...**

= Nuno Afonso Moreira: **Correto...**

= JPW: **De facto, neste momento, as renováveis são, são em termos de eficiência económica e termos de custos económicos, são de facto mais caras de produzir do que o fóssil?**

= Nuno Afonso Moreira: **Com certeza que sim. E por isso eu defendo, no setor da energia, eu defendo o que deve haver é uma eficiência económica da energia, é evidente balizada pela, pelo seu fator de impacto com certeza. É preciso que ao longo do tempo, nós façamos uma evolução de impacto ambiental positivo na energia e aí estou do lado do professor Rui Cortes, completamente. Dizendo que é preciso fazer uma análise, qual a evolução no tempo? À medida que o tempo for passando, o impacto da energia seja menor... Mas também não sou defensor de grandes cortes ou de cortes abruptos. Repare, se a nossa energia em Portugal fosse toda produzida êee por energia renovável, ela seria muito mais cara. A nossa indústria não tinha a mínima hipótese de competir nos mercados globais, e portanto há aqui um misto e eu defendo que, repare, Portugal teve em 97 a primeira central de ciclo combinado a gás natural da Europa, porque, até então, o gás natural não era competitivo comparado com outras êee, com outras energias e também fez com que o projeto de gás natural, da introdução do gás natural em Portugal, fosse uma realidade. Àaa e portanto desde aí, âaa fizemos mais, mais algumas e estamos, temos evidentemente êee projetos para fazer, uma série doutras que estão um pouco em banho-maria devido, claro está, a esta crise de, sobretudo, de financiamento e crise de incerteza que faz com que os novos projetos abrandem um pouco. Mas perspetiva-se que sim, que venham a existir bastante mais centrais de ciclo combinado, essas sim produzem energia elétrica muito barata, que é necessária para a indústria. Do ponto de vista estritamente industrial e de competitividade da nossa indústria, só existe a preocupação de ter a energia elétrica barata, e a energia elétrica barata é por centrais de círculo combinado a gás ou êee por energia nuclear. E portanto, introduzia também o tema da nuclear, repare-se que a nuclear ajudava Portugal âaa a obter, a chegar aos aos objetivos de Quioto, porque a nuclear não tem emissões, não tem emissões de CO2, não é**

renovável com certeza, mas conta zero para as emissões, enfim ou quase. Âaa é verdade...

= JPW: **Não tem emissões, mas tem resíduos...**

= NunoAfonso Moreira: **Com certeza que sim, com certeza que sim, tem muitas e inúmeras desvantagens, tem muitas e inúmeras desvantagens, com certeza. Eu não tenho êee uma âaa a minha opinião... Aliás, tenho uma opinião... é de que Portugal hoje já tem energia nuclear. Portugal hoje, 8% da energia elétrica portuguesa vem produzida...**

= JPW: **De França...**

= Nuno Afonso Moreira: **Não só França, mas também Espanha. Nós temos duas barragens à porta da nossa fronteira, teríamos os efeitos, não temos é as vantagens...**

= JPW: **Duas centrais, duas centrais...**

= Nuno Afonso Moreira: **Duas centrais, não temos, não temos é as vantagens do do custo barato da da da energia nuclear, e portanto este é uma balança que... muito difícil, êee o que tem acontecido é que a nuclear, a energia nuclear não é um assunto dos técnicos da energia. Tem sido um assunto da opinião pública, tem sido um assunto de política, muito mais do que um assunto de energia. Se passasse a ser um assunto de energia ou se porventura eventualmente fosse, era muito mais simples, era muitíssimo mais simples, provavelmente instalavam-se centrais nucleares. Se fosse uma questão de energia, porque fazia com que a energia elétrica fosse bastante mais barata, criava segurança de abastecimento no nosso "mix" êee, portanto na mistura dos vários, dos vários intervenientes e portanto fazia com certeza grandes vantagens ao setor da energia. É evidente que tem aspetos ambientais, aspetos da opinião pública, aspetos de risco, como comunidade, que importa avaliar e, com certeza, têm sido avaliados.**

= JPW: **Sim, em termos económicos, de facto, a energia nuclear, tanto quanto eu sei, é assim, se não é a mais barata, é pelo menos uma das mais baratas. A energia elétrica francesa, precisamente, porque eles têm, se não estou em erro, 75 ou 80% da produção vem de de de centrais nucleares, êee mas de facto a maior parte dos países europeus não seguiu por essa via e alguns dos outros até já estão a fechá-las, como a Alemanha, se não estou em erro...**

= Nuno Afonso Moreira: **Havia planos para fechar, havia planos, havia. Olhe que a Holanda tem duas centrais em plano...**

= Rui Cortes: **(x) Exatamente, e muitas pararam...**

= JPW: **Professor Rui Cortes, defende a opção nuclear ou não?**

= Rui Cortes: **((risos)) Eu, eu creio que... eu lembro-me de ter visto, por acaso em Espanha recentemente, em Barcelona havia uma, uma, havia uma exposição âaa, enfim sobre o desastre de Chernobyl êee, altamente impressionante, porque o que lá aparecia era... nós sabemos a catástrofe e a quantidade, as centenas de mortes que aquilo ocasionou ao longo do tempo, mas aquilo que mostrava era exatamente uma série de esqueletos de rãs, de folhas das árvores... aqui na zona até é por vezes algumas dezenas ou centenas de quilómetros de Chernobyl, e que evidenciava as mutações que, que houve inclusivamente. Pronto, para além das fotografias dos bebés e dos adolescentes e uma coisa terrível também do ponto de vista mutagénico, ass próprias âaa... Enfim, todos os elementos da natureza, desde os invertebrados às plantas, êee às árvores, exibiam sinais dos efeitos da radioatividade que ocasionou, como se sabe ruturas nas cadeias de DNA, e portanto isso é logo um fator de mutagénese êee extremamente elevado. Quer dizer já não é o desastre em si, é todo âaa, enfim, as aldeias, as vilas, as cidades absolutamente desertificadas. Neste momento, à volta de Chernobyl êee, e quando digo à volta...**

= JPW: **É um cordão de segurança...**

= Rui Cortes: **Há um cordão de, em que há cidades absolutamente abandonadas, desertas...**

= JPW: **(x) Cem quilómetros...**

= Rui Cortes: **Que tinham... Cidades de setenta, oitenta, noventa mil habitantes absolutamente desertas e êee é assustador. E todos os efeitos que lá estão êee, a contaminação dos aquíferos, os efeitos que tem, que teve para uma zona agrícola, é todo uma área de, enfim com praticamente metade da área de Portugal, metade da área de Portugal, ocasionada por uma, uma central, uma só central... E nem foi... E houve ali uma fusão do reator e portanto nem foi a fusão dos múltiplos reatores que apresentava que desertificou o equivalente à área de Portugal, à área de metade de Portugal, isto é absolutamente extraordinário. Portanto, eu creio que isso, só por si, mas eu não quero ser ((risos))... Eu claro...**

= JPW: **Eu também não queria...**

= Rui Cortes: **Por exemplo em relação às barragens... Mas então não se faz barragem nenhuma? Não, não se faz rigorosamente nada êee, põe-se sempre essa questão, como é que é? Como é que a gente vai viver? Etc. Pronto, não podemos ser "manicaístas" do, enfim, tá bem e tá mal e as coisas não são assim, completamente certas e completamente erradas. Portanto, temos de ter uma visão e por isso é que estamos aqui numa universidade e temos de ter um espírito crítico em relação a tudo, não é? Êee isso a ver ponto de vista, a minha opinião é que o que eu defendo, do ponto de vista das barragens, é o uso múltiplo. As barragens que só são vocacionadas para uma determinada forma e que, por exemplo a produção hidroelétrica, e não têm em conta o resto, por exemplo a nível de fornecimento da água para barragens, para, perdão, para a agricultura, portanto para rega, e que não têm em conta todos os outros múltiplos usos, fins de abastecimento público, fins turísticos, etc. Quer dizer, não interessam. Portanto, a minha, a minha perspetiva é efetivamente que as barragens devem procurar obter a maximização dos aproveitamentos que podem ter. Portanto, essa, essa é a minha âaa... Agora sabendo, à partida, que nós dizemos assim, e há bocado perguntava-me, então, mas não há mecanismos para minimizar esse impacto? Esses mecanismos muito são complicados. Ainda há pouco tempo nós estávamos a estudar aqui o efeito das barragens, de êee aqui de Foz Côa, da barragem de Foz Côa, em termos de... êee estamos na fase de recate, ou seja, uma fase em que temos de indicar todos os mecanismos de minimização de impactos. E a proposta que eu tinha, por exemplo, no caso dos peixinhos, os migradores não passam, não passam as barragens e e e, por exemplo, no Douro, temos uma série de dispositivos, as chamadas exclusas para os peixes, as exclusas de (x), e nenhuma delas funciona. Aliás, a EDP, inclusivamente, já cancelou essas mesmas, esses mesmos dispositivos. Noutros casos há elevadores para os peixinhos. Âaa quer dizer, e de facto na Europa praticamente nenhum dispositivo funciona com eficiência, eu dizia pura e simplesmente, quer dizer... que o temos de fazer é pá, o que temos de fazer é capturar os peixinhos por pesca elétrica e não sei quê e transportá-los para um troço, para uma zona de reprodução acima da barragem. Êee isto mostra como é que nós, como é que os impactos são dificilmente minimizáveis, quer dizer se nós queremos ter alguns migradores, na minha opinião, em vez de estar a fazer coisas maquiavélicas, com grandes dispêndios e custos, mais vale apanhar os peixinhos no estuário, êee os migradores e transportá-los de camioneta, para irem condicionados com oxigénio e etc. e largá-los mais acima. Mas isso...**

= JPW: **Professor...**

= Rui Cortes: **Mas isto mostra a dura realidade que temos, em que a minimização é de facto muito complicada, de tal maneira que os mecanismos cada vez mais utilizados são, desse ponto de vista, por exemplo das barragens, em que perde tudo, quer dizer como é que a gente vai minimizar uma zona de elevada biodiversidade que é um vale, com vegetação ribeirinha, onde nós sabemos que é onde está concentrada uma grande, elevada biodiversidade, que é exatamente esta zona de transição entre o ecossistema aquático e o ecossistema terrestre, como é que a gente vai minimizar isto? Portanto, como eu lhe dizia, de tal maneira isto é difícil que êee a própria êee cada vez mais introduz um mecanismo de compensação. Isto é, uma determinada área é destruída, é submersa, portanto é uma coisa completamente diferente êee e tem de ser substituído por um mecanismo de compensação num outro sítio qualquer. Por exemplo, repare-se agora no Algarve, estão-se a introduzir os linces como mecanismo de compensação da construção de uma barragem, neste caso na hidroeléctrica, da barragem do Alto (x) para fornecimento de água ao barlavento algarvio. Mas repare-se que a ideia é um pouco esta, perde-se a natureza de um determinado local e vamos tentar recuperá-la num outro local. E isto dá uma ideia de dificuldade que temos de minimização de impactos e pronto para não monopolizar aqui esta discussão toda...**

= JPW: **Até porque temos mesmo de terminar...**

= Rui Cortes: **Já basta aqui o meu colega Vasco Amorim ter dito, ter...**

= JPW: **(x)**

= Rui Cortes: **Ter ((risos)), eu só queria relembrar uma coisa muito rápida, que é este facto, algo que nos preocupa (x) de facto as barragens minimizam ou diminuem a quantidade de dióxido de carbono para a atmosfera, mas as barragens retrofisadas e portanto as coisas têm de ser todas analisadas...**

= JPW: **Eu estava-me a lembrar disso há bocado...**

= Rui Cortes: **As emissões de metano que é muito mais, que absorve muito mais os infravermelhos...**

= JPW: **Têm efeito, têm um efeito muito superior...**

= Rui Cortes: **Portanto, uma barragem retrofisada é capaz de aumentar não o dióxido de carbono, mas o metano para a atmosfera que, por sua vez, se retém muitíssimo mais...**

= JPW: **E o próprio dióxido de carbono (x)...**

= Rui Cortes: **Tem um efeito de alteração da própria, da própria temperatura muito mais devastador. Portanto, isto é algo que, pronto, que merece a nossa preocupação e e e de facto, já não estou a falar nos efeitos que as barragens têm em zonas muito distantes, por exemplo na orla costeira. A erosão da nossa orla costeira deve-se em grande parte à construção de barragens. Os sedimentos já não chegam na orla costeira...**

= JPW: **Professor, agora temos mesmo de terminar, que eu tenho de passar ao professor Vasco Amorim, para lhe dar o seu tempo de antena final, a falar, para que nos fale do curso, do novo curso de engenharias da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.**

= Vasco Amorim: **Bom, eu queria dizer primeiro que nem é o meu tempo, é o nosso tempo, o nosso, porque a universidade êee insere-se num panorama nacional e numa estratégia energética e, até diria mais, europeia. E portanto, os alunos que saem da nossa universidade êee têm à sua disponibilidade cursos que têm esta preocupação nesta vertente e a engenharia de energias de primeiro ciclo e agora o futuro mestrado também em engenharia de energias. E tem também disponíveis mestrados em clima e alterações climáticas e mestrado em gestão de energia. Portanto, nós temos um leque, já não vou falar de um conjunto de cursos que também são afins, mas estes três cursos, eu diria, que são muito importantes para integrar um mercado de trabalho crescente que já todos nós percebemos, do ponto de vista estratégico, do ponto de vista político, do ponto de vista económico, ponto de vista de segurança energética, são fundamentais para o futuro. E o nosso curso, digamos, tem três vertentes essencialmente, temos obviamente a compreensão técnica dos mecanismos já tradicionais, por isso é que o nosso curso não é engenharia de renováveis, porque no mercado ainda existem 80, 90% as energias tradicionais, que vão continuar a ser necessárias porque precisam de substituir rapidamente as intermitências das renováveis. Portanto, nós precisamos, até porque demora a mudar o paradigma da sociedade, portanto, precisamos de conhecer bem nesta área, depois temos uma outra área de energias renováveis e também na área da eficiência energética. Portanto, estas três vertentes e nas renováveis temos, quer na ótica do fotovoltaico até ao painel térmico, portanto e da aerodinâmica dos parques eólicos, da gestão etc., portanto, nós temos um leque muito variado de temas que é necessário dominar para ter uma visão completa. No caso do mestrado, quer no de gestão de energia, quer no de engenharia de energias, temos inclusivé também uma unidade curricular ligada à energia nuclear. Porque os nossos alunos podem perfeitamente entrar numa empresa espanhola que tem no seu "mix", portanto, no seu conjunto de produção energética, também energia nuclear. Portanto, nós não podemos excluir esta componente, se Portugal vai ou não entrar, isso vai ser uma decisão e uma discussão mais para a frente. Portanto, mas a UTAD está posicionada para responder aos desafios europeus e obviamente também são de Portugal. Portanto, acho que há aqui boas perspetivas de nos integrarmos e de colaborarmos positivamente para o desenvolvimento económico êee e para também para a investigação, porque isto também são áreas puras da investigação e portanto, vai no futuro, vamos ouvir falar dos nossos futuros licenciados e mestres em engenharia de energias.**

// JPW: **Hum, ok, obrigado professor. E agora eu pedia ao estúdio que introduzissem o professor Eduardo Rosa, que nos vai falar precisamente sobre os programas de mobilidade europeia êee, nomeadamente o Erasmus e a participação que a universidade tem tido, tem tido nesse tipo de projetos. Senhor professor, quais os programas de mobilidade em que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro está envolvida?**

// Eduardo Rosa: **O programa mais importante dentro das mobilidades quer de alunos, quer de docentes é o programa Erasmus. Para além do programa Erasmus, temos o Leonardo Da Vinci, que é também um programa que não se fala muito, curiosamente, mas que permite colocar os alunos em empresas e desenvolver estágios de curta duração em empresas ligadas às múltiplas áreas de ensino que, que nós temos aqui na UTAD. Temos**

algumas situações dessas, em parceria até com a Universidade do Minho, e temos alunos que curiosamente são colocados em empresas internacionais, o que é de facto uma mais-valia para o currículo desse, desse aluno. O programa Erasmus é um programa já vastíssimo, só para uma nota relativamente ao programa a nível europeu, no espaço europeu, é um programa em que participam cerca de 90% das universidades europeias e têm uma amplitude e uma abrangência muito grande. E fez o ano passado, atingiu os dois milhões de mobilidades neste momento de alunos e prevê-se que em 2012 atinja os três milhões de alunos de mobilidade desde o seu início. Portanto, é um programa de facto com um impacto muito grande. O programa Erasmus permite não só a mobilidade de estudantes, mas é também uma forma de os docentes se mobilizarem e essa é também uma das intenções do programa, de permitir que os docentes desenvolvam iniciativas de ensino noutras universidades internacionais e daí beneficiem dessa, dessa experiência também. Uma outra nota relativamente ao Erasmus é que é muito utilizado nesta, nesta temática, mas permite também a mobilidade de funcionários. Ou seja, se nós tivermos funcionários na universidade que queiram aprender e perceber o relacionamento de algumas estruturas noutras universidades eventualmente no próprio gabinete de relações internacionais, na área de ensino, da organização, da receção dos alunos nas universidades e etc. Há espaço também para fazer candidaturas específicas no âmbito da mobilidade de funcionários. Existe também uma outra iniciativa e a UTAD tem eee através de mim próprio participado neste programa, que são chamados programas intensivos. O que é um programa intensivo? É um programa desenhado com um conjunto de universidades, sempre mais que quatro ou cinco, no espaço europeu também e que permite que se façam cursos de uma duração cerca de duas semanas, todos os anos, em cada uma das universidades participantes e nesse curso participam os alunos de cada uma das universidades parceiras e também os docentes, ou seja, juntam-se numa determinada universidade parceira e lecionam durante duas semanas com a participação, portanto, dos vários docentes de cada uma dessas universidades. E os alunosm portanto, beneficiam dessa experiência num curso intensivo que normalmente tem, eu diria, um filosofia de ponta em termos de educação, em termos de ensino. Ou seja, as metodologias de ensino, os programas são muito mais êee diferentes e muito mais inovadores que aqueles são dados quotidianamente nas universidades, portanto, é quase uma experiência que, que se vai realizando e se vai otimizando todos os anos entre este conjunto de universidades e, felizmente, nós temos este curso, mas gostaríamos também de crescer no número de cursos dos programas intensivos que se podem dar na nossa instituição, nos vários domínios científicos. Portanto, é também uma das áreas de potencial crescimento na universidade. O programa Erasmus é, de facto, uma ferramenta que encerra um conjunto de iniciativas que são êee muito dinamizadoras no no sistema de ensino europeu.

// JPW: **Neste momento quantas pessoas, alunos, professores estão envolvidos?**

// Eduardo Rosa: **Estão envolvidos, envolvidos neste programa êee... Nós começamos em, no ano de, no ano de 99, êee quando eu tomei posse e, vamos lá, esta equipa tomou posse wm 2002, tínhamos cerca de cinquenta e seis alunos em mobilidade e cerca de doze ou quinze docentes. Hojem estamos em cerca dos duzentos alunos em mobilidade portanto, ou seja, duzentos alunos que recebemos e outros tantos que enviamos, cerca de quatrocentos alunos, e cinquenta e três professores no último ano, concretamente cinquenta e três docentes. É um objetivo que ainda não é aquele que tínhamos fixado, portanto o nosso objetivo era chegar às duzentas e cinquenta mobilidades, isto é, basicamente cerca de 5% dos nossos alunos e setenta e cinco docentes, ou seja, cerca de 15% dos docentes. Pronto, eu acredito que esta meta é possível, que abrandou um pouco, ou seja, este objetivo não foi atingido este ano letivo porque o processo de Bolonha nos últimos dois anos criou alguma entropia. E porquê? Porque os cursos, a estrutura de cursos mudou, as unidades curriculares mudaram e foi difícil a certa altura perceber as estruturas de mudanças de cada uma das universidades parceiras e depois estabelecer as equivalências específicas nestas mobilidades. Portanto, os alunos só podem frequentar os cursos êee nas universidades parceiras se, de facto, houver desde logo uma equivalência ou processo de equivalência, não é? E isto não foi muito linear nos últimos dois anos face a esta mudança imposta pelo processo de Bolonha e, portanto, criou-se aqui alguma dificuldade em atingir esta meta dos duzentos e cinquenta alunos. No entanto, devo dizer que a UTAD é a segunda maior universidade neste momento âaa, a segunda maior universidade em termos relativos com alunos de Erasmus. Temos outras universidades que têm mais alunos, mas proporcionalmente têm muito mais estudantes em, em, na sua**

globalidade. Portanto, a UTAD é, de facto, já foi líder, hoje, este ano já não é, mas é de facto uma universidade que mantém uma dinâmica muito elevada naquilo que é a mobilidade do programa Erasmus. Esta, aliás, foi uma aposta da UTAD êee no momento em que esta equipa tomou posse, em 2002, e fixamos o crescimento do programa Erasmus como um dos objetivos. Um dos objetivos porquê? Porque é um passo para a internacionalização, porque os alunos que recebemos, os alunos que enviamos são mensageiros da qualidade do ensino que nós praticamos na universidade e também através dos docentes. Portanto, o contacto de, com docentes de outra universidade e o facto de também recebermos docentes de outras universidades na UTAD permite estabelecer aproximações entre, entre os colegas e desenhar depois outros, outras cooperações e, portanto, é o princípio de uma internacionalização e portanto creio que a universidade está num bom caminho âaa. Esta equipa termina portanto as suas funções dentro de muito pouco tempo, mas creio que deixamos a universidade num caminho em termos de dinâmica deste programa e de boas perspetivas de crescimento se êee, se continuarem a fazer as aproximações e parcerias com as universidades internacionais. Uma nota também sobre que áreas é que nós temos mobilidades e para que países. Por exemplo, os alunos que mais nos visitam são, efetivamente, os alunos espanhóis, porque o idioma é muito mais fácil e estão aqui quase na fronteira. Embora, alguns sejam de Valência, de zonas bastantes distantes da fronteira e da nossa universidade. Contudo, aaa mobilidade de alunos para a universidade de Espanha é a mais numerosa. E nas áreas da agronomia, de ciências naturais, veterinária, particularmente, são cursos que são reconhecidos em Espanha com muita qualidade, onde ensinamos com índice de aulas práticas muito acentuado, coisa que não acontece em Espanha, por isso os alunos que vêm passam a mensagem para os seus colegas e voltamos a ter portanto, esta, esta regularidade de alunos êee espanhóis. Portanto, é uma boa imagem que temos, que temos de passar. No entanto, recebemos também alunos da Polónia, da Turquia, de França concretamente, da República Checa. Há aqui uma grande proximidade com estes países relativamente pequenos, à nossa escala, de leste e êee os alunos que enviamos êee são essencialmente para a República Checa, para aPolónia, para a Espanha e para a Roménia, em áreas como o desporto, as engenharias, a economia, essencialmente, e depois letras, ciências da comunicação, etc. Portanto, penso que a universidade tem aqui uma diversidade de mobilidades bastante elevada face às áreas científicas e aos cursos em que atuamos. Julgo que, como digo, a perspetiva é de continuarmos a crescer, e de vir a chegar aos tais duzentos e cinquenta alunos que há, digamos, o nosso desiderato, num espaço de um, dois anos no máximo.

// JPW: **Falou no programa Leonardo da Vinci?**

// Eduardo Rosa: **O programa Leonardo é um programa que não tem sido também muito divulgado, portanto o Erasmus é um programa que quase está institucionalizado nas universidades parceiras. O Leonardo da Vinci exige, desde logo, uma predisposição das universidades em terem parcerias estratégicas com êee empresas e que exista uma grande proximidade entre a universidade e as empresas para que, desde logo, as empresas estejam recetivas a receber alunos estagiários no seu sistema de produção e se a universidade não tem essa dinâmica, se não tem esses contactos, dificilmente também consegue enquadrar depois, dentro das nossas universidades parceiras, alunos que queiram fazer aulas práticas ou estágios nessas empresas. Acho que não temos, e em Portugal, genericamente, é um programa que não tem tido muita dinâmica porque as universidades portuguesas, genericamente, há exceções naturalmente, genericamente não têm esta ligação forte às empresas e isso é, é uma situação que tem que ser corrigida muito rapidamente da, da ligação das universidades às empresas para criarmos esta, esta aproximação, para criarmos um clima de parceria forte e que as empresas se disponibilizem, quase sem serem questionadas, âaa a acolher alunos nos seus, estagiários nos seus sistemas de produção. A partir daí, os alunos, nossos ou de outras universidades, podem de facto inserir-se nesse, nesse quadro. Um exemplo, a antítese disto é, por exemplo, a Holanda e em França, nas escolas chamadas superiores agrárias, em que os alunos têm mesmo uma parte do seu curso é feito em local de trabalho, em empresa. Ou seja, faz a sua formação académica, mas simultaneamente faz o contacto, desenvolve estudos, vê sistemas de produção, portanto, é um aluno muito mais ligado à componente prática, há o sistema de produção. E os bons alunos são, são, são convidados a ficar em empresas. Estes estágios são extremamente enriquecedores do currículo do aluno, embora também o Erasmus em si. O aluno que faz mobilidade Erasmus, também no seu**

currículo, e de acordo com a estatísticas, tem um taxa de empregabilidade superior àquele que não faz Erasmus. Depois destas, depois de feita uma amostragem à empregabilidade, à taxa de empregabilidade dos Erasmus, comparado com os alunos que não fazem Erasmus, o que se verifica é que os alunos que, de facto, fazem Erasmus têm uma maior empregabilidade superior. Não sei se isto desde logo caracteriza o tipo de aluno que está disponível para sair, para fazer novas experiências, mas é um facto. Há inclusivamente alunos Erasmus que fazem um período de estudos de seis meses,mas que depois ganha aquele alan e fazem um ano. Quando de facto o programa apenas incentiva alunos apenas para um semestre, não é? Mas veja que há muitos alunos que querem ficar também aqui na universidade ou que vão para outras universidades e que se disponibilizam eles próprios a pagar o custo relativamente ao segundo semestre, que não estava inicialmente contemplado. Âaa a experiência é de tal forma enriquecedora que há esta aptência por grande parte dos alunos de quererem frequentar mais um semestre para além daquele que é normalmente instituído.

// JPW: **Ok. Então voltamos aqui à Biblioteca Professor Torres Pereira, onde estamos a fazer esta emissão especial, em colaboração com os Serviços de Documentação e Bibliotecas da UTAD, êee o especial Dia da Europa 2010. E eu tenho agora aqui David Jesus, que é o responsável, digamos assim, pelo Centro Telemático de Documentação Europeia da UTAD e eu começava por lhe perguntar quais as razões para que os Serviços de Documentação e Biblioteca tenham promovido este debate?**

// David Jesus: **Antes de responder à pergunta, quero começar por fazer um agradecimento quer aos nossos convidados, quer à universidade, pela participação e pela disponibilidade que tiveram para a realização deste programa. Relativamente à pergunta colocada, portanto, ela insere-se, portanto o debate insere-se no Dia da Europa, dia nove de maio, que este ano teve as comemorações oficiais em Matosinhos, com um programa que se estendeu do dia sete ao dia nove. Por outro lado também, este debate insere-se dentro da missão dos Serviços de Documentação e Bibliotecas.**

// JPW: **E (x) uma segunda pergunta, o que é o Centro Telemático de Documentação Europeia da UTAD? E quais são as suas competências?**

David Jesus: **O Centro Telemático de Documentação Europeia da UTAD é um serviço de referência que pretende disponibilizar, de uma forma rápida e eficaz, o acesso à informação da União Europeia, portanto à informação comunitária, disponibilizando de uma forma virtual de modo a poder contribuir para estudos e documentos na área da, da União Europeia.**

// JPW: **E como é que nós podemos aceder ao centro telemático?**

// David Jesus: **Podemos aceder ao Centro Telemático através, portanto, da página dos Serviços de Documentação e Bibliotecas, em que depois tem um link que dá acesso portanto à página do Centro Telemático ou através da própria página também da UTAD, em serviços, pode também depois ter acesso ao centro telemático.**

//JPW: **E a partir daí, lá estão disponíveis toda...**

= David Jesus: **Sim, sim, toda a informação...**

= JPW: **Toda a informação...**

= David Jesus: **Neste momento está em reestruturação também a página, êee portanto, mas de qualquer maneira está disponível desta forma.**

// JPW: **E foram recentemente efetuadas algumas alterações na Biblioteca Professor Doutor Torres Pereira, biblioteca central, e em que é que consistiram?**

// David Jesus: **Eu queria só acrescentar uma coisa, que o Centro Telemático, neste momento, tem praticamente onze anos de existência, foi criado no dia 8 de julho de 1999. É um ponto a focar. Relativamente às alterações, elas são mais de índole gestionária, organizacional êee, portanto de organização dos espaços, em que houve uma fusão, portanto alguns serviços, nomeadamente os serviços dos setores das bibliotecas, em que temos um núcleo constituído por cinco vertentes, que é o centro telemático, o centro do INE, que é considerado um ponto de acesso do INE, portanto na rede RIBES.**

// JPW: **Que é o Instituto Nacional de Estatística...**

// David Jesus: **De estatística, que é a rede RIBES, que é rede de informação do INE em bibliotecas do ensino superior, em que existe um protocolo do INE com as instituições do ensino superior, nomeadamente universitário e politécnico, em que o INE faculta um conjunto de informação relativamente às estatísticas oficiais nacionais. Desse núcleo heterogéneo, temos também a Emeroteca, que disponibiliza portanto informação de periódicos, não de índole científica, é um local aprazível também de leitura; temos**

também a videoteca, que transitou para os serviços de documentação, portanto este núcleo heterogéneo, vindos do setor dos audiovisuais sediado portanto no edifício da reitoria, e temos também o CERTIC, que é virado para utentes com necessidades especiais.

//JPW: **Ok. Muito obrigado! Então terminamos aqui, daqui da Biblioteca Professor Doutor Torres Pereira, este especial Dia da Europa 2010, que fizemos em colaboração com os Serviços de Documentação e Bibliotecas. Muito boa tarde!**

Entrevista realizada por Luís Mendonça a Pedro Silva Pereira.
In: *Universidade FM*. 2 de setembro de 2009 (duração 41'21'')

Luís Mendonça: **Vamos ter hoje connosco, aqui na Universidade FM, o ministro da presidência Pedro Silva Pereira, do qual agradeço a presença aqui nos nossos estúdios. Esta entrevista vai também ser alvo de publicação no jornal *A Voz de Trás-os-Montes* hummm e senhor ministro, há quatro anos, eu não sei se foi nessa cadeira, se foi no meu lado, que teve aí sentado há cerca de quatro anos depois de já de já ser embuçado como ministro e fez-nos aqui uma série de relatórios, aqui uma série de propostas, de ideias que o Partido Socialista tinha. Passaram-se estes quatro anos, um pouco mais até, ããã estamos com um enorme desemprego… Estamos com um país cheio de dificuldades… o quê que correu mal nesta, nesta governação do Partido Socialista?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, esta governação do Partido Socialista teve que enfrentar um tempo de muitas dificuldades. Por um lado, recebeu uma situação muito difícil, do ponto de vista orçamental e económico e enfrentou com sucesso essas dificuldades. Todos sabem que o governo do Partido Socialista tirou Portugal da situação de défice excessivo, que era a situação que tinha encontrado, quando chegou ao governo. Para além disso, tínhamos uma situação de rutura absolutamente na Segurança Social pública, pondo em causa as reformas, as pensões dos portugueses e não para um futuro longínquo, para um futuro muito próximo. E o governo do Partido Socialista enfrentou essa dificuldade pondo a Segurança Social pública também livre dessa situação de alto risco. É claro que estas medidas difíceis não tiveram necessariamente um impacto na economia, que pudesse permitir que a economia crescesse extraordinariamente, mas mesmo assim, a verdade é que até ao início desta crise internacional, a economia portuguesa foi sempre crescendo e convém recordar: crescendo puxada pelas exportações, como deve ser, puxada pelas exportações e depois também pelo investimento. E de facto, quando chegou a crise financeira global, a economia estava a crescer perto de 2% e o desemprego, que tinha subido, estava numa tendência de redução, já estava nos 7,3 % a meio do ano de 2008. Depois o que aconteceu em 2008, o mundo inteiro sabe, só a oposição em Portugal é que faz de conta que não sabe! Uma crise global que arrastou para a recessão os Estados Unidos, a Rússia, o Japão, os grandes países da Europa, todos os países praticamente do mundo. E isso foi o que aconteceu. Ora, o que se passa é que o governo enfrentou também essa nova dificuldade que veio de fora, procurando apoiar as empresas, a economia, proteger o emprego, apoiar as famílias e a verdade é que essa intervenção, muito suportada também por um aumento do investimento público e sobretudo aquele investimento público mais imediato (em escolas, em energia, em redes de nova geração, equipamentos sociais…). Esse investimento público provocou uma alteração da situação, de tal modo que Portugal foi dos primeiros países da Europa a sair da situação de recessão técnica.**

E hoje mesmo, enfim, nestes últimos dias são conhecidos dados do INE que revelam que a confiança está a recuperar. Isso significa, portanto, que de facto nós tivemos que nos confrontar com uma situação económica e internacional muito difícil, mas estamos a conseguir superar essa situação e o pior que podia acontecer nas próximas eleições legislativas era agora mudarmos de rumo, andarmos para trás, tornarmos a hesitar e pormos em causa este processo de recuperação em que Portugal se encontra já.

// Luís Mendonça: **Mas, tem consciência que as famílias, que todas as famílias de certa forma, estão, foram prejudicadas ao longo destes quatros anos ou foram afetadas com esta crise e às vezes, na altura de votar, muda-se porque desta forma não se está bem!**

// Pedro Silva Pereira: **Sim, com certeza. Não direi ao longo destes quatro anos, mas particularmente nestes últimos dois anos em que existe a crise internacional. Mas aí, do que se trata é de levar as pessoas a compreender que esta não é uma situação específica de Portugal, é uma questão global… Não se deve à ação do governo, porque então o governo seria responsável pela recessão em todos os países da Europa e do Mundo, e portanto ããã eu julgo que os portugueses saberão avaliar, e aqueles que dizem que esta crise internacional não passou de um "abalozinho", estão a faltar à verdade aos portugueses. E acho que os portugueses perceberão essa realidade e perceberão que quem está em melhores condições para vencer a crise, para puxar pelas energias do país, para mostrar combatividade e força para conseguir superar esta situação, é uma vez mais o Partido Socialista e o seu líder, o engenheiro José Sócrates.**

// Luís Mendonça: **Nós, nesta conversa, certamente, vamos falar mais do nosso distrito, mas eu não não consegui deixar de vir para esta entrevista com, com, com a chamada de atenção que lhe vou fazer que é a seguinte: o Octávio Gonçalves foi meu colega há bastantes anos, quando eu também tava no ensino e era professor, e eu fui durante dez anos professor, e portanto via o Octávio como uma pessoa interessada e preocupada pela escola. Como é que foi possível este governo pôr pessoas como o Octávio a liderar um movimento aqui de Vila Real, que é uma pessoa daqui da nossa região, contra o governo com "mails" que ele faz agora violentíssimos que eu não via nesta pessoa, que eu conheci enquanto colega de de de aulas… Uma pessoa capaz de ter estas críticas tão violentas contra este governo do Partido Socialista e de José Sócrates. O quê que aconteceu? O quê que vocês fizeram? O quê que este governo fez aos professores, que os deixou tão mal impressionados com a vossa governação?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, quem adota esse tipo de atitude e essa linguagem violenta, às vezes insultuosa, como refere, é que tem que responder e assumir as suas responsabilidades. Eu o que digo e para mim isso é muito claro, julgo que será cada vez mais claro para os portugueses, é que nestas eleições legislativas está em causa uma opção fundamental, entre um governo de centro esquerda, liderado pelo Partido Socialista, e um governo de direita, liderado pela doutora Manuela Ferreira Leite. Eu não vejo, sinceramente, o quê que, a partir de um ponto de vista de esquerda, se pode ganhar com a vitória da direita! E esse tipo de intervenções, objetivamente estão, neste momento, a contribuir para criar condições para uma possível vitória da direita. E portanto a nossa responsabilidade é apelar a todos, sobretudo aqueles que defendem também a escola pública, no sentido de que é importante que o Partido Socialista vença estas eleições. Com certeza que há muitas divergências e haverá discordâncias, em particular em relação a alguns aspectos que têm que ver com o estatuto dos professores, o seu regime de avaliação, mas eu penso que todos também reconhecerão que o governo fez um grande esforço no sentido da qualificação da escola pública, da melhoria dos seus resultados, de combate ao abandono e ao insucesso escolar, de correção de um erro histórico de abandono do ensino profissional, de qualificação do ensino básico, com a escola a tempo inteiro, com refeições, com plano tecnológico de educação, agora com a modernização do parque escolar… Eu penso que isto são testemunhos mais do que eloquentes de que o governo está comprometido com a qualificação da escola pública. E portanto não vejo nenhuma razão, para quem verdadeiramente acredita no futuro da escola pública, que não possa fazer uma avaliação global do, da ação do Partido Socialista também no setor da educação e compreender que nestas eleições o que faz menos sentido, para quem defende a escola pública, é apostar num governo de direita.**

//Luís Mendonça: **Os professores que votaram no Bloco de Esquerda nas últimas eleições e que são, têm ligações ou que são simpatizantes do Partido Socialista, acha que não o vão fazer desta vez, para as legislativas?**

// Pedro Silva Pereira: **Eu tenho confiança que não. As eleições europeias são diferentes das eleições legislativas. Nas eleições europeias, naturalmente, a margem para o exercício do voto protesto, não estando em causa diretamente a governação é maior. Eu penso que essas pessoas compreenderão que o que está verdadeiramente, agora, em causa é a questão da governação, são as políticas globais do país, as políticas sociais, as políticas para o investimento e para a modernização da sociedade portuguesa, e não vejo que faça sentido, para quem realmente deseja que a escola pública avance, que vá confiar na direita para isso, quando a direita é o que está a dizer justamente é o contrário, quanto ao futuro da escola pública.**

// Luís Mendonça: **E então vamos aqui para o nosso distrito saber o quê que o eleitor do nosso distrito, a pessoa que reside aqui, tem a ganhar sendo o Partido Socialista, de novo, o vencedor das eleições?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, eu penso que há dois aspetos decisivos. Em primeiro lugar, é o investimento no desenvolvimento do distrito de Vila Real. Julgo que todos reconhecerão que nunca houve tanto investimento a acontecer no distrito de Vila Real e na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, em particular, e em primeiro lugar, nas acessibilidades, porque nós concluímos a A24, preservámo-la como uma autoestrada sem portagens, ao contrário do que pretende o PSD; concluímos a A7, tão importante também para atravessar horizontalmente o distrito e servir particularmente os concelhos de Ribeira de Pena e de Vila Pouca de Aguiar, mas servindo, naturalmente, também todo o distrito; agora o túnel do Marão, a autoestrada transmontana, a concessão do Douro**

interior com o IC5 e o IP2. Estes investimentos a que poderíamos depois somar os outros que são também relevantes para esses concelhos, particularmente, a variante de Valpaços para Mirandela, de ligação ao IP4. Estas, estes investimentos são investimentos muito importantes numa questão crítica para o distrito de Vila Real, acessibilidades! Mas, a verdade é que estes investimentos não são apenas nas acessibilidades. Houve um grande investimento no setor da energia, da energia eólica, da energia hídrica, está em desenvolvimento o grande complexo hidroelétrico do Tâmega, com um investimento muito vultuoso e a garantia de acesso à criação de muitos postos de trabalho para o distrito. No setor do turismo, nunca houve tantos novos projetos turísticos em desenvolvimento como aqueles que aqui estão a acontecer e portanto, do ponto de vista do investimento, que cria emprego, mas também aquele investimento que proporciona infraestruturas, tou a pensar nas águas e no saneamento, a empresa das águas de Trás-os-Montes e Alto Douro foi criada pelo Partido Socialista, são cerca de 150 milhões de euros de investimento só no distrito de Vila Real.

Ora, o que nós dizemos, portanto, é isto: o Partido Socialista está a investir no desenvolvimento do distrito de Vila Real. E a aposta do Partido Socialista no investimento público serve o desenvolvimento desta região. O corte do investimento público, preconizado pelo PSD, é contrário aos interesses de desenvolvimento da região.

Depois, há uma segunda componente, há um segundo aspecto que é aquele que diz respeito às políticas sociais. A diferença entre o Partido Socialista e o PSD é também muito clara do ponto de vista das políticas sociais. Nós reforçámos as políticas sociais! Reforçámos as políticas sociais no apoio aos idosos. E nós somos um distrito muito envelhecido e o apoio aos idosos é muito importante. Criámos o complemento solidário, 8 mil idosos do distrito estão a receber o complemento solidário. Isto significa para 40% desses idosos, um valor superior a 100 euros por mês de aumento dos seus rendimentos. Ãáã, criámos o programa do conforto habitacional, também para intervir em questões de habitação relevantes para os nossos idosos, e ainda um investimento muito importante na rede de cuidados continuados para idosos independentes, que não existia, pura e simplesmente, há uns anos atrás. Ora, esta lógica de reforço das políticas sociais, ãáã que é muito importante, ãáã também faz a distinção entre o PS e o PSD e portanto o voto no Partido Socialista é um voto no reforço destas políticas sociais; o voto no PSD é um voto no recuo do estado social, como aliás ficou evidente no programa que o PSD acabou de apresentar.

// Luís Mendonça: **Ao falar de estradas tem sido o Partido Socialista criticado por, pela situação das portagens. Ãáã porquê que não se consegue fazer uma autoestrada sem portagens, quando foi isso de certa forma anunciado que seria uma autoestrada sem portagens, esta autoestrada entre Amarante e Bragança?**

// Pedro Silva Pereira: **Não, isso é uma falsa questão.**

= Luís Mendonça: **Há o tunel que se compreenda (x)...**

= Pedro Silva Pereira: **A questão era conhecida, não tem nenhuma surpresa, é questão muito conhecida e tem uma explicação muito pontual. Ãáã, de facto trata-se apenas de, nesse caso concreto, de um troço que tem plena justificação visto que se trata de uma obra especial.**

= Luís Mendonça: **É uma obra alternativa, quem não for pelo IP4...**

= Pedro Silva Pereira: **Agora isso não, e agora existe uma alternativa e portanto cumprimos aí os nossos princípios, mas do do**

= Luís Mendonça: **Vila Real e Bragança...**

= Pedro Silva Pereira: **Agora nós não podemos, não podemos, de forma nenhuma é ãáã deixar de perceber que o que está em causa é uma alternativa entre uma autoestrada inteira toda ela com portagens e esta solução, onde existe portagem em troços muito limitados e por razões muito pontuais. Aquilo que o PSD pretende é que toda a autoestrada venha a ter portagens, foi o que propôs no passado e agora escondeu no programa, mas nós sabemos, que foi sempre essa a posição do PSD.**

// Luís Mendonça: **Já que falámos em túnel, eu aqui há dias atrás tive oportunidade de publicar uma opinião minha no jornal *A voz de Trás-os-Montes*, onde dizia que quando passarmos a passar todos pelo túnel, deixamos de ver o bonito que é o Marão, mas também deixamos de ver, por outro lado, que ele está um pouco mal tratado. Eu sei que os, as pessoas das florestas dizem que têm sido plantadas as árvores, mas a verdade, de facto, é quem olhar pra lá sente que o Marão já foi muito mais verde e muito mais ãáã florestado do que é atualmente. Há alguma coisa que se possa fazer, ou não?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, com certeza que sim, que há coisas que se podem fazer ããã, mas as soluções milagrosas raramente funcionam neste tipo de casos. Eu posso invocar a minha experiência como antigo secretário de estado do ordenamento território e de conservação da natureza, onde nos confrontámos muitas vezes com o problema decorrente dos incêndios florestais. Normalmente, aquilo que é a solução mais adequada e até mais respeitadora da biodiversidade dos diferentes locais é a de promoção da regeneração natural. Mas a promoção da regeneração nacional não significa ficar apenas a olhar e à espera que a regeneração aconteça. Podem existir intervenções e é essa responsabilidade dos serviços públicos, no sentido de favorecer a regeneração natural. E portanto penso que é em primeira linha isso que deve ser feito. Ããã, é claro que existem operações pontuais de reflorestação desenvolvidas pelos compartes e apoiadas pela Autoridade Florestal Nacional que podem acontecer, mas a verdade é que quando falamos na dinâmica de desenvolvimento da floresta, o melhor contributo que podemos dar para esse desenvolvimento, sem prejuízo, como digo, de ações pontuais de reflorestação é o favorecer da regeneração natural. Isso significa controlar as densidades, combater infestantes, ããã, no fundo remover aquilo que podem ser obstáculos a que a regeneração possa acontecer e isso é o que as autoridades públicas podem e devem fazer.**

// Luís Mendonça: **Este governo também fez, procedeu uma reorganização dos serviços do Estado aqui no nosso distrito. Houve uma grande polémica se Vila Real ficava a ganhar ou a perder, ããã, agora passado este tempo, que que, qual é o seu balanço?**

// Pedro Silva Pereira: **Eu penso que, neste momento, essa é uma questão resolvida. Ficou claro que Vila Real ficou a ganhar com a re-estruturação da administração central com o famoso PRACE porque ,afinal de contas, Vila Real tornou-se o segundo distrito da região norte com maior concentração de sedes de organismos e serviços da administração pública central. Não apenas preservou aqueles organismos muito importantes, como a Direção Regional de Cultura, como ganhou outros, em particular um por decisão minha, a Direção Regional de Desporto do Norte, ããã, e que significa portanto que o PRACE foi um processo em que o distrito de Vila Real ficou a ganhar. Por outro lado, também parece muito importante que Vila Real tenha podido beneficiar de movimentos de modernização administrativa que o governo do Partido Socialista lançou, e é por isso que ganhámos aqui para o distrito de Vila Real, as lojas do cidadão, já instaladas em Murça, que está a ããã pra breve em Chaves e teremos, certamente, outras ainda no distrito de Vila Real.**

// Luís Mendonça: **Senhor ministro esteve (x), como já aqui recordou, já esteve ligado ao ordenamento. Eu tenho tido algumas discussões, fui tendo ao longo destes anos que vou andando aqui nestas lides, com algumas pessoas, ããã em termos de ordenamento e de de da distribuição da nossa região, o porquê que não se pensa em dividir a nossa região norte em vez da forma como está agora dividida, em traçá-la na vertical, para um lado os distritos do interior, e para o outro lado os distritos de litoral? Digo eu, penso eu, que temos muito a perder neste momento estando ligados ao Porto. Porque em termos de indicativos, a região norte acaba por ter indicativos mais negativos na nossa zona interior e que dão depois ao Porto a possibilidade de haver maiores candidaturas e depois o dinheiro fica no Porto e não fica no interior.E se esta região ficasse dividida de uma outra forma, como por exemplo, Vila Real, Guarda, Viseu, Bragança, portanto os os os nossos distritos, que realmente necessitam de mais apoio, ããã mais investimentos, ficassem separados do litoral, se calhar o litoral deixava de ter as dificuldades que tem, em termos de serem concedidos apoios comunitários, por exemplo, e na nossa região iria baixar muito mais o nível que tem neste momento. Ããã, alguma vez foi discutido isto? Eu sei que eu, pelos menos, já trouxe a discussão isto muitas vezes, ao longo de muitos anos, mas isto é uma coisa que, por exemplo, não interessa ao aos governos do país, para repensar este tipo de formatos?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, neste momento, o que é claro é que o Partido Socialista é favorável ao movimento no sentido da regionalização e o PSD não é, pelos menos, a direção do PSD não é. Ããã, e julgo que pra dar passos no sentido de que uma regionalização possa acontecer, nós temos que procurar ããã apoiar-nos ããã em soluções que tenham alguma experiência e que permitam consolidar consensos. Nós precisamos de nos recordar que os defensores da regionalização perderam o último referendo e aquilo que ficou para a história, bem ou mal, é que uma das grandes razões por que se perdeu o referendo foi por causa do mapa das regiões administrativas. Portanto, eu penso que faz parte de um esforço lúcido para procurar inverter a situação e obter um ganho de causa favorável à regionalização, que se procurem alargar os consensos e evitar**

experimentalismos excessivos e soluções que possam ser sentidas como relativamente artificiais ou experimentalistas, porque isso iria dificultar ainda mais, ããã… a obtenção desses consensos.

// Luís Mendonça: **Uma outra das decisões que para mim foram importantes, por parte deste governo, foi ããã, a clarificação das regiões de turismo … neste caso até acabar com elas. Penso que, que, que foi a melhor situação. Ããã, mas na sua maneira de ver, como é que, como é que a situação está agora e que avaliação é que faz?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, eu creio que o turismo é um daqueles setores em que o distrito de Vila Real deu um salto qualitativo, ou está a dar um salto qualitativo muito importante. De facto, a criação, a racionalização das estruturas regionais de turismo, com a valorização de um pólo, como o pólo de … Turismo do Douro, entregue à Turismo do Douro, é a solução que melhor serve os interesses da Região. Ããã, mas para além das estruturas o mais importante é que estão a acontecer projetos, que mudam a face da oferta turística da região. Até há bem pouco tempo, o distrito não tinha grandes infraestruturas turísticas para disponibilizar, a verdade é que nestes últimos tempos surgiram vários equipamentos relevantes e outros estão também previstos. Estou agora a lembrar-me do hotel de quatro estrelas em Chaves e, que é também ããã, casino ããã, mas também da Quinta da Romaneira por exemplo ããã, mais no Sul do distrito, do projeto da UNICER, para Pedras Salgadas, um hotel de cinco estrelas que era uma coisa ããã, de que o distrito estava muito carecido, e que foram projetos que foram impulsionados pelo apoio ao investimento que o governo do partido socialista pôde promover. E é por isso e por outras, é por essas e por outras que, por exemplo, os responsáveis do turismo do Douro dizem que este está a ser um dos melhores, senão o melhor ano de sempre, pelo menos do ponto de vista do número de turistas que utilizam o rio Douro. Ããã e portanto eu penso, que o turismo quer sobretudo ããã, no domínio termal, sobretudo na zona norte do distrito, quer na região do Douro, tem grandes potencialidades, só que a afirmação de que tem grandes potencialidades é uma afirmação antiga no distrito. A diferença é que agora há uma estratégia e uma estrutura responsável por essa política e está a dar-se o necessário seguimento com a criação de projetos concretos, que melhoram a oferta turística da região.**

// Luís Mendonça: **Eee o futuro qual é que vai ser? Vai ser … no caso do PS ganhar, claro, será como a continuação nesta aposta de … de turismo para esta nossa, este nosso distrito?**

// Pedro Silva Pereira: **Sim ...**

= Luís Mendonça: **Tem estes dois pólos importantes, de um lado a zona de Chaves, zona termália, por outro lado esta…**

= Pedro Silva Pereira: **Essas duas componentes são igualmente importantes porque servem, realmente, duas zonas diferentes do, da região, mas creio que com ããã, o aumento da oferta turística em Chaves, aí o projeto de Pedras Salg … Salgadas – Vidago e depois com a, ããã a qualificação da oferta turística no sul do distrito na região do Douro, mas também ããã, também no vale do Douro a sul onde há vários projetos muitooo relevantes, isso é nova oportunidade de emprego e de atividade económica para esta região, que é uma das apostas decididas para o desenvolvimento.**

// Luís Mendonça: **Há alguns dias atrás, o governador civil fez uma visita às zonas, humm … termais aqui da zona do distrito, que são várias. Eee constatou que algumas delas estão muito pouco aproveitadas. Ããã … fizeram-lhe chegar, o governador fez-lhe chegar essas preocupações?**

// Pedro Silva Pereira: **Sim. Aliás, eu creio queee o governo teve a sorte de poder beneficiar de dois governadores civis, ao longo desta legislatura, muito ativos e muito conscientes das suas responsabilidades para o desenvolvimento do distrito. Primeiro, o António Martinho. Agora, o Alexandre Chaves, eee essa experiência com o Alexandre Chaves tem feito deslocação ããã, a vários pontos do distrito e agora essa mais recente de visita às zonas termais é ããã, também uma sinalização da atenção do governo em relação a esses aspectos que são críticos para o desenvolvimento da região.**

// Luís Mendonça: **Portanto estão atentos queee, pelo que parece, as coisas não estão a funcionar da forma como poderiam estar para potencializar essas, essas zonas termais?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, no caso do projeto da UNICER, de facto, o projeto teve atrasos, ããã queee, enfim, os seus promotores têm as explicações que têm. A nossa atitude enquanto governo tem sido sempre uma atitude de grande exigência no sentido**

de impulsionar aquele projeto que foi reconhecido como de interesse público, ããã, uma primeira fase estará ããã operacional muito brevemente e, em qualquer caso, aquele projeto é uma excelente notícia para a região e também para a revitalização daquela zona termal.

// Luís Mendonça: **Jáá falou aqui um pouco do, das, das ideias que são de continuidade na, na, num próximo governo. Mas em termos distritais há outras coisas ããã que gostasse de destacar?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, no que diz respeito às políticas sociais sobretudo porque, vamos lá ver, ããã, nós realmente aí temos uma sensibilidade diferente em relação àquilo que o PSD tem para apresentar. Se consultar o programa do PSD, não encontra lá nada nem sobre a expressão Serviço Nacional de Saúde não aparece no programa do PSD, não diz nada sobre complemento solidário para idosos, não diz nada sobre o abono de família, não diz nada sobre salário mínimo nacional, ããã… Bom, nós temos um compromisso, que é um compromisso de aumentar a nossa rede de cuidados continuados no distrito, e o investimento nos equipamentos sociais. E é isso que vamos fazer aqui também, ããã nesta região. Portanto, essa rede vai aumentar quer na oferta deee camas da rede de cuidados continuados, quer também, em termos de lares de idosos e de lares dirigidos... a creches e a lares dirigidos a pessoas com deficiência. Ainda, bem recentemente, nos últimos dias, o Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social pôde aliás, assinar, ããã, os despachos que aprovam candidaturas para mais três equipamentos sociais na área da deficiência aqui no distrito. Um, um no Peso da Régua, outro mesmo em Vila Real e um terceiro em Valpaços. Trata-se de equipamentos sociais que significam um investimento total ããã de perto de dois milhões e meio de euros.**

// Luís Mendonça: **Nós, humm, estamos aqui com o ministro, mas também estamos com um candidato às próximas eleições legislativas. E portanto também tem, tenho que o questionar nessa qualidade. Já que está aqui, aproveitar hum, a sua presença. Ããã, como é que viu todo este processo deee, deee escolha dos cabeças de lista e também de, de, das próprias listas do Partido Socialista?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, eu começaria, justamente, pelas listas do Partido Socialista ããã porque a aprovação das listas do Partido Socialista pôde ser feita ããã com uma grande ããã concertação entre a direção nacional do partido e as bases distritais do partido. Portanto, não há ninguém nas listas do Partido Socialista ããã que não tenha sido proposto pelas bases do partido. Isso vale pra mim, vale para os outros candidatos que estão na lista do Partido Socialista. A verdade é que no PSD, não se pode dizer o mesmo, visto que aconteceu aquele fenómeno da exclusão do doutor Pedro Passos Coelho, que foi, afinal de contas, a primeira vítima da asfixia democrática dentro do PSD. O que diriam se no Partido Socialista uma atitude semelhante fosse tomada em relação a quem pensa de modo diferente do Secretário-geral do Partido Socialista. Mas, aquilo que eu penso da lista do Partido Socialista oferece, também, é uma garantia de capacidade de trabalho efetivo, a favor do distrito de Vila Real. E a verdade é que o PSD não tem esse currículo para apresentar. Ããã, todos os cabeças de lista ããã, pelo menos das últimas três eleições legislativas do PSD, não deixaram nenhum registo de uma atividade em favor do distrito. Agora, mais recentemente, foi a doutora Rosário Águas…**

= Luís Mendonça: **Manuel Martins foi candidato mas não assumiu …**

= Pedro Silva Pereira: **Mas, mas se recuarmos antes disso Assunção Esteves, e depois antes disso, o Comandante Azevedo Soares, Ministro do Mar num distrito do interior ããã e de facto ããã, não há tradição dos deputados do PSD honrarem os seus compromissos a favor do distrito de Vila Real e nós temos a esperança de poder explicar ao, à população de Vila Real que não é assim com ããã os candidatos do Partido Socialista que têm uma história de trabalho em benefício do distrito.**

// Luís Mendonça: **E o quê que me diz Alda Macedo? Uma pessoa que já é, já é experiente nestas andanças... É deputada e parece ter sido uma aposta forte do Bloco de Esquerda no distrito para conseguir eleger um deputado.**

// Pedro Silva Pereira: **Nã, não gosto de fazer comentários sobre os outros candidatos. Aquilo que digo da doutora Alda Macedo é exatamente o mesmo que já disse do doutor Montalvão Machado, que são com certeza candidatos respeitáveis, por quem tenho respeito e consideração pessoal, apesar de registar que não têm uma história ããã rigorosamente nenhuma de trabalho feito em benefício do distrito de Vila Real. Eu, pela minha parte, posso invocar trabalho feito ããã pelo distrito de Vila Real, em vários domínios, não apenas associados ao trabalho agora ããã que tive ocasião de desenvolver no**

governo. Já mencionei que trouxe para o distrito de Vila Real as lojas do cidadão para Murça e para Chaves …

= Luís Mendonça: **Sabe que aqui uma …**

= Pedro Silva Pereira: **Poderia mencionar o Simplex Autárquico e o Simplex para o Douro. Podia referir a Direção Regional de Desporto do Norte, também o financiamento das corridas de Vila Real, que permitiu viabilizar ããã o regresso dessas corridas, os estádios municipais de Murça e Alijó e da Régua que pudemos financiar ããã, a Pousada da Juventude de Alijó, ããã, humm, e a participação em várias decisões do governo de investimento para o distrito, não apenas agora as mais recentes, no domínio das acessibilidades, mas também se recuarmos um pouco para trás, eu pertencia à equipa do Engenheiro José Sócrates no Ministério do Ambiente que trouxe para o distrito de Vila Real o Fundo de Coesão que permitiu os investimentos nas águas e no saneamento, o programa Pólis para Chaves e para Vila Real, e que dinamizou ããã o processo que permitiu a elaboração do plano intermunicipal do ordenamento do território do Alto Douro Vinhateiro, essencial à classificação dessa região como Património da Humanidade.**

// Luís Mendonça: **Já duas vezes tentei trazer aqui o Bloco de Esquerda , já percebi que não é, que não é de todo tema de conversa do seu gosto. Não acha portanto que se o PS não conseguir vencer as eleições que, ããã, tenha sido o Bloco de Esquerda a roubar aqueles votos necessários para dar a maioria ao, ao PS?**

// Pedro Silva Pereira: **Eeeu acho que está a pôr o carro à frente dos bois.**

= Luís Mendonça: **As pessoas têm que escolher entre PS e PSD, não é?…**

= Pedro Silva Pereira: **Bom, ããã, sobretudo se quiserem contribuir aquilo que vai contar no dia a seguir às eleições, porque o que vai contar no dia a seguir às eleições é quem vai resultar como Primeiro-Ministro de Portugal. E portanto saber se vamos ter um governo que pretende vencer a crise numa primeira fase, apostando no investimento público como todos os países estão a fazer, ou se pelo contrário, quer resignar-se à situação e cortar no investimento público. Se quer um governo que invista no, nas políticas sociais, no estado social, ou, se pelo contrário, se resigna à ideia do recuo do estado social, em particular em setores críticos como a saúde e a segurança social. O programa do PSD, quer numa área quer noutra, não deixa nenhuma margem para dúvida nessa matéria. A introdução da concorrência entre o público e o privado, sendo que os privados são financiados pelo público na área da saúde, isso significa ããã de facto uma ofensiva contra o Serviço Nacional de Saúde e na área da segurança social, esta ideia extraordinária de que deve aumentar crescentemente aquela situação que cada um trata da sua pensão de reforma no futuro, como se, de facto, não fosse o princípio basilar do estado social, esta responsabilidade coletiva na, nas pensões de reforma ããã, dos nossos idosos.**

// Luís Mendonça: **Já estamos a menos de um mês das eleições. Ããã, como é que o partido socialista vai equacionando essas possibilidades que podem surgir de, do dia eleitoral. Uma vitória PS, por exemplo com minoria?**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, ããã…**

= Luís Mendonça: **Sem maioria, como acontece agora …**

= Pedro Silva Pereira: **Nós que estamos a fazer é o nosso trabalho. Em primeiro lugar, o trabalho no governo para enfrentar a situação com resultados positivos que se conhecem, visto que ããã a economia saiu da situação de recessão técnica e os indicadores de confiança estão a evoluir positivamente. Também dirigindo-nos aos eleitores e explicando o que está em causa, e ainda o Primeiro-Ministro teve a ocasião, num artigo no Diário de Notícias, de lhes colocar muito bem aquelas que são as questões fundamentais, que estão em cima da mesa para as escolhas dos portugueses, e os portugueses julgarão. Ããã, eu julgo que aqueles que fracassaram no governo, ããã, porque a direita apresenta-nos os mesmos protagonistas que já fracassaram no governo, não podem dar garantia nenhuma de resolução dos problemas do país. E aliás, não apresentam nenhuma estratégia de esperança que permita mobilizar o país para uma alternativa ããã, a verdade é que não têm essa alternativa.**

// Luís Mendonça: **Nós estamos, então, a chegar ao fim. Eu gostava também de lhe colocar uma última pergunta relativamente ao candidato a Vila Real, Rui Santos. Ããã, que, como é que, ããã se, como é que apareceu este candidato a Vila Real e se é uma aposta mesmo para vencer as eleições, porque é um, de certa forma um símbolo ããã, no distrito de Vila Real. A capital de distrito tem sempre sido governada pelo PSD.**

// Pedro Silva Pereira: **Bom, eu acho que ããã, já é tempo de ããã da cidade de Vila Real ããã fazer a experiência da mudança. Porque em todas as instituições públicas, a mudança, de onde em onde, acaba por ser útil e eu acho que é o caso na câmara municipal de Vila Real. E, de facto, Vila real tem esta oportunidade, porque o doutor Rui Santos ããã tem trabalho feito, em particular, na área social, que é aquela que se tem dedicado mais ããã na sua vida profissional … ããã … e tem mostrado competência e capacidade e eu creio que ele dá grandes ããã possibilidades de uma mudança serena, uma mudança que faça sentido para o distrito de Vila Real. Ele é uma aposta forte, é o presidente da Federação Distrital do Partido Socialista e é também um grande exemplo de dedicação e de empenho ao projeto do Partido Socialista. Sabe que o governo tem feito um grande esforço para puxar o país para a frente, para vencer as situações difíceis, para enfrentar as nossas dificuldades estruturais na área da educação, nas qualificações, da formação profissional, para combater a pobreza, para combater as desigualdades sociais ããã, para dar oportunidades de investimento, como estas que estão a acontecer aqui na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas a verdade é que isso não dispensa cidades dinâmicas, que contribuam para esse desenvolvimento. E o facto de o distrito de Vila Real ter na sua capital de distrito uma solução de quem tem já, por ventura, anos demais para poder ter um horizonte de ããã evolução à altura das necessidades de modernização desta região. Ããã, de facto, é um problema, está do lado do problema e não está do lado da solução.**

// Luís Mendonça: **Mas os governos socialistas também têm ajudado um pouco ããã, à câmara do PSD daqui de Vila Real com o próprio Pólis, com o próprio apoio ao ressurgimento do circuito automóvel de Vila Real.**

// Pedro Silva Pereira: **Tem toda a razão ããã, nós temos ããã auxiliado ããã câmara de Vila Real…**

= Luís Mendonça: **O próprio Teatro de Vila Real …**

= Pedro Silva Pereira: **Como aliás a câmara de Chaves. Se for à Câmara de Chaves encontrará lá o nosso apoio muito importante ao Hotel Casino de Chaves, também um Pólis ããã em Chaves, investimentos vários... É verdade, o Partido Socialista governa sem olhar à cor política dos presidentes de câmara. Penso que eles farão essa justiça, embora em termos de campanhas eleitorais possam não querer reconhecê-lo, mas o que está a dizer é exatamente verdade. Nós fazemos o que podemos para ajudar a que o desenvolvimento aconteça a benefício das populações e independentemente das cores partidárias e dos partidos. Mas, a verdade é que é preciso dinamismo local, dinamismo local. Eu acho que os investimentos que estamos a fazer, a energia ããã no turismo ããã, nas acessibilidades, ããã no apoio às empresas, de um modo geral, dão de facto uma grande ocasião para o distrito de Vila Real. Mas para isso é preciso que as cidades dinâmicas aproveitem. E gostaria de destacar, nesse particular, a importância estratégica da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro para esse processo de desenvolvimento. Nós temos estabelecido uma cooperação e um apoio efetivo à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro ããã e de facto a universidade tem tido uma grande lucidez no apoio ao desenvolvimento da região. O governo fez, na Universidade de Trás-os-Montes, investimentos muito importantes, ããã por ventura, este ultimo, mais recente, de grande significado na, no hospital veterinário, mas também na, no novo edifício que está contratualizado para as Ciências Veterinárias e outras, para as Ciências Biológicas ããã. São ããã investimentos muito volumosos em termos financeiros na Universidade de Trás-os-Montes. Eeee, eu estou em crer que esses investimentos ajudam a Universidade de Trás-os-Montes a responder aos desafios, e que nos tornaremos a encontrar em parceria noutros grandes projetos, em particular, no projeto do Parque Tecnológico que a universidade de Trás-os-Montes …**

= Luís Mendonça: **Que pelos vistos não está a correr muito bem, não é…**

= Pedro Silva Pereira: **Ããã …eu já falei com o reitor da Universidade de Trás-os-Montes sobre esse projeto. Ele tem consciência das fragilidades da primeira versão, mas isso não significa que o projeto não tenha ããã viabilidade e que não faça sentido ããã, mas para isso ele precisa de ããã, evoluir ããã e eu creio que com as alterações que estão projetadas, ele acabará por ter condições para ter sucesso e para contribuir para o desenvolvimento da região.**

// Luís Mendonça: **Senhor ministro, obrigado então por ter estado aqui connosco. Ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira ããã obrigado por ter estado connosco eee**

vamos, então, aguardar pelos últimos, pelo último mês, que vai ser já mais de campanha do que de de governo não?

// Pedro Silva Pereira: **É mesmo assim. E parece que a democracia ããã exige dos candidatos que façam um esforço de esclarecimento, com certeza que é o que nós faremos, por nossa parte, com uma grande preocupação de falar diretamente às populações e de lhes dizer que o tempo é de investir no distrito, e um distrito que há tantos anos pede investimento, há tantos anos pede atenção aos seus problemas sociais, agora que o governo do Partido Socialista está a fazer investimento e está a reforçar as políticas sociais, aquilo que menos lhe convém é é é fazer a aposta contrária numa governação de direita, liderada pelo PSD, que significaria exactamente cortar no investimento público e recuar nas políticas sociais.**

// Luís Mendonça: **Muito obrigado! Eu recordo que esta entrevista pode também ser lida, ou partes desta entrevista podem ser lidas no jornal *A Voz de Trás-os-Montes*. Obrigado!**